ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 220

Brasília - DF, quarta-feira, 14 de novembro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 19
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 21
Ministério da Cultura 22
Ministério da Defesa 46
Ministério da Educação 48
Ministério da Fazenda 51
Ministério da Integração Nacional 68
Ministério da Justiça 69
Ministério da Previdência Social 81
Ministério da Saúde 83
Ministério das Cidades 89
Ministério das Comunicações 89
Ministério de Minas e Energia 90
Ministério do Desenvolvimento Agrário 103
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 103
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 105
Ministério do Esporte 111
Ministério do Meio Ambiente 112
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 113
Ministério do Trabalho e Emprego 117
Ministério dos Transportes 125
Conselho Nacional do Ministério Público 126
Ministério Público da União 135
Tribunal de Contas da União 147
Poder Judiciário 147
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 151

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2012

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de novembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2012.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 589, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Os débitos junto à Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às respectivas obrigações acessórias, provenientes de competências vencidas até 31 de outubro de 2012, inclusive décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, poderão ser pagos em parcelas a serem retidas no respectivo Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, no valor de dois por cento da média mensal da receita corrente líquida do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

Parágrafo único. Os débitos parcelados terão redução de sessenta por cento das multas de mora ou de ofício, de vinte e cinco por cento dos juros de mora e de cem por cento dos encargos legais.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, entende-se como receita corrente líquida aquela definida nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º O percentual de dois por cento será aplicado sobre a média mensal da receita corrente líquida referente ao ano anterior ao do vencimento da parcela, publicada de acordo com o previsto nos arts. 52, 53 e 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Para fins de cálculo das parcelas mensais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios obrigam-se a encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, o demonstrativo de apuração da receita corrente líquida de que trata o inciso I do **caput** do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º Às parcelas com vencimento em janeiro, fevereiro e março de cada ano serão aplicados os limites utilizados no ano anterior, nos termos do § 1º.

§ 4º As informações de que trata o § 2º, prestadas pelo ente político, poderão ser revistas de ofício.

Art. 3º A adesão ao parcelamento de que trata esta Medida Provisória implica autorização pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município para a retenção, no FPE ou no FPM, e repasse à União do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

§ 1º A retenção e o repasse serão efetuados a partir do mês seguinte ao vencimento da obrigação previdenciária não paga, com a incidência dos encargos legais devidos até a data da retenção.

§ 2º Na hipótese de não apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP no prazo legal, o valor a ser retido nos termos do § 1º corresponderá à média das últimas doze competências recolhidas ou devidas, sem prejuízo da cobrança, da restituição ou da compensação de eventuais diferenças.

§ 3º A retenção e o repasse do FPE ou do FPM serão efetuados obedecendo-se à seguinte ordem de preferência:

I - as obrigações correntes não pagas no vencimento;

II - as prestações do parcelamento de que trata esta Medida Provisória; e

III - as prestações dos demais parcelamentos que tenham essa previsão.

§ 4º Na hipótese de o FPE ou o FPM não ser suficiente para retenção do somatório dos valores correspondentes às obrigações devidas na forma do § 3º, o valor da diferença não retida deverá ser recolhido por meio de Guia da Previdência Social - GPS.

Art. 4º O deferimento do pedido de parcelamento de que trata esta Medida Provisória fica condicionado à apresentação, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da receita corrente líquida do ano-calendário anterior ao da publicação desta Medida Provisória.

Art. 5º As prestações do parcelamento de que trata esta Medida Provisória serão exigíveis mensalmente, a partir do último dia útil do segundo mês subsequente ao mês do seu pedido.

Art. 6º O parcelamento de que trata esta Medida Provisória será rescindido nas seguintes hipóteses:

I - falta de recolhimento de diferença não retida no FPE ou no FPM por três meses, consecutivos ou alternados;

II - inadimplência de débitos referente aos tributos abrangidos pelo parcelamento com competência igual ou posterior a novembro de 2012, por três meses consecutivos ou alternados;

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de diferença de débito correspondente à obrigação previdenciária abrangida pelo parcelamento de que trata esta Medida Provisória, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial; ou

IV - falta de apresentação das informações relativas ao demonstrativo de apuração da receita corrente líquida referido no § 2º do art. 2º.

Parágrafo único. A critério do ente político, a diferença de que trata o inciso III do **caput** poderá ser incluída no parcelamento de que trata esta Medida Provisória.

Art. 7º Enquanto estiver vinculado ao parcelamento de que trata esta Medida Provisória, o ente político não poderá se beneficiar de outro parcelamento de débitos que se refira aos mesmos tributos incluídos neste parcelamento, relativo a competências a partir de novembro de 2012.

Art. 8º Os pedidos de parcelamento deverão ser efetuados até o dia 29 de março de 2013.

Parágrafo único. A existência de outras modalidades de parcelamento em curso não impede a concessão do parcelamento de que trata esta Medida Provisória.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º Ao parcelamento de que trata esta Medida Provisória aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 12, 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 10. A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata esta Medida Provisória.

Art. 11. A Lei nº 8.212, de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32-B. Os órgãos da administração direta, autarquias, fundações e empresas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujas Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos estão definidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam obrigados, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, a apresentar:

I - a contabilidade entregue ao Tribunal de Controle Externo; e

II - a folha de pagamento.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** deverão ser apresentadas até o dia 30 de abril do ano seguinte ao encerramento do exercício." (NR)

Art. 12. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

DECRETO Nº 7.844, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Regulamenta o art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

D E C R E T A :

Art. 1º Os Municípios optantes pelo parcelamento de que trata a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e que tiveram situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou de outros eventos climáticos extremos ocorridos no ano de 2012 e reconhecidos por ato do Ministro de Estado da Integração Nacional, poderão obter a suspensão do pagamento das parcelas vincendas durante a situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 1º O vencimento da primeira parcela vencida durante o período da concessão da suspensão prevista no **caput** fica prorrogado para o mês subsequente ao do término da vigência do ato do ente federado que declarou a situação anormal decorrente do desastre.

§ 2º O vencimento das demais parcelas ocorrerá nos meses subsequentes ao da primeira parcela prorrogada.

§ 3º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será obrigatoriamente aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

Art. 2º A suspensão do pagamento das parcelas na forma do art. 1º ocorrerá por meio de requerimento do ente político afetado pelo desastre, a ser apresentado na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda de seu domicílio tributário.

§ 1º O requerimento deverá ser instruído com:

I - ato do respectivo ente federado que decretou a situação de emergência ou o estado de calamidade pública;

II - ato do Ministro de Estado da Integração Nacional, de reconhecimento da situação ou do estado a que se refere o inciso I; e

III - plano de trabalho que preveja a aplicação dos valores relativos às parcelas prorrogadas em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 2º A suspensão a que se refere este Decreto será concedida durante o prazo de vigência do ato a que se refere o inciso I do § 1º.

§ 3º Na hipótese de prorrogação do prazo previsto no ato original de que trata o inciso I do § 1º, o ente federado deverá aditar o requerimento com o respectivo ato de prorrogação.

§ 4º A prorrogação de que trata o § 3º não poderá resultar em um prazo total superior a cento e oitenta dias.

Art. 3º O descumprimento das condições estabelecidas à repactuação do parcelamento de que trata o art. 1º implicará a imediata rescisão da repactuação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 504, de 13 de novembro de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012.

CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL, usando da competência que lhe confere o inciso II do art. 1º da Portaria nº 107, de 10 de maio de 2012, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2012, e com base no que dispõe a Cláusula do Contrato IN nº 9/2009, resolve:

Art. 1º Suspender, em atendimento à Decisão nº 425/2012 do Juízo da 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (Processo nº 53520-69212.4.01.3400), a penalidade aplicada à empresa 2MM Eletro Telecomunicações Comércio e Representação Ltda., CNPJ de nº 37.168.960/0001-78, de impedimento de licitar e contratar com a Imprensa Nacional pelo prazo de 5 (cinco) anos, objeto da Portaria CORAD nº 4, de 1º de outubro de 2012, do Coordenador-Geral de Administração da Imprensa Nacional, a que se refere o Processo Administrativo nº 00034.002349/2012-31.

Art. 2º O referido processo encontra-se com vista franqueada ao interessado na Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional.

SANDOVAL LUIZ DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Entidade: AR AGUIAR REPRESENTAÇÕES
CNPJ: 00,072.437/0001-30
Processo Nº: 00100.000324/2012-61

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 17/20) RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AGUIAR REPRESENTAÇÕES operacionalmente vinculada à AC SERASA RFB, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR PAD
CNPJ: 07.898.518/001-33
Processo Nº: 00100.000419/2012-85

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 11/15) RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro PAD operacionalmente vinculada à AC SINCOR RFB, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

Divulga o resultado do Processo 00100.000410/2012-74 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Leitor / Gravador de Cartão Inteligente - Modelo DP 905

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000410/2012-74, relativo à homologação de dispositivo do tipo Leitor / Gravador de Cartão Inteligente - Modelo DP 905, Versão do Firmware v1.02 / B56, da empresa Vasco Segurança de Dados Brasil LTDA.

Art 2° O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 2 - Volume I - versão 3.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 1, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 30 de outubro de 2012.

Art 3° Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 1, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.2.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 36 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 21.10.2004;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 02-2007 do ITI, em 11.12.2007;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de cartões inteligentes (smart cards), leitoras de cartões inteligentes e tokens criptográficos no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.03) - aprovado pela Instrução Normativa 03-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 2 (MCT-2) - Volume I - v.3.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art 4° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0023-12-0003-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 886, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a colaboração temporária entre a Procuradoria Federal junto à EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo e a Procuradoria Federal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo e a Procuradoria Federal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 00190.001818/2012-00

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto a Nota Técnica nº 1.791/2012/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 211/2012 ASJUR/CGU-PR, como fundamentos deste ato para DECLARAR A INIDONEIDADE da empresa DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.362.758/0001-68, pela prática de atos ilícitos materializados no pagamento de diversas vantagens e benefícios indevidos a servidores públicos, em troca de favorecimento em procedimentos licitatórios, atentando contra a necessária idoneidade da referida empresa para contratações públicas, nos termos do art. 88, inciso II e III, c/c art. 87, inciso IV e § 3º, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Quanto à empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., deixo de aplicar a penalidade em razão da ausência de elementos probatórios suficientes a configurar o ilícito apurado no presente processo.

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 00222.000843/2010-81

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto a Nota Técnica nº 1.817/2012/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 210/2012 ASJUR/CGU-PR, como fundamentos deste ato para DECLARAR A INIDONEIDADE da empresa SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 92.536.010/0001-64, pela prática de atos ilícitos materializados no oferecimento de vantagens a servidores públicos, em troca de favorecimento em procedimentos licitatórios, atentando contra a necessária idoneidade da referida empresa para contratações públicas, nos termos do art. 88, inciso II e III, c/c art. 87, inciso IV e § 3º, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em relação às empresas Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda., deixo de aplicar a penalidade em razão da ausência de elementos probatórios suficientes a configurar o ilícito apurado no presente processo.

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.404, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e considerando os princípios da economicidade, moralidade e atendimento ao interesse público, resolve:

Título I
Objeto

Art. 1º Fixar normas e procedimentos administrativos, visando a organização, o planejamento, a requisição, a execução e a avaliação dos eventos realizados no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

Parágrafo único. Compete ao Comitê de Eventos instituído pela Portaria nº 624, de 22 de maio de 2012 aprovar a realização dos eventos propostos pelas unidades da SDH/PR, estabelecer fluxos de trabalho e zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos nesta portaria.

Título II
Programação anual

Art. 2º Os órgãos da SDH/PR deverão enviar ao Comitê de Eventos, até o último dia útil do mês de novembro de cada ano, cronograma dos eventos que pretendem realizar no exercício seguinte, contendo os seguintes elementos:

I - nome do evento;

II - localidade;

III - data;

IV - finalidade;

V - público alvo;

VI - quantidade de participantes;

VII - duração;

VIII - classificação de acordo com a classe do evento.

Art. 3º Relativamente à quantidade de participantes, os eventos serão classificados como:

I - Classe I até 50 participantes;

II - Classe II de 51 até 100 participantes;

III - Classe III de 101 até 150 participantes;

IV - Classe IV de 151 a 250 participantes;

V - Classe V de 251 a 500 participantes;

VI - Classe VI acima de 500.

Título III
Detalhamento e da solicitação do evento

Art. 4º As Unidades Proponentes, por meio do seu dirigente máximo, detalharão os eventos constantes de sua programação zelando pela racionalidade nos gastos públicos e pela excelência do conteúdo e da qualidade técnica do evento.

§ 1º Para fins desta Portaria, consideram-se, respectivamente, unidades proponentes e dirigentes máximos:

I - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos: o Secretário titular ou, na sua ausência, seu substituto;

II - Secretaria Executiva: o Secretário-Executivo; e

III - Gabinete do Ministro: o Chefe de Gabinete.

§ 2º O detalhamento a que se refere o *caput* deste artigo será realizado por meio do Projeto do Evento, cujo modelo será disponibilizado pelo Comitê de Eventos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - histórico e contextualização;

II - classificação do evento;

III - localidade e data;

IV - público alvo;

V - resultados esperados;

VI - especificação dos serviços e materiais necessários;

VII - indicação e designação do fiscal do evento, que deverá ser o(a) servidor(a) responsável pelo planejamento, acompanhamento da execução do evento, preparação e organização de documentos para prestação de contas dos serviços prestados e emissão de relatório para fins de atesto da fatura;

VIII - previsão de hospedagem, alimentação, transporte e passagens para participantes, palestrantes e colaboradores eventuais, desde que seja essencial para o resultado do evento e que guarde pertinência com sua finalidade;

IX - previsão do custo total do evento, incluídos passagens e diárias, se for o caso;

X - requisitos de acessibilidade; e

XI - proposta de materiais gráficos aprovado pelo Departamento de Promoção e Divulgação da Temática de Direitos Humanos.

§ 3º Relativamente à acessibilidade do evento, deverão ser observadas todas as normas e leis vigentes que regem o assunto.

§ 4º O modelo de Projeto do Evento de que trata o §2º deste artigo será divulgado pelo Comitê de Eventos, por meio eletrônico.

Art. 5º O dirigente da Unidade Proponente encaminhará o Projeto do Evento, via memorando, ao Presidente do Comitê de Eventos, observando os prazos fixados, que o submeterá ao pleno.

§ 1º Os projetos que não forem aprovados pelo Comitê serão restituídos à Unidade Proponente, para:

I - adequação conforme proposição do pleno; ou

II - arquivamento.

§ 2º Os eventos cujo valor estimado seja superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) serão submetidos à autorização prévia da presidência do Comitê de Eventos.

§ 3º Qualquer alteração nos valores orçados para a execução do evento, deverá ser submetido ao Comitê de Eventos para autorização.

Art. 6º Compete ao dirigente da Unidade Proponente designar 2 (dois) servidores da área para acompanhar a execução do evento e elaborar relatório final que embasará o atesto da Nota Fiscal.

Parágrafo único. No caso de afastamento, por qualquer motivo, do servidor designado nos termos do artigo, compete ao dirigente da Unidade Proponente designar substituto para realização das tarefas incumbidas ao primeiro.

Título IV
Prazos

Art. 7º Os projetos de eventos serão submetidos ao Comitê com os prazos de antecedência indicados nos parágrafos seguintes.

§1º Eventos a serem realizados no Distrito Federal:

I - se de classe I antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

II - se de classes II a IV antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

III - se de classe V antecedência mínima de 70 (setenta) dias;

IV - se de classe VI antecedência mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 2º Eventos a serem realizados em outros Estados:

I - se de classe I antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

II - se de classes II a IV antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

III - se de classe V antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

IV - se de classe VI antecedência mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 3º Caso a Unidade Proponente disponha de espaço físico próprio para a realização do evento ou, caso ocorra nas dependências da SDH/PR, o prazo poderá ser flexibilizado, a critério do Comitê de Eventos.

§ 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior quando não for necessária a contratação de serviços como hospedagem e serviços especializados de grande complexibilidade.

Art. 8º Os projetos aprovados pelo Comitê de Eventos serão encaminhados, no prazo máximo de 2 (dois) dias, após sua apreciação, à Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos para a execução do evento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º As empresas contratadas apresentarão Proposta de Serviço, para apreciação da SDH/PR no prazo descrito em contrato.

Parágrafo Único. Constará da Proposta de Serviço documento emitido pela empresa contratada contendo a descrição dos serviços a serem realizados conforme os itens do contrato com os respectivos quantitativos e valores unitários.

Art. 10 A Unidade Proponente terá os seguintes prazos para aprovação da Proposta de Serviço das empresas:

I - até 02 (dois) dias para eventos da classe I;

II - até 03 (três) dias para eventos das classes II a VI.

Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos acima referenciados impedirá a execução do evento.

Título V
Recursos materiais, instalações e equipamentos

Art. 11 A programação dos eventos deverá prever, prioritariamente, a utilização de instalações, materiais e equipamentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, exceto nos casos de comprovada indisponibilidade ou inviabilidade técnica.

Art. 12 A proposta de confecção de materiais gráficos, tais como cartazes, *folders*, *banners* e similares, será submetida à análise do Departamento de Promoção e Divulgação da Temática dos Direitos Humanos - DPDTDH/SDH, que avaliará os prazos necessários para a execução das tarefas e a pertinência dos conteúdos e seus elementos previamente ao encaminhamento do projeto de evento ao comitê.

§ 1º A confecção de material gráfico, que compreende a elaboração da arte, a criação da identidade visual, a sua impressão e, ainda, a produção materiais tangíveis e intangíveis, poderá ser objeto de contrato administrativo.

§ 2º O DPDTDH/SDH emitirá ao comitê, em formulário específico, parecer informando o resultado da análise e os prazos para execução dos serviços gráficos.

Título VI
Serviços de alimentação

Art. 13 É vedado o fornecimento de coquetéis, lanches e refeições aos participantes as expensas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

§ 1º Excetuam da vedação dispostas no caput deste artigo os eventos que se enquadrarem em pelo menos uma das seguintes condições:

I - atividades programadas em períodos superiores a 5 (cinco) horas de duração ininterruptas;

II - realização em locais de difícil acesso, considerada a finalidade e público alvo do evento;

III - alta representatividade das autoridades participantes, desde que autorizado pelo titular da Secretaria-Executiva.

§ 2º A vedação não se aplica ao serviço de café ou chá, água e suco nos intervalos.

Título VII
Acessibilidade

Art. 14 A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem como dever atuar de maneira a promover o cumprimento de todo o ordenamento jurídico em vigor, na equiparação de oportunidades para todos os brasileiros, com e sem deficiência, devendo ser garantida a acessibilidade por meio da promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação com destaque às Leis nº 7.853/1989; nº 10.048/200; nº 10.098/2000, os Decretos nº 3.298/1999; nº 5.296/2004; nº 6.949/2009, a Portaria da SDH nº 151, de 20 de setembro de 2007, e a NBR 9050 e demais normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas que se aplicarem.

Parágrafo Único. A contratação de serviços para apoio e realização de eventos pela SDH/PR deverá prever e prover, de acordo com o projeto do evento, a disponibilização:

I - de serviços de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras para pessoas surdas;

II - de legenda em tempo real e de audiodescrição;

III - de serviços de guia-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento para pessoas surdocegas, quando necessário;

IV - de atendimento, por pessoal capacitado, para auxiliar as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida durante a realização do evento;

V - de material e sinalização em Braille e em mídia magnética acessível e material com caracteres ampliados;

Art. 15 Quanto ao espaço físico e deslocamento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida os locais do evento deverão:

I - apresentar condições de acessibilidade.

II - sinalizar os assentos de uso preferencial, os espaços e as instalações acessíveis para a orientação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e

III - contar com estacionamento preferencial e área para embarque e desembarque acessível.

Título VIII
Relatório de avaliação do evento e do atesto das faturas

Art. 16 O servidor designado conforme inciso VII do §2º do art. 3º desta Portaria deverá anexar ao processo do evento:

I - o formulário de avaliação,

II - o relatório de execução, e

III - a nota fiscal devidamente atestada, pelo próprio, encaminhando-a em seguida à CGEOF da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da SDH/PR para pagamento.

§ 1º O prazo para a realização das providências de que trata o *caput* deste artigo será de:

I - até 8 (oito) dias em caso de eventos de Classe de I a V;

II - até 15 (quinze) dias em caso de eventos de Classe VI.

§ 2º Os prazos de que tratam os incisos I e II deste artigo serão contados da data de apresentação da nota fiscal pela empresa contratada.

Art. 17 O não cumprimento do prazo obstastará à realização de eventos futuros da unidade demandante.

Título IX
Disposições gerais

Art. 18 Compete exclusivamente aos fiscais dos contratos, especialmente designados, a emissão de ordens de serviço às empresas contratadas.

Art. 19 Compete ao fiscal do evento mencionado no inciso VII do § 2º do art. 3º acionar o Fiscal do Contrato para avaliação da pertinência e conveniência de alteração do Projeto de Evento e a emissão de ordens de Serviço à contratada, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo ao gasto total previsto para o evento.

§ 1º Caso o impacto financeiro seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total previsto para o respectivo evento, a alteração do projeto de evento deverá ser aprovada pelo titular da Secretaria-Executiva da SDH/PR.

Art. 20 Eventuais omissões e dúvidas serão deliberadas e dirimidas pela Presidência do Comitê de Eventos.

Art. 21 Poderão ser formulados enunciados pelo Comitê de Eventos que visem a orientar as Unidades Proponentes quanto a procedimentos para aprovação dos Projetos de Eventos.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

PORTARIA Nº 1.406, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso II, § 2º do art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, bem como no parágrafo único do art. 17 da Portaria nº 05, de 30 de janeiro de 2012, da Secretaria de Orçamento Federal e, considerando a necessidade de ajustar o detalhamento da despesa de dotação orçamentária consignada por meio de emenda parlamentar, dar atendimento às necessidades operacionais para execução das emendas parlamentares nº 14110001 e 28160019, consignadas no Orçamento da Unidade Orçamentária 20121 - SDH/PR, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento da Secretaria de Direitos Humanos no Programa de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente - Unidade Orçamentária 20121.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

ANEXO I	REDUÇÃO

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
14.243.2062.20HN.0031	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Direitos Humanos	S	4	40	0100	500.000,00
4.243.2062.20HN.0035	Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares - no Estado de Minas Gerais Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares - no Estado de São Paulo	S	4	40	0100	240.000,00
					TOTAL	740.000,00

ANEXO II	ACRÉSCIMO

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
14.243.2062.20HN.0031	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Direitos Humanos	S	4	90	0100	500.000,00
14.243.2062.20HN.0035	Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares - no Estado de Minas Gerais Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares - no Estado de São Paulo	S	4	90	0100	240.000,00
					TOTAL	740.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL - GTAT-TEC.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XIV, e pelo inciso IV do § 5º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento nas Decisões Conselho Mercado Comum - CMC nºs 58/10, 39/11 e 25/12, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da CAMEX - GECEX, o Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL - GTAT-TEC.

Parágrafo único. O GTAT-TEC analisará pleitos relacionados à Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL - LETEC, ao amparo da Decisão CMC nº 58/10, e à Lista de Elevações Transitórias da Tarifa Externa Comum por razões de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional, ao amparo das Decisões CMC nºs 39/11 e 25/12.

Art. 2º O GTAT-TEC será composto por representantes dos Ministérios que integram a CAMEX e presidido pela Secretaria Executiva dessa Câmara.

Parágrafo único. Os Ministérios referidos no caput deste artigo indicarão representantes titulares e suplentes para participar das reuniões desse grupo.

Art. 3º A secretaria do GTAT-TEC será exercida pela Secretaria Executiva da CAMEX, que proverá os meios necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. O GTAT-TEC reunir-se-á por convocação da sua secretaria, a qual poderá convidar a participar de suas reuniões representantes de outros órgãos do governo federal quando estiver em pauta matéria de sua esfera de atuação.

Art. 4º Para pleitear a alteração tarifária os solicitantes deverão apresentar formulário preenchido conforme o modelo do Anexo I desta Resolução, acompanhado de literatura técnica e/ou catálogos sobre o objeto do pedido.

§ 1º Quando a alteração for pleiteada para produtos que necessitem de criação de Ex tarifário à Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, deverá ser apresentado adicionalmente formulário preenchido conforme modelo do Anexo II desta Resolução.

§ 2º Os documentos a que se refere este artigo deverão ser:

I - Destinados à Secretaria Executiva da CAMEX, por meio do Protocolo Geral do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, situado à Esplanada dos Ministérios, Bloco J, térreo - Brasília - DF, CEP 70.053-900; e

II - Apresentados em duas vias, sendo uma em meio físico e outra em mídia eletrônica, em formato de editor de texto.

§ 3º Não serão considerados os documentos apresentados em desacordo com o estabelecido neste Artigo.

§ 4º As informações presentes nos documentos a que se refere este artigo para as quais se deseja conferir tratamento sigiloso devem ser devidamente indicadas, mediante justificativa e base legal.

Art. 5º A secretaria do GTAT-TEC enviará a documentação aos participantes do Grupo Técnico, para subsidiar a sua manifestação sobre a alteração tarifária pretendida.

Parágrafo único. A secretaria do GTAT-TEC dará conhecimento das manifestações apresentadas a todos os membros integrantes do Grupo Técnico e aos órgãos do governo federal envolvidos na matéria, respeitada a antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis à data da reunião do Grupo, ocasião em que deverão ser examinadas.

Art. 6º As solicitações dos demais Estados Partes do MERCOSUL, ao amparo das Decisões CMC nºs 39/11 e 25/12, recebidas pelo Ministério de Relações Exteriores, serão encaminhadas à secretaria do GTAT-TEC, que as enviará aos participantes do Grupo Técnico, para subsidiar a sua manifestação a respeito, quando pertinente.

§ 1º A secretaria do GTAT-TEC dará conhecimento das manifestações apresentadas a todos os membros integrantes do Grupo Técnico e aos órgãos do governo federal envolvidos na matéria, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis da data da reunião do Grupo.

§ 2º No caso de urgência, os membros do GECEX ou do Conselho de Ministros da CAMEX poderão ser consultados por via eletrônica e disporão de 3 dias úteis, após o recebimento da comunicação da secretaria do Grupo, para se manifestar acerca dos pleitos.

§ 3º A ausência de manifestação no prazo indicado no §2º implicará aceitação das medidas propostas.

Art. 7º O GTAT-TEC poderá utilizar a consulta pública ou outro mecanismo que contribua para reunir subsídios adicionais para o exame dos pleitos.

Art. 8º A secretaria do GTAT-TEC encaminhará, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para deliberação do GECEX ou do Conselho de Ministros da CAMEX, recomendação referente aos pleitos analisados.

Parágrafo Único. O GTAT-TEC poderá recomendar a alocação de pleitos em Lista diferente daquela assinalada no formulário do Anexo I.

Art. 9º No que tange especificamente à elevação tarifária transitória da TEC ao amparo das Decisões CMC nºs 39/11 e 25/12, a Secretaria Executiva da CAMEX encaminhará as deliberações do GECEX ou do Conselho de Ministros da CAMEX ao Coordenador Nacional da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, para apresentação aos demais Estados Partes.

§ 1º A Seção Nacional da CCM poderá efetuar, por consenso, os ajustes necessários nas propostas encaminhadas pela Secretaria Executiva da CAMEX, com vistas a obter sua aprovação pela CCM.

§ 2º Uma vez aprovado o pleito nacional nas condições previstas nas Decisões CMC nºs 39/11 e 25/12, será expedida Resolução CAMEX, dispensando-se nova aprovação do GECEX ou do Conselho de Ministros da CAMEX.

Art. 10 Fica dispensada a reapresentação de formulários referentes a pleitos de inclusão aprovados no âmbito da Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012.

Art. 11 Fica revogada a Resolução CAMEX nº 5, de 25 de janeiro de 2012.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

ANEXO I

FORMULÁRIO BÁSICO PARA A SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÕES TARIFÁRIAS TEMPORÁRIAS NO ÂMBITO DAS DECISÕES CMC Nºs 58/10, 39/11 e 25/12

1) DATA:

2) DADOS DO SOLICITANTE

a) Nome;

b) Endereço;

c) Telefone/Fax;

d) Pessoa para contato/cargo/e-mail.

3) INFORMAÇÃO ACERCA DA LISTA PRETENDIDA:

a) Lista pretendida (selecionar apenas uma):

LETEC

Lista de elevações transitórias da TEC por razões de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional

b) Tipo de pleito:

Inclusão

Manutenção

Exclusão

Alteração de alíquota

Inclusão de Ex tarifário

Exclusão de Ex tarifário

Alteração da descrição de Ex tarifário

4) CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO

a) Nome comercial ou marca;

b) Nome técnico ou científico;

c) Código na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e descrição;

d) Tarifa de importação: alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC);

e) Tarifa de importação no Brasil: alíquota atual (se diferente da informada no item anterior);

f) Função principal (e secundária se for o caso);

g) Descrição sucinta da forma de uso do produto;

h) Princípio e descrição de funcionamento;

i) Processo de obtenção;

j) Matérias ou materiais de que é constituído, com indicação de suas respectivas NCMs e percentagens em peso;

k) Bens substitutos;

l) O produto está ou já esteve amparado por alguma medida de alteração temporária da TEC ou medida de defesa comercial? Se afirmativo, qual o mecanismo, período e alíquota? Se negativo, há solicitação formal nesse sentido?

m) O produto está em análise ou já foi objeto de solicitação de alteração definitiva da TEC no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul (CT 1)?

n) O produto está coberto por acordos internacionais nos quais o Brasil conceda ou receba preferência tarifária? Especificar nos termos da lista exemplificativa abaixo.

Acordo	País	Margem de Preferência (%)	
		Concedidas pelo Brasil	Recebidas pelo Brasil
ACE 35	CHILE		
ACE 36	BOLÍVIA		
ACE 53	MÉXICO		
ACE 55	MÉXICO		
ACE 58	PERU		
ACE 59	COLÔMBIA		
	EQUADOR		
	VENEZUELA		
ACE 62	CUBA		
ACE 38	GUIANA		
MERCOSUL/ÍNDIA			
MERCOSUL/ISRAEL			
APTR 04			
...			

5) INFORMAÇÕES ACERCA DA ALTERAÇÃO PRETENDIDA

a) Informar alíquota de importação pretendida;

b) Período de vigência solicitado;

c) Justificativa da necessidade de alteração tarifária;

d) Impactos da Alteração Pretendida *(indicar os impactos estimados pelo pleiteante sobre aspectos como produção, produtividade, vendas, geração de divisas, emprego de mão-de-obra, competitividade, rentabilidade, preços finais do produto, nível de utilização da capacidade instalada, balança comercial, etc.);*

6) INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA E DEMANDA DO PRODUTO

Importante:

I - Caso a unidade comercial não seja apresentada em Kg, é obrigatória a apresentação da medida de equivalência em Kg.

II - Para pleitos apresentados antes de 1º de julho, fornecer a previsão para o ano atual. Após essa data, os pleitos deverão conter os dados consolidados do primeiro semestre e a previsão para o restante do ano.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) Capacidade nominal instalada nacional e regional (Mercosul) em unidades físicas e em valor.

	Capacidade nominal instalada			
País	Antepenúltimo ano (*)	Penúltimo ano (*)	Ano Anterior (*)	Ano Atual (*)
Brasil				
Argentina				
Paraguai				
Venezuela				
Uruguai				

(*) Especificar claramente a que ano se refere (Ex.: 2009, 2010, 2011, 2012...) e a unidade física de medida adotada (quilos, litros, frascos, peças, caixas, comprimidos etc.)

b) Produção nacional e regional (Mercosul) - informar dados dos últimos três anos, por empresa, e os disponíveis para o ano em curso, em unidades físicas e em valor;

	Produção											
País	Antepenúltimo ano (*)			Penúltimo ano (*)			Ano Anterior (*)			Ano Atual (*)		
	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.
Brasil												
Argentina												
Paraguai												
Venezuela												
Uruguai												

(*) Especificar claramente a que ano se refere (Ex.: 2009, 2010, 2011, 2012...) e a unidade física de medida adotada (quilos, litros, frascos, peças, caixas, comprimidos etc.)

c) Empregos diretos;

d) Principais fabricantes no Brasil e no Mercosul - informar nome para contato, endereço, telefone e fax;

e) Consumo nacional e regional (Mercosul) - informar dados dos últimos três anos e os disponíveis para o ano em curso, em unidades físicas e em valor;

	Consumo											
País	Antepenúltimo ano (*)			Penúltimo ano (*)			Ano Anterior (*)			Ano Atual (*)		
	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.
Brasil												
Argentina												
Paraguai												
Venezuela												
Uruguai												

(*) Especificar claramente a que ano se refere (Ex.: 2009, 2010, 2011, 2012...) e a unidade física de medida adotada (quilos, litros, frascos, peças, comprimidos etc.).

f) Principais consumidores no Brasil e no Mercosul - informar nome para contato, endereço, telefone e fax;

g) Importações e exportações brasileiras - informar dados dos últimos três anos e os disponíveis para o ano em curso, em unidades físicas e em valor (US$ FOB);

Origem	Importações											
	Antepenúltimo ano (*)			Penúltimo ano (*)			Ano Anterior (*)			Ano Atual (*)		
	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.
País 1												
País 2												
País 3												
...												
TOTAL												

(*) Especificar claramente a que ano se refere (Ex.: 2009, 2010, 2011, 2012...) e a unidade física de medida adotada (quilos, litros, frascos, peças, comprimidos etc.)

Destino	Exportações											
	Antepenúltimo ano (*)			Penúltimo ano (*)			Ano Anterior (*)			Ano Atual (*)		
	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.	US$	Unidade	US$/unid.
País 1												
País 2												
País 3												
...												
TOTAL												

(*) Especificar claramente a que ano se refere (Ex.: 2009, 2010, 2011, 2012...) e a unidade física de medida adotada (quilos, litros, frascos, peças, comprimidos etc.)

h) Evolução mensal de preços praticados nos mercados nacional e internacional (especificar local de referência e fonte de dados) - informar valores por unidade em US$ (especificar a unidade), nos três anos anteriores e no ano em curso;

i) Estrutura de custos de fabricação do produto (em US$ por unidade física de medida);

Item	Origem	US$	%
Matéria Prima 1 (*)	Participação Nacional: Participação Importada:		
Matéria Prima 2	Participação Nacional: Participação Importada:		
Matéria Prima 3	Participação Nacional: Participação Importada:		
...	Participação Nacional: Participação Importada:		
Mão de obra direta			
Mão de obra indireta			
Gastos gerais de fabricação			
Gastos administrativos			
Gastos comerciais			
Gastos financeiros			
Custo total			100

(*) Listar as principais matérias-primas, indicando, na coluna de Origem, os percentuais de importação e de fornecimento nacional do insumo.

j) Custos de Internação (Em US$ por unidade física de medida; especificar data, país de origem, local de desembaraço no Brasil e alíquota dos impostos e contribuições);

Item	Alíquota (%)	Valores com a Tarifa Vigente	Valores com a Tarifa Solicitada
Preço FOB	-		
Preço CIF	-		
Imposto de Importação devido			
Taxas e demais gravames (especificar)			
Gastos Aduaneiros	-		
IPI			
ICMS			
PIS			
COFINS			
Outros Impostos			
Preço do Produto internado	-		

7) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES para o BEM FINAL, no caso de o produto ser insumo ou matéria-prima (se disponíveis)

a) Listar os bens finais aos quais o produto é incorporado (indicar NCM) e percentual de participação do insumo ou matéria-prima;

b) Produção, importações e exportações brasileiras dos principais bens finais - informar os dados dos últimos três anos e os disponíveis para o ano em curso em unidades físicas e em valor (utilizar o formato indicado no item 6);

c) Resumo do processo de incorporação do insumo ou matéria-prima aos bens finais;

d) Tarifa dos componentes da cadeia produtiva;

e) Estrutura de custos do bem final (utilizar os formatos indicado no item 6);

f) Se o produto está ou já esteve amparado por alguma medida de alteração temporária da TEC ou medida de defesa comercial, detalhar o impacto na estrutura de custo da cadeia produtiva (a montante e/ou a jusante).

8) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(Relacionar outras informações que justificam o mérito e a relevância econômica do pleito, dentre informações setoriais importantes como: capacidade produtiva atual e existência de investimentos para ampliá-la, organização da cadeia produtiva, presença de monopólios ou oligopólios, barreiras à importação e exportação etc.).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

FORMULÁRIO COMPLEMENTAR PARA A SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÕES TARIFÁRIAS TEMPORÁRIAS PARA PRODUTOS QUE NECESSITEM DE CRIAÇÃO DE *EX TARIFÁRIO* À NCM

1) Nome vulgar, comercial, científico e técnico;

2) Marca registrada, modelo, tipo e fabricante;

3) Função principal e secundária;

4) Princípio e descrição resumida do funcionamento;

5) Aplicação, uso ou emprego;

6) Forma de acoplamento de motor a máquinas ou aparelhos, quando for o caso;

7) Dimensões e peso líquido;

8) Peso molecular, ponto de fusão e densidade (para produtos do capítulo 39 da NCM);

9) Forma (líquido, pó, escamas, etc) e apresentação (tambores, caixas, etc., com respectivas capacidades em peso ou em volume);

10) Matéria ou materiais de que é constituída a mercadoria e suas percentagens em peso ou em volume;

11) Processo detalhado de obtenção;

12) Código do produto, de acordo com a NCM;

13) Sugestão de descrição para o produto, utilizando o padrão da NCM, sem incluir marca comercial, modelo ou tipo de equipamento ou procedência;

14) Especificações técnicas detalhadas, acompanhadas de catálogos técnicos originais ou literatura técnica pertinente;

15) Composição qualitativa e quantitativa*;

16) Fórmula química bruta e estrutural*;

17) Componente ativo e sua função*.

* Apenas para produtos das empresas químicas e conexas.

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera para 2% e 0% (dois por cento e zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

Considerando as Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC, resolve:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações:

NCM	DESCRIÇÃO
8471.60.53	Ex 001 - Aparelhos controladores para captação do movimento dos olhos e conversão instantânea em movimentos do cursor na tela do computador, para portadores de necessidades especiais, dotado de processador independente, para acoplar a computadores com unidade de processamento central de memória RAM mínima de 2GB, compatível com telas de 15 a 22", distância ideal de utilização de 50 a 80cm, portátil, dimensões 250 x 53 x 50mm, alimentação elétrica 110-230V (CA), com suporte de montagem e bolsa de transporte
9030.89.90	Ex 029 - Equipamentos de teste elétrico em placa de circuito impresso montada, com capacidade para conectar 2.048 pontos de teste e verificar a montagem e posição correta dos componentes, bem como a identificação de trilhas rompidas, com softwares dedicados
9032.89.30	Ex 001 - Unidades de controle e sistema de gerenciamento automático de trem compostas de comutador IP, unidade de controle de veículo (VCU), de 400MHz, com plugue de dispositivo destacável montado na frente da unidade, com a marca de identificação eletrônica, dimensão 205,2 x 177 x 132mm, unidade de display do condutor com dimensão 264 x 202 x 53mm, repetidor de rede do barramento multifuncional de veículo (MVB), com 6 pontos de conexão MVB e uma conexão de alimentação, com dimensão 65 x 200 x 125mm, módulos digitais e analógicos, redes IP simples e MVB de comunicação

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 2º Criar o seguinte Ex-tarifário de Bem de Informática e Telecomunicação:

NCM	DESCRIÇÃO
8543.70.99	Ex 057 - Mesas de comutação de sinais de vídeo, com no mínimo 16 entradas, com interface de entrada de vídeo SDI e/ou HD-SDI e saídas em SDI e/ou HD-SDI e SDI, com pelo menos 2 estágios M/E, com 4 chaveadores cromáticos por M/E e gravador RAM interno.

§ 1º Alterar para 0% (zero por cento), até 31 de março de 2013, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o referido Bem de Informática e Telecomunicação, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 3º A alteração das alíquotas ad valorem do Imposto de Importação, a que se referem as Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado, somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

Parágrafo único. Os bens, que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários das Resoluções CAMEX referidas no caput, e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

Considerando as Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC e os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Capital:

NCM	DESCRIÇÃO
8408.10.90	Ex 023 - Motores diesel marítimos especificamente desenvolvidos para veleiros, acoplados com ou sem reversor, 4 tempos, refrigerados por água, 3 cilindros verticais, 6 válvulas, injeção indireta, com diâmetro de pistão de 76mm e curso de pistão de 82mm, com potência continuada de 20,1 a 22,1kW de rotação variável até 3.600rpm, e de cilindrada de 1,115 litros
8412.21.90	Ex 009 - Motores hidráulicos de pistões axiais de deslocamento volumétrico máximo de 110cm³ por revolução e torque máximo de 800Nm, para transmissões de óleo-hidráulicas em circuito fechado de máquinas autopropulsoras
8412.21.90	Ex 010 - Motores hidráulicos de pistões axiais de vazão máxima igual ou superior a 75cm³ por revolução
8412.21.90	Ex 011 - Motores hidráulicos de pistões axiais tipo eixo inclinado, de deslocamento volumétrico máximo igual a 32cm³, torque máximo de 178Nm e pressão máxima nominal de 350bar
8413.70.10	Ex 001 - Motobombas centrífugas submersíveis, para operação em poços de petróleo, para vazões compreendidas entre 0,29 e 1.150 litros por segundo, para alturas de recalque compreendidas entre 20 e 3.400mca, acionadas por motor elétrico com potência entre 33,56 e 550kW, rendimento hidráulico entre 68 e 78%, com passagem de sólidos de até 100mm, construídas em ferro fundido, com ou sem sistema de lavagem de selo
8413.70.80	Ex 006 - Combinações de máquinas para fornecimento de cera utilizada em linhas de pintura de carrocerias automotivas, compostas de tanque, bomba, "loop", sistema de aquecimento, válvulas e tubulação
8413.70.80	Ex 007 - Combinações de máquinas para fornecimento de PVC (Policloreto de vinila) utilizado em linhas de pintura de carrocerias automotivas, compostas de: tanques, bombas, sistemas de troca automática, sistema de aquecimento, válvulas e tubulação
8413.70.90	Ex 064 - Bombas centrífugas submersíveis multiestágios com mancais radiais de cerâmica tipo zircônio para operação em poços de petróleo, com vazão de até 15.231m³/dia
8413.70.90	Ex 076 - Bombas centrífugas verticais de alta rotação com engrenagem multiplicadora interna integrada, tipo "API 610, 682 e 611", para transferência de nafta, acionadas por turbina a vapor, montadas em base metálica tipo "skid", onde será agregado sistema de selagem, para operar com altura manométrica disponível de 50metros na vazão de 33,9m³/h, com temperatura de projeto de 70ºC, pressão de sucção de projeto de 6,7kgf/cm²g, pressão de descarga de projeto de 37,1kgf/cm²g
8413.70.90	Ex 077 - Bombas centrífugas verticais de alta rotação com engrenagem multiplicadora interna integrada, tipo "API 610 e 682", para transferência de nafta, montadas em base metálica tipo "skid", onde serão agregados motor elétrico e sistema de selagem, para operar com altura manométrica disponível de 50 metros na vazão de 33,9m³/h, com temperatura de projeto de 70ºC, pressão de sucção de projeto de 6,7kgf/cm²g, pressão de descarga de projeto de 37,1kgf/cm²g
8414.59.90	Ex 007 - Ventiladores centrífugos, em aço, com carcaça e rotor inteiramente revestidos de borracha, utilizados no transporte de gás úmido rico em SO_2 da seção de purificação de gases para a seção de secagem de gases constituintes da planta de ácido sulfúrico, com vazão de projeto 352.568kg/h, isentos de óleo, temperatura de projeto de 90°C, pressão de projeto 300mm H_2O e vácuo de -1.000mm H_2O
8414.80.19	Ex 073 - Compressores centrífugos de ar, de alta rotação, com engrenagem multiplicadora integrada, isentos de óleo, tipo API 672, montados em "skid", com acionamento por motor elétrico, sistema de selagem e console do sistema de lubrificação e controle, para operar na vazão de 6.948Nm³/h, com temperatura de projeto de sucção 19,0ºC, e descarga de 38,3ºC, pressão de projeto de sucção 1,0kgf/cm² abs. e descarga de 10kgf/cm² abs

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8414.80.33	Ex 032 - Compressores centrífugos de alta rotação, com engrenagem multiplicadora integrada, isentos de óleo, tipo API 617, para alimentação de gás natural, acionados por turbina a vapor, montados em base metálica tipo "skid", onde serão agregados sistema de lubrificação e controle, sistema de gás de selagem, painéis de controle, proteção, monitoração e controlador lógico programável (CLP), para operar na vazão de 909Nm³/h, com temperatura de projeto de sucção 62ºC, e descarga de 92,1ºC, pressão de projeto de sucção 24,53kgf/cm² abs. e descarga de 33,533kgf/cm² abs
8414.80.33	Ex 033 - Compressores centrífugos de alta rotação, com engrenagem multiplicadora integrada, isentos de óleo, tipo API 617, para alimentação de gás combustível, acionados por motor elétrico, montados em base metálica tipo "skid", onde será agregado sistema de selagem, para operar na vazão de 461,2Nm³/h, com temperatura de projeto de sucção 40ºC, e descarga de 117,3ºC, pressão de projeto de sucção 10,5kgf/cm² abs. e descarga de 24kgf/cm² abs
8414.80.90	Ex 011 - Bombas centrífugas verticais de alta rotação com engrenagem multiplicadora interna integrada, tipo "API 610 e 682", para transferência de butano, montadas em bases metálicas tipo "skid", onde serão agregados motor elétrico, sistema de selagem, para operar com altura manométrica disponível de 3,6 metros na vazão de 9,6m³/h, com temperatura de projeto de 70ºC, pressão de sucção de projeto de 6,7kgf/cm²g, pressão de descarga de projeto de 37,2kgf/cm²g
8417.10.10	Ex 002 - Combinações de máquinas para fusão de desperdícios (sucatas e escórias) e lingotes de alumínio, compostas de: 1 forno industrial para fusão de ligas de alumínio (lingote ou sucata), não elétrico, dimensões internas 6.000 x 4.880 x 2.470mm, capacidade de carga de 35 toneladas, tipo basculante; 1 forno industrial para ajustar a composição química e a temperatura do alumínio líquido e remover a escória, não elétrico, dimensões internas 6.500 x 3.455 x 2.230mm, capacidade de carga de 30 toneladas, tipo basculante; 1 sistema de desgaseificação de alumínio líquido, com aquecimento elétrico e injeção de gás argônio através de rotor de grafite, com capacidade de tratamento de até 6.000kg/h; 1 sistema de filtragem de alumínio líquido através de filtros cerâmicos, com capacidade de filtrar até 6.000kg/h; 1 sistema de solidificação contínua de alumínio líquido (caster), com sistema de aplicação contínua de solução líquida de desmoldante a base de grafite sobre os cilindros do Caster, sistema de corte transversal (guilhotina) e bobinamento automático da chapa de alumínio
8417.10.10	Ex 003 - Fornos a gás natural de refino, com estrutura metálica e refratários de cromo-magnesita, para sucata de cobre com basculamento e dispositivos hidráulicos projetados para carga nominal de 100 toneladas, dotados de sistema de carregamento com escorificação lateral e superior, porta de derramamento, potência térmica instalada 14.000.000kcal/hora, através de bicos queimadores e ventiladores, temperatura de operação compreendida entre 1.083 e 1.250ºC, sistema de regulagem de pressão e de câmara de acoplamento e arrefecimento de fumaça, instrumentos de medição e controle
8418.69.99	Ex 022 - Combinações de máquinas para produção de água gelada, com temperatura da água fornecida de 7ºC e de retorno de 12ºC, e potência de 1.120kW, compostas por 3 resfriadores de água acionados por compressor de parafusos, bombas, tanque de água, tubulação, válvulas e instrumentação.
8419.39.00	Ex 051 - Secadores de metavanadato de amônia, tipo "flash drying", com capacidade de 2.500kg/hora (vazão de alimentação do composto ainda úmido), dotados de: silo de alimentação, alimentador/misturador, ciclones, coletor do ciclone primário, coletores do ciclone secundário, filtro de manga com transportador de rosca, ventilador de exaustão, silo de metavanadato de amônia seco, sistema de queima dotado de sistema gerenciador, refratários, estruturas, tubulação, instrumentação e válvulas
8419.89.99	Ex 113 - Combinações de máquinas para recuperação de sal de sulfato, com capacidade nominal de alimentação de 12.600kg/hora (máxima de projeto de 20.000kg/hora de licor constituído por Na_2SO_4 17%, $(NH_4)2SO_4$ 9%, V_2O_5 0,1% e clorados 500ppm, compostas de: tanques, vasos de pressão; agitadores com motores elétricos; centrífugas; bombas com motores elétricos; sistema de ventiladores; trocadores de calor; roscas transportadoras com motores elétricos; hidrociclones; tubulações e junta de expansão
8419.89.99	Ex 114 - Cristalizadores compostos de corpo de vapor com diâmetro de corpo de 3.800mm e altura de 9.507mm e diâmetro da perna de elutriação com diâmetro de 1.250mm e altura de 4.719mm, fornecido em material duplex 2507 para trabalho nas condições de pressão e temperatura de operação de -33,0kPa(g) e 96°C, respectivamente e pressão e temperatura de projeto 100,00kPa(g) e 120°C
8419.89.99	Ex 115 - Equipamentos para oxidação térmica regenerativa de gases provenientes de linha de pintura de carroceria automotivas, com capacidade de 18.000Nm³/hora e temperatura de aquecimento do gás de 800°C, próprios para queima de gases orgânicos voláteis, com eficiência de 98%
8419.90.90	Ex 004 - Feixes tubulares para sistema de condensação de ácido sulfúrico, com 40 módulos de tubos de vidro resistente a corrosão com aproximadamente 7m x 40mm x 2,3mm (comprimento x diâmetro externo x espessura de parede), espelhos superior e inferior fabricados com aço carbono revestidos com polímeros e chicanas fabricadas com aço carbono e/ou aço inoxidável para passagem de ar
8420.91.00	Ex 001 - Cilindros em aço, com acabamento em cromo polido, com refrigeradores contendo dupla camisa e anéis em forma de espiral para circulação de água gelada, com diâmetro igual ou superior a 760mm e largura igual ou superior a 1.800mm, para resfriamento do polietileno aquecido, aplicados sobre a superfície de papel cartão, utilizados em calandras, de aproximadamente 300ºC para 15ºC
8420.91.00	Ex 002 - Cilindros em aço com acabamento em cromo, com refrigeradores com dupla camisa e anéis em forma de espiral para circulação de água gelada, com diâmetro igual ou superior a 760mm e largura igual ou superior a 1.800mm, para resfriamento do polietileno aquecido aplicado sobre a superfície de papel cartão, utilizado em calandras de aproximadamente 300°C para 15°C
8421.21.00	Ex 013 - Combinações de máquinas para deionização de água, com capacidade de produção de 25m³/h com condutividade menor ou igual a 20µs/cm, e 5m³/h com condutividade menor ou igual a 5µs/cm, com grau de eliminação de sais maior ou igual a 98% a 20°C e taxa de recuperação de água maior ou igual a 75% a 20°C, compostas de: unidades de filtragem, unidade de ultra-filtragem, 2 unidades de osmose reversa e 2 tanques para os produtos finais
8421.21.00	Ex 014 - Módulos de membranas ocas de PVDF (fluoreto de polivinilideno), projetadas para microfiltração contínua de água, com alta vazão especificada de permeado e rejeição de partículas sólidas, com carcaça e internos (coletores) em PVC, com eficiência de 95% e capacidade de filtração de 85m³/h
8421.39.90	Ex 014 - Filtros para reaproveitamento de polpa de celulose e gel absorvente à base de poliacrilato de sílica, por limpeza de ar contendo fibras de celulose pulverizadas misturadas com partículas de gel absorvente à base de poliacrilato de sílica, atuando em 5 estágios de filtragem, dotados de válvula rotativa desviadora para limpeza de seções determinadas do filtro de tambor com intensidade seletiva, incluindo o sistema de vácuo para transporte de ar limpo e do ar com partículas e fibras, com controle computadorizado e tela "touch screen"
8422.30.10	Ex 035 - Combinações de máquinas para envase de vinagre em garrafas PET, com capacidade produtiva nominal de 24.000 garrafas de 0,75 litros por hora e 26.000 de 0,5 litros por hora, compostas de: posicionador rotativo para alimentação de garrafas, com painel de comando com controlador lógico programável (CLP) integrado, transportador pneumático asséptico com filtro ultra-clean para evitar a contaminação das garrafas, sistema automático rotativo para inflar, enxaguar, encher e tampar, com painel de comando com controlador lógico programável (CLP) integrado, dotado de módulo rotativo de inflação, módulo enxaguador rotativo para lavagem interna, sistema de enchimento volumétrico tipo carrossel com 60 válvulas, filtro ultra-clean e ausência de contatos, módulo tampador rotativo com 12 cabeças para aplicação de tampas de plástico com dispositivo "pick & place", elevador de tampas, sistema de inspeção de nível de rótulo e de tampas com ejetor de garrafas, esteira de garrafas, rotuladora rotativa de garrafas por cola fria com painel de comando com controlador lógico programável (CLP) integrado
8422.30.29	Ex 227 - Máquinas automáticas, rotativas para aplicação de rótulos pré-cortados com adesão por cola fria em garrafas de vidro, controlado por sistema lógico programável (CLP) com interface de operação através de painel "touch screen" colorido com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas mecânico, sensor ou câmera, com sistemas de calefação de cola fria, com ou sem alimentação automática de rótulos, com ou sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com capacidade menor ou igual a 72.000g/h
8422.30.29	Ex 228 - Máquinas contadoras de comprimidos e cápsulas, com capacidade de 100frascos/minuto, providas de 4 partes, cada parte com 3 linhas de alimentação produto e contagem, contendo sensores de campo eletrostático para contagem e detecção de produtos com defeitos, sistema de exaustão, funil de alimentação de produto com capacidade de 63 litros com polimento espelhado em aço inox 316l, interface de operação através de painel "touchscreen", transporte e posicionamento de frascos através de rosca sem-fim acionado por servo-motor, rejeição de frascos com sensor de confirmação de rejeito
8422.30.29	Ex 229 - Máquinas para envasar medicamentos líquidos não estéreis a uma velocidade de 150 frascos por minuto, através de movimento intermitente, equipadas com drives para o enchimento volumétrico com capacidade de 1 a 100ml através de bombas de cerâmica, aplicação e inserção de tampas e conta-gotas, alimentação de tampas e conta-gotas através de panelas vibratórias, rejeito de frascos com defeito, tanque em aço inoxidável 316L para produto com capacidade de 40 litros e sensor tipo elétrico, a prova de explosão para os componentes elétricos, sensor para detecção de vapores de solventes, sensor para detecção do nível de aterramento, alimentação automática de frascos através de um disco rotativo e sistema de vácuo para transferência dos frascos para a esteira, com controle operacional através de computador industrial e PLC
8422.40.90	Ex 292 - Máquinas automáticas para empacotamento de fraldas descartáveis, com capacidade máxima de produção igual ou superior a 2.000fraldas/min, com unidade de contagem e agrupamento (empilhamento); unidade de compressão com capacidade igual ou superior a 45kN para abertura das bolsas, inserção da quantidade de fraldas, selagem e cisalhamento das bolsas; unidade de pre-enchimento de bolsas de fraldas, com braços empurradores de pilhas e selagem por temperatura; unidade de comando geral, provida de painéis elétricos e eletrônicos, com comando computadorizado e controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 394 - Máquinas embaladoras automáticas, horizontais, do tipo "flow pack", para lenços umedecidos, com velocidade máxima de produção de 150pacotes/min, com controlador lógico programável (CLP), dotadas de esteiras de alimentação automática em 3 estágios em aço inoxidável, com 3m de comprimento, desbobinador de filme com troca automática de bobina, dotado de conjunto de corte controlado por servo motor, com precisão de corte de +/-3mm, aplicador de etiqueta sobre o corte do filme, dotado de sensor de aplicação, esteira ajustável para compressão do maço de lenços, túnel contínuo de formação, dotado dispositivo para envolvimento por filme e selagem do pacote, faca rotativa para corte transversal do filme, removedor de excesso de filme e tombador de produto
8422.40.90	Ex 395 - Máquinas para enrolar e plastificar jornais com alimentação manual do produto, com suporte para o rolo de filme plástico e apoio para o jornal, produção máxima de 1.800unidades/h, pressão nominal de ar comprimido de 90 a 130psi, painel de comando com controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 000 - Combinações de máquinas de embalagem para tabletes de chocolate e/ou barras de wafer cobertos tipo "flow pack" compostas por: acumulador de produto com sistema de gôndolas com capacidade para armazenagem de até 15min de produção; distribuidor e sistema de alimentação para embaladora horizontal com capacidade de embalar produtos com uma velocidade máxima de 150metros/minuto de filme com troca automática de bobinas e equipamento para formação de display, acondicionamento de produtos em display e fechadora de display com velocidade de 40displays/minuto ou superior, equipados com painel de comando com controlador lógico programável (CLP), servo-drives e sistema de rejeição controlados por servo-motores.
8422.40.90	Ex 266 - Máquinas automáticas para embalar sorvetes tipo palito, cones com topo arredondado, copinhos de "wafer", sanduíches, bolos, tijolinhos, barras, sobremesas, fatias ou mini-pedaços, contínuas, em filme plástico com selagem a frio ou a quente, com capacidade compreendida entre 550 e 14.000unidades/hora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8422.40.90	Ex 397 - Combinações de máquinas automáticas de empacotamento e embalagem com transporte, alinhamento, verificação de dimensões com capacidade para 30.000unid/h de pães, tipo baguete congelado de 175g, compostas de: formadora de caixas; equipamento de inserção de embalagens plásticas; esteiras de alimentação de embalagens; mesas alinhadoras de pães providas de esteira calibrador de comprimento e descarte de produtos, com acuracidade mínima para 26,04cm e máxima para 28,6cm por 3,8cm de diâmetro provida de contador de peças; fechador de caixas por fitas provido de impressoras identificadora por "inkjet" de quatro cabeças e aplicador de etiquetas, construídas em aço inox, todo integrado por controlador lógico programável (CLP), provido de painel de comando sensível ao toque para controle e operação, com saída ethernet
8422.40.90	Ex 398 - Combinações de máquinas para embalar produto wafer coberto com chocolates (tipo envelope), com abastecimento e alinhamento de produtos via "chicane", com velocidade nominal de 1.000peças/min por máquina embaladora, compostas de: 8 máquinas embaladoras de alta velocidade e 8 encartonadeiras integradas a máquina, com um sistema de alimentação contínuo controlado por servomotores, dispositivo de agrupamento e descarga, e pulmão de produto desembalado composto de esteiras e chicanes para realimentação à oitava máquina embaladora, com controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 399 - Máquinas encartuchadeiras verticais automáticas de movimento contínuos para acondicionar sabonetes pré-embalados provenientes de 2 esteiras de alimentação em cartuchos, com velocidade nominal igual ou superior a 600 sabonetes por minuto, acondicionadas através de robôs em cartuchos com 5 sabonetes dispostos verticalmente, com armador rotativo de cartucho de 5 cabeças, acionadas por servo motor, com sistema de cola tipo "hot melt", com transportador de descarregamento, com sistema de checagem de peso com dispositivo de rejeição e controlado lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 400 - Máquinas formadoras de paletes de mercadorias (caixas e fardos) nas dimensões compreendidas entre 100 x 90 x 40mm a 600 x 450 x 600mm (comprimento x largura x altura) e pesos de 0,5 a 25kg, capazes de produzirem paletes nas dimensões máximas de 1.300 x 1.100 x 2.700mm (comprimento x largura x altura) e peso máximo de 1.500kg e velocidade de formação de paletes compreendidas entre 40 a 150paletes/hora, contendo: esteiras acumuladoras (zero pressão) de correia para transporte de mercadorias, com largura compreendida entre 250 a 650mm, velocidade máxima de até 80m/minuto, suportes metálicos das esteiras de até 500mm e guardas de segurança; segmentos de esteiras de roletes para transporte e segmentos em curva; sistema pneumático de movimentação de esteiras (seletor); estação leitora de códigos de barras; painéis; embaladora com filme plástico de paletes de dimensões máximas de até 1.400 x 1.000 x 600mm (comprimento x largura x altura), com cabeça rotativa, automática e sistema de colocação de cantoneiras rígidas em paletes; painéis elétricos e controladores lógico programáveis (CLPs)
8422.40.90	Ex 401 - Máquinas para controle, inspeção e embalagem de lentes oftálmicas com diâmetro de 60 a 80mm, para conferência de diâmetro, medição óptica, dotadas de dispensador de filme, estação de embalagem e impressão de etiqueta, capacidade máxima de 900 lentes por hora, consumo elétrico de 6kW, controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 402 - Máquinas para embalar com filme plástico paletes de dimensões máximas de até 1.400 x 1.000 x 600mm (comprimento x largura x altura), contendo cabeça rotativa, automática; pré-esticador do filme; controle de tensão do filme; dispositivo de carregamento do filme; sistema de emenda do filme sem toque; estabilizador do palete; controlador lógico programável (CLP); elevador do palete, com velocidade máxima igual ou superior a 70paletes/h
8424.89.90	Ex 157 - Combinações de máquinas para aplicação de camada de PVC (Policloreto de vinila) sob carrocerias automotivas, com capacidade máxima igual a 21,5carrocerias/hora com dimensões máximas de 5.000 x 1.900 x 1.600mm e peso máximo de 500kg, compostas de: estação para aplicação de proteções (mascaramento) em furos e porcas; estação de aplicação de PVC; estação de retirada das proteções em furos e porcas (desmascaramento); equipamentos para aplicação dos vedantes de proteção; unidade de alimentação do PVC; transportador por suspensão, cabine de isolamento com dimensões de 24.000 x 5.200 x 7.200mm e sistema de segurança para prevenção de entradas indevidas na área de trabalho
8424.89.90	Ex 158 - Combinações de máquinas para aplicação de material anti corrosão em carroceria de veículos automotivos, com capacidade nominal máxima de 30 carrocerias/hora, compostas de: transportador aéreo para transporte de carroceria; equipamento para fornecimento de material com dispositivo de manutenção de pressão e temperatura, dotado de bombas, filtros e aquecedores; robô de múltiplas articulações com 6 graus de liberdade, capacidade de carga de 20kg, com pistola de aplicação de resina de proteção e raio de alcance acima de 3m, dotado ou não de terminal de programação portátil, painel de controle, mangueiras e cabos de conexão
8424.89.90	Ex 159 - Combinações de máquinas para aplicação localizada de camada de proteção em PVC (Policloreto de vinila) em partes específicas de carrocerias automotivas tais como cordões de solda, cobertura do motor, caixa das rodas e lateral inferior, inferior das portas, etc., com capacidade máxima igual a 21,5carrocerias/hora, dimensões máximas das carrocerias 5.000 x 1.900 x 1.600mm e peso máximo de 500kg, compostas de: estação de remoção de irregularidades superficiais das carrocerias por lixamento, estação de aplicação de PVC, unidade de alimentação do PVC; transportador, cabine de isolamento com dimensões de 24.000 x 5.200 x 3.800mm para a estação de lixamento e dimensões de 42.000 x 5.000 x 3.800mm para a estação de aplicação de PVC e sistema de segurança para prevenção de entradas indevidas na área de trabalho
8424.89.90	Ex 160 - Combinações de máquinas para pintura de peças plásticas de veículos automotivos, composta de: robô de múltiplas articulações (6 graus de liberdade) com atomizador e capacidade máxima de 20kg para pintura com controlador de robô, dotado ou não de terminal de programação portátil, painél de controle, mangueiras e cabos de conexão; misturador de líquidos com velocidade de vazão de 1.000ml/minuto, pressão máxima de saída de 1,5MPa, dosador de fluxo alternado; equipamento de tratamento de ar com volume de vazão de 3.500m³/minuto, temperatura de operação entre 20°C e 28°C; transportador de solo por corrente com dimensões de 2.000 x 1.000 x 700mm, velocidade de transporte de 2,92m/minuto, capacidade máxima de transporte de 100kg; dispositivo para limpeza de peças através é jato de ar (air blow), pressão de operação de 1kPa e velocidade de vazão do bico de ar de 30 m/minuto
8424.89.90	Ex 161 - Combinações de máquinas para pulverização de cera em carrocerias automotivas, com capacidade máxima igual a 21,5carrocerias/hora, dimensões máximas das carrocerias 5.000 x 1.900 x 1.600mm e peso máximo de 500kg, dotadas de cabine de isolamento com dimensões de 12.000 x 5.200 x 5.300mm, com sistema fechado de circulação de ar e sistema de exaustão, sistema de iluminação e transporte
8424.89.90	Ex 162 - Combinações de máquinas para retoques da pintura final de carrocerias automotivas, com capacidade máxima igual a 21,5carrocerias/hora, dimensões máximas das carrocerias 5.000 x 1.900 x 1.600mm e peso máximo de 500kg, compostas de: cabine de isolamento com dimensões de 6.000 x 5.200 x 5.000mm, sistema de secagem por infravermelho, sistema fechado de circulação de ar, sistema de exaustão, sistema de extinção de incêndio, sistema de iluminação e transporte.
8424.89.90	Ex 163 - Robôs de 6 graus de liberdade e capacidade máxima de 15kg, para serem utilizados em aplicação de primer e verniz em carroceria de veículos automotivos, dotados de atomizador para dispersão do produto, controlador, com ou sem terminal de programação portátil, painel de controle, mangueiras e cabos de conexão
8424.89.90	Ex 164 - Robôs de múltiplas articulações (6 graus de liberdade), com atomizador e capacidade máxima de 20kg, para pintura de peças plásticas automotivas, dotados ou não de terminal de programação portátil, com misturador de dois líquidos com pressão máxima de saída de 1,5MPa e velocidade máxima de vazão após mistura igual a 1.000ml/minuto, dosador de fluxo alternado
8424.89.90	Ex 165 - Robôs de múltiplas articulações (seis graus de liberdade), com capacidade máxima de 20kg, dotados de pistola de aplicação e raio de alcance superior a 3m para limpeza interna da carroceria a base de spray de água, controlador, com ou sem terminal de programação portátil, painel de controle, mangueiras e cabos de conexão
8426.41.90	Ex 041 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "Rough Terain", computadorizados, acionados por motor diesel, com 2 eixos, lança telescópica principal com 4 ou mais seções de no mínimo 29metros e capacidade entre 21 e 45toneladas métricas a 3,0metros de raio
8426.41.90	Ex 042 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "Rough Terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com 2 eixos, lança telescópica principal com 4 ou mais seções de no mínimo 48,5metros, e capacidade igual ou superior a 110toneladas a 3,0metros de raio
8427.10.19	Ex 010 - Empilhadeiras autopropulsadas, acionadas por motor elétrico de corrente alternada (AC), contrabalanceadas e articuladas, com capacidade máxima de carga entre 1.500 a 5.500kg, com torre de 3 e 4 estágios, altura máxima de elevação dos garfos igual ou superior a 7.050mm
8427.10.90	Ex 047 - Veículos autopropulsados para transporte de vidro Jumbo, de 7.843mm de comprimento e 800mm de elevação, acionados por 2 motores elétricos de 11kW cada alimentados por baterias de tração de 80V/620Ah, com duplo dispositivo de operação, sistema de travamento dos pacotes de vidro para transporte, sinalização visual rotativa de movimento e sistema sincronizado de elevação, utilizados para transporte de cavalete com lâminas de vidro plano em formato A ou L, com capacidade para 33 toneladas, com sistema hidráulico multidirecional de movimentação
8427.10.90	Ex 048 - Veículos de empilhamento lateral multidirecional, autopropulsados, para transporte de vidro de largura entre 2.500 e 3.660mm, altura entre 1.500 e 2.900mm, com dispositivo para manuseio de até 6 pacotes de vidro plano em colares ou em cavaletes formato A, com deslocamento por 2 motores elétricos de 11kW cada, alimentados por baterias de tração de 80V/620Ah, com dispositivo de operação de todo sistema hidráulico multidirecional de movimentação, sinalização visual rotativa de movimento e sistema sincronizado de elevação, com capacidade para 15 toneladas
8427.10.90	Ex 049 - Veículos de empilhamento lateral multidirecional, autopropulsados, para transporte de pacotes de vidro com largura entre 3.500 e 7.000mm, altura entre 2.600 e 3.660mm e espessura de 0 a 420mm, com deslocamento por 2 motores elétricos de 11kW cada, alimentados por baterias de tração de 80V/1.240Ah (2 unidades de 620Ah), com dispositivo de operação de todo sistema hidráulico multidirecional de movimentação, sistema de travamento dos pacotes de vidro para transporte, sistema de sucção para manuseio de chapas de vidro, sinalização visual rotativa de movimento e sistema sincronizado de elevação, com capacidade para 15 toneladas
8427.10.90	Ex 050 - Veículos de empilhamento lateral multidirecional, autopropulsados, para transporte de pacotes de vidro de largura entre 2.500 e 3.660mm, altura entre 1.500 e 2.900mm, e espessura entre 0 e 450mm, com deslocamento por 2 motores elétricos de 11kW cada, alimentados por bateria de tração de 80V/620Ah, com dispositivos de operação de todo sistema hidráulico multidirecional de movimentação, sistema de travamento dos pacotes de vidro para transporte, sistema de sucção para manuseio de chapas de vidro, sinalização visual rotativa de movimento e sistema sincronizado de elevação, com capacidade para 7,5 toneladas
8427.20.10	Ex 021 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor diesel com potência de 129kW, com configurações variáveis, com capacidade de carga entre 9.000 e 18.000kg, dotadas de torre duplex ou triplex hidráulica, com garfos fabricados em aço forjado com comprimento entre 1.200 e 2.400mm, com sistema de desengate rápido dos garfos "fork shaft system with separate carriers for each fork", próprias para elevação de cargas gerais, transporte e armazenagem de bobinas de aço, chapas e tarugos, equipadas com sistema de controle e monitoramento do motor e transmissão via display, com entre eixos "wheel base" entre 2.750 e 3.750mm de comprimento
8427.20.90	Ex 070 - Veículos autopropulsados sobre rodas, acionados por motor a diesel, para transporte e movimentação de carretéis de aço com diâmetro de flange compreendido entre 7.800 e 14.000mm e largura externa de flanges de 5.000mm, dotados de chassi em "U", com capacidade de rotação de 360°, capacidade máxima de carga de 500t, velocidade máxima de deslocamento de 4km/h, torque de 90t/m, velocidade máxima de rotação do carretel de 0,6giro/minuto na função guincho, com sistema de suspensão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	independente, bombas hidráulicas, sistema de manuseio com 2 braços "mastros" para elevação e rotação dos carretéis e sistema de pesagem
8427.20.90	Ex 071 - Veículos elétricos autopropulsados sobre rodas, para movimentação de couros, tração integral, alimentada através de 2 grupos de baterias elétricas 80V-930Ah cada uma, motor elétrico trifásico, com braço primário de 5.000metros de comprimento e braço secundário telescópico de 3,20 metros até no máximo 4,00 metros de comprimento, pólipo sem flange com pontas arredondadas para curtumes, posição de condução com elevação hidráulica vertical com rotação de 360° e capacidade máxima de carga de 2.600kg
8428.33.00	Ex 028 - Máquinas para transportar e orientar o posicionamento de garrafas plásticas através de correias de poliuretano reforçado, composta de disco rotativo e unidade de elevação, com entrada elétrica de 380V, 3 Ø, 60Hz + N e circuito de controle interno de 24 Volts e com controlador lógico programável (CLP)
8428.33.00	Ex 029 - Esteiras acumuladoras (zero pressão) de correia para transporte de mercadorias, com largura compreendida entre 250 a 650mm, velocidade máxima de até 80m/minuto; suportes metálicos das esteiras de até 500mm e guardas de segurança; segmentos de esteiras de roletes para transporte e segmentos em curva; sistema pneumático de movimentação de esteiras (seletor); estação leitora de códigos de barra; painéis elétricos e controlador lógico programável (CLP)
8428.39.90	Ex 006 - Transportadores aéreos modulares, por correntes, próprios para transporte de peças de roupas entre postos de trabalho em linhas de produção de vestuários, com controlador lógico programável (CLP)
8428.39.90	Ex 024 - Transportadores-classificadores de pedidos ou de volumes diversos, tipo bandeja, esteiras ou sapatas, utilizados para movimentar volumes ou produtos acabados, visando sua classificação e expedição automatizadas ou não, com alimentação manual ou automática, dotados ou não de etiquetador e de dispositivos de coleta de dados, leitor de código de barras, com ou sem distribuidor e empilhador automático
8428.39.90	Ex 065 - Combinações de máquinas para transporte e armazenamento de chapas de vidros monolíticos ("float") com espessuras compreendidas entre 3 e 19mm, e de chapas de vidros laminados com espessuras compreendidas entre 3/0,38(PVB)/3mm e 8/4.56(PVB)/8mm, dimensões máximas das chapas igual a 6.000 x 3.210mm, compostas de: 1 lançadeira "shuttle" para transporte das chapas de vidro com ajuste automático de velocidade, quadros móveis para armazenamento de chapas de vidro, 1 carregadora móvel unilateral transversal com estacionamento motorizado para os quadros e pulmão para alta produção, controladas por controlador lógico programável (CLP)
8428.40.00	Ex 003 - Esteiras de borracha para transporte de pessoas em condição de neve, dotadas de tensionadores hidráulicos com altura dos pés ajustáveis para os desníveis da pista, controle de emergência para desligamento da esteira, capacidade de transporte de 1.000pessoas/hora, velocidade de 0,7m/segundo e largura da esteira de 750mm, dotadas de um sistema de aquecimento de 0,75m de largura para derretimento de neve para drenagem através de 4 tubos
8428.90.90	Ex 178 - Combinações de máquinas para desempilhamento e empilhamento de chapas de vidro e/ou espelhos planos de dimensão máxima de 6.090 x 3.210mm com ciclo operacional de 40 segundos e/ou de 2.800 x 3.210mm com ciclo de 20 segundos, com capacidade de manuseio de chapas de 2 a 12mm de espessura, compostas de: 1 manipulador tipo "pórtico" de 4 graus de liberdade com 2 plataformas móveis sobre trilhos com quadro de ventosas com geradores de vácuo, 1 mesa de transferência perpendicular por rolos e correias; 1 quebrador de chapas com sistema de extração de pó e 2 caçambas de cacos, dispositivos de segurança com isolamento físico, e painéis de comando e controle
8428.90.90	Ex 179 - Combinações de máquinas para manipulação de vidro "float jumbo" laminado, com dimensões máximas de 3.300 x 6.100mm, espessuras de 3 a 15mm, com tempo máximo de ciclo de 60 segundos, compostas de: transportadores de vidro por rolos com comprimento de 15,6m de comprimento; módulo de elevação de 6m com proteção tipo cabine; 2 manipuladores com ventosas com mecanismo para espaçadores com capacidade de carga de 1.250kg; painéis elétricos de comando, controle computadorizado e dispositivo de segurança da operação
8428.90.90	Ex 180 - Combinações de máquinas para separação de chapas planas de espelho de dimensão de 2.800 x 3.210mm, após classificação de qualidade, compostas de: mesa de empilhamento basculante com transportador por rolo, conjunto de ventosas e geradores de vácuo; cavalete móvel sobre trilhos; dispositivos de segurança com isolamento físico, painéis de comando e controle
8428.90.90	Ex 181 - Combinações de máquinas para transporte e armazenagem de peças estampadas, compostas de: transportador de retalhos metálicos reaproveitáveis; mesa de espera ajustável de acordo com o tamanho da peça estampada; 1 painel de controle e 1 painel portátil de programação; 2 robôs industriais de movimentação de peças estampadas, com bases de sustentação, 2 painéis de controle e 2 painéis portáteis de programação; 4 esteiras automáticas com painéis auxiliares de operação; sistema automático de transferência de paletes com painéis auxiliares de operação; sistema de segurança de operação; 1 painel principal de operação; 1 painel de potência e controle; 1 painel de potência; 1 painel transformador de energia elétrica
8428.90.90	Ex 182 - Máquinas formadoras de paletes com caixas e fardos de mercadorias, nas dimensões compreendidas entre 100 x 90 x 40mm a 600 x 450 x 600mm (comprimento x largura x altura) e pesos de 0,5 a 25kg, capazes de produzirem paletes nas dimensões máximas de 1.300 x 1.100 x 2.700mm (comprimento x largura x altura), peso máximo de 1.500kg e velocidade de formação de paletes igual ou superior a 40caixas/minuto, contendo plataforma metálica operacional, sistema leitor de código de barras, controlador lógico programável C(LP) e porta ethernet
8428.90.90	Ex 183 - Máquinas formadoras de pilhas de caixas de papelão ondulado, desmontadas, com controle variável de pressão de carga, ciclo automático para 1 ou 2 fardos, com altura máxima de empilhamento abaixo da placa extratora de 60 ou 90" e com controlador lógico programável (CLP)
8428.90.90	Ex 184 - Máquinas hidráulicas para uso exclusivo em movimentação de materiais, autopropulsadas sobre pneus (pneumática), tração nas 4 rodas , acionadas por motor diesel montado longitudinalmente, deslocado para a parte lateral da máquina, com 2 eixos, sapatas para fixação, braço articulado, lança compacta para receber prato magnético ou tesoura hidráulica ou garra com capacidade igual ou superior a 0,8m^3, com braço posicionado a frente do rolamento de giro , intercambiável , peso superior a 27 toneladas e com sistema de gerenciamento totalmente hidráulico sem eletrônica embarcada
8428.90.90	Ex 185 - Máquinas para manipulação de chapas de vidro "float" tipo jumbo dotadas de 4 eixos com capacidade de carga de 760kg, equipadas com quadro de ventosas para chapas de comprimento máximo de 6.100mm e espessura mínima de 3mm e máxima de 15mm, com movimentos interpolados com tempo de ciclo de 22segundos para espessuras menores que 8mm e 30segundos para espessuras de 8 a 15mm, alimentadas por painéis elétricos de comando com sistema de controle computadorizado e dispositivos de segurança e proteção de operação
8429.52.19	Ex 021 - Mini-escavadeiras autopropulsadas, com capacidade de efetuar rotação da cabine de 360º, com esteiras de aço ou borracha, com sistema hidráulico de operação da lança controlado por "joystick", com motor a diesel de 4 cilindros verticais, refrigerado a água, com potência de 43,4kW a 2.000rpm, força máximo de escavação de 49kN na caçamba e 32,4kN no braço, velocidade máxima de deslocamento de 4,7km/h ou 2,7km/h e peso operacional de 7.950kg na esteira de borracha ou 8.000kg na esteira de aço
8432.30.90	Ex 001 - Transplantadeiras de mudas de hortaliças com distribuidor de mudas tipo carrossel, para mudas de diversos formatos, com capacidade máxima de 3.500mudas/linha/hora, número de elementos para plantio de 1 a 6
8432.30.90	Ex 002 - Transplantadeiras autopropelidas para mudas de hortaliças, com mecanismo pantográfico para regulagem de desnível sobre o solo, com capacidade de efetuar transplante de mudas a 15cm de altura sobre solo, com produção menor ou igual a 3.000mudas/pessoa/hora, com número de elementos para plantio variáveis de 2 a 7
8432.30.90	Ex 003 - Transplantadeiras de arrasto para mudas de hortaliças, com mecanismo pantográfico para regulagem de desnível sobre o solo, com capacidade de efetuar transplante de mudas a 15cm de altura sobre solo, com produção menor ou igual a 3.000mudas/pessoa/hora, com número de elementos para plantio variáveis de 2 a 7
8432.80.00	Ex 003 - Máquinas roçadeiras hidráulicas autopropelidas de 2 eixos sobre pneus do tipo fora de estrada ("rough terrain"), acionadas por motor diesel de potência mínima de 140CV, com lança telescópica articulada e cabeça rotatória de 180º, alcance igual ou superior a 8m e cabine giratória
8432.80.00	Ex 005 - Máquinas hidráulicas rodo-ferroviária autopropelidas de 4 eixos, sendo 2 eixos sobre rodas ferroviárias e 2 eixos sobre pneus do tipo fora de estrada ("rough terrain"), acionadas por motor diesel de potência igual ou superior de 140CV, com lança telescópica articulada e cabeça rotatória de 180°, com cabine giratória, com implementos como roçadeira, barra a discos, vassoura, barra corta-ramos e outros
8433.52.00	Ex 001 - Debulhadores de alho, com mecanismo de limpeza, seleção com peneira de classificação, capacidade de 250 e/ou 500kg/h, com tanque de alimentação, equipados com escovas e correias separadora de dentes ajustáveis.
8433.60.90	Ex 006 - Lavadores de tubérculos com pés fixos, dotados de rampa de enxágue, saída para esteira, porta de saída do tambor regulável por manivelas, parafuso com rosca sem fim no tambor, canal de entrada do lavador, válvula de despejo eletropneumática programável por temporizador, regulador/redutor mecânico de velocidade do tambor, 2 portas laterais em cada lado com dispositivo de segurança elétrica, o quadro elétrico possui comandos de baixa tensão com 24V e potência sem opções de 1,5kW, com motor elétrico de 380V trifásico com 50/60Hz, capacidade do lavador de 5.000 a 12.000kg/h
8436.80.00	Ex 023 - Rolos para mistura e encapsulamento de ração animal, com capacidade 6.200lbs/batch, volume operacional de 100cu.ft, com rotação de 3rpm
8437.10.00	Ex 012 - Classificadores de tubérculos com rolo, com capacidade de trabalho entre 2 e 10ton/hora e classificador de tamanhos entre 2+1 e 4+1
8438.10.00	Ex 013 - Combinações de máquinas para divisão, boleamento, pré-fermentação, pré-modelagem de pães tipo baguete de 175g, compostas de: 1 divisora de massas a vácuo por selo d'água com 8 portas e acuracidade mínima de 99%, construída em aço inox, provida de sistema CIP (clean in place) e capacidade produtiva para 30.000unid/h; mesa boleadora dupla encamisada em aço inox, com circulação de glicol a temperatura de -5°C; polvilhador e recirculador automático de farinha, provido de recipiente de farinha, coifas de extração e esteira vibratória; fermentador por gôndolas com velocidade variável com tempo mínimo de residência de 2minutos, provido de dois viradores de massa e esteira modeladora com cilindros, com todos totalmente integrados por um controlador lógico programável (CLP) provido de painel de comando sensível ao toque para controle e operação, com saída ethernet
8438.10.00	Ex 014 - Combinações de máquinas para produção contínua de massa de pão tipo baguete de 175g com capacidade de produção para 30.000unid/hora de 175g, construídas em aço inox providas de alimentação com controle de vazão para esponja líquida, em fluxo constante, compostas de: 2 amassadeiras contínuas lineares de 2 estágios, com controle de temperatura através de fluxo de água gelada a O°C encamisadas e alimentadas por 2 misturadores de ingredientes sólidos providos de célula de carga e acoplados ao sistema de transportadores de ingredientes com peneiradores a vácuo, descarregadores de "big bags" e acessórios e mecanismos para silos providos de células de carga e secadores de ar, misturador contínuo com controle balanceado de vazão e peso de fermento hidratado, farinha, água a temperatura controlada e fermentada continuamente em tanques com controle de temperatura e agitação, mantidas em tanques refrigerados agitados e encamisados por água a 0°C, após resfriamento em trocador de placas de canal largo e periféricos compostos por dosadores de óleo e água gelada providos de medidores de vazão; sistema de sanitização por CIP, tanques, bombas de circulação e deslocamento positivo, controladores de PH, temperatura, pressão e válvulas de controle e fluxo, todos totalmente integrados por um único controlador lógico programável (CLP) provido de painel de comando sensível ao toque para controle e operação com saída ethernet

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8438.10.00	Ex 015 - Equipamentos para modelar e formatar pães tipo baguete de 175g, dimensões de 28,5 x 3,8cm e acuracidade de 3,1cm no comprimento e 0,3cm na largura, construídos em aço inox com capacidade de produção para 30.000unid/h, com 2 túneis de modelagem para 4 pães simultâneos, alinhados na largura da esteira; esteiras de transporte com modeladores cilíndricos; polvilhador peneirador de farinha automático; esteira alinhadora e consolidadora para os 2 túneis de modelagem que mantém o mesmo espaçamento entre os pães produzidos a serem depositados em esteira de congelamento contínuo, totalmente integrado por controlador lógico programável (CLP), provido de painel de comando sensível ao toque para controle e operação com saída ethernet
8438.80.90	Ex 027 - Máquinas automáticas para extrusão, moldagem, envase, decoração e endurecimento de sorvetes tipo palito, cones com topo arredondado, copinhos de wafer, sanduíches, bolos, tijolinhos, barras, sobremesas, fatias ou mini-pedaços, contínuas, com capacidade compreendida entre 550 e 14.000sorvetes/hora
8438.80.90	Ex 044 - Combinações de máquinas automáticas e integradas, todas fabricadas em aço inoxidável, para a fabricação de missô, massa de soja fermentada, com capacidade de produção de 277toneladas/mês, integradas por controladores lógicos programáveis (CLP) e painel de controle sensível ao toque, compostas de: 1 lavadora de grãos de arroz, soja e trigo com capacidade de 2-4toneladas/h, dotada de sistema de polimento e retenção de impurezas (pedras, areia, metais etc.); 1 bomba vertical do tipo antientupimento e antiesmagamento de transporte de grãos com capacidade de envio dos grãos para uma altura de 20m, 2 separadores de sólido/água, sendo um do tipo rotativo e outro do tipo fixo, para reaproveitamento da água na lavagem, monitorados por um painel de controle, 8 esteiras transportadoras de ligação entre as máquinas da combinação; 1 tanque de intumescimento de grãos, com capacidade de 3,3m3, especialmente projetado para não haver contaminação dos grãos na saída, com registro manual para dosagem dos grãos na esteira que liga a máquina de cozer; 1 máquina de cozer horizontal contínua de duplo estágio de cozimento, revestida com teflon nas partes que entram em contato com a matéria-prima para facilitar a higienização do equipamento, com sistema de aspersão de água durante o processamento, para que o cozimento fique uniforme e com a correta umidade, completa com controle de entrada de vapor, controle de tempo de cozimento e controle de velocidade de esteira, com capacidade de cozimento de 1.500kg/h, desagregador de massa, ajustador de camada, com abertura automática de tampa de cobertura por cilindros hidráulicos e controlados por um painel de controle; 1 lavador de vapor com capacidade de 1.000kg/h; 1 válvula rotativa revestida de teflon para transporte pneumático das matérias-primas, 1 moinho de 12 polegadas para soja, com capacidade de 2.200kg/hora com tela de 1mm; 2 tanques de estoques de arroz fermentado, ventilado, (Koji Stocker), com capacidade de 6,4m^3, com rosca sem fim, completo com sensor de temperatura para ajuste apropriado, lâmina misturadora, turbo ventilador, célula de carga para a correta dosagem do produto, operado automaticamente por painel de controle; 1 dosador acumulativo de pesagem com sistema de correção de peso de dois estágios, para dosagem automática da quantidade correta de sal, quando comparada pela quantidade da soja e do arroz fermentados, os quais são colocados no funil de pesagem composto de 3 células de carga a prova de água e com comporta de abertura automática, cujo dosador previne e corrige a variação da quantidade de sal na massa que é o ponto chave para a conservação e qualidade do produto, equipamento composto de dosadores com capacidade de 1-15litros, tanque composto de sensor de nível por ondas supersônicas e bomba de capacidade de 120litros/minuto, esteiras de sal, de soja moída, de arroz fermentado e moinho, controlado por um CLP com painel sensível ao toque; 1 misturador de 40 polegadas com capacidade de 90-110kg de mistura homogênea em 30 segundos, cujo tempo de mistura e homogeneidade da mistura é importantíssimo, afetando diretamente a qualidade do missô, 1 tanque para estoque de sal, completo e 1 dispositivo vibratório para desaeração da massa de soja fermentada
8439.30.20	Ex 010 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para aplicar (impregnar) resinas e outros produtos em papel com largura compreendida entre 600 a 2.200mm, com velocidade de processo de 75m/min, compostas de: unidade de preparação de resinas, desbobinador contínuo de alimentação de papel com sistema de emenda "non-stop" e controle de tensão com unidade de rebarba e mesa hidráulica; aplicadora de resina através de banho e cilindros de contato revestidos com cromo duro e dispositivo lc-arp (low cost abrasion resistant paper); sistema de secagem, com 2 ou mais zonas de secagem, através de unidade de insuflamento de ar quente; mini-zona de resfriamento a ar; unidade de impregnação (segundo banho), com ou sem sistema de rolos gravados; sistema de secagem (segundo banho), com 2 ou mais zonas de secagem e sistema de controle de temperatura do papel; zona de resfriamento a ar; sistema de alinhamento do papel; resfriador a água, através de cilindros resfriadores; cortadeira de papel rotativa sincronizada, com capacidade de corte de 1.600 a 6.200mm de comprimento e de 600 a 2.200mm de largura; mesa elevadora de armazenamento e paletização dos papéis com perda máxima de 5 folhas entre troca de pallets a 75m/min, com barras ionizadas, descarga automática dos paletes; sistema de exaustão de gases; central de comando e comunicação via controladores programáveis
8441.10.90	Ex 056 - Máquinas de acabamento através de corte plano, bobina a bobina ou bobina a peça, com área de corte superior a 500 x 300mm e capacidade de 120 toneladas de pressão, possuem sistema automático de remoção de sobras internas, painel "touch screen", unidade de laminação inferior por meio de servomotores, apresentam capacidade de registro de corte para material pré-impresso de ±0,15mm
8441.30.90	Ex 033 - Combinações de máquinas para a fabricação de caixas normais e bandejas em papelão ondulado, impressas, cortadas-vincadas ou "slotteadas", para chapas com tamanho mínimo de 600 x 255mm e máximo de 2.490 x 920mm ou 2.490 x 1.200mm com o uso de "skipfeed", com velocidade máxima de 20.000chapas/h, compostas de: 1 unidade de alimentação com transferência a vácuo para trabalhar desde de micro-ondulado até parede dupla, 4 ou mais unidades flexográficas com sistemas de troca rápida dos rolos anilox, podendo operar com espessuras de clichês variáveis com correção de comprimento de impressão, com acesso direto à unidade flexográfica através de fosso durante a marcha do equipamento para ajustes e preparação da linha para próximo pedido (set up), preparada para a instalação de secadores intermediários (espaço estendido); 1 unidade de sloter com sistema de troca rápida de perfis de vincos, 3 pares de eixos com 4 cabeçotes motorizados; 1 unidade de corte e vinco rotativo, com troca rápida de forma de corte-e-vinco tipo "POSILOCK" e ajuste de velocidade e retífica da manta e transporte a vácuo da chapa de papelão, 1 unidade de transferência da unidade corte e vinco para a unidade de dobragem e colagem, através de braços pivotantes com correias longitudinais para destacamento dos resíduos, 1 unidade de dobragem e colagem tipo PCD com dobragem das chapas por correias tipo mult T, transporte das chapas por correias de sucção; 1 unidade contadora - ejetora, com sistema de empilhamento por cima evitando atrito entre as caixas, com sistema programável "multifold" que permite processar 2, 3 ou 4 caixas por folha; e controle computadorizado para ajuste rápido, comando dos eixos da linha e armazenagem de 10.000 pedidos
8441.30.90	Ex 034 - Combinações de máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade mecânica máxima igual a 26.000caixas/hora para folhas ou chapas de papelão ondulado com comprimento mínimo nominal de 360mm e máximo nominal de 1.800mm e largura mínima nominal de 190mm e máxima nominal de 635mm, compostas de: 1 unidade de alimentação de chapas; 4 unidades de impressão de ajuste rápido; 1 unidade de corte e vinco rotativo; 1 unidade de entalhe composta de 4 pares unidades de eixos motorizados com acionamento independente, sendo 2 pares de eixos entalhadores e 2 pares de eixos vincadores; 1 unidade dobradeira/coladeira; 1 unidade de empilhamento, contagem e ejeção de pacotes
8442.30.90	Ex 022 - Fotoplotadoras a laser ou LED ou luz de xênon com área máxima de fotoplotagem de 26 x 36 polegadas e mídias específicas para fabricação de placas de circuito impresso
8443.17.90	Ex 011 - Máquinas para impressão contínua automática de rotogravura a cores em papel, filmes plásticos de PET, BOPA, BOPP e LDPE, com 9 unidades de impressão, com largura máxima de impressão de 1.225mm, velocidade máxima de operação de 450metros/minuto, diâmetro máximo de bobinas de 1.020mm, controlada por controlador lógico programável (CLP), dotadas de bobinadores primário e secundário com sistema de troca automático de bobinas; unidades de impressão e aplicação de vernizes especiais com pré-registro para sincronização, sistema de controle de registro de cores com câmeras e controle automático de viscosidade de tintas, sistema de secagem por ar quente utilizando o sistema de óleo térmico; unidade de tratamento tipo corona com descarga máxima de 42dynas/cm², e 1 unidade para laminação no sistema "solvent less"; sistema de segurança para concentração de gases na exaustão com controle de nível mínimo de explosão (LEL); e bobinador duplo automático
8443.17.90	Ex 012 - Máquinas para impressão em rotogravura, com 9 unidades de impressão, alimentadas por bobinas, com largura máxima de impressão de 1.325mm, velocidade mecânica máxima de 400m/min, diâmetro máximo da bobina de 1.020mm, com sistema de secagem por ar quente, com eixos eletrônicos, sistema de controle de registro de cores, sistema de pré-registro automático, conjunto de controle de tensão com células de carga independentes por unidade de impressão, sistema de insuflamento e exaustão independentes por estufa de secagem, sistema de controle automático de viscosidade de tintas, duplos sensores de pré-registro e presença do cilindro por unidade de impressão, controladas por controlador lógico programável (CLP)
8443.19.90	Ex 091 - Combinações de máquinas para operação em linha e impressão de rótulos e etiquetas autoadesivas, rótulos termo-encolhíveis e embalagens flexíveis, compostas de: unidade de desbobinamento com elevador e troca automática de bobinas, controle de tensão automático com infeed servo-motor, tratamento corona do material, dispositivo de limpeza da fita de lado duplo do tipo contato, 2 plataformas de impressão multiprocessos tipo M5, 6 plataformas de impressão multiprocessos tipo MO5 podendo ser utilizado nas plataformas M5 os seguintes processos de impressão: flexografia, serigrafia rotativa, "Cold Foil" e "Hot Stamping" e, nas plataformas MO5 os seguintes processos de impressão: offset, serigrafia rotativa, flexografia, cold foil e hot stamping sendo a troca de processos nas plataformas multiprocessos intercambiáveis feitas através de camisas (sleeves) no caso de offset, flexo e cold foil e cassetes no caso de hot stamping e serigrafia rotativa sendo ainda possível fazer a troca de formatos de impressão através da troca de camisas (offset, serigrafia, cold foil e flexo) e ferramenta no caso de hot stamping, sendo que todas as plataformas possuem sistema de cura ultravioleta eletrônico, rolos refrigerados por água e sistema de controle de registro lateral e circunferencial totalmente automáticos (P2P), unidade de meio-corte com sistema gap master, rebobinador de esqueleto tipo NON STOP, controle remoto dos tinteiros nas plataformas MO5 com sistema de gravação de serviços além de conexão CIP3, rebobinador com elevador e troca automática de bobinas, sendo ainda que a máquina acompanha dispositivo para dobra de chapas offset com vídeo, sistema de montagem com duas câmeras de chapas flexo e offset nas camisas, pacote de gerenciamento dos trabalhos com gravação total de todos os dados de produção (registro, entintagem, solução de molha), sistema de lavagem automática da rolaria nas plataformas MO5 bem como sistema de agitação da tinta e rolos bailarinos oscilantes com circulação de água gelada, sistema de trilho por sobre a máquina onde está localizada a barra de reversão da fita, sendo esta móvel por sobre todas as 8 plataformas da máquina, largura máxima de impressão 510mm, largura máxima de material 520mm, largura mínima de impressão 260mm, comprimento máximo de impressão 660mm, comprimento mínimo de impressão 469,90, velocidade máxima de operação 175metros/min
8443.19.90	Ex 092 - Máquinas modulares de confecção de etiquetas autoadesivas e rótulos, trabalhando de bobina a bobina, com formatos variáveis, sem troca de ferramentas, através de módulos semirrotativos e/ou planos ("flat bed"), comandados/controlados por CLP com tela touch screen, contendo módulos de flexografia e meio corte, podendo conter ainda um ou mais módulos, tais como: serigrafia, hotstamp; coldfoil; laminação e corte para saída em folhas, com largura máxima de 330mm para bobinas e 320mm para acabamentos e velocidade máxima de 50m/min para módulos semirrotativos e 36m/min para módulos planos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8443.91.99	Ex 008 - Máquinas para vincar, furar e picotar papel cartão, próprias para operarem acopladas em impressoras rotativas, formadas por módulos de cilindros acionados hidraulicamente, com dimensões do módulo de 2.300 x 2.500 x 1.300mm, pressão hidráulica de 300bar, com capacidade de exaustão de 10kPa a 2.500m^3/h
8443.91.99	Ex 028 - Máquinas para vincar e furar papel cartão para embalagens, próprias para operar acopladas em impressoras rotativas, formadas por módulo de cilindros acionados hidraulicamente, com dimensões do módulo de 2.300 x 2.500 x 1.300mm, pressão hidráulica de 300bar, com capacidade de exaustão de 10kPa a 2.500m^3/h
8446.21.00	Ex 005 - Teares circulares para fabricação de tecido de fio de polipropileno, operando com 10 lançadeiras, conjunto de gaiolas para alimentação dos fios de urdume com 2.520 ou mais posições, velocidade máxima igual ou superior a 700inserções/min, para produção de tecido tubular igual ou superior a 1.700mm e inferior ou igual a 2.250mm
8447.90.90	Ex 001 - Máquinas automáticas para inserir tufos de fios em manta, utilizadas na produção de carpetes tipo "bouclé", com 4 metros com 10 agulhas a cada polegada, 1.440 agulhas em linha para tufagem de 144 polegadas, dotado de excêntrica ajustável, tipo "Split", velocidade ajustável da entrada e saída da manta e com controle de altura da cama, fixação de cama com sistema hidráulico, barra motorizada para suporte de manta com prendedores hidráulicos, sistema inversor AC, com velocidade variáveis tipo "slow- star" e posicionamento das agulhas em posição "needle up", levantador elétrico de manta, módulos de agulha de ganho e de dedos fundidos, dois motores de 20HP com disco de frio a ar, rolos de alimentação e módulos dotados de 4 motores e placas
8451.40.21	Ex 001 - Equipamentos de tingimento contínuo para vários substratos têxteis com largura útil de trabalho de 1.800mm e largura minima de 950m, velocidade de 60m/min para tecidos com peso de 140g/m², e 50m/min para tecidos com peso de 320g/m²
8451.40.29	Ex 003 - Equipamentos de branqueamento em contínuo com dosagem de químicos e estabilidade dimensional controlados com largura útil de 1.800mm, pressurização mínima de 7bar e máxima de 12bar, velocidade de produção de 60m/min com peso máximo do tecido de 140g/m² e 50m/min com peso máximo do tecido de 320g/m² usando total largura útil e largura mínima de trabalho de 950mm
8451.80.00	Ex 053 - Equipamentos de mercerização contínuos com dosagem de químicos e estabilidade dimensional controlados com largura útil de 1.800mm, largura mínima de 950mm e velocidade de produção compreendida entre 54 e 80m/min
8454.30.10	Ex 045 - Máquinas automáticas de vazar, sob pressão, verticais, tipo câmara fria, para fabricação de rotores de motores elétricos, dotadas de mesa rotativa ou deslizante, com sistema de carga e descarga automática ou manual, lubrificador de molde, painel de controle, unidade hidráulica e força máxima de fechamento igual ou superior a 100 toneladas
8454.30.10	Ex 046 - Máquinas injetoras de fundição horizontal sob pressão, para metais não ferrosos (chumbo), tipo câmara quente, com peso aproximado de 3.000kg, com força de fechamento de 240kN, com curso de fechamento de 180mm, altura máxima de molde 300mm, altura mínima de molde 120mm, força máxima de injeção 43kN, curso de injeção 85mm, com injeção em 2 fases, com sistema de vibração para ejeção, controle da máquina e comunicação operador/máquina através de controle em multiprocessador DATADIALOG, com forno elétrico acoplado de potência 21,5kW com controle interligado ao painel de controle da injetora através do sistema FFI
8455.21.90	Ex 017 - Combinações de máquinas para laminação contínua a quente de tarugos de aço de 140 x 140mm, para produção de barras de vergalhões com bitolas compreendidas entre 8 e 32mm, barras lisas com bitolas compreendidas entre 8 e 32mm, bobinas de vergalhões com bitolas compreendidas entre 6,3 e 16mm ou bobinas de fio máquina com bitolas compreendidas entre 5,5 e 16mm, ou barras com seções quadradas compreendidas entre 10 e 25mm, capacidade máxima de produção de 400.000 toneladas por ano, velocidade máxima de laminação de 38metros/segundo na produção de barras e 105metros/segundo na produção de bobinas, compostas de: mesas de rolos; rolos puxadores; trem desbastador composto por 4 cadeiras horizontais e 3 cadeiras verticais do tipo "housing less" com cassetes intercambiáveis; tesouras; trem intermediário composto por 1 cadeira conversível (horizontal/vertical), 4 cadeiras horizontais e 3 cadeiras verticais tipo "housing less", com cassetes intercambiáveis; tensores "loopers"; bloco acabador com 10 cadeiras oblíquas "no-twist"tipo "V"; linhas de resfriamento e têmpera à água; transportadores tubulares de vergalhões; dispositivos de frenagem; robôs para troca de cadeiras; dispositivo virador de cadeiras; ferramentas; dispositivo de transferência com canal rotativo; leito de resfriamento; dispositivo de alinhamento; dispositivos para compactação e contagem de barras; transportadores de corrente; dispositivos de transferência de barras; estações de formação, amarração, pesagem e etiquetagem de feixes; guias e calhas; formador de espiras; transportadores resfriadores de espiras; câmara formadora de bobinas; transportadores verticais de bobinas; virador de bobinas; estação de compactação e amarração de bobinas; estação de pesagem de bobinas; estação de transferência e descarregamento de bobinas; bombas; estruturas de suporte; sistemas hidráulicos, de lubrificação, de resfriamento e recirculação de água, elétrico, de automação e controle, incluindo controladores lógicos programáveis (CLP), estações de comando, painéis, centros de controle de motores (CCM's), motores, transformadores e instrumentação
8455.22.10	Ex 012 - Laminadores a frio de chapas de alumínio, quádruplos, não reversíveis, de cilindros lisos, com sistema composto de bobinador e desbobinador, sistema de corte das bordas, através de discos, sistema de aplicação de óleo de laminação sobre os cilindros e sistema de filtragem do óleo de laminação, com capacidade de laminar chapas de até 1.550mm de largura e espessuras de 0,4 a 10mm, velocidade máxima de laminação de 800m/min
8456.10.19	Ex 008 - Máquinas de ponte a laser com funções para corte e gravação a laser de tecidos por eliminação de matéria, controladas por computador, com campo útil de 15.000mm no eixo longitudinal, com tubo de laser de 70W de CO_2, refrigeração por ar com dispositivo galvanométrico de 2 eixos, área de corte 300 x 330mm
8456.10.90	Ex 003 - Máquinas de corte e gravação a laser com software para controle do equipamento também utilizados para criação e encaixe, importa arquivos dst, bmp, dxf, plt, ai, com dispositivo de refrigeração, exaustor, área de corte 600 x 400mm, com tubo laser de 65W, CO_2 com velocidade para gravação de 1.200mm/s
8457.10.00	Ex 124 - Centros de usinagem portal dupla coluna para usinagem em 5 faces, com comando numérico computadorizado (CNC), mesa móvel com dimensões de 3.000 x 1.600mm, capacidade de carga de 8.000kg, com movimentos Y e Z concentrados no cabeçote principal e movimentos de X na mesa, deslocamento do eixo X e Y com avanço rápido de 20m/min e eixo Z de 18m/min, com curso em X igual ou inferior a 4.000mm com curso Y igual ou inferior a 2.500mm e curso em Z igual ou inferior a 750mm, potência do motor principal de 18,5kW e rotação máxima do eixo arvore igual ou inferior a 4.000rpm, cabeçote para usinagem horizontal com indexação pelo CNC em 72 posições permitindo usinagem em todas as faces laterais da peça, transportador de cavacos, magazine para 60 ferramentas, detector de quebra de ferramenta, braço trocador de ferramenta, pistola para limpeza, sistema de refrigeração através do eixo árvore com pressão 15kgsf/cm², gerador de pulsos manual, pinos de tração com identificador de chip para cada um dos 60 alojamentos de ferramentas, equipado com sistema de medição integrada, possibilitando medição em processo do produto a ser usinado, e trocador automático de pallet
8457.10.00	Ex 125 - Centros de usinagem verticais de dupla coluna tipo portal, com comando numérico computadorizado (CNC), utilizados para fresar, mandrilar, furar e roscar, com capacidade de usinagem de 5 lados da peça em uma única fixação, para usinagem em 4 eixos X, Y, Z e W controlados simultaneamente, com cursos lineares de 7.000 x 3.900 x 1.000 x 1.700mm respectivamente, diâmetro do nariz do fuso de 150mm, potência no fuso de até 45kW e rotação de até 4.000rpm, avanço rápido de 15m/min (eixos X e Z), 30m/min (eixo Y) e 3m/min (eixo W), repetibilidade de posicionamento ±0,003mm (eixo X, Y e Z) e ±0,005mm no eixo W, com cabeçote angular de 5° de indexação, trocador automático de ferramentas (ATC) com magazine vertical tipo corrente com capacidade para 80 ferramentas, trocador automático de pallets (APC) com 2 pallets de 2.500 x 6.000mm, com capacidade de carga de até 30ton e sistema transportador de cavacos
8457.30.10	Ex 006 - Máquinas de estações múltiplas de usinagem simultânea tipo transfer, com comando numérico computadorizado (CNC), com software customizado de gerenciamento do processo, tais como: status da máquina; "Windows" customizado, controle da produção; tabela de ferramentas; tempos de cada unidade com destaque para a unidade de processo mais longo; diagnóstico interativo da máquina; monitoramento de sinais de entrada e saída (Debug); editor interativo de programação; monitor da vida da ferramenta; tela de ajuda interativa e tele-assistência via modem, para usinar peças de latão, principalmente corpo de válvula para gás, composta de 12 unidades programadas e controladas pelo CNC, com sistema hidráulico para troca rápida de ferramenta, sendo 8 unidades de furação em posição fixa, 3 unidades combinadas de furação e rosqueamento em posição fixa com cabeçotes de recessos montados e 1 unidade tipo UFG CNC, com orientação angular de 0 a 15º para furação inclinada, com leitura e posicionamento automático no espaço e curso de 90mm, possuem torre indexável de 9 estações com tecnologia "Direct Drive" integrado, com tempo de indexação de 0,3 segundos, livre de manutenção, sendo que possui montado em cada estação um conjunto de morsa com sistema de pressurização positiva para garantir a máxima fixação e sistema de troca rápida de castanha, possui sistema de carga e descarga automática e produz até 1.058 corpos de válvulas por hora
8458.11.99	Ex 102 - Combinações de máquinas para aplicação de cobertura de chocolate em bombons e/ou barras de waffer, com largura de trabalho igual a 1.300mm, capacidade máxima de processamento de chocolate de 1.382kg/h (variável em função das dimensões e características dos produtos a serem processados), compostas de: 1 estação cobrideira de 1° estágio (chocolate puro ou composto), com sistema "by-pass" para passagem direta de confeitos a serem cobertos apenas com chocolates brancos ou ao leite; 1 estação intermediária de resfriamento pós 1° estágio de cobertura, com 2 zonas de arrefecimento por radiação ou convecção separadas por soprador de ar frio, mesa de alimentação com esteira de interligação ao sistema "by-pass" do primeiro estágio de cobertura e mesa de descarga; 1 estação cobrideira de 2° estágio (chocolate branco ou chocolate ao leite); 1 estação de resfriamento pós 2° estágio de cobertura; 2 peneiras vibratórias para filtragem da sobra de chocolate (uma para cada estágio de cobertura; demais esteiras transportadoras, painéis de comando, controle integrados e controladores lógicos programáveis (CLP)
8458.11.99	Ex 103 - Tornos de rodeios com comando numérico computadorizado (CNC) e sistemas e controles automáticos para correção de perfis de roda gastos e execução de novos perfis e refilamento de rodas montadas no eixo simultaneamente, com largura da bitola compreendida entre 1.000 e 1.676mm, bitola do diâmetro da roda compreendida entre 600 e 1.100mm, peso máximo admissível do eixo de 45kN, velocidade de avanço da ferramenta compreendido entre 0,01 e 3,5mm/U e diferença de diâmetros permitidas entre as rodas de rodeios menor ou igual a 0,15mm
8458.11.99	Ex 104 - Tornos horizontais de dupla coluna produzida em chapas de aço soldadas, para instalação subterrânea, com comando numérico CNC, para usinagem e acabamento em rodas e freios metroferroviários e ferroviários, com 2 mesas de indexação e travamento automáticas e com medição automática do diâmetro das rodas, diâmetro máximo de torneamento das rodas de até 1.300mm e diâmetro dos freios de até 600mm sendo as rodas movimentadas hidraulicamente por rolos de contato, com capacidade máxima de peso de até 30toneladas, velocidade de corte de até 130m/min e motor principal de até 100kW
8459.31.00	Ex 015 - Mandriladoras fresadoras horizontais "floor type", especialmente desenvolvidas para trabalho com 2 cabeçotes em colunas contrapostas, com comando numérico computadorizado (CNC), utilizadas para fresar, mandrilar, furar e roscar, com 3 eixos X, Y e Z controlados simultaneamente de cursos lineares 8.000 x 2.000 x 650mm respectivamente, diâmetro do fuso de 150mm, potência no fuso de até 26kW e rotação de até 2.500rpm, repetibilidade de posicionamento de ±0.003mm (eixos X e Y) e ±0.005mm

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	(eixo Z), avanço rápido de 8m/min (eixos X e Z) e 12m/min (eixo Y), trocador automático de ferramentas (ATC) com magazine vertical tipo corrente com capacidade para 80 ferramentas, unidade especial de fresamento com deslocamentos nos eixos U e W de 500 e 300mm respectivamente e avanço rápido de 10m/min, trocador automático de pallets (APC) com 2 pallets de 1.500 x 8.000mm com capacidade de carga até 10ton e sistema transportador de cavacos
8460.11.00	Ex 001 - Máquinas automáticas para retificar a face superior, inferior, frontal e traseira de blocos de motores automotivos, dotadas de: 2 unidades de retificação controladas por comando numérico computadorizado (CNC) e acionadas por motores com potência de 75kW, com curso no eixo X de 1.500mm e no eixo Z de 450mm, velocidade de avanço rápido igual a 30m/min. e força de avanço máximo de 8.000N, com capacidade de usinar blocos de motor com peso máximo de 350kg, comprimento máximo igual a 1.200mm, largura máxima igual a 750mm e altura mínima igual a 390mm, dotada de robô para carga e descarga dos blocos de motor
8461.50.20	Ex 008 - Equipamentos para corte de tubos de aço, com sistema de corte a frio ou fresagem, dotados de unidade de carga e descarga automatizadas sincronizadas com a operação de corte, unidades de corte com sistema de múltiplos cabeçotes de corte para operação simultâneo e sincronizado ou sequencial, utilizando serras do tipo HSS de diâmetro de 315mm, espessura das lâminas de serra de 3mm, para tubos de diâmetro máximo de 80mm, espessuras das paredes dos tubos entre 1,5 e 5mm e comprimento máximo de barra de até 12m, sistema de lubrificação de lâmina de serra em alta pressão por ar comprimido e óleo nebulizado, acionamento de rotação e avanço da lamina da serra por meio de sistema eletromecânico, projetado para trabalho conjugado com máquinas de endireitamento e outras máquinas da linha manufatura de tubos, com sistema CLP (controle lógico programável) e painéis de operação, produção máxima de 0,51m/s
8461.50.90	Ex 007 - Combinações de máquinas para corte de metais, compostas de: 2 máquinas hidráulicas, de alta velocidade para corte de barras e placas metálicas, através de serra cuja lâmina é igual ou maior que 3cm, capazes de cortar barras, com diferentes tamanhos, de diâmetros iguais ou maiores que 30cm, contendo motor elétrico de 5HP; e 1 máquina para corte, por meio de plasma e 3 ou mais maçaricos a oxigênio, para chapas metálicas, com largura de corte igual ou superior a 3metros e comprimento de corte igual ou superior a 7 metros; 3 tornos verticais, com controle numérico computadorizado, display LCD, com 18HP de potência, 6 fusos, cabeçote móvel e bomba para circulação de líquido refrigerante; 4 tornos horizontais, contendo controle numérico computadorizado, equipados com parafuso de 12 posições em torre, cabeçote móvel, 3 castanhas, bomba para circulação de líquido refrigerante, alimentador; 1 torno vertical, com curso igual ou maior que 80cm e equipado com 2 torres de ferramentas; 1 torno vertical, com curso igual ou maior que 100cm e equipado com 2 torres de ferramentas e 1 torno vertical, com curso igual ou maior que 140cm e equipado com 2 torres de ferramentas
8461.90.10	Ex 001 - Combinações de máquinas para planificação de chapas de alumínio, comprimento total da linha de 50m, capacidade para operar com bobinas de alumínio de até 10toneladas, velocidade de trabalho de 100m/min, para chapas de alumínio de espessura de 0,5 a 3,0mm e largura de 800 a 1.550mm, força de estiramento de até 16.000kg, constituídas por: 1 planificadora de chapas de alumínio, com comando numérico; 1 sistema de lavagem de alta pressão; 1 sistema de lavagem de baixa pressão; 1 secador para eliminar resíduos da água de lavagem da superfície da chapa; 1 desbobinador com sistema de corte de bordas através de disco e 2 conjuntos de cilindros tensionadores; 1 bobinador com controle de centragem automático e guilhotina para corte do início e do fim da chapa da bobina
8462.21.00	Ex 126 - Combinações de máquinas com operação contínua para endireitar e cortar tubos com diâmetro compreendido entre 60,3 e 215mm e espessura compreendida entre 3 e 11mm e tubos de comprimento de 8 a 14m, com tolerância de linearidade de 5mm/m (após endireitamento), compostas de: 1 unidade endireitadora de tubos, dotada de 5 pares de rolos endireitadores com regulagem angular e vertical; 1 unidade cortadora com capacidade de corte de 2 tubos de 215mm ou 7 tubos de 60mm e velocidade de corte de 16 a 120m/min, com sistema de alimentação e descargas automáticos; 1 unidade de controle com quadro elétrico unificado, painéis de comando e controle, com CLP (controle lógico programável)
8462.21.00	Ex 127 - Máquinas automáticas curvadoras de tubos de comando numérico computadorizado (CNC), com 12 eixos controlados, com capacidade para aço carbono com diâmetro de 80 x 2,5mm, aço inox com diâmetro de 75 x 2mm e comprimento máximo de 3.000mm, ângulo máximo de dobra de 180° com precisão de +/-0,1°, velocidade de transporte de 50m/min, multi-raios de 6 estágios controlados por servo-motor, curvatura de raios igual ao diâmetro, eixo de curvatura servo acionado, lubrificação automática do mandril por "spray", fixação do tubo programável, extração elétrica do mandril, com transporte "boosting", "software" de simulação de peças e monitoramento gráfico no desenvolvimento do tubo, acompanhamento da pressão do ferramental, interface para conexão com robô e mesa de medição, sistema de segurança por "scanner" na entrada
8462.21.00	Ex 128 - Máquinas curvadoras eletro-hidráulicas horizontais, com 3 eixos porta-rolos e 2 suportes deslizantes, para curvar perfis metálicos estruturais com altura máxima de 600mm, barras chatas de secção retangular de 500 x 120mm e secção quadrada máxima de 200 x 200mm, tarugos com diâmetro máximo de 225mm, tubos com diâmetro máximo de 457 x 8,5mm na espessura da parede ou diâmetro máximo de 406 x 12,7mm na espessura da parede, tubos de secção quadrada máxima de 300 x 15mm na espessura da parede e retangular máxima de 350 x 150 x 20mm na espessura da parede, controlada através de comando numérico computadorizado (CNC)
8462.21.00	Ex 129 - Máquinas hidráulicas automáticas com CNC para dobrar chapas de aço, capacidade nominal de 1.200 toneladas, comprimento útil de 6.000mm, medida entre laterais da estrutura de 4.400mm, curso de 600mm, velocidade rápida (subida/descida) de 80mm/s, velocidade de prensagem de 8mm/s
8462.29.00	Ex 156 - Máquinas de conformação de nervuras horizontais em tanques de aço inoxidável de máquinas de lavar domésticas, com capacidade para operação em chapas de aço inox com espessura entre 0,4 e 0,5mm e tempo de ciclo de 20seg/unidade
8462.29.00	Ex 157 - Máquinas de dobra de chapa de aço e recravamento do reforço metálico traseiro, para ser utilizado em gabinetes de máquinas de lavar roupa, com espessura de chapa de 0,6mm, velocidade de produção de 30segundos/peça
8462.29.00	Ex 158 - Máquinas de junção por recravamento de suportes de tanque, para serem utilizados em gabinetes de máquinas de lavar roupa, com espessura de chapa entre 1,5 e 1,6mm, velocidade de produção de 30segundos/peça
8462.29.00	Ex 159 - Máquinas hidráulicas para arquear chapas de aço, rolo superior a 400mm de diâmetro, comprimento máximo de 4.500mm, espessura de 25mm para diâmetro de 2.000mm, espessura de 16mm para diâmetro de 600mm
8462.41.00	Ex 052 - Combinações de máquinas para furação por puncionamento tipo" plotter", para chapas de aço galvanizado com espessura mínima de 1mm e máxima de 3mm, pré-pintadas por sistema "coil coating", trabalhando com carga de ruptura máxima de 510N/mm², compostas de: desbobinador com elevador da bobina para bobinas com no máximo 5ton e largura máxima de 800mm, dotado de rolo com sistema de pressão sobre a bobina por rolo de borracha; mesa de introdução da fita com espessura máxima de 4mm; endireitadora com 2 rolos introdutores e 6 rolos de endireitamento; sistema de perfuração contendo 1 alimentador de rolos, 6 prensas de furação tipo "AC" com distância no sentido longitudinal de 150mm, 1 prensa de furação central, 1 prensa de furação "plotter" com força de 20.000daN contendo 12 cabeças de furação, trabalha com tempo de ciclo médio de 0,7s, para deslocamento de 100mm e um furo de 30 x 30mm, frequência de ciclos máxima de 80ciclos/min; sistemas de deslocamento tipo" twin" com 5 ajustes manuais com volante e 2 ajustes automáticos; 1 guilhotina para corte; 1 impressora" ink-jet"; 1 correia de descarga de sucata; 1 unidade hidráulica; barreiras de segurança, controladas por painel elétrico com controle de comando numérico computadorizado (CNC)
8462.49.00	Ex 027 - Máquinas para desbobinar, endireitar, alimentar e cortar tubos em modo automático sem geração de partículas metálicas pelo processo de rolagem com disco a frio e tracionador mecânico de tubo para finalização de corte com possibilidade de cortar tubos em barras com 6m em adicional sem setup de cabeçote ou magazine de componentes, com sistema automático de alimentação de barras e separação automática de diferentes comprimentos pré-definidos na mesa de saída para tubos metálicos com Ø8mm a Ø22mm, capacidade produtiva de até 300peças/hora.
8462.99.20	Ex 022 - Combinações de máquinas para extrusão de perfis de alumínio, compreendendo: prensa hidráulica horizontal com capacidade de força de 1.460 toneladas e diâmetro de 6", tesoura para corte a quente de tarugo, mesa de resfriamento com 38m de comprimento, composta de sistema de resfriamento, puller e esticadeira
8462.99.20	Ex 023 - Combinações de máquinas para produção a quente de perfilados de alumínio, para tarugos de 7 polegadas, compostas de: 1 prensa extrusora horizontal de 4 colunas, dotada de 3 bombas principais, velocidade de extrusão de 13,7mm/s, com 2 ciclos de operação (manual e semi automático), uma tesoura de toco, sistema de alimentação e resfriamento com ar, dispositivo para água nebulizada "spray" e tanque de água fria para resfriamento de perfil, mesa de carregamento de barras com diâmetro de 7 polegadas e comprimento de 4 a 7 m, 1 esticador de perfil com força máxima de 30 toneladas; 1 sistema de corte automático de barras de 250 a 650mm de comprimento, mesa de descarga e serra de corte de acabamento; 1 puxador com força de tração de 150kg, com capacidade máxima para prender perfis de 200mm de altura e 250mm de largura, dotado de mesa para acumulação e manuseio de perfis tratados e módulo de corte para acabamento, equipamento de aquecimento de ferramentas com forno elétrico; forno de aquecimento de tarugos a gás, equipamento de manuseio de perfis de alumínio e tratamento térmico com forno de envelhecimento a gás
8463.30.00	Ex 036 - Combinações de máquinas para confecção de treliças com altura compreendida entre 60 e 200mm, comprimento de 2 a 12m, largura interna de 60 a 80mm e velocidade máxima de produção de até 33metros/minuto, compostas de: desbobinadeiras, unidade de pré-endireitamento, "loop" acumulador, dispositivos de endireitamento, moldador senoidal, máquina de solda, carro alimentador, tesoura, ejetor da treliça, empilhadeira de treliças, sistemas elétrico e de controle com controlador lógico programável (CLP)
8463.30.00	Ex 037 - Combinações de máquinas para confecção de treliças com altura compreendida entre 70 e 300mm, comprimento de 2 a 12m, largura interna de 60 a 80mm e velocidade máxima de produção de até 33metros/minuto, compostas de: desbobinadeiras, unidade de pré-endireitamento, "loop" acumulador, dispositivos de endireitamento, moldador senoidal, máquina de solda, carro alimentador, tesoura, ejetor da treliça, empilhadeira de treliças, sistemas elétrico e de controle com controlador lógico programável (CLP)
8463.30.00	Ex 069 - Máquinas com comando numérico computadorizado (CNC) com 8 eixos programáveis para conformação de molas em aços ligados e de alto teor carbono pré temperados em óleo, com diâmetro do arame compreendido entre 8 e 16mm e diâmetro externo máximo de 250mm, equipadas com dispositivo para fabricação de molas com hastes laterais, produção máxima de 60unid/min
8463.90.90	Ex 027 - Combinações de máquinas para revestir com cabos metálicos (sem eliminação de matéria) tubos flexíveis com velocidade de até 7.5m/min, velocidade de rotação de até 50rpm, compostas de: 1 unidade giratória de uma seção com capacidade de armazenagem de 4 bobinas de cabos metálicos, 1 unidade para aplicar fitas de poliéster, 1 unidade "caterpillar" para puxa o tubo com transmissão e sistema hidráulico individual, 1 controlador lógico programável (CLP), grades de segurança com portões integrados e controlados pelo controlador lógico programável
8464.90.19	Ex 071 - Combinações de máquinas para corte de vidro "float" laminado, compostas de: transportador de vidro por rolos medindo 3metros de comprimento, 1 módulo transportador por correia medindo 13,1 metros, 1 unidade de corte, 1 robô com ventosas com capacidade de carga de 700kg, 2 mesas giratórias, painéis elétricos de comando, controle computadorizado e dispositivos de segurança da operação
8464.90.19	Ex 072 - Combinações de máquinas para processar, a frio, chapas de vidros laminados com espessuras compreendidas entre 3/0,38mm(pvb)/3mm e 8/4,56mm(pvb)/8mm, dimensão máxima da chapa igual a 6.000 x 3.210mm, compostas de: 1 mesa de alimentação; 1 mesa intermediária (pulmão); mesa de corte com velocidade máxima de corte igual a 110m/minutos e precisão igual a +/-0,50mm e controlador lógico programável (CLP)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8464.90.19	Ex 073 - Combinações de máquinas para processar, a frio, de chapas de vidros monolíticos ("float") com espessuras compreendidas entre 3 e 19mm, e dimensões máximas de chapas igual a 6.000 x 3.210mm, compostas de: 1 mesa de corte dotada de mó para lapidar vidro laminado "Low-E", com velocidade máxima de corte igual a 200m/min e precisão igual a +/-0,20mm, 1 mesa de destaque, controladas por controlador lógico programável (CLP)
8465.91.20	Ex 007 - Máquinas de serrar para corte de materiais diversos, com funções de esquadrejar, cortar longitudinalmente, seccionar, realizar cortes encobertos e cortes em ângulo de batente e de serra, de controle numérico, através do deslocamento da unidade de corte com inclinação de 46º para um lado ou para ambos, motorizadas conforme aplicação de 4 a 11kW, através de um servomotor que otimiza o consumo de energia conforme a exigência do material a ser cortado, sincronizável em 1.500 a 5.000rpm, com unidade riscador automático com velocidade de 3.000 a 6.000rpm, com painel digital "touch screen"
8465.99.00	Ex 051 - Centros de usinagem para madeira e similares com 5 eixos (X, Y, Z, C e A) com comando numérico computadorizado (CNC), capaz de furar, fresar e serrar, com posicionamento das ventosas por meio de sistema LED, com trocador de ferramentas de 18 posições, eixos X e Y de cursos respectivamente iguais ou superiores a 4.000 e 1.400mm e eixo Z igual a 600mm, de velocidade dos eixos X, Y de 80m/min e do eixo Z de 30m/min, com 12 ou mais brocas regulagem de rotação compreendida entre 1.500 a 7.500rpm, com sistema de troca rápida nas verticais, com motor principal de potência igual ou superior a 12kW
8465.99.00	Ex 077 - Máquinas-ferramentas para trabalhar painéis estruturais de faces flexíveis, com miolo de poliuretano ou poliisocianurato e dimensões máximas iguais ou superiores (largura x comprimento x espessura) a 4 x 50 x 0,5m, contendo comando numérico computadorizado (CNC), dispositivos pneumáticos com pressão de até 10bar, potência de até 40kW a 400V, alimentação automática dos painéis, capazes de serrar, furar, fresar e cravar, por meio de até 12 ferramentas distintas
8474.10.00	Ex 040 - Combinações de máquinas para desagregar, separar e recuperar partículas de metais livres (ouro, platina e paladium) de circuitos de moagem, compostas de: 4 concentradores de gravidade tipo centrífuga, acionado cada um por motor elétrico de potência de 18kW, acoplado ao sistema de rotação através de polias, e 1 tambor desagregador acionado por 2 motores elétricos de potência de 37kW e transmissão por pneus pneumáticos acoplados a dois eixos motrizes, sendo o conjunto interligado por tubulações de forma a constituir um circuito em regime fechado
8474.10.00	Ex 041 - Unidades compactas compostas pela combinação de máquinas projetadas para aceitar uma concentração de ouro entre 50 e 3.000g/t com o objetivo de recuperar o ouro sólido em solução, com carga máxima de processo de até 6.000kg, compostos de: tanque de recebimento de material, tambor giratório com acionamento por motor elétrico trifásico em tensão de 440V- 60Hz, tanque de recuperação, célula geradora de oxigênio, bombas e válvulas monitoradas por sensores de comando, célula eletrolítica com sistema de retificador incorporado de 1.500A, painel elétrico totalmente montado contendo os elementos de comando, proteção e acionamento e todos os cabos elétricos de comando e potência para interligação do equipamento
8474.20.10	Ex 007 - Moinhos de bolas para moagem de minério de ferro, com 7,9m de diâmetro e 13,6m de comprimento entre flanges, com capacidade nominal de 1.851t/h (base seca), velocidade de operação de 11,5rpm, dotados de: sistemas de acionamento, estrutura de suporte, chute de alimentação retrátil, peneira giratória (trommel), sistemas de lubrificação e hidráulico
8474.20.90	Ex 078 - Combinações de máquinas para britagem primária de minérios, com capacidade de produção nominal igual ou superior a 9.000t/h, sem sistema elétrico, compostas de: 1 britador móvel, autopropulsado sobre esteiras metálicas, composto de: moega de alimentação igual ou superior a 168m³, alimentador de sapata, britador de duplo rolos e transportador de descarga de correia dotado de sistema de elevação e translação e 1 transportador móvel de transferência, autopropulsado sobre esteiras metálicas, equipado com transportador de correia de velocidade igual ou superior a 3m/s, lança de recebimento de material de 45,5m e inclinação da lança de -14° a +7,3° e lança de descarga de 49,5m e inclinação da lança de -3,5° a +14°
8474.20.90	Ex 079 - Combinações de máquinas para homogeneização e moagem de farinha (calcário, argila, aditivos), utilizadas na fabricação de cimentos, compostas de: pré-homogeneização com equipamentos para empilhamento e retomada de matérias-primas na unidade de estocagem; empilhador de calcário tipo Chevron capacidade 800t/h, potência instalada de 40kW; retomador de calcário tipo de ponte capacidade 470t/h potência instalada de 120kW; empilhador de aditivos (argilas e corretivos) tipo "Chevron" com capacidade 120t/h, potência instalada de 20kW; retomador de aditivos tipo de ponte capacidade 120t/h, potência instalada de 50kW; sistema de moagem de farinha com transportadores; balanças; moinho vertical de rolos capacidade 220t/h para produção da farinha crua acionado por um motor e redutor de potência 2.400kW de média tensão (6.6kV) - VI polos rotor bobinado, partida por reostato líquido, diâmetro da mesa 3.600mm com quatro rolos, diâmetro 1.800mm e sistema de pressão hidráulico; homogeneização com sistema de distribuição no silo da farinha moída e extração da mesma, com calhas fluidizadas, válvulas de extração e desvio, sopradores, sistema de pesagem, dosagem e transporte da farinha até a torre de ciclones do forno; painéis elétricos, sistema de controle dos equipamentos (CLP)
8474.39.00	Ex 019 - Combinações de máquinas para beneficiamento de areia, para produção de vidro "float", com capacidade máxima de 120t/h, compostas de: 1 célula de atrito de 1.000 x 2.000mm; 5 centrífugas; 1 domo de 52m de diâmetro e 22m de altura; 1 gotejador de 1.200 x 2.400mm; 1 laminador grosso de 2.500 x 3.000 x 6.000mm; 1 moinho tubular de 2.000 x 8.000mm; 2 roscas classificadoras de 1.650 x 9.000mm; 2 roscas classificadoras de 1.200 x 8.000mm; 1 rosca classificadora de 900 x 7.000mm; 3 transportadores horizontais de 4.200mm; 1 transportador horizontal de 8.000mm; 1 transportador horizontal de 6.500mm; 4 tremonhas; 3 peneiras vibratórias; 1 classificador "monosizer" de 2.400 x 2.400 x 7.000mm; 1 classificador "monosizer" de 1.800 x 1.800 x 6.000mm; 1 peneira de segurança de 2.000 x 4.000mm; 1 separador espiral gravimétrico de 1.600 x 2.300 x 6.000mm; 1 pórtico rotativo com mandíbula hidráulica de 2,5ton; 15 bombas, painéis elétricos de comando, controle computadorizado e dispositivos de segurança da operação
8474.39.00	Ex 020 - Combinações de máquinas para beneficiamento de feldspato, dolomita e calcário, para produção de vidro FLOAT, compostas de: 1 britador de 760 x 260mm; 1 detector de metal; 1 DOMO de 52m de diâmetro e 22m de altura; 2 calhas de escoamento com 200mm de largura e 6° de inclinação; 1 moinho de martelo de 750mm de largura; 1 moinho de rolos de 460m x 550mm; 1 peneira "flip flop" de 2.270 x 5.000mm; 2 peneiras "rewum" de 1.750 x 2.690mm; 7 roscas transportadoras de 8.500mm de comprimento com espiral de 350mm; 1 rosca transportadora de 4.000mm de comprimento com espiral de 350mm; 1 rosca transportadora de 6.000mm de comprimento com espiral de 200mm; 1 rosca transportadora de 5.500mm de comprimento com espiral de 200mm; 1 rosca transportadora de 9.100mm de comprimento com espiral de 150mm; 1 rosca transportadora de 5.500mm de comprimento com espiral de 350mm; 1 rosca transportadora de 8.400mm de comprimento com espiral de 150mm; 1 rosca transportadora de 3.000mm de comprimento com espiral de 350mm; 1 rosca transportadora de 10.500mm de comprimento com espiral de 350mm; 1 secador de 18.000mm e 2.000kW de potência; 4 silos de 160m³; 10 silos de 220m³; 1 transportador horizontal de 5.500mm; 1 transportador horizontal de 9.100mm; 1 transportador horizontal de 8.400mm; 4 transportadores verticais de 20.000mm de altura; 2 transportadores verticais de 20.500mm de altura; 1 transportador vertical de 15.000mm de altura; 4 tremonhas; 1 umidificador rotativo de 500mm de diâmetro; 1 ventilador; 3 coletores de particulado; 2 descarregadores telescópicos de 300mm de diâmetro e 3.500mm de percurso, válvulas rotativas, desviadores mecânicos, painéis elétricos de comando, controle computadorizado e dispositivos de segurança da operação
8474.39.00	Ex 021 - Misturadores intensivos de matérias-primas para mistura e dispersão de pré-misturas com alto teor de sílica e de negro de fumo, rotor com velocidade de 60rpm, câmara de mistura com capacidade de 365 litros / 301kg, com revestimento antiabrasivo para durezas de 55 a 60 unidades "Rockwell" C, impelidores de alta dureza com 6 pás em liga metálica com dureza de 38 a 44 unidades "Rockwell" C e cromadas para dureza 55 a 60 unidades "Rockwell" C, com perfil próprio para mistura, dispersão e formação do composto de silano, camisa de resfriamento por água, sensor de pressão e sensor de temperatura, unidade hidráulica, unidade de injeção de óleo e de composto químico silano (SiH_4)
8475.29.90	Ex 028 - Combinações de máquinas para acabamento e embalagem de frascos de vidro com diâmetro externo entre 13 e 40mm e altura total entre 35 e 75mm, com capacidade máxima de produção igual a 3.000frascos/hora, compostas de: 2 braços de transferência por servo motor para manipulação de frascos, 2 unidades de sincronismo da velocidade; 2 controles dimensionais de altura total; 2 estações de impressão por "silk-sreen"; forno a gás para vitrificação da tinha; descarga e embalagem
8475.29.90	Ex 029 - Combinações de máquinas para laminação de vidro "float" jumbo, compostas de: transportadores de vidro por rolos medindo 21,6m de comprimento, 1 forno de laminação de vidros especiais de baixa emissividade e de controle solar medindo 11,2m de comprimento, 2 rolos pressurizados, 1 aplicador de pó separador, painéis elétricos de comando, controle computadorizado e dispositivos de segurança da operação
8477.10.29	Ex 002 - Combinações de máquinas, constituídas por corpo único, para produção de peças plásticas de grande porte, compostas de: 1 máquina de moldagem por injeção de termoplásticos, com força de fechamento máximo de 3.200t e capacidade máxima de injeção de 13.250cm³, pressão de 1.843bar, distância entre colunas de 2.100mm x 1.700mm, funil alimentador de termoplásticos, conjunto de termorreguladores; 1 robô para extração e transferência das peças, com capacidade máxima de carga de 85kg, com 5 eixos digitais, sendo 3 lineares X, Y, Z (6.000, 2.000 e 3.600mm) e 2 eixos rotativos, com base suspensa; 1 transportador de correias, de movimento descontínuo sincronizado com a transferência das peças; 1 equipamento de travamento magnético para troca rápida de moldes, com força máxima de retenção de 2.000kN; 1 cabine elétrica com CLP (controlador lógico programável) e 1 painel elétrico com CNC (comando numérico computadorizado)
8477.20.10	Ex 123 - Combinações de máquinas para extrusão de compostos termoplásticos para fabricação de chapas multicamadas com saída em bobinas, com largura útil máxima de 1.240mm, espessura compreendida entre 0,35 e 2,3mm, capacidade máxima de 2.200kg/h e velocidade máxima de operação de 70m/min, compostas de 3 conjuntos de dosadores gravimétricos de sólidos de 5 estações para alimentação das extrusoras, incluindo plataforma para fixação dos mesmos; 3 extrusoras para materiais termoplásticos sendo as 3 extrusoras "high speed" tipo monorosca de 75mm com L/D 37:1 com rotação máxima de 750rpm, todas com bomba de engrenagem, misturador estático e filtro troca tela hidráulico, 1 "feedblock" para coextrusão multicamadas com controle de temperatura, 1 cabeçote tipo "flat die" com largura de 1.425mm, 1 unidade alisadora resfriadora horizontal formada por 3 rolos refrigerados de diâmetro de 370, 600 e 600mm, largura de 1.400mm, acionado por servo motor revestidos de cromo, 2 rolos móveis complementares de 300mm de diâmetro e 7 rolos fixos complementares de 250mm de diâmetro refrigerados incluindo controle de temperatura e conjunto de rolos puxadores; 1 acumulador com largura de 1.400mm e capacidade para 38m, formado por 1 conjunto de 7 rolos fixos e 6 rolos móveis para troca de bobina de saída sem interrupção do processo ou comprometimento da velocidade máxima de operação; 2 unidades de rebobinamento incluindo dispositivos de posicionamento e movimentação das bobinas; controle e monitoramento completo, incluindo função pré-programável de aquecimento e/ou resfriamento da linha
8477.20.10	Ex 124 - Combinações de máquinas para extrusão e co-extrusão para processo contínuo de transformação de polímeros em material termoplástico de alta performance, produção total de até 400kg/h, largura útil de produção de 1.500 a 2.600mm, espessura útil de produção de 1 a 50mm, velocidade de produção de 0.15 a 1.8m/min, compostas de: 1 extrusora principal; 1 cabine de controle extrusora; 1 painel de operação extrusora; 1 co-extrusora KSB; 1 cabine de controle co-extrusora; 1 bloco de alimentação com três

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	camadas; 1 die/matriz, 1 conjunto calandra; 1 cabine de controle conjunto calandra, 3 calandras; 1 unidade de aquecimento e resfriamento; 1 passagem de resfriamento; 1 rolo de tração; 1 fresa; 1 pegador (elevação) a vácuo; 1 cabine de controle da fresa, pegador a vácuo e rolos de tração; 1 rolo de transporte; 1 máquina dosadora de material e misturador de material; 1 moinho/moedor; 1 máquina etiquetadora
8477.20.90	Ex 060 - Máquinas para reprocessamento e descontaminação de flakes de PET pós consumo para contato direto com alimentos, com capacidade entre 1.350 a 2.000kg/h, permitindo a recuperação do material com umidade acima de 1,5%, manutenção de massa e PET fundido com IV (viscosidade Intrínseca) estável ou com uma redução mínima variando de 0 a 4%, permitindo um consumo de energia elétrica entre 0,25 a 0,28kWh/kg, com reator a vácuo de 5 - 10mbar acoplado diretamente à extrusora monorosca de 180mm, filtro automático de alta performace e auto-limpante com telas de filtragem de 32 micras, com granulador automático, com controlador lógico programável (CLP) tipo "touch screen" e modem para assistência remota pelo fabricante
8477.30.90	Ex 037 - Máquinas automáticas para moldagem por insuflação ("injection blowmolding") de coifas automotivas de TPE (termo polímero elastômero), com programa de autocorreção do parison de parâmetros de controle para espessura de parede constante, tempo de ciclo de 20s, peso máximo das coifas de 140g, unidade de plastificação com rosca de 60mm x 24D, dotadas de estações de corte e controle de pesagem com braço manipulador de transferência de peça, pressão de trabalho de 100bar, força no fechamento dos moldes de injeção e sopro de 8 a 15kN e 15,9 a 19,6kN respectivamente, com painel de controle e unidade hidráulica
8477.51.00	Ex 029 - Prensas hidráulicas tipo coluna para moldar por vulcanização pneumáticos radiais com diâmetros internos de 30,48 a 55,88cm, para moldes com diâmetro externo de até 116,84cm, com 2 jogos de ferramentas de moldagem, sendo um para aros entre 30,48 e 45,72cm, e outro para aros entre 40,64 e 55,88cm; 2 cavidades com controles de operação independentes; medidores de temperatura; força de fechamento máxima de 1.712kN; espessura do molde de 25,4 a 50,8cm; pressão interna máxima de 16bar nas placas de aquecimento; unidade de aquecimento individual com válvulas pneumáticas; detectores de vazamento; conjunto para alinhamento; transportador de resfriamento; painéis de acionamento com controlador lógico programável (CLP), painel de controle operacional, preparadas para receber uma unidade de inflação pós-vulcanização (PCI)
8477.51.00	Ex 030 - Prensas hidráulicas tipo coluna para moldar por vulcanização pneumáticos radiais com diâmetros internos de 30,48 a 55,88cm, para moldes com diâmetro externo de até 116,84cm, com 2 jogos de ferramentas de moldagem, sendo um para aros entre 30,48 e 45,72cm, e outro para aros entre 40,64 e 55,88cm; 2 cavidades com controles de operação independentes; medidores de temperatura; força de fechamento máxima de 1.712kN; espessura do molde de 25,4 a 50,8cm; pressão interna máxima de 16bar nas placas de aquecimento; unidade de aquecimento individual com válvulas pneumáticas; detectores de vazamento; conjunto para alinhamento; transportador de resfriamento; painéis de acionamento com controlador lógico programável (CLP), painel de controle operacional; unidade de inflação pós-vulcanização (PCI); unidade de descarregamento
8477.59.11	Ex 009 - Prensas hidráulicas para cura de pneus com diâmetro de talão compreendido de 13 a 18", com dupla mesa para alojamento do molde, com força de fechamento de 1.000kgf, dotadas de torre para manuseio de pneu verde, com injetor para insuflamento de ar comprimido
8477.59.11	Ex 010 - Prensas para cura de pneus com diâmetro de talão compreendido de 13 a 18", com dupla mesa para alojamento do molde, com força de fechamento de 1.000kgf, dotadas de torre para manuseio de pneu verde, com injetor para insuflamento de ar comprimido
8477.59.90	Ex 028 - Máquinas para modelagem de protótipos tridimensionais, a partir de modelos virtuais, que operam por deposição de materiais termoplástico
8477.59.90	Ex 078 - Máquinas para produção de painéis estruturais de faces flexíveis, com miolo de poliuretano ou poliisocianurato, contendo esteira superior e inferior para formação do sanduíche do painel, controle de temperatura, medidor de poliol e de isocianato, medidor de aditivo, medidor de catalisador, medidor de pentano, linha de alta pressão, cabeça de mistura, pórtico da cabeça de mistura, alarme com sensor infravermelho, exaustor, unidade de corte, exaustão de poeiras, esteiras de roletes e de correia, unidade de perfuração superficial e painel de controle, capazes de produzir painéis de 100mm de espessura a velocidades iguais ou superiores a 9 metros por minuto
8477.80.90	Ex 246 - Combinações de máquinas para esticar e termoselar filmes plásticos, compostas de: 1 máquina pneumática para esticar e termoselar filmes plásticos, com 6bar de pressão de operação; 1 esteira transportadora com largura de 60cm e capacidade para cargas de 450kg
8477.80.90	Ex 247 - Combinações de máquinas para corte e enrolamento de tiras de tecido emborrachado, para revestimento interno de pneus, com 1 painel de comando com controlador lógico programável (CLP), compostas de: 1 unidade de transferência de borracha para a máquina de corte com diâmetro máximo de rolo de 835mm; 1 unidade de corte de tecido emborrachado em tiras de 10mm, com dispositivo de centralização do tecido; 1 unidade de enrolamento das tiras após o corte, com capacidade para 10 rolos, velocidade máxima da rotação 160rpm e velocidade de movimento transversal de 12mm/rotação, com curso de 210mm; 1 unidade para enrolamento das sobras do tecido emborrachado
8477.80.90	Ex 248 - Combinações de máquinas para fabricação de enchimento de borracha, para produção de frisos perfilados com dimensões máximas de 100 x 8mm, compostas de: 1 extrusora de borracha com unidade hidráulica, com rosca de 60mm de diâmetro e razão L/D de 13:1, capacidade de 120kg/h; 1 módulo estrutural com tambores para resfriamento e roletes acumuladores; 1 pedestal com rolete motorizados para perfilamento da tira; 1 painel elétrico de comando central
8477.80.90	Ex 249 - Máquinas para corte e dobra da banda do lacre de segurança em tampas plásticas, com anéis de diâmetro de 28mm, com capacidade de produção de até 132.000tampas/h, compostas de: 1 silo alimentador tipo cascata, 1 alimentador posicionador, 1 acumulador de tampas com dispositivos de serpentinas com deslocamento pneumático, 1 sistema de controle de detecção de microfuros nas tampas por meio de teste de centelhamento, 1 mesa central com cabeçotes e faca para corte e
	cabeçotes par a dobra dos anéis-lacres, 1 esteira transportadora intermediária de tampas, 1 sistema de controle de qualidade ótico eletrônico por meio de câmeras, 1 esteira transportadora para saída das tampas e tensão de trabalho instalada de 400V, frequência elétrica de 50Hz e a potência consumida aproximada é de 7kW
8479.10.90	Ex 024 - Máquinas para nivelamento de concreto, com tecnologia laser, com motor 4 cilindros turbo diesel, com potência do motor igual ou superior a 50HP
8479.81.90	Ex 082 - Combinações de máquinas para descolar, corrugar, clinchar, empilhar, amostrar, pesar, cintar e etiquetar cátodo de cobre, semiautomática, com capacidade nominal de 600cátodos/h, com robôs, fitas de aço, estação de transporte de cátodo intermediário, dois vagões transportadores de cátodos, correntes transportadoras, câmara de lavagem com bombas, duas estações de descolagem, três robôs de transferência de cátodos
8479.81.90	Ex 083 - Combinações de máquinas para tratamento de carrocerias automotivas, com movimento contínuo e sincronizado, com capacidade máxima (líquida) igual a 20carrocerias/hora, dimensões máximas das carrocerias 5.000 x 1.900 x 1.600mm e peso máximo de 500kg compostas de: estação de checagem prévia das soldas, com retirada das que se encontram fora da especificação, dotada de cabine de isolamento com dimensões de 12.000 x 5.200 x 3.500mm; estação de lavagem com spray de água de alta pressão à temperatura compreendida entre 55 e 65ºC, dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de pré-desengraxe com solução desengraxante com temperatura compreendida entre 55 e 65ºC, por spray/imersão/spray dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de desengraxe por imersão em líquido desengordurante com temperatura compreendida entre 55 e 65ºC dotada de tanque com dimensões de 13.200 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágüe por spray/imersão/spray dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de ativação por imersão dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de fosfatização por imersão dotada de tanque com dimensões de 13.200 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágue por spray/imersão/spray dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágüe de saída com água deionizada por spray, dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de drenagem; estação de aplicação de camada protetora (anti-corrosiva) com espessura compreendida entre 18 e 22µm, por imersão, dotada de tanque com dimensões de 13.200 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágüe por spray, dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágüe por spray/imersão/spray, dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de enxágüe com água deionizada por spray, dotada de tanque com dimensões de 6.100 x 3.200 x 3.500mm, sistemas de circulação de fluídos, filtros, bombas, instrumentação e cabine de isolamento; estação de transferência e drenagem; estação de secagem por circulação de ar quente; estação de refrigeração; transportadores; elevadores; equipamentos de supervisão, controle e integração das instalações de transportadores; equipamento de separação de óleo/água; filtro prensa para separação de borra de fosfato, equipamento de filtragem e instrumentação para controle automático de PH, condutividades, concentrações, níveis, vazões, temperaturas, pressões e velocidades
8479.89.11	Ex 036 - Máquinas para prensar PINS conectores, com força máxima de prensagem de 780N
8479.89.11	Ex 037 - Prensas hidráulicas para marcação de fita de aço inox, com largura de 17,8mm e espessura de 0,3mm para fabricação de estêncil gravação de pneus
8479.89.12	Ex 002 - Bombas dosadoras, tipo seringa, de diafragma, para alimentação de pasta de catalisador, em processo piloto de produção de polímeros e similares, com vazão compreendida entre 0,14 e 68,15ml/injeção
8479.89.12	Ex 056 - Combinações de máquinas para dosagem e fornecimento de tintas, "primer" e solventes utilizados em linhas de pintura de carrocerias automotivas, compostas de tanques, misturadores, dosadores, bombas, trocador de calor, válvulas, instrumentação e tubulação
8479.89.12	Ex 057 - Máquinas automáticas para nodularização e inoculação de ferros fundidos por meio da adição de arames tubulares recheado com nodularizantes e inoculantes diretamente no interior das panelas de fundição, equipadas com tampa para a panela e cabine fechada para evitar a contaminação ambiental, sistema de sucção de fumos e painel de comando computadorizado para o controle do processo com tratamento estatístico dos resultados, para tratar até 2.800kg de ferro fundido em panelas com dimensões aproximadas de 1.130mm de diâmetro, 930mm de diâmetro interno e 1.700mm de altura, capazes de alimentar arames com diâmetro máximo de 13mm com velocidade controlada por meio de inversores entre 4 e 120m/min
8479.89.99	Ex 035 - Combinações de máquinas automáticas para montagem de dispositivos detectores de nível para líquidos, sólidos e a granel, para aplicação e uso em áreas perigosas e setores alimentícios e farmacêuticos, com capacidade de produção de 8 equipamentos por hora, compostas por equipamentos de soldagem horizontal, equipamento de soldagem vertical, gravadora laser para placas de identificação, estação de montagem de alojamento, dispositivo de expansão de mangueiras para mangueiras PTFE, dispositivo de extração de mangueira, dispositivo de soldagem plástica, estação do conjunto do sensor "liquicap", estação do conjunto do sensor para "liquiphant" e "soliphant", dispositivo de teste de alta tensão, estação de montagem final e teste, com sistema eletrônico de gerenciamento de produção

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8479.89.99	Ex 036 - Combinações de máquinas para aplicação de cabos em frigideiras, compostas de: mesa de carregamento e centragem, mecanismo de deslocamento da frigideira; robô de manipulação da frigideira; alimentador de cabos dotado de panela vibratória para carga, esteira transportadora para carregamento e recuperação dos cabos com duplo sistema de orientação; robô para manipulação de cabos e sistema de visão (câmeras) para posicionamento do cabo; rebitadeira automática
8479.89.99	Ex 037 - Combinações de máquinas para fusão e formação de flocos de pentóxido de vanádio, dotadas de: transportador de rosca de alimentação da fornalha, fornalha com câmara de resfriamento a água, queimador de óleo diesel com gerenciador e soprador de ar de combustão, roda formadora de flocos com resfriamento a água e rolo quebrador de flocos, filtro de mangas com exaustor e chaminé, estruturas, tubulações, instrumentação e válvulas
8479.89.99	Ex 038 - Combinações de máquinas para montagem, calibração e testes de medidores de nível, sem contato de líquidos e sólidos a granel em geral, com capacidade de produção de até 4 equipamentos por hora, compostas de estação suporte para montagem de sensor, estação suporte para montagem de gabinete, estação de reprogramação dos principais componentes eletrônicos, estação de testes de alta voltagem, estação de reprogramação antes do teste final, estação de teste final, com sistema de gerenciamento de controle de produção
8479.89.99	Ex 039 - Combinações de máquinas para montagem, calibração e testes de medidores de nível, sem contato de fluidos, pastas, águas residuais e materiais a granel em geral, com capacidade de produção de até 10 equipamentos por hora, compostas de: estação de conjunto de alojamento e sensor e estação de calibração e teste final, com sistema de gerenciamento de controle de produção
8479.89.99	Ex 041 - Dispositivos totalmente automatizados para preparação de lâminas de hematologia; realiza todas as tarefas implicadas na preparação de esfregaços, desde a aspiração do sangue, confecção do esfregaço, realizado com uma lâmínula de vidro reutilizável com ajuste automático de velocidade e angulação de acordo com o hematócrito, identificação da lâmina com caracteres alfanuméricos e/ou códigos de barras uni ou bidimensional e coloração do esfregaço
8479.89.99	Ex 043 - Equipamentos de deposição de verniz anti-risco em lentes oftálmicas, por imersão aquecida, automatizados, com controle de fluxo computadorizado, compreendendo filtro com fluxo laminar de ar limpo, com ou sem desumidificador de ar, comprimento total igual ou superior a 12m e potência total igual ou superior a 70kW dotados de controlador lógico programável (CLP)
8479.89.99	Ex 045 - Equipamentos para retirada de amônia do metavanadato de amônia, dotados de: silo pulmão, silo de alimentação, alimentador, válvula rotativa, aquecedor, filtros de ar, transportador de rosca, ventilador, filtro manga com rosca transportadora, ciclone, soprador, silo do produto, estruturas, chaminé, instrumentação e válvulas
8479.89.99	Ex 046 - Combinações de máquinas para reciclagem de lâmpadas fluorescentes, com produção máxima de 200kg/hora, capacidade de separar frações de vidro, pó fluorescente, bases eletrônicas das lâmpadas FLC e partes metálicas, compostas de: alimentador, triturador de vidro, separador de pó fluorescente e bases eletrônicas
8479.89.99	Ex 047 - Máquinas automáticas para montagem de válvulas plásticas de exalação, dotadas de conjunto alimentador e posicionado da base da válvula, conjunto alimentador e posicionador de tampa de válvula, conjunto alimentador e posicionador de diafragma de válvula, conjunto de movimentação para montagem, conjunto de soldagem ultra-sônica, conjunto de limpeza de válvulas montadas, conjunto de teste de estanqueidade de válvulas montadas, conjunto de rejeição de peças defeituosas, conjunto transportador de produto acabado para pesagem e painel elétrico principal, equipado com controlador lógico programável (CLP) e capacidade produtiva igual ou superior a 30 unidade por minuto
8479.89.99	Ex 048 - Máquinas bobinadeiras para bandas de rodagem de borracha ("Tread") de pneumáticos radiais, para larguras entre 203,2 e 355,6mm, adequadas para uma velocidade de linha de 54,45m/min, compostas por 2 conjuntos de enrolamento que operam juntos, sendo um em operação, outro em espera, com 2 bobinas, uma de 1.500mm e outra de 700mm de diâmetro externo e equipados com 2 motores de 3HP cada, sendo capazes de enrolar 85,8metros lineares de material, com controle óptico por fotocélulas; sensor de comando de velocidade da linha; trilhos alinhadores e unidade de centralização das bandas; esteira transportadora; motores inversores AC; tacômetro para controle de velocidade; posicionador reversível; sincronizador de velocidade; rolo de pressão anti-deslizamento controlado por freio com regulagem manual de pressão e rolos de escovamento para limpeza; controle de temperatura; painel elétrico principal de controle; painéis de comando com CLP; inversor de frequência; painel de monitoramento visual de final dos enrolamentos, incluso sistema de segurança dos operadores com sensores a LASER para cada estação
8479.89.99	Ex 049 - Máquinas para aplicação de tarjas magnéticas e painéis de assinatura em películas plásticas "overlay", com capacidade de aplicação de 12 tarjas magnéticas ao mesmo tempo no "overlay", com espessura de 40 até 400mícron, largura máxima de até 750mm, velocidade máxima de 20m/min, compostas com tecnologia que permite colar a tarja magnética com precisão de + ou -0,15mm, painel de comando com tela "touchscreen"
8479.89.99	Ex 083 - Combinações de máquinas para formação do núcleo absorvente de fraldas descartáveis, com controlador lógico programável (CLP), construídas em estrutura modular e servomotorizada, com capacidade de produção aproximada de 700peças/min, compostas de: sistema de umidificação do ar; moinho desintegrador de celulose; ventilador de vácuo; ciclone para separação do pó filtrado; cardas para fibras de celulose; rodas de formação; calandra laminadora de 2 estágios e cabine acústica
8479.89.99	Ex 089 - Máquinas para limpeza de lentes oftálmicas, com sistema aquoso em linha, sem a utilização de solventes, dotadas de etapa de lavagem, enxágüe e secagem, com capacidade de até 1.000lentes/h, com controlador lógico programável (CLP), painel de comando "touch screen", esteira transportadora de passagem única
8480.60.00	Ex 012 - Fôrmas metálicas para moldagem de estruturas de concreto armado com placas externas tipo cortina com túnel de enchimento, com "meias-conchas" modulares com comprimento de 1.250mm ou 2.500mm de 2 painéis retangulares, com painel vertical para altura e painel horizontal para metade da largura da laje moldada
8480.71.00	Ex 038 - Moldes de 128 cavidades para fabricação de componentes de tampas plásticas voltadas a embalagens tipo "longa vida", com abertura por mecanismo pinhão/cremalheira, confeccionados com aço especial e com revestimento especial de dicronite em base carbono, utilizados para a injeção de plásticos (resinas de PP e PEAD) com capacidade para 1.181peças/min em ciclo de 6,5 segundos e variação de espessura menor que 0,03mm, com temperatura de operação entre 204 e 285°C e sistema de ejeção hidráulico em paralelo, dotado de sistema "hot runners" internos e de sensores térmicos em cada cavidade
8480.71.00	Ex 045 - Moldes para uso em injetoras de alta pressão com 64 cavidades, confeccionados com aço especial e sistema de injeção com pré-formas próprias, utilizados para produção de partes e peças de canetas e marcadores em polipropileno com capacidade para produção de 128peças/ciclo
8481.80.99	Ex 038 - Válvulas tipo disco simples deslizante, para controle de temperatura da reação do craqueamento catalítico e de diferencial de pressão, com temperatura de projeto entre 700 e 800°C, pressão de projeto entre 5 e 6kgf/cm²g
8502.39.00	Ex 003 - Combinações de máquinas para geração de energia elétrica a partir do aproveitamento do calor gerado numa planta de produção de cimento, compostas de: turbina a vapor tipo condensação, potência nominal de 6,0MW, rotação de 3.000rpm, pressão de entrada do vapor 1,35MPa, temperatura de entrada do vapor 370ºC e pressão de descarga do vapor de 0,007MPa, fluxo de vapor 19t/h; gerador de corrente alternada com potência 6,00MW, rotação 3.000rpm; geradores de vapor (trocadores de calor) sendo um com vazão de entrada de gases quentes de 235.988Nm³/h a uma temperatura de 304ºC e temperatura de saída do gás de 220ºC e outro com vazão de entrada de gases quentes de 168.708Nm³/h a uma temperatura de 440ºC e temperatura de saída do gás de 90ºC; transformador com capacidade de 630kVA e sistema de controle
8504.33.00	Ex 003 - Transformadores/retificadores refrigerados a ar ou a água, com frequência de saída igual ou superior a 25kHz, alimentação monofásica ou trifásica, com potência de saída superior a 20kW, mas não superior a 240kW, utilizados em precipitadores eletrostáticos equipados com o sistema de controle microprocessado de potência integrado por meio de IGBTs e software com algoritmo de otimização embarcada, podendo ou não conter chave de aterramento, com comunicação ethernet 100MB de protocolo aberto
8514.30.21	Ex 002 - Fornos elétricos do tipo industrial, a arco voltaico, de corrente alternada (CA), para fusão e refino primário de aço, operando com carga de gusa sólido e sucata metálica, com capacidade média de 65 toneladas de aço vazado por corrida contendo: carcaças do forno; porta para vazamento da escória; painéis refrigerados a água; mecanismo de manuseio tipo EBT; plataforma, dispositivo de travamento horizontal; mecanismo de inclinação; mecanismo de elevação da tampa; dispositivo de movimentação dos eletrodos com rolos guias; suporte dos eletrodos; sistema de resfriamento dos eletrodos; cilindros de acionamento; compressor, sistemas de injeção de gases e de carbono; carros transferidores; sistemas elétrico com centro de controle de motores (CCM), de lubrificação, hidráulico, de automação e controle com controladores lógicos programáveis (CLP's), painéis de operação, transformador, e instrumentação
8514.30.90	Ex 004 - Fornos elétricos para aquecimento e reparo de pneus, com temperatura máxima de operação de 200°C e potência de 6kW
8709.11.00	Ex 003 - Rebocadores de veículos metroviários ou ferroviários e outros veículos que se desloquem sobre trilhos, com força tração (empurrar ou puxar) de até 2.200 toneladas de peso no veículo a ser rebocado, acionados por controle manual ou por unidade de rádio controle, movidos a baterias e tracionados por 4 motores elétricos, cada um destes motores independentes acoplados a rodas de direção e tração, rodas estas que são responsáveis pela dirigibilidade do rebocador e que são habilitadas a girar 180° independentemente uma das outras, permitindo assim o giro sobre o próprio centro ou ir a qualquer direção desejada (esquerda ou direita) e com capacidade de atingir velocidades de até 30km/hora
9027.50.10	Ex 031 - Contadores de células somáticas através de fluorescência em amostras de leite, portáteis, alimentados por bateria, com painel digital e alça de transporte
9027.50.90	Ex 079 - Analisadores automatizados que combinam em um só instrumento teste para enxofre, nitrogênio, enxofre e nitrogênio e haletos, utilizando respectivamente os métodos de detecção por piro-fluorescência, piro-quimiofluorescência e cromatografia iônica de combustão quando presentes seus módulos detectores; multiconfiguráveis para permitir a instalação de módulos específicos com alcance de faixas analíticas específicas; com capacidade de acesso remoto; funcionam com amostras sólidas, líquidas, gasosas e de GLP (gás liquefeito de petróleo)
9027.80.99	Ex 152 - Analisadores de partículas de urina totalmente automatizados para analisar e emitir resultados de 5 parâmetros de análise (hemácias, leucócitos, células epiteliais, cilindros, bactérias), 6 parâmetros de aviso/investigação (cristais, leveduras, cilindros patológicos, células pequenas redondas, muco e espermatozoides) e informações para fins de investigação (informações sobre o tamanho das hemácias, concentração de urina e infecção do trato urinário), usando citometria de fluxo fluorescente por meio de um laser semicondutor
9027.80.99	Ex 153 - Analisadores hematológicos automáticos para analisar e emitir resultados de 67 parâmetros dentro dos quais 37 parâmetros são de diagnóstico, 6 parâmetros para análises de outros fluidos corporais e 24 parâmetros para o modo de pré-diluição
9027.80.99	Ex 154 - Analisadores hematológicos automáticos para analisar e emitir resultados de 32 parâmetros de análise, 6 parâmetros de investigação e 2 parâmetros (RBC e WBC) para análises de outros fluidos corporais
9027.80.99	Ex 155 - Analisadores hematológicos automáticos para analisar e emitir resultados de 33 parâmetros de análise do sangue periférico e 6 parâmetros de análise de outros fluidos corporais
9027.80.99	Ex 156 - Analisadores hematológicos automáticos para analisar e emitir resultados de 21 parâmetros de análise e 5 parâmetros de investigação que incluem PDW, P-LCR, PCT, IG#, IG%
9027.80.99	Ex 157 - Analisadores hematológicos automáticos para analisar e emitir resultados de 24 parâmetros de análise, 2 parâmetros de investigação e 2 parâmetros (RBC e WBC) para análises de outros fluidos corporais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9027.80.99	Ex 158 - Analisadores hematológicos automáticos para determinação da série vermelha e índices eritrocitários da série plaquetária e índice plaquetário e da série branca com total de leucócitos e diferencial de 3 partes (LYM%/W-SCR= percentual de linfócitos/pequenos leucócitos; MXD%/W-MCR= percentual de leucócitos médios; NEUT%/W-LCR= percentual de neutrófilos/leucócitos grandes; LYM#/W-SCC= contagem absoluta de linfócitos pequenos; MXD#/W-MCC= contagem absoluta de leucócitos médios; NEUT#/W-LCC= contagem absoluta de leucócitos grandes), com capacidade de armazenamento de 300 resultados de análise e histogramas; com velocidade de análise de 60 amostras/hora
9027.80.99	Ex 159 - Dispositivos de localização automática de células para contagem diferencial de leucócitos, caracterização da morfologia dos eritrócitos e contagem estimada de plaquetas, com capacidade de carregamento de até 96 lâminas de uma só vez; o instrumento localiza e mostra automaticamente imagens de células sanguíneas presentes em esfregaços de sangue periférico corados com corante "Romanowsky", organiza e sugere uma classificação celular (pré-classificação) para os leucócitos, permitindo identificar, confirmar ou modificar a classificação proposta; apresenta e propõe características morfológicas (pré-caracterização) numa imagem de perspectiva geral dos eritrócitos e possibilita a confirmação ou modificação dessa pré-caracterização; apresenta uma imagem de perspectiva geral e proporciona o cálculo estimado de plaquetas
9027.80.99	Ex 160 - Estações móveis de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar, compostas de: unidade de amostragem de particulados com capacidade de vazão de 14 a 25litros/minuto para medição da concentração de sólidos em suspensão constituído por bomba de vácuo, filtros, medidores de pressão, medidores de vazão, medidor de temperatura, flanges especiais para conexão, tripé de sustentação e acessórios de montagem; analisadores de gases (dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, monóxido de carbono e ozônio) com filtros para partículas de entrada, cilindros com gases para análise, reguladores de pressão e células de análise analítica; calibrador microprocessado constituído por fonte de permeação interna com capacidade de 700g/min, unidade de titulação em fase gasosa, fotômetro, sistema de condicionamento dos gases de entrada; medidores de parâmetros meteorológicos através de sensor de direção e velocidade do vento, sensor de temperatura ambiente e de umidade relativa, sensor de pressão atmosférica, sensor de radiação solar ultravioleta, sensor de radiação global; sistema de controle e sequenciamento através de controlador lógico programável, sistema supervisório de registro de dados e emissão de relatórios
9027.80.99	Ex 161 - Máquinas dissolutoras de comprimidos e substâncias farmacológicas, com nível de aquecimento do vaso de 2°C/min, resolução de 0,1rpm, exatidão de +/-0,5rpm e precisão de +/-0,25°C, dotadas de "visi-check", com 6 estações de teste em cada dissolutor, com 316 pás para dissolução, cesto de manipulação, adaptadores 40 "mesh" com recipientes de vidro com volume de 1litro e base rotatória em cobre
9027.80.99	Ex 162 - Sistemas simplificados de transporte de suportes de amostras com capacidade de carregar até 100 tubos de uma só vez que ligam um analisador hematológico automatizado de multiparâmetros a um dispositivo de preparação e coloração de lâminas de esfregaço de sangue periférico, desempenham a função de transporte e controle de análise de amostras, isto é, define se a amostra deve ser analisada pelo analisador hematológico e se a lâmina de esfregaço sanguíneo deve ser confeccionada pelo dispositivo de preparação e coloração
9030.84.90	Ex 020 - Equipamentos de teste, caracterização funcional, elétrica e envelhecimento de SSD
9031.10.00	Ex 057 - Equipamentos para inspeção de balanceamento dinâmico de pneus, com velocidade de rotação compreendida de 600 a 800rpm, com 3 cabeças de medição, com precisão de balanceamento de +/-1,0g com pesos de 50g, sensibilidade máxima para 0,1g/divisão, com painel de comando computadorizado
9031.10.00	Ex 058 - Máquinas automáticas para balanceamento e correção de desvios de excentricidade em bandas de rodagem, pela remoção de pequenas porções de composto de borracha em pneumáticos radiais com diâmetros externos entre 553 e 990mm, seção transversal entre 134 e 406mm, peso máximo de 45kg, pressão máxima de inflação de 4bar, compreendendo unidade de carga e descarga; conjunto de medição de perfil a laser; unidade de assentamento com inflação e rotação; sistema de raspagem por rebolos; painéis de acionamento e controle com tela "touch screen" e controlador lógico programável; dispositivos de segurança e interligação eletromecânica
9031.10.00	Ex 059 - Máquinas semiautomáticas horizontais, de rolamento rígido, para balanceamento dinâmico de rotores de motores de aeronaves, com velocidade máxima de balanceamento de 2.200rpm e capacidade de balancear rotores com peso entre 20 e 2.000kg, comprimento máximo de 3.050mm e diâmetro máximo de 1.580mm, dotadas de 2 pedestais rígidos e software específico para a indústria aeronáutica
9031.20.10	Ex 012 - Equipamentos dinamométricos ativos para ensaios com motores a explosão, com torque efetivo de 525Nm e velocidade angular máxima de 8.000rpm.
9031.49.90	Ex 185 - Aparelhos com sistema de inspeção óptica, para detecção de defeitos de impressão com uma ou mais câmaras de varredura de linhas de alta velocidade, por meio de análise comparativa com uma imagem de referência e com processador de imagem, para folhas com largura máxima aproximada de 1.800mm
9031.80.11	Ex 003 - Sistemas de dinamômetros de chassis 4 x 4, compostos de 2 dinamômetros de rolos com diâmetro de 1.219,2mm (48 polegadas), equipados com ventilador de vazão variável, sistema de centralização e fixação, para medição e simulação de torque e potência em ensaios de emissões de poluentes e consumo de combustível de veículos de passageiros e comerciais leves equipados com tração 4 x 4
9031.80.20	Ex 121 - Braços tridimensionais portáteis para medições de geometrias, superfícies ou engenharia reversa de peça, com 6 a 7 articulações, precisão de até 0,003mm e com volume esférico de medição igual ou superior a 1.200mm, com kit de apalpadores, kit de montagem e mala de transporte
9031.80.20	Ex 122 - Equipamentos de medição tridimensional com sistema de rastreamento a laser, compostos de: cabeçote de emissão do laser e controlador, conectores via cabo, para medições de geometrias, superfícies ou engenharia reversa de peças em geral, com captura de feixe de laser de forma instantânea, sistema de compensação automática das condições ambientais com estação meteorológica integrada, monitoramento de temperatura, pressão e umidade do ambiente
9031.80.20	Ex 123 - Máquinas de medição tridimensional computadorizadas, por contato, do tipo base, coluna e braço, com eixo X = 10.400mm (base), eixo Y = 1.600mm (braço), eixo Z = 2.000mm (coluna), com mesa de ferro fundido medindo 3.000mm de largura e 11.000mm de comprimento
9031.80.99	Ex 414 - Analisadores de óleo em água, autolimpantes, utilizando tecnologia ultrassônica, com faixa de medição de até 20.000ppm, sensibilidade: resolução 1ppb, temperatura da amostra até 100ºC; com capacidade de integração em qualquer infraestrutura de rede; com armazenamento de dados
9031.80.99	Ex 415 - Máquinas para inspeção e reparo de deformações por inflagem de pneus pós vulcanizados, com capacidade para pneus de dimensões externas entre 528 e 726mm e largura entre 140 e 300mm, com pressão de inflamento entre 0,2 e 0,5MPa, velocidade de rotação igual a 9,2rpm
9031.90.90	Ex 001 - Placas com soquetes especiais, para ensaio em máquina de teste de fadiga de componentes semicondutores, suportando temperaturas entre 20 e 150ºC

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2014, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Capital, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 2º O Ex-tarifário nº 002 da NCM 8428.10.00, constante da Resolução CAMEX nº 57, de 9 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8428.10.00	Ex 002 - Combinações de máquinas com controle lógico programável, para alimentação de prensa para fabricação de copos de latas de alumínio, por meio de bobinas de alumínio de diâmetro de até 1,88mm, largura de 1,73m, compostas de: 1 equipamento para tombar bobinas, de forma perpendicular, com giro de 90 graus; 1 carro transportador em V para bobinas de chapas de alumínio; **com ou sem equipamento para tombar bobinas, de forma perpendicular, com giro de 90 graus,** 1 desbobinador duplo vertical para bobinas de chapas de alumínio; 1 dispositivo para levantamento de bobinas de chapas de alumínio; 1 dispositivo para desenrolamento de bobinas de chapas de alumínio; **com ou sem** mandril para alimentação de chapas de alumínio, com lubrificador de chapas de alumínio, através de bombeamento do óleo; 1 equipamento para guiar e alinhar chapas de alumínio; 1 dispositivo para controle de velocidade do desenrolamento, por meio de sensores e espelhos refletivos

Art. 3º Os Ex-tarifários nº 006 da NCM 8413.50.10 e nº 175 da NCM 8438.50.00, constantes da Resolução CAMEX nº 85, de 9 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8413.50.10	Ex 006 - Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais, de fluxo variável para acionamento hidrostático em circuito fechado, pressão nominal **igual** ou superior a **172bar**, deslocamento volumétrico compreendido entre 18 e **280cm³**/rotação e potência máxima compreendida entre 36 e 400kW

8438.50.00	Ex 175 - Equipamentos para acoplamento, com grampeadoras duplas automáticas, para pendura automática de embutidos diversos (com laços) em varas de comprimento **compreendido entre 800 e 1220mm**

Art. 4º O Ex-tarifário nº 243 da NCM 8479.89.99, constante da Resolução CAMEX nº 96, de 9 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8479.89.99	Ex 243 - Estações para fornecimento, refrigeração, filtragem de lubrificante com coleta de cavacos, para centro de usinagem, dotadas de controlador lógico programável (CLP), painel elétrico com monitoramento dos processos, linha de bombas de baixa pressão acima de 3bar e filtragem abaixo de **200µm**, linha de bombas de alta pressão acima de 70bar e filtragem abaixo de 20µm, tanque de pré-armazenamento de cavacos maiores, tanque de pré-armazenamento de cavacos menores, descarte de cavacos transportados por esteira, tanque de armazenamento de lubrificante limpo

Art. 5º Os Ex-tarifários nº 005 da NCM 8465.91.10 e nº 001 da NCM 8407.90.00, constantes da Resolução CAMEX nº 48, de 05 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

8465.91.10	Ex 005 - Serras de fita sem fim para cortar peças curvas e variadas de madeira, com eixos interpolados através de comando numérico computadorizado (CNC), sem utilização de gabarito, com programação através de CAD/CAM com inclinação do ângulo da serra de +/-90º, com sistema de tensionamento hidráulico **e ou pneumático** da serra, com ou sem carregador automático
8407.90.00	Ex 001 - Motores de combustão interna de 2 tempos operados com mistura de gasolina e óleo 2T na proporção de 50:1, monocilindro, deslocamento do pistão compreendido entre 48,6 e 64,7cc, diâmetro x curso do pistão compreendido entre **48,5** x 35mm, potência compreendida entre de 3,7 e 4,6HP a 7.500rpm, torque máximo compreendido entre 3,13 e 4,2Nm, com refrigeração por meio de ventilação forçada por ar, carburador de diafragma com bomba pulsante, ignição eletrônica, partida manual por meio do cordel autorretrátil

Art. 6º Os Ex-tarifários nº 011 da NCM 8429.40.00 , nº 037 da NCM 8460.31.00, nº003 NCM 8430.50.00 e nº 273 NCM 8422.40.90, constantes da Resolução CAMEX nº 60, de 20 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

8429.40.00	Ex 011 - Rolos compactadores de solo, autopropulsados, de cilindro único ("single-drum") vibratório, com peso operacional máximo superior a 19.800kg

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8460.31.00	Ex 037 Máquinas para afiar ferramentas de corte rotativas de metal duro ou diamantes policristalino (PCD), utilizando eletrodo rotativo e/ou rebolos abrasivos, com 5 ou mais eixos com controle numérico computadorizado (CNC), para afiação de peças com diâmetros máximo de 320mm, com cursos (X, Y e Z) iguais a 460 x 320 x 660mm, com eixo (C) de rotação da mesa com giro angular de +/-200º e eixo (A) com grau infinito, com **ou sem** sistema de carga e descarga automático
8430.50.00	Ex 003 - Equipamentos de demolição eletro-hidráulicos ou diesel-hidráulicos, autopropelidos, sobre esteira **de aço ou borracha**, operados por controle remoto, com macacos de apoio, mesa giratória com rotação igual ou superior a **360º**, dotados de braço articulado de 3 segmentos, **podendo o último segmento também ser dotado de giro hidráulico**, com conexão para vários tipos de ferramentas e unidade de potência igual ou superior a 4,0kW mas inferior ou igual a **75kW**
8422.40.90	Ex 273 - Máquinas envasadoras verticais contínuas e automáticas para refresco em pó, com dosagem volumétrica para 35, **30** e 25g e 5 pistas com selagem vertical e horizontal feita por mordentes rotativos e faca rotativa, ambos com movimento contínuo, para embalagem "tipo sachet 4 soldas" com largura de 90mm e altura variável entre 90 e 120mm, com capacidade de produção igual ou superior a 450embalagens/minuto e com controlador lógico programável (CLP)

Art. 7º Os Ex-tarifários nº 019 da NCM 8440.10.90 e nº 179 da NCM 8479.89.99, constantes da Resolução CAMEX nº 68, de 21 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

8440.10.90	Ex 019 - Máquinas automáticas para perfurar folhas de papel de tamanho compreendido entre 100 x 85mm até 360 x 360mm, com matrizes intercambiáveis, regulagem manual ou digital da quantidade de folhas, dotadas de depósito alimentador de carga e depósito alimentador de descarga, com capacidade **compreendida entre 40 e 120 batidas por minuto**
8479.89.99	Ex 179 - Combinações de máquinas, equipamentos, dispositivos de medição e controle e materiais de tubulação para produção de clorato de sódio, a partir de salmoura, com capacidade máxima de 100.000t anuais de clorato de sódio, compostas de 1 unidade de reação de clorato de sódio com, no máximo, 12 tanques verticais fabricados em titânio, 1 unidade de bombeamento, agitação e exaustão com, no máximo, 19 bombas centrífugas, com selagem mecânica, construídas em titânio, 6 agitadores construídos em titânio e 2 ventiladores construídos em titânio, 1 unidade de tratamento de salmoura com, no máximo, 1 evaporador de salmoura em titânio, 1 centrífuga em aço inox, 2 filtros tipo cilíndrico com fundo cônico, construídos em titânio e elementos filtrantes internos também em titânio, 1 unidade de cristalização de clorato com, no máximo, 1 cristalizador construído em titânio, 1 trocador de calor tipo casco tubo, construído em titânio, 1 rosca desaguadora em titânio, 1 centrífuga em aço inox, 1 unidade de secagem de clorato de sódio com 1 secador do tipo leito fluidizado fabricado em aço inox 316L equipado com 1 unidade de secagem de ar incluindo filtros de ar, **silenciadores**, trocador de calor, e soprad**ores** de ar, 1 unidade de exaustão de ar incluindo **2 lavadores** de gases 1 exaustor de ar construído em aço inox 316L, 1 unidade de filtragem de eletrólito com, no máximo, 2 filtros para eletrólito, tipo cilíndrico, com fundo cônico construído em titânio e elementos filtrantes internos também em titânio, 1 unidade de tratamento de hidrogênio com, no máximo, 3 torres de lavagem de hidrogênio, construídas em titânio, com bandejas e suportes internos em titânio, conjunto de selas de enchimento em plástico (PVDF e CPVC) e 2 separadores de hidrogênio construídos em titânio, 1 unidade de eletrólise para clorato de sódio, com, no máximo, 44 células eletrolíticas, construídas em material plástico, com suas tubulações de fibra de vidro, ânodos em titânio, cátodos em aço carbono, dutos e placas defletoras em titânio e posicionadores diversos em plástico (PTFE), 1 unidade de supervisão, controle e segurança de processos composto de sistema digital de controle distribuído, válvulas de controle e de bloqueio pneumáticas de vários diâmetros e materiais e instrumentos analíticos e de variáveis de processo (pressão, vazão, temperatura, nível), conjunto de materiais para interligação hidráulica entre as unidades funcionais acima composto de conjunto de tubulações, válvulas manuais e acessórios de diversos diâmetros e materiais especiais (titânio, PTFE, CPVC, FEP/FRP entre outros)

Art. 8º O Ex-tarifário nº 189 da NCM 8438.50.00, constante da Resolução CAMEX nº 74, de 29 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

8438.50.00	Ex 189 - Máquinas automáticas evisceradoras para processamento de aves, **com 28 unidades** "tipo pinça" para remoção completa de vísceras de aves, com transportador integrado, **painel elétrico, bomba de alta pressão e modulo de separação de fígado e coração**

Art. 9º Revogar o Ex-tarifário abaixo relacionado, constante da Resolução CAMEX nº 36, de 1 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2011:

8454.90.90	Ex 014 - Placas de cobre laminadas para composição de molde de resfriamento primário em lingotamento continuo de aço, contendo Cu, Ag, Zr e Cr em sua composição, condutividade térmica de 3,94W/CMN, dureza 78 a 90HB, grau de deformação de 420mm^2, ensaio de fluência de 14,5kP/mm^2 0,09% e 200ºC para 1.000 horas, limite superior de escoamento de 0,01 a 150°C (aproximadamente 150N/mm^2)

Art. 10. Revogar o Ex-tarifário abaixo relacionado, constante da Resolução CAMEX nº 68, de 21 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2012:

8422.30.21	Ex 023 - Combinações de máquinas para enchimento e pesagem de sacos de cimento, com peso máximo de 50kg e capacidade máxima igual a 4.200sacos/hora, compostas de: peneira vibratória com sistema de triagem excêntrica e capacidade máxima igual a 250ton/hora; silo com capacidade máxima igual a 30m^3; controlador de fluxo para descarga de cimento a granel de silos, com capacidade máxima igual a 240ton/hora; ensacadeira circular de 14 bicos com capacidade de 4.200sacos/hora; transportadores de correia com capacidade máxima igual a 4.200sacos/hora e acionamento direto por motor; ventilador com capacidade máxima volumétrica igual a 840m^3/hora; balança de correia com pesagem por compensação de força eletromagnética; triturador de saco com unidade de descarregamento e transportador de rosca em espiral com capacidade de 20ton/hora

Art. 11. Revogar o Ex-tarifário abaixo relacionado, constante da Resolução CAMEX nº 74, de 29 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2012:

8479.89.99	Ex 083 - Combinações de máquinas para montagem do módulo do sistema de airbag, composto de cobertura frontal, bolsa inflável de segurança e placa de reação, compostas de: 1 máquina com dispositivo limitador de altura para dobra da bolsa inflável de segurança; 1 máquina com mesa giratória para montagem final do módulo do sistema de airbag e verificação automática do torque aplicado na montagem e verificação de presença de componentes

Art. 12. A alteração das alíquotas ad valorem do Imposto de Importação, a que se referem as Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado, somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

Parágrafo único. Os bens, que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários das Resoluções CAMEX referidas no caput, e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados

Art. 13. A partir de 1º de janeiro de 2013 as reduções tarifárias de que trata a presente Resolução deverão ser adaptadas ao novo regime especial comum e aos procedimentos que vierem a ser estabelecidos pelo MERCOSUL.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 74, de 29 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2012, Seção 1, páginas 2 a 14,

No Art. 1º;

Onde se lê:

8428.90.90	Ex 174 - Robôs de paletização, para montagem em pisos, concebidos exclusivamente para a movimentação e o empilhamento automático de mercadorias sobre plataformas móveis (paletes), com 4 alcance máximo igual ou superior a 3.000mm, velocidade de manipulação de até 7,5 ciclos por minuto ou até 45 caixas por minuto, contendo gabinete e painel de controle, cabos de conexão, acoplador, programa de operação, base do robô com parafusos de nivelamento e servo motor do eixo externo

Leia-se:

8428.90.90	Ex 174 - Robôs de paletização, para montagem em pisos, concebidos exclusivamente para a movimentação e o empilhamento automático de mercadorias sobre plataformas móveis (paletes), com 4 **eixos, capacidade de carga igual ou maior que 150kg,** alcance máximo igual ou superior a 3.000mm, velocidade de manipulação de até 7,5 ciclos por minuto ou até 45 caixas por minuto, contendo gabinete e painel de controle, cabos de conexão, acoplador, programa de operação, base do robô com parafusos de nivelamento e servo motor do eixo externo

No Art.6º;

Onde se lê:

Os Ex-tarifários nº 140 da NCM 8424.89.90, nº 003e 009 da NCM 8430.41.20, nº 148 da NCM 8462.29.00 e nº 001 da NCM 9007.10.00, constantes da Resolução CAMEX nº 60, de 20 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

Leia-se:

Os Ex-tarifários nº 140 da NCM 8424.89.90, **nº 003 da NCM 8430.41.20, nº 009 da NCM 8430.41.90**, nº 148 da NCM 8462.29.00 e nº 001 da NCM 9007.10.00, constantes da Resolução CAMEX nº 60, de 20 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

RETIFICAÇÃO

Na publicação do dia 12 de novembro de 2012, Deliberação nº 2/2012, do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, **onde se lê:** de 8 de novembro de 2012, **leia-se:** de 26 de outubro de 2012.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 121, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera unilateralmente os Anexos 4 dos contratos de concessão dos Aeroportos Internacionais Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos/SP, Viracopos, localizado em Campinas/SP e Presidente Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília/DF.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XXV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 9º, § 4º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e considerando o que consta dos processos nº(s) 00058.048071/2012-70, 00058.048075/2012-58 e 00058.048078/2012-91, deliberados e aprovados na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 13 de novembro de 2012, decide:

Art. 1º Alterar unilateralmente os Anexos 4 dos contratos de concessão nº(s) 01/2012, 02/2012 e 03/2012, excluindo-se do item 2.2.6.10 os subitens 2.2.6.10.2 e 2.2.6.10.3, que passarão a integrar o item 2.2.6.8 como subitens 2.2.6.8.10 e 2.2.6.8.11.

Art. 2º Alterar o item 2.2.6.10.4, que passa a vigorar com a seguinte redação e renumerado para 2.2.6.10.2.

"2.2.6.10.2 Demais casos de trânsito aduaneiro previstos na legislação aplicável, exceto aqueles já previstos no item 2.2.6.8."

Art. 3º Preservam-se as demais disposições contratuais.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 122, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede autorização prévia para a transferência do controle acionário da sociedade empresária Rio Linhas Aéreas S.A.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 60800.248338/2011-18, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 13 de novembro de 2012, decide:

Art. 1º Conceder autorização prévia para a transferência do controle acionário da sociedade Rio Linhas Aéreas S.A. para a sociedade empresária WSF Participações e Investimentos Ltda., nos exatos moldes da operação descrita nos autos do processo suprarreverenciado.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 2.432, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Aloca frequências regulares mistas regionais para a Guiana Francesa, nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos Brasil/França.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 154, de 25 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00065.113048/2012-74, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa Trip Linhas Aéreas S/A, nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos em vigor entre Brasil e França, 5 (cinco) frequências semanais regionais para a realização de serviços aéreos regulares mistos entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 2.437, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede Certificado Operacional Provisório à Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições outorgadas pelo Art. 41, inciso VIII, do Regimento Interno da ANAC, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo no 00058.083359/2012-91, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto no 01-P/SBGR/2012 à Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S. A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ sob nº 15.578.569/0001-06, operador do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 4E;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves que apresentem características compatíveis com o código de referência 4E ou inferiores;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

09R: VFR / IFR - Cat II (diurna-noturna);

27L: VFR / IFR - Cat I (diurna-noturna);

09L: VFR / IFR - Cat II (diurna-noturna);

27R: VFR / IFR - Cat I (diurna-noturna).

d) Nível de proteção contraincêndio existente: 9.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves:

a) Aeronaves sem equipamento rádio;

b) Planadores;

c) Aeronaves sem transponder ou com falhas neste equipamento;

d) Voos de ultraleves motorizados.

III - Restrição aos serviços aéreos:

a) Lançamento de objetos ou pulverização;

b) Reboque de aeronaves;

c) Lançamento de paraquedas;

d) Voo acrobático.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.212, de 21 de junho de 2011, cessando as obrigações e responsabilidades decorrentes do Certificado Operacional de Aeroporto nº 001/SBGR/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 15 de novembro de 2012.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.433, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Da emissão do Certificado de Operador Aeroagrícola.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º- Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aeroagrícola (COA) nº 2012-11-5IFT-01-00, emitido em 09/11/2012 em favor de RADAR AGRO AÉREA LTDA. determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00068.003087/2012-34, e comunicada à interessada em 09 de novembro de 2012 por meio do Ofício n.º 576/2012/GVAG-PA/SSO/UR/PORTO ALEGRE-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço da Sede Social: Estrada do Aeroporto Municipal, Km 2,5, Zona Rural, São Gabriel do Oeste - MS - 79.490-000

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas comerciais;

IV - Regulamentação: RBAC 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar SAE, outorgada pela Diretoria Colegiada dessa Agência, publicada no DOU; e

II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

PORTARIA Nº 2.434, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Da revogação da suspensão de Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º- Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) n° 2001-11-4CHG-01-01, emitido em 14 de setembro de 2006 em favor da empresa TWO TÁXI AÉREO LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n° 00066.021335/2012-49, em virtude da adoção de medidas mitigadoras das irregularidades constatadas que motivaram a suspensão, e comunicada à interessada em 12 de novembro de 2012 por meio do FOP 121 04/2012/GVAG/GGAG/SSO-ANAC.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 148, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.012505/2011-58, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o credenciamento do Laboratório da empresa Fosnutri Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda, CNPJ nº 05.807.709/0001-17, situado na Rua Carlos Gomes, nº 645, Centro, CEP 78.600-000, Barra do Garças/MT, credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 30, de 01 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 22, de 02 de fevereiro de 2010, Seção 1, pág.: 6.

RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 9, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.009484/2012-74, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de GIPSOFILA (Gypsophila spp.), os novos descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares > ornamentais.

FABRÍCIO SANTANA SANTOS
Coordenador do Serviço

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE GIPSOFILA (Gypsophila spp.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de Gipsofila (Gypsophila spp.).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a disponibilizar ao SNPC, no mínimo 10 plantas, propagadas vegetativamente. Caso seja utilizado outro método de propagação, este deverá ser especificado.

2. As plantas devem ser mantidas vigorosas em boas condições sanitárias, e não afetadas por doenças ou pragas significativas.

3. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de crescimento. Cada ciclo de crescimento inclui dois ciclos de florescimento. Caso a Distingüibilidade e a Homogeneidade não possam ser comprovadas em um único ciclo, os testes deverão ser estendidos por mais um período de crescimento.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os testes devem ser conduzidos sob condições que assegurem um crescimento satisfatório para a expressão das características relevantes da variedade e para a realização do exame.

4. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de crescimento.

5. Para cada avaliação deverão ser amostradas no mínimo 10 plantas.

6. As cores das estruturas observadas são indicadas com base num sistema de numeração internacional concebido pela Royal Horticultural Society da Inglaterra, reproduzido no Catálogo de Cores RHS que contém aproximadamente 900 referências entre cores e tonalidades.

7. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, num recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, sem incidência de luz solar direta. A fonte luminosa do recinto deverá estar em conformidade com o Padrão da Comissão Internacional de Iluminação - CIE de Iluminação Preferencial D 6.500 e deverá estar dentro dos níveis de tolerância especificados no Padrão Inglês 950, Parte I. Estas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

8. Para a verificação da Homogeneidade a tolerância máxima de plantas atípicas é de 1% da população com 95% de probabilidade de ocorrência. No caso de amostra com 10 plantas, será permitido, no máximo, uma planta atípica.

9. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

10. Para a avaliação de Homogeneidade devem ser levadas em consideração todas as plantas do ensaio.

11. As plantas manifestam melhor a pigmentação por antocianina em temperaturas abaixo de 15ºC. Para tanto, recomenda-se que as avaliações sejam feitas em época que ocorra esta temperatura.

12. Poderão ser estabelecidos testes adicionais para propósitos especiais.

IV. SINAIS CONVENCIONAIS

(a) - (e) e (+): Ver item "OBSERVAÇÕES E FIGURAS".
QN: Característica quantitativa
PQ: Característica pseudoqualitativa
QL: Característica qualitativa

V. CARACTERÍSTICA AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, deve-se utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização do ensaio de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

(a) Característica 1. Planta: ramificação basal
(b) Característica 2. Planta: altura
(c) Característica 21. Flor: número de pétalas
(d) Característica 26. Pétala: cor principal

VI. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Para facilitar a avaliação das diversas características, foi elaborada uma escala de códigos com valores que, normalmente, variam de 1 a 9. A interpretação dessa codificação é a seguinte:

1.1. Quando as alternativas de código forem seqüenciais, isto é, quando não existirem intervalos entre os valores, a identificação da característica deve ser feita, necessariamente, por um dos valores listados. Exemplo: "1. Planta: ramificação basal" valor 1 para "presente", valor 2 para "ausente". Somente uma dessas duas alternativas é aceita para preenchimento.

1.2. Quando as alternativas de código não forem seqüenciais, isto é, se existirem um ou mais intervalos entre os valores propostos, a descrição da característica pode recair, além das previstas, em valores intermediários ou extremos. Exemplo: "2. Planta: altura" codifica o valor 3 para "baixa", 5 para "média" e 7 para "alta". Nesse caso, pode ser escolhido, por exemplo, o valor 4, que indicaria que a altura da planta classifica-se entre baixa e média, ou ainda pode ser escolhido qualquer valor entre 1 e 9. Neste último caso, o valor 1 indicaria uma planta extremamente baixa e o valor 9 classificaria a planta como extremamente alta.

1.3 Se os códigos começarem pelo valor 1, o valor do outro extremo da escala será o máximo permitido. Exemplo: "6. Haste: pigmentação antocianínica". O valor 1 corresponde a "ausente ou muito fraca", o valor 3 corresponde a "fraca", o valor 5 corresponde a "média" e o valor 7 corresponde a "forte". Podem ser escolhidos os valores 1, 3, 5 ou 7; ou os valores intermediários 2, 4 e 6. Nesse caso, não existem os valores acima de 7.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.

3. É necessário anexar ao formulário fotografias representativas da planta em pleno florescimento e das estruturas mais relevantes utilizadas na caracterização da cultivar. Caso a cultivar, ao ser introduzida no Brasil, apresente alterações das características devido a influências ambientais, solicitamos acrescentar observações e fotos destas modificações.

4. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VII. TABELA DE DESCRITORES DE GIPSOFILA (Gypsophila spp.).

Nome proposto para a cultivar

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Planta: ramificação basal	ausente presente	1 2
2. Planta: altura	baixa média alta	3 5 7
3. Haste: número de entrenós	baixo médio alto	3 5 7
4. Haste: comprimento do entrenó	curto médio longo	3 5 7
5. Haste: espessura	fina média grossa	3 5 7
6. Haste: pigmentação antocianínica	ausente ou muito fraca fraca média forte	1 3 5 7
7. Haste: cor (excluindo a antocianina)	verde-amarelado verde-claro verde-médio verde-escuro verde-acinzentado	1 2 3 4 5
8. Folha: forma	elíptica estreita elíptica média oval	1 2 3
9. Folha: largura	estreita média larga	3 5 7
10. Folha: relação comprimento/largura	fracamente alongada moderadamente alongada muito alongada	1 2 3
11. Folha: curvatura	ausente ou ligeiramente recurvada moderadamente recurvada fortemente recurvada	1 2 3
12. Folha: seção transversal	plana ou ligeiramente côncava moderadamente côncava muito côncava	1 2 3
13. Folha: atitude do ápice	encurvado reto recurvado enrolado para baixo	1 2 3 4
14. Folha: cor da face superior	verde claro verde médio verde escuro verde-acinzentada	1 2 3 4
15. Inflorescência: pubescência	ausente presente	1 2
16. Inflorescência : posição das flores	somente na parte superior principalmente na parte superior igualmente ao longo de todo seu comprimento	1 2 3
17. Inflorescência: forma da parte superior	plana ou levemente recurvada moderadamente recurvada fortemente recurvada	1 2 3
18. Inflorescência: ângulo do ramo lateral em relação a haste principal	pequeno médio grande	3 5 7
19. Inflorescência: curvatura ascendente do ramo lateral	ausente ou muito fraco fraco médio forte	1 3 5 7
20. Flor: diâmetro	muito pequeno pequeno médio grande muito grande	1 3 5 7 9
21. Flor: número de pétalas	baixo médio alto	3 5 7
22. Flor: perfil da parte superior	plano ou fracamente convexo moderadamente convexo muito convexo	1 2 3
23. Flor: anteras	ausente presente	1 2
24. Flor: comprimento do pedicelo	curto médio longo	1 2 3
25. Pétala: curvatura no eixo longitudinal	moderadamente encurvado para cima reto moderadamente recurvado para baixo	3 5 7
26. Pétala: coloração principal	branca rosa claro rosa médio rosa escuro	1 2 3 4
27. Pétala: Cor secundária	nenhuma branco rosa claro rosa médio rosa escuro	1 2 3 4 5
28. Cálice: número de lóbulos	cinco seis a nove dez	1 2 3
29. Cálice: coloração de antocianina	ausente ou fraca média forte	1 2 3
30. Cálice: forma da seção longitudinal	agudo arredondado truncado	1 2 3
31. Cálice: tamanho dos lóbulos	pequeno médio grande	3 5 7
32. Ciclo: até o início do florescimento	precoce médio tardio	3 5 7

VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário na internet.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 330, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O Superintendente Substituto da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições contidas no Art. 44 do Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66 de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074 de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no processo nº 21018.002150/2007-13, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento sob número BR ES 0179 da empresa Badaró Agropecuária Comércio e Serviços Ltda - ME, CNPJ 05.933.522/0001-60, localizada a Fazenda Pouso Alegre, s/n, Centro, Brejetuba - ES, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres Fosfina e Brometo de Metila - FEC; b) Fumigação em Porões de Navios Fosfina e BrMe - FPN; c) Fumigação em Câmaras de Lona Fosfina e BrMe - FCL;

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUILHERME BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 804, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003357/2012-06, de 28 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Microblau Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 53.676.474/0001-14, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 673, de 25 de setembro de 2012, publicada no DOU de 27 de setembro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 673, de 25 de setembro de 2012, publicada no DOU de 27 de setembro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 805, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003369/2012-22, de 29 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Alarmes Santa Rita Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 66.213.489/0001-98, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 669, de 25 de setembro de 2012, publicada no DOU de 27 de setembro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 669, de 25 de setembro de 2012, publicada no DOU de 27 de setembro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 770, de 30 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2012, Seção 1, Página 33, onde se lê: "II - Computador de bordo com GPS incorporado para telemetria e monitoramento de frota veículos", LEIA-SE: "II- Computador de bordo com GPS incorporado para telemetria e monitoramento de frota de veículos".

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.468/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.002409/2012-19

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda

CNPJ: 64.858.525/0001-45

Endereço: Av. Nações Unidas 12.901, Torre Norte, 7º, 8º e 9º Andares, 04578-910, São Paulo, SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada tolerante ao dicamba e ao glifosato MON 87708 × MON 89788. Os ensaios serão conduzidos nas Estações Experimentais da requerente em Cachoeira Dourada (MG), Luís Eduardo Magalhães (BA), Não-Me-Toque (RS), Rolândia (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP) e Sorriso (MT).

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.469/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001040/1996-19

Requerente: Bayer CropScience S.A.

CNPJ: 18.459.628/0001-15

Endereço: Rua Domingos Jorge 1100, Prédio 9701, Térreo, CEP 04779-900-São Paulo/SP

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A nova composição será: Denis Lima (Presidente), José Francisco Cruz, Nathalia Geraldo Belintani e Luis Fernando Martins.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a presente composição atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.470/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003624/2012-37

Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B salas 221 a 224, bloco A - Ed. Athenas, Brasilia - DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação

Extrato Prévio: nº 3342/2012, publicado em 26/09/2012

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas. Os ensaios serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, localizados em Brasília/DF, Itumbiara/GO e Sorriso/MT. Fica autorizada a importação de 13,440 Kg de sementes oriundas dos Estados Unidos (Havaí e/ou Porto Rico) com local de quarentena previsto para CENARGEN. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.471/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003628/2012-15

Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B salas 221 a 224, bloco A - Ed. Athenas, Brasilia - DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente

Extrato Prévio: nº 3343/2012, publicado em 26/09/2012

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas. Os ensaios serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, localizado em Porto Nacional/TO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.472/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002462/2012-10

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.

CNPJ: 64.858.525/0001-45

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º andar São Paulo -SP CEP: 04578-000

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente, exportação e importação (RN08)

Extrato Prévio: nº 3264/2012, publicado em 08/08/2012

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Monsanto do Brasil Ltda. solicitou à CTNBio parecer técnico para liberação planejada no meio ambiente, importação e exportação de milho geneticamente modificado tolerante ao glifosato e ao glufosinato de amônio NK603 x T25 O experimento será conduzido na Estação Experimental de Cachoeira Dourada (MG). Fica autorizada a importação de 101,8 Kg de sementes oriundas dos Estados Unidos, com local de quarentena previsto para o Instituto Agronômico de Campinas. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional. As amostras de milho NK603 × T25 serão coletadas no experimento que compõe a liberação planejada no meio ambiente nº 010/2012 apresentada para aprovação da CTNBio e que serão conduzidos nas Estações Experimentais localizadas em Cachoeira Dourada (MG). Serão coletadas e exportadas para os Centros de Pesquisa da Monsanto Company nos Estados Unidos aproximadamente 3,2 kg de amostras de grãos de milho NK603 × T25, totalizando 169,6 kg de grãos. O número e as quantidades exatas de material GM exportados serão informados à CTNBio no relatório de conclusão dessa liberação planejada no meio ambiente.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.473/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.001182/97-49

Requerente: Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp

CQB: 028/97

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Próton: 36925/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 3390/12 publicado em 25/10/12
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da CIBio da Unifesp, Dra. Marimélia A. Porcionatto, solicitou parecer técnico da CTNBio de autorização para atividades em contenção com OGM e seus derivados no Laboratório situado à Rua Botucatu 862, sexto andar, coordenado pelo Prof. José Franco da Silveira Filho. O projeto "Modificações pós-traducionais (PTMs) da glicoproteína de superfície GP82" foi classificado como sendo de Nível de Biossegurança 2 para fins de pesquisa em regime de contenção envolvendo o parasita Trypanosoma cruzi.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.474/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.001182/97-49
Requerente: Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp
CQB: 028/97
Próton: 36927/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 3390/12 publicado em 25/10/12
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da CIBio da UNIFESP, Dra. Marimélia A. Porcionatto, solicitou parecer técnico da CTNBio de autorização para atividades em contenção com OGM e seus derivados no Laboratório situado à Rua Botucatu 862, terceiro andar, coordenado pela Profa. Sylvia Luisa Pinchete Cardoso. O projeto "Micobactérias e seus elementos extracromossomais" foi classificado como sendo de Nível de Biossegurança 2 para fins de pesquisa em regime de contenção com Bactérias Escherichia coli e Mycobactérias diversas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.475/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.001182/97-49
Requerente: Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp
CQB: 028/97
Próton: 36926/12
Assunto: Autorização para atividades em contenção com OGM e seus derivados
Extrato Prévio: 3390/12 publicado em 25/10/12
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da CIBio da UNIFESP, Dra. Marimélia A. Porcionatto, solicitou parecer técnico da CTNBio de autorização para atividades em contenção com OGM e seus derivados no Laboratório situado à Rua Botucatu 862, terceiro andar, coordenado pela Profa. Sylvia Luisa Pinchete Cardoso. O projeto "Caracterização in vitro do desenvolvimento intracelular de Mycobacterium abscessus" foi classificado como sendo de Nível de Biossegurança 2 para fins de pesquisa em regime de contenção com bactérias Escherichia coli e Micobactérias diversas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.476/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000787/1997-02
Requerente: Du Pont do Brasil s.a - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B Sala 221 a 224 Bloco A - Ed. Athenas Brasília -DF
Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB
Extrato Prévio: nº 3325/2012, publicado em 13/09/2012
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança -CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A requerente solicitou à CTNBio incluir no CQB 013/97 uma casa de vegetação (Greenhouse) na Unidade Operativa de Brasília, localizada em Planaltina/DF para realizar atividade de pesquisa em regime de contenção com plantas pertencentes a classe de risco I. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.477/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 157ª Reunião Ordinária ocorrida em 08 de novembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000588/2011-79
Requerente: Alellyx S.A.
CNPJ: 04.893.531/0001-01
Endereço: Rua James Clerk Maxwell 320/360, 13069-380, Campinas, SP.
Assunto: Alteração de liberação planejada no meio ambiente (RN6)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio, autorização para alteração de liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante ao glifosato. A alteração refere-se: (1) a abertura no campo de flores das panículas que serão utilizadas para cruzamento controlado em contenção e atendimento ao Comunicado nº 7/2010 e (2) utilização futura e análises laboratoriais em sementes provenientes do cruzamento de plantas.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer nº 3451/2012, publicado no D.O.U. Nº 217, de 09/11/2012, Seção 1, página 05; onde lê-se: "Processo: 01200.004010/1996-19", leia-se: "Processo: 01200.001041/2012-71".

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n° 4.728, de 09/06/2003, resolve:

Acrescer dispositivos às Normas Específicas da Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ e da Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT, estabelecidas na RN 016/2006, publicada no DOU de 13/07/2006, Seção: 1, Página: 11.

Esta Resolução Normativa entra em vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário. http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/678340

GLAUCIUS OLIVA

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 7 de novembro de 2012

472ª Relação de revalidação de credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP	900.0686/1996	00.078.0007/0001-26

ERNESTO COSTA DE PAULA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 210, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 29 de junho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0440 - Os Henriques
Processo: 01580.028039/2012-12
Proponente: Panorâmica Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 2.338.875,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.831,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 24.385-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.
12-0441 - Tadinha
Processo: 01580.025752/2012-12
Proponente: Truque Produtora de Cinema TV e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 16.487.027/0001-90
Valor total aprovado: R$ 2.235.650,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 802.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Banco: 001- agência: 3457-6 conta corrente: 63.260-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.
12-0443 - Faixa de Areia Brasil
Processo: 01580.028329/2012-66
Proponente: DK-Produções Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.052.454/0001-67
Valor total aprovado: R$ 1.066.146,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 4344-3 conta corrente: 6.023-2
Prazo de captação: até 31/12/2016.
12-0445 - Mulheres de Peito 2
Processo: 01580.025754/2012-01
Proponente: Cinema Animadores Ltda. EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.762.890/0001-02
Valor total aprovado: R$ 619.183,40
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 147.555,28
Banco: 001- agência: 1531-8 conta corrente: 19.430-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0446 - Mate Me Por Favor
Processo: 01580.018248/2012-58
Proponente: Bananeira Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total aprovado: R$ 1.584.338,76
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 730.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 34.205-X
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 308.254,07
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 34.199-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

PORTARIA Nº 243, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto nº. 4.121, de 07 de fevereiro de 2002, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 14, do Regimento Interno da ANCINE, e em cumprimento à decisão da Diretoria Colegiada em sua 462ª Reunião, realizada em 06 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Apoio Financeiro à Participação de Profissionais Brasileiros do Setor Audiovisual no "ENCONTRO DE MERCADO VENTANA SUR 2012", a ser realizado na cidade de Buenos Aires, na República Argentina, entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2012, no montante de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 2º As despesas com a concessão de apoio financeiro para a promoção do filme, no montante individual de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), perfazendo até 40 (quarenta) apoios, correrão à conta da ANCINE.

Art.3º As regras para os profissionais brasileiros do setor audiovisual que desejem solicitar o apoio financeiro, encontram-se dispostas no Anexo I desta Portaria.

Art.4º Caberá à Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE a organização e a execução do Programa, incluindo a autorização dos apoios financeiros previstos nesta Portaria.

Art. 5º A concessão do apoio financeiro somente será realizada mediante concordância e assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão, nos termos do Regulamento.

Art.6º Não será autorizada substituição de beneficiários para efeito de concessão de apoio financeiro.

Art.7º A não apresentação da prestação de contas pelo beneficiário implicará má aplicação de recursos públicos, que impedirá a concessão de novo benefício até a sua efetiva apresentação, nos termos do Regulamento, além da adoção das providências cabíveis.

Art.8º O Anexo I - Regulamento, integra, para todos os efeitos, esta Portaria.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

ANEXO I

REGULAMENTO

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS BRASILEIROS DO SETOR AUDIOVISUAL NO "ENCONTRO DE MERCADO VENTANA SUR" - EDIÇÃO 2012

Como parte da política da ANCINE voltada à promoção do cinema brasileiro no mercado internacional, foi instituído o Programa de Apoio à Participação de Profissionais Brasileiros do Setor Audiovisual no "ENCONTRO DE MERCADO VENTANA SUR 2012", organizado pelo Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales - INCAA, a ser realizado na cidade de Buenos Aires, República Argentina.

1. NORMAS PARA CONCESSÃO DOS APOIOS

1.1. NORMAS DE CARÁTER GERAL

1.1.1 O Programa tem vigência até 31 de dezembro de 2012, exclusivamente para a concessão de apoios financeiros que viabilizem a participação de profissionais brasileiros do setor audiovisual na edição do "Encontro de Mercado Ventana Sur" (VENTANA SUR 2012) a ser realizada no exercício de 2012, entre 30 de novembro e 3 de dezembro.

1.1.2 O cancelamento da edição do VENTANA SUR 2012 antes de 30 de novembro de 2012 implicará no ressarcimento integral à ANCINE do valor concedido a título de apoio financeiro, com a devida rescisão do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

1.1.3. Somente pessoas naturais que comprovem inscrição prévia no VENTANA SUR 2012 poderão solicitar apoio financeiro à ANCINE, de acordo com as condições de elegibilidade descritas neste Regulamento.

1.1.4. Serão concedidos no máximo 40 (quarenta) apoios financeiros individuais à participação de profissionais brasileiros do setor audiovisual no VENTANA SUR 2012.

1.1.5 A solicitação do apoio financeiro deverá ser realizada a partir de 14/11/2012 (quarta-feira), inclusive, pelo prazo de 6 (seis) dias, encerrando-se em 19/11/2012 (segunda-feira).

1.1.6. As solicitações do apoio financeiro, além de quaisquer outras informações, deverão ser realizadas exclusivamente via correio eletrônico por intermédio do endereço ventanasur2012@ancine.gov.br

1.1.7. O comprovante oficial de inscrição no VENTANA SUR 2012 deverá ser anexado à mensagem eletrônica de solicitação do apoio financeiro.

1.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E DO PROCESSO DE SELEÇÃO

1.2.1. A seleção ocorrerá exclusivamente por ordem cronológica da apresentação das solicitações de apoio pelo endereço de correio eletrônico identificado em 1.1.6, dentre aqueles profissionais do setor audiovisual que preencham os pré-requisitos de elegibilidade e comprovem inscrição no VENTANA SUR 2012.

1.2.2. A solicitação deverá ser realizada por intermédio de formulário próprio, disponível no sítio da ANCINE na Internet, que deverá ser preenchido e enviado com o comprovante anexo de inscrição no evento VENTANA SUR 2012 para o endereço eletrônico ventanasur2012@ancine.gov.br

1.2.3. É vedada a solicitação de apoio financeiro por servidores públicos federais, estaduais, distritais ou municipais, do quadro efetivo ou comissionado, da administração direta ou indireta, incluindo autarquias e fundações, ou ainda de empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.

1.2.4. Poderão pleitear apoio financeiro à participação no VENTANA SUR 2012:

a)Diretor Cinematográfico, assim compreendido a pessoa natural que exerce as atividades descritas nos termos da Parte II, do Anexo do Decreto n.º 82.385/1978, que regulamenta as profissões cinematográficas, e que seja brasileiro nato ou naturalizado, ou estrangeiro que comprove residir legalmente no país há mais de 3 (três) anos; ou

b)Produtor Cinematográfico, assim compreendido a pessoa natural que seja sócia de empresa produtora brasileira registrada na ANCINE ou que atue como produtor executivo ou delegado, assim compreendido como aquele que exerce as atividades de "Diretor de Produção Cinematográfica" descritas nos termos da Parte II, do Anexo do Decreto n.º 82.385/1978, com procuração outorgada pelo representante de empresa produtora brasileira registrada na ANCINE da qual não seja sócio, em quaisquer dos casos, que seja brasileiro nato ou naturalizado, ou estrangeiro que comprove residir legalmente no país há mais de 3 (três) anos.

1.2.5 Adicionalmente aos requisitos descritos em 1.2.4, os interessados deverão:

a)Ter dirigido ou produzido obra cinematográfica brasileira de longa-metragem, com Certificado de Produto Brasileiro (CPB) expedido após 01/01/2010; ou

b)Constar como diretor ou produtor em projeto de obra cinematográfica brasileira de longa-metragem que tenha sido registrado no sistema SALIC após 01/01/2008.

1.2.6 Apresentação das informações, no ato da solicitação do apoio financeiro, será declaratória, com apresentação posterior dos documentos comprobatórios das informações prestadas.

1.2.7 A ANCINE poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas, especialmente quanto ao item 1.2.5, devendo o responsável pela fiscalização do Programa solicitar, primeiramente, informações à Superintendência de Fomento, para fins de confirmação dos dados registrados no SALIC, ou à Superintendência de Registro, para fins dos dados constantes no CPB ou no cadastro do Registro de Agentes Econômicos.

1.2.8 A comprovação, pelo solicitante, das informações descritas no item 1.2.4 será realizada no ato de apresentação para assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro e será aferida pela apresentação:

I - Para diretor ou produtor:

a)de cópia simples e original da cédula de identidade ou Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, ou, na ausência do original, de cópia autenticada da cédula de identidade ou do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE;

b)caso o número de inscrição no CPF não conste na cédula de identidade; de cópia simples e original do cartão de inscrição no CPF, ou, na ausência do original, de cópia autenticada da cédula de identidade;

c)do comprovante de residência com no máximo 3 (três) meses;

d)caso trate-se de obra cinematográfica, cópia do CPB, contrato de cessão de direitos ou outro instrumento que comprove a vinculação à obra na qualidade de diretor ou produtor;

e)caso trata-se de projeto de obra cinematográfica, contrato de cessão de direitos ou outro instrumento que comprove a vinculação à obra na qualidade de diretor ou produtor, contendo, especificamente, menção ao título da obra ou ao registro do projeto no SALIC.

II - Exclusivamente para o produtor:

a)para produtor na qualidade de sócio de empresa produtora, caso não tenha atualizado o cadastro da empresa na ANCINE até a data da solicitação do apoio financeiro, cópia autenticada dos atos constitutivos da empresa produtora ou da alteração em que conste como sócio.

1.2.9 Cada pessoa natural somente poderá enviar a solicitação de um apoio, no valor de R$ 1.500,00, limitando-se a concessão ao máximo 3 (três) apoios por obra ou projeto de obra cinematográfica vinculado, respeitando-se a ordem de inscrição dos interessados, individualmente considerados.

1.2.10 - Será publicada no Diário Oficial da União a relação dos 40 (quarenta) primeiros contemplados, acrescida de 50% (cinquenta por cento), incluídos como lista de espera caso ocorra inabilitação por descumprimento dos requisitos de elegibilidade quando da análise documental.

1.3. NORMAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO

1.3.1. A concessão do apoio financeiro destinar-se-á à efetiva participação no VENTANA SUR 2012, e seu montante somente será liberado após a assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão e da Declaração, constantes nos Anexos II e III, respectivamente, da Portaria de instituição do Programa, bem como da publicação do extrato do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão no Diário Oficial da União.

1.3.2. As despesas decorrentes do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão correrão à conta de dotação orçamentária própria, aprovada no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012, na classificação abaixo:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.392.2027.4533.0001 - Fomento à Produção, Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no Exterior (MP 2.228-1/2001)

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.48 - Auxílio Financeiro a Pessoa Física

1.3.3. Após a assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão pelo representante, a ANCINE procederá ao depósito do apoio, em parcela única, em conta-corrente de movimentação, a ser indicada pelo representante, em qualquer agência bancária.

1.3.4. A conta-corrente indicada só poderá ter como titular a pessoa natural que receberá o apoio financeiro.

1.3.5. Para a formalização do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão e efetuação do depósito dos recursos na conta de movimentação, o contemplado terá de apresentar situação regular perante a Dívida Ativa da União e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

1.3.6. Caso o contemplado seja Empreendedor Individual, deverá apresentar ainda situação regular perante o FGTS.

1.3.7. Caso o contemplado seja produtor, deverá comprovar, adicionalmente ao previsto no item 1.3.5 deste Regulamento, a situação regular da empresa produtora a qual tenha informado vinculação perante à ANCINE e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

1.3.8. O Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão e a respectiva prestação de contas deverão ser registradas no sistema SALIC.

1.3.9. O representante deverá prestar contas do apoio financeiro no prazo de até 90 (noventa) dias do encerramento do VENTANA SUR 2012 apresentando a documentação seguinte para a Coordenação de Prestação de Contas da Superintendência de Fomento:

a) comprovantes originais de embarque (ida e volta);

b) comprovante da participação no VENTANA SUR 2012, seja certificado de participação, citação em catálogo, crachá ou outro documento oficial equivalente que comprove a participação no evento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) relatório detalhado das atividades realizadas durante a viagem que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

Plano das atividades realizadas a cada data durante o período de realização do VENTANA SUR 2012, nos turnos da manhã, tarde e noite;

Informações sobre apresentação e/ou acompanhamento de seminários, palestras, mesas redondas, encontro de negócios etc.

e) resposta às seguintes perguntas:

Sua obra cinematográfica foi exibida durante alguma sessão no VENTANA SUR 2012? Qual?

O VENTANA SUR 2012 possibilitou o estabelecimento de parcerias para co-produção internacional de projetos de obra cinematográfica? Com quais países? Em que condições? Com quais valores envolvidos?

O VENTANA SUR 2012 possibilitou o estabelecimento de parcerias destinadas à distribuição, comercialização ou licenciamento de sua obra audiovisual? Se sim, para quais segmentos de mercado? E quais territórios/países? Com quais parceiros? Quais foram os valores envolvidos?

Quais foram os principais contatos de negócios realizados? Descreva e liste os contatos.

De modo geral, de que forma o apoio concedido pela ANCINE ajudou na promoção do seu trabalho?

Você gostaria de fazer alguma sugestão visando o aprimoramento do Programa de Apoio?

1.3.10 Os comprovantes de embarque deverão ter datas que compreendam o início e o término do VENTANA SUR 2012.

1.3.11. O endereço para apresentação da documentação comprobatória e assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro será informado quando da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

1.3.12. Caso não sejam cumpridas fielmente as condições previstas neste Regulamento, o representante ficará sujeito à devolução integral dos recursos disponibilizados, que serão atualizados pela SELIC e de multa de 1% (um por cento) ao mês, até o limite de 20% (vinte por cento).

1.3.13. Caso o solicitante não cumpra os requisitos previstos no item 1.2.5 e tenha assinado o Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão e recebido o apoio financeiro, deixando de prestar as informações solicitadas ou falseando com a verdade na prestação de informações à ANCINE ou no preenchimento do Formulário de Solicitação, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis nos termos da legislação e demais normas aplicáveis, ficará impedido de participar de quaisquer Programa de Apoio Financeiro de responsabilidade da ANCINE por até 2 (dois) anos.

1.3.14. A critério da ANCINE poderão ser suspensas as penalidades no todo ou em parte quando o descumprimento for devidamente justificado pelo representante e aceito pela Diretoria Colegiada da Agência.

1.3.15. O Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão vigerá por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura, com validade após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

1.3.16. Caberá à ANCINE providenciar a publicação do Termo de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

1.3.17. Caberá ao Coordenador de Fomento Direto a fiscalização dos Termos de Concessão de Apoio Financeiro por Adesão oriundos do Programa de Apoio em 2012, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. A concessão dos apoios previstos no Programa de Apoio em 2012 está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

2.2. Caberá à Superintendência de Desenvolvimento Econômico a autorização dos apoios previstos neste Regulamento.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento Econômico e ratificados pela aprovação do Diretor-Presidente da ANCINE.

2.4. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Regulamento que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, fica eleito, desde já, o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2.5. Informações e orientações poderão ser obtidas na Coordenação de Fomento Direto da Superintendência de Desenvolvimento Econômico, por meio do número telefônico: (21) 3037-6236, bem como pelo endereço de correio eletrônico ventanasur2012@ancine.gov.br .

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 360, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente, em exercício, da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere a portaria nº. 85 de 15/04/2009, publicada no DOU de 17/04/2009, em conformidade com a Portaria nº. 250, de 15/08/2012, publicada na seção 1 do DOU de 17/08/2012, que instituiu a Bolsa Interações Estéticas - Residências Artísticas em Pontos de Cultura resolve:

I) Divulgar os classificados do Edital, conforme seleção promovida pela Comissão Julgadora:

LISTAGEM RESULTADO FINAL - CATEGORIA CRIAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO		
REGIÃO NORTE		
INSC	Proponente	Nome do projeto
096	HUMBERTO AMORIM NETO - RIO DE JANEIRO - RJ	"CAIPIRAS" DA RÁDIO FAROL IN CONCERT - DO BOI - BUMBÁ A BACH
267	VANESSA LORENA ANASTÁCIO - BELO HORIZONTE - MG	"MEMÓRIA DAS ÁGUAS DO XINGU"
281	PATRICIA NOGUEIRA FERRAZ - PALMEIRAS - BA	JAMBERESU - MATRIZES BANTU NA CORPORALIDADE AMAZÔNICA
251	ZAYDA CRISTINA ROCHA COSTA - PAÇO DO LUMIAR - MA	"OS TEUS, OS MEUS, OS NOSSOS TAMBORES-MEMÓRIA ORAL DE SABERES E FAZERES EM MOVIMENTO"
161	ANDERSON LUIS RIBEIRO MOREIRA - FLORIANÓPOLIS - SC	ARGONAUTAS DO COMUM: EXPERIMENTAÇÕES AUDIOVISUAIS EM COLABORAÇÃO
REGIÃO CENTRO OESTE		
INSC	Proponente	Nome do projeto
028	HELOISA MARINA DA SILVA - FLORIANÓPOLIS - SC	NARRATIVAS PESSOAIS: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÕES CÊNICAS QUE PROVOCAM OS LIMITES ENTRE REALIDADE E FICÇÃO
053	JOANA PEDRASSOLI SALLES - SÃO PAULO - SP	CRIANDO MODA: SAIA PARA DANÇAR
112	FERNANDO ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO - FORTALEZA - CE	ENTRE BAIÕES E CURURUS
115	FELICIA DE CASTRO MENEZES - SALVADOR - BA	PALHAÇOS E CANÇÕES - EXPANDINDO CAPACIDADES CRIADORAS
244	NEANDER HERINGER - CAMPINAS - SP	GRIÔS E MESTRES DE TRADIÇÃO ORAL: UM OLHAR APRENDIZ
REGIÃO SUL		
INSC	Proponente	Nome do projeto
116	JOUBERT DE ALBUQUERQUE ARRAIS - FORTALEZA - CE	A SENHORA TÁ TÃO MASCULINA!
150	SILVERO PEREIRA DO NASCIMENTO - FORTALEZA - CE	"BR TRANS - CARTOGRAFIA ARTÍSTICO E SOCIAL DO UNIVERSO TRANS NO BRASIL"
51	TATI LOURENÇO DA COSTA - ATIBAIA - SP	FOTO SENSÍVEL
097	ELISA SILVA CARNEIRO - ASA NORTE - BRASÍLIA - DF	LE PETIT PERFORMANCE - AÇÕES ARTÍSTICAS EM CAMPECHE E ARREDORES
187	NÁDIA PRESTES BAPTISTA - RIO DE JANEIRO - RJ	QUILOMBO DO SOPAPO E OS TERRITÓRIOS DIGITAIS QUILOMBOLAS
247	KATHERINE FUNKE - LAURO DE FREITAS - BA	VIAGENS NA BARCA
149	LEANDRO ALVES DA SILVA - CANTO DO BURITI - PI	FUZUÊ: O TEATRO DE ANIMAÇÃO E SUAS CONVERGÊNCIAS NA COMUNIDADE
081	KIYOE IIZUKA - SÃO PAULO - SP	MICRO PROJEÇÕES MAPEADAS
REGIÃO NORDESTE		
INSC	Proponente	Nome do projeto
105	BRUNO TARIN NASCIMENTO - RIO DE JANEIRO - RJ	CARTOGRAFIAS AFETIVAS NAS NUVENS DAS RAÍZES PROFUNDAS
269	BENEDITO LUIZ AMAURO - SÃO LUIZ DO PARAYTINGA - SP	OMO-YLÚ: O REENCONTRO COM OS FILHOS DO TAMBOR
009	MARIA RITA VALADÃO CARELLI - SÃO PAULO - SP	LIVRO NAS ALDEIAS
222	ELIZAH ALVARES RODRIGUES - RIO DE JANEIRO - RJ	"RADIOESTORIA", RÁDIO DE CRIANÇA PARA CRIANÇA (EXPERIÊNCIAS RADIOFÔNICAS E SONORAS SOBRE AS LENDAS, MITOS E ESTÓRIAS DO SERTÃO DO CARIRI COM AS CRIANÇAS E JOVENS DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE, NOVA OLINDA/CE)
174	RICARDO MARINELLI MARTINS - PINHAIS - PARANÁ	JAULA CABARÉ - INTERAÇÕES HISTÉRICAS NO CAFÉ TEATRO DAS MARIAS
046	GILSON CESAR DA SILVA - BELO HORIZONTE - MG	UM ACROBATA ENTRE O RÍTMO E A LETRA
264	SARA GONÇALVES DE MENDONÇA UCHÔA - ITATIAIA - RJ	IFÁ AYA
066	ROGÉRIO CAVALCANTE E CASTRO - RIO DE JANEIRO - RJ	SACIS: COMEÇOS E FINS
004	MARILENE SOUZA LOPES - SÃO PAULO - SP	DANÇA EM CADEIRA DE RODAS - O CORPO QUE CONTA SUA HISTÓRIA
128	ELOANA CAROLINA DA SILVA GENTIL - NITERÓI - RJ	TEATRO DO OPRIMIDO MOVIMENTANDO A SAÚDE MENTAL
139	CAMILA CARVALHO DA MATA - BELO HORIZONTE - MG	UM FINAL: PRODUÇÃO AUDIOVISUAL COLABORATIVA
REGIÃO SUDESTE		
INSC	Proponente	Nome do projeto
301	GUILHERME RAFAEL SOARES - CURITIBA - PR	CINEPEDALA-DERIVAS!
284	PRISCILA MARIA DE BARROS BORGES - BOA VISTA - RO	RESSUERGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS - ARTES E PATRIMÔNIO DA PESCA
286	EDUARDO AUGUSTO ROSA SANTANA (EDUARDO ROSA) - SALVADOR - BA	VIZINHANÇA
100	AGUINALDO BARBOSA DE FRANÇA JÚNIOR - PAULISTA - PE	COMIDA DE SANTO: POÉTICAS ANCESTRAIS DA CULINÁRIA NAGÔ
007	LINDANIR HELENA TOMELIN - SÃO BENTO DO SUL - SC	VEZ E VOZ PARA AS HISTÓRIAS DE SABARÁ
201	ADRIANA PATRICIA DOS SANTOS - FLORIANÓPOLIS - SC	BOTA A PALHAÇA PRA FORA DE VEZ
186	GUSTAVO MEYER - PORTO ALEGRE - RS	PÍFANO E GENTE NAS TERRAS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS
090	MICHEL CORRÊA CAPELETTI - PORTO ALEGRE - RS	CORPO COMO CRUZAMENTO DE INTENSIDADES - RESIDÊNCIA NO PONTO DE CULTURA MOVIMENTOS NÔMADES DE CULTURA
021	CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA - SALVADOR - BA	"TECENDO NOSSA HISTÓRIA"
082	MARISA FRANCISCA DA SILVA - CURITIBA - PR	LABORATÓRIO DE CRIAÇÃO: ESTÍMULO AS POTENCIALIDADES DO INDIVÍDUO CRIADOR
024	LUCIANA ARAÚJO DE PAULA - PORTO ALEGRE - RS	"OLHA SÓ" - DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA: UM MEIO LÚDICO DE CONSCIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
290	LOURENÇO RIBEIRO FILHO - BELÉM - PA	CAPIXABAS NA ROTA DOS BAOBÁS
LISTAGEM RESULTADO FINAL - CATEGORIA CONTINUIDADE		
INSC	Proponente	Nome do projeto
079	MAURÍCIO PINTO ADINOLFI - SÃO PAULO - SP	CORES NO DIQUE - CONTINUIDADE
288	TÉRCIO ARARIPE GOMES DA SILVA - CASCAVEL - CE	ESPETÁCULO CÊNICO MUSICAL DO GRUPO UIRAPURU-ORQUESTRA DE BARRO: PIU E O ACORDE MITOLÓGICO
173	ELIAS SANTOS - ARACAJÚ - SE	GRAVURA EM DORES NA ROTA DO CANGAÇO
182	LUIZ ALVES FERREIRA - CONDADO - PE	CAVALO-MARINHO: UNIVERSO FANTÁSTICO, HUMANO E ANIMAL DA POÉTICA POPULAR
069	DANIEL CHOMA - FLORIANÓPOLIS - SC	O TOQUE DE CADA MESTRE
282	ALEXANDRE LUIS CASALI CASTANHO FILHO - SALVADOR - BA	"A FUNÇÃO DO PALHAÇO: O BRINCANTE UNIVERSAL - ANO II -DISSEMINAÇÃO, PROGRESSÃO, CRIAÇÃO, RENOVAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA FUNDAMENTAL ARTE DO PALHAÇO EM UM PONTO DE CULTURA QUE É UMA ESCOLA DE CIRCO"
194	DAVY ALEXANDRISKY - NITERÓI - RJ	ÍNDIO NÃO QUER MAIS APITO!
253	ISABELA COELHO - SALVADOR - BA	NAS ALTURAS
110	VICENTE CARLOS PEREIRA JÚNIOR - RIO DE JANEIRO - RJ	III MOSTRA DE ARTES DAS FAVELAS
005	RENÉE NADER MESSORA - SÃO PAULO - SP	MENTWAJÊ DO OLHAR E SENTIR
212	NARCELIO MOREIRA DANTAS - FORTALEZA - CE	SUCATA SONORA

MYRIAM LEWIN

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 28, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a Homologação do resultado final do Edital de Divulgação N.º 11, de 13 de dezembro de 2011, Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais.

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e com base no art. 21 do Anexo à Portaria MinC nº 29, de 21 de maio de 2009 e item 8.3.7 do Edital de Seleção Pública n.º 11, de 13 de dezembro de 2011 - PRÊMIO AGENTE JOVEM DE CULTURA: DIÁLOGOS E AÇÕES INTERCULTURAIS, publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2011, Seção 3, páginas 39 e 40 e com base na reunião da Comissão de Avaliação e Seleção, realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro, que procedeu o exame em conformidade com o item 8.2 e seus subitens, resolve:

Art. 1º Tornar pública o resultado dos recursos deferidos e indeferidos, de acordo com o item 8.3.8.

Art. 2º Divulgar o resultado final das 500 iniciativas premiadas de acordo com o item 8.2.10 e com o Art. 33 do Anexo da Portaria 29/2009 a qual não cabe pedido de recurso.

Art. 3º De acordo com o item 9.1 "O candidato convocado para o recebimento do prêmio, deverá apresentar a documentação, relacionada, até 15 (quinze) dias corridos após a publicação da homologação do resultado final da fase de seleção, por via postal para o endereço citado no subitem 7.4. tópico II ou pelo endereço eletrônico agentejovem@cultura.gov.br. a) Carta indicando os dados do candidato ou de seu representante, (Nome, RG e CPF) e da proposta selecionada, bem como dados bancários (número de conta corrente, número da agência bancária e nome do banco para depósito)". Dados do representante devem ser enviados apenas para a faixa etária de 15 a 17 anos.

Art. 4º De acordo com o item 9.2 "O candidato selecionado que não atender à convocação no prazo estabelecido no item 9.1 será automaticamente colocado no final da lista de classificação, devendo a SCDC/MinC convocar, sucessivamente, o candidato melhor classificado na etapa de Seleção, até completar-se o número total de prêmios disponíveis".

Art. 5º A Comissão de Avaliação e Seleção com base no item 8.3.12, procedeu ao remanejamento das 31 vagas sobressalentes na categoria de 15 a 17 anos. As vagas foram distribuídas entre as regiões que tiveram o menor índice de iniciativas classificadas. Foi definido pela Comissão e registrado em ata que 20 vagas fossem distribuídas para a categoria 18 a 24 e 11 vagas para a categoria 25 a 29, obedecendo-se o critério de pontuação das propostas nas Regiões Norte, Sul e Centro Oeste.

Art. 6º Tornar pública a lista das iniciativas classificadas, que comporão uma lista reserva, que em caso de impossibilidade do recebimento do prêmio por algum dos candidatos selecionados será convocado o próximo dessa lista.

Art. 7º Tornar pública a lista das iniciativas desclassificadas em observância ao item 8.3.4 "Serão eliminadas as candidaturas que não obtiverem a nota final mínima de 60 (sessenta) pontos".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSOS DEFERIDOS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Média	Situação
1	122201	Benzedeiras: Orações Dom e Cura	Ana Carla Sousa Matos	São Bento	MA	NE	18 a 24	83,5	Deferido
2	124759	Construindo Nossa Historia	Mateus Neri Almeida Sizilio	Montes Claros	MG	SE	25 a 29	79,25	Deferido
3	123815	Wadaiko - Tambores Japoneses	Bruno Yuji Yamamoto	São Paulo	SP	SE	25 a 29	76	Deferido
4	121010	O Lixo e suas Formas	Herikson Oliveira Da Silva	Vila Velha	ES	SE	25 a 29	75,75	Deferido
5	121479	Projeto Vitrines do MASP / Metrô de São Paulo	Luiz Renato Montone Pera	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72,5	Deferido
6	121946	AfroCulturando	Cléssio Martins Batista	Porto Nacional	TO	N	25 A 29	72	Deferido
7	122546	Double conception	Edvan Vieira Mendes da Costa	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	71	Deferido
8	122981	Jesus, A Paixão	Robson de Sá e Silva	Verdejante	PE	NE	25 a 29	67,5	Deferido
9	124208	Sáfaro	Leonardo França de Morais Alves	São Paulo	SP	SE	18 a 24	66,5	Deferido
10	123857	Rotatividade da peça O Controle da Trupe de Teatro O Verbo de Goianinha/RN	Luã dos Santos Tavares	Goianinha	RN	NE	18 a 24	63,25	Deferido
11	122766	Linsouciance: políticas do desprendimento	Daniel Chueke Jablonski	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63	Deferido
12	124810	Davi-digital@Metarede	Davi de Jesus Santos	Salvador	BA	NE	18 a 24	62	Deferido
13	123741	Oficinas de EduComunicação	Daniel Pereira dos Santos	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	61,5	Deferido
14	124774	Brincando de Radio Aprendo Cultura	Edson Silva de Souza	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	60	Deferido
15	122373	Identidade Alagoana	Idson Cavalcante Pitta	Maceió	AL	NE	25 a 29	50,75	Deferido

RECURSOS INDEFERIDOS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Situação
1	123882	Desvenda - Feira de Arte Contemporânea	Ananda Zingano Kuhn	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	Indeferido
2	122736	Oficinas de Formação, Mapeamento e Documentação da Cultura Popular	Elizama do Livramento Cardoso	Natal	RN	NE	25 a 29	Indeferido
3	120764	Mostra Cultural de Alegrete	Danniele Pinheiro Sobrosa	Alegrete	RS	S	25 a 29	Indeferido
4	120852	Donna Lolla - Conexão Musical	Rafael Vieira Bragança	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	Indeferido
5	124121	Pesquisa Visagens Digitais nas Artes Amazonenses (2000-2010)	Sávio Luis Stoco	Manaus	AM	N	25 A 29	Indeferido
6	122820	Departamento Tropical	Walter Gamarano Lara	Santa Luzia	MG	SE	25 A 29	Indeferido
7	124028	Clube Guarani: Cultura também é festa	Marília Floor Kosby	Pelotas	RS	S	25 A 29	Indeferido
8	123300	Festival de Teatro Infantil do Ceará - TIC	Emidio Sanderson Dias Sá	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	Indeferido
9	122612	Mibã - I Encontro dos Pajés Huni Kuin do rio Jordão	Luiza Brettas Barro	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	Indeferido
10	126226	Musica Moda e Sustentabilidade	Zaika dos Santos	Contagem	MG	SE	18 a 24	Indeferido
11	123158	Pesquisa sobre o instrumento musical Cuíca	Paulo Dulci de Assis	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	Indeferido
12	123880	Imagem e Ação Jovem	Gilberto Gilmar Sendtko	Chapecó	SC	S	18 a 24	Indeferido
13	124812	Trupe Arte e Vida: Uma caminhada do teatro para formação do cidadão	Luiz Eduardo Rodrigues Gasperin	Naviraí	MS	CO	18 a 24	Indeferido
14	123305	Micro Projeto Cultural Talentos Daqui	Renato Carvalho Alexandre	Pedra Mole	SE	NE	25 a 29	Indeferido
15	122884	Coletivo de Arte e Comunicação Áudio Visual	José Moises de Oliveira Silva	São Miguel dos Campos	AL	NE	25 a 29	Indeferido
16	120924	Filmes interativos - uma nova linguagem audiovisual	Érico Luís Cunha Cazarré	Brasília	DF	CO	25 a 29	Indeferido
17	120780	Viagem Cultural	Julio Carlos Dettmann	Pancas	ES	SE	18 a 24	Indeferido
18	122990	Comédias na Internet	Vitor Duarte Correia	Goiânia	GO	CO	18 a 24	Indeferido
19	123646	Contação de histórias: sabedoria popular e identidade cultural do campo	Marciane Aparecida Costa Silva Pereira	Janaúba	MG	SE	25 a 29	Indeferido
20	122248	seCas - Semana de Cultura e Arte de Sumé	Allan Cleyton Sousa Leite Barros	Sumé	PB	NE	18 a 24	Indeferido
21	123697	Blog Por Aí	Tiago Gouveia da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	Indeferido
22	123715	Julietas	Caliane Souza de Oliveira	Brasília	DF	CO	18 a 24	Indeferido
23	122904	Orchestra Binária dos Filhos de Bem	Helder Dutra Porto	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	Indeferido
24	123012	Oficina Para Não-Atores: Estratégias Criativas para o Ensino de Teatro	Francisco Bruno de Sousa	Brasília	DF	CO	18 a 24	Indeferido
25	122949	Autogestão Cultural Independente em Rede	Jean Felipe Almeida de Andrade	Porto Alegre	RS	S	25 A 29	Indeferido
26	124744	Curso de Formação em Estética Negra	Ivanilda Amado Cardoso	Marília	SP	SE	18 a 24	Indeferido
27	120840	Saberes e Fazeres na Capoeira Angola: Autonomia no Jogo de Muleekes	Sara Abreu da Mata Machado	Salvador	BA	NE	25 a 29	Indeferido
28	122383	Nóis no Centro - Passarela do HIP HOP	Ariane Trindade de Almeida	Aracaju	SE	NE	18 a 24	Indeferido
29	123172	Apresentação teatral - A Paixão de Cristo	Verônica Gonçalves Pereira	Lontra	MG	SE	18 a 24	Indeferido
30	122961	Comunicação na Escola	Fernanda de Freitas Pereira	Itajaí	SC	S	25 a 29	Indeferido
31	122830	A realidade em movimento - Projeto Educativo	Jaqueline Lima Pereira	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	Indeferido
32	122350	Cultura e Arte	Gleison Fernando Matos Gonçalves	Icatu	MA	NE	18 a 24	Indeferido
33	124891	Mostra de Cinema de Florânia	Maria das Graças Silva	Natal	RN	NE	18 a 24	Indeferido
34	123019	Tapete Literário	Felipe Ramos de Faria	Santana de Parnaíba	SP	SE	18 a 24	Indeferido
35	121129	Mãos Talentosas	Sandra Maíra Pin Dutkercz	Esteio	RS	S	18 a 24	Indeferido
36	122218	Trinca Caipira - Bailão e Viola	Fabiula Souza e Silva	Brasília	DF	CO	25 a 29	Indeferido
37	122946	PB POP + Musica da Paraíba	Gerson Carlos de Abrantes Brito	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	Indeferido
38	124137	Sonhus 15 anos de Teatro Ritual	Ilka Portela Ferreira	Goiânia	GO	CO	18 a 24	Indeferido
39	123679	Projeto Musicando - Oficina Permanente de Musica e Percussão	Maria de Lurdes Pereira	Sinop	MT	CO	25 a 29	Indeferido
40	122222	Grupo Sempre Muleque	Alex dos Santos	Niterói	RJ	SE	18 a 24	Indeferido
41	123034	Projeto Miss Roseana	Roney Alves dos Santos	Cordisburgo	MG	SE	25 a 29	Indeferido
42	123212	Site Oficial Caio Fernando Abreu	Liana Farias Carneiro de Sá	Brasília	DF	CO	25 a 29	Indeferido
43	123647	Projeto Obrando Arte	Pedro Paulo de Araujo Rodrigues	Goiânia	GO	CO	18 a 24	Indeferido
44	121097	Samba é fineza	Vinícius Silva de Oliveira	Brasília	DF	CO	25 a 29	Indeferido
45	123849	Projeto Férias Solidárias	Mayara Satsuki Kunii	Campinas	SP	SE	18 a 24	Indeferido
46	123265	Grafismo: da simbologia a identidade	Fernando Caixeta	Ilha Comprida	SP	SE	25 a 29	Indeferido
47	124752	Ilú Ni Lewá Daradará (Meu Atabaque é Lindo) dialeto Yourubá	Rodrigo Alves Domingos	Hortolândia	SP	SE	18 a 24	Indeferido
48	124664	Gincana Junina	Andrezza Vasconcelos Monteiro	Macapá	AP	N	15 a 17	Indeferido
49	123302	Profissão Escritora	Bárbara Malcut Felipe	Curitiba	PR	S	18 a 24	Indeferido
50	122895	Dia do Nariz Vermelho	Thais Martarelli da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	Indeferido
51	122942	Projeto Trilogia Konquix	Carlos Eduardo Fagundes Maia	São Paulo	SP	SE	25 a 29	Indeferido
52	123031	Rua: Público-privado	Leandro Sena	Brasília	DF	CO	25 a 29	Indeferido
53	124080	Agência Musicom Assessoria	Marcus Petrônio Fernandes Iglesias Junior	Recife	PE	NE	18 a 24	Indeferido
54	123630	Teatro Inclusivo - Um olhar Especial nas Artes Cênicas	Fernanda Pereira Teodoro da Silva	Santa Rita do Sapucaí	MG	SE	25 a 29	Indeferido
55	123181	Parteiras do Moinho	Ângela Daniela Sousa Matos	Icatu	MA	NE	18 a 24	Indeferido
56	122965	Fora do Eixo Card	Yasmin Bidim Pereira dos Santos	São Paulo	SP	SE	18 a 24	Indeferido
57	124173	Educação Patrimonial na mediação da Arte Contemporânea	Carlos Henrique Meirelles de Castro	São Carlos	SP	SE	25 A 29	Indeferido
58	122730	Domingo na Casa	Ávner da Silva Andrade	São Paulo	SP	SE	18 a 24	Indeferido
59	122184	Workshop Coral de Música Brasileira	Luiz Guilherme Pereira dos Santos Eu-zébio de Godoy	Mogi das Cruzes	SP	SE	18 a 24	Indeferido
60	121841	Residência Cultural	Isis Maria Oliveira Juvêncio	São Paulo	SP	SE	25 a 29	Indeferido
61	122469	Temporada Os Tronconenses - Núcleo Teatral Filhos da Dita	Cláudio Henrique Alves Pavão	São Paulo	SP	SE	18 a 24	Indeferido
62	123740	Projeto Dons - Teatro Musical	Juliana Florentino Carvalho Silva	São Vicente	SP	SE	25 a 29	Indeferido
63	120631	Projeto Común Tierra	Letícia Rigatti Ramires Barcellos	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	Indeferido

RELAÇÃO DOS SELECIONADOS - FAIXA ETÁRIA 15 A 17 ANOS

N.º	Pronac	Proposta	Candidato	Município	UF	Faixa Etária	Região	Nota Final
1	121466	Reci-Criando	Patrick dos Santos de Melo	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	99,5
2	120904	Arte contra o Crack	Rodrigo Ribeiro Custódio	Caconde	SP	15 a 17	SE	98
3	120876	Som no Morro, Som na Lata	Emerson Santos Gabreira	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	92,75
4	121970	2° Coletânea DRua Hip Hop - O clima é frio mas o nosso Rap é quente	Genilton Venancio Pimentel	Garanhuns	PE	15 a 17	NE	90
5	121031	"Trupe Amigos da Saúde: Experiência da Interação"	Carla Iane Telecio Santana	Juazeiro do Norte	CE	15 a 17	NE	87,25
6	124822	Agente de Leitura Rural	Miguel Emílio Botelho Paolino	Bom Jardim	RJ	15 a 17	SE	86,5
7	120899	Com-Vivência	Uelton da Silva Pereira	Cajuri	MG	15 a 17	SE	85,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8	122747	Teatro do Oprimido nas comunidades da periferia	Nayana da Cunha Santos	Fortaleza	CE	15 a 17	NE	85,75
9	121836	Comunidade Fashion	Taissa dos Santos Campos	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	85,5
10	124788	Grupo de Tambor de Crioula de Taboca Abanijeum	Wellington Friend Ferreira Ribeiro	São Luís	MA	15 a 17	NE	85,5
11	123799	Capoeira Cidadã	Marcos Carvalho de Jesus	Araci	BA	15 a 17	NE	85
12	122859	Revitalização de Praticas e Saberes Tradicionais	Francisco Junior Maia Brito	São Gabriel da Cachoeira	AM	15 a 17	N	84,75
13	122514	Escola de Danças Tradicionais Gaúchas APAE Espumoso-RS	Iuri Gheno	Espumoso	RS	15 a 17	S	83,75
14	122560	Hip Hop no terminal Rodoviário	André Martins de Almeida	Serra	ES	15 a 17	SE	82,25
15	123263	Grupo Folclórico - Dança do Coco	Francisco Irineu Santos de Sousa	Trairi	CE	15 a 17	NE	82
16	122678	Dia de Consciência Negra - A Revolta de Olodum	Daiane Aparecida da Silva Gomes	Arroio do Meio	RS	15 a 17	S	81,75
17	123789	Som jovem da periferia do Lobato	Felype Silva dos Santos	Salvador	BA	15 a 17	NE	80,5
18	122856	Cavalhada Mirim Nossa Senhora do Rosário	Geraldo Magella Prado de Oliveira	Caeté	MG	15 a 17	SE	80
19	124864	Núcleo Juvenil de Produção Audiovisual	Lucas Ferreira Lopes da Silva	Currais Novos	RN	15 a 17	NE	79,75
20	123373	Capoeira e Cidadania	Edivaldo Santana de Lima	Porto Acre	AC	15 a 17	N	79,25
21	123878	Nós com todos	Walace de Araujo	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	78,5
22	123360	Projeto Matumbé - Oficinas de danças afro-brasileiras	Kamila Cavalcante Maciel	Manaus	AM	15 a 17	N	78,25
23	120771	Quilombolas em Ação	Any Desiree Camillo Feitosa	Caieiras	SP	15 a 17	SE	78
24	122921	O Plantador de Águas	Thiago Meira Fiorio	Rio Claro	SP	15 a 17	SE	78
25	124803	Coco de Umbigada	Pablo Oxaguiam Santiago Barbosa	Olinda	PE	15 a 17	NE	78
26	122600	O Jovem Herdeiro do Cacuriá	Walber Vinicius Olimpio	Brasília	DF	15 a 17	CO	77,75
27	124665	Rodas de Leitura e Contação de Historias	Barbara Sayonara de Souza	Currais Novos	RN	15 a 17	NE	77,25
28	122245	Projeto Avivar Culturas e Tradições - Grupo de Teatro Amigos da Arte	Suyani Cristina de Souza	Marcelino Vieira	RN	15 a 17	NE	76,5
29	124071	Lixo, problema nosso de cada dia	Guilherme Hunder Chaves	Salvador	BA	15 a 17	NE	76,25
30	122668	Oficinas de tecnologia audiovisual na fronteira Brasil-Bolívia	Joelson Aparecido dos Santos Soares	Corumbá	MS	15 a 17	CO	76
31	124661	Escolinha de Coco de Lagoa do Alagadiço	Simone Maria Santos de Souza	Trairi	CE	15 a 17	NE	75,75
32	124674	Projeto Cinema no Conselho	Geronillane Valentim	Currais Novos	RN	15 a 17	NE	75,75
33	124681	Latinhas de Quintal	Camila Alves Vieira	Marabá	PA	15 a 17	N	75
34	122617	Nosso Reisado é a Nossa Herança	Sara da Silva Cristovão	Tabira	PE	15 a 17	NE	74,5
35	123626	Nas Ondas do Rádio	Tayna Batista Lorençao	Venda Nova do Imigrante	ES	15 a 17	SE	74,5
36	124894	Cultura e arte na Matinha dos Pretos	Bruno Alves dos Santos	Feira de Santana	BA	15 a 17	NE	74,5
37	123654	Dança Para Todos	Rickirley Alves Costa	Serra	ES	15 a 17	SE	74,25
38	124749	Grupo Mirim de Samba de Roda	Karine dos Santos Teixeira	São Domingos	BA	15 a 17	NE	73,75
39	124694	Circuito Itinerante de Teatro da Paz	Dener Augusto Sales Machado	Esteio	RS	15 a 17	S	73,5
40	123069	Radio Cultural	Marcelo Marques Brito	Carrasco Bonito	TO	15 a 17	N	73,25
41	124102	Exposição de Arte Etéreos Mínimos	Octavio Henrique Mendes Pena	Itabira	MG	15 a 17	SE	73
42	122123	Marajó, ao som das crianças	Glauber Claudio Souriense	Soure	PA	15 a 17	N	72,75
43	123625	A Arte Imita a Vida	Milena Santos Francisco	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	72,75
44	122388	Capoeira é vida e cultura	Alison Cleisson Carvalho Silva	Araci	BA	15 a 17	NE	72,25
45	120803	O Circo Teatro e Suas Fontes de Cultura	Letícia Moreno Firmo de Oliveira	Florianópolis	SC	15 a 17	S	71,75
46	123103	As Arteiras - Fazendo Arte Resgatando Vidas	Ingrid da Silva dos Santos	Esteio	RS	15 a 17	S	71,5
47	124761	Encontro Literário	Franciérica Oliveira Ribeiro	Currais Novos	RN	15 a 17	NE	71
48	123094	Dançando Carimbó e Distribuindo Cidadania em Capanema-PA	Camila Rayane Lola da Silva	Capanema	PA	15 a 17	N	70
49	122831	Mandingando com Erê	Hugo Ariel Magalhães de Jesus	Itacaré	BA	15 a 17	NE	69,75
50	122865	Bloco Afro Juremê	Isabela Darcira Fonseca de Abreu	São Luís	MA	15 a 17	NE	69,75
51	123248	Refazenda Cultural	Guilherme Ferreira Santos	Belo Horizonte	MG	15 a 17	SE	69,25
52	124710	Cultura no Quintal	Joseph Batista Oliveira dos Santos	Macapá	AP	15 a 17	N	69,25
53	124846	De Repente um Improviso	Jeferson da Silva Barbosa	Vila Nova do Piauí	PI	15 a 17	NE	68,5
54	124732	Rádio Nova Onda - A Onda que Chega até Você!	Roberto Luiz Barros de Souza	Altamira	PA	15 a 17	N	68
55	123318	FECIQ - Feira Cultural Independente de Quixadá	Diná Helem Silva Matias	Quixadá	CE	15 a 17	NE	67,5
56	123175	Vivendo e Preservando as Memórias da Companhias de Folia de Reis	Ediléria Cruz dos Santos	Tanabi	SP	15 a 17	SE	66,75
57	124205	Qual a Lata da Comunidade - revista mural em imagens faladas	Carlos Alberto Machado Alves	Porto Alegre	RS	15 a 17	S	66,5
58	122479	Arte Viva	Alessandro Roberto Rodrigues Martins	Pilão Arcado	BA	15 a 17	NE	65,75
59	122748	Redescobrindo a cidade de Areia - Patrimônio Nacional	Iran José dos Santos Oliveira	Areia	PB	15 a 17	NE	64,75
60	124829	Luzes da Cidade de Deus	Cauane Campos de Mendonça	Rio de Janeiro	RJ	15 a 17	SE	64,25
61	124876	Com o Uso das Multimidias Construindo a Historia Guarajaense	Maira Wehebrink	Guarujá do Sul	SC	15 a 17	S	63,5
62	121141	Cultura Juvenil	Danilo Fernando Carvalho Silva	Araci	BA	15 a 17	NE	62,75
63	124670	Curta os Curtas	Mirela Rodrigues Chucre	Macapá	AP	15 a 17	N	62,75
64	123681	Olho Mecânico Studio	Vinicius Di Luna Alves Uchoa	Brasília	DF	15 a 17	CO	62,25
65	122127	Projeto Doce Harmonia	Eva Malena da Silva Velame	Cravolândia	BA	15 a 17	NE	62
66	122854	Santa Croa - Fomento a Produção do Festejo do Divino Espírito Santo	Claudjany Vitoria Costas Reis	Paço do Lumiar	MA	15 a 17	NE	61,25
67	122544	Passeio Ecológico Socioeducativo	Eliane da Silva Lima	Nova Iguaçu	RJ	15 a 17	SE	61
68	123675	Teatro: acesso à cultura para os jovens de Gaspar	Paula Lana da Costa	Gaspar	SC	15 a 17	S	60,75
69	123747	Brechó linha e agulha	Paula Franciar de Sousa Silveira	Fortaleza	CE	15 a 17	NE	60,75

RELAÇÃO DOS SELECIONADOS - FAIXA ETÁRIA 18 A 24 ANOS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Média
1	122277	Mulheres do Vale Araguaia	Tony Willian Boita	Aragarças	GO	CO	18 a 24	98,5
2	120827	Literativa	Geison Rodrigo Oliveira Silva	Cuiabá	MT	CO	18 a 24	95
3	120801	Kizumba e Hip Hop se Movimenta	Iaracira Evangelista Nascimento	Salvador	BA	NE	18 a 24	94,75
4	124683	Projeto Cultura Negra Memoria e Identidade	Elenice Luanara Vieira de Oliveira	Currais Novos	RN	NE	18 a 24	93,25
5	120793	Sarau da Mata	Edmundo dos Santos Bastos Jr.	Salvador	BA	NE	18 a 24	92,75
6	122517	Mostra de Cinema Africano	Taciana Almeida Garrido de Resende	Belo Horizonte	MG	SE	18 A 24	92,75
7	121113	Espetáculo teatral Quem Paga?!	José Guilherme Costa	Araraquara	SP	SE	18 a 24	91,5
8	121934	Som de Zilda	Caio Rubens Nazário de Almeida	Salvador	BA	NE	18 A 24	91,25
9	124790	Grupo Cultural Boi Mimoso	Ricardo Estevam de Oliveira Filho	Recife	PE	NE	18 a 24	90,75
10	120651	Grupo de Multiplicadores da Arca do Axé	Sérgio Ícaro Oliveira Silva	Salvador	BA	NE	18 a 24	90
11	122941	Projeto Arte, Ação e Cultura	Dagson Tertuliano Silva	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	89,75
12	123881	Hip Hop Workshop - Puc Minas	Caio Roberto Saldanha	Belo Horizonte	MG	SE	18 A 24	89,5
13	122255	ENMACC - Encontro das Manifestações Culturais de Cairu	Robson Vicente Silva dos Santos	Cairu	BA	NE	18 a 24	89
14	122351	Cia PapoShow	Marilua Áurea Damasceno Barbosa	Altamira	PA	N	18 a 24	88,75
15	124714	Tem Historia Hoje? - Tem Sim Sinhô!	Emanuela Carla Medeiros de Queiros	Marcelino Vieira	RN	NE	18 a 24	88,75
16	120625	Capoeira Maré	Adailson Paixão da Silva	Salvador	BA	NE	18 a 24	88,5
17	121121	Educação Cultural e Meio Ambiente, Valorizando Saberes, Reconstituindo	Adão da Cunha Fernandes	Cavalcante	GO	CO	18 a 24	88,5
		Memória e Fortalecendo a História						
18	122882	Pontinho de Cultura Cultivando Vida e Arte no Semiarido	Karla Samara Magalhães de Souza	Senador Pompeu	CE	NE	18 a 24	88,5
19	120649	Madalena Ocupa a Praça Cívica	Carolina Machado dos Santos	Goiânia	GO	CO	18 a 24	88,5
20	123744	Siriri - Uma vida ensinando a arte da dança popular do Mato Grosso	Avinner Augusto da Silva Albino	Cuiabá	MT	CO	18 a 24	87,75
21	123260	e-cultura	Lorena Cintia Soares de Matos	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	87,5
22	123154	Memória Viva e Tradição Oral no Vale do Gramame	Maria da Penha Teixeira de Souza	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	87
23	124748	Grupo Eware	Leonardo Gomes Manduca Net	Tabatinga	AM	N	18 a 24	87
24	120870	Resgatando a Africanidade - A arte na Rua	Alexandre Veronese	São Paulo	SP	SE	18 a 24	86,5
25	121933	Paranoá, muitas historias, uma cidade	Crisvano Queiroz Alves	Brasília	DF	CO	18 A 24	86,25
26	123241	Meu Espaço, um Barracão	Ágatha Lima Nascimento	Rio Branco	AC	N	18 a 24	86,25

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27	122120	Batendo o pé pelo Fandango	Denis Carvalho Lang	Paranaguá	PR	S	18 a 24	85,75
28	122003	Orube: das linhas das mãos aos Mestres	Kaio Moretty Sena de Souza	Belém	PA	N	18 a 24	85,25
29	123063	Projeto: Andarilhos Capoeira	Eilton Alves do Nascimento	Aroeiras	PB	NE	18 a 24	85,25
30	120758	Caravana da Leitura e do Autor Cearense	Luisla Carvalho Costa	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	85
31	123216	Projeto Arco-Íris	Lucas Nicácio do Nascimento	Porto Seguro	BA	NE	18 a 24	85
32	123140	Memória do Canavial	Sebastião Saraiva de Souza Silva	Vicência	PE	NE	18 a 24	84,75
33	122940	Trilhas Griôs	Maiza Souza dos Santos	Lençóis	BA	NE	18 a 24	84,5
34	123287	Arte na Ruína	Cleilson Alves da Silva	Xapuri	AC	N	18 A 24	84,5
35	124148	A Volta do Povo à Praça: Cultura e Cidadania	Miguel Bonumá Brunet	Porto Alegre	RS	S	18 A 24	84,5
36	124725	Baú dos Guerreirinhos - Contando Historias para Brincar e Transformar	Jadna Santos da Silva	Maceió	AL	NE	18 a 24	84,5
37	124143	Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna: transformando a cena da loucura	Eloana Carolina da Silva Gentil	Niterói	RJ	SE	18 A 24	84,25
38	120868	Candeeiro do Samba	Cleisson da Silva Ribeiro	Diadema	SP	SE	18 a 24	84
39	121216	Ubatan Circo Social	Taís Gonçalo Borges	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	84
40	123335	Circuito Carioca de Ritmo e Poesia - CCRP	Hadan Duarte Martins	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 A 24	84
41	122671	Culturalizando o Quinari	Gilberto Moura Santos	Senador Guiomar	AC	N	18 a 24	83,75
42	123082	Semana Hip Hop Esteio	Adriano Trindade da Silva	Sapucaia do Sul	RS	S	18 a 24	83,75
43	122201	Benzedeiras: Orações Dom e Cura	Ana Carla Sousa Matos	São Bento	MA	NE	18 a 24	83,5
44	123884	V Encontro dos Grupos Populares - Folgança Uma Festa de Ritmos e Alegria	Francisca Natalia da Silva Veríssimo	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	83,5
45	124686	Festa do Quilombo	Jamerson Ramos da Soledade Junior	Recife	PE	NE	18 a 24	83,5
46	120795	Teatro com Jovens: Um Zum, Zum, Zum Danado	Romário Henrique Silva de Almeida	Lagoa do Itaenga	PE	NE	18 a 24	83,25
47	120796	Exposição Projeto Negro por Inteiro	Duflair Magri Barradas	Cuiabá	MT	CO	18 a 24	83,25
48	121462	Projeto Música Sem Fronteiras	Adriano Pereira de Castro Pacheco	Anastácio	MS	CO	18 a 24	83,25
49	123214	Projeto Sócio Educativo Brincando de Capoeira	Fernando Silva Sampaio	Belém	PA	N	18 a 24	83,25
50	123219	+ Vezes Comédia	Thyago Câmara Barroso	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	83,25
51	121979	Projeto: Oficinas Literárias Memórias do Guamá	Thâmis Lemos Lobo Alves	Belém	PA	N	18 A 24	83
52	123283	Núcleo de Audiovisual de Coqueirinho	Laiza Raquel do Carmo Nogueira	Fortim	CE	NE	18 a 24	83
53	123171	Palhaceando a Rua	Emanuel Alves Leite	Umarizal	RN	NE	18 a 24	82,75
54	121116	I Conferencia Regional Agreste LGBT	Cleyton Feitosa Pereira	Caruaru	PE	NE	18 a 24	82,5
55	123872	Maré de Sabores	Mariana de Oliveira Aleixo	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	82,5
56	122246	Comunidade em foco - Fotografia Criativa na Comunidade	Viícius Alexandre Alves Rodrigues	Olinda	PE	NE	18 a 24	82,25
57	121054	Oficina Teatral da Vila Cruzeiro	Daivson Garcia Amorim	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	82
58	124764	Grupo Mandacarú do Sertão	Perpétua Simone da Silva	Major Sales	RN	NE	18 a 24	82
59	121862	Encontros de Conhecimentos Livres	Larissa Carreira da Cunha	Belém	PA	N	18 a 24	81,75
60	123897	Mapeamento Social das Benzedeiras	Taisa Lewitzki	Irati	PR	S	18 a 24	81,25
61	124072	Sambada da Laia	Patrícia Bartolomeu de Araújo	Camaragibe	PE	NE	18 A 24	81,25
62	122948	Quadrilha Infantil Tesouro Nordestino - Luiz Gonzaga - Vem Brincar com a Gente	Raimundo Nonato de Albuquerque Filho	Fortaleza	CE	NE	18 A 24	81
63	123058	Casa de Cultura - Ponto de Cultura Xakriabá	Edgar Nunes Corrêa	São João das Missões	MG	SE	18 a 24	81
64	124679	Projeto Web Charge	Laíssa Costa Moreira Muniz Gamaro	Vila Velha	ES	SE	18 a 24	81
65	120866	Como se faz Vídeos?	Matheus Meira Fiorio	Rio Claro	SP	SE	18 a 24	80,75
66	120627	Viradão Cultural Pela Cidadania LGBT	Marlon Cavalcante	Cabo Frio	RJ	SE	18 a 24	80,5
67	120645	Arte! - Construindo Saberes	Jonas Henrique Schommer	Barão	RS	S	18 a 24	80,5
68	122357	Estúdio Cultura	Gabriel Alves Silva	Anápolis	GO	CO	18 A 24	80,5
69	123863	Documentário: O Dores	Nacélio Alves do Nascimento	Limoeiro do Norte	CE	NE	18 a 24	80,5
70	124157	Resgate do processo histórico de Lajedo	Paulo Henrique Dias dos Santos	Lajedo	PE	NE	18 A 24	80,5
71	124845	Grupo folclórico ganga zumba das alagoas	Emanuel Maxwell Ferreira da Silva	Maceió	AL	NE	18 a 24	80,5
72	120906	Tramando fibras e tecendo histórias	Brine de Matos	Rondonópolis	MT	CO	18 a 24	80,25
73	121969	Festival Skate Rock	Técio Nunes Salgado	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	80,25
74	122279	Arte Resgatando o Quilombo Continua	Valdomiro Machado	Garopaba	SC	S	18 a 24	80,25
75	122663	Sincretismo	Letícia de Oliveira Rodrigues	Marília	SP	SE	18 a 24	80,25
76	122712	Colocando em Prática nas Escolas Municipais de Jaguarão	Otávio Botelho Rosa	Jaguarão	RS	S	18 a 24	80,25
77	123388	Teatro na Floresta	Rodrigo do Nascimento Garcia	Rio Branco	AC	N	18 A 24	80,25
78	120950	"Plantas da Vovó"	Sabrina Alves Pereira	Diadema	SP	SE	18 a 24	80
79	123026	Biografias Cênicas	Iasmim Marques Souza	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	79,5
80	124893	Grupo de Produção de Bolsas de Lages	Luilma Baia da Cunha	Quixeramobim	CE	NE	18 a 24	79,5
81	121115	Quintal Produtivo	Fábio de Araújo Baia	Quixeramobim	CE	NE	18 a 24	79,25
82	122729	Teatro do Oprimido vai aos bairros	Raniele da Silva	Estância	SE	NE	18 a 24	79,25
83	122749	Reciclart	Thamires Xavier da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	79,25
84	122860	A Construção da Identidade Através do Fazer Artístico	Carolina Pohlmann de Oliveira	Porto Alegre	RS	S	18 A 24	79,25
85	123282	História Multimídia de Xapuri	Thiago Cesar Fontana Alves	Xapuri	AC	N	18 A 24	79,25
86	120862	Documentário Colofé	Ana Clara Gomes Costa	Goiânia	GO	CO	18 a 24	79
87	122244	Fabricando Risos	Fabiano da Silva Rocha	Russas	CE	NE	18 a 24	79
88	122722	Festival Tarde no Bairro	Amanda BrommonscHenkel	Vitória	ES	SE	18 a 24	79
89	123084	Gestos que falam: diálogos entre teatro e educação	Marcia Berselli	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	79
90	122224	Olimpíada Humanitária	Jéssica Amanda Alves Nunes	Goiânia	GO	CO	18 a 24	78,75
91	120864	Dia Cultural na Viela	Diogo Menezes da Silva	Taboão da Serra	SP	SE	18 a 24	78,5
92	122118	Vamos ao Teatro?	Jussan Silva e Silva	Muqui	ES	SE	18 a 24	78,5
93	123797	Projeto de Inclusão Digital no Meio Rural	Dionatan Tavares da Silva	Candelária	RS	S	18 a 24	78,5
94	124590	TV Caroço	Alan Carlos Miranda Gonçalves	Paracatu	MG	SE	18 a 24	78,5
95	124707	Projeto Gente Arteira	Adilson Fontoura de Oliveira	Canela	RS	S	18 a 24	78,5
96	126323	Prozine - Projeto Magazine	Leandro do Nascimento Silva	Tauá	CE	NE	18 a 24	78,5
97	121029	Sarau O que dizem os umbigos?!!	Samara Silva de Oliveira	Itaquaquecetuba	SP	SE	18 a 24	78,25
98	122171	Pau e Lata (Núcleo Pedro Velho-RN)	Danilo Viana Fidelis	Pedro Velho	RN	NE	18 a 24	78,25
99	122200	"Feira Amazônia Solidária"	Raniele Xavier de Jesus Silva	Paragominas	PA	N	18 a 24	78,25
100	122474	100 Canal - Pela Janela da Câmera a Paisagem Cultural	Francisco Helio de Sousa Filho	Nova Olinda	CE	NE	18 a 24	78,25
101	123295	Grupo Cirandaria	Leonardo Ramos dos Santos	Cachoeiras de Macacu	RJ	SE	18 a 24	78,25
102	124210	Cultura Digital: A Arte em Movimento	Marlom Meirelles Silva Nascimento	Bezerros	PE	NE	18 a 24	78,25
103	122839	Minha Doce... Flauta Doce...	Wellington da Silva Freire	Petrolina	PE	NE	18 a 24	78
104	122215	Fazendo Arte na Busca pelo Resgate da Cultura Afro-Brasileiro	Francisco Jampierre Silva Costa	Augusto Severo	RN	NE	18 a 24	77,75
105	123001	Documentário: Tradições Quilombolas	Israel Carlos dos Santos Oliveira	Mirandiba	PE	NE	18 a 24	77,75
106	123223	Sabores e Saberes Missioneiros	Luciane de Oliveira Almeida	Santo Ângelo	RS	S	18 a 24	77,75
107	126229	TV Sopapo	Cristina da Rosa Nascimento	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	77,75
108	122362	Alma Augusta - 100 anos do Eu	Kedson Raniery França Ferreira	Sapé	PB	NE	18 a 24	77,75
109	121108	Por trás da linha - Memórias da Vila Brasil	Luana Carlana de Almeida Barbosa	Presidente Prudente	SP	SE	18 a 24	77,5
110	121368	SuperAção	Nayara Castro de Sousa Leite	Brasília	DF	CO	18 a 24	77,5
111	123196	FloreSendo Idéias - Juventude, Hip Hop e outras conversas	George Bruce	Garanhuns	PE	NE	18 a 24	77,5
112	124055	Grupo Teatral Bico de Lata	Cinthia Sousa Arruda	São Paulo	SP	SE	18 a 24	77,5
113	124865	Projeto Hip Hop das Minas	Vanessa Cristina Santana de Jesus	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	77,5
114	122213	Projeto Catraca do Riso de Circo Teatro e Vídeo	Gustavo Guimarães Gonçalves	São Paulo	SP	SE	18 a 24	77,25
115	122924	Projeto Prepararte	Luciano Salazar	Canoas	RS	S	18 a 24	77,25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

116	123213	Fabriqueta Recicla!	Rafaela Chagas Ferreira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	77,25
117	123392	Quadrilha Infantil Balão Junino	Francisco Leandro Oliveira da Silva	Caucaia	CE	NE	18 a 24	77,25
118	123695	Nonada - Jornalismo Travessia	Rafael Silveira Gloria	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	77,25
119	122917	Terra dos Arcanjos	Leonellea Pereira	São Gabriel	BA	NE	18 a 24	77
120	120999	BBoy Confronto	Bruno Dias Ladeira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	76,75
121	122042	Grupo de Capoeira Cordão de Ouro	Wedson da Silva Santos	Pedro Velho	RN	NE	18 a 24	76,75
122	124855	Orquestra Agnus Dei	Luiz Antonio Leite Júnior	Santo André	SP	SE	18 a 24	76,75
123	121624	Ella´s do Jazz	Aline Serzedello Neves Vilaça	Viçosa	MG	SE	18 a 24	76,5
124	121859	A Jovem Companhia de Circo Nós Tantos	Yure Lee Almeida Martins	Ananindeua	PA	N	18 a 24	76,5
125	123704	A Vila que eu imagino	Carlos Alberto Lima da Silva	Belém	PA	N	18 a 24	76,5
126	124684	Um Show para Gente Grande e Gente Pequena	Vanessa Oliveira de Souza	Rio Branco	AC	N	18 a 24	76,5
127	121003	Rede de Adolescentes: Transe Essa Rede	Heloa Suelem Laurentino Martins	Campinas	SP	SE	18 a 24	76,25
128	121114	Cine Paraíso	Karen Santos Pimenta	Macapá	AP	N	18 a 24	76,25
129	122482	Festival Pé Rachado	Isabela Cristina Sousa da Costa	Aparecida de Goiânia	GO	CO	18 a 24	76,25
130	123191	Ilu Aye (Terra da Vida)	Gerlaine Edite dos Santos	Betânia	PE	NE	18 a 24	76,25
131	124750	Teatro Bidimensional	Jéssica Sampaio de Lima	Juazeiro do Norte	CE	NE	18 a 24	76,25
132	122205	Multiplicando Arte através da Luteria	Julio Cesar Vesper	João Neiva	ES	SE	18 a 24	76
133	122879	Dia das Crianças no A.B.C	Fernanda Vieira da Silva	Abadia dos Dourados	MG	SE	18 a 24	76
134	123022	Projeto Arte Eco	Antônio Ly Conceição Lemos da Costa	Buriti do Tocantins	TO	N	18 a 24	76
135	123273	9º Agosto de Rock Festival	Kélder Alencar Costa Lacerda	Miracema do Tocantins	TO	N	18 a 24	76
136	124213	Negro, mostra a tua face!	Rafael Batista Oliveira	Itajuípe	BA	NE	18 a 24	76
137	121010	O Lixo e suas Formas	Herikson Oliveira Da Silva	Vila Velha	ES	SE	18 a 24	75,75
138	120637	Retratada Cidadania	Thales Dantas Roque	Natal	RN	NE	18 a 24	75,75
139	120845	Acorda Piraquara	Everton Wolff da Silva	Piraquara	PR	S	18 a 24	75,75
140	122675	Projeto Inclusão, Diversão sem Preconceito	Israel Antônio da Silva	Esteio	RS	S	18 a 24	75,75
141	122739	Estilo Favela	Cristiano Maciel Natal da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	75,75
142	122874	Mulheres Meninas que Fazem Artes	Giliane Rodrigues de Lima	Maturéia	PB	NE	18 a 24	75,75
143	123660	Coral do Espaço Cultural Camarim das Artes	Rafael Pires Quaresma Caldas	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	75,75
144	124727	Cine Comunidade	Talita Barbosa de Souza	Natal	RN	NE	18 a 24	75,75
145	121440	Tocando um sonho em Santarém	Francisco Junior dos Santos Coelho	Santarém	PA	N	18 a 24	75,5
146	122132	"Contos, Cantos e Encantos Tapajônicos"	Mateus Waimer	Santarém	PA	N	18 a 24	75,5
147	122389	Um Jovem na Cultura Junina Cearense	Pedro Felipe Coelho da Silva	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	75,5
148	123085	Grupo Rafuagi	Rafael Diogo dos Santos	Esteio	RS	S	18 a 24	75,5
149	122980	O Segredo das Benzedeiras do Segredo	Antônio Edson Costa dos Reis	Capanema	PA	N	18 a 24	75,25
150	122148	Estruturação da Orquestra de violão As Violas do Meu Sertão	Jucimario Jeferson de Oliveira	Cruzeta	RN	NE	18 a 24	75
151	122751	CIB - Centro de Integração Borel	Thais Vieira da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	75
152	124089	Gangue das Bonecas - experiências de corpos marginais	Igor de Oliveira Silva	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	75
153	124146	Oficinas de Percussão Tradicional do Oeste Africano (Malinke)	Nanan da Silva Sousa Matos	Brasília	DF	CO	18 a 24	75
154	120826	Grupo de Danças Folclóricas Alemãs do Vale da Joaneta	Éderson Leandro Wickert	Nova Petrópolis	RS	S	18 a 24	74,75
155	123267	Orquestra Jovem	André Cesari Batista de Lima	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	74,75
156	120842	Biblioteca Cidadã Itinerante	Jeane de Jesus Anjos	Barrocas	BA	NE	18 a 24	74,75
157	123724	I Semana da Diversidade Sexual de Lavras: Política, arte e cultura LGBT	Thalles Martins Rodrigues	Lavras	MG	SE	18 a 24	74,75
158	123821	Grupo de Danças Afro-brasileiras Pérolas Negras	Danilo José dos Santos	Arapiraca	AL	NE	18 a 24	74,75
159	122769	Cinema do Porto	Fernanda Martins Felix	Porto Belo	SC	S	18 a 24	74,5
160	123054	Pescando Cultura	Heldo Marcio Matos Gonçalves	Pinheiro	MA	NE	18 a 24	74,5
161	123755	Grupo de Trabalho de Comunicação do Território de Identitade da Bacia do Jacuípe	Jorge Henrique Macedo de Almeida	Várzea da Roça	BA	NE	18 a 24	74,5
162	122375	Carapicuíba Battle 3ª edição	Chalana Oliveira Rocha Carneiro	Carapicuíba	SP	SE	18 a 24	74,25
163	123203	Som Braz (Batalha de Mc´s)	Willy Augusto da Cunha França	Belém	PA	N	18 a 24	74,25
164	123676	Diversidade Cine	Marcus Vinícius Abreu Elias	Niterói	RJ	SE	18 a 24	74,25
165	124144	Edição 6 do jornal Tabaré	Guilherme Dal Sasso	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	74,25
166	124677	Teatro Para Toda a Vida	Josiellington Silva Coelho	Rosário	MA	NE	18 a 24	74,25
167	124772	Projeto Viva a Escola	Ana Paula dos Santos Martins	Morro do Pilar	MG	SE	18 a 24	74,25
168	121974	Analógico Digital - A transformação em duas etapas	Iano Almeida Oliveira	Leopoldina	MG	SE	18 a 24	74
169	121983	Projeto Boca a Boca	Thiago Ferreira Gomes	Vitória	ES	SE	18 a 24	74
170	122556	Biblioteca Comunitária Veredas da Leitura	Maria Elcelane de Oliveira Linhares	Senador Pompeu	CE	NE	18 a 24	74
171	123078	Tareco e Mariola em Homenagem ao Centenário de Luiz Gonzaga	Juerlani da Silva dos Santos	Aracati	CE	NE	18 a 24	74
172	124027	Grande Xirê: expressões da cultura negra	Alane Silva da Conceição dos Santos	Cruz das Almas	BA	NE	18 a 24	74
173	120819	Tocando em Frente	José Ledivaldo Santos de Oliveira	Várzea do Poço	BA	NE	18 a 24	73,75
174	121875	No Palco Ruth de Souza	Lucila Clemente da Silva	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	73,75
175	121926	Invenção Popular	Diele Mendes Siqueira	Brasília	DF	CO	18 a 24	73,75
176	122512	Rádio Itinerante Cultural Raízes do Triunfo	Iago de Vargas Miranda	Viçosa	MG	SE	18 a 24	73,75
177	123378	Grupo Teatral Atos - A Paixão de Cristo	Mayck Djúnior Hartwig	Santa Maria de Jetibá	ES	SE	18 a 24	73,75
178	120773	1ª Oficina de produção de vídeo Etc	Mariana Candido Gabriel	Muqui	ES	SE	18 a 24	73,5
179	122562	Oficina de Percussão Kizambe	Sami Tarik Soares Martins	Parnamirim	RN	NE	18 a 24	73,5
180	122665	Vlog - Ele fala demais	Yago Mariano Pereira da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	73,5
181	123648	Viola Recortada	Bruno de Souza Sanches	Itapetininga	SP	SE	18 a 24	73,5
182	123699	Mutirão de Graffite	Pedro Henrique Silveira Pinheiro	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	73,5
183	124767	HIP HOP - Descobrindo Novos Talentos	Lindervan de Azevedo Ferreira	Santana	AP	N	18 a 24	73,5
184	124773	Série da Web TV - Piedade Berço do Samba, Terra de Bamba	Jocelino da Conceição Silva Júnior	Vitória	ES	SE	18 a 24	73,5
185	121869	Galpão da Cena: Mostra Arte Caseira	Antônio Danisneo Braga Gomes	Itapipoca	CE	NE	18 a 24	73,25
186	122779	Uma Odisséia Cultural	Jéfferson Radan Batista Rocha	Cuité	PB	NE	18 a 24	73,25
187	123133	Coletivo Batalho	Laura de Almeida Alves	Mariana	MG	SE	18 a 24	73,25
188	124597	DocTravas - A orientação sexual nos trilhos do subúrbio	Ítalo Rosário de Freitas	Salvador	BA	NE	18 a 24	73,25
189	121988	Meu Mundo Afro	Sabrina Soares Coelho	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	73
190	122167	Grupo de Teatro Arte e Vida	Rackel Cardoso Santos	Campina Grande	PB	NE	18 a 24	73
191	123632	Portal ProviSom	Alexandra Faustino Barbosa e Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	73
192	124807	Educação Artística e Social para Cidadania	Érica Fernanda Ramos da Silva	Aliança	PE	NE	18 a 24	73
193	122674	Um sorriso Negro	Edilene Cosmes de Oliveira	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	72,75
194	123221	Ciclo de Ecoartes	Nathalia Marsicano	Sapucaia do Sul	RS	S	18 a 24	72,75
195	124106	Companheiro da Galera	Vinicius Lima Massucato	São Paulo	SP	SE	18 a 24	72,75
196	121868	Fábrica Cultura Coletivo - Espaço Coletivo e Colaborativo	Victor Leal Pontes	Goiânia	GO	CO	18 a 24	72,5
197	121987	ArtEducando	Silvana Cesário Coelho	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	72,5
198	122400	Museu Audiovisual A Pé Pa Bica	Emias Oliveira da Costa	Tabuleiro do Norte	CE	NE	18 a 24	72,5
199	121006	Natal em Sesmaria	Vitor Hugo Barz Redmer	São Lourenço do Sul	RS	S	18 a 24	72,25
200	121217	Dropando na Comunidade	Mayara Costa Moura	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	72,25
201	123018	Festival Ufsctock 2011	Julia Pedrollo Albertoni	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	72
202	124666	Nucleo de Pesquisa Teatral Rascunho	Jose Raphael Brito dos Santos	São Luís	MA	NE	18 a 24	72
203	124890	Encontro Cultural e Tradicionalistas dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil	Douglas Roberto Mokfa	Não-Me-Toque	RS	S	18 a 24	71,75
204	121399	1° Encontro Regional da Juventude Campo e Cidade	Abimael de Oliveira de Jesus	Campo Erê	SC	S	18 a 24	71,5
205	123850	Vila das Artes	Joeslaine de Oliveira Sousa	Goiânia	GO	CO	18 a 24	71
206	121996	Material Didático Virtual Festas Afro-brasileiras - Coleção Itan-Adayan	Luciano Matricardi de Freitas Pinto	Londrina	PR	S	18 a 24	70,75
207	124675	Maravilhas do Xingu	Cely Kalynne Gil Nunes	Senador José Porfírio	PA	N	18 a 24	70,75
208	120858	Parada LGBT de Goianésia do Pará	Bruno da Silva Dutra	Goianésia do Pará	PA	N	18 a 24	70,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

209	120929	Blog Historiando, da Gaúcha Cachoeirinha para o Brasil.	Danieli dos Santos Brito	Cachoeirinha	RS	S	18 a 24	70,5
210	124705	Hip Hop Toma Conta sem Fronteiras	Francisco Leandro da Silva Santos	Sena Madureira	AC	N	18 a 24	70,5
211	122869	Grupo Cultural de Hip Hop Connection Crew	Robson Yuri Costa Conceição	Barcarena	PA	N	18 a 24	70,25
212	123375	Maratona Fotográfica da Cultura Italiana	Bruna Gorete Mazzonetto	Erechim	RS	S	18 a 24	70,25
213	124658	Boi - Bumba na Cultura de Promoção da Paz	Edgar Pereira dos Anjos	Belém	PA	N	18 a 24	70,25
214	122401	Grupo Boi do Rosário	Noel Carvalho	Pirenópolis	GO	CO	18 a 24	70
215	123087	Du Setor Produções Musicais	Lucia Maciel Lima	Belém	PA	N	18 a 24	70
216	123286	Carnaval o Ano Inteiro	Wenner Roger Franco	Anastácio	MS	CO	18 a 24	70
217	123739	Cine Arte - Salada Cultural	Luara Caiana Sousa e Silva	Chapada dos Guimarães	MT	CO	18 a 24	70
218	123892	Ações sociais e culturais através do Canto Coral	Rafael Lumi	Carlos Barbosa	RS	S	18 a 24	70
219	124805	Centro de Experimentação Artística Oi Nóiz Aki	Daniel Cordeiro Alves	Macapá	AP	N	18 a 24	70
220	122399	Oficina Hip Hop na Vicentina	Bruno William Santos da Rosa	São Leopoldo	RS	S	18 a 24	69,75

RELAÇÃO DOS SELECIONADOS - FAIXA ETÁRIA DE 25 A 29 ANOS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Média
1	121463	Providenciando a favor da Vida	Raquel da Gama Spinelli	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	99,5
2	121464	Coletivo Fitando Arte	Vanessa Cristina Carlos de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	97
3	122214	Projeto Reconstruindo uma História	Ueslei Carvalho Silva	Salvador	BA	NE	25 a 29	96,5
4	124212	Cultura Açoriana na cidade - resgatando e mantendo as raízes.	Valério dos Passos	Araquari	SC	S	25 A 29	96,5
5	124756	Festival de Arte e Cultura Negra de Chão de Estrelas	Adriano Carlos dos Santos	Recife	PE	NE	25 a 29	95,25
6	123347	Tradição Oral Digitalizada	Francine Cruz	Curitiba	PR	S	25 a 29	94,75
7	120883	Tricotando Palavras - A Arte de Contar Histórias	Ana Paula de Souza	São Bernardo do Campo	SP	SE	25 a 29	93,75
8	123374	Afojubá	João de Alencar Rêgo	Recife	PE	NE	25 a 29	93,75
9	124824	Coco da Coréia	Rafaela Gomes Vieira da Cunha	Recife	PE	NE	25 a 29	93,5
10	122199	Encontro Tradicional dos Jogos Indígenas	Bebo Kayapó	Redenção	PA	N	25 a 29	93,25
11	122219	Ação Griô - vivências e caminhadas pelo Cerrado	Fabíola R. Resende	Brasília	DF	CO	25 a 29	93,25
12	123742	Ponto de Cultura - Juventude em Movimento	Carla Emanuela Pinto Ramos	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	93
13	124835	Projeto Cordapes	Enio Marques Martins	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	92,5
14	123891	Combo Percussivo	Altamiza Melo Silva	Olinda	PE	NE	25 a 29	92,25
15	121833	Um Brinde	Renan Lélis Gomes	Nova Odessa	SP	SE	25 a 29	92
16	121053	A Arte de Pintar com o Colibri	David Ataíde Moraes	Belém	PA	N	25 a 29	91,75
17	122756	Duelo de Mc´s	Thiago Antônio Costa de Almeida	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	91,75
18	120892	Candomblé, Saúde e Axé	Gabriella Santana	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	91,25
19	123173	Ver Além	Fabiana Simões Temponi Machado	Governador Valadares	MG	SE	25 a 29	90,75
20	121928	"Charlatões mais sinceros do mundo"	André Luiz Soares Barreto	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	90,5
21	122918	Cantadores de Engenho	Aline Lúcia Vieira	Bombinhas	SC	S	25 a 29	90,5
22	124099	Produção Teatral em Pernambuco	Eliz Galvão da Silva	Camaragibe	PE	NE	25 A 29	90,5
23	124804	Pesquisa Teórica - Pratica Sobre a Cantoria de Boi de Mamão	Evanise Figueiredo de Oliveira	Florianópolis	SC	S	25 a 29	90,5
24	124734	Curso de Lutheria Nativoz da Amazonas	Jardel Costa da Silva	Rio Branco	AC	N	25 a 29	90,25
25	122753	Cineclubismo e Educação	Sebastião Maximiano Corrêa Genelhú	Caratinga	MG	SE	25 a 29	90,25
26	123011	Concursos Miss e Mister Tucuruí Gay	Elton Maik Baia Assunção	Tucuruí	PA	N	25 a 29	90
27	122385	Terreiro do Samba	Francisco Luis Teixeira dos Santos	Umari	CE	NE	25 a 29	89,75
28	124066	Diálogos sobre juventude, raça e etnia na cultura	Jaqueline Soares da Silva	Olinda	PE	NE	25 A 29	89,75
29	124660	Gambiarra é Comunicação	Adriano Jose da Silva Lima	Recife	PE	NE	25 a 29	89,75
30	122911	Mãe, To Indo! - Uma palhaça entre Mundos Miúdos	Genifir Gerhardt Siqueira Dimpério	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	89,5
31	123266	Núcleo Colaborativo de Produção e Moda	Afine Maida Menezes Batista	Paulista	PE	NE	25 a 29	89
32	123209	Lúden: A Mudança Para a Juventude da Periferia	José Valdomiro Marques da Anunciação	Recife	PE	NE	25 a 29	88,5
33	123077	Educação Patrimonial - Culturas do Brasil Central	Leandro Nery Fernandes	Barra do Garças	MT	CO	25 a 29	88,25
34	124168	No Passo do Giro: Os Ternos de Catopês de Bocaiúva	Jarbas Siqueira Ramos	Bocaiúva	MG	SE	25 A 29	88
35	120639	Cinema ParaTodos - Saúde, cultura e cidadania	Alessandro Bráulio Matos Fraga	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	87,75
36	120917	Tururu: Justiça, Paz e Vida	Andre Luiz Fidelis de Azevedo	Paulista	PE	NE	25 a 29	87,75
37	122221	Mutz Guia Colaborativo de Museus	Ana Paula Gaspar Gonçalves	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	87,75
38	122891	Ciranda Quilombola de Arte e Cultura Digital	Gustavo Guedes de Castro	Curitiba	PR	S	25 a 29	87,75
39	123086	Crias da Dança - Marajó em Movimento	Anamelia Barbosa Ribeiro	Soure	PA	N	25 a 29	87,75
40	123843	Feira da Terra	Layana Nogueira Teixeira	Nova Friburgo	RJ	SE	25 a 29	87,75
41	122984	Ervas de chá e culturas populares no Morro da Cruz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul	Alana Casagrande	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	87,5
42	123262	Teatro do Oprimido na Defesa dos Direitos Humanos	Eduano da Silva Santos	Paragominas	PA	N	25 a 29	87,5
43	121980	Educando com Capoeira	Paulo Maurício Oliveira Sobral	Salvador	BA	NE	25 A 29	87,25
44	123116	A voz do cariri no rádio	Francisco Aécio Gonçalves Diniz	Nova Olinda	CE	NE	25 a 29	87,25
45	124185	Vozes da Floresta - Vida e Música de um Povo da Amazônia	Thiago Carvalhaes Borba de Araujo	São Paulo	SP	SE	25 A 29	87,25
46	121989	III Tecendo Cultura - Teia de Cineclubes do Sertão	Roberto Schuster Lopes Barros	Senador Pompeu	CE	NE	25 a 29	86,5
47	123800	Juventude Incluída	Samira Soares Sá	Lençóis	BA	NE	25 a 29	86,5
48	120905	Boi de Janeiro e Nega Maluca de Maria Trovão	Marcus Vinícius Costa	Itaobim	MG	SE	25 a 29	86,25
49	121037	Cine Boca - Ampliação e Sustentabilidade	Amanda Lacerda Dumont Nunes	Governador Valadares	MG	SE	25 a 29	86,25
50	122566	Curta Saraus	David Alves da Silva	São Paulo	SP	SE	25 A 29	86,25
51	122967	Aldeia Cultural	Julia Grillo Botafogo	Silva Jardim	RJ	SE	25 a 29	86,25
52	123377	Formação de Professores e Instrutores de Capoeira dos Municípios de Juazeiro e Petrolina	Tânia Cristina da Silva	Juazeiro	BA	NE	25 a 29	86,25
53	122888	Hora de Brincar - Ação Cultural Lúdica com Crianças	Carmila Martins	Santa Rita	MA	NE	25 a 29	86
54	123182	Projeto Alvorada Pé Vermei	Gibran Muller Carvalho Lage	Santa Luzia	MG	SE	25 a 29	86
55	123888	Cia. Dançurbana	Marcos Flávio de Matos Bezerra	Campo Grande	MS	CO	25 a 29	86
56	122909	Salvaguarda do Patrimônio Cultural Indígena	Juliana Alves	Aquiraz	CE	NE	25 a 29	85,75
57	123238	Oficina de jogos teatrais lúdico-pedagógicos	Geison Fabiano Burgedurf de Ávila	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	85,75
58	123691	Jornal Juventude em Destaque	Jonathan Cardoso Artero	Novo Hamburgo	RS	S	25 a 29	85,75
59	120778	Conte Lá que eu Conto Cá	Alexandre Jorge Marinho Ribeiro	Araruama	RJ	SE	25 a 29	85,5
60	120918	Projeto Zumbi dos Palmares	Ana Rita Martins	Apiacás	MT	CO	25 a 29	85,5
61	121033	Biblioteca Brincante	Maria Silvia de Castro Andrade	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	85,5
62	121139	Festival Popular de Teatro de Fortaleza	Glaucia da Costa Saldanha	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	85,5
63	121480	Brincar na Mídia	Paula Lanza Barbosa	Nova Lima	MG	SE	25 a 29	85,5
64	123870	Capoeira para Todos	Frederico Henrique Cota Alves	Pedro Leopoldo	MG	SE	25 a 29	85,5
65	121014	Andarilha das Letras- Circulando a poesia	Dayanne Renata Temoteo da Silva	Brasília	DF	CO	25 a 29	85,25
66	121184	Arte Sustentável Pai d' égua	Reginaldo de Aviz dos Santos	Augusto Corrêa	PA	N	25 a 29	85,25
67	123293	1º Festival Feminino de Danças Urbanas (Break Dance) - Batom Battle	Fabiana Balduína Freitas Silva	Brasília	DF	CO	25 a 29	85,25
68	123829	Projeto: "Gestos que falam: diálogos entre Teatro e Educação."	Adriana de Moura Somacal	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	85,25
69	121931	Encontro Nacional de Graffiti Hall Of Fame	Pedro Felipe da Silva Ribeiro	Brasília	DF	CO	25 A 29	85
70	122857	Casa das Sementes Livres: Agroecologia, Cultura Digital e Saúde no Campo	Carlos Henrique Nicolau da Silva	Casimiro de Abreu	RJ	SE	25 a 29	85
71	123126	Reconhecimento e Valorização do Manejo Florestal, do Artesanato e da Cultura Kaingang na grande Porto Alegre	Guilherme Fuhr	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	85
72	124103	[Re] encontros com a Piedade	Fernanda de Castro Barbosa	Vitória	ES	SE	25 A 29	85
73	124847	Projeto: Capoeira Angola - Estudos e Práticas	Jorge Augusto Estevão Ferreira	Olinda	PE	NE	25 a 29	85
74	120638	Semeando Cultura	Érica Conceição Silva Lima	Natal	RN	NE	25 a 29	84,75
75	122907	O Cinema como uma Ferramenta de Formação	João Paulo Maropo	Nova Olinda	CE	NE	25 a 29	84,75
76	123162	Teatro rumo ao Profissionalismo	Elilete Macieira Trindade	Tucuruí	PA	N	25 a 29	84,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

77	123289	Projeto Re(Inventando) um Tempo.	Luiz Carlos Costa Sarto	Ouro Preto	MG	SE	25 a 29	84,75
78	123792	Cia. de Dança Corpo em Expressão	Márcia Rogéria Andrade Souza	Salvador	BA	NE	25 a 29	84,75
79	124875	Unidade de Economia Solidária - Sabores e Sonhos	Josiane de Abreu Machado de Souza	Alegre	ES	SE	25 a 29	84,75
80	122923	Projeto de Musica Meninos da Comandaroba	Marcelo dos Santos Barbosa	Laranjeiras	SE	NE	25 a 29	84,5
81	124717	Marabaixo Sangue Negro	Maurício Reis Maciel	Macapá	AP	N	25 a 29	84,5
82	121321	IU - Intervenções Urbanas: Iniciativa coletiva independente	Fagner Marcal da Fonseca	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	84,25
83	123059	Fuzuê - Teatro de Bonecos Pedagógico	Leandro Alves da Silva	Imperatriz	MA	NE	25 a 29	84,25
84	120891	Projeto Musiclarte	João Paulo de Araújo Cavalcante Oliveira	Nova Floresta	PB	NE	25 a 29	84
85	122217	Projeto Audiovisual da Irmandade dos Rosário	Renata Cristina do Rosário Lira	Ananindeua	PA	N	25 a 29	84
86	123050	Literatura Tátil: O mundo visto com as mãos	Janaína Mourão Freire	Goiânia	DF	CO	25 a 29	84
87	123852	Histórias Narradas e Cantadas	Luiz Carlos Lopes Dinuci	Contagem	MG	SE	25 a 29	84
88	124854	Projeto Traçando Raízes	Daniele dos Santos Miranda	Paragominas	PA	N	25 a 29	84
89	126329	Projeto Software Livre nas Aldeias	Renata Lourenço dos Santos	Olinda	PE	NE	25 a 29	84
90	121322	Projeto Boa Praça	Larissa Cruz Ferreira	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	83,75
91	122606	Projeto Erer (Educação das Relações Etnicorraciais)	Leandro Augusto Lima	Paulista	PE	NE	25 a 29	83,75
92	122900	Ministério de Teatro Anjohs	Cássio Maciel Almeida	Bocaiúva	MG	SE	25 a 29	83,75
93	123036	Contos e Recontos da Amazônia	Clemilsa Alves da Silva	Xapuri	AC	N	25 a 29	83,75
94	121481	CAC - Centro de Arte e Cultura	Joice Durello	Hortolândia	SP	SE	25 a 29	83,5
95	121910	Projeto Educamará	Marcos Vinicius da Cruz Andrade	Buriti do Tocantins	TO	N	25 A 29	83,5
96	122356	Jepiara em Cena	Cleice do Socorro Abreu Maciel	Belém	PA	N	25 A 29	83,5
97	122912	Cine Clube LGBTT - Arte de Amar	Socorro Monteiro da Silva	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	83,5
98	122938	Projeto Paz na Quebrada	Israel Batista de Moraes	Rio Branco	AC	N	25 a 29	83,5
99	124105	Parkou-ES	Marcelo Monteiro de Oliveira	Vitória	ES	SE	25 A 29	83,5
100	122642	Um Olhar Lúdico Sobre o Quintal	Charlon de Oliveira Cabral	Limoeiro	PE	NE	25 a 29	83,25
101	123853	Jornal de Chiador: comunitário de verdade	Rodrigo Galdino Ferreira	Juiz de Fora	MG	SE	25 a 29	83,25
102	124689	É Nóis Ki Tá Produções	Raphael Gustavo da Silva	Goiânia	GO	CO	25 a 29	83,25
103	124874	Vamos Rabecar: Oficina de Iniciação ao Ofício de Rabequeiro	Caio Vitor Gonzaga Padilha	Natal	RN	NE	25 a 29	83,25
104	120967	Novos Olhares - Perspektivwechsel: Para um mundo que agrade todos nós	Ligia Nicacio Santos	São Paulo	SP	SE	25 a 29	83
105	122862	Assessoria Cultural a Banda de Congo	Juliana Casotto Pirchiner	Vila Velha	ES	SE	25 a 29	83
106	123869	Projeto Novos Olhares	Nádia Barranco Mathias	Várzea Paulista	SP	SE	25 a 29	83
107	121127	Oficina de Cinema de Transformação	Vinicius Mantovani Contrera	São Paulo	SP	SE	25 a 29	82,75
108	121456	Levando a Luteria para um Brasil que Cresce	Marcus Vinícius Fachinetti Nascimento	João Neiva	ES	SE	25 a 29	82,75
109	122666	Projeto Fortalecendo a Cidadania através da Dança	Rafaela Souza Silva	Riachão do Jacuípe	BA	NE	25 a 29	82,75
110	123030	Ação educativa no museu indígena Kanindé	Suzenalson da Silva Santos	Aratuba	CE	NE	25 a 29	82,75
111	123090	O som das cores	Mirian Teresinha Zimmer Soares	São Leopoldo	RS	S	25 a 29	82,75
112	123875	Raízes Hip Hop	Ramon José Nunes da Silva	Macapá	AP	N	25 a 29	82,75
113	120854	Teatro no Calabar	Jose Jackson Silva	Salvador	BA	NE	25 a 29	82,5
114	122169	Cia. de Dança Chairô	Agnaldo dos Santos Bomfim	Pedro Canário	ES	SE	25 a 29	82,5
115	123195	Projeto AnDanças: Dançando a vida com muita arte	Sara Helena de Sousa Brito	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	82,5
116	123251	Cruzada Pela Paz Mundial	Loralaine Fernada Stanescon Batuli de Siqueira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	82,5
117	121439	Entre o Céu e a Favela	Cintia Roberta Coelho Santana	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	82,25
118	122115	Laboratório de Arte Pública/Liquidificador Sem Tampa	David Santos da Paz	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	82,25
119	122250	Paixão de Cristo - Entre a Cena e a Realidade	Ivanildo Vitoriano Teixeira	Senador Pompeu	CE	NE	25 a 29	82,25
120	122673	Projeto Terra em Cena	Edymara Diniz Costa	Cavalcante	GO	CO	25 a 29	82,25
121	121051	Festival Boys & Girls	Hanilton de Medeiros	São Paulo	SP	SE	25 a 29	82
122	122268	O Jovem Regente da Orquestra Unisol, música para todos na terra dos três climas	Gerson Samuel Furtado Rodrigues	Itapipoca	CE	NE	25 a 29	82
123	122624	Disposição Vulgar Para o Corpo como Paisagem	Jacob Alves Bezerra Junior	Teresina	PI	NE	25 a 29	82
124	123081	I CORSIN - Concurso de Redação do Sintab - Lagoa Seca	Dayane Muniz de Souza	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	82
125	123381	Peleando pela Inclusão	Elisiane da Silva Silveira	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	82
126	124870	Fazedores Culturais Alagoanos	Elvis dos Santos Pereira	Maceió	AL	NE	25 a 29	82
127	122939	Quadripoeira (Mistura de capoeira e quadrilha junina)	Fabiano Silva Moura	Arara	PB	NE	25 a 29	81,75
128	122947	Orquestra Musical - Barca Jazz Band - Circulação Musical	Telciano e Silva de Sousa	Barcarena	PA	N	25 a 29	81,75
129	123157	Grupo Pará folclórico tradições da terra	Cristiane do Socorro Costa da Silva	Belém	PA	N	25 a 29	81,75
130	124152	Leitura no Ponto.	Bárbara Gizelly Gonçalves dos Santos	Jaboatão dos Guararapes	PE	NE	25 A 29	81,75
131	120860	Na Rua Cypher	Diego Fabio Santos de Jesus	São João de Meriti	RJ	SE	25 a 29	81,5
132	121476	Projeto Círculo de Leitura - Estruturação da Brinquedoteca	Daniele Marques de Mesquita	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	81,5
133	121873	Aperfeiçoamento de Estética Audiovisual	Bruno Rafael Monteiro Moreira	Tauá	CE	NE	25 a 29	81,5
134	122570	Biblioteca Comunitária do Tambor	Williams Lima Cabral	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	81,5
135	123894	Mandinga na Floresta	Rodrigo de Almeida Braga	Belém	PA	N	25 a 29	81,5
136	120813	Oficinas de Danças Africanas e Danças Populares em Madureira	Rodrigo Silva Nunes	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	81,25
137	120855	Prêmio Cultural Ronald Golias	André Luiz Moura de Lima	São Carlos	SP	SE	25 a 29	81,25
138	121016	Grupo Liberarte: a arte libertando das grades	Monique Rodrigues de Carvalho	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	81,25
139	121085	Cotidiano Sensitivo: arte, meio ambiente e tecnologia.	Ricardo Borges Brazileiro	Recife	PE	NE	25 a 29	81,25
140	122877	Musicando	Cesar Augusto da Costa Mendonça	Casa Nova	BA	NE	25 a 29	81,25
141	123121	Jungle Kings - Campeonato de dança de rua individual	Kleberson dos Santos Gonçalves	Ananindeua	PA	N	25 a 29	81,25
142	123631	O Balé Conta Estórias...	Emanuelle Andrade de Paula	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	81,25
143	123737	Produto Tosco	Jefferson Cleber dos Santos Costa	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	81,25
144	121049	Projeto Breaking	Eder Mendes Devesa	Carapicuíba	SP	SE	25 a 29	81
145	124145	Rap e cultura periférica	Nina de Almeida Fideles	Taboão da Serra	SP	SE	25 A 29	81
146	120901	Rodando na Praça	Marcio Teixeira Lopes	Assis	SP	SE	25 a 29	80,75
147	121005	PintAmazônia	Alan Sousa Campos	Santarém	PA	N	25 a 29	80,75
148	122608	O Samba de Dona Dalva	Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento	Cachoeira	BA	NE	25 a 29	80,75
149	123225	LixoFonia - Reciclando com Ritmo	Fábio Januário dos Santos	Sertãozinho	SP	SE	25 a 29	80,75
150	124101	Meninos da Porteira	Marcos Vinícius de Moraes Terra	Itapetininga	SP	SE	25 A 29	80,75
151	124211	CriaSom Instituto Cultural	Leonar Barbosa Ferreira	Capelinha	MG	SE	25 A 29	80,75
152	124691	Nação Arco-Íris	Daniele Rodrigues da Costa	Rio Branco	AC	N	25 a 29	80,75
153	122632	Projeto Mandinga na Ribeira 2012	José Jones Rufino Cruz	Groaíras	CE	NE	25 a 29	80,5
154	123348	Cine Rua	José Nilson de Sousa Silva	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	80,5
155	120903	Grupo de Pesquisa e Prática Cinematográfica Kino-olho	João Paulo Miranda Maria	Rio Claro	SP	SE	25 a 29	80,25
156	121920	Teatro na Comunidade	Dilca Maria da Costa	Itaobim	MG	SE	25 A 29	80,25
157	121941	Teatro Colaborativo com os meninos e meninas da comunidade Alto da Sereia	Heyder Stephano de Oliveira Moura	Salvador	BA	NE	25 A 29	80,25
158	122585	DNA Urbano - Cultura de Rua	Adriano Soares Costa	Vitória	ES	SE	25 A 29	80,25
159	123276	Encontro Sertanejo de Cultura Popular	Tamara Soleanne da Silva Dantas	Poço de José de Moura	PB	NE	25 a 29	80,25
160	120817	Jornal Plástico Bolha	Lucas Viriato de Medeiros Machado Pinto de Souza	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	80
161	121183	Cultura nas Escolas	Juliana Nascimento dos Santos	Jequié	BA	NE	25 a 29	80
162	122692	O Pé Vermelho, Retomada da Festa Junina do Assentamento Bela Vista do Chibarro	Fabiana Francisca da Silva	Araraquara	SP	SE	25 a 29	80
163	124892	Festival Nacional de Teatro	Karina Batista da Silva	Floriano	PI	NE	25 A 29	80
164	120859	Capoeira Cipó de Ouro	Mabel Facchini Barse	Boca do Acre	AM	N	25 a 29	79,75
165	122777	Concertos para Poesia	Jailton Paim Natali Barcelos	Salvador	BA	NE	25 a 29	79,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

166	123334	Quintais Literários	Clenes Alves da Silva	Xapuri	AC	N	25 A 29	79,75
167	124852	3º Campeonato de Bboys Smbreaks	Jose Maria Ferreira da Silva	Sena Madureira	AC	N	25 a 29	79,75
168	122985	Capixabacult	Thiago Murad Sudré	Vitória	ES	SE	25 a 29	79,5
169	123299	Oficina de Construção Rítmica Pau e Lata	Elzo da Silva Santos	Natal	RN	NE	25 a 29	79,5
170	123651	Oficinas de música para jovens e crianças	Raumi Joaquim de Souza	Wagner	BA	NE	25 a 29	79,5
171	124165	Osicran Teatro: a formação e manutenção do teatro de grupo em Igarassu-PE	Eduardo Machado dos Santos	Igarassu	PE	NE	25 A 29	79,5
172	124820	Galope pelo Resgate Cultural	Wellington Feitoza Pinheiro	Pesqueira	PE	NE	25 a 29	79,5
173	120652	Palafita Card - Conexões Criativas e Solidárias	Heluana Quintas de Lima	Macapá	AP	N	25 a 29	79,25
174	120952	Memórias de uma ilha	Caio Henrique Cardial Camargo	São Paulo	SP	SE	25 a 29	79,25
175	121004	Tem Preto na Tela	Cleyton José da Silva	Olinda	PE	NE	25 a 29	79,25
176	121863	Conhecendo meu município: história e geografia de Farroupilha	Gabriele Galafassi	Farroupilha	RS	S	25 a 29	79,25
177	123149	Abrindo Janelas para o Futuro	Joana Dark Leite	Goiânia	GO	CO	25 a 29	79,25
178	124083	CineBairro	Taise Neves Possani	Catuípe	RS	S	25 A 29	79,25
179	124712	Redescobrindo a Historia oral da Comunidade Rural Caiçara e suas Relações de Importância em Questões Históricas, Políticas, Econômicas e Ambientais	Francielle Costacurta	Matinhos	PR	S	25 a 29	79,25
180	124869	Musical Cultural da Santa Cecília	Wanisse Elita da Silva	Marechal Deodoro	AL	NE	25 a 29	79,25
181	124759	Construindo Nossa Historia	Mateus Neri Almeida Sizilio	Montes Claros	MG	SE	25 a 29	79,25
182	120816	OURz	Conrado Zanotto	São Paulo	SP	SE	25 a 29	79
183	121800	Programa Tradição Cultura e Saúde	Aguinaldo Barbosa de França Júnior	Paulista	PE	NE	25 a 29	79
184	122394	Auto do Rosário	Suani Trindade Correa	Belém	PA	N	25 A 29	79
185	123255	Batan Integrando as Artes	Lenita de Siqueira Arêas	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	79
186	123666	Oficinas de Iniciação Musical da Orquestra Villa-Lobos	Keliezy Conceição Severo	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	79
187	124766	Samba no Pé e Direito na Cabeça	Carmela Grüne	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	79
188	120800	Espaço Autonomia	Maria Alesanda Rodrigues Lima	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	78,75
189	120839	Projeto Estruturação do Grupo Irmãos Capoeira	Francisco das Chagas Amador	São Tomé	RN	NE	25 a 29	78,75
190	121117	Projeto Vamos Fazer Arte	José Hélio Bezerra	Croatá	CE	NE	25 a 29	78,75
191	122116	Naturart: Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Socio-Ambiental e Cultural na Amazônia	Wildinei José de Jesus Assunção Lima	Belém	PA	N	25 a 29	78,75
192	122126	Projeto Dançar	Geisiane Cristina Aleixo	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	78,75
193	123210	A 7ª Arte Na Lagoa	Alex Reblim Braun	Afonso Cláudio	ES	SE	25 a 29	78,75
194	123703	Exposição de Arte Jovem: Fora da Mala	Pamela Amélia Gaino Galdino	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	78,75
195	124770	Evento Beleza Negra	Glaiciane Sampaio Mendes	Sabará	MG	SE	25 a 29	78,75
196	124816	Arte com Visão	Bianca Simãozinho Carvalho	Mesquita	RJ	SE	25 a 29	78,75
197	124940	De sons, cores e tradição: valorização e difusão da cultura caipira no interior paulista	Fernanda de Freitas Dias	Franca	SP	SE	25 a 29	78,75
198	122858	TV Cela	Luciana Rodrigues Lopez	Votorantim	SP	SE	25 a 29	78,5
199	122903	Em Busca da FeliCidadania	Renata Savian da Rosa	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	78,5
200	124075	Educação não tem cor Resgate da Africanidade em nós	Tiago Rocha Albuquerque	Fortaleza	CE	NE	25 A 29	78,5
201	121056	Liibra-Liga Internacional de Basquete de Rua	Priscila Pereira das Chagas	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	78,25
202	122614	Cavaquinho para Todos	Nelson Luis Ferreira Serra	Brasília	DF	CO	25 a 29	78,25
203	120781	Curso de cinema Ahoramágica	Luis Henrique Mioto	Londrina	PR	S	25 a 29	78
204	122715	Deficiência visual é uma barreira para quem não quer enxergar	Jussara Raquel Taborda de Ávila	Salgado Filho	PR	S	25 a 29	78
205	124872	Hip Hop na Saúde Mental e Transformação Social	Lucas Andrade Fonseca	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	78
206	123068	Ação Hip Hop	José Lidivan de Azevedo Ferreira	Santana	AP	N	25 a 29	77,75
207	123832	Arte e Cultura, além do lazer e da diversão.	Thiago Kunitz Daniel	Jaraguá do Sul	SC	S	25 a 29	77,25
208	122584	Associação Kranhmexti Kayapó	Banhire Kaiapó	Redenção	PA	N	25 a 29	77
209	123114	Carimbó Raízes Caboclas de Santarém	Bruno do Nascimento Pena	Santarém	PA	N	25 a 29	77
210	123674	Rappaz - Encontro Metropolitano de Cultura de Rua pela Paz	Elton Lucas Dognini	Colombo	PR	S	25 a 29	77
211	124722	Arrastão Cultural	Hélen da Silva Pinheiro	Macapá	AP	N	25 a 29	77

LISTA RESERVA - INICIATIVAS CLASSIFICADAS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Média
1	122259	Articulações Culturais na Cidade de Ouro Velho-PB	Flávio Junior Freitas Ferreira	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	78,25
2	124154	Cine Poty - Prazer te ver	Antonia Karla Bezerra Gomes	Crateús	CE	NE	25 A 29	78,25
3	122770	Companhia Ogum Ode	Ailson Barbosa da Silva	Recife	PE	NE	25 a 29	78
4	121398	Um vestido para Deméter	Isabel Cristina da Cunha Viana	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	77,75
5	122273	Projeto Conectados - Grupo de Comunicação Popular e Alternativa	Francisco Rones Costa Maciel	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	77,75
6	123667	Encontro intergeracional: dialogando sobre o feminismo negro	Lauana Nara Chantal de Castro	Contagem	MG	SE	25 a 29	77,75
7	120861	Grupo de Dança Boartes	Francisca Jozélia de Souza Paulino	Banabuiú	CE	NE	25 a 29	77,5
8	120947	Vamos Refletir Barbacena? - Loucura que Cria, Loucura que Cura	Frederico Furtado	Barbacena	MG	SE	25 a 29	77,5
9	121280	Os mestres e mestras do samba de roda	Luciana Maria de Lima Barreto	Santo Amaro	BA	NE	25 a 29	77,5
10	120815	Mostra de Cinema de animação Animapaulista	Marco Aurélio Machado Nunes	Paulista	PE	NE	25 a 29	77,25
11	121840	GAS - Grupo Arte Social	Patrícia Beatriz Barros Gaspar	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	77,25
12	122355	GrafitiCidade	Edenisio da Silva Oliveira	Fortaleza	CE	NE	25 A 29	77,25
13	123749	Projeto AfroArte: saúde, cultura e cidadania	Alberto Mesaque Martins	Santa Luzia	MG	SE	25 a 29	77,25
14	124087	Projeto Desassossego	Jorge Peloso de Azevedo	São Paulo	SP	SE	25 A 29	77,25
15	120626	Projeto Chama Cultural	Renata Estevam de Brito	Patos de Minas	MG	SE	25 a 29	77
16	120856	Da Quebrada Pra Estrada	Guilherme Fioravante Salgado	São Paulo	SP	SE	25 a 29	77
17	120804	"Ressurgindo das águas - 2012"	Tatiane da Cruz Cavalcante Lustoza	São Paulo	SP	SE	25 a 29	76,75
18	120944	Blog Durap DF, blog sobre a cultura Hip Hop do DF e entorno, feito por mulheres amantes da cultura	Lorena Carmo de Sousa	Brasília	DF	CO	25 a 29	76,75
19	122601	Chorinho no Coreto	Wellington Guimarães Gama	Uberlândia	MG	SE	25 a 29	76,75
20	122964	Cultura Ambiental	José Carlos Lima	Maracanaú	CE	NE	25 a 29	76,75
21	123095	Cia. de Artes Parafolcloricas Pássaros da Terra	Heberton dos Santos	Abaetetuba	PA	N	25 a 29	76,75
22	123658	Grupo Libração	Manoella Carolina Rego	Joinville	SC	S	25 a 29	76,75
23	123705	Hip Hop Itinerante	Everton Luis Martins Alvarenga	Pouso Alegre	MG	SE	25 a 29	76,75
24	120650	"O Grito Krajcberg"	Renata Rocha Silva	Salvador	BA	NE	25 a 29	76,5
25	120911	Santa Rock - Um Grito Pela Vida	Adan Henrique de Carvalho Reis	Brasília	DF	CO	25 a 29	76,5
26	121860	Meio Desligado: música independente brasileira	Marcelo Augusto Santiago	Sabará	MG	SE	25 a 29	76,5
27	122894	Coletivo Cultural Poesia na Brasa: Literatura, Expressão, Reflexão e Transformação	Sidnei das Neves Silva Junior	São Paulo	SP	SE	25 a 29	76,5
28	123105	Fortalecimento e manutenção da Cultura dos Bacamarteiros	Janduir João dos Santos	Riacho das Almas	PE	NE	25 a 29	76,5
29	123300	Festival de Teatro Infantil do Ceará - TIC	Emidio Sanderson Dias Sá	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	76,5
30	123883	Exposição Artistica - O Vaqueiro e o Couro	Nagela Natasha Lopes Evangelista	Quixadá	CE	NE	25 a 29	76,5
31	124077	Turucutá Batucada Coletiva Independente	Vinicius da Silva Pellenz	Porto Alegre	RS	S	25 A 29	76,5
32	120805	Cine Chega Mais	Fabrício Machado Ramos	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	76,25
33	120898	Orquestra de Violões da Fundação Nelito Câmara	Jardel Vinicius Tartari	Campo Grande	MS	CO	25 a 29	76,25
34	120989	Lona na Lua	José Carlos Gomes Novais Junior	Rio Bonito	RJ	SE	25 a 29	76,25
35	121034	Companhia de Dança Swing Axé	Francisco Cleber Rodrigues Silva	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	76,25
36	121373	Tarja Real Original Reggae	Claudia Jorgina Araújo da Costa	Duque de Caxias	RJ	SE	25 a 29	76,25
37	122880	Multirão Hip Hop Solidário e Ensaio Coletivo	Glauber Rabelo Santana	Brasília	DF	CO	25 a 29	76,25
38	123235	Revista e site Reticências... crítica de arte	José Alves Pimenta Júnior	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	76,25
39	124769	Últimos Refúgios	Yuri Salvador Moraes	Vitória	ES	SE	25 a 29	76,25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

40	124857	Leitura no Ponto - Fomento à Leitura e Formação para Cidadania	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	Jaboatão dos Guararapes	PE	NE	25 a 29	76,25
41	124863	Projeto Esperança	Joana Laurithania Batista da Silva	São Domingos	BA	NE	25 a 29	76,25
42	123815	Wadaiko - Tambores Japoneses	Bruno Yuji Yamamoto	São Paulo	SP	SE	25 a 29	76
43	120797	Arte (Chave de Sucesso)	Marcos Rodrigo Neves	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	76
44	121109	Raquel de Queiroz - na Vida e na Arte	João Paulo da Silva Cosmo	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	76
45	121908	Oficina de Criação Coreográfica sugerida a partir de experimentos com Iluminação	Flaviana Xavier Antunes Sampaio	Salvador	BA	NE	25 A 29	76
46	122919	Projeto Meio Ambiente	Antonio Adriano Sales de Castro	Maracanaú	CE	NE	25 a 29	76
47	123714	Imagens em Movimento	Ana Dillon Nunes	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	76
48	124775	Amfla - Desenvolvimento pela Organização Social	Fabio de Souza Silva	Alegre	ES	SE	25 a 29	76
49	124856	Ponte Plural	Luiza Alves Bittencourt Coelho	Niterói	RJ	SE	25 a 29	76
50	120810	Boutique Caipira - Vitrine On-line	Huggo Michael Ulisses Ferreira	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	75,75
51	120852	Donna Lolla - Conexão Musical	Rafael Vieira Bragança	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	75,75
52	122001	Tendências Urbanas	João Rafael Lopes	Sabará	MG	SE	25 a 29	75,75
53	122129	Gastronomia moderna com sabores da culinária popular	Dennis Marques da Silva	Novo Oriente	CE	NE	25 a 29	75,75
54	123165	Artesanato é Qualidade de Vida	Rosa Pereira de Matos	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	75,75
55	123249	Projeto Santo Antônio de Música	Josevaldo de Almeida SIlva	Conceição do Coité	BA	NE	25 a 29	75,75
56	123362	Música Muda o Mundo	Adelitta Monteiro Nunes	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	75,75
57	124153	Graffiti Relacional	Warley Fabiano Santos	Belo Horizonte	MG	SE	25 A 29	75,75
58	120867	Mídias Móveis: Oficinas Audiovisuais	Janaína Sibelle Silva Santos	Bezerros	PE	NE	25 a 29	75,5
59	121123	Ecolápis e Pincel na Mão	Edilson Aureliano dos Santos	Currais Novos	RN	NE	25 a 29	75,5
60	122607	Projeto Flauta Encantada	Francisco de Assis Ferreira	Bacabal	MA	NE	25 a 29	75,5
61	122952	Mosaicos da Ilha de Itaparica	Gabriel Magnavita Fernandes Dias	Salvador	BA	NE	25 a 29	75,5
62	123074	Projeto Dança Ruy Alencar	Wilson Tavares de Souza Junior	Manaus	AM	N	25 a 29	75,5
63	123718	Formação em Informática para jovens da Zona rural	Francisco Everaldo Rodrigues Cardoso	Canindé	CE	NE	25 a 29	75,5
64	124776	Cantos e Encantos	Juliana Nascimento da Silva	Pinheiros	ES	SE	25 a 29	75,5
65	124850	O povo conta	Monique Sobral Delamare de Boutteville	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	75,5
66	120857	Circuito Teatral: Ruas, Espaços e Praças	João Alexandre Moura Oliveira	Poços de Caldas	MG	SE	25 a 29	75,25
67	120990	Encontro de Malabares	Mayron Engel Rosa Santos	Uberaba	MG	SE	25 a 29	75,25
68	122260	Prêmio Paraná Hip Hop	Michael Puquevis Ando	Curitiba	PR	S	25 a 29	75,25
69	122736	Oficinas de Formação, Mapeamento e Documentação da Cultura Popular	Elizama do Livramento Cardoso	Natal	RN	NE	25 a 29	75,25
70	123052	Graffiti que mexe é Graffiti que Toca	Agner Simões Rebouças	São Paulo	SP	SE	25 a 29	75,25
71	124121	Pesquisa Visagens Digitais nas Artes Amazonenses (2000-2010)	Sávio Luis Stoco	Manaus	AM	N	25 A 29	75,25
72	124667	Comigo não Violão	Keila Ferreira Moreira dos Santos	Macapá	AP	N	25 a 29	75,25
73	120926	Espaço Ilha da Cultura	Leandro Augusto de Andrade	Guaranésia	MG	SE	25 a 29	75
74	121120	Projeto Novos Brincantes	Janaina Santos de Oliveira	Igarassu	PE	NE	25 a 29	75
75	122292	Contos e encantos	Antônio Carlos da Silva Felix	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	75
76	123146	Espetáculo: Trilhas da Amazônia	Tiago de Almeida Ferreira	Belém	PA	N	25 a 29	75
77	123176	Ser Criança - O Julgamento do Lobo Mau	Thyeslen Reis Barbosa	Brasília	DF	CO	25 a 29	75
78	123646	Contação de histórias: sabedoria popular e identidade cultural do campo	Marciane Aparecida Costa Silva Pereira	Janaúba	MG	SE	25 a 29	75
79	124082	O dia em que a terra tremeu	João Batista de Araújo Sousa	Codó	MA	NE	25 A 29	75
80	124839	Um poema em cada árvore	Andréia Rodrigues de Carvalho	Governador Valadares	MG	SE	25 a 29	75
81	124843	Sonho de uma noite de verão	Danielson Santos da Silva	Santo Antônio do Tauá	PA	N	25 a 29	75
82	120840	Saberes e Fazeres na Capoeira Angola: Autonomia no Jogo de Muleekes	Sara Abreu da Mata Machado	Salvador	BA	NE	25 a 29	74,75
83	120791	Terra Firme em Mar Aberto 2	Adônis Nascimento de Sousa	Belém	PA	N	25 a 29	74,75
84	121124	Ludicidade e Prática das Formas	Márcia Silva de Abreu	Bacabal	MA	NE	25 a 29	74,75
85	121220	Circo Tánoar - Projeto Tá no Circo	Euler Batista da Silva	Sabará	MG	SE	25 a 29	74,75
86	123193	Revista Menisqüência!	Luiz Flávio Alves de Lima	São Paulo	SP	SE	25 a 29	74,75
87	123215	Projeto Livro de Rua	Romeica Barbosa de Moreira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	74,75
88	123871	Estante Pública	Aron Krause Litvin	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	74,75
89	121930	Oficina de Arte -educação - Produção alternativa	Mario Jorge Pereira dos Santos Junior	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	74,5
90	122711	O Teatro Especial em Cena: Uma Vivencia Pedagógica	Ana Claudia Pinheiro Dias	Campo Grande	MS	CO	25 a 29	74,5
91	123080	Ações Culturais em Itatiaia	Wilton Fernandes Guimarães	Ouro Branco	MG	SE	25 a 29	74,5
92	124202	H2M - Hip Hop em Movimento	Cintia Mara Pereira da Costa	Sete Lagoas	MG	SE	25 A 29	74,5
93	122480	Lembrança do Sertão - Forro e Poesia	Magno de Oliveira Duarte	São Paulo	SP	SE	25 a 29	74,25
94	122887	Oficina de Comunicação para Web Rádios e Comunitárias	Denise Cristina dos Santos Moraes	Belém	PA	N	25 a 29	74,25
95	123351	Essa Noite Entraremos na Sua Casa	Suelen Tompson Souza	Lagoa Santa	MG	SE	25 a 29	74,25
96	120646	Resgate da Memória Circense	Maria Cristiane de Sousa Pires	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	74
97	122925	Aprender Para Crescer	André Luiz Paz Rublesque	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	74
98	123359	Contribuindo com a cultura, fazendo minha parte	Alessandra de Oliveira Silva	Paula Cândido	MG	SE	25 a 29	74
99	123823	Coletivo Desclassificados	Auta Jeane da Silva Azevedo	Paulista	PE	NE	25 a 29	74
100	121111	Musicalidade Afropercussiva Florestal	Pedro de França Rocha	Salvador	BA	NE	25 a 29	73,75
101	121400	Cursos e oficinas Reciclarte	Sara Eliza da Silva Lima	Boa Esperança	MG	SE	25 a 29	73,75
102	121438	Recados - Memória das relações entre a Comunidade e o Patrimônio	Patrícia Freire de Almeida	São Paulo	SP	SE	25 a 29	73,75
103	122018	Dança Jovem	Amanda Lopes Veloso	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	73,75
104	122893	A Deriva Metrópole São Paulo	Milene Valentir Ugliara	São Paulo	SP	SE	25 a 29	73,75
105	123410	Cine na Praça	Vanessa Almeida da Silva	São João de Meriti	RJ	SE	25 a 29	73,75
106	123627	Comunicação Compartilhada do Festival de Cultura	Michele Caroline Torinelli	Curitiba	PR	S	25 a 29	73,75
107	123659	Projeto Unidos Pela Dança - UFD Crew	Christiano dos Santos	São José do Rio Pardo	SP	SE	25 a 29	73,75
108	123938	Projeto Cultural da Oficina de Produção Cultural	Leonardo Figueiredo Costa	Salvador	BA	NE	25 a 29	73,75
109	124025	Mostra Itinerante Pré-FAM 2011	Marilha Naccari Santos	Florianópolis	SC	S	25 A 29	73,75
110	124861	Teatro em forma de cordel	Caroline Daiane Araújo de Oliveira	Betim	MG	SE	25 a 29	73,75
111	120909	Grupo Teatral Severinos de Vassouras	Adelino Mattos de Almeida Junior	Vassouras	RJ	SE	25 a 29	73,5
112	122014	Audivisual Construindo Identidade	Edcarlos Holanda Silva	Pindoretama	CE	NE	25 a 29	73,5
113	122518	Escambo Cultural	Leandro Leal Silva Cabral	Paulista	PE	NE	25 A 29	73,5
114	122886	Projeto Percussivamente	Thiago Barbosa da Silva	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	73,5
115	123882	Desvenda - Feira de Arte Contemporânea	Ananda Zingano Kuhn	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	73,5
116	121984	Preservação e resgate da memória dos discos de vinil, através da arte de tocar discos	David Bezerra da Silva	João Pessoa	PB	NE	25 A 29	73,25
117	122082	1ª Festival de Toada do Ananin Dance	Kleberson Pantoja Maués	Belém	PA	N	25 a 29	73,25
118	122832	Marabreak Session	Vinicius da Silva Sampaio	São Luís	MA	NE	25 a 29	73,25
119	123130	Casa de Teatro Dona Zefinha	Paulo Orlando Leal Martins	Itapipoca	CE	NE	25 a 29	73,25
120	123365	Resgate e Preservação da Raiz do Povo Xavante	Vanderlei Bururewadi Wadzerepruwe	Barra do Garças	MT	CO	25 a 29	73,25
121	123825	Frente 3 de Fevereiro	Felipe Teixeira Gonçalves	São Paulo	SP	SE	25 a 29	73,25
122	124813	Pintando o Nariz!	Talita de Oliveira Vaz	Nova Lima	MG	SE	25 a 29	73,25
123	120963	Rede de Encontros	Isabela Castilhos dos Reis	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	73
124	122602	Cordão de São Gonçalo do Trabalhador	Idalina de Jesus de Souza da Conceição	Humberto de Campos	MA	NE	25 a 29	73
125	123344	Cultura Digital em Movimento	José Balbino de Santana Junior	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	73
126	124747	Teatrinhos Elétricos Itinerantes	José Sena da Silva Filho	Belém	PA	N	25 a 29	73
127	124785	Orquestra de Acordeon de Brusque	Bruno Moritz Neto	Brusque	SC	S	25 a 29	73
128	120643	O Vestido	Juliana Ferreira Pinto	Pacatuba	CE	NE	25 a 29	72,75
129	120798	Web TV Periferia em Ação	Hugo Rafael Belarmino da Silva	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	72,75
130	122249	Bons ventos sempre chegam	Luana Lanzana Pinto Benedito	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	72,75
131	122384	Voz do Morro	Cristiano Lopes Cabral	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	72,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

132	122759	Prosa e Segredo... Histórias de Comunidades do Campo	Michelly Dominiq Neves de Araújo	Campo Grande	MS	CO	25 a 29	72,75
133	122809	Projeto Doce Melodia	Maiara Gouveia de Sousa	Ananás	TO	N	25 A 29	72,75
134	122870	Projeto Dança Movimento Contínuo	Caroline Nicacio da Rocha	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72,75
135	123655	TransvençãoLAB - um laboratório para reinventar a cidade	Daniel Muller Caminha	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	72,75
136	123690	Centro de Cultura LGBT de Niterói	Felipe Ribeiro de Carvalho	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	72,75
137	123848	Revista 400ML	Thiago de Macedo Lima	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	72,75
138	122564	Encontro de Hip Hop e Saúde: O protagonismo feminino na luta contra AIDS	Tatiane Oliveira Ferraz	Guaratinguetá	SP	SE	18 a 24	72,5
139	124800	Mostra Artística Cabaré do Verbo	Cristiane Mota Cubas	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	72,5
140	121479	Projeto Vitrines do MASP / Metrô de São Paulo	Luiz Renato Montone Pera	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72,5
141	120767	Aphasia - Cinema Independente e Coletivo	Cainan Baladez Martins da Silva	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72,5
142	121856	Maracatu Vozes da África	Claudemi Pereira dos Santos	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	72,5
143	122053	Integração Cultural	Alex Duarte da Silva	Floresta do Araguaia	PA	N	25 a 29	72,5
144	123020	Oficina Itinerante de Estreet Dance Clássico	Julio Cesar Oliveira de Oliveira	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	72,5
145	123025	Por que Cantamos	Nádia Moreira Campos	Betim	MG	SE	25 a 29	72,5
146	123826	Mitologias Amazônias	Polyane de Castro Amaral Feio	Belém	PA	N	25 a 29	72,5
147	123893	Projeto Novos Horizontes	Michel Cabral Pacheco	Petrópolis	RJ	SE	25 a 29	72,5
148	124096	Brincando de Grafitar	Leandro Ferreira dos Santos	Hortolândia	SP	SE	25 A 29	72,5
149	124765	Pague Quanto Puder, ou Quanto sua Consciência Mandar!!!	Sabrina Zahara Polezze	Macapá	AP	N	25 a 29	72,5
150	122261	Xequerê	George Jefferson do Nascimento Silva	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	72,25
151	120776	Coletivo Pegada	Lucas de Ávila Carvalho Fleury Mortimer	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	72,25
152	120806	Programa Audiovisual Funk TV	Thais Dayane da Silva	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72,25
153	120888	Cine Cururu	Edinaldo Felipe de Sousa	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	72,25
154	122378	Diálogos entre saberes populares e científicos mediados por alunos da rede pública de ensino	Débora Berté	Porto Alegre	RS	S	25 A 29	72,25
155	122670	Carnaval Bailando na Cidade	Renato Alves Pereira	Diadema	SP	SE	25 a 29	72,25
156	122842	Projeto Arte na Palha: Inclusão Social Sustentável	Marcio Pereira Guilhermon	Vilhena	RO	N	25 a 29	72,25
157	123039	Reggart - I Mostra da Cultura Reggae no Ceará	Ivy Ariane Teixeira Rafael	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	72,25
158	124745	SOS Brasil	Bruno Sampaio Laurenio	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	72,25
159	124866	O Menelick 2º Ato - Afrobrasilidades & Afins	José Nabor do Amaral Júnior	São Caetano do Sul	SP	SE	25 a 29	72,25
160	122225	Agente Jovem de Cultura - Asfixia Social - Da Rua pra Rua	Erik Filipe Vidal	São Bernardo do Campo	SP	SE	18 a 24	72
161	121946	AfroCulturando	Cléssio Martins Batista	Porto Nacional	TO	N	25 A 29	72
162	120833	Em Cada Praça Uma História!	Flávia Cavalcante Tavares	Maracanaú	CE	NE	25 a 29	72
163	120940	Fotografe SP	Elias Ferreira Gomes Junior	São Paulo	SP	SE	25 a 29	72
164	123101	Palha, História Viva	Poliana Samara dos Santos Soares	Petrolândia	PE	NE	25 a 29	72
165	123846	Projeto Escola - Teatro na Aula	Ruy Penalva Guimarães Neto	Ilhéus	BA	NE	25 a 29	72
166	124760	Visão Cultural	Daniel de Sousa Oliveira	Capinzal do Norte	MA	NE	25 a 29	72
167	121122	Grupo Teatral Doidinhos Por Teatro	Leozana de Sousa Holanda	Santana do Acaraú	CE	NE	18 a 24	71,75
168	122830	A realidade em movimento - Projeto Educativo	Jaqueline Lima Pereira	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	71,75
169	121015	Documentário: Salto no Vazio & Oficinas de Formação	Carolina de Araújo	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	71,75
170	122510	Mostra e pesquisas fotográfica O Negro em Movimento RS	Jamaica Santarém Prates	Viamão	RS	S	25 A 29	71,75
171	122612	Mibã - I Encontro dos Pajés Huni Kuin do rio Jordão	Luiza Brettas Barro	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	71,75
172	124721	Revista do Vídeo Popular - Publicação dos N° 6 e 7	Wilq Vicente dos Santos	São Paulo	SP	SE	25 a 29	71,75
173	121018	1º Concurso Fotográfico da Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu	Adonis de Paula Muniz	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	71,5
174	121041	Espetáculo Pra que serve a escola?	Fernanda Gomes da Rocha	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	71,5
175	123252	Da CDD para o Mundo	Layla Duarte Barbosa	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	71,5
176	124097	Projeto Acontece na Rua	Diego Marques Correia	Niterói	RJ	SE	18 a 24	71,5
177	124867	Multiplicando Pensamento	Alexandro Lopes dos Santos	Recife	PE	NE	18 a 24	71,5
178	121030	Música e Cidadania musicoterapia com jovens	Ludmila Anjos de Souza	Salvador	BA	NE	25 a 29	71,5
179	121044	South Brothers Crew	Raphael Fernandes de Souza	Curitiba	PR	S	25 a 29	71,5
180	122358	Cine de Buteco - Cineclube, Sarau Cultural, Feira Literária	Henrique Lúcio dos Santos	Niterói	RJ	SE	25 a 29	71,5
181	123118	Elegia ao violão nos Centros Culturais	Ricardo Marçal de Souza e Silva	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	71,5
182	124690	Campeonato de dança de rua sem fome bboys Estilo de Belém	João Airton Oliveira do Nascimento	Belém	PA	N	25 a 29	71,5
183	124751	Punga de Raiz	Leandro Maramaldo das Chagas	Morros	MA	NE	25 a 29	71,5
184	121455	PHOC de Teatro - Curso de Iniciação Teatral	Jones Oliveira Mota	Camaçari	BA	NE	18 a 24	71,25
185	124687	Quinta Xirê - Encontros de Paz e Convivência Solidária	Larissa Gabrielle Bomfim Ribeiro	Feira de Santana	BA	NE	18 a 24	71,25
186	120634	Carolineando - Olhares e leituras sobre Carolina Maria de Jesus	Paola Diniz Prandini	São Paulo	SP	SE	25 a 29	71,25
187	122207	Circuito Compartilhado de Artes Visuais	Francisco Anderson Morais Ares	Sobral	CE	NE	25 a 29	71,25
188	124818	Projeto 1º Intercâmbio Cultural Rio Grande do Sul x Ceará	Francisco Álvaro Silva de Quadros	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	71,25
189	121877	Olhares Daqui Pra nos	Francisco Elvis Alves Rocha	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	71
190	122765	424 Festival	Júlia Braga	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	71
191	124859	Viva a cultura Capoeira	Patrícia Rosália Mendes de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	71
192	120787	Antônio Dias Berço do Vale do Aço - Histórias contadas por seus moradores	Marcone Souza Alvarenga	Ipatinga	MG	SE	25 a 29	71
193	121138	Festival de Artes das Escolas de Assentamento do Paraná	Sandra Morena Güez e Silva Nonato	Curitiba	PR	S	25 a 29	71
194	122913	7ª Bienal da UNE: Brasil no Estandarte o Samba é Meu Combate	Fellipe Redó Garcia Leite	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	71
195	123135	Canegrada Unificada Pelo fim da Violência	Priscila Ferreira Romio	São Paulo	SP	SE	25 a 29	71
196	123657	Trupe da Alegria: formação de professores da Educação Infantil à linguagem teatral	Diego de Medeiros Pereira	Florianópolis	SC	S	25 a 29	71
197	123680	Pneu: Um novo rumo	Tatiane Faouzat Wehbe	São Leopoldo	RS	S	25 a 29	71
198	123833	Exposição Ação e Asserção	André Magnago Alves	Vila Velha	ES	SE	25 a 29	71
199	122546	Double conception	Edvan Vieira Mendes da Costa	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	71
200	120774	A divulgação da Cerâmica em Cunha e da técnica Raku	Isac Tadeu de Oliveira	Cunha	SP	SE	18 a 24	70,75
201	121857	O Miraculoso - jornal alternativo	Paloma Amorim da Silva	Brasília	DF	CO	25 a 29	70,75
202	121985	Congada da Dona Luzia - Não Deixe A Congada Morrer	Rodolpho Desiderá Pinotti	São José dos Campos	SP	SE	25 a 29	70,75
203	122745	Movimento Black Point Music	Janaina Vieira Poubel	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	70,75
204	122926	Teatro no Quilombo!	Jacilene Coutinho Bonfim	Valença	BA	NE	25 a 29	70,75
205	122987	Crianças Virtuais	Jeferson Fernando Telles	São José do Rio Preto	SP	SE	25 a 29	70,75
206	123301	"A coisa ta Preta!" I mostra de filmes africanos e de suas diásporas	João Gabriel do Nascimento	Uberlândia	MG	SE	25 a 29	70,75
207	123383	Quadrilha Junina Corta Fogo	Valdemir da Silva	Nossa Senhora de Nazaré	PI	NE	25 a 29	70,75
208	123650	Grupo de Seresta Estrela Matutina	Rodrigo Scalia Fernandes	Uberlândia	MG	SE	25 a 29	70,75
209	120811	Festival de Leituras Dramáticas Capixabas	Luiz Carlos Cardoso Suzano Junior	Cachoeiro de Itapemirim	ES	SE	18 a 24	70,5
210	122881	Boca do Rap (Festival Hip Hop)	Erivaldo Silva e Silva Alencar	Salvador	BA	NE	18 a 24	70,5
211	124891	Mostra de Cinema de Florânia	Maria das Graças Silva	Natal	RN	NE	18 a 24	70,5
212	120988	As Cores e os Tambores de um Território de Paz	Jair Soares de Sousa	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	70,5
213	121982	Bar Cultural	Jorge Alberto Fernandes de Oliveira	São João de Meriti	RJ	SE	25 A 29	70,5
214	123017	Atelier Subterrânea	Lilian Maus Junqueira	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	70,5
215	123100	Espetáculo Negreiros 2	Leandro Rocha de Sousa	Salvador	BA	NE	25 a 29	70,5
216	123856	Encontro de Cheganças da Bahia	Aderivaldo Moreira do Rosário	Saubara	BA	NE	25 a 29	70,5
217	124840	Bumba Boi na Terceira Idade	Thiago Ribeiro Moreira	Guimarães	MA	NE	18 a 24	70,25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

218	124895	Projeto Mãos Abençoadas dos Lençóis	Jhony Silva Ferreira	Pedreiras	MA	NE	18 a 24	70,25
219	121939	Espetáculo Cinco Contra Um	Marcos Eudes da Silva Moreira	Lauro de Freitas	BA	NE	25 A 29	70,25
220	121997	Noites de Verão	Jeferson Luiz da Silva	Cachoeirinha	RS	S	25 A 29	70,25
221	122391	Grupo de RAP Vida Noturna	Joenilson Oliveira Almeida	Belém	PA	N	25 a 29	70,25
222	122820	Departamento Tropical	Walter Gamarano Lara	Santa Luzia	MG	SE	25 A 29	70,25
223	122844	SincroniCidade	Grupo Passos para Luz - Marina Mota	Belém	PA	N	25 A 29	70,25
224	123197	Boca de Lixeira	Leandro Tomaz da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	70,25
225	123809	Comunicação: Um direito humano	Pedro Andrade Caribé	Salvador	BA	NE	25 a 29	70,25
226	124022	Mutirão de Graffiti de São Carlos	Ana Paula Meibach	São Carlos	SP	SE	25 A 29	70,25
227	124159	Curta no Botequim	Alessandra Schimite da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	70,25
228	124589	Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões	Alisson Fernando Pereira Rocha	Floriano	PI	NE	25 a 29	70,25
229	124758	Capoeirando na Escola	Alexandre Sousa Correa	Santarém	PA	N	25 a 29	70,25
230	120769	Projeto Dançarte	Aline Debossan Velozo	Nova Friburgo	RJ	SE	18 a 24	70
231	120828	Produções Comunitárias -Voluntárias	Antonio Dimas Pinto Alves	Santa Quitéria	CE	NE	18 a 24	70
232	122699	Tradição e Cultura Geracional	Regilene de Jesus Matos	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	70
233	123053	Redes de Bilro: Tradição e Transformação em Agulhas e Fios	Udalarmes de Jesus Matos	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	70
234	123127	Projeto Erê e Vida	Leidiane Alves de Freitas	Salvador	BA	NE	18 a 24	70
235	124729	Mão de Barro	Erica Reis de Castro	São Luís	MA	NE	18 a 24	70
236	123174	Projeto Piloto - Espaço Natal com Arte	Lilsson Denys Silva de Souza	Aquidauana	MS	CO	25 a 29	70
237	124149	Publicação da Revista Café Espacial	Sérgio Augusto Chaves Sobrinho	Vera Cruz	SP	SE	25 A 29	70
238	122186	Uma Vida, Um Violão... Nas Cordas da Transformação	Agnailton Silva dos Santos	Jacobina	BA	NE	18 a 24	69,75
239	123159	Projeto do Hip Hop para Oficina de Percussão	Christian Telacio de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	69,75
240	123218	Empregabilidade e o Mercado de Trabalho no Campo da Cultura no Recife-PE: Um Estudo Descritivo	Thiago Ricardo Brito de Azevedo	Jaboatão dos Guararapes	PE	NE	18 a 24	69,75
241	123732	Cine Rural Itinerante	Fábio Pereira dos Santos	Água Branca	AL	NE	18 a 24	69,75
242	124161	Inclusão Social através da Percussão	Murilo Fernando Borges Pontes	Palmas	TO	N	18 a 24	69,75
243	124657	Mude o Compasso da Sua Vida, Estude Música	Priscila Daniele Ladeira	Viçosa	MG	SE	18 a 24	69,75
244	124793	Manutenção do Espetáculo Laura e a Incrível história da porca que tinha ataques de vontade	Bruna Alves Sudário	Itabirito	MG	SE	18 a 24	69,75
245	124811	Multiplicando Trilheiros Culturais	Creverson Claro da Silva Rosa	São Bento do Sapucaí	SP	SE	18 a 24	69,75
246	124858	Gravando a Liberdade do Som	Daniel Luís Albuquerque da Silva	Olinda	PE	NE	18 a 24	69,75
247	126226	Musica Moda e Sustentabilidade	Zaika dos Santos	Contagem	MG	SE	18 a 24	69,75
248	122111	Nós TV - Portal da Cultura e Mobilização Social	Josivan Alves Pereira	Natal	RN	NE	25 a 29	69,75
249	122914	Projeto Sem Saúde Não Há Vida	Cristiana Bezerra Alencar	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	69,75
250	122920	ViverArte Capoeira	José Luiz de Oliveira Cunha	Belém	PA	N	25 a 29	69,75
251	123201	Conexão Cultural CDD	Carolina Meirelles dos Passos	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	69,75
252	124086	Sul Brasilis - Pedro Dom - Produção Musical e Circulação	Pedro Schneider	Novo Hamburgo	RS	S	25 A 29	69,75
253	124592	Capoeira - Arte, Ética e Fundamento	Leonardo Alves Vieira da Silva	Palmas	TO	N	25 a 29	69,75
254	124668	Banda Triunfo	Rafael Geraldo dos Santos	Itabira	MG	SE	25 a 29	69,75
255	124817	Explosão do Forró (Forró para todos)	José Ricardo Francisco da Silva	Paulista	PE	NE	25 a 29	69,75
256	122451	Reciclando a Cultura e Produzindo Arte	Ednaldo Ferreira de Sousa	Palmeiras	BA	NE	18 a 24	69,5
257	122689	Festival Inverno de Cultura de Betim	Pedro Henrique de Moura Silva	Betim	MG	SE	18 a 24	69,5
258	123016	Tradição e Cultura Geracional	Marcilete Alves dos Santos	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	69,5
259	123256	Cinema em Mato Grosso do Sul	Essi Rafael Mongenot Leal	Aquidauana	MS	CO	18 a 24	69,5
260	124030	Palhaçadaria	Maria Leydiane de Assis dos Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	69,5
261	124037	Warriors Battle	Jessika Kiteria de Andrade Valença	Campina Grande	PB	NE	18 a 24	69,5
262	124696	Espaço Cidadão - Tio Milico	Rosenildo Conceição Teixeira	Maracanã	PA	N	18 a 24	69,5
263	124704	II Curta Cuité	Ricardo da Silva Nascimento	Cuité	PB	NE	18 a 24	69,5
264	120789	Documentário Poético Eles	Marina La Rocca Cóser	Santa Maria	RS	S	25 a 29	69,5
265	121130	Pop Love	Diego Braga Portugal	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	69,5
266	122247	Pontoi de Leitura Casa Jeronimo Jorge	Felipe Gregório Castelo Branco Alves	Ipaumirim	CE	NE	25 a 29	69,5
267	122565	Projeto Capoeira na Praça	Josefa Arinaide dos Santos	São Tomé	RN	NE	25 A 29	69,5
268	122864	Transformando a Cena com o NAET	Meiane Simali de Souza Nascimento	Bom Jesus da Lapa	BA	NE	25 a 29	69,5
269	123391	Ação Popular de Cultura para a Juventude	Caio Alexandre Piccarelli	Santa Maria	RS	S	25 a 29	69,5
270	123874	Inhame - residências artísticas	Fabrício Salloker Belsoff de Oliveira Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	69,5
271	122124	Cia Araçacumbá Pedro Velho-RN	Paulo Antonio de Souza Neto	Pedro Velho	RN	NE	18 a 24	69,25
272	122618	Soltando as Rédeas da Poesia	Carlos Eduardo Silva Morais	Tabira	PE	NE	18 a 24	69,25
273	122837	Projeto Doce Flauta	Jaidson Matos Martins	Palmas	TO	N	18 a 24	69,25
274	124024	Núcleo de Estudos e Prática do Teatro do Oprimido da Paraíba	Samantha Pollyana Messiades Pimentel	Campina Grande	PB	NE	18 a 24	69,25
275	124685	Arte e Cultura	Valter de Almeida Lara de Souza	Nova Olímpia	MT	CO	18 a 24	69,25
276	126326	SMS Comunicação em Rede	Filipe dos Santos Rosa	São João do Araguaia	PA	N	18 a 24	69,25
277	122380	Encontro de Graffiti de Fortaleza	Francisco Emerson Pereira da Silva	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	69,25
278	122731	Coletivo Track Cheio	Luis Gustavo Luz Bérgamo	Curitiba	PR	S	25 a 29	69,25
279	123144	Mata do Bacurizal - Uma Vivencia Comunitária Poética e Ancestral	Denis Rodrigo Oliveira Leal	Castanhal	PA	N	25 a 29	69,25
280	124669	Dia Feliz Maratona de Arte Infantil	Alice Soares de Araujo	Macapá	AP	N	25 a 29	69,25
281	124755	Máscaras D´água: Território Ancestral de Experimentações e Fábulas	Cleverton Gomes Sá	Macapá	AP	N	25 a 29	69,25
282	124844	Centro Nagô Ilê Axé Orixá Aguiã Alabomoxó - Grande Bingo Cultural	Fábio Rodrigues da Conceição	Recife	PE	NE	25 a 29	69,25
283	122011	Água da Palavra - Revista de Literatura e Teorias	Marcos Alexandre do Amaral Ramos Junior	Vitória	ES	SE	18 a 24	69
284	122551	Coletivo de Música da TransXingu	Valdson Silva da Paixão	Altamira	PA	N	18 a 24	69
285	123842	Seminário Narrativas Discentes: Conexões em Arte	Danilo Nazareno Azevedo Baraúna	Belém	PA	N	18 a 24	69
286	124792	Música, Cultura e Cidadania	Winnie Cristina Souza do Espírito Santo	Aracaju	SE	NE	18 a 24	69
287	120636	Enreda - Encontro Regional de Dança	Renato Ferreira Florêncio	Santa Rosa de Viterbo	SP	SE	25 a 29	69
288	122605	Cine itinerante - Araguaia Cinema	Leandro Rodolfo Resende	Alto Araguaia	MT	CO	25 a 29	69
289	122615	Projeto Poesia em Movimento	Mariana Abreu dos Santos	Canoas	RS	S	25 a 29	69
290	122876	Projeto Pequenos Passos	Andreza Rodrigues de Souza	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	69
291	123279	Memoria Fest, Capoeira, Encontro Cultural Nacional de Capoeira e Matrizes Africanas	Elissandro da Silva Jesus	Vitória da Conquista	BA	NE	25 a 29	69
292	123812	Click na Lata e Cia...	Ozana Natália Duarte de Sousa Silva	São Paulo	SP	SE	25 a 29	69
293	124028	Clube Guarani: Cultura também é festa	Marília Floor Kosby	Pelotas	RS	S	25 A 29	69
294	123208	O cenário da produção de dança em Salvador entre 2007 e 2010	Rafael Rebouças Silveira	Salvador	BA	NE	18 a 24	68,75
295	123243	Cultura no Radio	Alan Nascimento dos Santos	Lafaiete Coutinho	BA	NE	18 a 24	68,75
296	123668	Tecendo Saberes em Processos Pedagógicos	Roma Julia da Silva	Camaragibe	PE	NE	18 a 24	68,75
297	123678	Transcrição para Partitura da Linguagem dos Sinos da Semana Santa da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar de São João Del-Rei	Rafael Mendes de Resende	Jeceaba	MG	SE	18 a 24	68,75
298	123841	Jornal do Protejo - A Notícia do Bem	Juciane Xavier de Souza	Novo Hamburgo	RS	S	18 a 24	68,75
299	124692	Projeto Musicalização	Thiago Felipe Falcão	Pacajus	CE	NE	18 a 24	68,75
300	120760	Projeto Cultural Salgueiro Para Hoje e Sempre	Noelia Rodrigues Pereira Rego	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	68,75
301	121011	Jovem em Ação	Antonio Saulo Verçosa Pinheiro	Sena Madureira	AC	N	25 a 29	68,75
302	121935	A Experiência do olhar: formação através da leitura e criação de narrativas audiovisuais	Cesar Felipe Pereira Carneiro	Curitiba	PR	S	25 A 29	68,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

303	121937	Artefeito - Graffiti por uma educação não sexista	Erica Renata Martins de Miranda	Nilópolis	RJ	SE	25 A 29	68,75
304	122223	Expedição Makunaíma	Milton Santos de Jesus	Belém	PA	N	25 a 29	68,75
305	122262	Revista Peabiru	Michele Dacas	Foz do Iguaçu	PR	S	25 a 29	68,75
306	123158	Pesquisa sobre o instrumento musical Cuíca	Paulo Dulci de Assis	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	68,75
307	123708	Oficinas Culturais de Dança Criativa	Lauren Hartz Rosa	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	68,75
308	122547	Seca e Sangue	Allan Vilas Boas de Oliveira	Salvador	BA	NE	18 a 24	68,5
309	123306	Côco de Roda Mirim	Jéssica de Souza Santos	Arapiraca	AL	NE	18 a 24	68,5
310	124771	A Força do Rap no Pêlo	Akanimakinde Santana dos Santos	Salvador	BA	NE	18 a 24	68,5
311	124873	Propagação Rap	Mário Henrique de Araújo Carneiro	Tianguá	CE	NE	18 a 24	68,5
312	120782	Oficinas de DJ	Samuel Silva Souza	Rio Grande	RS	S	25 a 29	68,5
313	121990	Intervenção Urbana de Malabarismo	Caroline Dias Martins	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	68,5
314	122633	Vida de Plástico - Arte do Pet	Graça Maria Costa Leite	Bacurituba	MA	NE	25 a 29	68,5
315	123007	O meio Ambiente e Você	Lucia Marques da Luz	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	68,5
316	123138	Projeto Cultural: Coco dos Pretos	Wanessa Paula Conceição Quirino dos Santos	Recife	PE	NE	25 a 29	68,5
317	123687	Mulheres, o coração disparado	Paula Figueiredo Campos	Três Pontas	MG	SE	25 a 29	68,5
318	123736	Galeria em Processo Piolho Nababo	Warlei de Assis Rodrigues	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	68,5
319	124021	Memória dos Amantes: Uma homenagem ao maestro Silvino Baptista dos Santos	Naiara Peixoto da Silva	Santo Antônio de Jesus	BA	NE	25 A 29	68,5
320	124076	Mulheres em Domínio Público - em cantos da terra de Jorge	Tacila Aparecida Mendes Reis	Ilhéus	BA	NE	25 A 29	68,5
321	121917	Mês da Consciência Negra na UFSM	Vinicius Nahan dos Santos	Santa Maria	RS	S	18 a 24	68,25
322	123693	Cine Semtela, cinema e debate para todos na capital do Tocantins	Lorena Dias de Souza	Palmas	TO	N	18 a 24	68,25
323	123721	Comunicação Polifônica	Valéria Valdeci Martins	Florianópolis	SC	S	18 a 24	68,25
324	120765	Oficina de Boneca de Pano	Marla Cristine Moreira da Conceição	Nova Soure	BA	NE	25 a 29	68,25
325	120884	Rizoma Conta Zumbi	Augusto de Fraga Cardoso	Santo Antônio da Patrulha	RS	S	25 a 29	68,25
326	122109	Mobilização Social através do Teatro	Elenor José Cecon Júnior	Alta Floresta	MT	CO	25 a 29	68,25
327	122168	Amor por Anexins - Circulação	Sara Franca Eugenia	Goiânia	GO	CO	25 a 29	68,25
328	122548	Grupo de Teatro Faz e Fica	José Júnior da Silva	São Tomé	RN	NE	25 a 29	68,25
329	123194	Orquestra de Cordas da FELC	Juliana Alves de Sá	Uiraúna	PB	NE	25 a 29	68,25
330	123239	Colônia de Férias da Cidade da Gente - Uma vivência cultural.	Lillian Maria de Sousa Pinto	Santarém	PA	N	25 a 29	68,25
331	121853	Vai Brincar lá Fora!	Leticia Elisa Lourenço Leal Amoroso	Santo André	SP	SE	18 a 24	68
332	122136	Biblioteca Jovem	Leidiane Santos de Queiroz	Barrocas	BA	NE	18 a 24	68
333	122274	Circo nas Escolas - 2012	Welyton Renan Bispo da Silva	Londrina	PR	S	18 a 24	68
334	122353	Tambor Crioula - São Benedito - Produção e Circulação	Leandro Veloso Ferreira	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	68
335	123368	O Crocodilo - Entre a sala, a rua e a rede	Clarisse Fraga Zarvos	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	68
336	124842	Blog da Sakura	Alyne Cristina de Lima Souza	Maceió	AL	NE	18 a 24	68
337	120820	O Rei Está Nu	Saulo Santos Salles	Salvador	BA	NE	25 a 29	68
338	124167	Arte nas Trilhas da Amazônia	Diego Carneiro de Oliveira	Belém	PA	N	25 A 29	68
339	122872	Projeto Diga Não ao Tabagismo	Sirando do Nascimento Ripardo	Maracanaú	CE	NE	18 a 24	67,75
340	122959	Fantástico Mundo da Cultura Viva no Infanto-Juvenil	Mara Gabriela Rubens	Morada Nova	CE	NE	18 a 24	67,75
341	122968	Cultura do Interior.com	Tamires Nascimento da Silva	Salvador	BA	NE	18 a 24	67,75
342	120757	Concursos Literários	Rodrigo Domit	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	67,75
343	122113	Juventude em Movimento	Paula Wanessa Santos Pimentel	Ananindeua	PA	N	25 a 29	67,75
344	120799	Teatro e debate social: Maria Metade se inteirando sobre a violência contra a mulher	Daiani Cezimbra Severo Rossini Brum	Santa Maria	RS	S	18 a 24	67,5
345	122738	Rap Global	Naida Leticia Medina Oswald	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	67,5
346	122898	Festival Musical Rock na Proa	Glauciana Mourão de Vilhena	Portel	PA	N	18 a 24	67,5
347	122946	PB POP + Musica da Paraiba	Gerson Carlos de Abrantes Brito	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	67,5
348	122957	Teatro do Interior para a Capital	Emilly Dorta Cabral	Tucuruí	PA	N	18 a 24	67,5
349	123046	Feijam	Guma Simão Farias	Olinda	PE	NE	18 a 24	67,5
350	123064	Luthieria - Família Vieiras	Vinicius Lage Campos de Moraes	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	67,5
351	123207	Pari - Parente: Brincar Faz Bem Para Gente	Silmara Costa de Oliveira	Boa Vista	RR	N	18 a 24	67,5
352	123217	Projeto Meio Ambiente, Arte e Tecnologia	Carolina Morena Lopes Ranciaro	Teixeira de Freitas	BA	NE	18 a 24	67,5
353	123247	Bela Arte Jazz	Leonardo Januario dos Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	67,5
354	122981	Jesus, A Paixão	Robson de Sá e Silva	Verdejante	PE	NE	25 a 29	67,5
355	122552	Tributo a Bob Marley	Tiago Augusto Silva da Silva	Belém	PA	N	25 a 29	67,5
356	122750	EstampArte - Experimentos em estamparia artesanal	Augusto Leopoldo Menezes	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	67,5
357	122838	Uma reportagem maldita - Querô	Kenni Rogers Closs	Curitiba	PR	S	25 a 29	67,5
358	124656	Juntando Caco Pela Vida	Deivid Conceição Abreu	Belém	PA	N	25 a 29	67,5
359	124786	Projeto Arte na Serra	Marilia da Silva Gomes	Coronel José Dias	PI	NE	25 a 29	67,5
360	121040	Metal do Bem	Luiz Eduardo Pinto Gonçalves	Belém	PA	N	18 a 24	67,25
361	121323	Documentário Juventude e Brasilidade	Fabio Kossmann	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	67,25
362	121441	Projeto Azuelar - agencia de mídia cultural de juventude de terreiros	Carlos Felipe Silva da Silva	Belém	PA	N	18 a 24	67,25
363	123170	Sub-Estúdio - 4º Hip Hop Consciente	Jonatas Douglas dos Santos Silva	Cabo de Santo Agostinho	PE	NE	18 a 24	67,25
364	123801	Patrimônio Histórico e Cultural: É prá cuidar!	Antonio Carlos Amorim Villar	Vera Cruz	BA	NE	18 a 24	67,25
365	124797	Louvor & Adoração: fortalecendo a cultura do Lagamar	Francisco Allef Fragoso Bezerra	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	67,25
366	124826	Oficina de Viola de Cocho	Andrey dos Santos	Cuiabá	MT	CO	18 a 24	67,25
367	120654	Leve Cordel	Franklim Drumond de Almeida	Açucena	MG	SE	18 a 24	67,25
368	120969	Mostra Retrospectiva Troma e Master Class Make Your Own Damn Movie com Lloyd Kaufman	Paula Belchior de Lima Bispo	São Paulo	SP	SE	25 a 29	67,25
369	123816	Paisagem Segunda	Franciane Dama Junqueira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	67,25
370	123242	Sala de Leitura um Espaço Vivo	Fabiana Viana dos Anjos	Salvador	BA	NE	25 a 29	67,25
371	121013	Experimentando a Câmera	Henrique Amaral Roza	São Félix	BA	NE	18 a 24	67
372	122248	seCas - Semana de Cultura e Arte de Sumé	Allan Cleyton Sousa Leite Barros	Sumé	PB	NE	18 a 24	67
373	124150	Compacto.Arte	Luiza Guedes Villela de Andrade	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	67
374	124777	TV Caiçara Itacaré	Luis Eduardo dos Reis Pachêco	Itacaré	BA	NE	18 a 24	67
375	124787	Artes nas Comunidades de Assentamento da Reforma Agrária	Carla Maria Loop	Rio Bonito do Iguaçu	PR	S	18 a 24	67
376	120762	Tocayo #12 - Toda Arte é Bem-vinda	Marcio Isensee e Sá	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	67
377	121852	Plataforma Digital de Inserção Social dos Agentes Culturais - Site Cultura e Negócios beta 1.2	Michelle Barbosa Andrews	Manaus	AM	N	25 a 29	67
378	122563	Desenharte	Marcos Vinicius Ferreira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	67
379	122609	Cine Livre	Luzia Oliveira Pereira Silva	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	67
380	122774	1, 2, 3 e Pronto Cia de Teatro	Raoni Costa Pereira da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	67
381	122934	Arraia MultiCultural da Keyte	Clemilton Olimpio da Silva	Natal	RN	NE	25 A 29	67
382	120630	Música: a regência da alma	Lenilton Ferreira da Silva	São Luís	MA	NE	18 a 24	66,75
383	122044	HIP Caruru HOP	Antonio Jorge de Jesus Filho	Itacaré	BA	NE	18 a 24	66,75
384	122173	Negro	Silas de Jesus Pessoa	Salvador	BA	NE	18 a 24	66,75
385	122390	Aprendendo para Preservar	Huan Arnoldo Lopes Cardoso Silva	Paço do Lumiar	MA	NE	18 a 24	66,75
386	122717	Aula espetáculo da Banda Griô	Diego Souza Santos	Lençóis	BA	NE	18 a 24	66,75
387	123111	Quadrilha infantil Pé de Serra Marista	Angélica Laís Silva Freire	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	66,75
388	123142	Revista Cultural: Aventuras na Amazônia	Flávio Vinícius Godoi da Silva	Vilhena	RO	N	18 a 24	66,75
389	123804	Projeto ADA - Arte desenvolvimento e atitude / A prática do Yoga para adolescentes	Amanda Augusta Bottega	Itaúba	MT	CO	18 a 24	66,75
390	124081	Quadra da Poesia	Yan Murilo Silva Lima	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	66,75
391	124806	Cultura Móvel: O artista vai aonde o povo está	Brena Karina Dantas	Lauro de Freitas	BA	NE	18 a 24	66,75
392	121854	Hora do conto viajante	Marcelo Werneck de Souza Saraiva	Imperatriz	MA	NE	25 a 29	66,75
393	122107	Mostra de Teatro de Rua de Jaguaribe	Natália Gildayane Diógenes Oliveira	Jaguaribe	CE	NE	25 a 29	66,75
394	122741	Criança & Arte	Maria Liana Borges Matias	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	66,75
395	122889	Graffiti em Quadrinhos - A Historia que Pintamos	Wallace dos Santos de Carvalho	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	66,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

396	123224	Sementeira Radiofônica	Surian dos Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	66,75
397	124860	Barracão Cultural: De Pernas pro Ar - Recontando a nossa História	Josiane da Silva	Campinas	SP	SE	25 a 29	66,75
398	124208	Sáfaro	Leonardo França de Morais Alves	São Paulo	SP	SE	18 a 24	66,5
399	122509	Figurino e Maquiagem para manifestações populares tradicionais	Aline Lopes Veloso	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	66,5
400	122543	Projeto: SabadArte	Alessandra de Souza Oliveira	Porto Grande	AP	N	18 a 24	66,5
401	122598	Projeto Um dia em Movimento	Túlio de Amorim da Rosa	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	66,5
402	122908	Oficinas de Capoeiragem Maculelê, caxixi e Artesanato com cipóde vime	Josemar Duarte Santos	Salvador	BA	NE	18 a 24	66,5
403	123166	100% Arraiá	Francisca dos Anjos Sousa	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	66,5
404	123168	Reflorestar Já!	Gedeane Conceição Sousa	Augustinópolis	TO	N	18 a 24	66,5
405	124851	Comuni-Cine	Merck Miranda da Silva	Palmas	TO	N	18 a 24	66,5
406	122112	IV Encontro Regional de Hip Hop	Rogério do Livramento Silva	Poções	BA	NE	25 a 29	66,5
407	123644	Companhia de Circo Alegria Alegria	Heriberto Batista de Lira Júnior	Jardim do Seridó	RN	NE	25 a 29	66,5
408	124098	Imagens do Recôncavo: Memória, Patrimônio e Audiovisual	André Ricardo Araujo Virgens	Salvador	BA	NE	25 A 29	66,5
409	122125	Graffiti-Skate na Comunidade	Jorge Luise de Jesus	São Luís	MA	NE	18 a 24	66,25
410	122377	Me Deixa Sonhar	João Batista Araújo de Oliveira	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	66,25
411	122472	Circulação Contos de Cordel - Segundo Ato	Francisca da Silva Paes	Maceió	AL	NE	18 a 24	66,25
412	122849	As ações dos Pontos de Cultura em Rondônia	Maiara Roberta de Melo Bezerra	Porto Velho	RO	N	18 a 24	66,25
413	123151	Escultura em Madeira a Arte que Emociona	Emerson Filipe Neves	Salvador	BA	NE	18 a 24	66,25
414	123296	Apenas começando: Promovendo a cultura e a cidadania LGBT em Simões Filho, Bahia	Rafael Miranda Gomes	Simões Filho	BA	NE	18 a 24	66,25
415	124798	Projeto Encanto do Rio	Murilo Lima dos Santos	Rio Maria	PA	N	18 a 24	66,25
416	122212	Instituto Virtual Roque Araújo	Cintia Santos de Souza	Camaçari	BA	NE	25 a 29	66,25
417	122667	Ato de Circular	Pedro Henrique Lira Vilela	Jaboatão dos Guararapes	PE	NE	25 a 29	66,25
418	123638	Projeto Socio Cultural em Dança da Rua ao Palco	Rodrigo José Tereza	Guarapuava	PR	S	25 a 29	66,25
419	124680	Acampamento da Juventude	Claudio Matos Santos	Japaratuba	SE	NE	25 a 29	66,25
420	124739	Nave	Jan Felipe Carvalho Balanco	Salvador	BA	NE	25 a 29	66,25
421	124778	Direção de Arte do Espetáculo: Novo Amapá	Paulo André Bentes da Rocha	Macapá	AP	N	25 a 29	66,25
422	120780	Viagem Cultural	Julio Carlos Dettmann	Pancas	ES	SE	18 a 24	66
423	121994	Rádio Web Juventude.br	Camila Carolina Bomfim	São Paulo	SP	SE	18 a 24	66
424	122209	Luteria na Tela do Cinema	Robson Vesper	João Neiva	ES	SE	18 a 24	66
425	123269	Funk Conscientiza	Thiago Vinicius de Paula da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	66
426	123639	Gincana Cultural de Vacaria	Osvaldo Grigolo Junior	Vacaria	RS	S	18 a 24	66
427	124011	Baú Nordestino	Deocledio Paulo da Rocha	São Julião	PI	NE	18 a 24	66
428	124085	Brasil no Prato	Diego Miranda Ferrari	Niterói	RJ	SE	18 a 24	66
429	124763	Encenação Paixão de Cristo	Werben Luiz Oliveira Souza	Igrapiúna	BA	NE	18 a 24	66
430	121477	Música é Liberdade	Itamar Santana dos Santos	Salvador	BA	NE	25 a 29	66
431	121909	Comunicação Audiovisual Popular	Ramachandra das dos Santos Branco	Cuiabá	MT	CO	25 A 29	66
432	123032	O Poder da Leitura e a Valorização dos Autores Baianos	Celso Eduardo da Silva	Salvador	BA	NE	25 a 29	66
433	123685	Cultura em Rede - Igualdade em Forma de Arte	Reginaldo Santos de Almeida	Palmas	TO	N	25 a 29	66
434	124728	Cultura Educa	Ricardo Frota da Silva	Teresina	PI	NE	25 a 29	66
435	124815	Caminhos para a Inclusão Digital	Jonas carneiro de Freitas	Marabá	PA	N	25 a 29	66
436	120846	Teatro é vida - Projeto ADA - Arte, desenvolvimento e atitude.	Karyne Fabíola Anacleto Nalevaiko	Itaúba	MT	CO	18 a 24	65,75
437	122590	Biblioteca Comunitária do Loteamento Santo Emilio	Marcela Bruna Santana de Sousa	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	65,75
438	123113	Cultura de Quinta	Narayana Asevedo Soares Borges	Palmas	TO	N	18 a 24	65,75
439	123677	Fluxo de Ideias	Marco Antônio Krause Martins	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	65,75
440	123711	Projeto Leitura e Contação de Histórias	Giniane Gomes Melo	Natal	RN	NE	18 a 24	65,75
441	123880	Imagem e Ação Jovem	Gilberto Gilmar Sendtko	Chapecó	SC	S	18 a 24	65,75
442	120761	Projeto Minhas Citações	Leonardo da Silva de Assis	São Paulo	SP	SE	25 a 29	65,75
443	121023	Geração Cultura	Ernandes Ferreira Melo Silva	Itaituba	PA	N	25 a 29	65,75
444	121042	Estudos e Defesa de Direitos Humanos Culturais Aplicados aos Conhecimentos e Expressões Tradicionais de Povos Indígenas, Afro-Brasileiros e das Culturas Populares	Paloma Elaine Santos Goulart	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	65,75
445	122398	Graffiti no Viaduto - Três povos unidos pelos direitos da criança e do adolescente	Moacir Ferreira	Foz do Iguaçu	PR	S	25 A 29	65,75
446	122557	Registrando e Revitalizando a Cultura Krahô	Felipe Kometani Melo	Goiatins	TO	N	25 a 29	65,75
447	122963	Corpografias - Residências Artísticas	Cleuciane Ferreira Sales	Ipatinga	MG	SE	25 a 29	65,75
448	123104	Associação Cultural dos Músicos de Tanquinho - ACMT	Jefferson Lima dos Santos	Tanquinho	BA	NE	25 a 29	65,75
449	123198	Oi Galera! Oficina de Cultura Arte e Som	Cléber Gomes Batista de Jesus	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	65,75
450	124742	O Chorinho de São José do Egito	Celiomar Ferreira Sagitário	São José do Egito	PE	NE	25 a 29	65,75
451	124862	Escultor e Educador	Patricio Cordeiro Silva	Pirapora do Bom Jesus	SP	SE	25 a 29	65,75
452	124868	Aqui tem conhecimento e cultura	Claudia Regina Teixeira de Morais	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	65,75
453	120809	Revista Eletrônica Poranduba	Andriolli de Brites da Costa	Campo Grande	MS	CO	18 a 24	65,5
454	122742	Fortalecimento e Ampliação das ações Culturais do Ponto de Cultura Memórias do Olhar do Reino da Garotada de Poá	Giulia Martins Rosa Santos	Poá	SP	SE	18 a 24	65,5
455	123051	Projeto Forró da Paz	Samia Karoline da Silva	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	65,5
456	123112	Pixoiano	Tatiane de Assis Chaves	Goiânia	GO	CO	18 a 24	65,5
457	123356	3ª Festa Criança Feliz do Conjunto Santa Marina	Dayanny Gleyce Lima Gomes	Sapé	PB	NE	18 a 24	65,5
458	124834	Robinson Crusoé: Nenhum Homem é uma Ilha	Tiago de Souza Clezar	Sombrio	SC	S	18 a 24	65,5
459	120882	Oficina Arte Vera Cruz - Experiência de Compartilhamento em Comunidade	Melquiades José de Araújo Neto	Salvador	BA	NE	25 a 29	65,5
460	122266	IX Festival da Cultura Corporal e IV Mostra do Projeto Semeart	Cláudia Moraes Rezende	Jataí	GO	CO	25 a 29	65,5
461	122943	Flâneur - Um Novo Olhar	Adrio Denner Santos de Sousa	Santarém	PA	N	25 a 29	65,5
462	122989	Projeto Samplesmente Rap	Fabio Cardoso Bacildo	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	65,5
463	123738	Capoeira Angola, Consciência Racial, Tambores e Festejos	Antoniel Alves dos Santos	Lagoa Santa	MG	SE	25 a 29	65,5
464	123885	Cor do Brasil, discutindo o Racismo através do Teatro Oprimido	Robson da Silva Freire	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	65,5
465	124136	Filmes de Verão	Ana Flávia Batista Amaral	Belo Horizonte	MG	SE	25 A 29	65,5
466	124698	Tambor de Crioula da Praia Grande	Barbara Ruth Silva Barbosa	São Luís	MA	NE	25 a 29	65,5
467	124789	Intervenção Andarilhos das Estrelas	Fernanda de Souza Gandes	Cuiabá	MT	CO	25 a 29	65,5
468	120786	Foliões: histórias de Folias de Reis	Leonardo Alves Ferreira	Muqui	ES	SE	18 a 24	65,25
469	121218	Biblioteca Comunitária de Heliópolis - São Paulo	Barbara Bethania de Paula Pinto	São Paulo	SP	SE	18 a 24	65,25
470	123143	Grupo Folclórico, Cultural e Popular Beleza Nordestina	Urbano José dos Santos	Maravilha	AL	NE	18 a 24	65,25
471	123827	Sinal Fechado	Andressa da Silva	Porto Velho	RO	N	18 a 24	65,25
472	124151	Oficina de cinema experimental	Cássio Henrique de Andrade Lima	Paulista	PE	NE	18 a 24	65,25
473	124743	Baianada Egipciense	Awesley Pereira Gonçalves	São José do Egito	PE	NE	18 a 24	65,25
474	121182	Espetáculo de Narração de Histórias: Esticando as Canelas	Josiane Aline Geroldi	Chapecó	SC	S	25 a 29	65,25
475	121949	Diálogos com a Cultura Popular e seus Mestres	Jose Evanio Soares Silva	Juazeiro do Norte	CE	NE	25 A 29	65,25
476	123810	Folia de Reis e Festa do Boi Bumbá da Chica Baiana	Rony Peterson Rodrigues da Silva	Aquidauana	MS	CO	25 a 29	65,25
477	124699	O Selo Popfuzz Records	Caíque Guimarães Balbino	Maceió	AL	NE	25 a 29	65,25
478	124731	Com que roupa eu vou, pro samba que você me convidou?	Lucas Reis Martins	Vitória	ES	SE	25 a 29	65,25
479	124738	Cidadão do Mundo	André Franco dos Santos	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	65,25
480	121377	Oficina do Conhecimento (Worknowledge Shop)	Thaís Holanda Barbosa	Brasília	DF	CO	18 a 24	65
481	122043	Círculo da Leitura	Maycon Andrade do Nascimento	Pedras de Fogo	PB	NE	18 a 24	65

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

482	122145	Joias de Axé e Turismo de Base Comunitaria	Ana Cristina de jesus souza	Itacaré	BA	NE	18 a 24	65
483	122163	I Mostra de Cinema: arte e cinema na discussão da realidade com os jovens	Daliane Deyse de Lima Pessoa	Natal	RN	NE	18 a 24	65
484	123040	Projeto Reviver - Oficinas de Teatro Vivendo e Aprendendo	Hemerson Santo da Silva	Santa Maria da Vitória	BA	NE	18 a 24	65
485	123886	Rádio Onda Jovem	Felippe Lima de Oliveira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	65
486	122744	Encontros com Contos	Fernando Lima da Silva	Rio das Ostras	RJ	SE	25 a 29	65
487	122897	Tudo vai ficar da cor que você quiser	Ramon Nunes de Mello	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	65
488	123002	Arraiá do Pega Fogo	José Cristino Oliveira Pereira	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	65
489	123099	Filarmônica XV de Novembro	Marlus Muriel Almeida Andrade	Miguel Calmon	BA	NE	25 a 29	65
490	123748	CapoeirArte	Fábio de Souza Barboza	Sumé	PB	NE	25 a 29	65
491	123818	Cia. Operakata de Teatro	Kecia do Prado Damasceno	Vitória da Conquista	BA	NE	25 a 29	65
492	124214	Descobrindo Novos Talentos	Solange Reinaldo de Carvalho Tavares	Verdejante	PE	NE	25 A 29	65
493	120633	Artes visuais: difundir e democratizar	Jimson Ferreira Vilela	São Paulo	SP	SE	18 a 24	64,75
494	120741	Abracadabra Saltimbancos na Estrada	Aldo Ricardo Gomes de Oliveira	Belém	PA	N	18 a 24	64,75
495	122386	Quadrilha Junina Flor de Mandacaru	Raul Sousa Silva	Açailândia	MA	NE	18 a 24	64,75
496	123727	Teatro do Atelier	Érica Corrêa Soares	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	64,75
497	123743	Poetas no Espaço (1ª edição): espaço palavra criação	Gabriel Teixeira Ramos	Vila Velha	ES	SE	18 a 24	64,75
498	124754	Quadrilha Junina	Wderlanio dos Santos Souza	Serrinha	BA	NE	18 a 24	64,75
499	122949	Autogestão Cultural Independente em Rede	Jean Felipe Almeida de Andrade	Porto Alegre	RS	S	25 A 29	64,75
500	122611	O Pescador Solidário	Francisco Martins Bernardo Filho	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	64,75
501	123042	Arquivo Patrício Ribeiro de Almeida	Ayala Maria dos Santos Silva Souza	Cravolândia	BA	NE	25 a 29	64,75
502	123847	Três sonatas contemporâneas brasileiras para piano	Ederson José Urias Fernandes da Silva	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	64,75
503	124204	Ferrolho (Banda)	Mário Henrique Abreu Ballejo	Canoas	RS	S	25 A 29	64,75
504	124782	Quadrilha Junina - Festa da Cultura Popular	José Roberto de Jesus	Sátiro Dias	BA	NE	25 a 29	64,75
505	124799	Violão Cidadão por uma Cultura de Paz	Rafaela Lima Bassalo	Belém	PA	N	25 a 29	64,75
506	124871	Vós	Cláudia Eliane Rocha da Silva	Santa Maria	RS	S	25 a 29	64,75
507	122030	Mutirão de Grafite	Fábio Luis Modesto Cardoso	Belém	PA	N	18 a 24	64,5
508	122603	Projeto Resenha Cultural	Wagner Thiago Lins Alves	Itabaiana	PB	NE	18 a 24	64,5
509	122737	RRRuído	Larissa Almeida Gomes	Brasília	DF	CO	18 a 24	64,5
510	123055	Projeto Leitura Para Todos	Elisvaldo dos Santos Azevedo	Biritinga	BA	NE	18 a 24	64,5
511	123288	Papo de Compositor	Elvis Menezes	Vitória	ES	SE	18 a 24	64,5
512	123807	Oficina de Artes Cênica	Widelton dos Santos Lopes	Belém	PA	N	18 a 24	64,5
513	124753	A História na Tela	Anderson Barroso de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	64,5
514	123873	Livretos Cooperativos	Philippe Wollney Correia dos Santos	Goiana	PE	NE	25 a 29	64,5
515	123996	Casa da Memória de Porteiras	Cícero Joaquim dos Santos	Porteiras	CE	NE	25 a 29	64,5
516	122545	II Festival de Poesia de Tutoia	Hilmara Costa Sousa	Tutóia	MA	NE	18 a 24	64,25
517	122840	Projeto Cordel no Bairro	Roberto Vinicius Cunha Araripe	Recife	PE	NE	18 a 24	64,25
518	124746	Contando Estórias no Nosso Quintal	Joice Caroline das Neves Silva	Belém	PA	N	18 a 24	64,25
519	124814	Quadrilha Junina Milho Verde	Adriano Bessa dos Santos	Quixadá	CE	NE	18 a 24	64,25
520	124833	Traços Vivos	Carlos Bruno da Silva Nunes	Pedreiras	MA	NE	18 a 24	64,25
521	124853	Educação Musical e Atuação Social: o ensino de música na Educação Infantil	Débora Gonçalves Borburema	Montes Claros	MG	SE	18 a 24	64,25
522	120924	Filmes interativos - uma nova linguagem audiovisual	Érico Luís Cunha Cazarré	Brasília	DF	CO	25 a 29	64,25
523	121366	Intervenção urbana Gabriela Noujaim Rio de Janeiro	Gabriela Domingues Noujaim	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	64,25
524	122733	Suor de Preto ou o Alto do Morro de Santa Rita	Gideão Campos Gonçalves Ferreira	Curitiba	PR	S	25 a 29	64,25
525	122861	Educação Ambiental, Para um Futuro Melhor	Washington Kuipers de Moraes	Vilhena	RO	N	25 a 29	64,25
526	123045	Morro Samba Coco	Anderson Barbosa da Silva	Recife	PE	NE	25 a 29	64,25
527	124780	Encontros do Cena - Espaço Internacional de Cooperação Cultural e Artistico	Mariana Soares Ribeiro	Brasília	DF	CO	25 a 29	64,25
528	120766	Danças de Salão	Felipe Cassiano Mendes	Novo Hamburgo	RS	S	18 a 24	64
529	123202	CAB (Conscientização e Arte Batan)	Afonso Carneiro Júnior	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	64
530	123350	Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã	Adelson Henrique de Santana	Recife	PE	NE	18 a 24	64
531	123808	Clube do Cine	André Carlos Ramos	Ubaitaba	BA	NE	18 a 24	64
532	121999	Mulheres Multiplicando a Cultura	Regiane Santos Gregório	São Paulo	SP	SE	25 a 29	64
533	122220	Amargo & Frio	Anderson Marcio Mendes de Sousa	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	64
534	122755	Projeto ciclo da vida	Ronei Pacheco	Caxias do Sul	RS	S	25 a 29	64
535	123035	O acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus	Vagner José Rocha Santos	Salvador	BA	NE	25 a 29	64
536	123056	Canta Gente Boa	Gisele do Nascimento Guimarães	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	64
537	123261	Olhar das mãos	Daniel Fonseca de Freitas	Santo André	SP	SE	25 a 29	64
538	123274	Maquinação	Juliana Ribeiro Marra	Goiânia	GO	CO	25 a 29	64
539	123635	Underground: Espações Culturais do Centro de São Paulo / Filme Mbanza	Ailton Pinheiro Junior	Salvador	BA	NE	25 a 29	64
540	122875	Vamos Despertar para a Poesia	Eniel Leite Alves	Tabira	PE	NE	18 a 24	63,75
541	121803	Intervenção O Jardim das Flores de Plástico	Ricardo Henrique Gonzaga Raulino	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	63,75
542	122724	Integração Social através da Arte de Fotografar	Pedro Henrique Pantoja da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63,75
543	123145	Projeto Sidney Silva	Dorcas Wanzeler de Vasconcelos	Belém	PA	N	25 a 29	63,75
544	123177	Á Margem: o fanzine que movimenta a arte cultura	Ediane Maria Gheno	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	63,75
545	123358	Numseikitem no Cariri	Lucas Adolfo Baumer	Curitiba	PR	S	25 a 29	63,75
546	123369	Tabajart	Marcio Tadeu Gomes de Lima	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63,75
547	123633	Mungunzenza - Banda de Lata	Ivonildo Gonçalves dos Santos	Poções	BA	NE	25 a 29	63,75
548	120790	Amazônia Legal - Resgate Cultural	Amanda Danielle de Oliveira Norbiato	Porto Velho	RO	N	18 a 24	63,5
549	122610	Horta Comunitária	Wanderley da Silva Conceição	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	63,5
550	122927	Movimento Cineclube Guamácabano	Lana Carolina Máximo do Vale	Belém	PA	N	18 a 24	63,5
551	123004	Artesanato é desenvolvimento Sustentável	Luciene Marques da Silva Ferreira	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	63,5
552	123379	Festival Folclórico do Grupo Cultural Juff	Cícero Vieira do Nascimento	Brasil Novo	PA	N	18 a 24	63,5
553	123725	Companhia de Dança Vênus	Karine Melo da Silva	Ribeirão das Neves	MG	SE	18 a 24	63,5
554	126267	RRPG - Interpretando pela internet	Alysson Crescencio da Cunha	Viçosa	MG	SE	18 a 24	63,5
555	122904	Orchestra Binaria dos Filhos de Bem	Helder Dutra Porto	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63,5
556	123712	QualiAldeia: Promovendo qualidade de vida nas aldeias	Joanice Gonçalves dos Santos	Brasília	DF	CO	25 a 29	63,5
557	123857	Rotatividade da peça O Controle da Trupe de Teatro O Verbo de Goianinha/RN	Luã dos Santos Tavares	Goianinha	RN	NE	18 a 24	63,25
558	121012	Hilda	Renato Grecchi da Costa	Florianópolis	SC	S	18 a 24	63,25
559	122027	Histórias em Vídeo	Ricardo Sena Santos	Serra Preta	BA	NE	18 a 24	63,25
560	123836	ValeDesign - Desenvolvimento social através do design no Vale do Aço	Danielle Tofaneli Tótola	Ipatinga	MG	SE	18 a 24	63,25
561	124094	Formação de Coral na Comunidade do Bairro Veneza	Luiza Gabrielle Fernandes dos Santos	Ribeirão das Neves	MG	SE	18 a 24	63,25
562	120832	A Diversidade é minha Identidade.	Cesar Luis Theis	Guarujá do Sul	SC	S	25 a 29	63,25
563	121927	Projeto Semiótica da Dança	Caroline Konzen Castro	Belo Horizonte	MG	SE	25 A 29	63,25
564	123178	Manutenção do Grupo de Capoeira Lua-Arte Goianinha/RN	Francisco Jarison Ferreira da Silva	Goianinha	RN	NE	25 a 29	63,25
565	123271	Mostra especial Raul Perrone Late Corazon	Natalia Christofoletti Barrenha	Rio Claro	SP	SE	25 a 29	63,25
566	124709	6° Ano do Dia do Saber	Aparecido Pereira da Silva	Sítio do Mato	BA	NE	25 a 29	63,25
567	122723	Projeto: Ciclos de Oficinas de Pesquisa Escolar na Web	Andreza Nadja Freitas Serafim	Natal	RN	NE	18 a 24	63
568	122905	Posse de Hip Hop na Quebrada	Jose Braz dos Santos Neto	Santa Rita	MA	NE	18 a 24	63
569	123065	Casa de Farinha Comunitária	Alex Alves de Morais	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	63
570	123155	Feira do Hip Hop 1° Edição	Otávio Damichel Marques	Brasília	DF	CO	18 a 24	63
571	122766	L'insouciance - políticas do desprendimento	Daniel Chueke Jablonski	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63
572	120814	Projeto Memórias do Mar	Euclydes da Cunha Neto	Itajaí	SC	S	25 a 29	63

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

573	122558	Cúpula12 Gravadora - Editora - Produtora	Thays Alves Bonette	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	63
574	122763	Produção e expressão artística e cultural nas áreas e/ou segmentos	Kelly Cristina de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	63
575	122867	Projeto Cultura e arte na Comunidade	Adriano Souza dos Santos	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	63
576	124716	Projeto Renascer	Fernanda Tomasi	Bento Gonçalves	RS	S	25 a 29	63
577	120910	Blog Diálogo Inconclusivo	Bruno dos Santos Garcia	Sertãozinho	SP	SE	18 a 24	62,75
578	121131	Banco Artístico Potiguar	Renata Benassi de Lucca	São Paulo	SP	SE	18 a 24	62,75
579	122051	Comunicação, Articulação e Mobilização Cultural (Cineclube)	Luma de Almeida Espíndola	Niterói	RJ	SE	18 a 24	62,75
580	122445	Grupo Cultural Zundara	Gisele Maria de Araújo	Alegrete do Piauí	PI	NE	18 a 24	62,75
581	124659	Projeto Hip Hop Lá	Jefferson Rodrigo Daniel da Silva Siqueira	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	62,75
582	126324	Cineclube Lampião Cultural	Ailton da Costa Silva Júnior	Palmeira dos Índios	AL	NE	18 a 24	62,75
583	121802	Festival de Teatro de Campo Largo	Patrícia Cristine Costa	Campo Largo	PR	S	25 a 29	62,75
584	122775	Do Onírico ao Real: Materializando Idéias Criativas no Audiovisual	Alexander dos Santos	Serra	ES	SE	25 a 29	62,75
585	122937	A Arma Escarlate	Renata Pacheco Ventura	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	62,75
586	123048	Orquestra de Violões Tríade	Maria Augusta dos Santos Medeiros	Santa Maria	RS	S	25 a 29	62,75
587	123137	Grupo Parafolclórico Coco do Calemba	Anderson Victor Melo de Lima	São Gonçalo do Amarante	RN	NE	25 a 29	62,75
588	123237	Faça Arte - Grupo de Dança Gafera (Garra Fé e Raça)	Luana Cordeiro de Souza	Arapoti	PR	S	25 a 29	62,75
589	123250	Inclusão pela Libras	Thaissa Azevedo Saraiva Vasconcellos	Mesquita	RJ	SE	25 a 29	62,75
590	123728	O Mundo da Nossa Horta	Ícaro Christovam de Souza Pereira	Florianópolis	SC	S	25 a 29	62,75
591	123864	Poropopó	Ludmilla Coelho da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	62,75
592	124730	Bloco Cultural os Malucos	Carlos Enoque Santos de Santana	Japaratuba	SE	NE	18 a 24	62,5
593	123641	Projeto Caravana Leituarte	Pedro Paulo Correia da Conceição	São Domingos	BA	NE	25 a 29	62,5
594	122147	Crianças e Adolescentes: Fora Droga! Fora Violência!	Antonio Erik Alves Soares	Novo Oriente	CE	NE	18 a 24	62,25
595	122899	Filma Guamá - Documentando a Vida Real	Luiz Otávio Máximo do Vale	Belém	PA	N	18 a 24	62,25
596	123076	Oficina de Instrumentos de Capoeira (Berimbaus)	Eduardo Rocha da Silva	Salvador	BA	NE	18 a 24	62,25
597	123652	Cultura Social: A Arte como forma de inclusão	Elvis Jordan Santos Farias	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	62,25
598	124841	Hatisu: História da Memória	Dennis Weberton Vendruscolo Gonçalves	Vilhena	RO	N	18 a 24	62,25
599	121971	Artesanato, Juventude e Meio Ambiente.	Nereu Cavalcanti Coelho Filho	Porto Nacional	TO	N	25 A 29	62,25
600	122542	CEPAPA agindo	Ewerton Evangelista da Silva	Ilhéus	BA	NE	25 a 29	62,25
601	123257	Cinema Perto de Você	Adriano Cabral da Silva	Feira Grande	AL	NE	25 a 29	62,25
602	124012	"Jogos para dançar"	Petícia Carvalho de Moraes	São Paulo	SP	SE	25 A 29	62,25
603	124810	Davi-digital@Metarede	Davi de Jesus Santos	Salvador	BA	NE	18 a 24	62
604	120783	Revitalização do Culto Consagrado a Nossa Senhora do Amparo, Padroeira do Colégio Estadual da Cachoeira	Anderson Luis de Jesus Pinto	Cachoeira	BA	NE	18 a 24	62
605	121839	As dez mais do Grupo Os Campeiros: 18 anos de história	Espedito de Lima Abrahão Júnior	Caxias do Sul	RS	S	18 a 24	62
606	122743	Projeto Artes na Escola	Jackson Rodrigues Correia	Maracanaú	CE	NE	18 a 24	62
607	123756	Projeto Retratos	Inaê Lara Ribeiro de Paula	Palmas	TO	N	18 a 24	62
608	124737	Casamento LGBT na Parada do Orgulho LGBT de Anápolis GO	Wallace Alberto Batista Pires	Anápolis	GO	CO	18 a 24	62
609	120896	Revitalizando o Amanhã	Mauricia Ferreira de Oliveira	Santana	BA	NE	25 a 29	62
610	122966	Encontro do Ponto de Articulação Nacional do Fora do Eixo - Encontro PAN	Cláudia Schulz	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	62
611	123061	Caravana de Palhaços	Ricardo Abrantes Gadelha	Niterói	RJ	SE	25 a 29	62
612	124701	Tambor de Crioula Boa Esperança	Joselia Gomes Tavares	São Luís	MA	NE	25 a 29	62
613	124848	Tambores e Magia	Altonelles Lopes Damascena	Natal	RN	NE	25 a 29	62
614	120968	Projeto260	Guilherme Bragança Accetta	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	61,75
615	121675	Dia 17 de Maio- Dia internacional do Combate a Homofobia	Bruno Coelho Brandão	Juiz de Fora	MG	SE	18 a 24	61,75
616	121101	Artesanato social - colares beneficentes	Koraiça Prince Tessari de Lima	Campinas	SP	SE	25 a 29	61,75
617	122210	JOIA - Jovens com Oficinas de Iniciação Artística	Flávia Xavier Antunes Sampaio	Salvador	BA	NE	25 a 29	61,75
618	122549	Documentário: Trilhar e Preservar	Francys Pacheco Luiz	Imbituba	SC	S	25 a 29	61,75
619	123390	Banda Fanfarra 1° de Setembro	Tarcísio José dos Santos Dantas	Jardim do Seridó	RN	NE	25 a 29	61,75
620	123729	Ateliê Aberto	Conrado Marques da Silva de Checchi	Araraquara	SP	SE	25 a 29	61,75
621	124889	No Compasso da Dança - Cultura, Saude e Qualidade de Vida	Thais Santoro da Costa	Serra Alta	SC	S	25 a 29	61,75
622	122471	Projeto Ecarte	Fernanda de Almeida Santos	Nossa Senhora do Socorro	SE	NE	18 a 24	61,5
623	124896	Cabelo Afro Brasileiro - Oficina de Corte	Tamires Castro da Silva	Novo Hamburgo	RS	S	18 a 24	61,5
624	123741	Oficinas de EduComunicação	Daniel Pereira dos Santos	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	61,5
625	120784	Dança de Salão: Oficina de Danças Latinas na Periferia	Oelgnandes Santos Júnior	Belém	PA	N	25 a 29	61,5
626	121871	Vem pungar comigo!!	Imira Reis Brito	São Luís	MA	NE	25 a 29	61,5
627	120836	Grupo Cultural Mundo Negro	Cariane dos Santos Freitas	Salvador	BA	NE	18 a 24	61,25
628	121865	Fake Fake Ilustraciones 2012/2013	Sophia Ferreira Pinheiro	Goiânia	GO	CO	18 a 24	61,25
629	122450	Juventude de Talento	Reginilda Montes Tenório	Peixoto de Azevedo	MT	CO	18 a 24	61,25
630	122516	Mistura no Pátio	Isabela Gomes Pinto	Recife	PE	NE	18 a 24	61,25
631	122644	Bumba Boi Oriente, Fazendo Cultura	Magnylson Ferreira Martins	São Luís	MA	NE	18 a 24	61,25
632	123246	CDD na Tela	Igor Viégas Silva Melo	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	61,25
633	124593	Festival Prato da Casa	Amanda Paganini Nazareth	Vitória	ES	SE	18 a 24	61,25
634	124831	Radio Jovem Grajaú	Anderson Marcos da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	61,25
635	124838	Projeto Baú de Leitura	Leide Daiana da Silva Soares	Riachão do Jacuípe	BA	NE	18 a 24	61,25
636	122892	Estúdio da Vida	Marcio Lorena Junior	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	61,25
637	122768	Um Canto Odara	Iara Cassano Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	61
638	122772	Paixão de Cristo do Paulista - Últimos Dias de Jesus	Washington Machado Lima Ferreira	Paulista	PE	NE	18 a 24	61
639	122836	Oficinas de Criatividades	Carolina Franceshi Vieira	Fraiburgo	SC	S	18 a 24	61
640	123887	Palavras de um Jovem Poeta ao Povo	José Ivan Ribeiro dos Santos Filho	Poço Verde	SE	NE	18 a 24	61
641	124190	Manutenção do Grupo Informal de Hip Hop de Goianinha/RN Phoenix All Star	Paulo Cesar de Lima da Silva	Goianinha	RN	NE	18 a 24	61
642	123129	Projeto: Filhos de Assis, o Auto da Paixão de Cristo	Elber Alves de Oliveira	Palmas	TO	N	25 a 29	61
643	120895	Miragem o reflexo do ser	Keila Sirlene Barros de Oliveira	Belém	PA	N	18 a 24	60,75
644	122641	Sandália de Ambuá (Arrastão Cultural)	Gustavo André Silva da Silva	Abaetetuba	PA	N	18 a 24	60,75
645	123636	Brincando no Bumba Meu Boi - Estrela do Mar	Carlos dos Anjos Pacifico Neto	São Luís	MA	NE	18 a 24	60,75
646	124693	Beco do Reggae	Nereida Albernaz de Jesus	Lauro de Freitas	BA	NE	18 a 24	60,75
647	124801	Cabanos: Arte Solidária	Elizandra de Nazaré Barata de Souza	Belém	PA	N	18 a 24	60,75
648	121478	Concertos de Invernos - Música instrumental para a comunidade	Ricardo Ledur Gottardo	Veranópolis	RS	S	25 a 29	60,75
649	122915	Festival Rock Feminino	Vivian Guilherme Marques	Rio Claro	SP	SE	25 a 29	60,75
650	123169	Não deixe o Samba morrer - Roda de Samba do Leme, um evento diferente	Josilene Chaves Albuquerque	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	60,75
651	123753	Atores de Cuca na Rua	Zerivaldo Beserra de Almeida	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	60,75
652	120807	Arte: 1 Real	Heverton Marinho Lacerda	Goiânia	GO	CO	18 a 24	60,5
653	120900	Revista Parafuso	Diego Henrique da Silva	Curitiba	PR	S	18 a 24	60,5
654	123067	Amor a Arte	Adriene Siqueira dos Santos	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	60,5
655	123206	Outros Olhares	Mariane Martins de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	60,5
656	123281	Bumba-Meu-Boi Caprichoso do Vale do Itapecuru de Codó	Lucinete dos Santos Oliveira	Codó	MA	NE	18 a 24	60,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

657	123802	Teatro no território Sisal	Jindiane Silva de Oliveira	Araci	BA	NE	18 a 24	60,5
658	123819	CaJazz - Instrumental Cajazeiras	Ângelo Gomes Guimarães de Sousa	Salvador	BA	NE	18 a 24	60,5
659	122534	Projeto Cultural de Garagem	Elisangela de Oliveira Duarte	São Paulo	SP	SE	25 a 29	60,5
660	124139	Teatro na Escola	Natália Corradi Curioletti	Blumenau	SC	S	25 A 29	60,5
661	124702	Coro Terapêutico - Futuridade	Miriam Calabrezi Leite	Marapoama	SP	SE	25 a 29	60,5
662	124802	Semana Municipal de Hip Hop	jose haronildo da silva venancio	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	60,5
663	123148	Festival de Música Erudita de São Paulo	Jessé Scarpellini Vieira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	60,25
664	122364	Msensorial	Edward Augusto Azeredo Marily Junior	Vila Velha	ES	SE	25 a 29	60,25
665	123049	Mo.Ver-Se: Instalação de Artes do Movimento	Jânio de Jesus Bogéa Dutra	Arari	MA	NE	25 a 29	60,25
666	123236	Cineclubismo na Contra Corrente Cultural	Robson Vieira dos Anjos	Santa Maria da Vitória	BA	NE	25 a 29	60,25
667	123733	Hip Hop Contra a Fome	Diogo Miguel da Luz	São José dos Pinhais	PR	S	25 a 29	60,25
668	122121	Lazer e Dança: Um processo de movimentos e transformação no bairro da Esperança	Mayanny Xavier Belo	Santarém	PA	N	18 a 24	60
669	122850	Show Lagos Contra Homofobia	Paulo Vitor Jotha Lopes	São Pedro da Aldeia	RJ	SE	18 a 24	60
670	123024	Do Nosso Jeito	Vanessa Santin	Campo Verde	MT	CO	18 a 24	60
671	123091	Descobrindo Talentos, Concretizando Sonhos	Augusto Guilherme da Costa Mendonça	Remanso	BA	NE	18 a 24	60
672	123120	Talk Session (Sessão de Conversa)	Amanda Baroni Lopes	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	60
673	124774	Brincando de Radio Aprendo Cultura	Edson Silva de Souza	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	60
674	122478	Música Baiana? O Camará e a promoção da música contemporânea brasileira	Paulo Oliveira Rios Filho	Salvador	BA	NE	25 A 29	60
675	123671	Momento Cultural	Maria Micinete de Lima	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	60
676	124718	Artista Brasileiro - Criação, Valorização e Difusão da Musica e Cultura Popular Brasileira	Raul Felipe Campos Bruno da Cunha	Itajaí	SC	S	25 a 29	60

LISTA DAS INICIATIVAS DESCLASSIFICADAS

Ord.	PRONAC	Nome do Projeto	Proponente	Município	UF	REG	Faixa Etária	Média
1	122935	Balaio Cultural	Mariana Fernandes Teles	Tuparetama	PE	NE	15 a 17	59,75
2	122990	Comédias na Internet	Vitor Duarte Correia	Goiânia	GO	CO	18 a 24	59,75
3	124752	Ilú Ni Lewá Daradará (Meu Atabaque é Lindo) dialeto Yourubá	Rodrigo Alves Domingos	Hortolândia	SP	SE	18 a 24	59,75
4	122218	Trinca Caipira - Bailão e Viola	Fabiula Souza e Silva	Brasília	DF	CO	25 a 29	59,75
5	122884	Coletivo de Arte e Comunicação Áudio Visual	José Moises de Oliveira Silva	São Miguel dos Campos	AL	NE	25 a 29	59,75
6	123161	Eu Livre - Educação em Saúde	Mariana Almeida Medeiros Bezerra	Brasília	DF	CO	25 a 29	59,75
7	123997	Festival da Cultura Japonesa na Ilha Grande	Amanda Hadama de Carvalho	Angra dos Reis	RJ	SE	25 a 29	59,75
8	123028	Singelo Apresenta	Renata Alves Lopes	Brasília	DF	CO	18 a 24	59,5
9	120818	Festival Internacional de Cinema em Balneário Camboriú	André Felipe Gevaerd Neves	Balneário Camboriú	SC	S	25 a 29	59,5
10	121096	Deixa Florir	Grazielle Mariana Louzada de Souza	Cuiabá	MT	CO	25 a 29	59,5
11	122604	Comunidade de Couro de Porco - Um Exemplo de Luta e Resistência	Marcos Rogério Beltrão dos Santos	Correntina	BA	NE	25 a 29	59,5
12	123163	Musical Mateuzinho boy	Mateus do Socorro Costa	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	59,5
13	123278	Agência Comunicação Livre	José Marcos Batista de Moraes	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	59,5
14	122216	Acorde... O Fole Meu Brasil!	Vitoria de Faria Bazanelli	Campinas	SP	SE	15 a 17	59,25
15	122878	Asa Branca	Daniela Silva de Jesus Santos	Sobradinho	BA	NE	18 a 24	59,25
16	123172	Apresentação teatral - A Paixão de Cristo	Verônica Gonçalves Pereira	Lontra	MG	SE	18 a 24	59,25
17	120785	Livro: O épico popular em Cenas da Paixão Segundo Congonhas	Júnia Cristina Pereira	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	59,25
18	123062	Minha Velha Guarda Querida	Suzi Freitas Rocha	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	59,25
19	120923	Faça Arte - espetáculo Brasileirinho	Juliana Cordeiro de Souza	Curitiba	PR	S	18 a 24	59
20	122211	Música ao seu encontro. Instrutor musical	Eduardo Garcia Andrade	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	59
21	122669	Minha Arte Não Tem Idade!	Jéssika Cristina Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	59
22	124207	Vídeo turismo comunitário	Eloan Archanjo Moreira Gomes da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	59
23	124724	Ballet das águas	Flávia Oliveira Rossetto	Botucatu	SP	SE	18 a 24	59
24	122550	Banda Selva Kayapó	Pykatire Kayapó	Tucumã	PA	N	25 a 29	59
25	122740	Workshop de Dança H2BK	Ronaldo Pereira Marinho Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	15 a 17	58,75
26	121128	Risocínico Encenando Cordel	Daniela Santos Modesto	Estância	SE	NE	18 a 24	58,75
27	122170	Memória Viva - Bairro Serra	Rudney Mota Monteiro	Iporanga	SP	SE	18 a 24	58,75
28	122383	Nóis no Centro - Passarela do Hip Hop	Ariane Trindade de Almeida	Aracaju	SE	NE	18 a 24	58,75
29	122554	Lenda Amazônica	Jessica Borges Moreira	Peixoto de Azevedo	MT	CO	18 a 24	58,75
30	120794	Blog Possibilidades na Arte!	Edgar Cezar Benites	São Paulo	SP	SE	25 a 29	58,75
31	122263	Performance e Apreciação da Música Popular Instrumental	Vinicius Costa da Silva	Marília	GO	CO	18 a 24	58,5
32	122834	Teatro Jovem Amador	Gilberto Gesse morais Junior	Ibotirama	BA	NE	18 a 24	58,5
33	123697	Blog Por Aí	Tiago Gouveia da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	58,5
34	123380	Modupé Itan Orisà: Eu Agradeço as Histórias dos Orixás	Luiz Augusto Amâncio Neto	Ribeirão Preto	SP	SE	15 a 17	58,25
35	124664	Gincana Junina	Andrezza Vasconcelos Monteiro	Macapá	AP	N	15 a 17	58,25
36	121861	Projeto Livro: Um Sonho de Periferia	Helloise Rosene	São Paulo	SP	SE	18 a 24	58,25
37	123167	Arraiá de São Sebastião	Darlan de Sousa Rodrigues	São Sebastião do Tocantins	TO	N	18 a 24	58,25
38	123192	Quintandas Culturais - A Arte em Multiplataformas	Joao Pedro de Azevedo Machado Mota	Niterói	RJ	SE	18 a 24	58,25
39	123088	Menina Headbanger	Izadora Ferreira Rodrigues	São Paulo	SP	SE	25 a 29	58,25
40	120632	Arariboia Rock Apresenta	Guilherme Marins Carvalho	São Gonçalo	RJ	SE	25 a 29	58
41	122453	Corpos em Movimento - Ritmo e Emoção	Uelinton Fraga de Oliveira	Japeri	RJ	SE	25 a 29	58
42	122619	Sonho?	Lincolin de Jesus Pessoa	Salvador	BA	NE	25 a 29	58
43	122950	Reconstruções	Maécio Monteiro Monteiro	Belém	PA	N	25 a 29	58
44	122961	Comunicação na Escola	Fernanda de Freitas Pereira	Itajaí	SC	S	25 a 29	58
45	123630	Teatro Inclusivo - Um Olhar Especial nas Artes Cênicas	Fernanda Pereira Teodoro da Silva	Santa Rita do Sapucaí	MG	SE	25 a 29	58
46	120825	Mídia Livre no Território Sisal	Francinaldo Araújo de Santana	Araci	BA	NE	18 a 24	57,75
47	123798	Festival da Personalidade LGBT do Território Sisal	Gerdson Santos Alves	Araci	BA	NE	18 a 24	57,75
48	121097	Samba é fineza	Vinícius Silva de Oliveira	Brasília	DF	CO	25 a 29	57,75
49	122447	Mistura Étnica	Delmar Camilo Soares Junior	Recife	PE	NE	25 a 29	57,75
50	122616	Bandoneon: Um pequeno bailado	Ana Carolina Leimann	Florianópolis	SC	S	25 a 29	57,75
51	122986	Zouk Recife	Jacqueline Roberta Carneiro de Lima	Camaragibe	PE	NE	25 a 29	57,75
52	123889	Otaku Friends - Mostra cultural de anime e mangá	José Pereira da Silva Neto	Granja	CE	NE	25 a 29	57,75
53	124708	Projeto Domingo na Praça	Francisco Kaic Soares Feitosa	Crateús	CE	NE	15 a 17	57,5
54	122054	Cine Juventude	Hilmaliton Costa Sousa	Rosário	MA	NE	18 a 24	57,5
55	124013	The Schneiders, nossos ídolos ainda são os mesmos.	Thaís Mazutti Schneider	Quinze de Novembro	RS	S	18 a 24	57,5
56	122944	Oficina de Xilogravura Itenerante - Um Saber Democratizado	Vivianne Fernandes de Sousa	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	57,5
57	122676	Cultura e Economia Solidária	Caroline Maciel dos Santos	Salvador	BA	NE	18 a 24	57,25
58	122752	Projeto de documentários Além do que se Vê	Gabriela Passos Alves dos Santos	Santo André	SP	SE	25 a 29	57,25
59	124016	Brincantes do Auto dos Reis - Congo Real de Aquiraz	Arnóbio Câmara Santiago da Paixão	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	57,25
60	124794	Viva Melhor com a Música	André Moura Dolabella	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	57,25
61	122643	Garota Gay do Ano	Jossiane Sousa e Silva	Capanema	PA	N	15 a 17	57
62	120802	Banda Barangos e Produção de Eventos	Miguel Enerton Veríssimo Moreira	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	57
63	122119	2º Fórum de Música de Vilhena	Rosane Pontes Silva	Vilhena	RO	N	18 a 24	57
64	122476	Camerata Popular de Violões	Felipe Dayvson Batista Gonçalves	Campina Grande	PB	NE	18 a 24	57
65	123253	Projeto Canal OlhoViu	Rilque Tiago Souza de Jesus	Lauro de Freitas	BA	NE	18 a 24	57

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

66	122105	Espetáculos teatrais Cachorro! e Rebu	Vinicius Domingues Arneiro	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	57
67	123670	Dessa Pruma Muito Melhor	Maureenn Schramm Aguayo Alves	Curitiba	PR	S	25 a 29	57
68	120775	Mostra de Dança Belém em Movimento	Yoqui Breno de Araujo monteiro	Belém	PA	N	18 a 24	56,75
69	123008	Resgate	Moisés Monteiro Silva	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	56,75
70	123634	Pinta Aki Véio: A arte do Graffiti rompendo as barreiras do Sertão	Allan Machado Damasceno	Serrinha	BA	NE	18 a 24	56,75
71	122732	Cinema e Animação	Roberta Suelle	Brasília	DF	CO	25 a 29	56,75
72	123898	Cadelis - Poeta Interativo	Gustavo Rudolfo Fernandes Corrêa	Curitiba	PR	S	25 a 29	56,75
73	120834	30 Anos do Festival de Calouros do SESC - Amazonas	Klissy Kely Guimarães	Manaus	AM	N	18 a 24	56,5
74	123019	Tapete Literário	Felipe Ramos de Faria	Santana de Parnaíba	SP	SE	18 a 24	56,5
75	124078	Introdução à Comicidade	Fernanda Caldas Fuchs	Curitiba	PR	S	18 a 24	56,5
76	124781	Coleção Cadernos de Poéticas	Rafael Patrik Procopiuk Walter	Curitiba	PR	S	18 a 24	56,5
77	124832	Brinquedoteca	Samanta de Abreu Ramos	Esteio	RS	S	18 a 24	56,5
78	122625	Raízes Sonoras	Leandro Andrade da Silva	Uauá	BA	NE	25 a 29	56,5
79	124142	Cantando eu mando a tristeza embora	Djeisson Rober Vieira Gomes	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	56,5
80	124663	O Menino é Bom Bate Pàlma pra Ele	Magno Bras de Freitas	São Luís	MA	NE	25 a 29	56,5
81	123033	Preservar o Meio Ambiente é Preservar o Planeta	Andréia Mendes dos Santos	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	56,25
82	121118	O Siri é Meu!	Daisy Carmen Pinheiro dos Santos	Valença	BA	NE	25 a 29	56,25
83	124726	Orquestra Jovem de Violões	Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves	Itabira	MG	SE	25 a 29	56,25
84	120964	Mostra de curtas universitários	Gabriel Goldani Andrioli	Porto Alegre	RS	S	18 a 24	56
85	123264	Animefoz	Yuri Amaral de Barros Coimbra de Araújo	Foz do Iguaçu	PR	S	18 a 24	56
86	123292	Grupo Folclórico Santa Terezinha	Jeferson Leandro do Carmo	Muriaé	MG	SE	18 a 24	56
87	123896	Quadrilha Junina Trapos e Farrapos	Marciano da Rocha Rodrigues	Piracuruca	PI	NE	18 a 24	56
88	124812	Trupe Arte e Vida: Uma caminhada do teatro para formação do cidadão	Luiz Eduardo Rodrigues Gasperin	Naviraí	MS	CO	18 a 24	56
89	122727	Cultura em Foco	Flávia Carvalho dos Santos	Governador Valadares	MG	SE	25 a 29	56
90	122902	Via Sacra Encenada pelo Ministerio Jovem de Tocantinópolis	Ulisses Silva Guimarães	Tocantinópolis	TO	N	25 a 29	56
91	124713	Cia de Dança Estrelas do Amanhã	Joicilene Izaias dos Santos	Rio de Janeiro	RJ	SE	15 a 17	55,75
92	122392	Cavalgada no Assentamento	Gleison Rodrigues Ferreira	Teodoro Sampaio	SP	SE	18 a 24	55,75
93	124598	Olhares da Comunidade	Lucas Nunes Jaques	Santa Maria	RS	S	18 a 24	55,75
94	123254	Agencia Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade	Rafael Orlandi Mesquita	São Paulo	SP	SE	25 a 29	55,75
95	122965	Fora do Eixo Card	Yasmin Bidim Pereira dos Santos	São Paulo	SP	SE	18 a 24	55,5
96	123012	Oficina Para Não-Atores: Estratégias Criativas para o Ensino de Teatro	Francisco Bruno de Sousa	Brasília	DF	CO	18 a 24	55,5
97	123754	Celebrando o Coco da Paraíba	Danylo Queiroz Aguiar	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	55,5
98	120907	Juventude em Roda	Ailton Gonçalves Residencial	Conde	PB	NE	18 a 24	55,25
99	122951	Mus-Arte - Salvanado Vidas com Arte!	Ismael da Conceição Silva	Petrolina	PE	NE	18 a 24	55,25
100	122048	Espetáculo: A Viagem	Verônica Paoluci	Santana do Ipanema	AL	NE	25 a 29	55,25
101	123831	Esquete Teatral ABC da Vida	Emmanuel da Silva Santos	Penedo	AL	NE	25 a 29	55,25
102	121932	SPJam - Maratona Paulista de Desenvolvimento de Jogos	André Minoru Souza Asai	São Paulo	SP	SE	18 a 24	55
103	123637	N Pungada do Tambor de Crioula Pai Velho	Glayce Ellen Mendes dos Santos	São José de Ribamar	MA	NE	18 a 24	55
104	122281	Dancehall Paraibano	Antônio Victor da Silva	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	55
105	122387	Arte na e da Periferia	Elisângela Cabral Moço	Campina Grande	PB	NE	25 A 29	55
106	122734	Paixão de Cristo - Um Espetáculo de Fé e Arte	Claudio Marcio Santos da Silvia	Lauro de Freitas	BA	NE	25 a 29	55
107	123179	Encontro Caririense de Artes	Ederson dos Reis Soares	Cariri do Tocantins	TO	N	25 a 29	55
108	122055	Grupo Lua Cheia	Isaac de Andrade Souza	Cocos	BA	NE	18 a 24	54,75
109	123291	Projeto Capoeirinha	Leidiane Gonçalves de Araujo	Varzelândia	MG	SE	18 a 24	54,75
110	124744	Curso de Formação em Estetica Negra	Ivanilda Amado Cardoso	Marília	SP	SE	18 a 24	54,75
111	121119	Projeto Achuiense Resgatando a História do Homem de Fé: As Três Quedas de Cristo	Luis Eduardo Santos Furtado	Humberto de Campos	MA	NE	25 a 29	54,75
112	121870	Bollywood Dream, O Sonho Bollywoodiano	Beatriz Seignemartin de Paula Leite	Rio de Janeiro	SP	SE	25 a 29	54,75
113	123730	Quadrilha Os Cangaceiros da Juventude	Alessandra de Sousa Santos Costa	Coroatá	MA	NE	25 a 29	54,75
114	121453	Orgulho de ser descendente de Ucranianos	Milena Zakalugem	Prudentópolis	PR	S	15 a 17	54,5
115	122901	Sarau de Imagem	Kenny Rogers de Oliveira Queiroz	Taboão da Serra	SP	SE	18 a 24	54,5
116	123858	Festival de Música Instrumental DOMUSI	Anderson Ferreira Gomes	Cuité	PB	NE	18 a 24	54,5
117	120628	Eu Vim de Lá	Patrick Carvalho da Silva	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	54,5
118	123075	A Arte de Educar através da Dança...	Paola Zonta	Chapecó	SC	S	25 a 29	54,5
119	123220	Atos Urbanos - dança e intervenção urbana	Isis Andreatta Barros	Campinas	SP	SE	18 a 24	54,25
120	123814	Círculo de Leitura Solano Trindade	Talita Romão da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	54,25
121	124740	Iputinga (Bairro dos Artistas)	Michell Platini Santiago Bezerra Vieira	Recife	PE	NE	18 a 24	54,25
122	122050	Teatro na Comunidade	Joilson Custódio da Silva	Bananeiras	PB	NE	25 a 29	54,25
123	122352	La Viratta Stories Blog	Priscilla Batista Tôrres de Lacerda	Belo Horizonte	MG	SE	25 A 29	54,25
124	123131	A Construção da Paz: Um olhar sobre o Complexo do Alemão	Tassia Thais Rufino Pimenta	Campinas	SP	SE	25 a 29	54,25
125	120853	Clube de Preto - cinquenta anos de história do Clube Sebastião Lucas	Tamara Cardoso Belizario	Itajaí	SC	S	18 a 24	54
126	122350	Cultura e Arte	Gleison Fernando Matos Gonçalves	Icatu	MA	NE	18 a 24	54
127	124662	Olhares Perifericos - Periferia em Movimento	Thiago de Souza Borges	São Paulo	SP	SE	18 a 24	54
128	120908	O Lugar não importa, a Capoeira sim!	Francisco Santos da Cunha	Bacabal	MA	NE	18 a 24	53,75
129	123837	Mostra Curto Encontro	Carine Araujo Ribeiro	Salvador	BA	NE	25 a 29	53,75
130	122553	Bloco Firme	Rui Oliveira Costa	Belém	PA	N	25 a 29	53,5
131	122365	Projeto Ijogum - Capoeira Angola & Cidadania	Marcelo Ragner Guerra da Silva	Olinda	PE	NE	18 a 24	53,25
132	123304	Ter uma brincadeira é ter uma alegria na vida	Welton Florentino Paranhos da Silva	São Paulo	SP	SE	25 a 29	53,25
133	123665	Alto Morro dos Cabritos	Gibson Luiz Leon Munhoz	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	53,25
134	120788	ADA - Inclusão digital	Weslley Ferreira da Silva	Itaúba	MT	CO	18 a 24	53
135	121936	Diversou - Valorizando a Diversidade	Dennys de Souza	São Paulo	SP	SE	25 A 29	53
136	122771	Corrente da Paz de Santa Sara Kalí.	Carlos Fernando Stanescon Batuli de Siqueira	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	53
137	122868	Danças e Andanças	Thabata Eloiza Dias Ottoni	São Paulo	SP	SE	25 a 29	53
138	123642	Transformar o Mundo Transformado	Lígia Marina de Almeida	São Paulo	SP	SE	25 a 29	53
139	124757	A Construção da Imagem	Sidney Pereira da Silva	São Paulo	SP	SE	15 a 17	52,75
140	121132	Encontro Nacional da Cultura Afro Brasileira	Afrânio Augusto Barros Pinheiro dos Santos	Belém	PA	N	18 a 24	52,75
141	122730	Domingo na Casa	Ávner da Silva Andrade	São Paulo	SP	SE	18 a 24	52,75
142	122515	Intervenção Social: O Hip Hop Cidadão	Welington Jesus Soranso	Pinhais	PR	S	25 A 29	52,75
143	122855	Metrô de Lá	Fernando Henrique de Oliveira	São Paulo	SP	SE	25 a 29	52,75
144	123034	Projeto Miss Roseana	Roney Alves dos Santos	Cordisburgo	MG	SE	25 a 29	52,75
145	122278	Sonho de Uma Noite de Verão	Lurian Leandro dos Reis	Santa Rita do Sapucaí	MG	SE	18 a 24	52,5
146	122757	A Multiculturalidade de Paratibe	José Cleber Barbosa de Lima	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	52,5
147	123164	Musica Elemento que Transforma	Reichmann Pereira Nogueira	São Sebastião do Tocantins	TO	N	18 a 24	52,5
148	124783	Cítaras dos Sonhos	Hilton Carlos Nunes Torres	Teixeira	PB	NE	18 a 24	52,5
149	121841	Residência Cultural	Isis Maria Oliveira Juvêncio	São Paulo	SP	SE	25 a 29	52,5
150	123656	O Rapto: Estas preparado?	Ronildo Cavalcante da Silva	Tefé	AM	N	25 a 29	52,5
151	123838	Pesquisa acadêmica: Marketing Cultural	Ricardo Tabosa de Sousa	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	52,5
152	124138	Curta-metragem Poliamor	José Agripino da Silva Neto	São Paulo	SP	SE	25 A 29	52,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

153	121867	Cohabitando: Movimentação cultural na COHAB Taipas	Alexandre Ilha de Vilhena	São Paulo	SP	SE	18 a 24	52,25
154	123645	Calçada da Poesia	Anderson da Silva Oliveira	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	52,25
155	121835	A Serra	Lucio Tamino Hollander Correia	Mairiporã	SP	SE	25 a 29	52,25
156	123868	Domingo Roots	Guilherme Augusto Góes Miranda	São José dos Campos	SP	SE	25 a 29	52,25
157	124209	Estou de Bem com a Vida - Carlos Elias e o Samba em Brasília	Leandro Borges da Silveira	Brasília	DF	CO	25 A 29	52
158	122203	Cineclube Colorado	Juliana da Gama Souza	Cariacica	ES	SE	18 a 24	51,75
159	122396	Projeto Colônia de Férias da Cidade da Gente - Experiência com a Cultura Digital	Yuri Peloso Andrade	Santarém	PA	N	18 a 24	51,75
160	122773	Acorda Sobradinho - Coletivo Guindaste	Janaína Montalvão de Lima	Brasília	DF	CO	18 a 24	51,75
161	122895	Dia do Nariz Vermelho	Thais Martarelli da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	51,75
162	120887	Bloco Cultural junino Bom Demais	Aline Santos de Aquino	Mata de São João	BA	NE	25 a 29	51,75
163	122677	Resgat e Vivencia de Brincadeiras Populares	Josilene Rodrigues da Silva	Bananeiras	PB	NE	25 a 29	51,75
164	120770	Registrando os Reisados	Marcos Alexandre do Santos Silva	Tanabi	SP	SE	15 a 17	51,5
165	121110	Faça Arte - Mobilização em prol da cultura e lazer	Suilayne de Araújo Rosa	Arapoti	PR	S	15 a 17	51,5
166	123866	Pop Cine Pantanal	Vagner Fernandes Brito Moura	São Paulo	SP	SE	25 a 29	51,5
167	120889	Encontro com Philippe Gaulier - Continuidade e Contágio	Rodrigo Cardoso Scalari	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	51,25
168	123822	Gambiologia, a Ciência da Gambiarra	Lucas Mafra Spolaor	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	51,25
169	124155	Primeira Semana Cultural da Super Quadra 308 Norte	Gabriel Cardoso do Amaral	Brasília	DF	CO	25 A 29	51,25
170	120890	11° FENERD - Festival Nordeste de Dança de Rua	Francisco Allyson Barbosa Silva	Cajazeiras	PB	NE	18 a 24	51
171	121801	Pesquisa sobre processos culturais e artísticos em cidades dormitório	Cesar Riello Santos	Jandira	SP	SE	25 a 29	51
172	122131	Arte Mania Fashion	Priscila da Silva Pinheiros Santos	Nova Iguaçu	RJ	SE	25 a 29	51
173	122664	Aperitivos	Thiago Ramos de França	Cristalândia	TO	N	25 a 29	51
174	123820	Palco Vivo	Silvianne Lima de Freitas	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	51
175	121129	Mãos Talentosas	Sandra Maíra Pin Dutkercz	Esteio	RS	S	18 a 24	50,75
176	122165	Raizes Kiriri	Elen de Oliveira Teles	Barrocas	BA	NE	18 a 24	50,75
177	123867	Cine Gonzaguinha e Rap no Gonzaga	Bárbara Roma Fadil	São Carlos	SP	SE	18 a 24	50,75
178	124123	Projeto Vivências Com Arte	Wesley Vieira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	50,75
179	124795	Semanas pela Democratização da Comunicação	Janaine Sibelle Freitas Aires	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	50,75
180	122374	Pôr do Santa	Roberto Dias de Paula Junior	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 A 29	50,75
181	122379	Saída de Emergência - O jovem e a diversidade sexual	Giovani Tozi Rocha Domingues	Sorocaba	SP	SE	25 A 29	50,75
182	122567	1º Arraial do Lago de Iporá	Cleiton Alves de Araújo	Iporá	GO	CO	25 a 29	50,75
183	122942	Projeto Trilogia Konquix	Carlos Eduardo Fagundes Maia	São Paulo	SP	SE	25 a 29	50,75
184	123152	Entre cantorias, modas e folias: o patrimônio imaterial em Ribeirão Preto-SP	Fernando Luís Tassinari	Ribeirão Preto	SP	SE	25 a 29	50,75
185	124830	Pajeú Studio Digital	Gleydson Wagner Beserra Lucena	São José do Egito	PE	NE	25 a 29	50,75
186	122373	Identidade Alagoana	Idson Cavalcante Pitta	Maceió	AL	NE	25 a 29	50,75
187	124032	Breaking: interação e comunicação na web	Rogério de Medeiros Silva	Salvador	BA	NE	18 a 24	50,5
188	124762	II Encontro de Mestres e Aprendizes da Cultura Popular	Elida Regina Silva de Lima	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	50,5
189	122117	Comunicação da 10° Jornada de Agroecologia	Hugo Yuichi Kitanishi	Curitiba	PR	S	25 a 29	50,5
190	123305	Micro Projeto Cultural Talentos Daqui	Renato Carvalho Alexandre	Pedra Mole	SE	NE	25 a 29	50,5
191	121864	FEIA - Festival do Instituto de Artes	Isabela Parron Mesa	Barueri	SP	SE	18 a 24	50,25
192	123707	N.O.V.I.R.U.S - Notícias Virtuosas de Utilidade Social	Rafael Cristian da Cunha Viana	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	50,25
193	123834	Projeto Salsa Vip	Ana Beatriz Araújo Tavares	Recife	PE	NE	18 a 24	50,25
194	123839	Banquinha Fora do Eixo	Caiubi Mani Peres	São Paulo	SP	SE	18 a 24	50,25
195	124588	Oficina Comunitária da Cidadania	Rafael Alexsander da Fontoura	Novo Hamburgo	RS	S	18 a 24	50,25
196	121995	JáÉ! Jornal da Agência Experimental.	Jordana Feitosa de Oliveira	Salvador	BA	NE	25 a 29	50,25
197	122155	Arraiá do Gonzagão	Bruno Stephanio Pereira Brasil	Peixoto de Azevedo	MT	CO	18 a 24	50
198	122397	Mascate cineclube	Aline Rosena da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	50
199	123890	Companhia Teatral Outros	Jéssica Adriana Felix	Craíbas	AL	NE	18 a 24	50
200	120768	Transformando Vidas Através da Arte do Teatro	Vânia Soares Lima	Palestina do Pará	PA	N	25 a 29	49,75
201	123844	Treino Livre do Balaio	Leandro Garcia e Garcia Hoehne Peres Polato	São Paulo	SP	SE	25 a 29	49,75
202	123939	Lugar na Platéia	Juana Rondon de Miranda	Brasília	DF	CO	25 a 29	49,75
203	121378	Fragmentos: Recorte de dança a dois	José Aurélio Severo Lobo	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	49,5
204	123277	Culturas, Linguagens e Interfaces Contemporâneas (CLIC)	Enderson Geraldo de Souza Oliveira	Belém	PA	N	18 a 24	49,5
205	124100	Guilherme Tenório - Violeiro e Cantador	Guilherme Tenório de Vasconcelos	Monte Alto	SP	SE	18 a 24	49,5
206	122475	Cores e Formas da Amazônia	Denison Tiago Dias Teixeira	Belém	PA	N	25 A 29	49,5
207	123150	2° Paraiba em Dança Festival	Micêrlandio Silva de Melo	Cajazeiras	PB	NE	25 a 29	49,5
208	123717	Cabaré Fora do Eixo	Vanessa Benites Bordin	São Paulo	SP	SE	25 a 29	49,5
209	120777	Minha Arte	Stephany Julia Peres Rodrigues	Campinas	SP	SE	15 a 17	49,25
210	123106	Grupo de Dança Afro Pedra Dourada	Djalma dos Santos	Diadema	SP	SE	15 a 17	49,25
211	123303	Bumba meu Boi - Unidos de Palmeirândia	Emanuela de Jesus Moreira Coelho	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	49,25
212	122735	Documentário: Rock em Goiânia é notícia?	Paulo Henrique de Assis Faria	Goiânia	GO	CO	25 a 29	49,25
213	123280	Música em Volta do Mundo para a Volta do Mundo	Rodrigo Sigliano Policiano	Curitiba	PR	S	25 a 29	49,25
214	123854	Mega Risco	Wallace Paes Bezerra	Parnamirim	RN	NE	25 a 29	49,25
215	124137	Sonhus 15 anos de Teatro Ritual	Ilka Portela Ferreira	Goiânia	GO	CO	18 a 24	49
216	124169	Geração JA - Jornalismo Adolescente	Ricardo da Silva Santiago	Cubatão	SP	SE	18 a 24	49
217	124187	Viva Escola: o teatro contribuindo para formação de cidadãos	Helder Carlos de Miranda	São José dos Pinhais	PR	S	18 a 24	49
218	124720	Ponto de Leitura Estrela de Ouro	Daniele Maria Ferreira	Aliança	PE	NE	18 a 24	49
219	121324	Ouça Essa Cena	Rafael Tadeu Miranda	São Paulo	SP	SE	25 a 29	49
220	122672	Rede de Blogs - Ambiente Histórico Cultural	Herbert de Andrade Oliveira	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	49
221	122403	Os Karas Encenam	Maria Aline Farias de Melo Costa	Recife	PE	NE	15 a 17	48,75
222	123710	Caretas	Fábio Fonseca Melo	Verdejante	PE	NE	18 a 24	48,75
223	124768	Os Guerreiros da Serra	José Bertônio de Lima Amorim	Maturéia	PB	NE	25 a 29	48,75
224	122049	Incentivo da Valorização da Identidade das Políticas culturais da Umbanda em Bacanal	Fladney Francisco da Silva Freire	Bacabal	MA	NE	18 a 24	48,5
225	123270	Memórias da Resistência	Marco Antonio Visconte Escrivão	Franca	SP	SE	18 a 24	48,5
226	124074	Projeto Colorir	Francisco Adriano Silva de Oliveira	Fortaleza	CE	NE	25 A 29	48,5
227	120642	Dados estatísticos para a prevenção de crimes homofóbicos na Bahia e no Brasil!	Erico Silva do Nascimento	Salvador	BA	NE	25 a 29	48,25
228	122945	Captar Realidade	Lilian Guimarães Conceição	Lauro de Freitas	BA	NE	18 a 24	48
229	123649	Uma Gueixa no Kabuki	Francesca Dal Pogeto de Deus Cardozo	Campo Grande	MS	CO	18 a 24	48
230	124828	A Hora do J.U.C.A (Jovens Unidos Colhendo Alegria)	Sibele Aparecida da Silva Sousa	São Paulo	SP	SE	25 a 29	48
231	121320	Exposição de arte Arsênico	Renan Lucas Lucio de Araujo	Ribeirão Preto	SP	SE	18 a 24	47,75
232	123070	Peça teatral "Quando fui outro" em auxilio as aulas de língua portuguesa do ensino médio público	Eliton Felipe de Spuza	Joinville	SC	S	18 a 24	47,75
233	121876	Festival de Música Independente e Artes Integradas Vaca Amarela	João Lucas de Souza Ribeiro	Goiânia	GO	CO	25 a 29	47,75
234	123212	Site Oficial Caio Fernando Abreu	Liana Farias Carneiro de Sá	Brasília	DF	CO	25 a 29	47,75
235	123860	Sistema Marciano de Trocas	Fernanda de Oliveira Martucci	São Carlos	SP	SE	18 a 24	47,5
236	120792	Desenhando a face da invisibilidade	Geane Silva	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	47,5
237	121950	Cult Cultura: um blog que virou empresa	Thais Polimeni	São Paulo	SP	SE	25 A 29	47,5
238	120869	Dança Indígena Tupinambá	Tárcia Patricia Moreira Santos	São Vicente Ferrer	MA	NE	18 a 24	47,25
239	122241	Revelando Talentos	Fabrício de Sousa Silva	Abaetetuba	PA	N	25 a 29	47,25
240	124141	Clave de Sol	Bethania Alves Cristiano	Cuiabá	MT	CO	25 A 29	47
241	124819	Projeto Arte de Mover o Corpo	Juliana Maria Teixeira de Morais	Fortaleza	CE	NE	18 a 24	46,75
242	120986	Brasil ePub - literatura à flor da tela	Rogério Ananias Barbaresco	São Lourenço do Oeste	SC	S	25 a 29	46,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

243	123128	Olhares de Uma São Paulo Inclusiva	Marcia Aparecida Martins	São Paulo	SP	SE	25 a 29	46,75
244	122758	Leitura Dramática: O doente imaginário de Molière	Ana Carolina de Aguiar Santana e Silva	Palmas	TO	N	25 a 29	46,5
245	122873	CICAS - Centro Independente de Cultura Alternativa e Social	Luiz Carlos Sendro Junior	São Paulo	SP	SE	25 a 29	46,5
246	122890	Orquestra de Violão dos Meninos da Invasão	Ivanildo dos Santos Queiroz	Juazeiro	BA	NE	15 a 17	46,25
247	122128	Ação da Juventude: Juventude em Cena	Marilia Rayssa Costa Rocha	Cajapió	MA	NE	18 a 24	46,25
248	122871	Bumba-Meu-Boi Rosa de Saron	Denise Borges Almeida	São Luís	MA	NE	18 a 24	46,25
249	123835	Compensado	Paula Sotratto Zacaro	São Paulo	SP	SE	18 a 24	46,25
250	122106	Exposição Urbanos Soma no metrô	Nina Lorena Hollander Correia	São Paulo	SP	SE	25 a 29	46,25
251	122866	Notícias Digitais	Aline da Silva Pimentel	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	46,25
252	124808	Cultura Pianística Brasileira	Daniel Inamorato dos Santos Louro	Santo André	SP	SE	25 a 29	46,25
253	122000	ABC Doc	Tiago Augusto Ferreira Neves	Diadema	SP	SE	18 a 24	46
254	123813	Projeto "Eu tenho um sonho"	Adriana do Carmo de Jesus	Campinas	SP	SE	25 a 29	46
255	122137	Documentário - O Que Há Por Trás?	Roberta Monteiro Godoi da Silva	Vilhena	RO	N	18 a 24	45,5
256	123731	Gravação do CD da banda Sobrenome	Felipe Rath Caiuby Ariani	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	45,5
257	121112	Mangue em Foco - um olhar artístico pela preservação	Hellyson Layo de Jesus Bulhão	São Luís	MA	NE	18 a 24	45,25
258	122146	Teatro do Oprimido na Escola - Viva Augusto Boal	Raimundo Nonato Coelho Carvalho	Santa Rita	MA	NE	25 a 29	45,25
259	121454	Sertão - Imagem e Ação: Formação	Kildery Bezerra Silva	Solonópole	CE	NE	18 a 24	45
260	122381	Harmônicas Batalhas	Rodolfo Almeida da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	45
261	123153	I Mostra de Teatro Estudantil de Jahu	Bernardo Henrique Berro	Jaú	SP	SE	18 a 24	45
262	121832	Projeto Passa na Praça	Rafael Annoni Lange	Campinas	SP	SE	25 a 29	45
263	122271	Manual para a criação de paginas na Internet: aprendendo a criar lugares virtuais de memória	Igor Alexandre de Jesus Prado	Aracaju	SE	NE	25 a 29	45
264	123258	Auto de São José	Jose Elias Avelino	Açu	RN	NE	25 a 29	45
265	124095	Por uma autonomia criativa na residência artística colaboratório	Damares Peixoto Barros	Manaus	AM	N	25 A 29	45
266	122922	Projeto Novos Palcos e Platéias	José Anael Neves	Zabelê	PB	NE	18 a 24	44,75
267	122728	Wiki Fora Do Eixo	Gabriel de Souza Fedel	São Paulo	SP	SE	25 a 29	44,75
268	123689	Mesa de Samba BêbadoSamba	Carolina Lopes Wanderley	Olinda	PE	NE	25 a 29	44,75
269	120640	Reisado e desfile de caretas	Denilson Alves Valentim	Meruoca	CE	NE	18 a 24	44,5
270	122056	Festejo de Oxum dos Pretinhos	Joelmir José Santos	Paço do Lumiar	MA	NE	18 a 24	44,5
271	123849	Projeto Férias Solidárias	Mayara Satsuki Kunii	Campinas	SP	SE	18 a 24	44,5
272	120763	Artesãs da paz	Maria Luzinete Fernandes da Silva	Crato	CE	NE	25 a 29	44,5
273	122555	Implantação de um Laboratório de Materiais destinado a conservação-restauração de bens culturais	Thiago Guimarães Costa	Florianópolis	SC	S	25 a 29	44,5
274	122197	Cláe Poezine	Carlos Henrique André	Diadema	SP	SE	25 a 29	44,25
275	122473	CineBecos	Rogério Nascimento Oliveria	São Paulo	SP	SE	25 A 29	44,25
276	124604	Oficina Comunitária de Inglês	Denise Portílio Kraemer	Novo Hamburgo	RS	S	25 a 29	44,25
277	123716	Grupo Produtivo do Timbó	Maria Julianna Gomes do Nascimento	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	44
278	122764	Fat Laces	Rafael Marcos de Jesus	São Paulo	SP	SE	25 a 29	44
279	123367	Capoeira Girassol	Adelvan de Lima Nunes	São Paulo	SP	SE	25 a 29	44
280	123643	Fundunço	Janayna Sheyla da Silva Vidal	Verdejante	PE	NE	25 a 29	44
281	122470	Semearte 2012	Elen Débora Rodrigues Teram	Belém	PA	N	18 a 24	43,75
282	122369	Carranca, sua história sem fronteiras	Dandara Barboza Almeida	Salvador	BA	NE	25 A 29	43,75
283	123031	Rua: Público-privado	Leandro Sena	Brasília	DF	CO	25 a 29	43,75
284	123141	Festival Encantado	Heitor Hermann Collyer dos Santos	São Paulo	SP	SE	25 a 29	43,75
285	121938	Yuri & Will Música Independente	Yuri Claudio Gomes de Morais	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	43,5
286	126328	Projeto Livre	Leandro Caldeira da Conceição	Nova Iguaçu	RJ	SE	25 a 29	43,5
287	123845	Kyrie	Flávio César Magalhães Lopes Rodrigues	Maringá	PR	S	18 a 24	43,25
288	122896	Projeto Educapoeira e 1º Ginga Guarujá	Danilo Compiani Ramos	Guarujá	SP	SE	18 a 24	43
289	123181	Parteiras do Moinho	Ângela Daniela Sousa Matos	Icatu	MA	NE	18 a 24	43
290	120779	(Projeto Reação Sankofa) R.B.F. Rapaziada da Baixa Fria.	Lázaro de Oliveira Evangelista	Salvador	BA	NE	25 a 29	43
291	121998	Documentário: Curta Metragem Lavagem Nativa Ativa	Débora Matos Maia	Salvador	BA	NE	25 a 29	43
292	122970	Quinta Bendita	Elida Cristina de Castro e Silva	Piquete	SP	SE	25 A 29	43
293	123265	Grafismo: da simbologia a identidade	Fernando Caixeta	Ilha Comprida	SP	SE	25 a 29	43
294	124823	Grupo de Xaxado Bandoleiros do Sertão	Carlos Cleiton Evangelista Gonçalves	Triunfo	PB	NE	25 a 29	43
295	123009	Marquinho dos Teclados	Marcus Marques Brito	Carrasco Bonito	TO	N	15 a 17	42,75
296	122910	Encontro Interestadual de Capoeira	Rafael Gomes Inácio	Adamantina	SP	SE	25 a 29	42,75
297	124591	Filme: O dia que o bicho deu a galinha	Marciano da Silva Pereira	João Pessoa	PB	NE	25 a 29	42,75
298	120902	Orquestra de Violões de Campo Grande	Luiz Cesar Gonzaga	Campo Grande	MS	CO	18 a 24	42,5
299	123706	Batalha Central	Daniel Bidia Olmedo Tejera	Piracicaba	SP	SE	25 a 29	42,5
300	123824	Projeto Riachos do Velho Chico	Erison Martins Amaral	Triunfo	PE	NE	15 a 17	42,25
301	120648	Lully de Verdade	Luisa Clasen Silva	Curitiba	PR	S	18 a 24	42,25
302	122122	Mostra de Danças - Street Dance, Dança Moderna, Tambor de Crioula e Terecô de Caixa	Rosivaldo Gonçalves	Santa Rita	MA	NE	25 a 29	42,25
303	122726	Cartografia das metodologias de ensino-aprendizagem dos Pontos de Cultura	Sara Gonçalves de Mendonça Uchôa	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	42,25
304	123806	Doces Delícias	Karine da Silva Dias	Esteio	RS	S	18 a 24	42
305	123723	Tratado sobre o coração das coisas ditas	Nivaldo Brito Santos	São Paulo	SP	SE	25 a 29	42
306	124080	Agência Musicom Assessoria	Marcus Petrônio Fernandes Iglesias Junior	Recife	PE	NE	18 a 24	41,75
307	123750	Pimp my Carroça	Thiago Teixeira Leite Ackel	São Paulo	SP	SE	25 a 29	41,75
308	123047	Cinema e Mundos do Trabalho	Douglas Samoel Fonseca	São Paulo	SP	SE	25 a 29	41,5
309	124825	Jovens Multiplicadores	Regiane Maria Mazzer	Pilar do Sul	SP	SE	25 a 29	41,5
310	121279	Dança Portuguesa Beleza de Portugal - Produção e Circulação	Jean Francisco Martins Amorim	Palmeirândia	MA	NE	18 a 24	41,25
311	121912	Power of Dance Crew	Diego Lima Ramos	Barra dos Coqueiros	SE	NE	18 a 24	41,25
312	123629	ONG Filhos das Estrelas	Ygor Azevedo Soares de Souza	Barbacena	MG	SE	18 a 24	41,25
313	120647	Teatro Lambe-Lambe	Wlisses Figueiredo Matos	São Luís	MA	NE	25 a 29	41,25
314	123861	Arte Brasil - Geração de Renda	Jessica Pereira	Diadema	SP	SE	18 a 24	41
315	124206	Pilha Sonora	Roberto Jaffier Melo de Lima Santos	Olinda	PE	NE	18 a 24	41
316	120808	Rum, Rumpi e Lê: O Toque da Cultura	Bruno Jesus Solano da Cruz	Ribeirão Preto	SP	SE	25 a 29	41
317	123000	Sarau do Manolo	Vinícius Roberto de Souza	Atibaia	SP	SE	25 a 29	41
318	123628	A Sétima a Arte em Mogi	Luiz Henrique Dalbo	Mogi Mirim	SP	SE	25 a 29	41
319	123211	IPSEP tem Rock	Maxwell Monteiro Mesquita	Jaboatão dos Guararapes	PE	NE	18 a 24	40,75
320	123751	No batuque do tambor: Mulheres Jovens em Ação	Ana Beatriz de Oliveira Souza	São Paulo	SP	SE	18 a 24	40,75
321	121008	ComunicArte	Tiago Nascimento	Iepê	SP	SE	25 a 29	40,75
322	122767	Parlenda - A Construção do individuo através do Teatro	Carolina Sachetto Panini	Jaú	SP	SE	25 a 29	40,75
323	123037	IV Festival Atos de Teatro Universitário	Nathan Nascimento Cirino	Campina Grande	PB	NE	25 a 29	40,75
324	123372	Colméia Cultural	Carolina Gierwiatowski Gomes	Araraquara	SP	SE	18 a 24	40,5
325	124010	Programa na Ondas do Rádio, Orós, Ceará	Carlos Rangel Sousa Ferreira	Orós	CE	NE	18 a 24	40,5
326	124779	I Mostra de Teatro de Pilar do Sul	César Augusto dos Santos Carvalho	Pilar do Sul	SP	SE	18 a 24	40,5
327	123013	Blog Oficial do Artista Visual Jr. Misaki	José Jerônimo Vieira Júnior	Patos	PB	NE	25 a 29	40,5
328	123245	Vjzaria Video Mapping Brasil	Vinicius Santana de Medeiros Luz	São Paulo	SP	SE	25 a 29	40,5
329	123719	Livro Instintiva - Em Prosa & Verso	Monique Malheiros Barcellos	Saquarema	RJ	SE	25 a 29	40,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

330	124079	Resgate da Cultura Brasileira: Um desafio em um Mundo Globalizado	Reynaldo Machado de Almeida Gomes	São Fidélis	RJ	SE	15 a 17	40,25
331	122243	Coral Literário: Amoresia: Amor e Poesia	Marília Pereira de Melo	Pedro Velho	RN	NE	18 a 24	40,25
332	123156	Intercambio Hip Hop Dance	Manoel Antonio Flor Júnior	Criciúma	SC	S	18 a 24	40,25
333	120764	Mostra Cultural de Alegrete	Danniele Pinheiro Sobrosa	Alegrete	RS	S	25 a 29	40,25
334	122721	Festival Afro Cultural	Fleibert Rodrigues de Sousa	Teresina	PI	NE	25 a 29	40,25
335	120772	ICCP em Rede	Admilson Veloso da Silva	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	40
336	123244	Encanto em Cena: Baile do Menino Deus	Leandro Roberto de Lima Silva	Encanto	RN	NE	18 a 24	40
337	123297	Revista Cineminha	Lourenço Aparecido Favari	Rio Claro	SP	SE	25 a 29	40
338	121401	A Poesia pede Licença...	Adriano Stênio Genaro	Santa Bárbara D'Oeste	SP	SE	15 a 17	39,5
339	122159	Projeto Coral Sons da Trilha	Raquel Gonçalo da Silva	São Tomé	RN	NE	18 a 24	39,5
340	122833	D-Jovens Gold Edition	Camilla Soares de Souza	Brasília	DF	CO	18 a 24	39,5
341	122762	Projeto de Contação de História A História é Negra	Monique da Rocha Alves	Vitória	ES	SE	25 a 29	39,5
342	122883	Relações sociais no esporte	Patrícia de Carvalho Silva	Natal	RN	NE	25 a 29	39,5
343	123298	Canal Cultura Fácil	Diocélio Adelino dos Santos	Tijucas	SC	S	25 a 29	39,5
344	122507	Revista Nil	Flora Egécia Oliveira Morais	Brasília	DF	CO	18 a 24	39,25
345	124602	Oficina Comunitária de Radiodifusão	Jackson Patrick de Oliveira	Novo Hamburgo	RS	S	18 a 24	39,25
346	124809	Cerâmica Arte Educação	Juliana Ramos Izidoro	São Roque	SP	SE	18 a 24	39,25
347	120759	Pixelando Online	Edson José Bastos de Oliveira Júnior	Salvador	BA	NE	25 a 29	39,25
348	122202	Encontro Boa Praça 5 anos (2007-2012)	Vinicius Longo	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	39,25
349	123043	Viveiro Ecológico Cabuçu	Daniele dos Santos Marques	Guarulhos	SP	SE	25 a 29	39,25
350	123640	Projeto Escola de Música	Hércules Carlos de Almeida	São José do Brejo do Cruz	PB	NE	25 a 29	39,25
351	124723	Banda Filos	Luciano Cardoso Costa	Capinzal do Norte	MA	NE	18 a 24	39
352	123200	Grupo Deivasons	Thais Montanari Cabral	Belo Horizonte	MG	SE	25 a 29	39
353	126327	Oficinas de Ritmos Brasileiros	Julia Horesh Brettas	Assis	SP	SE	18 a 24	38,75
354	122104	Molde, Corte e Expressão	Adriana Cristina Vieira Pastorello	São Paulo	SP	SE	25 a 29	38,75
355	123830	Festival de Capoeira Roda de Bamba	Leandro Busanello de Araújo	Campo Grande	MS	CO	25 a 29	38,75
356	122367	Festival Cultura em Quadra	Rodrigo Cassiano dos Santos	Diadema	SP	SE	18 a 24	38,5
357	123862	SMD Kadmirra - Aeromoças e Tenistas Russas	Juliano Cesar Parreira	São Carlos	SP	SE	18 a 24	38,5
358	120893	Bolhas de Sabão e histórias	Carolina Soares Barberan	Niterói	RJ	SE	25 a 29	38,5
359	121986	Periferia Invisível	Bruno Veloso	São Paulo	SP	SE	18 a 24	38,25
360	123259	Oficinas de técnicas vocais da Vila Cruzeiro	Leandro Nunes Jorge	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	38,25
361	123370	Cidade Digital, Reciclart	Geiciane do Nascimento Rezende	São Bernardo do Campo	SP	SE	18 a 24	38,25
362	123518	Banda Zero Bala	Luãn Saraiva Cardoso	São José do Brejo do Cruz	PB	NE	18 a 24	38
363	120641	Laboratório de Criatividade Textual	Lhaisa Andria	Foz do Iguaçu	PR	S	25 a 29	38
364	121834	Projeto Lindo do Horizonte	André Ricardo de Almeida	São Paulo	SP	SE	25 a 29	38
365	123715	Julietas	Caliane Souza de Oliveira	Brasília	DF	CO	18 a 24	37,75
366	122754	Oficina de Pintura	Duane Bahia Benatti	Campinas	SP	SE	25 a 29	37,75
367	120914	Canal Informativo Coqueiro Power	Kaio Joan da Silva Santos	Coqueiro Seco	AL	NE	18 a 24	37,5
368	123093	Doutores Saltimbando: Cultura e Saúde no Hospital...	Cristian Alex Dala Vechia	Pinhalzinho	SC	S	18 a 24	37,5
369	123811	Rádios comunitárias: conceito e representação	Ricarda Canozo	Campinas	SP	SE	18 a 24	37,25
370	122182	Perifatividade	Paulo Sérgio Rodrigues	São Paulo	SP	SE	25 a 29	37,25
371	122994	Leitores de Paz	Silmara Santos Gonzaga	São Bernardo do Campo	SP	SE	25 A 29	37,25
372	123879	Consumo responsável	Carina Galvão Farias	Fortaleza	CE	NE	25 a 29	37,25
373	123204	Revolução da Colher Digital	Nicolas Barbosa da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	36,5
374	124741	Projeto Resgate Cultural	Stefanie Pauly da Silva	Maceió	AL	NE	18 a 24	36,5
375	122916	Pescando Vidas	Augusto Silva dos Santos	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	36,5
376	123734	Teatro de Grupo no Estado do Acre	Elderson Melo de Melo	São José dos Pinhais	PR	S	25 a 29	36,5
377	123713	Formação de jovens educadores brincantes	Mayara da Silva	Carapicuíba	SP	SE	18 a 24	36,25
378	122371	Intercircu Botucatu 2011	Marília Bassetto Coelho	São Paulo	SP	SE	25 A 29	36,25
379	122885	Dança de Rua e Rap	Tiago Manoel da Silva	Américo Brasiliense	SP	SE	25 a 29	36,25
380	124836	Escola Audiovisual Vale dos Bastiões	Josué Martins dos Santos	Tarrafas	CE	NE	25 a 29	36,25
381	121221	Folclore com inclusão social	Poliana Teles da Silva	Chã Preta	AL	NE	25 a 29	35,75
382	123029	Projeto Espremedor	Ana Paula Arruda Lima	São Paulo	SP	SE	25 a 29	35,75
383	122222	Grupo Sempre Muleque	Alex dos Santos	Niterói	RJ	SE	18 a 24	35,5
384	123851	Nosso Muralismo: Graffiti em Murais	Vander Clementino Guedes	São Paulo	SP	SE	18 a 24	35,5
385	121465	Maneh Produções e Eventos	Eduardo Henrique de Souza Baptista	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	35,5
386	123222	Samba Rock Na Veia Multiplicando a Cultura Samba Rock	Greice Gonçalves	São Paulo	SP	SE	25 a 29	35,5
387	124672	Sementes do Amanhã	André Fogaça Fernandes	Carinhanha	BA	NE	18 a 24	35,25
388	123079	Com Quantas Memórias se faz uma Canção	Leonardo Gonçalves de La Fuente Estevan	Ubatuba	SP	SE	25 a 29	35,25
389	123663	Lira Espacial	Priscilla Santos Rigoletto	Santa Albertina	SP	SE	25 a 29	35,25
390	121831	Reflexões sobre Renato Russo	Valdoni Ribeiro Batista	Guarapuava	PR	S	18 a 24	35
391	123003	Meu Babaçu, Minha Vida	Apoliana Morais de Sousa	Carrasco Bonito	TO	N	18 a 24	35
392	123006	Jovem Pescador	Antonio José Silva dos Santos	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	35
393	123672	Cineclube Caiçara	Diego Albino Morroni	Iguape	SP	SE	18 a 24	34,75
394	123709	Projeto Ocupação Cultural	Fernanda Mendes Soares de Oliveira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	34,75
395	124147	Arte Corrupio	Indra Nogueira Nunes	Barbalha	CE	NE	25 A 29	34,75
396	123123	Teatro no Interior 2012	Alexandre Silva	Macaíba	RN	NE	25 a 29	34,5
397	121046	Concertos Didáticos - Música nas escolas de São Luís	Camila Reis Brito	São Luís	MA	NE	18 a 24	34,25
398	122841	Reisado Mirim Mestre Zacarias de Matos	Rafael de Matos Mendes	Guarujá	SP	SE	18 a 24	34,25
399	123376	Brincando e Reciclando	Demóstenes Barbosa de Araújo	Campina Grande	PB	NE	18 a 24	34,25
400	123294	Um mar de oportunidades - OPOS - Orquestra do Porto de Santos	Adrianne Mansano Okazaki	Santos	SP	SE	25 a 29	34,25
401	121929	Yorimá, homenagem aos 123 anos da escravatura e aos pretos velhos	Diana Brandão	Belém	PA	N	18 a 24	34
402	123199	Contação de Histórias	Vanderlei Mauro da Silva Junior	Varginha	MG	SE	25 a 29	34
403	123679	Projeto Musicando - Oficina Permanente de Musica e Percussão	Maria de Lurdes Pereira	Sinop	MT	CO	25 a 29	34
404	122776	Penelopéia -Obra de vídeo-dança-teatro	Sarah Pusch Nogueira	Florianópolis	SC	S	25 a 29	33,75
405	123817	Construindo Caminhos	Westermon Guilherme Alves	Várzea Grande	MT	CO	25 a 29	33,75
406	124104	Performance Penélope Pileata	Límerson Morales Costa	Curitiba	PR	S	18 a 24	33,5
407	124203	Mutirões de Limpeza e Educação Ambiental na Aldeia Indígena Guarani Tenondé Porã	Luna Borges Berruezo	São Paulo	SP	SE	18 a 24	33,5
408	124735	Jovens no Ar	Gildecy Rodrigues Chaves	Quintana	SP	SE	25 a 29	33,5
409	123015	Curso de Economia Criativa	Thiago Alixandre da Cunha	Votorantim	SP	SE	18 a 24	33,25
410	122696	Entremeados	Júlia Zanlorenzi Tygel	São Paulo	SP	SE	25 a 29	33,25
411	123108	Artista polonês Adam Kalinowski no Brasil	Mirelle Martins Rodrigues	São Paulo	SP	SE	25 a 29	33,25
412	121858	Carimbó na Ilha	Edi Santos de Souza	Belém	PA	N	25 a 29	33
413	121993	Pira na Notícia	Elisangela Nunes Cordeiro	São Paulo	SP	SE	25 A 29	33
414	122483	Zineteca Virtual	Kauê Lopes Garcia	Campinas	SP	SE	25 A 29	32,75
415	122280	Jam ArtCulando	Lucilene Santos da Silva	Diadema	SP	SE	18 a 24	32,5
416	123302	Profissão Escritora	Bárbara Malcut Felipe	Curitiba	PR	S	18 a 24	32,5
417	123726	Criação e produção de periódico acadêmico	Olliver Robson Mariano Rosa	Goiânia	GO	CO	18 a 24	32,5
418	124107	Pra você ouvir primeiro	Camila Pereira Bento Garcia	São Paulo	SP	SE	18 a 24	32,5
419	123066	Babaçu é Sustentabilidade	Francisca Iracy da Silva	Carrasco Bonito	TO	N	25 a 29	32,5
420	123647	Projeto Obrando Arte	Pedro Paulo de Araujo Rodrigues	Goiânia	GO	CO	18 a 24	32,25
421	123722	Eu Chovo...	Naylane Cavalcanti dos Santos	João Pessoa	PB	NE	18 a 24	32,25
422	122679	Revisitar a Arte Urbana - Daqui pra lá, de lá pra cá	Paulo Cesar Meira	São Paulo	SP	SE	25 a 29	32,25
423	122484	Jornal Interessante	Renan Kowakenko de Lima	Osasco	SP	SE	18 a 24	32
424	123096	Auto da Paixão de Cristo em Olímpia	Rodrigo César Marini	Olímpia	SP	SE	25 a 29	32

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

425	122599	1º Encontro de Graffiti do Anil - Beco do Abraão Graffiti Art	Pablo Henrique Guimarães da Mota	São Luís	MA	NE	18 a 24	31,75
426	123840	"Mídias Contemporâneas, Narrativas Populares"	Gabriel Lourenço Martins	Campo Grande	MS	CO	18 a 24	31,75
427	122760	Revolução da Colher Eventos	Bruno Lima Lanna	São Paulo	SP	SE	18 a 24	31,25
428	123083	Auá	Bruno Torato Xavier dos Santos	Campinas	SP	SE	25 a 29	31,25
429	123653	Fotografia e Consciência: Sensibilizando O Olhar	Alan Beserra Toledo da Silva	Santo André	SP	SE	25 a 29	31,25
430	125715	Carne de Segunda	Maurício Matos Caetano	Sorocaba	SP	SE	25 a 29	31,25
431	122290	Nova Geração e Experiência Musical	Luiz Roberto Almeida da Silva	Tanabi	SP	SE	15 a 17	31
432	122108	Ancestralidade no Curriculum Escolar	Rodrigo Martins Garcia	São Paulo	SP	SE	25 a 29	31
433	122110	Projeto Abrigo das Letras	Vagner Sampaio de Souza	São Paulo	SP	SE	25 a 29	31
434	122597	Herança da Senzala	Jefferson Gonçalves de Oliveira	Mauá	SP	SE	25 a 29	31
435	123366	Álbum Outros Lugares	Rodrigo Bezerra	Brasília	DF	CO	25 a 29	31
436	123692	Mundo Fantástico das Ruas	Gabriel Lopes Marques	Brasília	DF	CO	18 a 24	30,75
437	121940	Conhecer a Música: transformar em Saúde e Cultura	Natalia Gonzaga Rabello Brant	Belo Horizonte	MG	SE	25 A 29	30,75
438	122863	Criando Independência nos Emaranhados das Linhas	Vanessa Luiz Trindade	Tanabi	SP	SE	15 a 17	30,5
439	123107	Inclusão digital na terceira idade	Maria Rosane de Sousa Oliveira	Santa Maria do Pará	PA	N	18 a 24	30,5
440	126325	Confraria de Tolos	Paulo Raviere Barreto Dourado	Irecê	BA	NE	25 a 29	30,5
441	123336	Imersão Dom Quixarte	Jhonata Adam Silva Matias	Quixadá	CE	NE	18 a 24	30,25
442	123060	Grupo de Estudo - A Metafisica da Ação Poética	Douglas Rodrigues Novais	Campinas	SP	SE	25 a 29	30,25
443	122506	Antropofagia Urbana	Isabelli Gonçalves Luzia	Diadema	SP	SE	18 a 24	30
444	123190	O Riso em Cena - Oficina de Comicidade Corporal	Suenne Sotero de Abreu da Silva	Olinda	PE	NE	18 a 24	30
445	124035	Projeto Revitalização	Mariah Venturi Navarro Lima	Ribeirão Preto	SP	SE	18 a 24	30
446	122613	AAO12 (Associação Amigos do O12)	Camila Alves Ribeiro	Votorantim	SP	SE	25 a 29	30
447	120644	Raízes do Sertão	Osvaldo Mamedio da Costa	Paulistana	PI	NE	25 a 29	30
448	122184	Workshop Coral de Música Brasileira	Luiz Guilherme Pereira dos Santos Euzébio de Godoy	Mogi das Cruzes	SP	SE	18 a 24	29,75
449	122242	I Encontro Regional de Bandas Independentes - SP Interior	Rafael Ferraz	Sorocaba	SP	SE	25 a 29	29,75
450	122276	Portal FH2I - O interior faz a sua!	Rosana Beatriz Meneses Vieira	Campinas	SP	SE	25 a 29	29,75
451	123661	Fagulha em Cena	Gabriela Vansan	Ribeirão Preto	SP	SE	18 a 24	29,5
452	123828	Prêmio Agente Jovem de Cultura - Festival Niterói de Esquetes	Diego Costa Mesquita	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	29,5
453	123805	Ciranda Cirandá	Thais Fernanda de Carvalho	São Paulo	SP	SE	25 a 29	29,5
454	122114	Passo a Passo	Tamires Pereira de Sousa Reis	Diadema	SP	SE	18 a 24	29,25
455	122561	Projeto 1ª Cena	Caio César Teixeira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	29
456	122640	Teatro, Música, Qualidade de Vida e Interação Social na Cidade das Crianças	William Pacheco	Pinhalzinho	SC	S	18 a 24	29
457	123147	Seguindo a Estrada de Tijolos Amarelos - Teatro, Musica e Infância...	Eduardo Rodighero Mazonetto	Pinhalzinho	SC	S	18 a 24	29
458	120865	Frestep Sergipe - Os Feras da Música Eletrônica	Alexandre Nascimento Ramos	Lagarto	SE	NE	15 a 17	28,75
459	120912	Arte e Cultura no Território Sisal	Simone dos Santos do Amaral	Araci	BA	NE	25 a 29	28,25
460	122778	O Que Você Busca? E o que busco	Rodrigo Prado Evangelista	Londrina	PR	S	25 a 29	28,25
461	123021	Novela Catarina	Maria Eduarda Matias de Araújo Brito	Cubatão	SP	SE	15 a 17	28
462	123859	Produção de Fanzine Educativo para Circulação na Cidade de Esperança-PB	Déborah Denise dos Santos Silva	Esperança	PB	NE	18 a 24	28
463	122264	Toque no Brasil	Caio Eduardo Tendolini e Silva	São Paulo	SP	SE	25 a 29	28
464	124715	Quem Dança é Mais Feliz - Da Cia. de Dança Manos do Hip Hop	Aliara dos Santos Martins	Uberlândia	MG	SE	15 a 17	27,75
465	122257	Bloco Musical Existencialista Quântico	Fábio Ferreira Rennó	Brasília	DF	CO	25 a 29	27,75
466	123071	No Tom Do Brasil	Flora Bitancourt Sapienza	São Paulo	SP	SE	18 a 24	27,5
467	123160	Workshop de Dança - Corpo Autônomo	Tatiane Cristina de Almeida	Votorantim	SP	SE	18 a 24	27,5
468	124827	Projeto III Intercâmbio de Capoeira	Alan David Gomes de Souza	Maceió	AL	NE	18 a 24	27,5
469	123005	Babaçu sem limites	Edilma Gabriel de Barros	Augustinópolis	TO	N	18 a 24	27
470	122013	Teatro - Direito de Todos	Benevenuto Silva	Taquarituba	SP	SE	25 a 29	27
471	124140	Cultura.BR	Cibele Mateus	São Bernardo do Campo	SP	SE	25 A 29	27
472	123098	Poesia é Reflexão	Angélica Maria Sousa Dutra	Humberto de Campos	MA	NE	18 a 24	26,75
473	122354	Intercambio Cultural Bixiga Aires e suas histórias	Clarissa Oliveira da Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	26,5
474	122291	Capoeira e Identidade Cultural	Altair José Mota	Tanabi	SP	SE	25 a 29	26,5
475	123272	"AcoWeb" - Rede de Amigos na Cultura Online	Edivan Pereira da Silva	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	SE	25 a 29	26,5
476	122393	O Acesso à Cultura e os Direitos de Autor na Obra Musical - Pesquisa Científica	Giovanna Almeida Gomez	Curitiba	PR	S	18 a 24	25,75
477	122513	Histórias ao Pé do Morro	Rosana Silva Ferreira	São Paulo	SP	SE	18 a 24	25,5
478	124170	Movimento Entes do Terreiro	Ronei Lopes Delgado	Aquidauana	MS	CO	25 A 29	25,5
479	123089	Curso de Elaboração de Projetos Culturais	Willemberg Junior Francelino da Silva	Goiana	PE	NE	18 a 24	25
480	123855	HQs em ação - mobilizando pessoas de forma simples e divertida	Carolina Lemos Coimbra	São Paulo	SP	SE	25 a 29	25
481	124733	Jovem Aprendiz	Maurino Muniz Salazar Filho	Capinzal do Norte	MA	NE	18 a 24	24
482	123044	Na Batida da Vida	Jonatas dos Santos	Tanabi	SP	SE	15 a 17	23,75
483	123876	Coleção Giancarlo Palanti	Leandro Leão Alves	Guarulhos	SP	SE	18 a 24	23,5
484	121991	Filhos da Luta nordestina: Resgate da Balaiada	Aldenir Gomes da Silva	Nina Rodrigues	MA	NE	18 a 24	23
485	122761	Revista Espelho Negro	Marina Duarte de Souza	São Bernardo do Campo	SP	SE	18 a 24	23
486	123268	Desterro - Resgate e Preservação da Memória	Júlio Cesar de Melo	Votorantim	SP	SE	25 a 29	22,25
487	122469	Temporada Os Tronconenses - Núcleo Teatral Filhos da Dita	Cláudio Henrique Alves Pavão	São Paulo	SP	SE	18 a 24	22
488	123803	Casa de Barro	Raphael Galvano Barboza de Barros	São Paulo	SP	SE	25 a 29	22
489	120848	IQFENIX	Pedro Ítalo Galdino Sabino	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	21,25
490	122725	Sarau do Povo	José Luís de Freitas	Diadema	SP	SE	25 a 29	21
491	122746	Samba Agus Craic	Raphael Cruz Lima	Mairiporã	SP	SE	25 a 29	21
492	123092	Santo Amaro de Grandes Espetáculos	Jamysson Oliveira de Almeida	Recife	PE	NE	18 a 24	20,75
493	124849	Projeto Imagens do Alto	Thiago Angelin Lemos Bianchetti	Maceió	AL	NE	25 a 29	20,75
494	122477	Projeto de documentário: A Arte de Raquel Trindade - Resistência Cultural Afro Brasileira	Renata Takahashi Vuolo	Embu	SP	SE	25 a 29	20,5
495	123740	Projeto Dons - Teatro Musical	Juliana Florentino Carvalho Silva	São Vicente	SP	SE	25 a 29	20,5
496	123664	Coleção Jacques Pilon	Flávia Lopes Trevisan	São Paulo	SP	SE	18 a 24	20
497	124821	Resgatando Valores Pela Dança da Cia de Dança Manos do Hip Hop	Alysson Aparecido dos Santos	Uberlândia	MG	SE	18 a 24	19
498	122829	Coral - Os Sons da Margem	Valeria Vieira de Souza	São Bernardo do Campo	SP	SE	18 a 24	18,25
499	123240	Biblioteca da oralidade e as histórias do entorno	Adilson de Oliveira Freitas	Lages	SC	S	25 a 29	17,25
500	122185	Eu Faço a diferença	Mariana Pfister	Limeira	SP	SE	25 A 29	16,75
501	123180	Tempo-Câmara - Música de Hoje	Marco Antônio Crispim Machado	São José dos Campos	SP	SE	25 a 29	16,75
502	123673	Canção na Calçada	Rafael Pereira Dutra	Belo Horizonte	MG	SE	18 a 24	16,5
503	122936	Grupo Cultural Renascer	Gilson Wagner da Silva	Maceió	AL	NE	18 a 24	15,75
504	123290	Arte - Educação, Cultura e Teatro	Susanna Gabriella Costa Sousa	Aparecida de Goiânia	GO	CO	18 a 24	15,75
505	123746	Hip Hop Contra o Genocídio	Wellington Lopes Góes	São Paulo	SP	SE	25 a 29	14,75
506	124173	Educação Patrimonial na mediação da Arte Contemporânea	Carlos Henrique Meirelles de Castro	São Carlos	SP	SE	25 A 29	14,5
507	122382	Grupo de Gestos Levitas da Nova Geração	Juliana da Silva Santos	Guarujá	SP	SE	18 a 24	14,25
508	123519	Cadeia Produtiva da Música Independente - São Carlos	Luiz Gustavo Belezoni Palma	São Carlos	SP	SE	18 a 24	13,75
509	120913	Papelon! Encadernando idéias	Caio Jose Gonzaga Vieira	Curitiba	PR	S	18 a 24	13,5
510	123275	Trio de Violões Sobressalto	Raiany Julliete da Silva	Natal	RN	NE	18 a 24	13,5
511	122906	Artigo Cientifico: Educação, Cultura e Diversidade	Mircéa Viero	Pinhalzinho	SC	S	25 a 29	12,75
512	123102	Arte da Fotografia	Willian Geovane Trindade	Esteio	RS	S	18 a 24	12,5
513	123109	Porto de Poéticas Teatrais	Franciel de Souza Silva	São Paulo	SP	SE	18 a 24	12,25
514	124796	Sapô em Roda - Quadra Amarela	Anderson Francisco Santos	Diadema	SP	SE	15 a 17	11,5
515	123720	Blogs para uma formação cidadã: novas possibilidades para o ensino de sociologia	Ricardo Ramos Shiota	Campinas	SP	SE	25 a 29	11,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

516	123115	"O não lugar em um tempo perdido" - Buscando a dramaturgia contemporânea	Adriano dos Santos Mota	São Paulo	SP	SE	25 a 29	10,75
517	124888	Renúncia Fiscal e o Papel do Estado no Fomento à Cultura	Rogério Ferreira Santos	São Paulo	SP	SE	25 a 29	10,25
518	123097	O Impulso do Teatro Elisabetano na Cultura da Periferia	Jeison de Lima Domingues	Bragança Paulista	SP	SE	18 a 24	8,75
519	124784	Memórias, Palavras e Cultura Digital	Natália Vasconcelos de Moraes	Carapicuíba	SP	SE	18 a 24	7,75
520	123285	Acáci: Mundo 17	Gustavo Diógenes de Oliveira Paiva	Natal	RN	NE	18 a 24	7,5
521	120894	Confeccionando Sorriso	Eduardo Henrique dos Santos	Pinhalzinho	SC	S	18 a 24	5,25
522	121039	Oficina de Radio para escolas de Assentamentos da Reforma Agrária no Paraná	Wellington Lenon Ferreira Lima	Curitiba	PR	S	18 a 24	5,25
523	123735	Oficina de tranças afro	Francisca de Assunção	Codó	MA	NE	25 a 29	5,25
524	124719	Casa de Leitura Assentamento Filhos de Sepé	Gustavo Zimermann de Moraes	Viamão	RS	S	15 a 17	0
525	120987	No íntimo da poesia	Poliane Andrade de Oliveira	Caratinga	MG	SE	18 a 24	0
526	123895	Produção Cultural no Alto Vale do Itajaí	Ezequias Salla	Rio do Sul	SC	S	18 a 24	0
527	124026	GEP Cultural	Ramon Torres Araújo	Rio de Janeiro	RJ	SE	18 a 24	0
528	124118	Bandoleiros do Sertão: O que o nordeste tem de melhor a gente trás a gente mostra	Miguel Francisco da Silva Júnior	Açu	RN	NE	18 a 24	0
529	121007	Conscientização e Cidadania Teatro: Um por Todos e Todos por Um	Joicilene Emanuelly Medina Nunes	Contagem	MG	SE	18 a 24	0
530	121009	Aracaju Force Breakers	Ronicley Ferreira Gonçalves	Aracaju	SE	NE	18 a 24	0
531	121035	2° Batalha doa Caetés (Breaking/Hip Hop)	Wallace Emeson Procopio Severino	São Miguel dos Campos	AL	NE	18 a 24	0
532	120631	Projeto Común Tierra	Letícia Rigatti Ramires Barcellos	Porto Alegre	RS	S	25 a 29	0
533	122452	Projeto Garagem Capixaba	Hewerson Rossini de Paula	Nova Venécia	ES	SE	25 a 29	0
534	123745	Reconhecendo a África: Uma Identidade Afro?	Reinaldo dos Santos Barroso Junior	Paço do Lumiar	MA	NE	25 a 29	0
535	124073	Projeto Escritores Independentes	Tatiana Bernardino Garritano	Rio de Janeiro	RJ	SE	25 a 29	0

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 642, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria nº 17, de 12 de janeiro de 2010 e art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar público os projetos relacionados no anexo abaixo, incentivados por meio da Lei 8.313/91 que tiveram suas aprovações quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 3º do artigo 75 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 09/02/2012, publicada no Diário da Oficial União de 10/02/2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto	Área	Valor Solicitado (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
10 5209	Teatro em Movimento, 2011	Rubim Produções Culturais e Eventos Ltda	04.823.360/0001-44	Prevê a circulação de 15 espetáculos de artes cênicas, já montados e com bons resultados de público e crítica, em Belo Horizonte, região metropolitana e cidades do interior de Minas. Nosso objetivo é democratizar o acesso, promover o intercâmbio cultural e formar plateia para as artes cênicas em Minas Gerais. Uma outra vertente do projeto é divulgar as montagens mineiras em outros estados do Brasil, além de contribuir para a formação artística mineira através de oficinas/workshops.	Artes Cênicas	1.476.300,00	1.357.660,00	429.960,00
09 8517	Neojibá - Turnê Sinfônica Juvenil 2 de Julho	ArteMatriz Soluções Culturais Ltda.	07.506.882/0001-00	Este projeto visa a realização da Turnê da Sinfônica Juvenil 2 de Julho, pertencente ao projeto NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), pela região Sudeste e centro-Oeste do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. A orquestra é formada por 81 integrantes de 11 a 25 anos de idade, sem distinção de classe social, estimulando e facilitando dessa forma, o convívio entre crianças e jovens de vários segmentos da sociedade.	Música	886.609,89	877.643,80	400.000,00
11 2993	UM VIOLINO COM AMOR NAS APRESENTAÇÕES DE NICOLAU SULZBECK-	Nicolau Sulzbeck	024.465.456-53	Divulgar a música solo instrumental brasileira, com violino, em apresentações de espetáculos musicais -Mostrar o trabalho artístico desenvolvido pelo proponente em ambientes fechados adequados para apresentações, com acesso gratuito para interessados, formando platéias e promovendo acessibilidade à música de qualidade e democratização da cultura SERÃO REALIZADAS 08(OITO) APRESENTAÇÕES PARA PLATEÍAS DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS, ARTISTAS E COMUNIDADE EM GERAL	Música	33.850,00	33.850,00	33.850,00
09 1435	Trios Brasileiros	Orpheus Serviços Ltda	04.429.146/0001-08	Trios Brasileiros é um projeto que pretende gravar e disponibilizar gratuitamente na Internet, 12 obras autorais e não editadas de 3 trios da música instrumental Brasileira que, a despeito de sua alta qualidade artística, não possuem uma dinâmica produtiva regular, com acesso consolidado a canais de difusão existentes. São eles: Regra de Três, Triálogo e Nenê Trio.	Música	49.930,00	48.830,00	48.830,00
08 8213	Olhares	Lar Tia Anastácia	02.242.994/0001-88	Propiciar conhecimento básico sobre técnicas de fotografia. Resgatar e afirmar a história e a cultura local e conscientização de direitos.	Artes Visuais	69.016,00	69.016,00	69.016,00
07 8737	Cia de Dança de Diadema	Associação Projeto Brasileiro de Dança	04.904.390/0001-85	Levar à população carente, estratégias educativas e sociais, através de realização de oficinas de variados estilos de dança para pessoas da periferia, de todas as idades.	Artes Cênicas	681.911,00	391.534,80	388.321,20
08 10610	Circuito de Arte e Cultura - Ano VI	Comida Di Buteco Produções Ltda	06.204.569/0001-55	O Circuito Arte e Cultura tem como objetivo a demarcação de um roteiro urbano de música e artes cênicas, com apresentações gratuitas em 41 bares tradicionais e quatro praças distintas da capital mineira, concomitantemente com o concurso gastronômico Comida di Buteco.	Música	695.596,00	266.880,00	260.000,00
10 5602	Livro Pilares da Tradição	Liga Produção Cultural Ltda.	04.657.021/0001-35	Publicação do livro Pilares da Tradição, do jornalista e escritor Renato Mendonça, com o registro da vida e obra dos principais nomes vivos da cultura regional gaúcha - Paixão Côrtes, Telmo de Lima Freitas, Nico Fagundes e Adelar Bertussi. Além de registar o passado, Pilares da Tradição questionará como o futuro vai acolher a herança que esse quarteto deixa. O processo será publicado num blog e haverá cinco lançamentos na grande Porto Alegre, com palestra e entrada franca.	Humanidades	155.653,00	134.214,30	85.000,00
11 4273	XI Mercado Cultural	Instituto Cultural Casa Via Magia	01.333.518/0001-00	Realizar a XI edição do Mercado Cultural com apresentações de música, teatro, dança e realizações de conferências e workshops em Salvador e em pelo menos 04 municípios do interior do estado baiano e outras capitais brasileiras, além de realizar a Feira de artes, artesanato e projetos, com participação de artesões locais.	Artes Integradas	1.318.250,00	1.240.450,00	400.000,00
10 5248	A viagem do violão Gaucho em 2011	Caminha Produções Artistica Ltda	06.325.240/0001-42	O projeto prevê um roteiro de apresentações culturais em várias cidades da região sul, através de espetáculos instrumentais de violões, acordiões e instrumentos percussivos. Cada apresentação será precedida de uma oficina sobre metodologias e ritmos da música gaúcha, queremos com esse projeto propiciar a interatividade com o público local e apreciadores desse estilo musical.	Música	330.001,99	313.998,99	163.000,00
10 4487	Circuito Atelier Paulo Bruscky	C/Arte Projetos Culturais Ltda.	42.773.754/0001-24	O Projeto Circuito Atelier visa proporcionar a aproximação do público com os artistas em seu espaço de trabalho - o ateliê - e registrar a experiência inventiva dos mesmos em livros autorais. Planejamos a publicação de um livro, um vídeo e uma página na internet do artista Paulo Bruscky.	Humanidades	69.570,64	58.091,70	58.091,70

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08 4430	Nau Brasilis - A História da Construção Naval no Brasil	Solaris Edições Culturais e Produções Gráficas Ltda-ME	66.660.051/0001-58	Edição de livro de caráter iconográfico que resgata a história da construção naval e da navegação mercante, fluvial, costeira e transatlântica no Brasil até os dias atuais, com a retomada da construção naval e o acompanhamento da moderna produção de um navio.	Humanidades	490.224,00	529.364,00	529.364,00
08 6097	Abstracionismo x Figurativo. Homenagem a Leon Degand	Instituto de Arte Contemporânea	03.416.389/0001-49	Exposição "Abstracionismo x Figurativo. Homenagem a Leon Degand" em comemoração do Ano da França no Brasil.	Artes Visuais	1.433.245,00	1.119.750,00	475.000,00
10 10506	Música, Cidadania e Integração II	Ribeiro & Machado Produção, Promoção e Organização de Espetáculos Ltda.	05.480.400/0001-65	O projeto Música, Cidadania e Integração II tem como objetivos: - A ampliação e manutenção da Orquestra Jazz Sinfônica de São João da Boa Vista, durante 12 meses; - A manutenção da Escola de Cordas para crianças e adolescentes de baixa renda da cidade de São João da Boa Vista, durante 12 meses; - Montagem e realização de 04 apresentações públicas da Orquestra.	Música	549.078,00	509.939,15	450.000,00

PORTARIA Nº 643, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 6977 - 8° Encontro Estadual de Invernadas - São Lourenço em Dança
Tabla Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 10.324.353/0001-09
Processo: 01400.023655/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 138.800,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promover e realizar 8º Encontro Estadual de Invernadas - São Lourenço em Dança que ocorrerá nos dias 09 e 10 de março de 2013, no camping municipal de São Lourenço do Sul, integrando mais de 32 CTGS e 56 invernadas, De acordo com a idade dos integrantes, as Invernadas são divididas em Mirim (até 11 anos), Juvenil (até 17 anos), Adulta (até 25 anos), Xiru (até 55 anos) e Monarca (acima de 60 anos). Totalizando ao todo o minimo de 56 apresentações de dança durante os dias de evento.

11 13730 - Um Mundo Sustentável - Teatro Infantil Itinerante
Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.481.398/0001-74
Processo: 01400.041118/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 816.092,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir um espetáculo teatral gratuito e itinerante, desenvolvendo o interesse em arte nas crianças e jovens das escolas públicas brasileiras, promovendo a expressão cultural brasileira. Estima-se atingir 10.000 beneficiados por meio de 144 apresentações em praças e parques públicos.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 6924 - Música de Câmara no Tempo do Império: Concertos musicais baseados no acervo Thereza Cristina Maria
Associação Filarmônica Joseense
CNPJ/CPF: 08.009.548/0001-04
Processo: 01400.022645/20-12
SP - São José dos Campos
Valor do Apoio R$: 331.700,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende realizar 16 apresentações musicais com 2 formações instrumentais diferentes tendo o fortepiano como base (fortepiano e clarinete e fortepiano, violoncelo e violino), o repertório das apresentações terá como fonte as partituras do acervo Thereza Cristina, abrigadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e objeto de estudos (doutorado e pós-doc.) do Prof. Pedro Persone. Também serão realizadas 10 palestras didáticas direcionadas a alunos de escolas públicas e IES.

12 6274 - Gravação e divulgação do cd Qu4rtin - Linha Verde.
Carlos Augusto Menezes
CNPJ/CPF: 723.687.726-34
Processo: 01400.016981/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 455.625,50
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Gravação, prensagem de 3000 cópias do cd intitulado Qu4rtin Linha Verde, do quarteto instrumental mineiro de mesmo nome, composto de dez faixas de músicas autorais cujas melodias e arranjos serão executados por instrumentistas de elevado conceito na área musical mineira e três releituras de artistas consagrados e shows de divulgação.

12 5695 - Gravação e lançamento CD Rai Medrado Mais Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 09.368.720/0001-89
Processo: 01400.016092/20-12
MG - Nova Lima
Valor do Apoio R$: 398.550,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto consiste na produção e lançamento em Belo Horizonte e outras 4 cidades com uma apresentação em cada uma das 5 cidades, de um CD do músico, compositor e baterista Rai Medrado (Raimundo Medrado Santos). Serão 12 faixas de composições próprias realizadas em 28 anos de carreira músical, sendo grande parte dela dedicada à música instrumental mineira.

12 6639 - Ouro Negro - Jazzmania
ZENOG PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 15.356.848/0001-25
Processo: 01400.017527/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 660.800,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto pretende realizar 12 shows instrumentais da orquestra Ouro Negro, na casa noturna Studio RJ, no Rio de Janeiro, dentro da programação das "Noites Jazzmania" que acontecem sempre às terças feiras no local.

11 13346 - Circuito Orquestra Jovem UNISC - 2012
Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC
CNPJ/CPF: 95.438.412/0001-14
Processo: 01400.040675/20-11
RS - Santa Cruz do Sul
Valor do Apoio R$: 187.975,60
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Circuito Orquestra Jovem UNISC pretende realizar 10 concertos de música erudita gratuitos de modo itinerante por 7 cidades do interior do Rio Grande do Sul, com vistas à difusão e incentivo da música erudita nessas comunidades. O repertório será composto fundamentalmente de obras de domínio público e cada apresentação terá duração aproximada de 60 minutos.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 6926 - RODAS DE LIVROS
C.V. Macedo ME
CNPJ/CPF: 15.823.973/0001-06
Processo: 01400.022647/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 383.509,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto RODAS DE LIVROS consiste na circulação de um ônibus adaptado com um acervo de 2.500 livros, durante doze meses, a serem emprestados aos moradores de dez comunidades carentes do Rio de Janeiro que não possuem bibliotecas públicas e a realização de atividades culturais paralelas, a fim de garantir o acesso à diversidade de informação, ampliando seus conhecimentos culturais por meio da leitura. Estimamos que o projeto atenderá a mais de 30 mil pessoas nas dez praças destas comunidades.

12 7086 - Correspondência Amorosa entre Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz
Livraria Correa do Lago Limitada
CNPJ/CPF: 58.527.581/0001-02
Processo: 01400.023855/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 229.359,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Um livro, em edição de luxo, apresentando a transcrição de todas as cartas, muitas delas ainda inéditas, de Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz, seu primeiro e único amor. Este livro contará com texto de Inês Pedrosa, presidente da casa Fernando Pessoa e de Cleonice Berardinelli, especialista em literatura portuguesa. Todas as cartas serão transcritas na íntegra e todas as de Fernando Pessoa e algumas de Ofélia Queiroz serão reproduzidas de forma facsimilar

12 6282 - O fotografo still no cinema
Nostalgia Produção Cinematográfica e Vídeo Ltda
CNPJ/CPF: 11.124.543/0001-37
Processo: 01400.016989/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 357.599,00
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
"O fotógrafo still no cinema" é um livro artístico com o objetivo de reapresentar as obras feitas pelos maiores realizadores de nosso cinema, no período que abrange as décadas de 60 e 70. O livro terá tiragem inicial de 2000 unidades. Paralelamente será realizado um making of das cenas do livro para distribuição em DVD juntamente com a publicação.

12 6579 - BRASIL CONTRASTES - DIVERSIDADE E FACES DA CULTURA BRASILEIRA
MMCK EDITORIAL LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.414.635/0001-99
Processo: 01400.017434/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 279.806,99
Prazo de Captação: 14/11/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir e editar o livro artístico sob o título "BRASIL CONTRASTES - DIVERSIDADE E FACES DA CULTURA BRASILEIRA", que trará em suas páginas exuberantes fotografias e relatos sobre a região sul do país, expondo sua grandeza cultural e natural. A tiragem será de 3.000 exemplares e todos os textos serão reproduzidos em braile, aumentando exponencialmente o perfil dos leitores, possibilitando aos portadores de deficiência visual a fruição de seus direitos culturais.

PORTARIA Nº 644, DE 13 DE NOVEM BRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e do artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 13848 - Torta de Amoras
RUDY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 00.637.889/0001-12
SP - Embu
Período de captação: 01/11/2012 a 31/12/2012
ANEXO II
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
11 13531 - Oficina Itinerante de Arte Urbana
Douglas Camilo Severino Zanovelli ME
CNPJ/CPF: 11.864.381/0001-73
SP - Santos
Período de captação: 31/10/2012 a 31/12/2012

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.113/GC3, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a subordinação e concede denominação ao Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e V, do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.011572/2012-41, resolve:

Art. 1º Conceder a denominação "Grupo Laçador" ao Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1º GAAAD).

Parágrafo único. O 1º GAAAD tem por finalidade o emprego em Ações de Autodefesa Antiaérea.

Art. 2º Alterar a subordinação operacional do 1º GAAAD do COMAR V para o Núcleo de Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (NuBAAAD).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS JUÍZES RELATORES

Proc. nº 25.633/11 - BM "ALMIRANTE MOREIRA VI" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : João Melo Farias (Condutor)
Advogado : Dr. Edson de Oliveira OAB/AM 480
: Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Proprietária)
Procurador : Dr. Fábio Luiz de Souza Carvalho PFE-FUNAI/RJ MAT. 1096473
Despacho : "Defiro a produção de provas requerida pela defesa do 2º representado. Intime-se a FUNAI, na pessoa do seu Procurador, Dr. Fábio Luiz de Souza Carvalho, para que junte a prova pericial requerida no prazo de 15 dias, e indique as testemunhas com endereços que pretende ouvir."
Proc. nº 26.110/11 - ferry boat "ANNA NERY"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado :Jaime Ferreira Marques (Condutor/Comandante)
Advogada : Dra. Ana Theresa Bittencourt B. Cruz Soares OAB/BA 24.155
Representada : TWB Bahia S/A - Transportes Marítimos
Advogada : Dra. Cristiane Pimentel Paganini OAB/SP 101.309
Despacho : "Aos representados para preparação de quesitos das testemunhas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.326/11 - NM "RIO NEGRO"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Francisco Souza Correa (Supervisor de Operações)
Advogado : Dr. Mario Assis Gonçalves Filho OAB/RJ 167.524
Despacho : "Defiro os pedidos de fls.164. Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Proc. nº 26.366/11 - balsa "ARACAJU"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Manoel Francisco Santos (Marinheiro de Convés).
Defensor : Dr. Oséas Pereira Filho (DPU/SE)
Despacho : "Ao Representado para alegações finais. Intime-se a DPU-SE, Dr. Oséas Pereira Filho, para ciência do despacho."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.413/11 - moto-aquática "NE"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : José Candido dos Santos (Condutor).
Advogada : Dra. Fabíola Chericoni OAB/SP 189.561
Despacho : "Ao Representado para provas."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.036/2012 - LM "ARGUS"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Roberto Puhl (Proprietário/Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Paulo Gilson Pinat OAB/SC 13.370
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.134/11 - BALSA "FB-24"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Manuel Antonio Guedes Alves M.E. - MARFORT Serviços Marítimos LTDA.
: Internacional Marítima Ltda.
: Sudeste Navegação e Comércio Ltda
Advogado : Dr. Rodrigo Luiz Zanethi OAB/SP 155.859
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias.
Proc. nº 26.106/11 - Rb "BRAZATRECO III"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Pedro Signorini (Comandante)
Advogado : Dr. Luiz Fernando Yparragirre OAB/RJ 56.358
Representado : Luiz Carlos Cardoso (Mestre)
Advogado : Dr. José Henrique Coelho OAB/RJ 163.121
Despacho : "Encerro a Instrução. À PEM para as alegações finais."
Prazo : 10 (dez) dias.
Proc. nº 25.667/11 - Draga "HAM 309"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representada : Maria Aparecida Pacheco Marques
Advogada : Dra. Larissa Fehlauer Silva OAB/SC 30.262
Despacho : "Encerro a Instrução. À PEM para as alegações finais."
Prazo : 10 (dez) dias.
Proc. nº 26.435/11 - "CABINESS TIDE"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Raimundo Jorge Malcher Cardoso Pereira (Imediato)
: Gilberto Tavares Macedo
Advogado : Dr. Pedro Calmon Neto OAB/RJ 140.764
Despacho : "1) Defiro o requerido no item 1 (fl. 253). 2) Defiro a tomada de depoimento pessoal dos representados conforme requerido (fl. 254, itens 2a e 2b), e da testemunha Carlos Martin Lopez Bello, conforme fl. 254 (item 2c), independente de intimação. Designo o dia 10/12/12 às 09:00h, nova Audiência de Instrução. 3) Quanto as testemunhas listadas nos itens 2d e 2e, Ricardo Trujullo e Edilson Alves e Silva, deverão ser qualificadas indicando as suas relações com este processo, fundamentando."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.679/12 - Moto - "MSC ARMONIA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Nagarajan Sakthivel (Cozinheiro)
: Ivan Maresca (Oficial Sanitário)
Advogado :Breno Garbois Fernandes Ribeiro OAB/RJ 131.402
Despacho : "Defiro conforme requerido em fls. 384."
Prazo : 30 (trinta) dias.

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 13 de novembro de 2012.

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 27340/2012
Acidente / Fato:
EXPLOSÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: NINJA SAN / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: MARINA DE PONTAL / PARANÁ - PR
Data do Acidente: 21/02/2012
Hora: 11h
Data Distribuição: 16/08/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dr. LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 27323/2012
Acidente / Fato:
QUEDA DE CARGA / EQUIPAMENTO NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MARABOU / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: BALSA
Bandeira: ESTRANGEIRA
Local do Acidente: PRAIA DA ILHA DE BARRA VELHA / CANAVIEIRAS - BA
Data do Acidente: 11/10/2011
Hora: 14h30
Data Distribuição: 16/08/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dr. LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 26669/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTE DEVIDO A RUPTURA DE CABOS DE AMARRAÇÃO OU DE REBOQUE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: AMARAL XIV / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: NACIONAL
Nome: AMARAL XVI / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO ITAJAÍ-AÇU / ITAJAÍ-SC
Data do Acidente: 10/09/2011
Hora: 07h
Data Distribuição: 14/02/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dra. ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 27401/2012
Acidente / Fato:
RUPTURA DE CABOS DE AMARRAÇÃO OU DE REBOQUE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO NEGRO / MANAUS - AM
Data do Acidente: 12/06/2011
Hora: 19h10
Data Distribuição: 22/08/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA
PEM: Dr. LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 26717/2012
Acidente / Fato:
EMBORCAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MIRAGEM I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BOTE
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: PRAIA DO CASSINO / RIO GRANDE - RS
Data do Acidente: 04/01/2011
Data Distribuição: 28/02/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: Dra. ALINE GONZALEZ ROCHA

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 13 de novembro de 2012.

ATA DA 6.764ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2012 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 27.220/2012 - Fato da navegação envolvendo a balsa "CAPITÃO LINO" e um caminhão, ocorrido no rio São Francisco, entre os municípios de Manga e Matias Cardoso, Minas Gerais, em 15 de julho de 2011.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Ediney Souza da Silva (Motorista do caminhão).

Nº 27.281/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "CALEBE JÚNIOR", não inscrito, e uma embarcação tipo rabeta, ocorrido no Furo do Piramanha, entre os municípios de Barcarena e Belém, Pará, em 12 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sebastião Pinto Mendes, José Maria Serrão Carneiro e Claudio Barreto Ferreira.

JULGAMENTO

EMBARGOS INFRINGENTES

Nº 24.602/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "BICO BRANCO" e uma lancha sem nome, não inscrita, ocorrido no rio Jacuí, entre as ilhas das Flores e da Pintada, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 17 de abril de 2009.

Embargos Infringentes Nº 08/2012, interposto em 03ABR2012. Embargante: Alexandre Buneder (Condutor), Adv. Dr. Abel Rafael Soares (OAB/RJ 97.376). Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Decisão unânime: não conhecer dos Embargos Infringentes pela inexistência dos pressupostos de cabimento, como também devido a sua deserção pela falta de pagamento do preparo, na forma dos artigos 106 e 108, § 1º da Lei nº 2.180/54.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 23.748/2008 - Acidente da navegação envolvendo o NM "BARCELONA", de bandeira panamenha, com o dolfim de amarração do Terminal da Dow Química, no interior da baía de Todos os Santos, Bahia, ocorrido em 25 de dezembro de 2007.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Paulo José de Azevedo Reis (Prático), Advª Drª Leonilia Maria de Castro Lemos (OAB/RJ 75.746). Decisão unânime: julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 155 a 158), considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta imprudente de PAULO JOSÉ DE AZEVEDO REIS, para condená-lo à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c art. 127, ambos os artigos da mesma Lei nº 2.180/54, com redação alteração pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da Lei.

Nº 25.446/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "SEREIA" com uma cerca e com o coreto da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, localizada no Paraná do Limão, município de Barreirinha, Amazonas, ocorridos em 17 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Socorro Carvalho & Cia. (Proprietária) - Revel, Manoel Nunes Moraes (Comandante) - Revel e José Carlos Ribeiro Coelho (Condutor inabilitado) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", como decorrente da imperícia do condutor, JOSÉ CARLOS RIBEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COELHO, condenando-o à pena de repreensão e multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c art. 124, inc. I. Julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", como decorrente da imprudência dos demais representados, SOCORRO CARVALHO & CIA. LTDA., proprietária e MANOEL NUNES MORAES, comandante, por permitirem que pessoa sem a devida habilitação conduzisse a embarcação em uma época de cheia extrema, condenando a primeira representada à pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 121, inciso VII, c/c o art. 124, inciso II, §1° e art. 139, inciso IV, alínea "a" e o segundo representado à pena de repreensão e multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c o art. 124, inciso II, todos os artigos da Lei 2.180/54. Condenar ao pagamento das custas divididas proporcionalmente às penas de multa aplicadas. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, que aplique sanções em razão de não haver sido despachada a embarcação de acordo com o art. 23, inciso IV do RLESTA (descumprir regra do RIPEAM). Informar à Divisão de Registro do Tribunal Marítimo para verificar e aplicar sanções cabíveis na Lei nº 7.652/88, pelas características da balsa "SEREIA" informadas nos autos.

Nº 26.263/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "TAPAJÓS CAT II", ocorridos no rio Amazonas, município de Monte Alegre, Pará, em 27 de abril de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Viação Tapajós Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. Jaime Bandeira Rodrigues (OAB/RS 41.259). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", como de origem indeterminada, exculpando a empresa Viação Tapajós Ltda. e julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência da empresa VIAÇÃO TAPAJÓS LTDA., condenando-a a pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180 54 com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento de custas na forma da lei.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 26.521/2011 - Acidente da navegação envolvendo o bote "LUANA-F", ocorrido no rio Paraná, nas proximidades do atracadouro da Mineração Porto Camargo Ltda., município de Icaraíma, Paraná, em 26 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 26.978/2012 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o NM "XIN SHAN TOU", de bandeira chinesa, com uma defensa e o cais do Terminal TECON, próximo ao cabeço nº 32 do porto do Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 03 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos do inquérito, tendo em vista a materialidade não comprovada de acidente ou fato da navegação.

Nº 27.073/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "FLORIPA" e seu condutor, ocorrido na baía Norte, Florianópolis, Santa Catarina, em 19 de novembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de infortúnio da própria vítima, mandando arquivar os autos.

Nº 27.097/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BM "BARCARENA PA" com objeto submerso, ocorrido nas proximidades do Furo do Nazário, Belém, Pará, em 04 de outubro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fez uso da mesma o Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho que requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Capitão dos Portos da Bahia e ao Sr. Delegado de Macaé, com fulcro no art. 63 da Lei nº 2.180/54 para que estas autoridades façam oitiva de testemunhas arroladas pelo Representado Carlos Antônio Losant Macedo (rol à fl. 300; quesitos às fls. 332/333 e 354/355 e preparo às fls. 334/335) nos Autos do Processo nº 26.071/2011 e nada mais havendo a tratar, às 15h30min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 8 de novembro de 2012.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de instituições de ensino superior e a emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) referente ao primeiro semestre de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 5º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, bem como no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, resolve:

CAPÍTULO I

DA ADESÃO AO PROUNI

Art. 1º As instituições de ensino superior (IES) interessadas em aderir ao Programa Universidade para Todos (Prouni) deverão emitir Termo de Adesão, por meio de sua mantenedora, no período de 16 de novembro de 2012 até às 23 horas e 59 minutos do dia 5 de dezembro de 2012, exclusivamente por meio do Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), disponível no sítio eletrônico http://prouniportal.mec.gov.br, conforme os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º Todos os procedimentos operacionais referentes à adesão ao Prouni serão efetuados exclusivamente por meio do Sisprouni, estando sua validade condicionada à assinatura digital, nos termos do art. 2º desta Portaria.

§ 2º Para efeitos da adesão referida no caput, o Ministério da Educação (MEC) considerará as informações constantes no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores do Ministério da Educação, competindo à IES assegurar a regularidade das informações constantes do referido Cadastro.

§ 3º O Sisprouni será atualizado anteriormente ao início do período referido no caput com as informações constantes no Cadastro e-MEC, facultada atualização extraordinária de oficio, a qualquer tempo, a exclusivo critério do MEC.

§ 4º No caso de IES que possua mais de um local de oferta de cursos, deverá ser firmado Termo de Adesão específico para cada local, abrangendo todos os cursos e turnos, observado o disposto no § 1º do art. 4º desta Portaria.

§ 5º As mantenedoras de IES participantes do Prouni deverão emitir Termo de Adesão para os locais de oferta criados após sua adesão inicial ao Programa.

§ 6º As mantenedoras de IES interessadas em aderir ao Prouni deverão formalizar manifestação de interesse no Sisprouni de 16 de novembro de 2012 até às 23 horas e 59 minutos do dia 28 de novembro de 2012.

§ 7º A adesão ao Prouni será precedida de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), em observância ao disposto no art. 15 da Lei nº 11.096, de 2005.

§ 8º Em caso de alteração de mantença de IES participante do Prouni, a nova mantenedora, caso não participe do Programa, deverá formalizar sua adesão sob pena de desvinculação das instituições mantidas.

Art. 2º O Termo de Adesão será assinado digitalmente, utilizando-se o certificado digital de pessoa jurídica da mantenedora, tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Art. 3º No Termo de Adesão, a mantenedora deverá nomear um coordenador do Prouni para cada local de oferta.

§ 1º O coordenador referido no caput será responsável pelo registro de todos os procedimentos operacionais especificados no Sisprouni.

§ 2º É facultada à mantenedora a nomeação de até 5 (cinco) representantes do coordenador em cada local de oferta, substabelecidos na responsabilidade deste.

§ 3º O coordenador e respectivos representantes deverão ser funcionários da IES.

§ 4º Todas as operações efetuadas no Sisprouni pelo coordenador e seus representantes deverão ser assinadas digitalmente, com a utilização de certificado digital de pessoa física tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Art. 4º Para efetuar sua adesão, as mantenedoras deverão prestar todas as informações solicitadas no Sisprouni, bem como optar:

I - pela modalidade de oferta de bolsas do Prouni de suas respectivas IES, dentre as estabelecidas pela Lei nº 11.096, de 2005, no caso das IES com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes; ou

II - pela oferta de bolsas adicionais referidas no art. 8º do Decreto nº 5.493, de 2005, observado o disposto nos arts. 6º e 7º desta Portaria.

§ 1º É vedada a oferta de bolsas em cursos ministrados em locais de oferta fora do território nacional.

§ 2º A oferta de bolsas adicionais limita-se ao número de vagas autorizadas para cada curso e turno, subtraídas as correspondentes bolsas obrigatórias ofertadas.

Art. 5º Todas as mantenedoras de IES participantes do processo seletivo de que trata esta Portaria, deverão:

I - considerar nas bolsas ofertadas por meio do processo seletivo regular do Prouni todos os encargos educacionais praticados a partir do primeiro semestre de 2013, inclusive a matrícula e aqueles referentes às disciplinas cursadas em virtude de reprovação ou de adaptação curricular, observados os requisitos de desempenho acadêmico do bolsista;

II - observar, no caso das bolsas parciais de 50% e 25% do Prouni, o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 11.096, de 2005, bem como na Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 e na Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012;

III - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas na seleção eventualmente realizada nos termos do art. 3º da Lei nº 11.096, de 2005, devendo informar previamente aos estudantes pré-selecionados quanto à sua natureza e critérios de aprovação, os quais não poderão ser mais rigorosos do que aqueles aplicados aos estudantes selecionados em seus processos seletivos regulares;

IV - disponibilizar acesso gratuito à internet para a inscrição dos candidatos ao processo seletivo do Prouni;

V - informar, nos editais de seus processos seletivos, o número de vagas destinadas a bolsas integrais e parciais do Prouni em todos os cursos e turnos, em cada local de oferta;

VI - no caso das IES vinculadas ao sistema estadual de ensino, efetuar sua adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;

VII - manter as bolsas concedidas, observado o prazo máximo de utilização, por ocasião do término do prazo de vigência do Termo de Adesão ou nos casos de desvinculação do Prouni por iniciativa de qualquer das partes, nos termos § 3º do art. 5º e do inciso II do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005;

VIII - manter o coordenador do Prouni e seus representantes permanentemente disponíveis e aptos a efetuar todas as operações necessárias no Sisprouni, observados os prazos constantes desta Portaria e os cronogramas divulgados em editais da Secretaria de Educação Superior (SESu); e

IX - cumprir fielmente as obrigações constantes do Termo de Adesão e as normas que regulamentam o Prouni.

Parágrafo único. A seleção dos estudantes quando efetuada pela IES segundo seus próprios critérios conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 11.096, de 2005, será posterior à pré-seleção dos candidatos efetuada pelo MEC e deverá ocorrer até o final do período de comprovação de informações da respectiva chamada.

Art. 6º Somente poderão ser ofertadas bolsas adicionais nos cursos presenciais com conceito maior ou igual a 3 (três) no Sinaes.

§ 1º Para fins de cumprimento do disposto no caput, são considerados:

I - o Conceito de Curso (CC);

II - o Conceito Preliminar de Curso (CPC), na hipótese de inexistência do CC; e

III - o conceito obtido pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), na hipótese de inexistência do CC e do CPC.

§ 2º Observada a ordem prevista no parágrafo anterior, serão considerados os conceitos mais recentemente publicados.

§ 3º No caso dos cursos sem conceito (SC) e não avaliados (NA) no Enade, somente poderão ser ofertadas bolsas adicionais se o Conceito Institucional (CI) da IES for maior ou igual a 3 (três) ou, na hipótese de inexistência do CI, o Índice Geral de Cursos (IGC) da instituição for maior ou igual a 3 (três).

§ 4º As bolsas adicionais eventualmente constantes nos termos de adesão ou termos aditivos, firmados ao amparo desta Portaria e que não atendam ao disposto no caput, serão bloqueadas e não serão ofertadas aos candidatos no processo seletivo.

Art. 7º É vedada a oferta de bolsas adicionais em cursos ministrados na modalidade de ensino a distância (EAD).

CAPÍTULO II

DA EMISSÃO DE TERMO ADITIVO

Art. 8º As mantenedoras de IES que tenham efetuado adesão ao Prouni deverão emitir Termo Aditivo ao processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013 para cada um dos locais de oferta, observado o disposto no § 5º do art. 12 desta Portaria, no período de 16 de novembro de 2012 até às 23 horas e 59 minutos do dia 5 de dezembro de 2012, exclusivamente por meio do Sisprouni, disponível no sítio eletrônico http://prouniportal.mec.gov.br.

Parágrafo único. A emissão semestral do Termo Aditivo é procedimento obrigatório durante o prazo de vigência do Termo de Adesão e independe da realização de processo seletivo para ingresso de estudantes.

Art. 9º A emissão do Termo Aditivo visa a atualização dos dados, parâmetros e condições estabelecidos no Termo de Adesão, observadas as normas que regulamentam o Prouni, mediante a realização de todos os procedimentos especificados no Sisprouni, inclusive, quando couber:

I - alteração da modalidade de oferta de bolsas do Prouni, no caso das IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes;

II - atualização dos dados cadastrais das mantenedoras, instituições e locais de oferta, salvo aquelas importadas do Cadastro e-MEC; e

III - informação do número de bolsas adicionais a serem ofertadas, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.493, de 2005, observado o disposto no § 2º do art. 4º, bem como nos arts. 6º e 7º desta Portaria.

Parágrafo único. Aos procedimentos referentes à emissão do Termo Aditivo aplica-se, no que couber, o disposto no Capítulo I desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 10. Os Termos Aditivos referidos no art. 8º desta Portaria deverão ser assinados exclusivamente por meio do Sisprouni, com certificado digital de pessoa jurídica da mantenedora, tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Parágrafo único. A emissão do Termo Aditivo referido no caput condiciona-se ao prévio registro de todas as informações solicitadas no Sisprouni.

CAPÍTULO III

DA NOVA ADESÃO AO PROUNI

Art. 11. Durante o período especificado no art. 1º desta Portaria, poderão solicitar nova adesão ao Prouni as IES desvinculadas:

I - por denúncia do Termo de Adesão pela mantenedora, conforme dispõe o § 3º, art. 5º, da Lei nº 11.096, de 2005; ou

II - por desvinculação da IES do Prouni por meio de decisão do MEC após regular processo administrativo.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, a IES poderá aderir novamente ao Prouni somente após 4 (quatro) anos contados a partir da data da efetiva desvinculação.

CAPÍTULO IV

DO CÁLCULO DO NÚMERO DE BOLSAS

Art. 12. Os Termos de Adesão ou Aditivos informarão o número de bolsas a serem ofertadas para cada curso e turno pelas instituições participantes do processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013, conforme disposto na Lei nº 11.096, de 2005, e regulamentação em vigor.

§ 1º Para as instituições com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes, o número de bolsas obrigatórias a serem ofertadas em cada curso e turno será calculado conforme especificado a seguir:

I - no caso das instituições que optarem pela modalidade de oferta de bolsas especificada no caput do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005:

a) para os cursos e turnos incluídos no Prouni na adesão referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2005, por intermédio das fórmulas:

I = (W ÷ 9) + [(X + E) ÷ 10,7] - Y, no caso das instituições que no primeiro semestre de 2005 optaram pela regra especificada no inciso I do § 5º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005.

ou

I = (W ÷ 19) + [(X + E) ÷ 10,7] - Y, no caso das instituições que no primeiro semestre de 2005 optaram pela regra especificada no inciso II do § 5º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005.

b) para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos ocorridos do segundo semestre de 2005 ao primeiro semestre de 2012, por intermédio da fórmula:

I = [(X + E) ÷ 10,7] - Y

c) para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos do segundo semestre de 2012 ou primeiro semestre de 2013, por intermédio da fórmula:

I = E ÷ 10,7

II - no caso das instituições que optarem pela modalidade de oferta de bolsas especificada no § 4º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005:

a) para os cursos e turnos incluídos no Prouni na adesão referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2005, por intermédio das fórmulas:

I = (W ÷ 9) + [(X + E) ÷ 22] - Z, para o cálculo do número de bolsas integrais, no caso das instituições que, no primeiro semestre de 2005, optaram pela regra especificada no inciso I do § 5º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005.

ou

I = (W ÷ 19) + [(X + E) ÷ 22] - Z, para o cálculo do número de bolsas integrais, no caso das instituições que, no primeiro semestre de 2005, optaram pela regra especificada no inciso II do § 5º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005.

e

P = V ÷ (SM ÷ 2), para o cálculo do número de bolsas parciais, conforme as equações:

V = R - VI - VP

R = A x 10% + (B + C) x 8,5%

VI = (Z + I) x SM

VP = K x (SM ÷ 2)

b) para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos ocorridos do segundo semestre de 2005 ao primeiro semestre de 2012, por intermédio das fórmulas:

I = [(X + E) ÷ 22] - Z, para o cálculo do número de bolsas integrais, e

P = V ÷ (SM ÷ 2), para o cálculo do número de bolsas parciais, conforme as equações:

V = R - VI - VP

R = (B + C) x 8,5%

VI = (Z + I) x SM

VP = K x (SM ÷ 2)

c) para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos do segundo semestre de 2012 ou primeiro semestre de 2013, por intermédio das fórmulas:

I = E ÷ 22, para o cálculo do número de bolsas integrais, e

P = V ÷ (SM ÷ 2), para o cálculo do número de bolsas parciais, conforme as equações:

V = R - VI - VP

R = C x 8,5%

VI = (Z + I) x SM

VP = K x (SM ÷ 2)

§ 2º Para as instituições beneficentes de assistência social, o número de bolsas obrigatórias integrais a serem ofertadas será calculado, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 11.096, de 2005:

I - para os cursos e turnos incluídos no Prouni na adesão referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2005, por intermédio da fórmula:

I = [(W + X + E) ÷ 9] - Z

II - para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos ocorridos do segundo semestre de 2005 ao primeiro semestre de 2012, por intermédio da fórmula:

I = [(X + E) ÷ 9] - Z

III - para os cursos e turnos incluídos no Prouni mediante adesão ou emissão de termo aditivo referente aos processos seletivos do segundo semestre de 2012 ou primeiro semestre de 2013, por intermédio da fórmula:

I = E ÷ 9

§ 3º As variáveis mencionadas nas fórmulas referidas nos §§ 1º e 2º do caput significam:

I = número total de bolsas integrais obrigatórias a serem ofertadas no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013;

W = número de estudantes ingressantes no primeiro semestre de 2005 regularmente pagantes e matriculados ao final do primeiro semestre de 2012;

X = número de estudantes ingressantes nos primeiros semestres de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 regularmente pagantes e matriculados ao final do primeiro semestre de 2012;

E = número estimado de estudantes ingressantes regularmente pagantes no primeiro semestre de 2013;

Y = número de bolsas integrais obrigatórias adicionadas à metade do número de bolsas parciais obrigatórias. São consideradas as bolsas em utilização, suspensas e pendentes de regularização (apenas para bolsistas beneficiados em primeiros semestres e observados os incisos I e II do § 5º do caput). No caso das instituições que tiverem optado, na adesão referente ao primeiro semestre de 2005, pela regra especificada no inciso II do § 5º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005, a variável Y somente considerará as bolsas parciais concedidas a partir do ano de 2006;

Z = número de bolsas integrais obrigatórias em utilização ou suspensas concedidas em primeiros semestres (apenas para bolsistas beneficiados em primeiros semestres e pendentes de regularização, observado os incisos I e II do § 5º do caput);

P = número de bolsas parciais de 50% obrigatórias a serem ofertadas no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013;

V = valor da receita base disponível estimada para oferta de bolsas parciais de 50% no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013;

SM = semestralidade média = mensalidade média estimada para o primeiro semestre de 2013 multiplicada por 6;

R = receita base para o cálculo do número de bolsas integrais e parciais a serem ofertadas no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013;

VI = valor correspondente às bolsas integrais obrigatórias em utilização, suspensas e pendentes de regularização, concedidas em primeiros semestres (apenas para bolsistas beneficiados em primeiros semestres e observado os incisos I e II do § 5º do caput) e às bolsas integrais a serem ofertadas no primeiro semestre de 2013;

VP = valor correspondente às bolsas parciais obrigatórias de 50% em utilização, suspensas e pendentes de regularização, concedidas em primeiros semestres (apenas para bolsistas beneficiados em primeiros semestres e observado os incisos I e II do § 5º do caput);

A = W x SM = receita correspondente aos estudantes ingressantes no primeiro semestre de 2005 regularmente pagantes e matriculados ao final do primeiro semestre de 2012;

B = X x SM = receita correspondente aos estudantes ingressantes nos primeiros semestres de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 regularmente pagantes e matriculados ao final do primeiro semestre de 2012;

C = E x SM = receita correspondente à previsão de estudantes ingressantes regularmente pagantes no primeiro semestre de 2013;

K = número de bolsas parciais obrigatórias de 50% em utilização, suspensas e pendentes de regularização, concedidas nos primeiros semestres de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 (apenas para bolsistas beneficiados nos primeiros semestres e observados os incisos I e II do § 5º do caput).

§ 4º No caso das IES participantes que efetuarem alteração na modalidade de oferta de bolsas, o cálculo do número de bolsas a serem ofertadas em cada curso e turno será efetuado mediante a aplicação da nova modalidade a todos os processos seletivos de que tenha participado, retroativamente, salvo para o processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2005, ao qual será aplicada a modalidade originalmente utilizada.

§ 5º Para efeito do cálculo do número de bolsas a serem ofertadas, não serão deduzidas do número de bolsas a serem ofertadas no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013:

I - as bolsas adicionais geradas por transferência de turno, desde que no mesmo curso da mesma IES, exclusivamente no caso dos bolsistas que tiverem ingressado no Prouni anteriormente à adesão ao turno de destino da transferência; e

II - as bolsas liberadas em transferência pela IES de origem cujo recebimento pela IES de destino não tenha sido regularmente efetuado por ocasião da assinatura do Termo de Adesão ou Termo Aditivo.

§ 6º Caso o cálculo especificado nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do § 1º do caput resulte em número negativo de bolsas integrais a serem ofertadas, este será considerado igual a zero para fins do cálculo subsequente do número de bolsas parciais a serem ofertadas.

§ 7º A compensação de bolsas adicionais em utilização, suspensas ou pendentes de regularização poderá ser efetuada, a critério da IES, posteriormente à geração das bolsas obrigatórias efetuada nos termos deste artigo.

CAPÍTULO V

DA RETIFICAÇÃO DOS TERMOS

Art. 13. As mantenedoras de IES deverão proceder à correção das informações inseridas nos Termos de Adesão ou Aditivos, quando for o caso, no período de 10 de dezembro de 2012 até às 23 horas e 59 minutos do dia 14 de dezembro de 2012.

§ 1º No período referido no caput será facultado às mantenedoras efetuar a permuta de bolsas de que tratam o § 2º do art. 5º e o § 5º do art. 10 da Lei nº 11.096, de 2005.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º do caput e no art. 19 desta Portaria, será considerado regularmente firmado para todos os fins de direito o último Termo de Adesão ou Aditivo assinado digitalmente, obrigando as instituições à oferta das bolsas nele especificadas.

§ 3º É facultado ao MEC indeferir Termos de Adesão ou Aditivos e respectiva oferta de bolsas.

§ 4º Fica a exclusivo critério do MEC disponibilizar aos candidatos as bolsas adicionais ofertadas na forma desta Portaria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Somente serão permitidas solicitações de desvinculação do Prouni durante o período referido no art. 8º desta Portaria.

Parágrafo único. Após o prazo especificado no caput, será indeferida de ofício qualquer solicitação de desvinculação do Prouni, devendo a mantenedora cumprir regular e fielmente o disposto nos Termos assinados.

Art. 15. A execução dos procedimentos referidos nesta Portaria tem validade jurídica para todos os fins de direito, na forma da legislação vigente e enseja a responsabilidade pessoal dos agentes executores nas esferas administrativa, civil e penal.

Art. 16. A mantenedora de IES que optar por destinar bolsas à reserva trabalhista previstas no art. 12 da Lei nº 11.096, de 2005, e art. 15 do Decreto nº 5.493, de 2005, deverá efetuar solicitação no Sisprouni durante o período de adesão definido no art. 1º desta Portaria.

§1º Para fins do disposto no caput, a mantenedora deverá proceder ao carregamento (upload) em formato Portable Document Format (PDF), do documento original dos atos que formalizam a convenção coletiva ou o acordo trabalhista e suas respectivas alterações, quando couber, que devem estar dentro do prazo de vigência e regularmente assinados.

§2º Caso seja verificada inconsistência nos documentos citados no caput, o MEC indeferirá a solicitação.

Art. 17. A mantenedora de IES participante do Prouni que não emitir Termo Aditivo para cada um dos locais de oferta no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013, salvo o disposto no § 1º do art. 4º desta Portaria, estará sujeita a instauração de processo administrativo nos termos do art. 12 do Decreto nº 5.493, de 2005, aplicando-se, se for o caso, as penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005.

Art. 18. A participação no processo seletivo do Prouni de que trata esta Portaria observará o disposto na Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.

§ 1º Para fins do disposto no caput, a mantenedora deverá proceder ao carregamento (upload) no Sisprouni até o dia 31 de dezembro de 2012 da certidão de regularidade fiscal emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no que tange às contribuições sociais e da certidão conjunta, emitida pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União em formato Portable Document Format (PDF).

§ 2º Caso não seja comprovada a regularidade fiscal da mantenedora nos termos deste artigo o MEC indeferirá a sua participação no processo seletivo de que trata esta Portaria.

Art. 19. Em caso de inviabilidade de execução de procedimentos de responsabilidade das mantenedoras de IES referidos nesta Portaria, devidamente fundamentada e formalmente comunicada, o MEC poderá, a seu exclusivo critério, autorizar a regularização dos procedimentos ou efetuá-los de ofício.

§ 1º A regularização referida no caput será efetuada, exclusivamente, mediante autorização da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação (Dipes) da Secretaria de Educação Superior.

§ 2º Caso a regularização referida no caput implique na diminuição do número de bolsas a serem ofertadas, elas serão excluídas do processo seletivo em curso, sendo invalidadas as correspondentes inscrições de candidatos eventualmente existentes.

§ 3º A regularização prevista no caput não afasta a instauração do processo administrativo referido no art. 12 do Decreto nº 5.493, de 2005.

Art. 20. Fica o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, mediante edital específico, autorizado a modificar quaisquer dos prazos especificados nesta Portaria.

Art. 21. Todos os horários constantes desta Portaria referem-se ao horário oficial de Brasília.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.334, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2012, bem como o disposto no Processo nº 23000.016237/2012-50, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídos, em conformidade com o Anexo desta Portaria, para as Instituições Federais de Ensino os Cargos de Direção - CD-02.

Art. 2º A designação para os cargos distribuídos por esta Portaria deverá ocorrer a partir de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

Código da Instituição	Nome da Instituição	Quantitativo CD-02
26230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	7
26231	Universidade Federal de Alagoas	1
26232	Universidade Federal da Bahia	3
26233	Universidade Federal do Ceará	1
26234	Universidade Federal do Espírito Santo	2
26235	Universidade Federal de Goiás	1
26236	Universidade Federal Fluminense	2
26237	Universidade Federal de Juiz de Fora	3
26239	Universidade Federal do Pará	2
26240	Universidade Federal da Paraíba	2
26241	Universidade Federal de Paraná	1
26242	Universidade Federal de Pernambuco	1
26243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
26244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	7
26247	Universidade Federal de Santa Maria	7
26248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1
26249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
26250	Fundação Universidade Federal de Roraima	3
26251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	7
26252	Universidade Federal de Campina Grande	6
26253	Universidade Federal Rural da Amazônia	7
26254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	7
26255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	7
26258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	7
26260	Universidade Federal de Alfenas	7
26261	Universidade Federal de Itajubá	7
26262	Universidade Federal de São Paulo	7
26263	Universidade Federal de Lavras	7
26264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	7
26266	Universidade Federal do Pampa	7
26267	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	7
26268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	7
26269	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2
26270	Fundação Universidade do Amazonas	1
26271	Fundação Universidade de Brasília	7
26272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	2
26273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	7
26274	Universidade Federal de Uberlândia	2
26275	Fundação Universidade Federal do Acre	2
26276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	2
26277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	2
26278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	7
26279	Universidade Federal do Piauí	1
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	7
26281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	7
26282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	1
26283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2
26284	Universidade Federal Ciências da Saúde de Porto Alegre	7
26285	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	3
26286	Fundação Universidade Federal do Amapá	7
26350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3
26351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1
26352	Universidade Federal do ABC	7
26440	Universidade Federal da Fronteira Sul	7
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará	7
26442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	7

PORTARIA Nº 1.335, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, considerando o disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o contido no art. 3º do Decreto nº 7.311 e no art. 4º do Decreto nº 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010, e ainda, em observância ao disciplinado pelo art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, em conformidade com o Anexo desta Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, do Ministério da Educação (MEC) para as Instituições de Ensino Integrantes da Rede Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

Do MEC para Instituições:

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26411 IF SUDESTE DE MINAS GERAIS	Cargo:	Contador
	Código SIAPE:	701015
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	01
	Códigos:	0980053
26406 IFES	Cargo:	Auxiliar em Administração
	Código SIAPE:	701405
	Classe:	C
	Nº de Vagas:	04
	Códigos:	0202582; 0203952; 0204689; 0206597
26434 IFFLU	Cargo:	Nutricionista
	Código SIAPE:	701014
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	01
	Códigos:	0711014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 990, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto no item 10.1 do Edital nº. 56, de 19 de setembro de 2011, publicado no DOU nº. 185, de 26 de setembro de 2011, resolve:

PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 25 de novembro de 2012, o prazo de validade do Concurso Público destinado ao provimento de Cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior, do Quadro Permanente da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 59, de 18 de novembro de 2011, publicado no DOU nº. 226, de 25 de novembro de 2011. (Processo nº. 23402.001674/2011-65)

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PORTARIA Nº 2.241, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria n° 2.232/IFC/2012, de 09 de novembro de 2012, publicada no DOU em 12/11/2012, seção 2, pág. 22, resolve:

Art. 1º - Fica SUBDELEGADA COMPETÊNCIA aos Diretores Gerais Pro - Tempore do Câmpus Luzerna e dos Câmpus Avançados de Blumenau, Ibirama, São Francisco do Sul e Fraiburgo, para praticar atos de nomeação/exoneração de Cargo de Direção (CD) e Designação/Dispensa de Função Gratificada (FG), no âmbito de seus Câmpus, inclusive nas Nomeações/Designações efetuadas pela Reitoria, ou pelo Campus de Origem.

Art. 2º - Fica SUBDELEGADA COMPETÊNCIA aos Diretores Gerais Pro - Tempore do Câmpus Luzerna e dos Câmpus Avançados de Blumenau, Ibirama, São Francisco do Sul e Fraiburgo, para praticar atos de alteração/interrupção/cancelamento/reprogramação de férias dos servidores, no âmbito de seus Câmpus.

Art. 3º - Os atos referenciados no art. 1º e art. 2º deverão estar em consonância com a legislação vigente para cada situação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

NERI JORGE GOLYNSKI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA Nº 1.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR "PRO TEMPORE" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 874/2012/MEC, publicada no D.O.U. De 05.07.2012, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta no Processo nº 23051.015035/2012-95, no Processo nº 23051.012762/2012-09 e no Processo nº 23051.012972/2012-99, resolve:

Art. 1º DISSOLVER a Comissão Permanente de Planejamento e Organização de Concurso Público destinado a seleção de candidatos para provimentos no Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal do Pará, designada pela Portaria nº 206/2012-GAB., de 08/03/2012.

ÉLIO DE ALMEIDA CORDEIRO

PORTARIA Nº 1.044, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR "PRO TEMPORE" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 874/2012/MEC, publicada no D.O.U. De 05.07.2012, no uso de suas atribuições legais, por determinação do Conselho Superior do IFPA, considerando as disposições e documentos anexos constantes do Edital nº 004/2012-GAB, destinado a selecionar candidatos para provimentos no cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e formação do cadastro de reserva,

Considerando o que consta no Processo nº 23051.012972/2012-99,

Considerando o Parecer nº 078/2012-PF/PA/PGF/AGU/IFPA, da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Pará,

Considerando a determinação encaminhada pelo Conselho Superior do IFPA, resolve:

Art. 1º CANCELAR o Concurso Público de Provas e Títulos destinado seleção de candidatos para provimentos no Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal do Pará, regido pelo Edital nº 004/2012-GAB, publicado no D.O.U. de 24/05/2012.

Art. 2º TORNAR NULAS, para todos os efeitos, as inscrições realizadas no certame, não restando aos candidatos inscritos direito de impetrar recurso contra a decisão proferida no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º DETERMINAR a devolução de forma integral do valor da inscrição, disposto no subitem "6.6.", efetivamente paga pelo candidato inscrito no certame, em cumprimento ao que dispõe o subitem "6.22.", ambos do Edital nº 004/2012-GAB.

Art. 4º A devolução do valor da inscrição deverá ser requerida, a partir de 26/11/2012, por meio de solicitação disponibilizada no endereço eletrônico www.concursos.ifpa.edu.br, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º Para esclarecer demais dúvidas a respeito da devolução do valor da inscrição, os candidatos poderão realizar contato pelo telefone (91) 3342-0648 ou e-mail docenteifpa2012@ifpa.edu.br.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pela Reitoria do IFPA.

ÉLIO DE ALMEIDA CORDEIRO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 255, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, e tendo em vista a Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011, e o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como o inciso I do artigo 57 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o processo e-MEC citado na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a transferência de mantença da Instituição de Ensino Superior discriminada na planilha em anexo, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n° 5.773, de 2006, que passa a ser mantida pela mantenedora adquirente.

§ 1º A mantenedora adquirente da instituição de ensino superior referida no caput assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§ 2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de ensino superior.

§ 3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de ensino superior referidas no caput, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente toda a responsabilidade formal a respeito dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

N°	Processo e - MEC	Instituição de Ensino Superior, Sigla	Denominação, Sigla da IES após essa Transferência	Rua/Avenida/Nº/Bairro Município/Estado da IES/CEP	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201104065	Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior, IMAPES	Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior, IMAPES	Rua da Penha, 620, Centro, Sorocaba, São Paulo, 18.010-002	Grupo IBMEC Educacional S.A, 04.298.309/0001-60	Anhangüera Educacional Ltda., 05.808.792/0001-49

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 12 de novembro de 2012

Processo nº: 17944.000574/2012-72
Interessado: Estado do Tocantins
Assunto: Operação de crédito externo entre o Estado do Tocantins e os bancos Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., Milan Branch - BBVA e Deutsche Bank S.P.A., no valor de até US$ 143.198.162,32 (cento e quarenta e três milhões, cento e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e dois centavos), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Infraestrutura Rodoviária - PIER".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 50, de 31 de outubro de 2012, também daquela Casa Legislativa, publicada no D.O.U. de 1º de novembro de 2012, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado do Tocantins, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado.

Processo nº: 17944.001226/2012-12.
Interessado: Caixa Econômica Federal - CAIXA.
Assunto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo n.º 754/PGFN/CAF, celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos termos do art. 12 da Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração do Termo Aditivo ao Contrato n.º 754/PGFN/CAF, fixando a taxa de juros remuneratórios em 4,4692% a.a. e a metodologia de atualização monetária na forma prevista na minuta constante do processo em epígrafe, observadas as formalidades de praxe.

GUIDO MANTEGA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA/SP, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XVIII, do artigo 67, do Regime Interno da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela portaria nº 257, de 23 de junho de 2009 do Ministro do Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Revogar as certidões conjuntas positivas com efeitos de negativas de débitos relativos a tributos federais e a Divida Ativa da União, emitidas em favor de M. DEDINI PARTICIPAÇÕES LTDA CNPJ 44.813.863/0001-53 sob códigos de controle e datas, conforme abaixo descrito:

Data de emissão	Número de controle
12.10.2012	CC7B.24C2.7FA6.C4AF

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAILSON GONÇALVES DE SOUZA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.572, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de eleição ou nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e cooperativas de crédito, nos termos da Circular nº 3.611, de 31 de outubro de 2012.

O Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), no uso da atribuição que confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, com base no art. 4º da Circular nº 3.611, de 31 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados, para fins de instrução de processos de eleição ou nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e cooperativas de crédito, os modelos de documentos a seguir indicados, que se encontram disponíveis no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf):

I - modelos do requerimento referido no art. 1º, caput, da Circular nº 3.611, de 2012:

a) eleição em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.1.10.1;

b) eleição e reforma estatutária em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.1.10.2;

c) eleição ou nomeação e alteração contratual em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.1.10.3;

II - modelo de autorização à Secretaria da Receita Federal do Brasil, referida no art. 1º, inciso VII, da Circular nº 3.611, de 2012, disponível para download no Sisorf 8.1.20.1;

III - modelo de autorização ao Banco Central do Brasil, referida no art. 1º, inciso VII, da Circular nº 3.611, de 2012, disponível para download no Sisorf 8.1.20.2;

IV - modelos de declarações:

a) declaração de propósito, referida no art. 2º, da Circular nº 3.611, de 2012, disponível para download no Sisorf 8.1.30.3;

b) declaração mencionada no art. 4º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122, de 2012, referida no art. 1º, inciso VI, da Circular nº 3.611, de 2012, disponível para download no Sisorf 8.1.30.1.

Art. 2º A transmissão do texto da declaração de propósito ao Banco Central do Brasil, referida no art. 2º, § 1º, da Circular nº 3.611, de 2012, deve ser feita com a utilização do padrão rich text format-rtf, via internet, para o endereço eletrônico digep.deorf@bcb.gov.br, imediatamente após a última publicação, com a indicação dos jornais e das datas de publicação. O documento deve ser enviado na forma de texto, sendo vedado o envio de arquivo compactado ou digitalizado na forma de imagem, bem como a utilização de colunas, itálico, negrito, sublinhado, marcadores automáticos de parágrafos, alinhamento por espaços ou marcas de tabulação.

Art. 3º O Sisorf pode ser acessado na página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br), escolhendo-se, na sequência, as opções "Sistema Financeiro Nacional\Organização do Sistema Financeiro\Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf", ou diretamente no endereço eletrônico www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL.

Art. 4º. Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO GOMES DA ROCHA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução nº 529, de 1º de novembro de 2012, publicada no D.O.U. de 13/11/2012, Seção 1, págs. 25 e 26:

a) no art. 17, onde se lê: "Os Anexos IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XXIX, XXX e XXXII da Instrução CVM nº 510,..."; leia-se: "Os incisos IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XXIX, XXX e XXXII do Anexo 2 da Instrução CVM nº 510,...".

b) no artigo 19, onde se lê: "O Anexo XX da Instrução CVM nº 510, ..." leia-se: "... O inciso XX do Anexo 2 da Instrução CVM nº 510, ..."

c) no Anexo 12 onde se lê: "Art. 1º O relatório semestral de que trata o art. 12 da Instrução [?], de 2012, deve conter no mínimo:..", leia-se: "Art. 1º O relatório semestral de que trata o art. 12 deve conter no mínimo:..."

d) no Anexo 17 onde se lê: "Acréscimos de informações aos Anexos IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XXIX, XXX e XXXII da Instrução CVM nº 510, de 5 de dezembro de 2011

"....."

Ouvidor Responsável pela Instrução CVM [?]: ...";

leia-se: "Acréscimos de informações aos incisos IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XXIX, XXX e XXXII do Anexo 2 da Instrução CVM nº 510, de 5 de dezembro de 2011.

"....."

Ouvidor Responsável pela Instrução CVM nº 529, de 1º de novembro de 2012: ..."; e

e) no Anexo 19 onde se lê: "Acréscimos de informações ao Anexo XX da Instrução CVM nº 510, de 5 de dezembro de 2011

"....."

Diretor responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cotista Responsável pela Instrução CVM nº 409, art. 65, inciso XII e parágrafo único e pela Instrução CVM [?], arts 14 e 16: ...", leia-se: "Acréscimos de informações ao inciso XX do Anexo 2 da Instrução CVM nº 510, de 5 de dezembro de 2011

"....."

Diretor responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cotista de que tratam o inciso XII e o parágrafo único do art. 65 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e os arts. 14 e 16 da Instrução CVM nº 529, de 2012:... "

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamentos, Abertos Ao Público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05/03/2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores, na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os indiciados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM Nº 08/04 - LAETA S.A.
Data: 06/12/2012 - quinta-feira
Horário: 14h30min
Relatora: Diretora Luciana Dias
Procuradora: Marcos Davidovich
Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: apurar a eventual ocorrência de irregularidades com operações cursadas na BM&F com IBOVESPA Futuro envolvendo pessoas relacionadas à Laeta S/A DTVM.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Arthur Camarinha	Moisés Rodrigues - OAB/RJ nº 58.800
Allegro C.V.	Não constituiu advogado.
Boris Galperin	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ nº 28.559
Bônus-Banval Participações Ltda.	Leslie Amendolara - OAB/SP nº 11.368
Breno Fischberg	Leslie Amendolara - OAB/SP nº 11.368
BMC Asset Management DTVM	Renato Schermann Ximenes de Melo - OAB/SP nº 15.536
Cézar Sassoun	Não constituiu advogado.
Citibank DTVM S.A.	Eduardo Augusto Mattar - OAB/SP nº 183.356
Daniel Navacinsk	Não constituiu advogado.
Enivaldo Quadrado	Leslie Amendolara - OAB/SP nº
Fair Corretora de Câmbio S.A.	Fernando Albino de Oliveira - OAB/SP nº 143.513
Francisco Augusto Tertuliano	Fernando Albino de Oliveira OAB/SP nº 22.998
Geraldo Clímério Pinheiro	Renato Schermann Ximenes de Melo - OAB/SP nº 15.536
Henrique Carlos Ferrão Filho	José Roberto de Albuquerque Sampaio OAB/RJ nº 69.747

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Jorge Ribeiro dos Santos	Eliana dos Reis Faria Bertorello OAB/SP nº 143.513
José Carlos Batista	Não constituiu advogado.
José Carlos Romero Rodrigues	Não constituiu advogado.
José Costa Gonçalves	Rodrigo do Nascimento Lemgruber OAB/RJ nº 102.091
Laeta Participações Ltda. (sucessora da Bônus-Banval Commodities Corretora de Mercadorias Ltda.)	Não constituiu advogado.
Lúcio Bolonha Funaro	Não constituiu advogado.
Marcelo Jagoda	José Carlos Torres Neves Osório OAB/RJ nº 129.215
Mauro Lança Freitas Vale	Não constituiu advogado.
Máxima S.A. DTVM (sucessora da Multistock S.A. CCV)	Rodrigo do Nascimento Lemgruber OAB/RJ nº 102.091
NPZ Mercantil Consultorias e Corretoras de Mercadorias Ltda.	Não constituiu advogado.
Paulo Roberto Bello Correia Lima	José Roberto de Albuquerque Sampaio OAB/RJ nº 69.747
Pedro Luiz Guerra	Eduardo Augusto Mattar - OAB/SP nº 183.356
Renato Luciano Galli	Não constituiu advogado
Ricardo Marques de Paiva	Eduardo Telles Pereira - OAB/SP nº 21.832
Roberto Alexandre de Alencar Araripe Quilelli Corrêa	Não constituiu advogado.
São Paulo Corretora de Valores Ltda.	Eliana dos Reis Faria Bertorello OAB/SP nº 143.513
Sérgio Guaraciaba Martins Reinas	Não constituiu advogado.
Stockolos Avendis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C Ltda. (sucessora da Erste Banking Empreendimentos, Intermediaçoes e Participações S/C Ltda.)	Não constituiu advogado.
Zion Douer	Não constituiu advogado

PAS CVM Nº RJ2012/3457 - Companhia Industrial Schlosser

Data: 06/12/2012 - quinta--feira

Horário: 14h 30min

Relatora: Diretora Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes

Procuradora: Adriana Cristina Dullius

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: não divulgação tempestiva de fato relevante a respeito da inexistência de negociação do controle da Companhia Industrial Schlosser S.A. após valorização significativa das ações de sua emissão, tendo em vista matéria divulgada no dia 28.02.11 no jornal municipal Dia a Dia.

ACUSADO	ADVOGADO
João Beckhauser	Não constituiu advogado

Pauta de Julgamentos, Abertos Ao Público, de Processos Administrativos Sancionadores-CVM

Remarcação de Sessão de Julgamento

Informamos que a Sessão de Julgamento dos PAS CVM nº RJ2011/7939 - Global Brasil S.A. foi remarcada para quinta-feira, 06 de dezembro de 2012, às 14h30min.

PAS CVM Nº RJ2011/7939 - GLOBAL BRASIL S.A.

Data: 06/12/2012 - quinta-feira

Horário: 14h30min

Relatora: Diretora Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes

Procurador: Marcos Davidovich

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: infração, por parte da Global Brasil S.A., aos artigos 13 e 16 da Instrução CVM nº 480/09, por não manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM.

ACUSADO	ADVOGADO
Adriano Lunardon	Não constituiu advogado

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2012.

RITA DE CÁSSIA MENDES

Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

1ª CÂMARA

1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 306, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 10:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

1 - Processo nº: 10840.901876/2009-83 - Recorrente: VIRÁLCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

2 - Processo nº: 10980.004971/2005-17 - Recorrente: NESTLÉ BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

3 - Processo nº: 10166.911273/2009-99 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10166.911277/2009-77 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10166.911278/2009-11 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10166.911284/2009-79 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10166.913605/2009-70 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10166.913606/2009-14 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10166.913954/2009-91 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON

10 - Processo nº: 10950.003104/2010-71 - Recorrente: M A FALLEIRO & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

11 - Processo nº: 10855.000847/2006-91 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10855.000849/2006-80 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10855.003683/2006-53 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10855.003684/2006-06 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13334.000151/2009-84 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORTE-NORDESTE S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13334.000275/2009-60 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORTE-NORDESTE S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13334.000276/2009-12 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORTE-NORDESTE S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13876.000227/2007-82 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13876.000361/2007-83 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13876.000362/2007-28 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13876.000363/2007-72 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

22 - Processo nº: 18471.000765/2006-62 - Recorrente: FORJA RIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10830.005539/2004-78 - Recorrente: FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

24 - Processo nº: 13002.001870/2008-93 - Recorrente: GEITENS E LUZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

25 - Processo nº: 10880.014763/00-15 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10880.014764/00-88 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10880.014765/00-41 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10880.014766/00-11 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10880.014767/00-76 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10880.014768/00-39 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11610.002949/2003-33 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11610.002950/2003-68 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11610.010144/2002-82 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11610.016578/2002-96 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11610.016579/2002-31 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11610.016580/2002-65 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11610.016581/2002-18 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 19679.001178/2005-46 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 19679.002079/2004-09 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 19679.010647/2004-37 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 19679.012284/2003-93 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 19679.012285/2003-38 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

43 - Processo nº: 11444.000071/2007-94 - Recorrente: DORI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

44 - Processo nº: 10983.908272/2009-33 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10983.908273/2009-88 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10983.908274/2009-22 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10983.908275/2009-77 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10983.908276/2009-11 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10983.908277/2009-66 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10983.908281/2009-24 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10983.908282/2009-79 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10983.908283/2009-13 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10983.908284/2009-68 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10983.908285/2009-11 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10983.908287/2009-00 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10983.908288/2009-46 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10983.908289/2009-91 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10983.908290/2009-15 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10983.908291/2009-60 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10983.908292/2009-12 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10983.908293/2009-59 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

62 - Processo nº: 10983.908295/2009-48 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10983.908301/2009-67 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10983.908286/2009-57 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
65 - Processo nº: 10820.002284/2004-19 - Recorrente: EDITORA FOLHA DA REGIÃO DE ARAÇATUBA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
66 - Processo nº: 11080.002309/2004-40 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INBRAPE IND. BRASILEIRA DE PERSIANAS

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
67 - Processo nº: 13808.001708/2001-23 - Recorrente: RODRIMAR S/A AGENTE E COMISSÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
68 - Processo nº: 10480.907255/2009-40 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10480.907263/2009-96 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10480.907264/2009-31 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10480.907265/2009-85 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10480.908691/2009-36 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10480.908692/2009-81 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10480.908693/2009-25 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10480.908698/2009-58 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10480.908699/2009-01 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10480.908700/2009-99 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10480.908701/2009-33 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10480.908702/2009-88 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10480.913074/2009-52 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10480.914162/2009-71 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10480.914163/2009-16 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10480.914164/2009-61 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10480.914165/2009-13 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10480.914166/2009-50 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10480.914167/2009-02 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10480.914173/2009-51 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10480.914174/2009-04 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10480.914175/2009-41 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10480.914176/2009-95 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10480.914178/2009-84 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10480.914179/2009-29 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10480.914180/2009-53 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10480.914181/2009-06 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10480.914186/2009-21 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
96 - Processo nº: 13971.900806/2008-20 - Recorrente: ELECTRO AÇO ALTONA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
97 - Processo nº: 10805.002271/2004-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FIT SERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
98 - Processo nº: 11065.101055/2006-00 - Embargante: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
99 - Processo nº: 10670.000695/2004-22 - Embargante: COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO GORUTUBA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11020.003294/2009-56 - Embargante: METALÚRGICA SIMONAGGIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11618.000729/2003-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NORFIL S/A INDÚSTRIA TÊXTIL

FLÁVIO DE CASTRO PONTES
Presidente

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado..

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 13:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA
1 - Processo: 10715.000752/2004-18 - Recorrente: INSTITUTO BIOCHIMICO INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
2 - Processo: 10380.723552/2010-04 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10380.723579/2010-99 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10380.723580/2010-13 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 10380.723581/2010-68 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10380.723582/2010-11 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10380.723583/2010-57 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10380.723585/2010-46 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 10380.914888/2009-32 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10380.916039/2009-13 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10380.916040/2009-48 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 10380.916041/2009-92 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 10380.916042/2009-37 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 10380.916043/2009-81 - Recorrente: DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 11065.100019/2010-05 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
16 - Processo: 11065.100020/2010-21 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
17 - Processo: 11065.100539/2009-76 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
18 - Processo: 11065.100540/2009-09 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
19 - Processo: 11065.100842/2009-79 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
20 - Processo: 11065.100843/2009-13 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
21 - Processo: 11065.101256/2008-61 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
22 - Processo: 11065.101257/2008-13 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
23 - Processo: 11065.101258/2008-50 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
24 - Processo: 11065.101259/2008-02 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
25 - Processo: 11065.101260/2008-29 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
26 - Processo: 11065.101261/2008-73 - Nome do Contribuinte: ROJANA CALCADOS LTDA
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
27 - Processo: 13766.000576/2002-37 - Recorrente: BRACOM VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 16327.002592/2003-11 - Recorrente: BOAVISTA S/A DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VAL MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SOLON SEHN
29 - Processo: 10314.013576/2009-01 - Nome do Contribuinte: TAG IMPORTACAO E EXPORTACAO DE VEICULOS LTDA
30 - Processo: 10314.013577/2009-48 - Nome do Contribuinte: TAG IMPORTACAO E EXPORTACAO DE VEICULOS LTDA
31 - Processo: 10314.013578/2009-92 - Nome do Contribuinte: TAG IMPORTACAO E EXPORTACAO DE VEICULOS LTDA
32 - Processo: 10314.013579/2009-37 - Nome do Contribuinte: TAG IMPORTACAO E EXPORTACAO DE VEICULOS LTDA
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
33 - Processo: 10314.000419/2007-66 - Nome do Contribuinte: MEGACRIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ACRILICOS E METALURGICOS LTDA
34 - Processo: 10675.003015/2006-44 - Recorrente: HERMANO PIRES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 13866.000026/2005-32 - Nome do Contribuinte: USINA SAO DOMINGOS-ACUCAR E ALCOOL S/A
36 - Processo: 13925.000103/2005-11 - Recorrente: HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 19515.002357/2005-73 - Nome do Contribuinte: ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTERS LTDA.
Relator: CLAUDIO AUGUSTO GONCALVES PEREIRA
38 - Processo: 10935.007067/2008-43 - Recorrente: COPACOL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo: 11020.000736/2009-11 - Recorrente: DARTHEL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA
40 - Processo: 11128.006881/2006-56 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
41 - Processo: 13161.001164/2007-38 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 13161.001165/2007-82 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 13161.001166/2007-27 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 13161.001167/2007-71 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 13161.001168/2007-16 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 13161.001169/2007-61 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 13161.001170/2007-95 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 13161.001171/2007-30 - Recorrente: INFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
49 - Processo: 11070.002024/2006-90 - Recorrente: F E C O IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50 - Processo: 13820.000776/2009-64 - Recorrente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SOLON SEHN

51 - Processo: 10711.003308/2007-29 - Nome do Contribuinte: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA

52 - Processo: 10711.005029/2007-08 - Nome do Contribuinte: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA

53 - Processo: 10711.005578/2007-74 - Nome do Contribuinte: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

54 - Processo: 11128.002323/2007-01 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10120.900238/2010-12 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 10120.903532/2009-34 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 10120.903533/2009-89 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 10120.903534/2009-23 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 10120.903535/2009-78 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 10120.903536/2009-12 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10120.903537/2009-67 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10120.903538/2009-10 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10120.903539/2009-56 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 10120.903540/2009-81 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 10120.903541/2009-25 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10120.903542/2009-70 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10120.903543/2009-14 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10120.903544/2009-69 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 10120.903545/2009-11 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 10120.903546/2009-58 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 10120.903547/2009-01 - Recorrente: CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 10166.009541/2006-68 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL METRO DF

73 - Processo: 10166.010517/2008-33 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL METRO DF

74 - Processo: 10166.014608/2007-67 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL METRO DF

75 - Processo: 10680.913518/2009-01 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 10680.913519/2009-48 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 10680.913520/2009-72 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10680.915827/2009-16 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10680.915828/2009-52 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 10680.915829/2009-05 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 10680.915830/2009-21 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 10680.915831/2009-76 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 10680.915832/2009-11 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 10680.915833/2009-65 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 10680.915834/2009-18 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 10680.915835/2009-54 - Recorrente: GEMAPE MAQUINAS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 10830.900291/2008-84 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 10830.900329/2008-19 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 10830.900337/2008-65 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 10830.900338/2008-18 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 10830.900346/2008-56 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 10830.900354/2008-01 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CLAUDIO AUGUSTO GONCALVES PEREIRA

93 - Processo: 10166.900145/2009-10 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 10166.900152/2009-11 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 10166.911268/2009-86 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 10166.911269/2009-21 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 10166.911270/2009-55 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 10166.911271/2009-08 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo: 10166.911272/2009-44 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUZIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

100 - Processo: 12709.000648/2008-53 - Nome do Contribuinte: S LUCAS ECOMAX CENTRO DIAGN IMAGEM S/S

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

101 - Processo: 16366.000239/2008-36 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 16366.000240/2008-61 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 16366.000245/2008-93 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo: 16366.000246/2008-38 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo: 16366.000252/2008-95 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 16366.000253/2008-30 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 16366.000254/2008-84 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 16366.000264/2008-10 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo: 16366.000265/2008-64 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 16366.000266/2008-17 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 16366.000268/2008-06 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 16366.000251/2008-41 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 16366.000263/2008-75 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 16366.000269/2008-42 - Recorrente: CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

115 - Processo: 10907.001339/2008-39 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 11968.001039/2007-17 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo: 13054.001268/2004-17 - Recorrente: LUIZ FUGA INDUSTRIA DE COURO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 13056.000066/2007-81 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 13056.000068/2007-70 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 13056.000069/2007-14 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 13056.000223/2008-39 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 13056.000224/2008-83 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 13056.000225/2008-28 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo: 13056.000226/2008-72 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo: 13056.000537/2007-51 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo: 13056.000538/2007-03 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo: 13056.000540/2007-74 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo: 13056.001018/2008-91 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo: 13056.001022/2008-59 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo: 13056.000539/2007-40 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo: 13907.000094/2005-78 - Recorrente: ARAPONGAS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CLAUDIO AUGUSTO GONCALVES PEREIRA

132 - Processo: 10680.910301/2009-31 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo: 10680.910302/2009-86 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo: 10680.910303/2009-21 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo: 10680.910304/2009-75 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo: 10680.910305/2009-10 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo: 10680.910306/2009-64 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo: 10680.910307/2009-17 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo: 10680.910308/2009-53 - Recorrente: HOSPITAL MATER DEI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF..

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

1 - Processo: 12466.000398/2009-32 - Recorrente: CAF TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

2 - Processo: 13971.901606/2011-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BAUMGARTEN GRAFICA LTDA

3 - Processo: 13971.901607/2011-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BAUMGARTEN GRAFICA LTDA

4 - Processo: 13971.901608/2011-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BAUMGARTEN GRAFICA LTDA

5 - Processo: 15254.000095/2009-01 - Recorrente: UBP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PETROLEO L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

6 - Processo: 13982.000674/2010-20 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DO VALE - COOTRAVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 16327.000761/2010-07 - Recorrente: ABN AMRO REAL CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 16327.000681/2010-43 - Recorrente: ALFA CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9 - Processo: 13603.003856/2008-55 - Recorrente: ACROSS MOVIMENTACAO E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

10 - Processo: 12644.000018/2008-81 - Recorrente: CARGO SERVICE CENTER BRAZIL SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

11 - Processo: 16327.001153/2006-25 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 16327.001154/2006-70 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 16327.000686/2010-76 - Recorrente: MORGAN STANLEY CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

14 - Processo: 13001.000096/2006-41 - Recorrente: TRANSPORTADORA HAMMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 11070.000137/2009-01 - Recorrente: TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

16 - Processo: 13054.000422/2006-03 - Recorrente: ACOTER PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

17 - Processo: 11613.000058/2009-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

18 - Processo: 11613.000171/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

19 - Processo: 11613.000172/2008-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

20 - Processo: 11613.000173/2008-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

21 - Processo: 11613.000194/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

22 - Processo: 11613.000207/2008-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

23 - Processo: 11613.000226/2008-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

24 - Processo: 11613.000249/2008-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

25 - Processo: 11613.000250/2008-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

26 - Processo: 11613.000263/2008-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

27 - Processo: 11613.000264/2008-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

28 - Processo: 11613.000276/2008-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

29 - Processo: 10830.014190/2010-11 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

30 - Processo: 10980.723377/2011-69 - Recorrente: TROMBINI INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

31 - Processo: 13063.000690/2008-70 - Recorrente: UNIMED SANTA ROSA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

32 - Processo: 16327.001307/2010-65 - Recorrente: CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 16327.001343/2010-29 - Recorrente: BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

34 - Processo: 14120.000163/2007-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA

35 - Processo: 11020.000866/2005-11 - Recorrente: UNICASA INDUSTRIA DE MOVEIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

36 - Processo: 11080.005372/2007-81 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 11080.007721/2007-07 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 11080.010259/2007-17 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 11080.010272/2007-76 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 11080.011445/2005-10 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 11080.011446/2005-56 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

42 - Processo: 10283.720251/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

43 - Processo: 16327.001487/2010-85 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

44 - Processo: 10865.001082/2006-97 - Recorrente: UNIGRES CERAMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

45 - Processo: 10980.009882/2007-11 - Recorrente: EDITORA GAZETA DO POVO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

46 - Processo: 10494.000471/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONVECTOR - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO, EXPORTACAO LTDA.

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

47 - Processo: 12897.452/2009-70 - Recorrente: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES

48 - Processo: 13899.000792/2006-09 - Recorrente: EDITORA ATICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
Presidente

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, 2º andar, sala 202.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

1 - Processo: 10983.901132/2008-53 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10983.901216/2008-97 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10983.901219/2008-21 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10983.901658/2008-33 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10983.901975/2008-50 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10983.901976/2008-02 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10983.901977/2008-49 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10983.901979/2008-38 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10983.901982/2008-51 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10983.901985/2008-95 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10983.901986/2008-30 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10983.901987/2008-84 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10983.901988/2008-29 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10983.901992/2008-97 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10983.905028/2008-38 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10983.905032/2008-04 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10983.905039/2008-18 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10983.905040/2008-42 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10983.905041/2008-97 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10983.905042/2008-31 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10983.905043/2008-86 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 10983.905044/2008-21 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10983.905045/2008-75 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10983.905046/2008-10 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 10983.905047/2008-64 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10983.905048/2008-17 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10983.905049/2008-53 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10983.905050/2008-88 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10983.905051/2008-22 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10983.905052/2008-77 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10983.905055/2008-19 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10983.905057/2008-08 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10983.905058/2008-44 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10983.905059/2008-99 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10983.905061/2008-68 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10983.905063/2008-57 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10983.905064/2008-00 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10983.905066/2008-91 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10983.905067/2008-35 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10983.905068/2008-80 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10983.905069/2008-24 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10983.905072/2008-48 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

43 - Processo: 13609.002058/2008-56 - Recorrente: SIDERURGICA NOROESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 16707.000579/2004-25 - Recorrente: TRANSPORTES RODIVIARIOS GIOVANELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

45 - Processo: 10983.901227/2008-77 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 11516.002620/2007-74 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

47 - Processo: 10380.009836/2002-76 - Recorrente: BANAS CALCADOS E COMPONENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 19647.000820/2003-85 - Recorrente: CALF-CALCADOS E EPIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

49 - Processo: 10735.002364/2003-44 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10183.005067/97-81 - Recorrente: CEVAL CENTRO OESTE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

51 - Processo: 10314.720023/2011-15 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 10725.720186/2010-85 - Recorrentes: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

53 - Processo: 10820.900105/2008-26 - Recorrente: SEMENTES J C MASCHIETTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 10820.900107/2008-15 - Recorrente: SEMENTES J C MASCHIETTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10820.900138/2008-76 - Recorrente: SEMENTES J C MASCHIETTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 10820.900147/2008-67 - Recorrente: SEMENTES J C MASCHIETTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

57 - Processo: 10830.006114/2003-03 - Recorrente: VILLARES METALS AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 13853.000007/2005-55 - Recorrente: USINA BATATAIS S/A ACUCAR E ÁLCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 13853.000008/2005-08 - Recorrente: USINA BATATAIS S/A ACUCAR E ÁLCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

60 - Processo: 10880.004135/2005-52 - Recorrente: MANGELS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10920.007442/2007-33 - Recorrente: MARCEGAGLIA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

62 - Processo: 10845.003204/2003-75 - Recorrente: PINHAL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10845.003205/2003-10 - Recorrente: PINHAL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 15374.930016/2008-33 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 15374.938957/2008-15 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

66 - Processo: 10070.001472/2005-22 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10580.000920/2001-97 - Recorrente: BOM BRASIL OLEO DE MOMONA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 16682.720014/2011-12 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

69 - Processo: 10680.012086/2005-88 - Recorrente: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 10680.013853/2005-76 - Recorrente: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 10680.013854/2005-11 - Recorrente: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 11128.008084/2010-90 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

73 - Processo: 10314.000892/2008-24 - Recorrente: EUROFARMA LABORATORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 10314.010770/2005-01 - Recorrente: CDI BRASIL COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

75 - Processo: 11020.720162/2012-98 - Recorrente: MONTECARLO INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 13502.900573/2010-14 - Recorrente: MONSANTO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 16366.003307/2007-38 - Recorrente: CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

78 - Processo: 10768.720179/2007-81 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

79 - Processo: 13002.001695/2008-34 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 15983.000728/2010-72 - Recorrente: PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

81 - Processo: 10680.013856/2005-18 - Recorrente: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

82 - Processo: 10907.001777/2006-35 - Recorrente: TORRES POPENGA E & LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

83 - Processo: 11131.000163/2007-06 - Recorrente: SPIN COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 10880.720582/2011-09 - Recorrente: ITIBAN S/A IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

85 - Processo: 13433.000067/2003-57 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 13433.000570/2003-11 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 11444.001129/2010-12 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

88 - Processo: 11020.001133/98-12 - Recorrente: FRAS-LE AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 13884.004223/2003-41 - Recorrente: MARF VALE COMERCIO E REPRESENTACOES DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

90 - Processo: 11610.002615/2003-60 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 11610.004650/2003-13 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

92 - Processo: 13971.900035/2010-95 - Recorrente: PROACO INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 13888.912045/2009-89 - Recorrente: BULK MOLDING COMPOUNDS DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 13888.912046/2009-23 - Recorrente: BULK MOLDING COMPOUNDS DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 13888.912047/2009-78 - Recorrente: BULK MOLDING COMPOUNDS DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 13888.912048/2009-12 - Recorrente: BULK MOLDING COMPOUNDS DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

97 - Processo: 16327.001249/2006-93 - Embargante: COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DAS UNICREDS DO ESTADO DE SAO PAULO - UNICRED CENTRAL DE SAO PAULO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 10660.000380/2004-02 - Embargante: UNIMED INTRAFEDERATIVA - FEDERACAO REGIONAL SUL DE MINA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

99 - Processo: 19311.720364/2011-95 - Recorrentes: K & G INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

100 - Processo: 11684.001626/2006-10 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 15889.000080/2008-98 - Recorrente: MSA EMPRESA CINEMATOGRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

102 - Processo: 19679.005506/2005-83 - Recorrente: COMPANHIA BRAS DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 18471.001115/2005-53 - Reorrente: CIPA - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo: 10830.009214/00-32 - Recorrente: A. RAYMOND BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

105 - Processo: 10280.001155/2004-50 - Embargante: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 13062.000339/2004-65 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A

Relator: ANGELA SARTORI

107 - Processo: 10280.001745/2005-63 - Recorrente: PAMPA EXPORTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 16327.720565/2011-25 - Recorrente: BES SECURITIES DO BRASIL S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

109 - Processo: 10725.720125/2010-18 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 13971.720491/2011-34 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA

111 - Processo: 13016.000522/2003-35 - Recorrente: COOPERATIVA VINICOLA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 13016.000599/2003-13 - Recorrente: COOPERATIVA VINICOLA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 10675.001595/2004-73 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

114 - Processo: 10925.000494/2003-13 - Recorrente: HIDRAULICA INDUSTRIAL S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo: 10932.000100/2005-91 - Recorrente: PLASTEX COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 16327.003335/2002-15 - Rec orrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

117 - Processo: 10640.900247/2006-40 - Embargante: DISPROPAN LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

118 - Processo: 10840.002961/2003-71 - Recorrente: RIBEIRAO DIESEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 13406.000016/2002-71 - Recorrente: USIVALE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JULIO CESAR ALVES RAMOS
Presidente

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, 3º andar, sala 204.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

1 - Processo: 10508.000056/2011-78 - Recorrente: AXT TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

2 - Processo: 10280.722246/2009-37 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10280.722248/2009-26 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10280.722249/2009-71 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10280.722250/2009-03 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10280.722251/2009-40 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10280.722256/2009-72 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8 - Processo: 10280.722260/2009-31 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10280.722261/2009-85 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

10 - Processo: 10840.002372/2003-93 - Recorrente: USINA CAROLO S/A - ACUCAR E ÁLCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 13896.005103/2008-36 - Recorrente: COMPANHIA BRAS DE MEIOS DE PAGAMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

12 - Processo: 10650.000441/00-93 - Recorrente: FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A - FOSFERTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10840.002227/2005-74 - Recorrente: USINA BELA VISTA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10840.002778/2005-38 - Recorrente: USINA BELA VISTA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 16408.000065/2007-97 - Recorrente: INDUSTRIAS NOVACKI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

16 - Processo: 10660.005263/2007-70 - Recorrente: EXPRINSUL COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

17 - Processo: 10675.001945/00-51 - Recorrente: GRANJA REZENDE AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10980.015939/2008-00 - Recorrente: INDUSTRIA E PECUARIA SAO JOSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

19 - Processo: 10140.001792/00-44 - Recorrente: FUNDACAO INST DE APOIO AO PLANEJ DO ESTADO FIPLAN MS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10825.002402/2001-98 - Recorrente: COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 16643.000408/2010-36 - Recorrente: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

22 - Processo: 10467.901806/2009-30 - Recorrente: LOJAO DO VOLKS PECAS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10467.902153/2009-14 - Recorrente: LOJAO DO VOLKS PECAS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10735.001696/00-42 - Recorrente: AIS - ASSOCIACA0 PARA INVESTIMENTO SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

25 - Processo: 10932.720028/2011-61 - Recorrente: RAGI REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10930.003766/2005-11 - Recorrente: PVC BRAZIL INDUSTRIA DE TUBOS E CONEXOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

27 - Processo: 10611.004169/2008-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DSL DISTRIBUICAO SOUZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 11762.720050/2011-72 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

29 - Processo: 10920.902998/2008-16 - Recorrente: MECANICA BOA VISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10920.903006/2008-78 - Recorrente: MECANICA BOA VISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10920.903008/2008-67 - Recorrente: MECANICA BOA VISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10920.903010/2008-36 - Recorrente: MECANICA BOA VISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10920.903011/2008-81 - Recorrente: MECANICA BOA VISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

34 - Processo: 13005.000021/2007-10 - Recorrente: REFEICOES AO PONTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

35 - Processo: 13852.000409/2002-17 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METALICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 13852.000410/2002-41 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METALICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 13602.000064/2004-13 - Recorrente: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ELETROLISE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

38 - Processo: 13204.000077/2002-13 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 11065.000700/2003-17 - Recorrente: REICHERT CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

40 - Processo: 10120.720117/2006-02 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS - CELG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D ECA

41 - Processo: 10314.002287/2008-98 - Recorrente: ROCKWELL COM E SERV AUTOMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

42 - Processo: 10325.001294/2009-24 - Recorrente: AGRO PECUARIA E INDUSTRIAL SERRA GRANDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10830.006807/2007-11 - Recorrente: RULLI STANDARD INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 11020.000629/2009-84 - Recorrente: METALURGICA MEBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA

45 - Processo: 17515.000283/2006-96 - Recorrente: ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

46 - Processo: 10850.000896/2004-10 - Recorrente: ETEMP ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR

47 - Processo: 10510.003038/2010-18 - Recorrente: SISTEMA EDUCACIONAL INTELLECTUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10945.006159/2007-14 - Recorrente: MONDAY COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10945.006162/2007-20 - Recorrente: MONDAY COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

50 - Processo: 10166.728716/2011-05 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Chefe da Secretaria

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, 5º andar, sala 502.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

1 - Processo: 10410.003427/00-92 - Recorrente: L JARDIM & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 11020.002533/96-66 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SA FILHO

3 - Processo: 10680.720316/2011-24 - Recorrente: BANCO RURAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10980.902637/2008-65 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10980.902774/2008-08 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10980.903039/2008-11 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 13951.000107/2002-21 - Recorrente: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 13951.000209/2003-27 - Recorrente: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

9 - Processo: 10735.000818/2005-12 - Recorrente: UNIMED PETROPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10735.000819/2005-59 - Recorrente: UNIMED PETROPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: IVAN ALLEGRETTI

11 - Processo: 16327.000334/2010-11 - Recorrente: BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ

12 - Processo: 11543.001400/2004-53 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 13857.000752/2005-64 - Recorrente: ITALPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

14 - Processo: 13702.000370/99-95 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10166.725028/2011-85 - Recorrente: UNIMED FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SA FILHO

16 - Processo: 13502.901071/2008-88 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 13502.901072/2008-22 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10875.001335/2002-80 - Recorrente: HONEYWELL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10909.003112/2003-01 - Recorrente: DOUGLAS BERTEMES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

20 - Processo: 16327.721234/2011-11 - Recorrente: PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10680.724080/2009-81 - Recorrente: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. /ACESITA S.A. (APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A.). e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: IVAN ALLEGRETTI

22 - Processo: 11020.001879/2007-70 - Recorrente: COOPERATIVA VINICOLA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ

23 - Processo: 10711.003262/2010-43 - Recorrente: UTI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10980.007784/2009-19 - Recorrente: POSITIVO INFORMATICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

25 - Processo: 19515.008366/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIPAC EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SA FILHO

26 - Processo: 11817.000233/2006-28 - Recorrente: IMPORTS PARTS PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 13005.001398/2008-69 - Recorrente: COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 11080.722127/2011-18 - Recorrente: COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA

Relator: ROSALDO TREVISAN

29 - Processo: 10855.002585/2003-56 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 13052.000281/00-38 - Recorrente: COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 19515.003249/2004-37 - Recorrente: SULLAIR DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: IVAN ALLEGRETTI

32 - Processo: 19740.000272/2006-78 - Recorrente: FUND DE ASSIST E PREV SOC DO BNDES-FAPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ

33 - Processo: 11080.011717/2007-35 - Recorrente: CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

34 - Processo: 10805.000550/2005-30 - Recorrente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10783.901514/2008-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A

Relator: DOMINGOS DE SA FILHO

36 - Processo: 10921.000331/2009-58 - Recorrente: ROCHA TOP TERMINAIS E OPERADORES PORTUAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

37 - Processo: 13116.001192/2004-58 - Recorrente: VICE PROV.DO SANT.NOME DE JESUSA DO BR. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
38 - Processo: 13807.006962/2004-71 - Embargante: GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo: 13807.006964/2004-60 - Embargante: GRANOL INDUSTRIA CMERCIO E EXPORTACAO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: IVAN ALLEGRETTI
40 - Processo: 10580.720096/2005-19 - Recorrente: TECELAGEM DE SISAL DA BAHIA IND COM EXP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 10580.720097/2005-63 - Recorrente: TECELAGEM DE SISAL DA BAHIA IND COM EXP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 10580.720098/2005-16 - Recorrente: TECELAGEM DE SISAL DA BAHIA IND COM EXP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 10580.720101/2005-93 - Recorrente: TECELAGEM DE SISAL DA BAHIA IND COM EXP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10580.720103/2005-82 - Recorrente: TECELAGEM DE SISAL DA BAHIA IND COM EXP
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
45 - Processo: 15521.000308/2008-17 - Recorrente: VIACAO SAO JOAO DA BARRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 13709.001351/2002-82 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
47 - Processo: 11516.002873/99-77 - Recorrente: SAIBRITA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
48 - Processo: 19814.000285/2006-36 - Recorrente: NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 19814.000405/2006-03 - Recorrente: NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 13502.901843/2009-62 - Recorrente: MONSANTO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 10768.005702/99-10 - Recorrente: FORJA RIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10650.001996/2006-73 - Recorrente: UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
53 - Processo: 13808.004584/00-95 - Embargante: ADMINISTRADORA E CONSTRUTORA SOMA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 13808.004587/00-83 - Embargante: ADMINISTRADORA E CONSTRUTORA SOMA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 10855.901299/2006-18 - Recorrente: CHEMYUNION QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: IVAN ALLEGRETTI
56 - Processo: 10783.900002/2009-31 - Recorrente: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 10783.900003/2009-85 - Recorrente: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 10783.900004/2009-20 - Recorrente: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S Av e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 10783.900005/2009-74 - Recorrente: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
60 - Processo: 10814.000380/2008-27 - Recorrente: EMPRESA BRAS.DE INFRA ESTRUTURA AE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 10814.000784/2008-11 - Recorrente: EMP.BRAS.DE INFRA ESTRUTURA AE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
62 - Processo: 10380.004725/2002-73 - Recorrente: TBM - TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
63 - Processo: 10640.720120/2007-20 - Embargante: COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES e Embargada: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 10805.720548/2007-42 - Recorrente: AFA PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
65 - Processo: 10735.002742/2002-17 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10825.003350/2005-09 - Recorrente: PROFORM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 10865.001064/2001-09 - Recorrente: NOVA PLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 15374.901906/2008-38 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 15374.901914/2008-84 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 15374.901945/2008-35 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 15374.901951/2008-92 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 15374.904571/2008-18 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 15374.904577/2008-87 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo: 15374.904598/2008-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
75 - Processo: 10860.003128/2005-71 - Recorrente: IRAMEC AUTOPECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 10860.003129/2005-16 - Recorrente: IRAMEC AUTOPECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 10860.003130/2005-41 - Recorrente: IRAMEC AUTOPECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
78 - Processo: 10980.003308/2003-25 - Recorrente: COMPANHIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 10980.003310/2003-02 - Recorrente: COMPANHIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 10980.003314/2003-82 - Recorrente: COMPANHIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Chefe da Secretaria

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 17, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11893.000042/2010-30
INTERESSADOS: CREDISA FOMENTO MERCANTIL LTDA., CNPJ Nº 72.538.937/0001-26; LUIZ ANTONIO DE SOUZA, CPF Nº 347.767.379-49; E VALDECIR JOSÉ BIFF CPF Nº 245.536.629-49.
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
RELATOR: DELANNE NOVAES DE SOUZA

A Secretaria Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF torna pública a seguinte Decisão prolatada pelo Plenário do Colegiado, facultado aos interessados interpor recurso ao Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de 15 (quinze) dias.

EMENTA: FOMENTO MERCANTIL. IRREGULARIDADES NA MANUTENÇÃO DE CADASTROS ATUALIZADOS E REGISTRO DE OPERAÇÕES. DEFICIÊNCIAS NA IDENTIFICAÇÃO DE CLIENTES E DE PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS. NÃO REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE OPERAÇÕES SUSPEITAS.

a) O Conselho considerou insubsistente a imputação de não comunicação de operações suspeitas, uma vez que decorrente de mera inferência, não havendo, nos autos, comprovação de que as situações fáticas correspondentes tenham ocorrido.

b) Não aplicação de penalidade de multa por deficiências de cadastro, de registros e de procedimentos de identificação, com fundamento na redação original do inciso II, do Parágrafo 2º, do art. 12, da Lei n. 9.613/1998.

c) Aplicação de mera penalidade de advertência, com fundamento no Parágrafo 2º, do art. 12, da Lei n. 9.613/1998.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 11893.000042/2010-30, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, por maioria, decidiu, com base no art. 12, §1º da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos do voto divergente do Conselheiro Ricardo Liáo, aplicar penalidade de advertência à empresa Credisa Fomento Mercantil Ltda. e seus sócios, Luiz Antonio de Souza e Valdecir José Biff, por descumprimento ao artigo 10, inciso I da Lei nº 9.613/1998, combinado com os artigos 3º e 4º, incisos I e II, da Resolução COAF nº 13/2005 e com a Resolução COAF nº 16/2007 e por descumprimento ao artigo 10, inciso II da Lei nº 9.613/1998, combinado com o artigo 6º, inciso II da Resolução COAF nº 13/2005, definindo prazo de 60 (sessenta) dias para os interessados sanarem as irregularidades cadastrais e de registro de operações. O Conselheiro Áderson Vieira Leite apresentou voto divergente. Os Conselheiros Waldir de Jesus Nobre, Iara Antunes Vianna, Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, Everton Frask Lucero, Carlos Henrique de Paula Prata, assim como o Presidente do Colegiado, acompanharam o voto divergente do Conselheiro Ricardo Liáo, ficando vencidos o Relator e o Conselheiro Áderson Vieira Leite. Decisão por maioria.

DILSON PORFÍRIO PINHEIRO TELES
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 18, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11893.000041/2010-95
INTERESSADOS: NOVAX FOMENTO MERCANTIL LTDA., CNPJ Nº 86.443.611/0001-20; LUIZ ANTONIO DE SOUZA, CPF Nº 347.767.379-49; E VALDECIR JOSÉ BIFF CPF Nº 245.536.629-49.
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
RELATOR: DELANNE NOVAES DE SOUZA

A Secretaria Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF torna pública a seguinte Decisão prolatada pelo Plenário do Colegiado, facultado aos interessados interpor recurso ao Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de 15 (quinze) dias.

EMENTA: FOMENTO MERCANTIL. IRREGULARIDADES NA MANUTENÇÃO DE CADASTROS ATUALIZADOS E REGISTRO DE OPERAÇÕES. DEFICIÊNCIAS NA IDENTIFICAÇÃO DE CLIENTES E DE PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS. NÃO REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE OPERAÇÕES SUSPEITAS.

a) O Conselho considerou insubsistente a imputação de não comunicação de operações suspeitas, uma vez que decorrente de mera inferência, não havendo, nos autos, comprovação de que as situações fáticas correspondentes tenham ocorrido.

b) Não aplicação de penalidade de multa por deficiências de cadastro, de registros e de procedimentos de identificação, com fundamento na redação original do inciso II, do Parágrafo 2º, do art. 12, da Lei n. 9.613/1998.

c) Aplicação de mera penalidade de advertência, com fundamento no Parágrafo 2º, do art. 12, da Lei n. 9.613/1998.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 11893.000041/2010-95, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, por maioria, decidiu, com base no art. 12, §1º da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos do voto divergente do Conselheiro Ricardo Liáo, aplicar penalidade de advertência à empresa Novax Fomento Mercantil Ltda. e seus sócios, Luiz Antonio de Souza e Valdecir José Biff, por descumprimento ao artigo 10, inciso I da Lei nº 9.613/1998, combinado com os artigos 3º e 4º, incisos I e II, da Resolução COAF nº 13/2005 e com a Resolução COAF nº 16/2007 e por descumprimento ao artigo 10, inciso II da Lei nº 9.613/1998, combinado com o artigo 6º, inciso II da Resolução COAF nº 13/2005, definindo prazo de 60 (sessenta) dias para os interessados sanarem as irregularidades cadastrais e de registro de operações. O Conselheiro Áderson Vieira Leite apresentou voto divergente. Os Conselheiros Waldir de Jesus Nobre, Iara Antunes Vianna, Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, Everton Frask Lucero, Carlos Henrique de Paula Prata, assim como o Presidente do Colegiado, acompanharam o voto divergente do Conselheiro Ricardo Liáo, ficando vencidos o Relator e o Conselheiro Áderson Vieira Leite. Decisão por maioria.

DILSON PORFÍRIO PINHEIRO TELES
Secretário Executivo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, declara:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 3351 - Doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para ser utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO SERGIO SILVA DE ANDRADE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Resolução CGSN nº 11, de 23 de julho de 2007, e na Portaria Corat nº 36, de 25 de outubro de 2001, declara:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 3374 - Multa do Regime Disciplinar Aplicada à Rede Arrecadadora do Simples Nacional (RAS) para ser utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO SERGIO SILVA DE ANDRADE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera o Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Codac nº 53, de 28 de julho de 2011, que dispõe sobre a instituição de códigos de receita.

O COORDENADOR GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e no art. 1º do Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, declara:

Art. 1º O código de receita 2261 constante no item 9 do Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Codac nº 53, de 28 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

BRUNNO SÉRGIO SILVA DE ANDRADE

ANEXO ÚNICO

Item	Código de Receita	Especificação da Receita
9	2261	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM - Lançamento de Ofício

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instituição de códigos de receita para os casos que especifica.

O COORDENADOR GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 7º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e no art. 2º da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, declara:

Art. 1º Ficam instituídos os seguintes códigos de receita para serem utilizados no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf):

- 3339 - R D Ativa - Pagamento Unificado - Incorporações - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV; e

- 3368 - R D Ativa - Pagamento Unificado - Construções - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO SERGIO SILVA DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Habilita pessoa jurídica no Registro Especial de produtor ou importador de biodiesel, de que trata a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 241 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o teor do processo nº 10746.721452/2012-19 e de acordo com o disposto na Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005 e nas Instruções Normativas RFB nº 1.053, de 12 de julho de 2010, e nº 1.086, de 23 de novembro de 2010, declara:

Art. 1º O contribuinte GRANOL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A, CNPJ 50.290.329/00084-30, fica HABILITADO ao REGISTRO ESPECIAL DE PRODUTOR DE BIODIESEL, como titular das autorizações ANP nº 84/2007, publicada no DOU em 15/05/2007, e ANP nº 92/2009, publicada no DOU em 17/02/2009, nos termos do Despacho da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP nº 1.289, publicado no DOU em 05 de novembro de 2012.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Desabilita pessoa jurídica no Registro Especial de produtor ou importador de biodiesel, de que trata a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 241 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 21 de dezembro de 2012, e considerando o teor do processo nº 10746.721452/2012-19 e de acordo com o disposto na Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005 e nas Instruções Normativas RFB nº 1.053, de 12 de julho de 2010, e nº 1.086, de 23 de novembro de 2010, declara:

Art. 1º O contribuinte V-BIODIESEL LTDA, CNPJ 13.463.913/0002-77, fica DESABILITADO do REGISTRO ESPECIAL DE PRODUTOR OU IMPORTADOR DE BIODIESEL, em razão da perda da titularidade das autorizações ANP nº 84/2007, publicada no DOU em 15/05/2007, e ANP nº 92/2009, publicada no DOU em 17/02/2009, nos termos do Despacho da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP nº 1.289, publicado no DOU em 05 de novembro de 2012.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Inscrição no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a IN RFB nº 1.209, de 08 de novembro de 2011.

O INSPETOR CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro o Sr. JAMES VITOR DA SILVA, CPF nº 343.876.921-20, processo administrativo nº 10108.722243/2012-08.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO FUJITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Inscrição no registro de Despachante Aduaneiro de que trata a IN RFB nº 1.209, de 08 de novembro de 2011.

O INSPETOR CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Despachante Aduaneiro o Sr. ROBERTO CARLOS MORAES FERNANDES, CPF nº 787.905.571-15, processo administrativo nº 10108.722244/2012-44.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO FUJITA

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial-(PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Macapá/AP, no endereço: Rua Eliezer Levy, 1350 - Centro - CEP 68900.250 - Macapá-AP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO SHINTA KURODA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF e CNPJ das pessoas físicas e jurídicas excluídas

072.927.752-68	00.881.907/0001-07

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

Habilitação no Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, incisos I e III, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) e observado o disposto no art. 302, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo o Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações posteriores; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica TECNEIRA EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ Nº 15.137.270/0001-16 é titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 116, de 25 de setembro de 2012 (DOU de 26/09/2012, seção 1, página 69), em cujo Anexo consta o nome do projeto como sendo EOL Cataventos Embuaca, Central Geradora Eólica, setor de energia elétrica, com prazo estimado para execução das obras: Até 02/03/2015(início da montagem do canteiro de obras) e Até 25/11/2015 (conclusão da montagem das torres das unidades geradoras), ou seja, 267 (duzentos e sessenta e sete) dias, conforme documento de fls. 42/43, que consta do presente Processo Administrativo nº 10380.730.298/2012-54, resolve:

Art. 1º DECLARAR habilitada no Regime Especial (Reidi) a supracitada pessoa jurídica, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa 758/2007, no que diga respeito ao projeto acima citado.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER SILVA NOBRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara canceladas as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que menciona, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo contribuinte.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DE FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 1º, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17/07/2012, como, também, com fundamento no inciso I, art. 30 e art.31, da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.010200/2009-43, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CANCELADA, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do número 877.265.803-72, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo contribuinte de nome ANTONIO MILITÃO LIMA FILHO, CPF nº 730.491.231-68 (ponta de cadeia).

HELDER SILVA NOBRE

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 229, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, da Instrução Normativa da SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta no processo nº 10480.732341/2012-98, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa (IN) SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pela IN RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e IN RFB nº 1.065, de 16 de agosto de 2010, CONCEDIDO o Registro Especial nº 04101/075 para a atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas ao estabelecimento de CNPJ nº 35.627.413/0003-47 da pessoa jurídica RECIFE MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA, situado na Rua São Miguel, 795, Afogados, Recife/PE, CEP 50770-720

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

A CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA, Estado de Minas Gerais, por delegação de competência constante na Portaria DRF UBE MF nº 58, de 01 de outubro de 2007 combinado com o que dispõe no artigo 46 da Instrução Normativa SRF 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

1. Cancelar de Ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 65.099.178/0001-87, Francisco Rodrigues Barbosa Me, por ter sido deferido a baixa de ofício, a partir de 20/10/2010, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo 13686.720110/2012-13.

ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA CASTILHOS

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Declara baixa do Ofício a inscrição de entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ, conforme Instrução Normativa RFB 1.183/2011.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso da competência prevista no art. 302, inciso II, da Portaria MF 203/2012, e tendo em vista o disposto no art. 80, §1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.041/09, e no Processo Administrativo nº 10783.720339/2012-61, declara:

Art.1º Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica nº 09.009.891/0001-11, da empresa CAFEEIRA GUANDU COMERCIAL LTDA ME, pelo motivo de inexistente de fato, nos termos do art. 27, inciso II, letra "a", da IN RFB 1.183/2011, devidamente comprovado na Representação Fiscal que originou o aludido processo administrativo.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica CAFEEIRA GUANDU COMERCIAL LTDA ME- CNPJ 09.009.891/0001-11, a parttir de 14/082007.

LUIZ ANTONIO BOSSER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 115, de 15 de maio de 2012, publicado no DOU, em 17 de maio de 2012.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Processo nº 10768.007562/2010-46 e (1) 10768.001277/2011-01 (Cessão à Solstad Offshore Ltda)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0030633.07.2 afretamento 2050.0030634.07.2 serviços NORMAND TITAN	25/01/2011 (1)

Processo nº 10768.019306/00-68				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	20500021987.06.2 20500021989.062 AHTS 7000 LILEN Nova denominação da embarcação SEACOR LILEN	12.12.2011

Processo nº 10768.004393/2009-59 e (1) 10768.001276/2011-58 (Cessão à Solstad Offshore Ltda)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0049188.09.2 2050.0049189.09.2 NORMAND DROTT	25/01/2011 (1)

Processo no.10768.007435/2009-11, Processo no. 10768.003527/2011-39 (*)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97	2050.0052119.09.2 afretamento 2050.0052120.09.2 serviços UNIDADE HOS ST JAMES	08/07/2012(*)

Processo no.10768.007436/2009-58 e 10768.003528/2011-83				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97	2050.0052111.09.2 afretamento 2050.0052115.09.2 serviços UNIDADE HOS ST JOHN	06/07/2012

Processos nº 10768.008231/2009-90, 10768.001845/2011-65 (1) e 10768.000574/2012-10 (2)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97	2050.0052122.09.2 2050.0052121.09.2 UNIDADE HOS HOPE	29/08/2012 (1)(2)

Processo nº 10768.001129/2010-05				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0056014.09.2 HAVILA FAITH	10/01/2013

Processo nº 10768.001832/2010-13				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0056386.10.2 HOS NAVEGANTE	28/04/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 10768.004962/2010-08				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0059457.10.2 HAVILA FAVOUR	14/07/2014

Processo nº 10768.001935/2011-56 e 10768.003624/2011-21(*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97	2050.0052123.09.2 2050.0052126.09.2 HOS NORTH	31/05/2012(*) Suspenso de 23/12/2009 a 15/05/2010.
Obs.: A suspensão se refere ao período em que os direitos e obrigações dos citados contratos estiveram cedidos por meio de aditivo.				

Processo nº.10768.001828/2010-47				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056516.10.2 HOS GEMSTONE	28/04/2013

Processo nº.10768.001831/2010-61				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056389.10.2 HOS BLUEWATER	28/04/2013

Processo nº.10768.001829/2010-91				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056383.10.2 HOS GREYSTONE	28/04/2013

Processo nº.10768.001127/2010-16				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0055789-09.2 HAVILA PRINCESS	28/04/2013

Processo nº.10768.001126/2010-63 e (1) 10768.00953/2011-11(Cessão à Solstad Offshore Ltda)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0055790.09.2 NORMAN VIBRAN	25/01/2011 (1)

Processo nº.10768.003018/2010-08 E (1) 10768.000955/2011-18 (Cessão à Solstad Offshore Ltda)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0057429.10.2 NOR SUN	25/01/2011 (1)

Processo nº.10768.001128/2010-52 Provimento a recurso voluntário em 09/02/2011 (1) 10768.000954/2011-65 (Cessão à Solstad Offshore Ltda)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0055792.09.2 NORMAND TRYM	25/01/2011 (1)

Processo nº 10768.002172/2011-61 , Processo nº 10768.003597/2011-97(*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda	BM-ES-37; BM-ES-38	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "UOS CHALLENGER"	17.03.2012(*)

Processo nº 10768.002173/2011-13 Processo nº 10768.003597/2011-97 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda	BM-ES-37; BM-ES-38	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "UOS ATLANTIS"	21.03.2012(*)

Processo nº.10768.002187/2011-29				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0067100.11.2 2050.0067101.11.2 HOS WILDWING	12/07/2015

Processo nº.10768.002189/2011-18				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0067098.11.2 2050.0067099.11.2 HOS PINNACLE	12/07/2015
Processo nº.10768.002190/2011-42				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0067094.11.2 2050.0067093.11.2 HOS RESOLUTION	12/07/2015

Processo nº.10768.002188/2011-73				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0067096.11.2 2050.0067097.11.2 HOS WINDANCER	20.07.2015

Processo nº 10768.003194/2011-48				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0010-73	Petróleo Brasileiro S.A.	Concessões da Petrobrás nos termos da Lei 9478/97 (Exploração e produção de petróleo e gás)	2050.0070661.11.2 AFRETAMENTO PSV ASTRO BARRACUDA	25.10.2015

Processo nº 10074.721269/2012-65				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	KAROON PETRÓLEO & GÁS LTDA.	Bacia de Santos BLOCOS: BM-S-61, BM-S-62, BM-S-68, BM-S-69, BM-S-70	Contrato de serviço BZ-0060-A-00 para embarcações de serviço offshore AHTS UOS VOYAGER & AHTS UOS LIBERTY	28/12/2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR - CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa GEORESEARCH DO BRASIL LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado no mesmo, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 285, de 21 de outubro de 2011, publicado no D.O.U. de 25 de outubro de 2011.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Processos nº [1] 10768.002155/2011-23 - [2] 10768.001959/2010-24 - (3) 10768.003123/2010-64				
03.722.323/0001-87	Petróleo S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BC-400 Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10 BM-S-11	[3] 2050.0013937.05-2 (Arame SLICK LINE)	19/02/2012
		Campos em Produção: Bacia sedimentar de Campos: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito Carapeba,, Caratinga, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá,	[1] 2050.0033816.07-2	27.07.2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, úna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola e Voador. Bacia Sedimentar de Santos: Coral e Estrela do Mar.		
		Campos em Exploraçã Bacia Sedimentar do Amazonas: BM-FZA-4, BM-FZA-6 Bacia Sedimentar do Pará-Maranhão: BM-PAMA-8, BM-PAMA-9, BM-PAMA-10, BM-PAMA-11 BM-PAMA-12 Bacia Sedimentar do Barreirinhas: BM-BAR-1, BM-BAR-4, BM-BAR-5 Bacia Sed. do Ceará-Potiguar: BM-POT-11, BM-POT-13, BM-POT-16, BM-POT-17 Bacia Sed. do Pernambuco-Paraíba: BM-PRPB-1, BM-PEPB-2, BM-PEPB-3 Bacia Sed. de Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-9, BM-SEAL-10 BM-SEAL-11 Bacia Sedimentar do Jequitinhonha: BM-J-3, BM-J-4, BM-J-5 Bacia Sed. de Camamu-Almada: BM-CAL-5, BM-CAL-7, BM-CAL-9, BM-CAL-11, BM-CAL-12		
	Petróleo S.A. ,	Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-14, BM-C-25, BM-C-26, BM-C-27, BM-C-28, BM-C-31, BM-C-34, BM-C-35, BM-C-36, BM-C-44 Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10, BM-S-11, BM-S-12, BM-S-17 BM-S-21, BM-S-24, BM-S-40 BM-S-41, BM-S-42, BM-S-44 BM-S-45, BM-S-46, BM-S-49 BM-S-50, BM-S-51, BM-S-52 BM-S-53, BM-S-64, BM-S-65 BM-S-66, BM-S-67, BM-S-74 BM-S-75BM-S-76, BM-S-77 Bacia Sed. do Espírito Santo: BM-ES-5, BM-ES-21, BM-ES-22, BM-ES-23, BM-ES-24, BM-ES-25, BM-ES-26, BM-ES-27, BM-ES-31 BM-ES-32 Bacia Sedimentar de Pelotas: BM-P-2	[2] 2050.0013939.05-2 (Arame SLICK LINE)	19.02.2012
	El Paso Petróleo do Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Camamu-Almada: BM-CAL-4 (substituído)	[1] EPPC-MSA-217	01.08.2010
03.722.323/0001-87	Repsol YPF Brasil S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Espirito Santo: BM-ES-29 Campos: BM-C-33 Santos: BM-S-48 e 55	[1] 07USA010D (MSA)	19.01.2012
	Chevron Brasil Ltda.	Campo em Produção: Frade	[1] Rental Order CW612712 Service Order CW612712 Rental Order CW612709-A (Rental Order CW606415) Service Order CW612709-B (Service Order CW606415)	13.06.2011
	Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-22	[1] A2144616 (Unidade de Perfuração West Polaris)	24.07.2010

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO CONTRATO	TERMO FINAL
Proc. Nº 10768.004814/2009-41				
03.722.323/0001-87	. OGX PETRÓLEO E GÁS LTDA	Bacia Sedimentar de Campos:: BM-C-39, BM-C-40, BM-C-41, BM-C-42, BM-C-43, Bacia Sedimentar de Santos: BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 BM-S-59 Bacia Sedimentar do Pará-Maranhão: BM-PAMA-13, BM-PAMA-14, BM-PAMA-15, BM-PAMA-16, BM-PAMA-17	OGXLTD/2009/020 Anexo I Item 2.2	15/10/2012

Processos nº [1] 10768.004549/2009-00 e [2] 10768.004550/2009-26				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO CONTRATO	TERMO FINAL
		Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BC-400		
		Campos em Produção: Bacia sedimentar de Campos: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito, Carapeba, Caratinga, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Parati, Pargo, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola e Voador.	[1] 2050.0016311.05.2 com o respectivo Aditivo nº 02	31.08.2010
03.722.323/0001-87	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-8 :1-BRSA-532-A-SPS. BM-S-9 :1-BRSA-491-SPS e 1-BRSA-594-SPS. BM-S-10:1-BRSA-329D-RJS. BM-S-11:1-BRSA-618-RJS e 1-BRSA-369-A-RJS Campos em Produção: Bacia sedimentar de Ceará-Potiguar: Agulha, Arabaiana, Aratum, Atum, Biquara (RNS-134), Cioba (RNS-035), Curimã, Dentão (RNS-093), Espada, Guaiuba (RNS-128), Oeste de Uburana (RNS-071), Pescada, Serra (RNS-128), Ubarana e Xaréu. Bacia sedimentar de Sergipe-Alagoas: Caioba, Dourado e Guaricema. Bacia Sedimentar de Santos: Coral e Estrela do Mar. Bacia Sedimentar do Espírito Santo: Cangoá e Peroá.	[2] 2050.0026479.06.2 com o respectivo Aditivo nº 01	07.12.2010

Proc. 10768.003269/2010-18				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.722.323/0001-87	Devon Energy do Brasil Ltda	Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-32, BM-C-34, BM-CAL-13	Contrato Master (MSSA) S/N assinado em 01/03/2000 O.S. WO RBN 643 Rev 01 O.S. WO 592 O.S. WO RMS 093	27.02.2015

Processo. 10768.000218/2012-98 (10768.000217/2012-43 / apensado)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.722.323/0001-87	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária da ANP nos termos da Lei No 9.478/87 ou nas áreas de concessão onerosa nos termos da Lei No 12.276/2010.	2050.0068632.11.2. (SERVIÇOS) 2050.0068633.11.2 (LOCAÇÃO) OBS.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	21/06/2013

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR - CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e IN RFB nº 1.284, de 23 de julho de 2012 tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FRANK´S INTERNATIONAL BRASIL LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº. 116 de 15 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Processo nº 10768.020965/00-00

Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
03.945.240/0001-57	Chevron Brasil Ltda.	Campo em Desenvolvimento: Bacia Sed. de Campos: Frade	CW544137 CW544137-A CW544137-B	31.12.2012

Processo nº 10768.004893/2009-91

Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
03.945240/0001-57	OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Campos: BM-C-39, BM-C-40, BM-C-41, BM-C-42 e BM-C-43. Santos: BM-S-56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59. Pará-Maranhão: BM-PAMA-13, BM-PAMA-14, BM-PAMA-15, BM-PAMA-16 e BM-PAMA-17.	OGXLTD/2008/117 (OGXLTD/2008/117A (Anexo A)	30.06.2013

Processo nº 10768.000572/2012-12

Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
03.945.240/0001-57	Karoon Petróleo & Gás S/A	Blocos em Exploração BM-S-61, BM-S-62, BM-S-68 BM-S-69 e BM-S-70	BZ-0003-A-00 (Prest. de Serviços) BZ-0003-A-01 (Locação) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010	31.12.2012

Processo nº 10768.002941/2011-21 - Cumprimento de decisão do Secretário da RFB

Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
03.945.240/0001-57	BP Enegy do Brasil Ltda	Áreas em que a contratante seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	CON-BPB-11-00002	30.04.2013

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR - CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art.3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4º Este Ato não se aplica às áreas sob cessão onerosa mencionadas pela Lei nº 12.276/2010, por falta de previsão na IN Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012.

Art. 5o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo IRF/RJO nº 118, de 31 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 2012.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.018255/00-93

		(4) 10768.000236/2012-70		
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10	2050.0039746.08-2	(4) 29.01.2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000919/2010-65

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0018-91 32.319.931/0022-78	2050.0029703.07.2 Anexo 03	19.02.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000624/2010-99

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0018-91 32.319.931/0025-10	2050.0056081.09.2 Anexo 02 perfilagem a poço aberto e revestido, e canhoneio	10.01.2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005190/2010-13

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 L & M, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115	12.01.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005189/2010-99

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS58, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 J & K, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004414/2009-36

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: C-M-466, C-M-499, C-M-592, C-M-620 e C-M-621. Bacia Sedimentar de Santos: S-M-226, S-M-268, S-M-270 e S-M-314. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA-M-407, PAMA-M-408, PAMA-M-443, PAMA-M-591 e PAMA-M-624.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	OGXLT/2008/115 E & F, de 19.02.2009. OGXLT/2008/115 H & I, de 14.04.2009.	30.06.2013 30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000951/2012-11

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42 e	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	BMC43.	32.319.931/0008-10		
		32.319.931/0009-09	Ordem de serviço	
OGX Petróleo	Bacia Sedimentar de Santos:	32.319.931/0010-34	OGXLT/2008/115R	
e Gás Ltda.	BMS56, BMS57, BMS58 e BMS59.	32.319.931/0014-68		30/06/2013
		32.319.931/0015-49	Obs: Concessão do regime	
		32.319.931/0016-20	condicionada ao	
	Bacia Sedimentar Pará-Maranhão:	32.319.931/0018-91	atendimento do parágrafo	
	PAMA13, PAMA14, PAMA15,	32.319.931/0020-06	10 do art. 17 da IN RFB nº	
	PAMA16, e PAMA17.	32.319.931/0021-97	Nº 844/2008, incluído	
		32.319.931/0024-30	pela IN RFB nº 1089/2010.	
		32.319.931/0025-10	1.089/2010.	
		32.319.931/0026-00		
		32.319.931/0028-63		
		32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.007605/2010-93- PROVIMENTO A RECURSO PELO SECRETÁRIO DA RFB

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
		32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
		32.319.931/0005-77		
Petróleo	Áreas em que a PETROBRAS	32.319.931/0008-10	2050.0037282.07. 2	25.11.2012
Brasileiro S.A.	for concessionária nos	32.319.931/0009-09		
PETROBRAS	Termos da Lei nº	32.319.931/0010-34		
	9.478, de 06/08/1997	32.319.931/0014-68		
		32.319.931/0016-20		
		32.319.931/0024-30		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000583/2011-11

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
		32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
		32.319.931/0005-77		
Petróleo	Áreas em que a PETROBRAS	32.319.931/0007-39	2050.0039350.08.2	08.02.2013
Brasileiro S.A.	for concessionária nos	32.319.931/0008-10		
PETROBRAS	termos da Lei nº	32.319.931/0010-34		
	9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0014-68		
		32.319.931/0015-49		
		32.319.931/0018-91		
		32.319.931/0028-63		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000955/2012-91

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
		32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
		32.319.931/0005-77		
		32.319.931/0007-39		
		32.319.931/0008-10		
		32.319.931/0009-09		
Petróleo	Áreas em que a PETROBRAS	32.319.931/0010-34	2050.0072296.11.2	
Brasileiro S.A.	for concessionária nos	32.319.931/0014-68	(Prestação de Serviços)	31.01.2015
PETROBRAS	termos da Lei nº	32.319.931/0015-49	2050.0072298.11.2	
	9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0016-20	(Locação)	
		32.319.931/0018-91		
		32.319.931/0020-06		
		32.319.931/0021-97		
		32.319.931/0024-30		
		32.319.931/0025-10		
		32.319.931/0026-00		
		32.319.931/0028-63		
		32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001020/2012-21

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
		32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
		32.319.931/0005-77		
		32.319.931/0007-39		
		32.319.931/0008-10		
	Bacia Sedimentar de Campos:	32.319.931/0009-09		
Shell Brasil	Bijupira, Salema, e BC-10	32.319.931/0010-34	4610031167	
Petróleo Ltda		32.319.931/0014-68	(Serviços e Locação)	20.05.2014
	Bacia Sedimentar da Santos:	32.319.931/0015-49		
	BM-S-54	32.319.931/0016-20		
		32.319.931/0018-91		
		32.319.931/0020-06		
		32.319.931/0021-97		
		32.319.931/0024-30		
		32.319.931/0025-10		
		32.319.931/0026-00		
		32.319.931/0028-63		
		32.319.931/0032-40		

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nºs 10768.000927/2012-73 e 10768.000952/2012-57

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
		32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
		32.319.931/0005-77		
		32.319.931/0007-39	ORDEM DE TRABALHO	
		32.319.931/0008-10	C-10- AEPL- BM-C29 0048	
ANADARKO		32.319.931/0009-09		
EXPLORAÇÃO E	Campo em Exploração:	32.319.931/0010-34		31/12/2012
PRODUÇÃO DE		32.319.931/0014-68	ORDEM DE TRABALHO	
PETRÓLEO E GÁS LTDA	Bacia Sedimentar de Campos	32.319.931/0015-49	C-09- AEPL- BM-C30 0039	
	BM-C-29	32.319.931/0016-20		
		32.319.931/0018-91		
		32.319.931/0020-06		
		32.319.931/0021-97		
		32.319.931/0024-30		
		32.319.931/0025-10		
		32.319.931/0026-00		
		32.319.931/0028-63		
		32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001021/2012-76

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43		
	Campos em Produção:	32.319.931/0002-24		
		32.319.931/0003-05		
	Bacia Sedimentar de Campos:	32.319.931/0005-77		
	Bijupirá e Salema	32.319.931/0007-39		
		32.319.931/0008-10		
		32.319.931/0009-09		
Shell Brasil	Campo em Exploração:	32.319.931/0010-34	CONTRATO Nº 4610031175	
Petróleo Ltda		32.319.931/0014-68	(LOCAÇÃO E SERVIÇOS)	20/05/2014
	Bacia Sedimentar de Campos:	32.319.931/0015-49	EQUIPAMENTOS PARTE 9	
	BM-C-10	32.319.931/0016-20		
		32.319.931/0018-91		
	Bacia Sedimentar de Santos:	32.319.931/0020-06		
	BM-S-54	32.319.931/0021-97		
		32.319.931/0024-30		
		32.319.931/0025-10		
		32.319.931/0026-00		
		32.319.931/0028-63		
		32.319.931/0032-40		

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O INSPETOR- CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluídos como Ajudantes de Despachante Aduaneiro no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros:

NOME	CPF	PROCESSO
DAIANE GIOBINI CORREA	123.358.207-02	10074.721125/2012-17
EVELYN MATTOS ALCANTARA	115.231.597-82	10074.721205/2012-64
RENATO CESAR DOS SANTOS	070.801.107-18	10074.720954/2011-93
DERCIVAL APARECIDO CAPODEFERRO	031.663.478-60	10074.721152/2012-81
LEANDRO JOAO DOS SANTOS TIBURCIO	099.326.797-12	10074.721510/2012-56
LUIZ FERNANDO ANTONIO DO NASCIMENTO	079.134.187-96	10074.720968/2012-98
CARLA CRISTINA MENDES SOARES DA SILVA	116.472.767-21	10074.721482/2012-77
LEANDRO FERREIRA LEITE	081.529.147-70	10074.721483/2012-11
BIANCA DA SILVA GOMES	034.240.887-90	10074.721335/2012-05
JULIO CESAR DE CARVALHO	000.065.277-60	10074.721602/2012-36
RENAN GUEDES DO NASCIMENTO	059.167.667-26	10074.721172/2012-52
PEDRO CATRAMBY AGUIAR	145.656.207-07	10074.721294/2012-49
HUGO LEONY GONCALVES	129.504.867-11	10074.721647/2012-19
JORGE RICARDO DA COSTA	932.632.017-00	10074.721628/2012-84
RICARDO FERNANDES DE CASTRO	013.733.614-41	10074.721591/2012-94
REINALDO CARDOSO MOREIRA	373.351.627-34	10074.721350/2012-45
PEDRO HENRIQUE COSTA BERTO	129.938.177-44	10074.721689/2012-41
FELIPE MOREIRA DE ARAUJO	138.514.187-51	10074.721236/2012-15
FABIO FARIAS DO NASCIMENTO	058.104.607-20	10074.720964/2011-29
ELAINE MENDONÇA	085.742.407-61	10074.720590/2012-22
RACHEL FARIAS DA SILVA	110.611.197-42	10074.720692/2012-48

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR - CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa REPSOL SINOPEC BRASIL S.A., na execução do contrato especificado no Anexo, até o termo final fixado no mesmo, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 99, de 13 de abril de 2012, publicado no D.O.U. de 16 de abril de 2012, bem como o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 132, de 28 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 29 de maio de 2012.

RICARDO TRAVESEDO NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Processo Administrativo nº 10768.018283/00-29			
* Processo Administrativo nº 10768.006241/2009-91			
Nº CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
	Campos em Exploração:		
02.270.689/0001-08 02.270.689/0011-71	Bacia Sed. de Santos: BM-S-55: Bloco S-M-506	48610.009185/2005-29	* 12.01.2012
02.270.689/0001-08 02.270.689/0011-71 *02.270.689/0013-33 (inclusão de filial)	Bacia Sed. do Espírito Santo: BM-ES-29 : Bloco ES-M-737	48610.009170/2005-11	* 12.01.2012

Processo Administrativo nº 10768.002011/2011-77			
Nº CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
02.270.689/0001-08 02.270.689/0015-03	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Campos: BM-C-33 : Bloco C-M-539	48610.009157/2005-61	25.08.2012

Processo Administrativo nº 10768.002408/2011-69 Processo Administrativo nº 10768.000820/2012-25			
Nº CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
02.270.689/0001-08 02.270.689/0011-71	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-48 : Blocos S-M-673, S-M-674 e S-M-789	48610.009145/2005-37	30.09.2015

Processo Administrativo nº 10768.000219/2012-32 / 10074.721436/2012-78 (1)			
Nº CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
02.270.689/0001-08	Campo em Exploração: Bacia Sed. do Espírito Santo: BM-ES-30: Bloco ES-M-665	48610.009169/2005-96	(1) 23.05.2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 139, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa GALÁXIA MARÍTIMA LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório nº 101 de 18 de outubro de 2012, publicado no DOU de 23 de outubro de 2012.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Processo nº 10768.004481/2009-51				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: BCAM-40, BC-60, BM-C-3 BM-C-6, BC-20, BC-30, BC-50 BC-100, BC-200, BC-400, BC-500, BC-600, BS-3 Campos em Produção Espadarte, Albacora, Albacora Leste Apequim, Bagre, Bicudo, Badejo, Barracuda, Bonito, Carapeba, Caratinga, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Parati, Pargo, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola, Voador, Coral, Estrela-do-Mar	2050.0049190.09.2 2050.0049192.09.2 "Amazon Chieftain" e equipamentos mencionados	06.08.2013

Processos nº 10768.001332/2011-54 e [1] nº 10768.001275/2011-11				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0063814.10.2 AHTS [1] VARADA BÚZIOS	20.12.2014

Processo nº 10768.001612/2011-62				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90 05.104.067/0002-70	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0066001.11.2 (afretamento embarcação FIVEL) 2050.0066002.11.2 (prestação de serviços)	15.05.2015

Processo nº 10768.001275/2011-11				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0063813.10.2 AHTS VARADA IPANEMA	20.12.2014

Processo nº 10768.100042/2011-92				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0068850.11.2 (prestação de serviços) 2050.0068848.11.2 (afretamento) TAG5	22/09/2015

Processo nº 10768.001354/2012-03				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0072528.11.2 (prestação de serviços) 2050.0072527.11.2 (afretamento) VARADA IBIZA	27.02.2016

Processo nº 10074.721778/2012-98				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0076706.12.2 (prestação de serviços) 2050.0076705.12.2 (afretamento) VEGA EMTOLI	04/10/2016

Processo nº 10730.732176/2012-85				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0076708.12.2 (prestação de serviços) 2050.0076707.12.2 (afretamento) VEGA INRUDA	04/10/2016

Processo nº 10074.721780/2012-67				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0076703.12.2 (prestação de serviços) 2050.0076702.12.2 (afretamento) VEGA JUNIZ	04/10/2016

Processo nº 10074.721779/2012-32				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0076701.12.2 (prestação de serviços) 2050.0076700.12.2 (afretamento) VEGA JAANCA	04/10/2016

Processo nº 10768.001394/2012-47				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0074233.12.2 (prestação de serviços) 2050.0074232.12.2 (afretamento) VEGA CORONA	24/04/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 10768.001353/2012-51				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0072524.11.2 (prestação de serviços) 2050.0072523.11.2 (afretamento) VARADA ILHÉUS	29/02/2016

Processo nº 10768.001393/2012-01				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0074235.12.2 (prestação de serviços) 2050.0074234.12.2 (afretamento) VEGA CRUSADER	24/04/2016

Processo nº 10768.001351/2012-61				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0072531.11.2 (prestação de serviços) 2050.0072530.11.2 (afretamento) VARADA MARESIAS	29/02/2016

Processo nº 10768.001355.2012-40				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Áreas em que a Petrobras seja Concessionária, nos termos da Lei nº 9478, de 1997.	2050.0072526.11.2 (prestação de serviços) 2050.0072525.11.2 (afretamento) VARADA SANTOS	29/02/2016

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede Registro Especial para o Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no §3.º do art. 14 da Instrução Normativa RFB n.º 976 de 07 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, com as alterações conferidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e pela Instrução Normativa nº 1.048, de 29 de junho de 2010 resolve:

Art. 1.º Conceder registro especial para o papel imune na qualidade de USUÁRIO (UP) à MIURA EDITORA LTDA, CNPJ 15.769.678/0001-00, situada à Rua Pindorama, 309, Vila Jordanópolis - São Bernardo do Campo SP, CEP 09892-120 (Processo Administrativo n.º 13819.722.317/2012-70, atribuindo-lhe o número UP- 08119/10016. .

Art. 2.º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede Registro Especial para o Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no §3.º do art. 14 da Instrução Normativa RFB n.º 976 de 07 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, com as alterações conferidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e pela Instrução Normativa nº 1.048, de 29 de junho de 2010 resolve:

Art. 1.º Conceder registro especial para o pepel imune na qualidade de USUÁRIO (UP) à THONY PRINT EDITORA GRÁFICA LTDA - ME, CNPJ 14.274.819/0001-51, situada à Rua MMDC, 429, Salão 04, Paulicéia - São Bernardo do Campo SP, CEP 09690-000 (Processo Administrativo n.º 13819721461/2012-99, atribuindo-lhe o número UP - .08119/10017.

Art. 2.º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989 e as disposições da Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 314, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008), com base nos autos do processo administrativo n.º 10855.724845/2012-39, declara:

Art. 1º As bebidas comercializadas pela empresa ADEGA ADIVANA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - CNPJ 13.414.573/0001-03, relacionadas neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme anexo abaixo indicado.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas às bebidas de produção nacional classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto quanto aos produtos do código 2208.30, originários de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi (incluído pelo Decreto nº 6.158, de 2007).

Art. 3º Este ato revoga Ato Declaratório Executivo nº 21/2012 de 23/03/2012 publicado no DOU em 27/03/2012 e reconsolida novamente em um único ADE todos os produtos da empresa que estão em produção.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON SEIKI KAMOGARI

ANEXO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mili-litros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
13.414.573/0001-03	ADIVANA (aguardente de cana recipiente não retornável)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
13.414.573/0001-03	ADIVANA (aguardente de cana recipiente não retornável)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
13.414.573/0001-03	ADIVANA (aguardente composta recipiente não retornável)	De 376ml até 670ml	2208.90.00	N
13.414.573/0001-03	ADIVANA (aguardente composta recipiente não retornável)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	O
13.414.573/0001-03	ADIVANA (aguardente composta recipiente não retornável)	De 376ml até 670ml	2208.90.00	N

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 248, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS OASIS LTDA.	51.974.111/0001-30	19515.722344/2012-43

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Transferência de titularidade de instalação portuária de uso público.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições e considerando a competência que lhe confere o art. 301 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e, ainda, o que consta do processo nº 10907.000775/2001-14, declara:

Art. 1º Fica transferida a titularidade e a exploração das instalações portuárias de uso público localizadas na Avenida Portuária, s/nº , no município de Paranaguá, PR, da empresa TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, CNPJ 03.020.098/0001-37, para a empresa Terminal Portuário Movimentação e Armazenagem Participações S/A, CNPJ 12.919.786/0001-24, em decorrência de processo de incorporação que sofreu a primeira, com base na Resolução ANTAQ nº 2.110, de 17 de junho de 2011 e no 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 020/98 celebrado em 3 de novembro de 2011, publicados no Diário Oficial da União, respectivamente, de 22 de junho de 2011 e 2 de dezembro de 2011. Convém notar que a empresa incorporadora girará na praça sob a denominação social de TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S/A.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos e condições estabelecidas pelo Ato Declaratório SRF nº 438, de 9 de outubro de 2000, com as alterações promovidas pelo Ato Declaratório Executivo SRF nº 208, de 13 de agosto de 2001.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CESAR MOSCATTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.809	GABRIELLE MELLO VEIGA	041.624.999-00

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILBERTO TRAGANCIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009 e 12.249/2010.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012,publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007,e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 10980.727714/2012-78, resolve:

Art.1°- Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U., de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria nº 430, de 17 de julho de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U de 19 de julho de 2012.

EMPRESA: CAIUÁ TRANMISSORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 14.832.534/0001-99
CEI: 70.009.30768/72
NOME DO PROJETO: Conforme descrito no Anexo da Portaria nº430, de 17 de julho de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U., de 19 de julho de 2012.
NUMERO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO: Decreto de 16 de abril de 2012 e Contrato de Concessão ANEEL Nº 007/2012 , de 10 de maio de 2012, conforme consta no ANEXO da Portaria MME nº 430, de 17 de julho de 2012.
SETOR DE INFRAESTRUTURA:Transmissão de Energia Elétrica.

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art.3° - A suspensão de que trata o art. 1º pode ser usufruída nas aquisições no mercado interno ou nas importações realizadas nas condições daquele artigo no período de cinco anos, contados da data da entrada em vigor deste Ato Declaratório Executivo, conforme o art. 3º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 4º - Concluída a participação da Habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de selos de controle, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO para produto estrangeiro a ser selado no exterior, sendo 35.640 (trinta e cinco mil seiscentos e quarenta) relativo ao Código 9829-24 e 28.176 (vinte oito mil cento e setenta e seis) ao código 9829-14, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

MARCA COMERCIAL	QTDE CAIXAS	QTDE UNIDADES	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO
JACK DANIEL'S	297	35.640	Uísque americano de milho, composto de água de uísque e destilado de milho envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, caixa com 120 garrafas de 0,05 L, cada.
JACK DANIEL'S	371	17.808	Uísque americano de milho, composto de água de uísque e destilado de milho envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, caixa com 48 garrafas de 0,2 L, cada.
JACK DANIEL'S	432	10.368	Uísque americano de milho, composto de água de uísque e destilado de milho envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, caixa com 24 garrafas de 0,375 L, cada.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 196, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Avenida Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.192 (doze mil cento e noventa e dois) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

MARCA COMERCIAL	QTDE CAIXAS	QTDE UNIDADES	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO
JACK DANIEL'S	990	11.880	Uísque americano de milho, composto de água de uísque e destilado de milho envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, caixa com 12 garrafas de 1L, cada.
JACK DANIEL'S	52	312	Uísque americano de milho, composto de água de uísque e destilado de milho envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, caixa com 6 garrafas de 0,75 L, cada.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 8 DE OUTUBRO DE 2012

Declara a baixa da inscrição no CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o art. 81, § 1º, I, da Lei nº 9.430/1996 e artigo 29, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011:

Art. 1º Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo relacionada, na forma do artigo 27, II, a, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 10925.721541/2012-49;

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º
PLUMA MECANICA INDUSTRIAL LTDA	05.148.347/0001-08

OTTO MARESCH

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 238, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Cancela o registro especial como gráfica.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º O cancelamento do Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, na categoria de Gráfica sob nº GP-10106/71, à pessoa jurídica INSTITUTO LEONARDO MURIALDO - GRÁFICA MURIALDO, inscrita no CNPJ sob nº 88.637.780/0014-40 estabelecido na Rua Professor Luiz Facchin, nº 375, Bairro São José, na cidade de Caxias do Sul, RS, CEP 95043-660, a pedido do interessado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art 2º Fica o contribuinte obrigado a apresentar a DIF-Papel Imune relativa ao segundo semestre de 2012, mesmo que não haja movimentação de estoques e/ou produção, conforme determina o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009.

Art. 3º Determino que sejam incluídas as informações no Sistema Gerencial Papel Imune (GPI) da RFB, no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação no DOU.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

TARSILA MARIA PASA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara cancelados de ofício os atos de concessão de inscrição no CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 31 da IN RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010,

declara cancelados, de ofício, os atos de concessão de inscrição no CPF, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, de acordo com o disposto no inciso I do art. 30 da IN RFB nº 1.042/2010, de:

MARCO ESTIGARRIBIA - CPF 316.153.330-53

IVAN CESAR GONÇALVES - CPF 541.355.670-53

A anulação a que se refere este Ato Declaratório implicará a anulação da inscrição no CPF, e será considerada como data da mesma a data em que a inscrição se tornou indevida.

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara a inscrição no Registro Especial dos estabelecimentos produtores e engarrafadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA - RS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, considerando o disposto nos artigos 331 à 338 do Regulamento do Imposto de Produtos Industrializados - RIPI aprovado pelo decreto 7.212 de 15/06/2010 tendo em ao disposto no Art. 3º da Instrução Normativa 504 de 03/02/2005 com redação dada pela Instrução Normativa número 1.065, de 16 de agosto de 2010 e considerando o que consta no Processo Administrativo Nº. 11060.003192/2010-06 declara:

Art. 1º Fica concedido à empresa POMAR ARERUNGUA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 09.306.222/0001-01 com sede Rod BR 158 Km 468, S/N no município de Rosário do Sul - RS o Registro Especial de Estabelecimento como Engarrafador de Bebida alcoólica número 10103/053 para os produtos abaixo especificados:

Produto	Marca Comercial	NCM	Classe	Capacidade Recipiente	Tipo Recipiente
Vinho Fino Cabernet Sauvigon	Provincia de São Pedro	2204.21.00	J	750 ml	Não Retornável
Vinho Tinto de Mesa Fino Merlot	Vinhedo pedras altas	2204.21.00	J	750 ml	Não Retornável

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARAQUEM FERREIREIRA BRUM

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUÍ

PORTARIA Nº 34, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O Inspetor Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí-RS, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 15 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1° Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02(dois) anos à empresa DALL AGNOLO & GUSMÃO LTDA.-ME, CNPJ n° 11.621.705/0001-42, com base no que dispõe o subitem 11.1.2 do Edital do Leilão n° 1015500/0003/2012, o art. 87, inciso III da Lei n° 8.666, de 1993, e a decisão de fls. 18/19 do processo 11051.720271/2012-78.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO DOS SANTOS GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 674, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 8.694.198 (oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e cento e noventa e oito) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 23.986.040,31 (vinte e três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quarenta reais e trinta e um centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2010;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2040;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de outubro de 2012: R$ 2,758856;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 4.981, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 10 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.000126/2012-31, resolve:

Art. 1º Cadastrar a EXPORT DEVELOPMENT CANADA, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Canadá, como ressegurador eventual, nos termos do artigo 2º, inciso VII, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 4.982, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 4º da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.005696/2011-37, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a autorização para funcionamento como corretora de resseguros concedida a CATALYST RE CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 04.162.539/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo - SP, nos termos dos artigos 18 e 19, da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a Resolução no7, de 12 de julho de 2012, que fixa os critérios de elegibilidade para determinação das famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial Financeiro, previsto na Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas no art. 2o da Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004, e no Decreto no 5.125, de 1o de julho de 2004, resolve:

Art. 1o O caput do art. 2o da Resolução no7, de 12 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2o O valor do Auxílio será de até R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), exclusivamente para os municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, definida pela Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, e de R$ 400,00 (quatrocentos reais) para os demais municípios, a ser pago em parcelas mensais nunca inferiores a R$ 80,00 (oitenta reais)". (NR)

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 47 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária do Ministério da Integração Nacional, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio com Município, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

53000 - Ministério da Integração Nacional
53101 - Ministério da Integração Nacional

R$ 1,00

ANEXO						
			REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
Programa de Trabalho	ESF	FTE	Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
18 . 544 . 2051 . 1851 . 00 26 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado de Pernambuco.	F			250.000		250.000
		100	4430.00	250.000	4440.00	250.000
Total				250 .000		25 0 .000
JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos por meio de convênio com Município de Boquim no Estado de Sergipe. - "emenda 27330008"						

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 50, DE 9 DE OUTUBRO DE 2012

Institui, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, Grupo de Trabalho para a elaboração das diretrizes do Programa de Recuperação e Manutenção de Pastagens Degradadas e Manutenção da Produtividade do Centro-Oeste - Programa Pasto Verde.

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e pelo Decreto nº 7.471, de 04 de maio de 2011,

Considerando a necessidade de implementação do Programa de Recuperação e Manutenção de Pastagens Degradadas e Manutenção da Produtividade do Centro-Oeste - Programa Pasto Verde, cujo objetivo principal é a recuperação em 10 anos de pelo menos 8,7 milhões de hectares de pastagens degradadas na Região Centro-Oeste do Brasil; e

Considerando a importância da contribuição técnica de outros órgãos e entidades públicos para o desenvolvimento do Programa Pasto Verde em moldes que se coadunem com o Programa Agricultura de Baixo Carbono, instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que permitam a solução das dificuldades enfrentadas por cada Estado da Região Centro-Oeste; resolve:

Art. 1º. Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de:

I - contribuir para a definição das diretrizes principais para o planejamento e acompanhamento do desenvolvimento das atividades do Programa a ser implementado;

II - compartilhar informações e produtos que guardem relação com o objetivo principal do Programa a ser implementado;

III - estudar os mecanismos que poderão ser utilizados para a maior divulgação do Programa a ser implementado nos Estados da Região Centro-Oeste;

IV - discutir as providências a serem adotadas para a integração das ações do Programa a ser implementado com o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a recuperação de pastagens degradadas na Região Centro-Oeste; e

V - debater meios de facilitar o acesso dos produtores rurais a recursos que possibilitem o investimento na recuperação de pastagens degradadas.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será integrado por representantes e respectivos suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - Ministério do Meio Ambiente;

IV - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

V - Secretaria de Estado Agricultura do Distrito Federal;

VI - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás;

VII - Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Mato Grosso;

VIII - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul;

IX - Banco do Brasil S/A; e

X - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Art. 3º O Grupo de Trabalho desenvolverá suas atividades, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Portaria, sob a coordenação do Diretor-Superintendente da SUDECO e se reunirá sempre que convocado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CONTREIRAS DE ALMEIDA DOURADO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.867, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 18.953/DF, impetrado por LUIZ ANGELUS LEAL RIBEIRO, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.198, de 21 de junho de 2012, publicada no DOU de 22 de junho de 2012, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 2007, de 28 de novembro de 2003, que declarou LUIZ ANGELUS LEAL RIBEIRO anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 2007, de 28 de novembro de 2003, que declarou LUIZ ANGELUS LEAL RIBEIRO anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(*) Republicada por ter saído, no DOU, de 13-11-2012, Seção 1, página 37, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.869, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Fortaleza/CE, no dia 03 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia n.º 2007.01.58695, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" MANOEL FERREIRA DOS ANJOS, filho de IDALINA RODRIGUES DOS ANJOS, e conceder à MARLI PESSOA DOS ANJOS, portadora do CPF nº 165.942.903-04, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, §1º e §2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.870, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54023, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de ENO CRISTIANO BECKER, portador do CPF nº 180.288.020-87, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.07.1964 a 12.01.1978, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III c/c artigo 4º, § 1º e § 2º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.871, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de maio de 2012, no Requerimento de Anistia n.º 2010.01.68120, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ GUIZI, portador do CPF nº 101.524.748-20, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 18.660,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I, II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.872, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69859, resolve:

Declarar anistiado político DIRCEU TRAVESSO, portador do CPF nº 048.874.218-85, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.730,00 (um mil, setecentos e trinta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 22.08.2012 a 07.07.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 137.679,17 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 30.07.1983 a 22.11.1984, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.873, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de maio de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55386, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ROSEMIRO PEREIRA LEAL, portador do CPF nº 013.495.976-00.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.874, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61954, resolve:

Declarar anistiado político LENINE DE CASTRO PERDIGÃO, portador do CPF nº 018.467.603-72, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 18.660,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.875, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55488, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ADALBERTO FONSECA DE ALBUQUERQUE, portador do CPF nº 002.681.783-72.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.876, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de maio de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56459, resolve:

Declarar anistiado político FLÁVIO FERNANDES FONSECA VIANA, portador do CPF nº 186.809.846-04, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.127,00 (quatro mil, cento e vinte e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.05.2012 a 11.12.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 557.901,62 (quinhentos e cinqüenta e sete mil, novecentos e um reais e sessenta e dois centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 26.11.1986 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.877, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Fortaleza/CE, no dia 03 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64185, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOÃO DE DEUS BORBA, filho de GENUINA ANTONIO PEREIRA, reconhecer o direito às promoções ao posto de Capitão com os proventos de Capitão e as respectivas vantagens, e conceder em favor de RUTE CARELLI BORBA, portadora do CPF nº 031.656.908-98, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 9.078,00 (nove mil e setenta e oito reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 03.08.2012 a 08.07.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 177.166,10 (cento e setenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e dez centavos), resultante da diferença entre os proventos de Capitão e os proventos de 2º Tenente, em favor de RUTE CARELLI BORBA, portadora do CPF nº 031.656.908-98, e aos demais dependentes, se houver, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, artigo 9°, Parágrafo Único, e artigo 14 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.878, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Fortaleza/CE, no dia 03 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64266, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Declarar anistiado político "post mortem" LUCIANO BARREIRA, filho de YDALBA BARREIRA, e conceder em favor de IOLANDA PINHEIRO BARREIRA, portadora do CPF nº 980.428.231-34, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.879, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66679, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ CANTIDIO DE SOUZA LIMA, portador do CPF nº 788.564.008-63, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.508,00 (um mil, quinhentos e oito reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 22.08.2012 a 16.03.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 145.697,93 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 27.03.1980 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.880, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67160, resolve:

Declarar anistiado político ANIVALDO PEREIRA PADILHA, portador do CPF nº 066.396.268-45, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.484,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 22.05.2012 a 14.04.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 229.397,40 (duzentos e vinte e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 28.02.1970 a 31.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.678, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do Núcleo Central do Ministério da Justiça

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto no 6.061, de 15 de março de 2007, e o art. 79 do Anexo da Portaria no 572, de 12 de maio de 2006, do Ministério da Justiça, resolve:

CONSIDERANDO o disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Orientação Normativa MPOG nº 07, de 30 de outubro de 2008, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Regulamentar os critérios de recrutamento, seleção e acompanhamento de estágio educativo escolar supervisionado, dentro do Programa de Estágio do Núcleo Central do Ministério Justiça, conforme normas estabelecidas por esta Portaria.

Art. 2º O estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso em que o aluno encontre-se matriculado.

Art. 3º Poderão participar do programa de estágio estudantes que estejam regularmente matriculados em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 4º O gerenciamento do programa de estágio ficará a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com o apoio de agente de integração contratado por intermédio de instrumento celebrado, observando-se a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Parágrafo único. A interface entre o agente de integração contratado e o Ministério da Justiça é de competência da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Art. 5º Cabe às unidades do Ministério da Justiça oferecer as condições necessárias à obtenção de experiência prática, através de efetiva participação em atividades, serviços, programas, planos ou projetos cujo desenvolvimento guarde correlação com a área de formação profissional do estagiário.

Art. 6º Considerar-se-á supervisor de estágio o servidor responsável pela unidade em que o estagiário desenvolve suas atividades.

Parágrafo único. Caso o servidor de que trata o caput não possuir nível de escolaridade superior ao do estagiário, o supervisor do estágio será a autoridade imediatamente superior com maior grau de escolaridade do que o estagiário.

CAPÍTULO II

DAS BOLSAS DE ESTÁGIO

Art. 7º O quantitativo de bolsas de estágio será estabelecido de acordo com as necessidades do Ministério da Justiça e com os recursos orçamentários disponíveis, não podendo ultrapassar o limite disposto no art. 7º da ON/MPOG nº 07/2008.

§ 1º Do total de bolsas de estágio serão reservados 10% (dez por cento) para estudantes portadores de deficiência.

§ 2º As bolsas referidas no parágrafo anterior serão ocupadas de acordo com as necessidades das unidades do Ministério da Justiça, condicionando-se o preenchimento à adequação do aluno ao perfil solicitado.

Art. 8º O estudante participante do programa de estágio não-obrigatório do Ministério da Justiça fará jus a bolsa de estágio no valor de R$ 520,00 (quinhentos e vinte Reais) para nível superior e a R$ 290,00 (duzentos e noventa Reais), para nível médio, equivalentes a carga horária de trinta horas semanais.

§ 1º O valor da bolsa será reduzido em 30% (trinta por cento) no caso de jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º Para efeitos de cálculo de pagamento da bolsa será considerada a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se as faltas não justificadas.

§ 3º Os estudantes participantes do estágio obrigatório não farão jus ao recebimento de bolsa de estágio.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO

Art. 9º A bolsa estágio será paga com base na frequência mensal do estagiário, deduzindo-se do valor os dias de faltas não justificadas, sendo vedada a compensação de horário.

§ 1º Serão debitados do valor integral da bolsa os valores referentes às faltas registradas, de acordo com a seguinte fórmula: Valor do Desconto = Valor da Bolsa ÷ 30 x Número de Faltas Registradas.

§ 2º No caso de estudante que ingressar no estágio com o mês iniciado, o cálculo da bolsa será proporcional aos dias de estágio, tomando-se por referência o mês comercial de 30 (trinta) dias.

§ 3º O afastamento para tratar da própria saúde, condicionado à apresentação de atestado médico, deverá ser registrado na frequência do estagiário.

CAPÍTULO IV

DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

Art. 10. O estudante em estágio não-obrigatório receberá, em pecúnia, como auxílio-transporte, o valor de R$ 6,00 (seis reais) por dia, proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados.

§ 1º O auxílio-transporte será pago no mês anterior ao de sua utilização, exceto no primeiro mês do estágio, hipótese em que será incluído na primeira folha de pagamento processada logo após o cadastro do estagiário no SIAPE.

§ 2º O auxílio-transporte será pago juntamente com a bolsa de estágio.

§ 3º É vedado o desconto de qualquer valor para que o estagiário receba o auxílio-transporte.

§ 4º O auxílio-transporte não é devido no período de recesso do estudante, nos dias de afastamento para tratamento da própria saúde e nos demais afastamentos registrados como faltas.

§ 5º Os valores remanescentes, alusivos ao auxílio-transporte, quando da rescisão antecipada do Termo de Compromisso de Estágio - TCE, deverão ser restituídos ao erário por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU.

CAPÍTULO V

DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 11. O estágio não-obrigatório terá duração de, no mínimo, 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes, até o limite máximo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O encerramento do estágio em virtude de alcance do limite citado no caput deste artigo impedirá a concessão de novo estágio ao estudante, salvo se portador de deficiência, que poderá estagiar até o término do curso na respectiva instituição de ensino.

Art. 12. A duração do estágio obrigatório fica restrita a 1 (um) semestre letivo.

§ 1º Ao servidor estudante que realizar estágio obrigatório, quando comprovada a incompatibilidade do horário do estágio com o do órgão, será concedido horário especial, mediante compensação de horário, nos termos do § 1º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º É vedado ao servidor percepção de bolsa de estágio ou quaisquer benefícios diretos e indiretos provenientes do estágio realizado.

CAPÍTULO VI

DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Art. 13. Ficará sob o encargo de cada Unidade Administrativa deste Núcleo Central a seleção de seu estagiário, podendo, a critério do gestor, solicitar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos o recrutamento de estudantes com o perfil desejado, o que será realizado em parceria com o Agente de Integração.

§ 1º No interesse da Unidade, poderá ser aberto processo seletivo específico para o preenchimento de vaga de estágio, sendo de inteira responsabilidade do gestor a confecção de provas ou testes, observado o quantitativo de vagas aportadas à respectiva Unidade.

§ 2º A realização do estágio, após a aprovação no processo seletivo de que trata o artigo anterior, poderá ser precedida de entrevista, de caráter não eliminatório, a ser realizada pela chefia imediata da área correspondente ou pessoa por ela indicada, não sendo permitida submissão do estagiário a novas provas, testes ou congêneres.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ESTAGIÁRIO

Art. 14. O estagiário assinará o Termo de Compromisso de Estágio - TCE, por meio do qual terá ciência dos seus deveres, atribuições e responsabilidades e se comprometerá a cumprir as normas e os normativos regulamentares aplicáveis ao estágio, bem como às do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O estudante portador de deficiência terá atribuições e responsabilidades compatíveis com a sua condição.

Art. 15. Será exigida do estagiário a apresentação de exame médico que comprove a aptidão para a realização do estágio, não sendo necessário que o mesmo submeta-se à perícia médica oficial.

Art. 16. Caberá ao estagiário elaborar relatório semestral das atividades de estágio e encaminhá-lo ao agente de integração, para repasse à instituição de ensino.

Art. 17. O estagiário deverá usar, nas dependências do Ministério da Justiça, o crachá de identificação fornecido pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

§ 1º Na hipótese de perda ou roubo do crachá de identificação, o estagiário deverá comunicar imediatamente a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, devendo apresentar cópia do Boletim de Ocorrência.

§ 2º Em caso de desligamento, o estagiário deverá devolver o crachá de identificação à Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Art. 18. O estagiário deverá comunicar imediatamente ao supervisor, quando for o caso, a desistência do estágio ou quaisquer alterações relacionadas à atividade escolar.

Art. 19. O estagiário deverá guardar sigilo sobre informações, assuntos, fatos e documentos de que tiver conhecimento em decorrência do estágio.

Art. 20. A utilização de internet, correio eletrônico e outros serviços ou equipamentos do Ministério fica condicionada às necessidades do estágio.

Parágrafo único. Cabe ao supervisor de estágio autorizar e controlar o uso dos instrumentos e serviços mencionados no caput.

Art. 21. A jornada de atividade em estágio, observado o horário de funcionamento do Ministério da Justiça, de 7h30m às 21h30m de segunda a sexta-feira, desde que compatível com o horário escolar, será:

I - de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, ou 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º Nos períodos em que a instituição de ensino realizar avaliações periódicas ou finais, a carga horária do estágio será reduzida a metade, conforme estipulado no TCE, mediante prévia apresentação do calendário acadêmico.

§ 2º É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista nos incisos I e II do caput, sendo proibida a compensação de horário.

§ 3º No caso de estudantes do ensino especial e dos últimos anos do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos, a carga horária não poderá ultrapassar vinte horas semanais.

§ 4º No caso de estudantes de ensino médio, ou menores de dezoito anos, o horário a ser observado é o de 7h30m às 19h30m de segunda a sexta-feira.

Art. 22. O estagiário que, eventualmente, receber valores pagos equivocadamente pelo Ministério da Justiça, deverá promover a restituição imediatamente.

Art. 23. Firmado o instrumento autorizatório de estágio, o estagiário deverá providenciar a abertura de conta-corrente bancária, junto a qualquer das instituições financeiras conveniadas, à sua escolha, para o recebimento regular da respectiva bolsa e do indenizatório a título de auxílio-transporte.

Parágrafo único. A obrigação prevista no caput deste artigo é indispensável e a sua inobservância culminará na vedação de concessão da bolsa de estágio.

Art. 24. O estagiário deverá manter atualizados os seus dados cadastrais perante a Coordenação-Geral de Recursos Humanos e esta, junto ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Parágrafo único. Os documentos necessários ao cadastramento do estagiário no SIAPE deverão ser entregues, no prazo máximo de sete dias a contar da assinatura do TCE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 25. Ao servidor estudante que realizar estágio obrigatório, quando comprovada a incompatibilidade do horário do estágio com o do Núcleo Central do Ministério da Justiça, será concedido horário especial, mediante compensação de horário, nos termos do § 1º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. É vedado ao servidor percepção de bolsa de estágio ou quaisquer benefícios diretos e indiretos provenientes do estágio realizado.

CAPÍTULO VIII

DO RECESSO DE ESTÁGIO

Art. 26. O estagiário terá direito a recesso de trinta dias, sem prejuízo do pagamento da bolsa, quando o período de estágio for igual a um ano.

§ 1º O recesso será usufruído, preferencialmente, no período coincidente com o período de férias escolares, devendo ser registrado na frequência mensal do estagiário.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional nos casos em que o contrato da bolsa de estágio tiver duração inferior a um ano.

§ 3º A proporcionalidade de que trata o parágrafo anterior será calculada à razão de dois dias e meio por mês completo de estágio, devendo ser arredondado o total dos dias apurados para o número inteiro subsequente.

§ 4º Os dias de recesso deverão ser previamente acordados entre estagiário e supervisor, observado o disposto no § 1º, sendo permitido seu parcelamento em até 3 (três) etapas, não podendo a primeira etapa ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 5º O Formulário para Solicitação de Recesso (Anexo III) deverá ser encaminhado, impreterivelmente, à Coordenação-Geral de Recursos Humanos no prazo mínimo de quinze dias antes da data prevista para o início da primeira ou única parcela de gozo.

§ 6º No interesse da Administração, os estagiários do Programa de Estágio do Núcleo Central do Ministério da Justiça que, até o mês de dezembro, não tenham usufruído o direito ao recesso, deverão fazê-lo ainda que na proporcionalidade, calculada conforme disposto no § 3º deste artigo.

§ 7º O cancelamento de parcela do recesso deverá ser comunicado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos no prazo mínimo de quinze dias de antecedência da data prevista para o gozo.

Art. 27. Se o desligamento do estagiário ocorrer antes do término da vigência do contrato, por iniciativa do estudante, este não fará jus ao usufruto do recesso, fazendo jus ao seu pagamento em pecúnia.

Art. 28. Ocorrendo o desligamento do estagiário antes do término da vigência do estágio, por iniciativa do Ministério da Justiça, e não tendo o estudante usufruído o recesso proporcional a que teria direito, é assegurado o usufruto anterior à data de desligamento.

Parágrafo único. Caso ocorra o desligamento do estagiário, por iniciativa do Ministério da Justiça, na hipótese prevista no inciso IX do art. 29, o estudante não fará jus ao usufruto do recesso proporcional a que teria direito, ou pagamento em pecúnia.

CAPÍTULO IX

DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Art. 29. O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;

II - por abandono do estágio no Ministério da Justiça ou na instituição de ensino;

III - de ofício, no interesse e conveniência do Ministério da Justiça;

IV - por comprovação de falta de aproveitamento no estágio ou na instituição de ensino;

V - a pedido do estagiário;

VI - por descumprimento de obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio;

VII - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;

VIII - por interrupção ou conclusão do curso na instituição de ensino;

IX - por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

§ 1º Quando do desligamento, por qualquer dos motivos constantes no artigo anterior, com exceção do inciso IX, o estagiário fará jus ao Certificado de Estágio.

§ 2º O estagiário que apresentar atestado médico superior a 5 (cinco) dias será desligado do estágio, exceto o portador de deficiência.

§ 3º O estudante desligado poderá reiniciar o estágio após o período de afastamento, desde que a bolsa por ele anteriormente ocupada não tenha sido preenchida.

§ 5º O Formulário de Desligamento/Remanejamento de Estagiário (Anexo II), acompanhado da folha de frequência assinada até o último dia estagiado, deverão ser encaminhados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos no dia subsequente à data do desligamento.

CAPÍTULO X

DAS OBRIGAÇÕES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Art. 30. À Coordenação-Geral de Recursos Humanos cabe:

I - acompanhar a realização do estágio estudantil em parceria com o dirigente da unidade onde o estudante desenvolve as atividades e com o supervisor de estágio;

II - solicitar ao agente de integração a realização de processo seletivo para preenchimento das oportunidades de estágio, se for o caso;

III - acompanhar a frequência dos estagiários;

IV - realizar o pagamento da bolsa de estágio e do auxílio-transporte;

V - dar conhecimento das normas desta portaria e das demais disposições pertinentes ao supervisor e ao estagiário;

VI - comunicar o desligamento do estagiário ao agente de integração.

CAPÍTULO XI

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 31. Constituem responsabilidade do supervisor de estágio:

I - receber, entrevistar e avaliar os candidatos à vaga de estágio;

II - orientar o estagiário sobre a conduta ética e as normas do Ministério da Justiça;

III - acompanhar o desempenho do estagiário, observando a correlação entre as atividades desenvolvidas na Unidade e aquelas exigidas pela instituição de ensino, previstas no TCE;

IV - proceder à avaliação de desempenho do estagiário, aprovar e assinar relatório semestral de atividades de estágio;

V - manter informada a Coordenação-Geral de Recursos Humanos sobre o desempenho do estudante e demais ocorrências que digam respeito à realização do estágio;

VI - comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias do desligamento do estagiário;

VII - assinar a folha de frequência do estagiário, providenciando seu encaminhamento à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da realização do estágio;

VIII - comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos as ocorrências que impactam a folha de pagamento;

IX - elaborar e disponibilizar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos o cronograma de recesso dos estagiários da Unidade;

X - encaminhar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos a solicitação de recesso do estagiário.

XI - criar condições adequadas para o usufruto do recesso pelo estagiário e controlar os períodos solicitados e usufruídos; e

XII - promover a adequação entre a carga horária diária do estágio, o expediente do Ministério da Justiça e o da instituição de ensino, com vistas ao cumprimento da jornada de atividade do estagiário, inclusive durante o período de férias escolares.

§ 1º O descumprimento do disposto nos incisos VI, VII, VIII e X supra ou a prestação de informação incorreta implicará responsabilização do supervisor de estágio e do dirigente da unidade na qual o estagiário estiver alocado pelos prejuízos que decorrerem para o Ministério da Justiça, sem prejuízo da sanção disciplinar cabível.

§ 2º O descumprimento do prazo disposto no item VII deste artigo poderá implicar o desligamento do estagiário.

§ 3º O supervisor de estágio poderá delegar a um ou mais servidores da unidade o encaminhamento da frequência mensal do estagiário.

§ 4º A delegação de que trata o § 3º deste artigo não exime o delegante da responsabilidade pela supervisão.

Art. 32. Cada supervisor poderá ter, no máximo, dez estagiários sob a sua supervisão.

CAPÍTULO XII

DO AGENTE DE INTEGRAÇÃO

Art. 33. O agente de integração será selecionado em conformidade com as regras que regem as licitações e os contratos no âmbito da administração pública federal.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça celebrará contrato com o agente de integração, que será responsável por:

I - recrutar e pré-selecionar estudantes;

II - contratar seguros contra acidentes pessoais em favor do estagiário;

III - controlar a efetiva frequência do estudante na instituição de ensino;

IV - comunicar, por escrito, a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino;

V - encaminhar relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo estudante à respectiva instituição de ensino;

VI - entregar, ao final do estágio, termo de realização com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VII - articular-se com instituições de ensino para celebração de convênios ou outro instrumento jurídico apropriado;

VIII - lavrar o Termo de Compromisso de Estágio, a ser assinado pela instituição de ensino, pelo estagiário e pelo Ministério, sendo este representado pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos;

IX - receber as avaliações de desempenho do estagiário e os relatórios do estágio;

X - acompanhar e informar ao Núcleo Central do Ministério da Justiça, além da vida estudantil do estagiário, a obtenção de bolsa de estudo que possa ser ofertada ao estagiário pela instituição de ensino ou por organismos correlatos.

XI - orientar os estagiários para se apresentarem na Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos na data prevista para o início do estágio.

CAPÍTULO XIII

DAS VEDAÇÕES

Art. 34. É vedado ao estagiário, no âmbito do Ministério da Justiça:

I - transportar, a pedido de servidor ou de qualquer outra pessoa, dinheiro ou títulos de crédito;

II - realizar serviços de limpeza e de copa;

III - executar trabalhos particulares solicitados por servidor ou qualquer outra pessoa;

IV - estagiar em local insalubre ou que, direta ou indiretamente, exponha a risco a sua saúde e integridade física;

V - realizar viagens de serviço com ônus para o Ministério da Justiça;

VI - prestar serviços externos, ainda que acompanhado pelo supervisor de estágio ou por pessoa por ele designada, exceto nos casos em que a atividade esteja prevista no Termo de Compromisso de Estágio;

VII - identificar-se invocando sua qualidade de estagiário quando não estiver no pleno exercício das atividades decorrentes do estágio;

VIII - ausentar-se do local de estágio durante o expediente, sem prévia autorização do supervisor;

IX - retirar qualquer documento ou objeto da repartição, ressalvados aqueles relacionados ao estágio, com prévia anuência do supervisor;

Parágrafo único. O supervisor de estágio, sob pena de responsabilidade, fiscalizará a observância do disposto neste artigo e, sempre que constatar que o estagiário realiza qualquer das atividades aqui mencionadas, fará imediata comunicação à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que adotará providências saneadoras.

Art. 35. É vedado o oferecimento de bolsa de estágio e a participação em estágio obrigatório ao estudante:

I - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, por afinidade ou consaguinidade, até o terceiro grau, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento e de servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal do Ministério da Justiça, salvo quando a contratação decorrer de processo seletivo;

II - menor de 16 (dezesseis) anos de idade.

Parágrafo único. Fica constituído, na forma do Anexo II, modelo de Declaração de Parentesco a ser firmada pelo estagiário, que passará a ser parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio - TCE.

Art. 36. É vedado ao Ministério da Justiça:

I - conceder auxílio-alimentação e assistência à saúde, bem como outros benefícios diretos e indiretos aos estagiários; e

II - realizar período de experiência de estágio prévio à assinatura do TCE.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nos incisos I e II implicará na responsabilização do servidor que deu causa.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. O recebimento da bolsa de estágio, do auxílio-transporte e de qualquer outro benefício concedido ao estudante não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 38. Os documentos referentes a estágio, remetidos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, à exceção das folhas de frequência, deverão ser protocolizados.

Art. 39. Aprovar o Quadro de Distribuição de Bolsas Estágio do Ministério da Justiça, na forma do Anexo VIII desta Portaria.

§ 1º O preenchimento das vagas de estágio no âmbito do Ministério da Justiça dependerá da disponibilidade orçamentária.

§ 2º As unidades que disporem de vagas temporariamente não utilizadas poderão cedê-las para outras unidades, por empréstimo, por prazo determinado, mediante prévio comunicado, por escrito, à Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Art. 40. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária-Executiva do Ministério da Justiça.

Art. 41. Revoga-se a Portaria MJ nº 1982, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 42. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCIA PELEGRINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Formulário de Solicitação de Estagiário

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

1 – Dados do Solicitante: Data de Entrega do Formulário: ___/___/___

Nome completo:	
Matrícula:	Cargo/Função:
Unidade:	Edifício/Sala:

2 – Dados do Supervisor:

Nome Completo:		
E-mail:	Ramal:	Celular:
Cargo:	Formação:	Conselho Regional:
Lotação:	Login (acesso site Ag. Int.):	Senha (Site Ag. Int.):

3 – Dados do Estágio:

( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior

Curso:	Período:

Carga Horária Semanal: ( ) 20 horas ( ) 30 horas

Horário de Estágio: Entrada: ___:___hs Saída: ___:___hs

Local do Estágio:

A Unidade possui recursos necessários ao desempenho das atividades do estagiário? ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, quais?

( ) Estação de trabalho ( ) computador ( ) Outros:

4 – Características Profissionais (perfil desejado):

5 – Atividades que Serão Desenvolvidas no Estágio (descrição sucinta e em tópicos)

6 – Autenticidade da Unidade:

Data: ____/_____/_____

Assinatura e carimbo do responsável pela solicitação da Unidade

Assinatura/carimbo do Dirigente da Unidade

7. Autenticação da CGRH

Data: ____/_____/_____

Com base no acima exposto, autorizo a contratação pleiteada.

Assinatura e carimbo do dirigente CDRH

ANEXO II

Formulário de Desligamento/Remanejamento de Estagiário

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

FORMULÁRIO DE DESLIGAMENTO/REMANEJAMENTO DE ESTAGIÁRIO

( ) Desligamento ( ) Remanejamento

1 – Dados do Supervisor: Data de Entrega do Formulário: ___/___/___

Nome Completo:		
Cargo:	Matrícula:	Ramal:
E-mail:		Lotação:

2 – Dados do Estágio:

Nome Completo:	
Unidade de lotação:	Telefone de contato:

3 – Motivo do desligamento/remanejamento:

Solicitante: ( ) Supervisor ( ) Estagiário

a) Insatisfeito com as atividades	( ) sim	( ) não
b) Problemas de relacionamento com colegas	( ) sim	( ) não
c) Problemas de relacionamento com a chefia	( ) sim	( ) não
d) Problemas pessoais	( ) sim	( ) não
e) Problemas com os estudos	( ) sim	( ) não
f) Falta de condições para o desenvolvimento das atividades	( ) sim	( ) não

g) Outras:

4 – Autenticação:

Data: ____/_____/_____

Assinatura e carimbo do Supervisor

Assinatura do Estagiário

ANEXO III

Formulário para Solicitação de Recesso

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE RECESSO

1 – Dados do Estagiário Data de Entrega do Formulário: ___/___/___

Nome Completo:	
Unidade de lotação:	Telefone de contato:

Jornada de Estágio: ( ) 4 horas/dia ( ) 6 horas/dia

2 – Forma de usufruto:

Parcelas*	Período	Quantidade de dias gozados
( ) 01 parcela	De ____/_____/_____ a ____/_____/____	( ) dias
( ) 02 parcelas	De ____/_____/_____ a ____/_____/____	( ) dias
( ) 03 parcelas	De ____/_____/_____ a ____/_____/____	( ) dias

(*) Observar o disposto no art. 27 da Portaria MJ nº 1982/2010.

Observações:

3 – Autenticação:

Data: ____/_____/_____

Assinatura e carimbo do Supervisor

Assinatura do Estagiário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV
Relatório Bimestral de Estágio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO BIMESTRAL DE ESTÁGIO

1 – Dados do Estagiário Data de Entrega do Formulário: ____/____/____

Nome Completo:
Instituição de Ensino:
Curso: | Período:
Unidade de lotação: | Telefone de contato:
Supervisor:
Cargo:

2 – Análise do Estágio:

2.1. Atividades desenvolvidas no estágio (cite as principais):

2.2. Relação Teoria/Prática: (estagiários de NS) – Mencione a (s) disciplina (s) que se relacionou (ou se relacionaram) com o estágio desenvolvido e, posteriormente, justifique sua resposta.

2.3. Importância do Estágio não-obrigatório: (destaque pontos positivos e negativos observados durante as atividades do estágio)

3 – Autenticação:

Data: _____/_____/_____

Assinatura e carimbo do Supervisor

Assinatura do Estagiário

ANEXO V
Relatório Semestral de Estágio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ESTÁGIO

1 – Dados do Estagiário Data de Entrega do Formulário: ____/____/____

Nome Completo:
Instituição de Ensino:
Curso: | Período:
Unidade de lotação: | Telefone de contato:
Supervisor:
Cargo:

2 – Análise do Estágio (Preenchido pelo Supervisor do Estágio)

Questionário	Respostas		
1. Como você classifica o desempenho do estagiário?	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
2. Como você classifica a conduta do estagiário, junto à Unidade em que desempenha suas atividades e aos outros colaboradores?	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
3. Como você classifica o interesse e a dinâmica do estagiário nas atividades realizadas nos últimos seis meses?	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
4. Como você classifica o conhecimento adquirido pelo estagiário, em relação às atividades desenvolvidas?	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
Descreva e avalie o desempenho do estagiário nas atividades constante no Plano de Estágio para o período atual:			
Atividade 01:	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
Atividade 02:	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular
Atividade 03:	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular

3 – Autenticação:

Data: _____/_____/_____

Assinatura e carimbo do Supervisor

Assinatura do Estagiário

ANEXO VI
Vedações

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____,CI/RG _____, CPF _____, estudante do curso de _____, selecionado(a) para realizar estágio remunerado no Ministério da Justiça, **DECLARO**, para todos os efeitos legais, que estou ciente das vedações previstas no artigo 36 da Portaria nº 1982 , de 15 de dezembro de 2010, cujo dispositivo é reproduzido abaixo.

"Art. 36. É vedado ao estagiário:
I – transportar, a pedido de servidor ou de qualquer outra pessoa, dinheiro ou títulos de crédito;
II – realizar serviços de limpeza e de copa;
III – executar trabalhos particulares solicitados por servidor ou qualquer outra pessoa;
IV – estagiar em local insalubre ou que, direta ou indiretamente, exponha a risco a sua saúde e integridade física;
V – realizar viagens de serviço;
VI - prestar serviços externos, ainda que acompanhado pelo supervisor de estágio ou por pessoa por ele designada, exceto nos caos em que a atividade esteja prevista no Termo de Compromisso de Estágio;
VII - identificar-se invocando sua qualidade de estagiário quando não estiver no pleno exercício das atividades decorrentes do estágio;
VIII – ausentar-se do local de estágio durante o expediente, sem prévia autorização do supervisor;
IX – retirar qualquer documento ou objeto da repartição, ressalvados aqueles relacionados ao estágio, com prévia anuência do supervisor;
X – assinar os trabalhos elaborados em conjunto com o supervisor."

Brasília, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VII
Nepotismo

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, CI/RG _____, CPF _____, estudante do curso _____, selecionado(a) para realizar estágio remunerado no Ministério da Justiça, **DECLARO**, para o fim previsto no artigo 37, inciso I, da Portaria nº 1982, de 15 de dezembro de 2010, que:

( ) não possuo vínculo de parentesco com servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Ministério da Justiça, ou ocupante de cargo em comissão, função de confiança ou de direção, chefia ou assessoramento, com colaborador, prestador de serviço e/ou estagiário.

( ) possuo vínculo de parentesco (tipo de parentesco, dentre os constantes do quadro abaixo)_____ com o (a) Sr.(a) _____, (citar dentre as condições enumeradas no item anterior) deste Ministério.

Brasília, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

Parentes em Linha Reta	Parentes em Linha Colateral	Parentes Por Afinidade	
Ascendente: 1º grau: pai e mãe; 2º grau: avô e avó; 3º grau: bisavô e bisavó; Descendente: 1º grau: filho e filha; 2º grau: neto e neta; 3º grau: bisneto e bisneta.	2º grau: irmão e irmã; 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha.	Parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro(a) em linha reta: Ascendente: 1º grau: pai e mãe; 2º grau: avô e avó; 3º grau: bisavô e bisavó. Descendente: 1º grau: filho e filha; 2º grau: neto e neta; 3º grau: bisneto e bisneta.	Parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro (a) em linha colateral: 2º grau: irmãos e irmãs; 3º grau: tio e tia; sobrinho e sobrinha.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VIII
Distribuição de Bolsa Estágio

UNIDADE ADMINISTRATIVA	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
	Nº de Bolsas Estágio	Nº de Bolsas Estágio
Gabinete do Ministro – GM	30	16
Secretaria Executiva – SE	12	01
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/Gab	04	02
Consultoria Jurídica – CJ	30	09
Comissão de Anistia - CA	33	02
Coordenação-Geral de Logística - CGL	32	24
Coordenação-Geral de Modernização e Administração - CGMA	24	03
Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH	40	40
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	12	04
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF	12	03
Coordenação-Geral de Planejamento Setorial - CGPLAN	09	03
Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL	21	02
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON	29	18
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP	33	21
Secretaria Nacional de Justiça - SNJ	66	27
Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ	20	14
Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD	20	06
Secretaria Extraordinária de Segurança Para Grandes Eventos - SESGE	10	05
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	16	22
Secretaria de Políticas Para Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR/PR	09	10

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANDAMENTO PROCESSUAL

PAUTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2012

Dia: 21.11.2012
Início: 10h

Ato de Concentração nº 08012.001656/2010-01
Requerentes: Cosan S.A. Indústria e Comércio e Shell International Petroleum Company Limited.
Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.000107/2011-91
Requerentes: Hypermarcas S.A. e Mantercop Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.001380/2012-14
Requerentes: Odebrecht Transport Participações S.A. e Nascon Participações S.A.
Advogados: Maria Cecília Andrade, Ubiratan Mattos, Ana Carolina Estevão e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.003886/2011-87
Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda., Novatec - Serviços Educacionais Ltda., Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/C Ltda.
Advogados: Andrea Fabrino Hoffman Formiga, Mariana Duarte Garcia de Lacerda e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.003898/2012-34
Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola
Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.003937/2012-01
Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Don Mario Sementes Ltda.
Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.006706/2012-08
Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Nidera Sementes Ltda.
Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero, Maria Eugênia Del Nero Poletti e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.004596/2011-51
Requerentes: Hospital e Maternidade São Luiz S.A., Oncotech Oncologia Ltda., Cotefil Hospital Geral Ltda.
Advogados: Barbara Rosenberg, André Previato, Rafael Szmid e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.003722/2012-31
Requerentes: Cameron International Corporation e TTS Energy AS
Advogados: Alexandre Ribeiro Chequer, Guilherme Vieira da Silva, Gustavo Flausino Coelho
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.005541/2012-49
Requerentes: CONFIDENCIAL
Advogados: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.006927/2010-14
Requerentes: Multi Brasil Franqueadora e Participações Ltda., CPM Distribuidora e Editora Ltda., Anhanguera Educação Profissional Ltda. e José Carlos Semenzato
Advogados: Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Flávia Chiquito dos Santos e outros
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Averiguação Preliminar nº 08012.008583/2003-41
Representante: Secretaria de Estado de Segurança Pública - Comarca de Guaxupé-MG Representados: Revendedores de Combustíveis do Município de Guaxupé-MG
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Versissimo
Averiguação Preliminar nº 08012.008351/2006-35
Representante: Ministério Público do Rio Grande do Sul - Promotoria de Três Passos
Representados: Postos Revendedores de Combustíveis de Três Passos
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Averiguação Preliminar nº 08012.014275/2007-88
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Piracicaba - SP
Representados: Postos Revendedores de Gás Natural Veicular de Piracicaba
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Processo Administrativo nº 08012.005969/2009-96
Representante: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
Representadas: HC Lagos Hospital das Clínicas da Região Ltda.
Advogada: Maria José Quintanilha Barbosa
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Cade

VLADIMIR ADLER GORAYEB
Secretário do Plenário
Substituto

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 688, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º e 8º, incisos I e III, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando o encaminhamento do Memorando nº 238/2012 - DPU em Porto Alegre/RS, por meio do qual o Exmo. defensor público federal Dr. Alexandre Vargas Aguiar solicitou a suspensão do serviços da DPU em Porto Alegre/RS em função da interrupção dos serviços de limpeza;

Considerando que a Coordenação de Logística e Patrimônio - CLP informou que o processo de limpeza do núcleo encontra-se em andamento com previsão de 25 dias para conclusão, resolve:

Art. 1º - Restringir a atuação no órgão da Defensoria Pública da União em Porto Alegre/RS às demandas urgentes que envolvam risco de restrição à liberdade de locomoção e periclitação da vida e da saúde até conclusão do processo administrativo 08038.035750/2012-29 e reestabelecimento dos serviços de limpeza do núcleo da Defensoria Pública da União em Porto Alegre/RS, sem prejuízo dos processos judiciais e administrativos já iniciados, independente de sua natureza.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

PORTARIA Nº 689, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, em exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º e 8º, incisos I e III, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando o encaminhamento do Memorando nº 975/2012/GAB/DPU-BA, por meio do qual o defensor público chefe da Defensoria Pública da União em Salvador/Bahia Dr. Átila Ribeiro Dias solicita a suspensão dos serviços da DPU/Salvador/BA em função do término do contrato dos terceirizados, da defasagem de servidores públicos e do atraso no processo de contratação de novos funcionários,

Considerando o Despacho nº 801/2012-GABDPFG por meio do qual foi autorizada a restrição para manter o atendimento somente nas áreas que envolvam risco de restrição da liberdade de locomoção e periclitação da vida e da saúde, até que seja firmado contrato de terceirização, resolve:

Art. 1º - Restringir a atuação no órgão da Defensoria Pública da União em Salvador/Bahia às demandas urgentes que envolvam risco de restrição à liberdade de locomoção e periclitação da vida e da saúde até que seja firmado contrato de terceirização, sem prejuízo dos processos judiciais e administrativos já iniciados, independente de sua natureza.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DPU nº 667, de 6.11.2012, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2012, na página 32 da Seção 1, onde se lê "Art. 1º - Prorrogar a restrição de atendimento no Núcleo da Defensoria Pública da União na Baixada Fluminense/RJ para manter o atendimento somente nas áreas cível, criminal, tutela de saúde e seguridade social, até que sejam recebidos móveis para o Núcleo." leia-se: "Art. 1º - Prorrogar a restrição de atendimento no Núcleo da Defensoria Pública da União na Baixada Fluminense/RJ para manter o atendimento somente nas áreas criminal, tutela de saúde e seguridade social, até que sejam recebidos móveis para o Núcleo."

PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 54, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - Substituta, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R$ 16.200.550,00 (dezesseis milhões, duzentos mil e quinhentos e cinquenta reais), para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), visando a aplicação, o monitoramento e avaliação do projeto de prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas, intitulado: "Diga Sim a Vida - Turma da Mônica na Prevenção do Uso de Drogas" para 70.000 (setenta mil) educadores, alunos do "Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Educadores de Escolas Públicas" de todo o Brasil, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Unidade Gestora: 254420 (FIOCRUZ); Gestão: 25201 - Fundação Oswaldo Cruz.

PTRES: 045740 Fonte: 0100.

Valor Total: R$ 16.200.550,00. ND: 339039 R$ 16.175.550,00 e 449052 R$ 25.000,00.

Termo de Cooperação nº 19/2012

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em parcela única de acordo com o cronograma previsto no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização.

Parágrafo Segundo - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), deverá restituir à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), os créditos transferidos e não empenhados até 02 de dezembro de 2012, conforme disposto na Portaria MJ nº 2.571, de 11 de outubro de 2012, aplicando-se no que couber o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observada a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

CÁTIA BETÂNIA CHAGAS

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.168, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3512 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DOGS CAN FLY PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA, CNPJ nº 12.394.570/0001-92, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.177, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4090 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LOGICA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.408.502/0001-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

30 (trinta) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.184, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3669 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIG'S VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.171.673/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 4009/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.209, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3628 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FALCONSEG SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.554.220/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 4106/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.210, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3246 - DPF/MGA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE SEGURANÇA MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 07.258.384/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 4093/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.219, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3529 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPARSEG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.511.830/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 4096/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.226, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3454 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOLOGIA BANCARIA S A, CNPJ nº 51.427.102/0294-53, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Munições calibre 38

807 (oitocentas e sete) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.229, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3222 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAFE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.444.055/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 4085/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3158 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATENTO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.514.695/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 4084/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.231, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3641 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa L. M. S. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.531.731/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 4109/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.250, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3253 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TERRA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.863.518/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 4104/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.281, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2701 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO CENTRO COMERCIAL ALAMEDA SHOPPING E ALAMEDA TOWER, CNPJ nº 02.560.001/0001-16 para atuar no Distrito Federal.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.318, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3243 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 4144/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE É PROIBIDA A IMPRESSÃO INTEGRAL

ALVARÁ Nº 3.320, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3632 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa GOLD ALFA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 12.058.738/0001-99, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.333, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3391 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANAUARA-ACADEMIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA-ME, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 4163/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.342, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3418 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RSP SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.078.254/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3976/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.349, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3470 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERMELHAO MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 16.857.492/0001-76 para atuar em Minas Gerais.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.375, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3292 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECNOSAFE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 03.350.465/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4180/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.376, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3430 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAOSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.293.098/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4181/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.378, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3530 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REPRESSÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.923.655/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 4170/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.380, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3604 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRAVA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.081.574/0001-67, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.386, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2765 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0003-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 4193/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.387, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3119 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.030.464/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 4162/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.402, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3432 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTECASTELO SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 10.202.371/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 4066/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.432, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3176 - DPF/RDO/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.095.461/0002-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 4245/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.451, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3677 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENESY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.338.024/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 4265/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.455, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3697 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.229.363/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 4266/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.464, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1647 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUALITY SECURITY - VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 73.295.198/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 4277/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.484, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3698 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 4288/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 3.488, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3452 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EFITEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 11.715.500/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4182/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.489, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3366 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TUFÃO-SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 09.541.406/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 4314/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.492, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3302 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A.R.G. SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 05.145.279/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4297/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.497, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3590 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESIV VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.229.652/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4301/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.509, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3497 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 4318/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.517, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3615 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 10.398.803/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 4312/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.533, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3505 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MUNDIAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.482.443/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 4344/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.515, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08362.000236/2012-91-DPF/SNM/PA resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE FOGÁS LTDA., CNPJ nº 04.563.672/0005-90, para atuar no estado do PARA.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.533, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.003009/2012-58-CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa VIPAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 02.534.128/0001-60, sediada no Estado da BAHIA, para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-200 (DUZENTOS) REVÓLVERES CALIBRE 38 e 1000 (UM MIL) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 pertencentes a empresa PRECAVER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ 04.056.753/0001-70;

-41 (QUARENTA E UM) REVÓLVERES CALIBRE 38 e 600 (SEISCENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÕES CALIBRE 38 pertencentes a empresa POLIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ 05.958.597/0001-03 e

-28 (VINTE E OITO) REVÓLVERES CALIBRE 38 e 892 (OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 193 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ANDREAS RETO SPRECHER - V320088-C, natural da Suíça, nascido em 22 de março de 1965, filho de Joerg Sprecher e de Heidi Kempf Sprecher, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.001138/2012-07);

CHARLOTTE FABIENNE MARIE JOUK - V320645-6, natural da França, nascida em 31 de janeiro de 1983, filha de Jean Luc Simon Marie Jouk e de Isabelle Anne Martine Sabbagh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.032191/2012-41);

DÓRA KENÉZ ALMAY - V138172-S, natural da Hungria, nascida em 4 de outubro de 1975, filha de Csaba Kenéz e de Eleonora Kovacs, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.001145/2012-09);

EFRAIN JOSÉ SARMIENTO GENER - V448068-X, natural de Cuba, nascido em 12 de dezembro de 1970, filho de Miguel Sarmiento Ginarte e de Ana Lidia Gener Hernandez, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08311.000236/2012-96);

PABLO ROBERTO PABLO VALDIVIESO - V391687-H, natural do Equador, nascido em 20 de maio de 1992, filho de Pablo Roberto Pablo Paez e de Glenda Mariana Valdivieso Cedeno, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.005421/2011-59);

RAFIE NAJEM ABDALLA - Y250496-0, natural do Iraque, nascido em 27 de janeiro de 1962, filho de Najem Abdalla Hadi e de Jasmia Mhamad Hadi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.026284/2009-31); e

VIRGINIA RICHTER DE HEPP - V484737-C, natural do Paraguai, nascida em 26 de julho de 1947, filha de Egon Richter e de Angela Ponce de Richter, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08452.006876/2011-14).

Nº 194 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

HASSANE AHMAD SAFA - V198387-8, natural do Líbano, nascido em 1 de maio de 1969, filho de Ahmad Safa e de Nazek Soulaiman, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.000761/2012-16);

JOLANTA PIEKUT - V077409-B, natural da Alemanha, nascida em 23 de agosto de 1945, filha de Ryszard Piekut e de Janina Piekut, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.006599/2012-71);

JOSÉ FREDERICO PEREIRA FERREIRA - W649762-R, natural de Portugal, nascido em 21 de fevereiro de 1941, filho de Domingos Antonio Ferreira e de Maria Elvira da Costa Pereira, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08711.000903/2011-47);

LUIS FELIPE ECHENIQUE WIELANDT - W574241-W, natural do Chile, nascido em 25 de janeiro de 1972, filho de Juan Rafael Emilio Echenique Montes e de Maria Cecilia Wielandt Vergara, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.043899/2012-28);

MIREYA SOTO - V022340-2, natural da Bolívia, nascida em 18 de outubro de 1981 , filha de Mariana Soto Sejas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042221/2011-47);

NOHA OSMAN OSMAN FARES - V191841-A, natural do Líbano, nascida em 1 de março de 1967, filha de Osman Osman e de Victoria Ghaleb Fares, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.009449/2012-14); e

ORLANDO VILLAVICENCIO VENEGAS - V166146-L, natural de Cuba, nascido em 17 de janeiro de 1984, filho de Ramon Ignácio Villavicencio Diaz e de Maria Mercedes Venegas Coto, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.001573/2012-13).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12, II, "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.059501/2012-75, resolve:

Nº 195 - TORNAR definitiva a naturalização concedida a YEH HSIANG KAI, natural da China, nascido em 7 de julho de 1992, filho de Yeh Shu Jen e de Hao Moh Yi, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

Nº 196 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

CARLA ALEXANDRA REI MOURA - V653883-A, natural de Portugal, nascida em 21 de abril de 1971, filha de José Domingos Moura dos Santos e de Maria Rei Pereira Moura, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003084/2012-78);

FRANCISCO ANTONIO SANTOS ALMEIDA - W488509-Y, natural de Portugal, nascido em 22 de setembro de 1957, filho de Miguel Paes D`Almeida e de Maria Jose, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.010503/2012-58);

FREDERICO DE SOUSA DE MASCARENHAS SANTOS - V411409-C, natural de Portugal, nascido em 24 de agosto de 1979, filho de Rui Filipe da Conceição de Mascarenhas Santos e de Ana Matilde Frade de Sousa de Mascarenhas Santos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.005414/2012-90);

MANUEL CARLOS VALENTE LOPES - V505274-P, natural de Portugal, nascido em 25 de julho de 1959, filho de Francisco Lopes e de Ana Valente, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003041/2012-00);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MARIA AMELIA DE CARVALHO CAPELA - V016903-7, natural de Portugal, nascida em 15 de outubro de 1945, filha de Antonio José de Carvalho e de Palmira Godinho da Conceição, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007948/2012-51) e
PAULO FERNANDES CAVACO DAS NEVES - V811892-T, natural de Portugal, nascido em 3 de abril de 1973, filho de Isidro Fernandes das Neves e de Agripina de Jesus Cavaco Neves, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.002624/2012-04).

Nª 197 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.
ANA CATARINA MORGADINHO GAGO SOUSA SILVEIRA - V447109-D, natural de Portugal, nascida em 19 de março de 1976, filha de Victor Manuel Martins Ribeiro Sousa da Silveira e de Maria Ofélia Pereira Morgadinho Gago Sousa da Silveira, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.006257/2012-30);
CARLOS BAPTISTA DOS SANTOS LAGE - W172566-5, natural de Portugal, nascido em 23 de novembro de 1943, filho de José dos Santos Caseiro Lage e de Nacelina Baptista, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.004934/2012-85);
CAROLINA AUGUSTA CARDOSO BEZERRA - W461049-F, natural de Portugal, nascida em 30 de julho de 1922, filha de Acácio Cardoso e de Margarida de Jesus Bizarro, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.008518/2012-56);
JOSÉ PINTO DOS SANTOS - V044359-X, natural de Portugal, nascido em 8 de novembro de 1951, filho de Manuel dos Santos e de Olívia Pinto Lopes, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.006261/2012-06);
MIGUEL DA SILVA XAVIER - V420061-P, natural de Portugal, nascido em 5 de agosto de 1965, filho de Daniel Xavier Cândido e de Venilde da Silva Bolotas, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08711.000848/2010-12) e
PEDRO RUI DE SOUSA RIJO MOREIRA CORTEZ - V570121-X, natural de Portugal, nascido em 26 de junho de 1972, filho de Fernando Moreira Cortez e de Isabel Maria de Sousa Rijo Moreira Cortez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.008627/2012-73).

Nª 198 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.
ALÍPIO JOSÉ GUERRA DA FONSECA INÁCIO - V654904-N, natural de Portugal, nascido em 20 de setembro de 1961, filho de Adílio da Fonseca Inácio e de Leocádia da Caridade Guerra, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08018.007015/2012-63);
CARLOS ALBERTO MORAIS DE ALBUQUERQUE - V434430-V, natural da Angola, nascido em 5 de maio de 1936, filho de Bernardino Augusto de Albuquerque e de Maria Palmira Morais de Albuquerque, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.007933/2012-92);
CARLOS MANUEL DA SILVA MIGALHAS - V423239-W, natural de Portugal, nascido em 21 de janeiro de 1962, filho de Reginaldo Rosa Migalhas e de Maria Ivete de Jesus Silva Rosa, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08711.000851/2010-28);
GONÇALO CALDEIRA BASTOS DA MATA - W441684-1, natural de Portugal, nascido em 17 de dezembro de 1978, filho de João Manuel Afonso Bastos da Mata e de Maria Carmo Caldeira Pousa Bastos da Mata, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.007565/2012-87);
HÉLDER MIGUEL MONTEIRO DE ARAÚJO - V677280-8, natural de Portugal, nascido em 11 de junho de 1975, filho de José Manuel Andrade Pinto de Araújo e de Alzira da Conceição Soares Monteiro Araújo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.007318/2012-86);
JOÃO AUGUSTO BRANDÃO MARTINS - V050671-8, natural de Portugal, nascido em 16 de junho de 1944, filho de Manuel Lourenço Martins e de Ana Lopes Brandão, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.008265/2012-11);

Nª 199 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.
CAMILO RAFAEL RAMIREZ ARAOZ - W560184-7, natural da Colômbia, nascido em 20 de abril de 1956, filho de Augusto Ramirez e de Aurora Araoz, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.003076/2009-28);
JACQUELINE SASSOON - V677956-E, natural da República Árabe do Egito, nascida em 19 de janeiro de 1945, filha de César Sassoon e de Yvonne Sasson, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.052897/2012-20);
MARISOL PATRICIA SAUCEDO REVOLLO LAGE - W479615-0, natural da Bolívia, nascida em 19 de outubro de 1969, filha de Felipe José Saucedo Gutierrez e de Maria Luz Revollo de Saucedo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.013950/2012-77);
MARYSOL GAUDENZI - W521974-Y, natural da Itália, nascida em 7 de dezembro de 1970, filha de Paolo Gaudenzi e de Maria Casimira Cabrera de Gaudenzi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.003808/2012-91);
RIAD CHAKIB HASSAN - W348873-7, natural do Líbano, nascido em 2 de janeiro de 1939, filho de Chakib Hassan e de Faridi Choab, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.010323/2011-11);
TERESIA DIANA LEWE VAN ADUARD DE MACEDO SOARES - V775329-7, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 9 de janeiro de 1945, filha de Evert Joost Lewe Van Aduard e de Krystyna Antonio Naymolanka Baroness Lewe Van Aduard, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08000.012900/2012-53); e
VIRGINIA ANTONIA BARBA SEVILLA - V022333-0, natural da Bolívia, nascida em 14 de junho de 1936, filha de Juan de Dios Barba e de Dolores Sevilla, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.049647/2012-11).

PAULO ABRÃO

PORTARIA N° 190, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto n° 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria n°. 1.443, de 12 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1° Declarar a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da Agência de Tecnologia, Pesquisa e Ensino do Nordeste - ATNE, registrada no CNPJ sob o n° 07.093.505/0001-97, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ n° 08071.015443/2011-34.

Art. 2° Nos termos do artigo 59 da Lei n° 9.784/99 e artigo 5°, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo da 10 (dez) dias.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

PORTARIA N° 191, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto n° 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria n°. 1.443, de 12 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1° Declarar a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Instituto Pró Rio Doce - IPRD, registrado no CNPJ sob o n ° 66.227.406/0001-10, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ n° 08071.015442/2011-90.

Art. 2° Nos termos do artigo 59 da Lei n° 9.784/99 e artigo 5°, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo da 10 (dez) dias.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

PORTARIA Nº 192, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA usando da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 8º (Anexo I), do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Conceder o registro referido no Parágrafo Único do Artigo 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, à PSG TECNOLOGIA APLICADA LTDA, CNPJ Nº 00.073.357/0001-08, com sede na Rua Antonio Maria Coelho, 3.383, Jardim dos Estados, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP: 79020-210, para exercer a atividade de microfilmagem de documentos físicos (Processo MJ nº 08071.005640/2012-26).

PAULO ABRÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.000696/2012-39, APROVO a transferência do nacional britânico DAVID KAYIRANGA para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 3, alínea "f", do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Transferência de Presos, assinado aos 20 de agosto de 1998 e promulgado pelo Decreto nº 4.107, de 28 de janeiro de 2002.

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08000.013490/2012-68, APROVO a transferência de SIDNEY ALVES DA MATA para o cumprimento, no Brasil, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça espanhola, com fundamento no art. 5, itens 3, 4 e 6 do Tratado de Transferência de Presos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado aos 7 de novembro de 1996 e promulgado pelo Decreto nº 2.576, de 30 de abril de 1998.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional marroquina RENEE MYARA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante no seu registro, passando de MARDOCMEE MYARA para MARDOCHÉE MYARA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional peruana ELBA BALBINA RUBIO DE UGALDE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de ROMAN RUBIO para ROMAN RUBIO PEREZ e VICTORIA FUENTES para VICTORIA FUENTES DE RUBIO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional uruguaia MARIELA LOURDES BERMUDEZ ALVAREZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de RAMÓN RICARDO BERMÚDEZ BRITOS para RAMÓN RICARDO BERMÚDEZ e ELBA ROSA ÁLVAREZ GUILLERMO para ELBA ROSA ÁLVAREZ.

DENISE BARROS PEREIRA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001515/2012-81 - NOEL SANCHEZ, até 29/06/2013

Processo Nº 08000.007581/2012-64 - STEFAN SLADEK, até 11/08/2013

Processo Nº 08000.000207/2012-38 - RODOLFO METANO ESMERO, até 16/12/2013

Processo Nº 08000.004489/2012-42 - KRZYSZTOF DARIUSZ OPRZADEK, até 18/06/2013

Processo Nº 08000.005385/2012-55 - ROBERT WALTER ANTOINE ZUSSINO, MARGAUX CLARA ZUSSINO e SYLVIE MARIE ANGELE SIMONE LE FLOHIC ZUSSINO, até 11/05/2014

Processo Nº 08000.007725/2012-82 - ARTURO RAMOS TOLENTINO, até 27/07/2014

Processo Nº 08000.008056/2012-66 - PEDRO MELO CANALES, até 28/04/2013

Processo Nº 08000.013091/2012-05 - STEPAN REICH, até 14/07/2013

Processo Nº 08000.014066/2012-31 - GUNVEEN KAUR, até 19/08/2013

Processo Nº 08000.014518/2012-84 - LINOSES MAGAN ANCHES, até 11/08/2014

Processo Nº 08000.014895/2012-13 - ANDREW EDWARD MCINTYRE, até 26/08/2013

Processo Nº 08000.014896/2012-68 - JOSE FERNANDO DOS SANTOS BRITO, até 01/08/2013

Processo Nº 08000.015324/2012-04 - LIVIU MOISA, até 24/09/2014

Processo Nº 08000.015418/2012-75 - ROLANDO LEONCIO MANIQUIZ, até 01/09/2014

Processo Nº 08000.017035/2012-31 - CARLOS ALEJANDRO JATIVA ANDRADE, até 10/01/2014

Processo Nº 08000.017037/2012-21 - JOSE IGNACIO MELO CID, até 10/01/2014

Processo Nº 08000.017512/2012-69 - FLORIN CACIULEANU, até 24/09/2014

Processo Nº 08000.018886/2011-11 - ZYGMUNT JOZEF MILOTA, até 16/12/2013

Processo Nº 08000.000663/2012-88 - MARCIN PIOTROWSKI, até 02/08/2014

Processo Nº 08000.001771/2012-78 - LUKASZ ROBERT KUBINSKI, até 06/03/2014

Processo Nº 08000.003238/2012-41 - ODD GUNNAR VATNE, até 21/06/2013

Processo Nº 08000.003710/2012-45 - OEIVIND RUDI, até 26/05/2013

Processo Nº 08000.003972/2012-18 - ROLF HARALD BUSENGDAL, até 09/05/2013

Processo Nº 08000.007792/2012-05 - LUCAS MIGUEL ALVAREZ, até 15/06/2013

Processo Nº 08000.008588/2012-01 - JOAO RODRIGUES DOS SANTOS, até 28/04/2013

Processo Nº 08000.010227/2012-17 - DON BRADLEE MICHAEL, até 30/08/2013

Processo Nº 08000.010319/2012-05 - GONZALO MANUEL SALAZAR CESPEDES, até 23/06/2013

Processo Nº 08000.013024/2012-82 - JOERG REGENHARDT, até 15/06/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08000.013419/2012-85 - JULIUS BEATINGO FRIAS, até 15/12/2014
Processo Nº 08000.013695/2012-43 - WENDELL GALEDO PIMENTEL, até 15/10/2014
Processo Nº 08000.008364/2012-91 - NEIL MERECEDIO NATAL, até 15/11/2014
Processo Nº 08000.014063/2012-05 - ANDREAS FRANZ BIEBL, até 02/08/2013
Processo Nº 08000.014083/2012-78 - ARNEL LABINEZ AGUIRRE, até 03/09/2014
Processo Nº 08000.014209/2012-12 - ALEXANDER LOWAK, até 28/09/2013
Processo Nº 08000.014742/2012-76 - CHARLES MORRISON RUSSELL COLLIE, até 27/10/2013
Processo Nº 08000.015026/2012-14 - TAN PING POH, até 28/03/2014
Processo Nº 08000.015111/2012-74 - ROLFE ALOYSIUS GERARD ALVEYN, até 15/09/2014
Processo Nº 08000.015112/2012-19 - ANJAN ADHIKARI, até 28/03/2013
Processo Nº 08000.016606/2012-11 - EDWIN DAVID NOLL, até 27/12/2014
Processo Nº 08000.015116/2012-05 - NIVRUTTI SAMBHAJI JADHAV, até 13/09/2014
Processo Nº 08000.017100/2012-29 - SERGEY ZIMIN, até 05/09/2013
Processo Nº 08000.017102/2012-18 - JESUS JR MACUSI CADIZ, até 05/09/2013
Processo Nº 08000.017106/2012-04 - CHRISTOPHER ORTUA AGOMAA, até 05/09/2013
Processo Nº 08000.017140/2012-71 - VITALY SALNITSKIY, até 05/09/2013.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.014092/2012-69 - NEJDET ALI, até 17/01/2013.
Processo Nº 08000.014084/2012-12 - SALVINO JOSOL YONSON, até 17/01/2013
Processo Nº 08000.008666/2012-60 - ANTONY ZACARIA, até 28/03/2013
Processo Nº 08000.014091/2012-14 - MADALIN BUTOI, até 17/01/2013
Processo Nº 08000.015688/2012-86 - OSCAR AIRA ZUNZUNEGUI, até 24/07/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.000928/2012-68 - TREZENE BAMPATA BETOKO, até 01/03/2013
Processo Nº 08270.002715/2012-71 - ERICKSON CONCEIÇÃO ALMEIDA MONTEIRO, até 01/03/2013
Processo Nº 08270.006991/2012-16 - ALADJE BUA CASSAMA, até 22/06/2013
Processo Nº 08270.009106/2012-42 - AMINATA EMBALO, até 09/08/2013
Processo Nº 08270.009132/2012-71 - KATIA HELENA BARRETO GOMES, até 01/08/2013
Processo Nº 08270.009925/2012-90 - EURIZA IRIA BARBOSA SANCA, até 01/08/2013
Processo Nº 08270.009931/2012-47 - JULIO ALCINO LOPES CA, até 27/06/2013
Processo Nº 08352.000188/2012-50 - SERIFO ISSUF CAIRABA SANHA, até 18/02/2013
Processo Nº 08354.002828/2012-46 - KAMIL OMARJI ELIAS, até 09/06/2013
Processo Nº 08444.003418/2012-11 - NUNO WALTER GUTTENDOFF CIPRIANO CARDOSO, até 26/06/2013
Processo Nº 08458.004767/2012-93 - IMANUELA IONESCU, até 14/05/2013
Processo Nº 08458.004784/2012-21 - ILEANA IOANA IONESCU, até 14/05/2013
Processo Nº 08458.004883/2012-11 - NICOLE MORAIS DA CRUZ, até 30/05/2013
Processo Nº 08460.000191/2012-46 - VILMA ROXANA JULON BUITRON, até 15/02/2013
Processo Nº 08460.000200/2012-07 - GUILLERMO VEGA SANABRIA, até 06/02/2013
Processo Nº 08460.004100/2012-41 - ESMERALDA ZOLA JULINO NETO, até 02/02/2013
Processo Nº 08460.004103/2012-85 - VICTOR DANIEL ZEGARRA TORRES, até 16/03/2013
Processo Nº 08460.004154/2012-15 - IARA JUSCILINA TEIXEIRA LOBATO, até 18/02/2013
Processo Nº 08501.004368/2012-50 - TULIO LORENZO OLANO DEXTRE, até 29/06/2013
Processo Nº 08505.044777/2012-59 - DIANA LORENA RODRIGUEZ GALLO, até 02/07/2013
Processo Nº 08505.045126/2012-86 - ADILSON MOYHANO HUAMBO DOMINGOS, até 21/07/2013
Processo Nº 08505.045127/2012-21 - MONICA ALEJANDRA PAVEZ AGUILAR, até 30/06/2013
Processo Nº 08505.045128/2012-75 - MIGUEL ANDRES PAEZ MURCIA, até 02/07/2013
Processo Nº 08505.045134/2012-22 - EUNICE OLECA MANUEL, até 26/07/2013
Processo Nº 08505.046536/2012-44 - MUHAMMAD KHALID, até 11/08/2013
Processo Nº 08505.050773/2012-18 - DENNIS GERARDO BRENES BADILLA, até 04/07/2013
Processo Nº 08505.051108/2012-33 - SILVANA HIPATIA SANTANDER PARRA, até 29/06/2013
Processo Nº 08505.052542/2012-31 - ESPERANCA JOAO DIOGO, até 20/07/2013
Processo Nº 08701.000451/2012-01 - MARGARETH EUGENIA BOAVENTURA LOPES, até 13/07/2013.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.002009/2012-17 - NIGEL WILLIAM STEWART CARTER
Processo Nº 08000.002358/2012-21 - ANTHONY LANSANG CALILUNG
Processo Nº 08000.006409/2012-93 - ALEXANDRU DAVID
Processo Nº 08000.021111/2012-11 - RUEL MANUEL CABINGAH.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/05/2012, Seção 1, pág. 164, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.076115/2011-67 - CORLIS CALONGE OGASAHARA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/05/2012, Seção 1, pág. 25, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08390.004718/2011-00 - ALDO AGUSTIN GOMEZ VILLALBA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 28/05/2012, Seção 1, pág. 56, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.035665/2011-26 - MANUEL DOS REIS NASCIMENTO DANIEL.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 10/05/2012, Seção 1, pág. 72, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.023392/2011-77 - KIMBERLEY FANNY HUAYGUA YLLANES.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/05/2012, Seção 1, pág. 28, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.009902/2012-84 - LUIS MIGUEL AGUERO.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 10/05/2012, Seção 1, pág. 72, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08270.024822/2011-79 - HERMAN JULIO MOSQUERA CUESTA.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08097.003207/2011-87 - ERNEST YEBOAH
Processo Nº 08351.005828/2011-47 - MICHAIL PASCHALIAS
Processo Nº 08505.000479/2012-57 - CHIEF DENNIS IJEZIE OKWARANWA
Processo Nº 08505.000869/2012-27 - ELICEO YSMAEL VILLANUEVA CABRERA
Processo Nº 08107.004459/2011-67 - ANGELA MAYOLA
Processo Nº 08505.000482/2012-71 - WENXIN GAN
Processo Nº 08505.000871/2012-04 - COLLINS TOBECHI NWADIKE
Processo Nº 08505.001074/2012-36 - PATRICK KEUMOE
Processo Nº 08505.001078/2012-14 - MIRNA AGUAYO ACOSTA
Processo Nº 08505.001081/2012-38 - XIUPING QIAO
Processo Nº 08505.001102/2012-15 - ZHANG SHUANGHUA
Processo Nº 08505.004595/2012-45 - KALALA KALALA CARLOS
Processo Nº 08505.010759/2012-73 - SHENGJIE CHEN
Processo Nº 08505.051184/2011-68 - ABEL BOKOVO
Processo Nº 08505.061656/2011-91 - JUNWEI CHEN
Processo Nº 08505.062579/2011-96 - YULAN ZHAO
Processo Nº 08505.062816/2011-19 - YUPING ZHU
Processo Nº 08505.063989/2011-54 - ANTONIO ALEJANDRO ARRIACA
Processo Nº 08505.074814/2011-72 - EMILCE LILIANA DURE
Processo Nº 08505.089840/2011-03 - XIOMARA NINA FRIAS
Processo Nº 08505.092744/2011-34 - ABDULKARRIM HENSHIRI
Processo Nº 08505.093063/2011-93 - BRAYAN CALLISAYA QUISPE
Processo Nº 08505.093114/2011-87 - WILMER QUISPE CHOQUE
Processo Nº 08505.093793/2011-94 - ALAN ROGER GONZA QUISPE
Processo Nº 08505.093805/2011-81 - DENILSON ALAN MOLLISACA RIVERA
Processo Nº 08505.093896/2011-54 - MILENKA JUANA CHURA MAMANI
Processo Nº 08505.094124/2011-30 - CATALINA QUESPIA
Processo Nº 08505.094383/2011-61 - HEYDI YUCRA CONDORI
Processo Nº 08505.094773/2011-31 - GEORGES NLANKEU NOUGA
Processo Nº 08505.095438/2011-50 - GINA ALCON TANCARA
Processo Nº 08505.095998/2011-12 - BEYMAR JHOEL URUCHI NINA
Processo Nº 08505.096055/2011-07 - FLOR DE ALBINA MARTINEZ CRUZ
Processo Nº 08505.096216/2011-54 - JHONATAN RENE FLORES RAMOS
Processo Nº 08505.096224/2011-09 - DORIAN JHONNY ALVAREZ POMA
Processo Nº 08505.096290/2011-71 - SHEYLA MIREYA SEJAS CUAQUIRA
Processo Nº 08505.096467/2011-39 - EMILY LISETTE ARCE LUMBRERAS
Processo Nº 08505.097048/2011-14 - ZONGFEN LIN
Processo Nº 08505.097523/2011-52 - RENE DANIEL MACHICADO MAYTA
Processo Nº 08701.008370/2011-61 - ANTONINO ORFINO.

DEFIRO o pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08280.009852/2012-17 - HONGDI ZHU.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08295.011060/2012-43 - SERGE ROBERT ROGER BOUZINAC, até 06/05/2014
Processo Nº 08460.010304/2012-11 - LIVIO VALDEMIRO DE SOUSA E SANTOS DOS SANTOS, DEJAIR EMMANUELLE DE SOUSA E SANTOS DOS SANTOS e SILVANA KOLETA MACHADO DE SOUSA E SANTOS DOS SANTOS, até 04/05/2013
Processo Nº 08505.046155/2012-65 - HEATHER RENEE PAYNE, até 15/07/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.003616/2012-25 - HENRIQUE ANTONIO MUINZA, até 04/08/2013
Processo Nº 08260.003666/2012-11 - PEDRO VUVU ALVARO, até 19/06/2013
Processo Nº 08280.003416/2012-34 - BERNARDO EUTEQUIO BENICIO DA SILVA, até 27/07/2013
Processo Nº 08280.003434/2012-16 - CHRISTIAN CHUKWUEMEKA ABADA, até 19/07/2013
Processo Nº 08295.002743/2012-18 - YGNACIA ARCE GONZALEZ, até 22/02/2013
Processo Nº 08460.001609/2012-32 - EDWIN FRANCIS CARDENAS CORREA, até 28/02/2013
Processo Nº 08460.004096/2012-11 - DANIEL QUERUBINS MUNENE, até 24/03/2013
Processo Nº 08460.007110/2012-39 - JOSE ALEJANDRO LOPEZ PEREZ, até 28/02/2013
Processo Nº 08460.013420/2012-92 - JESUS BETANCORT MENA, até 22/08/2013
Processo Nº 08460.013457/2012-11 - MAURO EUCLIDES SEBASTIAO GOMES SOARES, até 21/07/2013
Processo Nº 08495.000403/2012-98 - RICHARD TITO LEON, até 06/03/2013
Processo Nº 08504.008667/2012-33 - JOELSON DOMINGOS DOS SANTOS JORGE, até 28/07/2013
Processo Nº 08505.052710/2012-98 - ALEYDA NUBY GUTIERREZ MAVESOY, até 29/06/2013
Processo Nº 08505.053349/2012-17 - VIVIANA MOTATO VASQUEZ, até 24/07/2013
Processo Nº 08505.112901/2011-35 - DIEGO ESTEBAN TAPIA ALBUJA, até 31/01/2013
Processo Nº 08793.000129/2012-92 - KIAMAMBU MALUKISA, até 01/03/2013
Processo Nº 08793.007616/2011-03 - EDGAR GUTIERREZ INFANTE, até 21/02/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.001535/2012-34 - ZHAO DELEI, até 06/03/2013
Processo Nº 08505.043813/2012-67 - JUAN CARLOS FUENTES SUAREZ e HELENA FRANCESCA FUENTES, até 17/08/2013
Processo Nº 08505.044202/2012-36 - JOSHUA MARLIN VIS, KIMBERLY SUE VIS e MAHALIA KIMBERLY VIS, até 06/06/2013.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08460.004047/2012-89 - MICHEL GUY MARIE LECLERCQ e CATHERINE BARBARA KLEIN LECLERCQ.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato de ARQUIVAMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 05/11/2012, Seção 1, página 34, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até: 15/04/2013.

Processo Nº 08460.007230/2012-36 - ANNA KATHARINA LENZ.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08107.002418/2012-17 - CELIO FABRICIO CONCEICAO FILIPE, até 29/07/2013

Processo Nº 08107.002452/2012-91 - ESTER MARINELA CHANA SANGUNJA, até 01/08/2013

Processo Nº 08107.002516/2012-54 - ALELUIA GIME NHONGO SUNDA, até 31/08/2013

Processo Nº 08107.002519/2012-98 - VIDA LILABAY NHONGO SUNDA, até 30/07/2013

Processo Nº 08107.002522/2012-10 - DELVA LOURDES DE ALMEIDA FARIA, até 17/07/2013

Processo Nº 08230.003943/2012-34 - ASKALLINE PIRES AMADO, até 21/05/2013

Processo Nº 08230.006149/2012-42 - EDNA DO ROSARIO DUARTE RAMOS, até 01/03/2013

Processo Nº 08230.006150/2012-77 - ELISETE GOMES FERNANDES, até 30/05/2013

Processo Nº 08230.017060/2011-21 - SONIA ANDRE e THANDY DA CONCEICAO MASSUANGANHE, até 04/03/2013

Processo Nº 08270.003827/2012-49 - UBONHO MANGA, até 18/04/2013

Processo Nº 08352.010934/2011-32 - KATTIA DE LOS ANGELES SOLIS RAMIREZ e PEDRO CASANOVA TRETO, até 11/02/2013

Processo Nº 08364.000095/2012-96 - IBRAHIM TSHILUKE MANIEKE, até 01/03/2013

Processo Nº 08376.001980/2012-53 - DEOLSANIK CARVALHO DE OLIVEIRA VIEGAS, até 30/06/2013

Processo Nº 08390.001821/2012-71 - HABIBU ABDULLAHI, até 14/03/2013

Processo Nº 08391.002872/2012-18 - EDUARDO MIGUEL DA SILVA QUIAME, até 03/06/2013

Processo Nº 08444.000026/2012-92 - QUIRINO SALVADOR SANCA, até 14/02/2013

Processo Nº 08444.000157/2012-70 - GEORGE OLUFUNMILAYO GASPER, até 11/02/2013

Processo Nº 08444.000231/2012-58 - STEEVE PIERRE ZEPHIR, até 22/02/2013

Processo Nº 08444.000255/2012-15 - DIEUDONNE NLANDU MUAKA, até 28/02/2013

Processo Nº 08460.001533/2012-45 - ROSSANA CAROLINA TORALES RODRIGUEZ, até 06/03/2013

Processo Nº 08460.004033/2012-65 - JEREMIAS RAMIREZ JIMENEZ, até 11/03/2013

Processo Nº 08460.007189/2012-06 - ANA ISABEL RODRIGUES ANTUNES, até 06/03/2013

Processo Nº 08460.007191/2012-77 - JOÃO MIGUEL FAIM MARTINS, até 02/04/2013

Processo Nº 08460.007193/2012-66 - FREDERIC ANGEL COTRIM DE BARROS LIMA, até 06/03/2013

Processo Nº 08460.007205/2012-52 - FEMUEL ZAU SUNGO, até 13/03/2013

Processo Nº 08460.007211/2012-18 - HERMAN JOSE LOPES PIMENTA, até 13/03/2013

Processo Nº 08460.004037/2012-43 - MARIANA DEL PILAR LIZARAZO OSORIO, até 08/03/2013

Processo Nº 08460.004044/2012-45 - HAMILTON DOS PRAZERES TAVARES, até 03/04/2013

Processo Nº 08460.007179/2012-62 - JOÃO EDVALDO ANTONIO FORTUNATO, até 12/03/2013

Processo Nº 08460.007192/2012-11 - MARIO RENE RODRIGUEZ TORRES, até 08/03/2013

Processo Nº 08460.007212/2012-54 - FRANCISCA CANDIDA ALVES REIS MARQUES RIBEIRO, até 07/04/2013

Processo Nº 08460.038288/2011-41 - DINZELA DA GRAÇA NAPOLEAO ANDRE, até 31/03/2013

Processo Nº 08495.001670/2012-82 - LAURA RENDON GAVIRIA, até 02/06/2013

Processo Nº 08495.001675/2012-13 - ALEJANDRO ANTONIO NARANJO GAVIRIA, até 03/06/2013

Processo Nº 08495.001686/2012-95 - YADER ALFONSO GUERRERO PEREZ, até 04/06/2013

Processo Nº 08501.001340/2012-61 - ANA MARIA CAROLINA QUINTERO PARDO, até 17/03/2013

Processo Nº 08501.001608/2012-64 - EDNA MARGARITA PARDO PRIETO, até 16/03/2013

Processo Nº 08501.004108/2012-84 - KARIN GISEL APAZA BEDOYA, até 01/07/2013

Processo Nº 08501.004194/2012-25 - DAYANA MARGARITA VARGAS BRENS, até 18/08/2013

Processo Nº 08501.004195/2012-70 - MARIA ISABEL SANTIAGO URRACA, até 28/02/2013

Processo Nº 08505.034269/2012-62 - MARIA DE CASTELLO BRANCO DE FREITAS, até 22/04/2013

Processo Nº 08505.041923/2012-94 - CARLA SOLANGE DE SOUSA CLAUDIO, até 06/06/2013

Processo Nº 08505.042868/2012-50 - NATARAJAN RETHINAVEL, até 02/06/2013

Processo Nº 08505.112808/2011-21 - SAYAKA IZAWA, até 26/02/2013

Processo Nº 08701.000372/2012-92 - IRENE JACOME ESQUIVEL, até 02/03/2013

Processo Nº 08707.011012/2011-85 - POUYA MEHDIPOUR BALAGAFSHEH, até 03/03/2013

Processo Nº 08792.000163/2012-77 - NILTON DA SILVA, até 21/02/2013.

Considerando que o interessado possui novo registro com amparo no Acordo de Residência Mercosul e Associados, o qual garante a estada em território nacional até a data pretendida, determino o Arquivamento do feito nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/99.

Processo Nº 08460.007214/2012-43 - MARIO PAUL CARVAJAL AGUILERA.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 03/09/2012, Seção I, Pág. 109, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.006288/2012-80 - DOYLE ELWIN KNIGHT, até 07/01/2013.

Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.006288/2012-80 - DOYLE ELWYN KNIGHT, até 07/01/2013.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 240, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: LOST SOULS: ENCHANTED PAINTINGS COLLECTOR`S EDITION (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: IWIN / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle/Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004856/2012-29
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MAH JONG QUEST (Estados Unidos da América - 2004)
Titular dos Direitos Autorais: IWIN / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle/Mahjong
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004858/2012-18
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MIDNIGHT MYSTERIES: HAUNTED HOUDINI COLLECTOR`S EDITION (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: MUMBOJUMBO / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004859/2012-62
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY P.I. - CURIOUS CASE OF COUNTERFEIT COVE (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004860/2012-97
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY P.I. - THE LONDON CAPER (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004861/2012-31
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY P.I. - THE LOTTERY TICKET (Estados Unidos da América - 2006)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004862/2012-86
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY P.I. - THE NEW YORK FORTUNE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004863/2012-21
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY P.I. - THE VEGAS HEIST (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004864/2012-75
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY VALLEY (França - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP INC. / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Objetos Ocultos
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004865/2012-10
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: WARS AND WARRIORS: JOAN OF ARC (Hong-Kong - 2004)
Titular dos Direitos Autorais: ENGLISH SOFTWARE / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Aventura/RPG
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004878/2012-99
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: 3D MAHJONG DELUXE (Alemanha - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: ROKAPUBLISH / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004885/2012-91
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: JOHN DEERE DRIVE GREEN (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: VALUSOFT / COSMI / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004924/2012-50
Requerente: WILD TANGENT INC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Título: LEGENDS OF ATLANTIS: EXODUS (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: LEGACY GAMES / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004925/2012-02
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: LIONG - THE LOST AMULETS (Hungria - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MIXO GAMES / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004926/2012-49
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MAGIC ENCYCLOPEDIA - ILLUSIONS (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: ALAWAR ENTERTAINMENT / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004927/2012-93
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MAGIC ENCYCLOPEDIA - MOONLIGHT (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: ALAWAR ENTERTAINMENT / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004928/2012-38
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY OF MORTLAKE MANSION (Rússia - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: PLAYRIX ENTERTAINMENT / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004930/2012-15
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: MYSTERY STORIES - MOUNTAINS OF MADNESS (Alemanha - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: CERASUS MEDIA / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Outros
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004931/2012-51
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: NEW YANKEE IN KING ARTHUR`S COURT (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: ALAWAR ENTERTAINMENT / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004932/2012-04
Requerente: WILD TANGENT INC.

Título: SPOOKY MALL (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: ALAWAR ENTERTAINMENT / WILD TANGENT INC.
Distribuidor(es): Wild Tangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004948/2012-17
Requerente: WILD TANGENT INC.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 241, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: WINX CLUB - ACREDITE NA MAGIA (WINX CLUB - BELIEVE IN MAGIC, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Jeannine Hodson
Diretor(es): Katie McWane/Lisa Schaffer
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.003913/2012-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MENTIRAS SINCERAS (Brasil - 2011)
Produtor(es): Carlos Vinicius Borges
Diretor(es): Pedro Asbeg
Distribuidor(es): CARLOS VINICIUS BORGES
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Tema: Bastidores de uma peça teatral
Processo: 08017.003974/2012-10
Requerente: CAVÍDEO PRODUÇÕES

Filme: SAXANA E O LIVRO MÁGICO (SAXÁNA A LEXIKON KOUZEL, República Theca - 2011)
Produtor(es): Pragofilm A.S
Diretor(es): Vácvlav Vorlícek
Distribuidor(es): PRAGOFILM A.S.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.008002/2012-11
Requerente: ACTIVITY FILMES DO BRASIL LTDA.

Filme: SHERLOCK HOLMES (Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): The Asylum
Diretor(es): Rachel Lee Goldenberg
Distribuidor(es): THE ASYLUM
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Investigação
Processo: 08017.008004/2012-19
Requerente: ACTIVITY FILMES DO BRASIL LTDA.

Filme: UMA GARRAFA NO MAR DE GAZA (UNE BOUTEILLE A LA MER, França - 2011)
Produtor(es): Miléna Poylo/Gilles Sacuto
Diretor(es): Thierry Binisti
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Relações Familiares
Processo: 08017.008087/2012-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UM DIA PERFEITO PARA CASAR (CHEERFUL WEATHER FOR THE WEDDING, Reino Unido - 2012)
Produtor(es): Alexandra Arlango
Diretor(es): Donald Rice
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Relacionamentos
Processo: 08017.008089/2012-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: AS AVENTURAS DE PI - TRAILER J (LIFE OF PI, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): David Womark
Diretor(es): Ang Lee
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.008184/2012-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: UM BOM DIA PARA MORRER - TRAILER C (A GOOD DAY TO DIE HARD, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Alex Young
Diretor(es): Andy Fickman
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.008185/2012-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: UMA FAMÍLIA EM APUROS - TRAILER B (PARENTAL GUIDANCE, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Peter Chernin
Diretor(es): Andy Fickman
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.008186/2012-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: HITCHCOCK - TRAILER B (HITCHCOCK, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Alan Barnette
Diretor(es): Sacha Gervasi
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.008187/2012-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MOVIE 43 (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Peter Farrelly/Ryan Kavanaugh/John Penotti
Diretor(es): Elizabeth Banks/Steven Brill/Steve Carr
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.008205/2012-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002319/93, sob o comando nº 355200332 e juntada nº 358288727, resolve:

Nº 655 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Porto Seguro Telecomunicações S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Portoprev, CNPB nº 1993.0025-29, e a Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004784/95-46, sob o comando nº 354648195 e juntada nº 358439854, resolve:

Nº 656 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Skingen Laboratório e Farmácia Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Boticário Prev - CNPB nº 1995.0036-38, e a Boticário Prev Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004202/1994-78, sob o comando nº 357028581 e juntada nº 358287170, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 657 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Aurora Prev, CNPB nº 1997.0010-47, administrado pela BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00240.000001/0119-92, sob o comando nº 349903382 e juntada nº 358577686, resolve:

Nº 658 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Holcimprev - CNPB nº 1992.0020-29, administrado pela Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004202/1994-78, sob o comando nº 348613459 e juntada nº 358287960, resolve:

Nº 659 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Alfa Prev - CNPB nº 1998.0048-56, administrado pela BB-Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301783/79, sob o comando nº 350181431 e juntada nº 358349828, resolve:

Nº 660 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano Transitório de Benefícios, CNPB nº 1996.0052-19, administrado pela Fundação CELESC de Seguridade Social, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.435, DE 6 DE JULHO DE 2012 (*)

Habilita os Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e os Estados descritos no Anexo a esta Portaria a receberem os recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo e para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e

II - 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXOS

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ANEXO I - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SÃO LUÍS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS	13816.886000/1120-03	2.324.770,00	10.302.2015.8933.0001
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREVES	04876.389000/2120-04	1.500.000,00	10.302.2015.8933.0001

ANEXO II - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SE	ARACAJU	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SERGIPE	04384.829000/1120-05	220.000,00	10.302.2015.8535.0001

ANEXO III - REDE DE SAÚDE MENTAL - PI: RSM-REDE DE SAÚDE MENTAL

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	ALTAMIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTAMIRA	05263.116000/1120-03	83.900,00	10.302.2015.8535.0001

(*) Republicada por ter saído, na Edição Extra do DOUl nº 130-A, de 6-6-2012, páginas 2 e 3, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.268, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012 (*)

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Santos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício CRS nº 132, de 4 de junho de 2012, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

Considerando a Deliberação CIB nº 36, de 25 de maio de 2012, Comissão Intergestores Bipartite Estadual de São Paulo (CIB/SP); e

Considerando a Portaria nº 1.055/SAS/MS, de 27 de setembro de 2012, que habilita a Sociedade Portuguesa de Beneficiência (CNES 2080354), no Estado de São Paulo, no Programa Nacional de Terapia Nutricional, Enteral e Parenteral, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual, no montante de R$ 147.819,84 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e ao Município de Santos.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Santos, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 192, de 3-10-2012, Seção 1, página 38, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.574, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Habilita o Município de Barra do Corda (MA) a receber o incentivo de custeio, referente à motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências de Barra do Corda (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1/GM/MS, de 2 de janeiro de 2007, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Barra do Corda (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Barra do Corda (MA) a receber o incentivo de custeio referente à motolância, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Central de Regulação das Urgências de Barra do Corda (MA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal ao Município no valor de R$ 7.000,00, (sete mil reais), conforme detalhado no Anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Barra do Corda (MA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	Moto	Chassi	Placa	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Barra do Corda (MA)	01	9C6K6021080029695	NWY 4929	R$ 7.000,00	R$ 84.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.575, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Aprova o Manual de Normas e Orientações para a Cooperação Técnica Internacional com a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância do fortalecimento da capacidade de gestão dos órgãos do Ministério da Saúde para a realização de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde por meio de um conjunto de regras e instrumentos administrativos que possibilitem a padronização das atividades operacionais;

Considerando a necessidade de harmonizar fluxos e procedimentos, conforme o disposto na Portaria nº 2.053, de 30 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre a gestão de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, no âmbito do Ministério da Saúde";

Considerando a necessidade de melhoria da informação e comunicação entre a OPAS/OMS e o Ministério da Saúde; e

Considerando a necessidade de se normatizar e aperfeiçoar o processo de celebração e gestão de Termos de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Normas e Orientações para a Cooperação Técnica Internacional com a OPAS/OMS e legitimar os procedimentos, normas e padrões para o processo de celebração e gestão dos Termos de Cooperação Técnica com a OPAS/OMS.

Parágrafo único. O Manual de que trata este artigo encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.saude.gov.br/se.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.576, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Desabilita e habilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) e suas formas de financiamento; e

Considerando a alteração promovida pelo gestor municipal no cadastro do estabelecimento de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os serviços Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
PE	261390	Serra Talhada	Centro de Saúde Serra Talhada	2351714	Municipal	I
SP	350320	Araraquara	Pronto Socorro Vila Melhado Amélia B. Cutrale	2064731	Municipal	II

Art. 2º Ficam habilitados os serviços Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
PE	261390	Serra Talhada	CEO Centro de Especialidades Odontológicas	6442277	Municipal	I
SP	350320	Araraquara	C E O	5840406	Municipal	II

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde manterá a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.577, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando a Portaria Interministerial nº 883/MEC/MS/MP, de 5 de julho de 2010, que regulamenta Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010;

Considerando a pactuação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); e

Considerando a pactuação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão representação dos Hospitais Universitários Federais (MEC), gestores estaduais e gestores municipais no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 3.689.982,96 (três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente à segunda parcela dos recursos do REHUF do exercício de 2012 a ser disponibilizada a Universidade Federal da Bahia - Hospital Prof. Edgar Santos, número de CNES: 0003816.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para descentralização orçamentária, no valor descrito. A liberação dos recursos financeiros fica condicionada à comprovação, pelo hospital, da sua necessidade para pagamento imediato, de forma a não comprometer o fluxo de caixa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20G8. 0001 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.578, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro a ser disponibilizado em parcela única ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Distrito Federal e aos Estados de Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.278/GM/MS, de 20 de outubro de 1999, que estabelece normas para o cadastramento de Centro/Núcleos para a realização de Implante Coclear e seus critérios de indicação e contra indicação no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de troca emergencial dos processadores de fala nos 911 pacientes que estão em acompanhamento nos Centros de implante coclear habilitados junto ao SUS;

Considerando a Nota Técnica nº 259, de 28 de setembro de 2012, do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIIS/SCTIE/MS); e

Considerando o Memorando nº 502, de 17 de outubro de 2012, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde (DAE/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante R$ 14.211.600,00 (quatorze milhões, duzentos e onze mil e seiscentos reais), a ser disponibilizado em parcela única ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Distrito Federal e aos Estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros, que trata a Portaria, serão transferidos aos Fundos Estaduais/Municipais de Saúde, em parcela única, excepcionalmente, na competência setembro de 2012.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- (RDE-RDEF).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Município	Gestão	Estabelecimento	Valor Total
DF	Brasília	Estadual	Hospital Universitário de Brasília - HUB	R$ 31.200,00
MG	Governador Valadares	Municipal	HOSPITAL SAMARITANO	R$ 15.600,00
RN	Natal	Municipal	OTOCENTRO RN	R$ 2.917.200,00
RS	Porto Alegre	Municipal	HCPA	R$ 1.528.800,00
SP	Bauru	Estadual	CPA - HRAC/USP	R$ 1.326.000,00
SP	Campinas	Estadual	HC UNICAMP	R$ 3.354.000,00
SP	Ribeirão Preto	Estadual	HCRP - FMRP	R$ 1.045.200,00
SP	São Paulo	Estadual	HCFMUSP - SUS	R$ 2.964.000,00
SP	São Paulo	Estadual	Hospital São Paulo/UNIFESP	R$ 202.800,00
SP	São Paulo	Estadual	ISCMSP	R$ 826.800,00
Total Geral				R$ 14.211.600,00

PORTARIA Nº 2.579, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; e

Considerando a Portaria nº 1.240/SAS/MS, de 05 de novembro de 2012, que habilita o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo / Mogi das Cruzes, como unidade em Assistência em Alta Complexidade em Cardiovascular, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 1.183.443,60 (um milhão, cento e oitenta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio da Policlínica de Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo / Mogi das Cruzes - CNES 2080680, como Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e Procedimentos da Cardiologia Intervencionista.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.580, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria n° 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que institui o Incentivo Financeiro 100% SUS destinado às unidades hospitalares que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante de R$ 2.922.642,25 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção das unidades hospitalares que aderiram ao Incentivo Financeiro 100% SUS, caracterizada como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, contida no anexo desta Portaria.

Art. 2º Os Estados farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor definido nesta Portaria.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações previstas pela Portaria n° 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012 implicará na suspensão das transferências financeiras.

Art. 4º A transferência do recurso referente ao Incentivo Financeiro 100% SUS de que trata o art. 1º ocorrerá mediante a competência disposta no anexo a esta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE HOSPITALAR	CNES	GESTÃO	COMPETÊNCIA RETROATIVA	VALOR INCENTIVO 100% ANUAL
MG	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DA CRIANÇA	2695332	MUNICIPAL	ago/12	800.625,53
MT	CÁCERES	HOSPITAL REGIONAL DR. ANTONIO FONTES	2534460	ESTADUAL	ago/12	1.045.198,49
PE	RECIFE	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - HOSPITAL SANTO AMARO	2777460	MUNICIPAL	ago/12	1.076.818,23
TOTAL						2.922.642,25

PORTARIA Nº 2.581, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.439/GM/MS, de 08 de dezembro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria nº 741/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2005, que define as Unidades de Assistência da Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), os Centros de Assistência em Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e os Centros de Referência em Alta Complexidade Oncológica; e

Considerando a Portaria nº 1.242/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, que credencia o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, como unidade em Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual no montante de R$ 1.526.087,95 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - CNES 6123740.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) para o Fundo Estadual de Saúde de São Paulo.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade em São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.582, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício CRS nº 191, de 4 de novembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

Considerando a Deliberação nº 45, de 21 de outubro de 2011 - Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo (CIB-SES/SP); e

Considerando a Portaria nº 1.241/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, que habilita o Hospital Darcy Vargas, - CNES 2071371, no Programa Nacional de Terapia Nutricional Enteral e Parenteral, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 164.593,35 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.583, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município do Rio de Janeiro e ao Município de Valença.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; e

Considerando a Portaria nº 1.246/SAS/MS, de 7 de novembro de 2012, que habilita o Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuazzi como unidade em Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 241.584,50 (duzentos e quarenta mil quinhentos e oitenta quatro reais e cinqüenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município do Rio de Janeiro e ao Município de Valença.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuazzi - CNES 2292912, como Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Valença, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-00533 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no Estado de Rio de Janeiro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.584, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná e ao Município de Pato Branco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; e

Considerando a Portaria nº 1.238/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, que habilita a Policlínica Pato Branco, como unidade em Assistência em Alta Complexidade em Cardiovascular, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 1.254.605,40 (um milhão, duzentos e cinqüenta e quatro mil, seiscentos e cinco reais e quarenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná e Município de Pato Branco.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio da Policlínica de Pato Branco - CNES 0017868, como Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e em Procedimentos Endovascular e Extracardíacos.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.585, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade; e

Considerando a Portaria nº 1.239/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, que habilita o Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits, como unidade em Assistência em Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e Procedimentos Endovascular, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 402.847,80 (quatrocentos e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits - CNES 6424341, como Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e Procedimentos Endovascular.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.586, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio Grande do Sul e Município de Santa Cruz do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e considerando a Portaria nº 1.702/GM/MS, de 17 de agosto de 2004, que cria o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 574.166,54 (quinhentos e setenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e cinqüenta e quatro centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul ao Município de Santa Cruz do Sul.

Parágrafo único. O recurso destinado ao Hospital Santa Cruz do Sul - Associação Proensino em Santa Cruz do Sul - CNES 2254964, se refere à diferença da alteração da adesão do Estabelecimento ao Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul, dos valores correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0043- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.587, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso anual a ser incorporado ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e ao Município de Belo Horizonte.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.721/GM/MS, de 21 de setembro de 2005, que cria o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual, no montante de R$ 8.525.809,55 (oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), a ser incorporado ao teto financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerias e ao Município de Belo Horizonte, conforme descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção dos Hospitais Filantrópicos de Ensino constantes no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Gestão	Município	CNES	Estabelecimentos	IAC	TOTAL
MG	Municipal	Belo Horizonte	0027022	Hospital Julia Kubsticheck	5.157.466,58	5.157.466,58
			0026972	Maternidade Odete Valadares	2.807.409,51	2.807.409,51
			0026999	Hospital Raul Soares	560.933,46	560.933,46
TOTAL					8.825.809,55	8.825.809,55

PORTARIA Nº 2.588, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás e ao Município de Goiânia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.195/SAS/MS, de 24 de outubro de 2012, que habilita o Centro de Reabilitação Dr. Henrique Santillo - CRERS, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato Ortopedia, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante de R$ 520.958,52 (quinhentos e vinte mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), a serem incorporado ao Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás e ao Município de Goiânia.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Centro de Reabilitação Dr. Henrique Santillo - CRER - CNES - 2673932.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Goiânia, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.589, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que Institui o Incentivo Financeiro 100% SUS destinado às unidades hospitalares que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante de R$ 5.995.593,36 (cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais, trinta e seis centavos), a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção das unidades hospitalares que aderiram ao Incentivo Financeiro 100% SUS, caracterizada como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os Estados farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor definido nesta Portaria.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações previstas pela Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012 implicará na suspensão das transferências financeiras.

Art. 4º A transferência dos recursos referentes ao Incentivo Financeiro 100% SUS de que trata o art. 1º ocorrerá nas competências dispostas no anexo a esta Portaria.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE HOSPITALAR	CNES	GESTÃO	COMPETÊNCIA RETROATIVA	VALOR INCENTIVO 100% ANUAL
MA	CURURUPU	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURURUPU	2454696	Estadual	mar/12	425.785,58
MT	RONDONÓPOLIS	HOSPITAL REGIONAL IRMÃ ELZA GIOVANELLA	2604434	Estadual	ago/12	1.131.608,94
MG	BELO HORIZONTE	HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	26840	Municipal	abr/12	4.119.986,89
MG	NOVO CRUZEIRO	HOSPITAL SÃO BENTO	2183811	Estadual	ago/12	128.825,21
PE	MORENO	SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TEREZINHA	2343746	Municipal	jul/12	189.386,74
TOTAL						5.995.593,36

PORTARIA Nº 2.590, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso anual ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia em Serviços de Saúde Auditiva.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.073/GM/MS, de 28 de setembro de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão; e

Considerando a Portaria nº 357/SAS/MS, de 19 de abril de 2012, que habilita o Hospital Santo Antonio - Obras Sociais Irmã Dulce em Serviço de Atenção à Saúde Auditiva, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual no montante de R$ 2.130.641,70 (dois milhões, cento e trinta mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - 0029 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.591, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro anual a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da constituição, e considerando a Portaria nº 1.244/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, que habilita o Estado da Bahia, na fase III do Programa Nacional de Triagem Neonatal, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 1.674.421,97 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Especializado Otávio Mangabeira, CNES - 0004065; e Apae Salvador, CNES - 0004529.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.592, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recurso financeiro a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, no Estado de Alagoas e Município de Coruripe.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 579/SAS/MS, de 20 de junho de 2012, que habilita leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, no Estado de Alagoas e Município de Coruripe, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro anual no montante de R$ 160.128,00 (cento e sessenta mil e cento e vinte e oito reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade no Estado de Alagoas e Município de Coruripe.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Coruripe, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (RU-HOSP).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.593, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece recursos financeiros a serem disponibilizados ao Município de Porto Alegre (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre - UFRS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 18.621.983,27 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), a serem disponibilizados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Porto Alegre.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde Porto Alegre, em parcela única, na competência setembro de 2012.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DESPACHO DA CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto na Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

OFÍCIO Nº 2302, de 11 de setembro de 2012

PROCESSO 25779.019973/2012-94

Ao administrador da empresa GASMEDE SAÚDE LTDA, Sr. Jaci Prata Pereira , inscrito no CPF nº 096.508.147-87, com último endereço conhecido na ANS na Rua Pintor Vicente Abreu, nº 360, bl. 02, apto 202, Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP 30.494-250 da lavratura do auto de infração nº 41799 na data de 11/09/2012, pela constatação das condutas previstas no artigo 45 da Resolução Normativa nº 124/2006, ao realizar operações financeiras como sócio da Operadora Gasmede Saúde Ltda - CNPJ nº 38.740.569/0001-66, mediante empréstimo em dinheiro, tendo como mutuário o sócio Sr. Jaci Prata Pereira, inscrito no CPF/SRF sob nº 096.508.147-87, no período de toda a existência da Operadora; ao realizar operações financeiras com a pessoa jurídica ADPLAN LTDA, mediante empréstimo em dinheiro para a referida pessoa jurídica; e no artigo 48 da Resolução Normativa nº 124/2006, ao deixar de escriturar os registros contábeis ou os registros auxiliares obrigatórios ou escriturá-los em desacordo com a regulamentação da ANS, como sócios administradores da Operadora, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 21, inciso I e II, e art. 22, da Lei 9656/98, podendo o autuado apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada no Núcleo da ANS Minas Gerais, situado à Rua Paraíba, 330- sala 1104 - 11º andar - Belo Horizonte - MG, CEP 30.130-917.

EUNICE MOURA DALLE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RETIFICAÇÕES

No anexo do Aresto nº 121, de 4 de outubro de 2012, Publicado no DOU Nº 194, de 5 de outubro de 2012, Seção 1, página 89

ONDE-SE LÊ:
5.
Empresa: LIMPAPELE COSMETICOS LTDA
Produto: HPELLEH MARCA LIMPAPELE
Processo nº: 25351.071417/2012-93
Expediente nº: 0383812/12-9
Assunto: Indeferimento da solicitação de registro
Parecer: 47/2012
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
LEIA-SE:
5.
Empresa: LIMPAPELE COSMETICOS LTDA
Produto: HPELLEH MARCA LIMPAPELE
Processo nº: 25351.077329/2012-88
Expediente nº: 0383812/12-9
Assunto: Indeferimento da solicitação de registro
Parecer: 47/2012
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO

Na Resolução RE nº 4.426, de 15 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 200, de 16 de outubro de 2012, Seção 1, página 42.
Onde se lê:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
VILLIGER TABATIP FILTER (101mm x 28mm)	25351.427726/2012-16	0612001/12-6	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Leia-se:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
VILLIGER TABATIP FILTER (Cigarrilha - 101mm x 28mm) - embalagem com 10 unidades	25351.427726/2012-16	0612001/12-6	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Na Resolução RE nº 4.634, de 31 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 05 de novembro de 2012, Suplemento 1, página 1.
Onde se lê:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
PHILLIES BLUNT HONEY (Charuto - 125mm x 71mm)	25351.446578/2011-52	0613097/12-6	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PHILLIES TITAN BLACK (Charuto - 157mm x 55 mm)	25351.446506/2011-71	0669726/12-7	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
NEOS SELECTION 3 ÉTOILE (Cigarrilha)	25351.219110/2010-99	0697815/12-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
DON DIEGO CORONA CRISTAL (Charuto - 140mm x 52mm)	25351.184313/2010-46	049930712-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PHILLIES TITAN COGNAC (Charuto - 157mm x 55mm)	25351.446607/2011-11	0612002/12-4	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Leia-se:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
PHILLIES BLUNT HONEY (Charuto - 125mm x 71mm)	25351.446578/2011-52	0613097/12-6	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PHILLIES TITAN BLACK (Charuto - 157mm x 55 mm)	25351.446506/2011-71	0669726/12-7	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
NEOS SELECTION 3 ÉTOILE (Cigarrilha)	25351.219110/2010-99	0697815/12-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
DON DIEGO CORONA CRISTAL (Charuto - 140mm x 52mm)	25351.184313/2010-46	049930712-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PHILLIES TITAN COGNAC (Charuto - 157mm x 55mm) - embalagem com 5 unidades	25351.446607/2011-11	0612002/12-4	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Na Resolução RE nº 4.742, de 05 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 215, de 07 de novembro de 2012, Seção 1, páginas 42-43.
Onde se lê:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
PHILLIES TITAN CHOCOLATE (Charuto - 157mm x 55mm)	25351.446584/2011-68	0611993/12-0	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Leia-se:
REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
PHILLIES TITAN CHOCOLATE (Charuto - 157mm x 55mm) - embalagem com 5 unidades	25351.446584/2011-68	0611993/12-0	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIO

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.857, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012,

considerando, os arts. 7º, 12, 50, 59, 67, inciso I, todos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, o art. 93º, parágrafo único, do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977

considerando, ainda, a constatação da fabricação e comercialização de produtos sob vigilância sanitária pela empresa abaixo sem a devida Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a apreensão e inutilização, bem como a proibição da divulgação do produto COMPOSTO EMAGRECEDOR 7 ERVAS e de todos os demais produtos sob vigilância sanitária, da empresa SAPONIFICAÇÃO OLIVEIRA LTDA ME - CNPJ 04.797.602/0001-72, localizada no sítio Calugi, Zona Rural, Jardim/CE, por não possuir Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA N° 22, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde no uso de suas atribuições, torna pública, nos termos do art. 34, inciso II, c/c art. 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de Portaria que aprova as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral.

O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/consultapublica.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: diretrizes.pc@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

O Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada das Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA N°

Aprova as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerado as contribuições feitas à Consulta Pública nº 22 de 7 de novembro de 2012;

Considerando a qualificação de profissionais e equipes da Rede SUS para o cuidado integral das pessoas com paralisia cerebral, garantindo-se, assim, a inclusão da especificidade e singularidade dessa população no processo de atenção à saúde; e

Considerando a necessidade de disponibilizar informações e orientações quanto ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários, que criam mecanismos para garantir a prescrição segura e o acompanhamento eficaz em todo o território nacional, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. As Diretrizes de que trata este artigo encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.portal.saude.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.269, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital de Caridade São Braz, com sede em Porto União/SC.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2310/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.044761/2010-84 (CNAS nº 71000.058924/2009-90), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital de Caridade São Braz, CNES nº 2543044, inscrito no CNPJ nº 85.604.395/0001-94, com sede em Porto União/SC.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.270, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e,

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o hospital abaixo no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001.

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
SP	SÃO PAULO	2089785	52.803.319/0001-59	HOSPITAL DO RIM E HIPERTENSÃO	MUNICIPAL

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.271, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º Fica concedida a renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 00 PR 11
II - denominação: Hospital Universitário Regional de Maringá;
III - CGC: 79.151.312/0001-56;
IV - CNES: 2587335;
V- endereço: Avenida Mandacaru, Nº 1590, Bairro: Mandacaru, Maringá/PR, CEP: 87.013-240.

Art. 2º Fica concedida a renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 06 MG 07
II - denominação: Hospital Universitário São José;
III - CGC: 17.178.203/0006-80;
IV - CNES: 4034236;
V- endereço: Rua Aimorés, Nº 2896, Bairro: Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-043.

Art. 3º Fica concedida a autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde abaixo identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 12 PR 10
II - responsável técnico: Ricardo Eizi Tokunaga, oftalmologista, CRM 22355;
III - membro: Nilson Didoni, oftalmologia, CRM 6835.

Art. 4º As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.272, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Fica incluído na equipe de transplante habilitado pela Portaria nº 99/SAS/MS, de 18 de março de 2011, publicada no DOU nº 56, de 23 de março de 2011, Seção 1, página 90, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 02 09 PR 05:

FÍGADO: 24.09

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 PR 05
II - membro: José Sampaio Neto, cirurgião geral, CRM 24905.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 275/SAS/MS, de 30 de março de 2012, publicada no DOU nº 64, de 2 de abril de 2012, Seção 1, página 48, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 01 00 SC 05:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 01 00 SC 05
II - membro: Itamar Thomé Vieira, nefrologista, CRM 14651.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JUNIOR

PORTARIA Nº 1.274, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 282/SAS/MS, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU nº 118, de 21 de junho de 2011, Seção 1, página 58, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 02 01 RJ 18:

FÍGADO: 24.09

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 02 01 RJ 18 II - membro: Rafael Dias Vasconcelos, cirurgião geral, CRM 52817597.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.275, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº. 44/GM/MS de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o hospital abaixo no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria nº. 44/GM/MS de 10 de janeiro de 2001:

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
MG	MONTES CLAROS	2219646	00.991.591/0001-06	HOSPITAL DILSON GODINHO	MUNICIPAL

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 540, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012 (*)

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.061371/2011-68, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação dessa Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica A. A. FERRARI & SANTOS LTDA - ME, CNPJ - 14.728.973/0001-56, situada no Município de Ourinhos - SP, na Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 1421 - Vila Santos Dumont, CEP 19.908-095, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município Ourinhos, e renovar a extensão da área de atuação para os Municípios de Ibirarema, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Ocauçu, São Pedro do Turvo, Campos Novos Paulista, Canitar, Óleo, Timburi e Manduri no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 219 , Seção I, Pág.129, de 13/11/2012, com incorreções no original.

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 6.324, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.017861/2012. Expede autorização à MAISON DA SILVA ME, CNPJ/MF nº 13.608.730/0001-11, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.335, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.015451/2012. Expede autorização à L SILVA MAIA & CIA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 15.070.244/0001-18, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.506, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.013353/2012. Expede autorização à CATARINA DIAS NUNES - ME, CNPJ/MF nº 01.574.827/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.507, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.004396/2012. Expede autorização à SAVVIS COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 13.472.898/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.537, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.010652/2012. Expede autorização à IVO RODRIGUES DE OLIVEIRA , CNPJ/MF nº 77.759.017/0001-51, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 19 de junho de 2012

Nº 4.241 - Processo nº 53554.003518/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela COTIA TRADING S/A, CNPJ nº 72.891.955/0001-97, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 2.472/2012-CD, de 29 de março de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação da comercialização de equipamentos de telecomunicações não homologados pela Anatel, infração do art. 55, inciso IV, alínea "c", do Anexo à Resolução nº 242/2000, decidiu, em sua reunião nº 653, realizada em 14 de junho de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 244/2012-GCJV, de 31 de maio de 2012.

Em 21 de setembro de 2012

N° 5.929 - Processo nº 53575.000831/2007.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ/MF nº. 02.449.992/0001-64, autorizada do Serviço Móvel Pessoal, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 515, de 19 de janeiro de 2012, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de irregularidade verificada durante execução do serviço no município de Pacatuba/SE, configurando infração ao art. 53 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, anexo à Resolução nº 259/2001, decidiu, em sua Reunião nº 667, realizada em 20 de setembro de 2012, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes da Análise nº 381/2012-GCJV, de 21 de agosto de 2012..

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Autorizar TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 19/11/2012 a 07/12/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 6.724, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Autorizar RAPOSO 2007 COMPETICOES AUTOMOBILISTICAS LTDA., CNPJ nº 08.651.777/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campo Grande/MS, no período de 14/11/2012 a 28/12/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 6.666, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.046706/06. TV SERRA AZUL LTDA - RTV - Itaúna/MG - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.667, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.055878/11. RÁDIO DE GUARANI NOVIDADES FM LTDA - FM - Guarani/MG - Canal 224. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.668, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.031152/11. RÁDIO TOP LTDA - FM - Caçador/SC - Canal 289. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.669, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.062576/11. TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A - RTVD - Itajubá/MG - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.670, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.005570/10. ACOMARES - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO MARES DO SUL FM - RADCOM - Capão da Canoa (Capão Novo)/RS - Canal 251. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.672, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.008197/11. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DO CHUÍ - RADCOM - Chuí/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.673, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.008661/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO - RS - RADCOM - Dezesseis de Novembro/RS - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.674, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.008662/10. ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE GETULIO VARGAS - RADCOM - Getúlio Vargas/RS - Canal 290. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.675, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.010850/11. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE MONTENEGRO - RADCOM - Montenegro/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.676, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.002000/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MOMENTO FM - RADCOM - Osório/RS - Canal 251. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.677, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.008664/10. CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - RADCOM - Pelotas/RS - Canal 253. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.678, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.016485/10. ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PAMPEANA DO BAIRRO MARTINICA - RADCOM - Viamão/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.679, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.003154/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RADCOM - Abelardo Luz/SC - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.680, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.013062/11. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AMIGOS DA RADIODIFUSÃO E CULTURA - RADCOM - São João Batista/SC - Canal 252. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.681, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.028098/10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL CAFELANDENSE - RADCOM - Cafelândia/SP - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.682, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.010499/09. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA PLENA - RADCOM - Garça/SP - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.683, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.024384/10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PARATY - RADCOM - São Bernardo do Campo/SP - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.684, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.028140/09. ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ASA DOURADA - RADCOM - São Paulo/SP - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.689, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.003091/2012. MORIA FM LTDA - FM - Terra Boa/PR - Canal 205. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.690, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.038190/2010. CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA - FM - Pontes e Lacerda/MT - Canal 240. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.691, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.023318/2012. RÁDIO E TELEVISÃO BELO MONTE LTDA - OM - Senador José Porfírio/PA - Frequência 1470 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.727, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.029773/2012. RADIO PRADO LTDA - FM - Antônio Prado/RS - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.746, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.059067/2011. FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ -FM - Lorena/SP - Autoriza a substituição de equipamento transmissor.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.376, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.035513/2010, em especial da Nota Técnica n. 1391/2012/GTPO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundação Cultural Santa Bárbara, executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, no município de Cachoeiro do Itapemirim, estado do Espírito Santo, a efetuar a modificação de seu quadro diretivo, de acordo com a minuta da Ata da Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009, passando a ter a seguinte composição, com prazo de mandato indeterminado:

NOME	CARGO
Roberto Alvarenga	Diretor Presidente
Vanessa Navarro Alvarenga Tolentino	Diretora Vice-Presidente
Andressa Navarro Alvarenga	Diretora Administrativa e Financeira

Art. 2º Determinar, nos termos do art. 102 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, que a Entidade comprove ao Ministério das Comunicações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação deste Ato, a formalização do documento que originou a presente autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.379, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Aprova o Edital do Leilão nº 06/2012-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica - a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado -, destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e estabelece os conjuntos de TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nº 5.271, de 16 de novembro de 2004, e nº 5.499, de 25 de julho de 2005, o que consta do Processo nº 48500.001651/2012-54, e considerando:

as diretrizes para realização do Leilão aprovadas por meio da Portaria MME nº 136, de 15 de março de 2012, alterada pelas Portarias MME nº 313, de 23 de maio de 2012 e nº 485, de 24 de agosto de 2012, bem como pelas Portarias MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, nº 453, de 2 de agosto de 2012 (sistemática) e nº 540, de 20 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital do Leilão nº 06/2012-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica e termelétrica - a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (Leilão A-5/2012) -, com início de suprimento de energia elétrica em 1º de janeiro de 2017.

§ 1º A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá divulgar o detalhamento da sistemática do Leilão nº 06/2012-ANEEL.

§ 2º A Superintendência de Estudos do Mercado - SEM da ANEEL poderá propor alteração no detalhamento da sistemática divulgado pela CCEE.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo I e de acordo com a Resolução Normativa nº 267, de 5 de junho de 2007, o conjunto de Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, fixadas a preços de 1º de junho de 2012, para as centrais geradoras especificadas e que participarem do Leilão nº 06/2012-ANEEL.

§ 1º A vigência do conjunto de TUST de que trata o caput condiciona-se à habilitação técnica do empreendimento, realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e ao respectivo aporte de garantias de participação.

§ 2° O conjunto de TUST de que trata o caput aplica-se exclusivamente às centrais geradoras listadas no Anexo I que se sagrarem vencedoras do Leilão nº 06/2012-ANEEL e que não tenham conjuntos vigentes de TUST pré-estabelecidos, de acordo com a Resolução Normativa nº 267/2007.

§ 3° A primeira TUST de cada conjunto listado nos Anexos I e II terá vigência a partir da publicação desta Resolução até 30 de junho de 2017.

Art. 3º As TUST de que trata esta Resolução serão, a cada ciclo tarifário, monetariamente atualizadas, utilizando-se os índices empregados no reajuste ou na revisão das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parágrafo único. As tarifas resultantes da atualização monetária prevista no caput serão publicadas até o início de cada ciclo tarifário, a partir daquele previsto para a entrada em operação comercial do empreendimento.

Art. 4º Estabelecer, na forma do Anexo II, as TUST aplicáveis às centrais de geração com conexão à Rede Básica por meio de futuras Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG.

§ 1º As TUST referidas no caput serão aplicadas em substituição àquelas publicadas no Anexo I, quando a central de geração habilitada pela EPE com acesso à Rede Básica sagrar-se vencedora do Leilão nº 06/2012-ANEEL e optar por participar de eventual Chamada Pública que culmine na implantação de subestações de Rede Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.460, de 19 de maio de 2008, e na Resolução Normativa nº 320, de 10 de junho de 2008.

§ 2º As tarifas dispostas no Anexo II, a preços de 1º de junho de 2012, aplicam-se exclusivamente às centrais de geração especificadas no Anexo I, com ponto de conexão à Rede Básica alterado em função de participação em Chamada Pública eventualmente realizada conforme o caput, e estão condicionadas à implantação das ICG resultantes da Chamada Pública.

Art. 5º Estabelecer, na forma do Anexo III e de acordo com a Resolução Normativa nº 349, de 13 de janeiro de 2009, as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg de referência, a preços de 1º de junho de 2012, para as centrais geradoras especificadas e que participarem do Leilão nº 06/2012-ANEEL.

§ 1º A aplicação das TUSDg de que trata o caput condicionam-se à habilitação técnica do empreendimento, realizada pela EPE, e ao respectivo aporte de garantia de participação.

§ 2º As TUSDg de que trata o caput aplicam-se exclusivamente às centrais geradoras que se sagrarem vencedoras do Leilão nº 06/2012-ANEEL.

§ 3º As TUSDg de referência, atualizadas pelo IGP-M, serão aplicadas por 10 (dez) ciclos tarifários da respectiva distribuidora acessada pela central geradora, considerando como primeiro ciclo aquele que contempla a data prevista de início da operação comercial da usina.

§ 4º A alteração do ponto de acesso ao sistema de distribuição em 88 kV ou 138 kV para acesso à Rede Básica, diretamente ou por meio de ICG, implica a manutenção do valor do Anexo III, observando sua aplicação como TUST, de acordo com as regras de contratação do uso dos sistemas de transmissão e observado o disposto nos artigos 2º e 3º.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Os anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no Processo nº 48500.001651/2012-54 e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 503, DE 7 DE AGOSTO DE 2012

Modifica a estrutura organizacional da ANEEL e altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME n. 349, de 28 de novembro de 1997.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 7°, inciso X, e 25, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MME n. 349, de 28 de novembro de 1997, o que consta do Processo n. 48500.003174/2010-08, e considerando:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a necessidade de adequar a estrutura organizacional da Agência e as atribuições de algumas de suas unidades organizacionais, com vistas a aperfeiçoar o seu funcionamento, em busca de maior eficiência e eficácia dos resultados, sem aumento de despesas, resolve:

Art. 1° Promover as seguintes alterações na estrutura organizacional da ANEEL:

I - extinguir a Assessoria de Comunicação e Imprensa - ACI;

II - extinguir a Superintendência de Relações Institucionais - SRI;

III - criar a Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCR.

Art. 2° Alterar o Regimento Interno Anexo à Portaria MME n. 349, de 28 de novembro de 1997, modificado pelas Resoluções Normativas n. 267, de 13 de julho de 2001, n. 116, de 29 de novembro de 2004, n. 249, de 30 de janeiro de 2007, e n. 356, de 2 de março de 2009, cujos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 14-C, 14-D, 14-E, 16, 17, 17-A, 18, 20, 22, 23, 25 e 27 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da estrutura Organizacional

Art.

2º.....

I - Diretoria:

Secretaria-Geral - SGE;

- Gabinete do Diretor-Geral-- GDG;

- Auditoria Interna - AIN;

- Secretaria Executiva de Leilões - SEL;

- Assessoria da Diretoria - ASD.

.....

III - Superintendências de Processos Organizacionais:

- Superintendência de Regulação Econômica - SRE;

- Superintendência de Estudos do Mercado - SEM;

- Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA;

- Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH;

- Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG;

- Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT;

- Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG;

- Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE;

- Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF;

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG;

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT;

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD;

- Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais - SRC;

- Superintendência de Planejamento da Gestão - SPG;

- Superintendência de Gestão Técnica da Informação - SGI;

- Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCR;

- Superintendência de Recursos Humanos - SRH;

- Superintendência de Administração e Finanças - SAF;

- Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC; e

- Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - SPE.

IV - (revogado)

Seção II

Do Funcionamento da Agência e da Gestão Estratégica

Art.

3º.....

Parágrafo único. As Superintendências de Processos Organizacionais serão parte integrante do processo de gestão administrativa e base de apoio e de instrução às deliberações da Diretoria da ANEEL.

Art. 4º A gestão estratégica da Agência será desenvolvida no âmbito do Comitê de Planejamento Estratégico, liderado pelo Diretor-Geral e composto pelos Diretores, Procurador-Geral, Superintendentes de Processos Organizacionais, Gerente Executivo da Auditoria Interna, Secretário-Geral, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral e Assessores da Diretoria.

Parágrafo único. A Superintendência de Planejamento da Gestão exercerá a função de Secretaria do Comitê.

Seção III

Da Vinculação das Unidades Organizacionais

Art. 5º As unidades organizacionais vinculam-se à Diretoria, assim agrupadas por afinidade de atribuições:

.....

II - Relações com a Sociedade:

- Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA;

- Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCR.

III - (revogado)

IV - Outorgas e Gestão dos Potenciais Hidráulicos:

- Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG;

- Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT;

- Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH.

V - Fiscalização dos Serviços e Instalações de Energia Elétrica:

- Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG;

- Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE;

- Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF.

VI - Regulação Técnica e Padrões de Serviço:

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG;

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT;

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD;

- Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais - SRC;

- Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - SPE.

VII - Planejamento e Gestão Administrativa:

- Superintendência de Planejamento da Gestão - SPG;

- Superintendência de Gestão Técnica da Informação - SGI;

- Superintendência de Recursos Humanos - SRH;

- Superintendência de Administração e Finanças - SAF;

- Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC.

VIII - Assessoramento e Controle da Gestão:

- Secretaria-Geral - SGE;

- Gabinete do Diretor-Geral - GDG;

- Auditoria Interna - AIN;

- Procuradoria-Geral - PGE;

- Secretaria Executiva de Leilões - SEL;

- Assessoria da Diretoria - ASD.

.....

Capítulo III

DA DIRETORIA

Seção I

Da Composição

.....

Seção II

Das Competências

Art.

7º.....

.....

IV - designação de comissões, tais como de licitação, de procedimentos administrativos disciplinares e de ética, bem como de comitês técnicos e grupos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades da Agência;

.....

VII - (revogado)

.....

XIII - (revogado)

.....

X - alteração do Regimento Interno;

.....

Seção III

Das Reuniões Deliberativas

Art.

8º.....

.....

§ 4º As pautas das reuniões a que se refere o parágrafo anterior, se públicas, serão previamente divulgadas no sítio da ANEEL na Internet."

.....

Art. 9º .....

.....

§ 3º Em caso de justificada impossibilidade de comparecimento à reunião, poderá o Diretor-relator encaminhar a outro Diretor o seu voto escrito sobre as matérias da pauta, o qual será lido e registrado na ata respectiva.

Art. 10.....

.....

§ 2º As decisões sobre alteração do Regimento Interno serão aprovadas por, no mínimo, quatro votos favoráveis, devendo ser publicadas no Diário Oficial da União.

.....

Seção IV

Da Secretaria-Geral

Art. 13 À Secretaria-Geral, que será dirigida por Secretário-Geral, compete prestar apoio à Diretoria, exercendo as seguintes atribuições básicas:

I - protocolar, cadastrar e distribuir os documentos recebidos pela ANEEL, bem como autuar os processos;

II - distribuir os processos aos Diretores Relatores;

III - organizar as reuniões públicas e administrativas da Diretoria e registrar em ata o resultado das deliberações;

IV - assegurar a publicidade e zelar pela qualidade dos atos administrativos;

V - expedir as correspondências da ANEEL.

Parágrafo único (revogado)

Art. 14-A (revogado)

Art. 14-B (revogado)

Seção V

Da Auditoria Interna

Art. 14-C À Auditoria Interna, que será dirigida por Gerente Executivo, compete prestar apoio à Diretoria, exercendo as seguintes atribuições básicas:

I - apoiar a Administração na auditagem da qualidade dos processos internos e na gestão administrativa, financeira e patrimonial, bem como avaliar a conformidade dos resultados em face dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade, de forma a garantir o cumprimento da legislação, das competências organizacionais e das diretrizes e políticas do governo federal;

II - exercer a interface institucional com os órgãos de controle, atuando no provimento de informações e no apoio às auditagens realizadas por estes; e

III - examinar e emitir prévio parecer sobre a Prestação de Contas Ordinária Anual da Agência e sobre tomadas de contas especiais.

Seção VI

Da Secretaria Executiva de Leilões

Art. 14-D A Secretaria Executiva de Leilões, que será dirigida pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação encarregada de processar os leilões de compra de energia, contratação de concessões e outorga de autorizações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, terá as seguintes atribuições básicas:

I - desenvolver atividades de apoio administrativo e técnico à Comissão Especial de Licitação - CEL a que se refere o caput;

II - acompanhar os cronogramas dos leilões processados pela CEL;

III - elaborar termos de referência para a contratação de auditorias e demais serviços necessários à realização dos leilões processados pela CEL; e

IV - gerir as garantias de proposta oferecidas no âmbito dos leilões processados pela CEL.

Seção VII

Da Assessoria da Diretoria

Art. 14-E À Assessoria da Diretoria compete prestar apoio à Diretoria, exercendo as seguintes atribuições básicas:

I - prestar assessoramento técnico ao colegiado de Diretores, sempre que solicitado, bem como aos Diretores a que se reportam diretamente, nas matérias afetas às competências da Agência, por meio de estudos e pesquisas, elaboração de informativos, pareceres e consultas, competindo-lhes coordenar, orientar, supervisionar e dirigir as atividades designadas pelos respectivos Diretores;

II - providenciar a instrução de processos administrativos distribuídos aos respectivos Diretores, com vistas à sua inclusão na pauta de deliberações da Diretoria e à posterior publicação dos correspondentes atos decisórios;

III - elaborar e submeter aos respectivos relatores minutas de voto ou de decisão monocrática, conforme o caso, bem como do(s) correspondente(s) ato(s) decisório(s) referentes a recursos administrativos e pedidos de reconsideração, de invalidação ou de agravo interpostos contra deliberações:

a)de unidades organizacionais, de Diretores ou da Diretoria Colegiada da ANEEL, em matérias de caráter público ou administrativo interno; e

b)de Agências Estaduais Conveniadas da ANEEL;

IV - revisar e/ou complementar as minutas de voto e dos respectivos atos decisórios oriundos das unidades organizacionais em todas as matérias de competência exclusiva da Diretoria Colegiada da ANEEL; e

V - presidir, coordenar e/ou participar de comissões, comitês ou grupos de trabalho voltados ao desenvolvimento de processos ou atividades da Agência.

Capítulo IV

DOS DIRETORES

Seção I

Das Atribuições Comuns

.....

Seção II

Das Atribuições Específicas do Diretor-Geral

Art. 16 .....

.....

III - supervisionar o funcionamento da Autarquia;

.....

Seção III

Das Atribuições do Diretor-Ouvidor

Art. 17 Ao Diretor-Ouvidor, apoiado pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública, sem prejuízo das atribuições comuns aos membros da Diretoria, incumbe:

.....

II - responsabilizar-se pela cobrança final da correta aplicação de medidas pelos agentes no atendimento às reclamações dos usuários de energia elétrica e demais envolvidos;

.....

IV - coordenar o processo de antecipação e encaminhamento das necessidades e anseios de todos os agentes envolvidos; e

V - contribuir para a implementação e o aprimoramento de mecanismos de compartilhamento com a sociedade, nos processos organizacionais ligados à regulação e à fiscalização.

Art. 17-A O Diretor-Ouvidor, apoiado pela(s) unidade(s) e/ou comissão(ões) com atribuições afetas ao tema, será também responsável por coordenar o processo de tratamento às críticas, sugestões, reclamações ou denúncias recebidas em face da atuação de unidades organizacionais ou de servidores da ANEEL.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção IV
Do Gabinete do Diretor-Geral
Art. 18 O Gabinete do Diretor-Geral será exercido por Chefe de Gabinete, que exercerá as seguintes atribuições básicas:
I - prestar assistência administrativa e assessoramento ao Diretor-Geral; e
II - organizar o expediente e os despachos do Diretor-Geral, bem como acompanhar as matérias de seu interesse.
III - (revogado)
Art. 19 (revogado)
Capítulo V
DA PROCURADORIA-GERAL
Seção I
Das Competências
Art. 20 .....
.....
IV - pronunciar-se em processos de natureza disciplinar e sobre todas as questões jurídicas referentes a licitações e contratos, incluindo a dispensa ou inexigibilidade de procedimento licitatório;
.....
VII - exercer a representação judicial da Autarquia e de seus agentes públicos, bem como da representação extrajudicial desta, nos termos do disposto na Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, e da legislação específica superveniente;
VIII - encarregar-se da apuração da liquidez e certeza dos créditos da ANEEL, de qualquer natureza, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, nos termos do disposto na Lei Complementar n. 73/1993 e da legislação específica superveniente.
.....
Capítulo VI
DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE PROCESSOS E DEMAIS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
Seção I
Das Atribuições Básicas
Art. 22 São atribuições básicas das Superintendências de Processos e das demais Unidades Organizacionais:
.....
III - estabelecer metas e elaborar os respectivos planos de ação, bem como efetuar o seu acompanhamento, avaliar resultados e identificar necessidades de ajuste e aprimoramento de regras, critérios e procedimentos;
.....
X - zelar pelos bens patrimoniais da ANEEL, necessários à execução das atividades da respectiva área de competência;
.....
XIII - gerir contratos sob sua responsabilidade.
Seção II
Das Atribuições Específicas das Superintendências de Processos Organizacionais
Art. 23 Constituem atribuições específicas das Superintendências a execução das atividades relacionadas aos processos a seguir discriminados:
I - Regulação Econômica - estabelecimento dos valores iniciais, dos reajustes e das revisões de tarifas de energia elétrica, bem como dos encargos setoriais definidos em lei; e desenvolvimento contínuo de estudos e propostas de regulação econômica por incentivos, que contribuam para a otimização da estrutura tarifária e o adequado equilíbrio entre confiabilidade do fornecimento e modicidade das tarifas e preços;
II - Estudos do Mercado - comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação regulada e livre, e contratação de energia de reserva, consoante as diretrizes legais e regulamentares, especialmente no que se refere à instituição de regras e procedimentos, e ao detalhamento, registro e monitoramento dos contratos de compra e venda; supervisão e estudos do mercado, com vistas a garantir o seu regular funcionamento, bem como a segurança e liquidez de suas operações; e defesa da concorrência, na análise de atos de concentração e de infrações à ordem econômica no setor elétrico, observada a legislação específica;
III - Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - mediação entre os agentes econômicos do setor elétrico e entre esses e seus consumidores; ouvidoria setorial e atendimento a reclamações; participação da sociedade, mediante os mecanismos de audiência e consulta pública; e apoio e orientação aos conselhos de consumidores de energia elétrica;
IV - (revogado)
V - Gestão e Estudos Hidroenergéticos - análise e aprovação de estudos de inventário, viabilidade econômica e projetos de aproveitamentos hidrelétricos, zelando pela otimização do potencial hidráulico, em articulação com os órgãos responsáveis pela definição do uso múltiplo das águas e pelo licenciamento ambiental; e desenvolvimento e gerenciamento das demais atividades técnicas relacionadas aos aproveitamentos de energia elétrica, tanto na etapa de estudos quanto na fase de implantação e operação das centrais hidrelétricas;
VI - Licitações, Contratos e Convênios - licitação para a compra ou alienação de bens, a execução de obras e a prestação de serviços à ANEEL, apoiando as áreas durante a fase interna do procedimento; e monitoramento dos contratos resultantes dos procedimentos licitatórios e dos convênios firmados pela Agência, auxiliando os gestores na sua execução e coordenando a operacionalização de contratos de metas para atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos;
VII - Concessões e Autorizações de Geração - leilão para a compra de energia proveniente de empreendimentos de geração e respectiva contratação de concessões ou outorga de autorizações de geração de energia elétrica; gestão dos contratos e dos atos autorizativos decorrentes de leilões ou de outorgas da ANEEL mediante delegação; compensação financeira e royalties pela utilização de recursos hídricos; e organização do registro de centrais geradoras de pequeno porte;
VIII - Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - licitação e contratação de concessões e permissões, bem como de outorga de autorizações de serviços e instalações de transmissão e de distribuição de energia elétrica, mediante delegação, incluindo a regularização das cooperativas de eletrificação rural e as atividades de comercialização, exportação e importação de energia; e gestão dos respectivos atos autorizativos e contratos de concessão e permissão;
IX - Fiscalização dos Serviços de Geração - controle e fiscalização: dos serviços e instalações de geração de energia elétrica, desde a implantação ou ampliação até a sua operação, de agentes de operação de sistemas e de comercialização de energia no setor elétrico, em conjunto com as demais áreas de fiscalização da ANEEL, de encargos setoriais e programas de governo afetos aos agentes de geração, e do cumprimento das obrigações constantes dos contratos de concessão e de autorizações de geração;
X - Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - controle e fiscalização: dos serviços e instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo a de agentes de operação de sistemas e a análise de perturbações relevantes no sistema elétrico; do cumprimento das obrigações constantes dos contratos de concessão e permissão de distribuição, especialmente quanto à qualidade dos serviços técnicos e comerciais; de programas de governo afetos aos agentes de transmissão e distribuição; e de laudos de avaliação de ativos imobilizados em serviço;
XI - Fiscalização Econômica e Financeira - controle e fiscalização econômico-financeira e contábil das concessões, permissões e autorizações dos serviços e instalações de energia elétrica, incluindo a gestão dos fundos setoriais, bem como de operações comerciais e societárias sujeitas a controle prévio ou a posteriori; desenvolvimento de ações de caráter preventivo e corretivo para preservar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões e permissões; e padronização de procedimentos contábeis a serem observados pelos agentes regulados;
XII - Regulação dos Serviços de Geração - regulação, normatização e padronização dos serviços e instalações de geração de energia elétrica; acompanhamento e avaliação dos estudos de planejamento energético, da implementação de mecanismos de segurança energética e da interação entre a produção e a comercialização de energia; definição de tarifas de otimização e de serviços ancilares; e análise e aprovação do Plano Anual de Combustíveis, dos custos anuais da conta CCC e de empreendimentos a serem beneficiados com a sub-rogação da CCC;
XIII - Regulação dos Serviços de Transmissão - regulação, normatização e padronização dos serviços de transmissão de energia elétrica; autorização de reforços em instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão; supervisão do acesso ao sistema de transmissão e da conexão às instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão; estabelecimento dos encargos de conexão e das tarifas de uso do sistema de transmissão; e reajuste das receitas anuais permitidas das concessionárias de transmissão;
XIV - Regulação dos Serviços de Distribuição - regulação técnica dos serviços de distribuição de energia elétrica, com vistas ao estabelecimento de regras e procedimentos referentes ao planejamento da expansão, ao acesso, operação e medição dos sistemas de distribuição, e a indicadores de qualidade do serviço e do produto energia elétrica, incluindo o desenvolvimento de redes inteligentes e o gerenciamento do lado da demanda; e apoio técnico na definição das tarifas de uso dos sistemas de distribuição;
XV - Regulação dos Serviços Comerciais - regulação das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, notadamente quanto ao relacionamento entre as distribuidoras e seus consumidores, e da universalização do acesso e uso da energia elétrica; acompanhamento da qualidade do atendimento presencial e telefônico ao consumidor; aplicação da tarifa social de energia elétrica; e realização de pesquisas de satisfação dos consumidores;
XVI - Planejamento da Gestão - planejamento e gestão estratégica, bem como aprimoramento do modelo de gestão; programação orçamentária e acompanhamento das metas organizacionais; avaliação sistemática do desempenho institucional; gestão dos processos internos da ANEEL; proposição e acompanhamento da execução do Contrato de Gestão; e elaboração da Prestação de Contas Anual da Agência;
XVII - Gestão Técnica da Informação - gestão de dados e informação, de documentos e de arquivos; fornecimento de soluções e suporte técnico, desenvolvimento e manutenção de projetos e sistemas de tecnologia e segurança da informação; e administração da infraestrutura de tecnologia da informação da Agência;
XVIII - Comunicação e Relações Institucionais - relacionamento institucional com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades e autoridades, nacionais e estrangeiras, governança da descentralização de atividades junto aos estados da federação; promoção ou participação em eventos; articulação com os órgãos de imprensa; acompanhamento e análise das matérias veiculadas na mídia e prestação de informações aos veículos de comunicação; comunicação interna, externa e visual; e produção de material impresso ou digital;
XIX - Recursos Humanos - gestão e desenvolvimento de pessoas, com vistas a compor, manter capacitar, valorizar e otimizar o efetivo de recursos humanos da ANEEL, incluído o programa de estágio supervisionado, utilizando mecanismos de diagnóstico sistemático de necessidades e de aferição do clima organizacional, de avaliações regulares de desempenho dos servidores, e de promoção à saúde e qualidade de vida na Agência;
XX - Administração e Finanças - execução orçamentária e financeira da ANEEL; controle da arrecadação de receitas; gestão contábil; manutenção e segurança das instalações prediais e de sistemas de telefonia; controle de acesso e movimentação de servidores, autoridades, visitantes e prestadores de serviços; e administração dos bens patrimoniais, de consumo e dos recursos logísticos, incluindo o arrendamento ou cessão de áreas para a prestação de serviços de interesse dos servidores e demais trabalhadores no ambiente da ANEEL;
XXI - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - regulação, avaliação e acompanhamento da implementação de projetos e programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética no setor elétrico, incluindo o apoio à fiscalização desses projetos e programas; prospecção e divulgação de novas tecnologias e de sugestões de temas para projetos prioritários; e apoio técnico na elaboração de propostas de compartilhamento de receitas provenientes de produtos oriundos de P&D, em benefício da sociedade.
.....
Capítulo VII
DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
.....
Art. 25 Os atos da ANEEL serão expressos sob a forma de:
.....
VII - pareceres ou notas de caráter técnico, jurídico ou administrativo, sobre matéria em apreciação pela Agência;
.....
X - súmulas, de caráter orientativo, consubstanciadas em enunciados, contendo o entendimento pacífico, reiterado e uniforme proveniente das decisões da Diretoria da ANEEL;
XI - procedimentos técnicos, estruturados na forma de módulos, contendo instruções detalhadas sobre conteúdo das resoluções normativas que os aprovaram;
XII - avisos de convocação de licitações e de audiências públicas;
XIII - manuais técnicos versando sobre procedimentos de contabilidade, controle patrimonial, fiscalização de agentes ou de entidades setoriais, bem como de orientação aos agentes ou para desenvolvimento de trabalhos de auditoria em questões de interesse do setor elétrico.
Parágrafo único. As resoluções e portarias, incluindo as que aprovarem súmulas, procedimentos e manuais técnicos, serão expedidas pelo Diretor-Geral; as comunicações externas, ordens de serviço, instruções, despachos e avisos de convocação serão emitidos pelos Diretores e pelos titulares de Unidades Organizacionais, e os pareceres ou notas, pelos técnicos encarregados da análise e instrução dos processos.
.....
Capítulo VIII
DO CONTRATO DE GESTÃO
Art.
27.....
.....
§ 3º O extrato do Contrato de Gestão e de seus eventuais aditamentos serão publicados no Diário Oficial da União.
....."
Art. 3° Ficam revogados o inciso IV do art. 2º, os §§ 2º e 3º do art. 3º, o inciso III do art. 5º, os incisos VII e XIII do art. 7º, os arts. 14, 14-A e 14-B, o inciso III do art. 18, o art. 19, os arts. 23-A e 23-B, e o inciso III do art. 24, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MME n. 349, de 28 de novembro de 1997, alterado pelas Resoluções Normativas n. 267, de 13 de julho de 2001, n. 116, de 29 de novembro de 2004, n. 249, de 30 de janeiro de 2007, e n. 356, de 2 de março de 2009.
Art. 4º No prazo de até 15 dias da publicação desta Resolução, será providenciada a republicação atualizada do Regimento Interno da ANEEL, com todas as alterações dela decorrentes.
Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Nº 3.614 - Processo nº 48500.006653/1999-56. Interessado: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. Decisão: Revogar, a pedido do interessado, o Despacho nº 1.702, de 5 de abril de 2012, que alterou o combustível utilizado em uma das unidades geradoras de 1.250 kW da UTE Comodoro.

Nº 3.615 - Processo nº 48500.000802/2008-71. Interessado: Usina Rio Pardo S.A. Decisão: Registrar duas unidades geradoras de contingência da UTE Rio Pardo, de 520 kW cada.

Nº 3.616 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2007, e considerando e o que consta dos Processos nº 48500.005213/2005-38 e 48500.000241/2007-58, resolve: i) conhecer a Defesa Prévia apresentada pela empresa Lambari Geradora de Energia S.A., e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) determinar que a J. Malucelli Seguradora S.A. promova a execução da garantia, objeto da apólice de Seguro-Garantia nº 10-0745-0151710.
A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.617 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2008, e considerando e o que consta dos Processos nº 48500.000870/2008-30 e 48500.007395/2007-41, resolve: i) conhecer a Defesa Prévia apresentada pela empresa UTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MC2 Nova Venécia 2 S.A., e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) determinar que a J. Malucelli Seguradora S.A. promova a execução da garantia, objeto da apólice de Seguro-Garantia nº 02-0745-0185448.

Nº 3.622 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.005141/2012-56, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE Colombo Ariranha 2 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 40.000 kW de potência instalada, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível, visando à produção independente de energia, localizada no Município de Ariranha, Estado de São Paulo, em favor da empresa Usina Colombo S.A. Açúcar e Álcool, inscrita no CNPJ sob o nº 44.330.975/0001-53, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Nº 3.619 - Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 14 de novembro de 2012 Processo nº 48500.003546/2011-79 Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Usina: UTE Recap Unidade Geradora: UG2 de 13.600 kW Localização: Município de Mauá, Estado de São Paulo.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Nº 3.605 - Processo: 48500.005331/2011-92. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Manoel Alves Grande, localizado na sub-bacia 23, bacia hidrográfica do rio Tocantins, nos Estados do Tocantins e Maranhão, concedido à empresa Minas PCH S.A, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. (ii) revogar o Despacho nº 4.153, de 24 de outubro de 2011.

Nº 3.606 - Processo: 48500.002377/2010-79. Decisão: (i) aceitar o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio Batovi e seus afluentes, Rio Areiado e Ribeirão Pratinha, localizado na sub-bacia 24, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no Estado do Mato Grosso, apresentado pela empresa Primaleste Geração de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.354.528/0001-33; (ii) estabelecer que uma via do estudo, em CD, deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 20/12/2012.

Nº 3.607 - Processo: 48500.000754/2010-35. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Verde, localizado na sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Mato Grosso, concedido à empresa Enerbio Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 1.814, de 24 de junho de 2010.

Nº 3.608 - Processo: 48500.001111/2011-90. Decisão: (i) incluir o Córrego Água Quente nos estudos; (ii) prorrogar para 19/4/2013 o prazo estabelecido no Despacho n° 1.232, de 12 de abril de 2012, para entrega da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Buriti, e dos Estudos de Inventário do Córrego Água Quente, localizados na sub-bacia 17, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Atiaia Energia S/A.

Nº 3.609 - Processo: 48500.000390/2010-93. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio São Bento e seus afluentes o rio Santo Antônio e Salto Veloso, localizado na sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Enerbio Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 2.342, de 16 de agosto de 2010.

Nº 3.610 - Processo: 48500.000389/2011-40. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Garcia, entre o canal de fuga da PCH Garcia e o remanso da PCH Angelina, sub-bacia 84, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Msul Energia e Participações Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) revogar o Despacho nº 886, de 25 de fevereiro de 2011.

Nº 3.611 - Processo: 48500.006434/2010-99. Decisão: (i) prorrogar para 21/1/2013 o prazo estabelecido no Despacho n° 1.924, de 5 de maio de 2011, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Aiuruoca e seu afluente, o Rio Francês, no trecho da nascente até o remanso do reservatório da UHE Camargos, sub-bacia 61, localizados no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa AEL - Atividade Empresarial Ltda.

Nº 3.612 - Processo: 48500.002682/2010-61. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Braço Norte Direito, sub-bacia 57, no Estado do Espírito Santo, concedido à empresa HP Energética S.A., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) revogar o Despacho nº 3.115, de 20 de outubro de 2010.
A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Nº 3.613 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO EM CONJUNTO COM O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pela Portaria nº 736, de 11 de setembro de 2007, tendo em vista o que consta nos Processos nº 48500.006766/2010-73 e nº 48500.002214/2012-58, em particular o disposto na Nota Técnica nº 170/2012-SRT-SCT/ANEEL, de 12 de novembro de 2012, decidem: (i) alterar o escopo da Resolução Autorizativa nº 2.837, de 29 de março de 2011, e revogar a autorização de instalação do módulo de entrada de linha, 230kV, na subestação Arapiraca III, para atender ao Consumidor Mineração Vale Verde, constante no Anexo I.3 - CHESF; e (ii) alterar o escopo da Resolução Autorizativa nº 3.578, de 03 de julho de 2012, e revogar a autorização de remanejamento do reator de linha da LT 500kV Luiz Gonzaga - Milagres, instalado na subestação Milagres, para a LT 500kV Luiz Gonzaga - Milagres II, constante no Anexo I.9 - CHESF.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente de Regulação dos Serviços de Transmissão

JANDIR AMORIM NASCIMENTO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base nos art. 8º, art. 58 e art. 68-A da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Resolução de Diretoria nº 1042, de 31 de outubro de 2012, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica regulamentado, pela presente Resolução, o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis, existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao disposto nesta Resolução, os dutos para transporte de gás natural, os dutos cuja origem esteja em áreas de produção de petróleo e gás natural, bem como aqueles cuja extensão seja inferior a 15km (quinze quilômetros).

Definições:

Art. 2º. Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Produtos: petróleo, seus derivados e biocombustíveis;

II - Instalações de Transporte: dutos de transporte, estações de bombeamento e instalações de armazenagem indispensáveis à operação de cada duto;

III - Carregador: empresa ou consórcio de empresas usuário do serviço de transporte;

IV - Proprietário: empresa ou consórcio de empresas que detém a propriedade das Instalações de Transporte;

V - Carregador Proprietário: empresa ou consórcio de empresas usuário do serviço de transporte, proprietário dos Produtos transportados e que também detém a propriedade das Instalações de Transporte;

VI - Transportador: empresa ou consórcio de empresas que opera as Instalações de Transporte;

VII - Transportador Proprietário: empresa ou consórcio de empresas que opera e detém a propriedade das Instalações de Transporte;

VIII - Terceiro Interessado: empresa ou consórcio de empresas que solicita, formalmente, ao Transportador, serviços de movimentação de Produtos na Instalação de Transporte;

IX - Ponto de Recepção: ponto onde o Produto a ser transportado é entregue pelo Carregador ao Transportador;

X - Ponto de Entrega: ponto onde o Produto transportado é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a um destinatário indicado pelo Carregador;

XI - Remuneração: valor pago pelo Carregador ao Transportador pela utilização do serviço de transporte de Produtos e de outros serviços complementares;

XII - Transporte Firme: serviço de transporte de Produtos, prestado pelo Transportador ao Carregador, de forma regular, até o limite contratado, e que não pode ser interrompido ou reduzido pelo Transportador;

XIII - Transporte Não Firme: serviço de transporte de Produtos prestado pelo Transportador a um Carregador, que pode ser interrompido ou reduzido pelo Transportador, anteriormente ao início do efetivo transporte de uma batelada de um Produto;

XIV - Capacidade Máxima: máximo volume mensal de Produtos que o Transportador pode movimentar em uma Instalação de Transporte entre Pontos de Recepção e de Entrega, considerando todas as estações de bombeamento e tanques, bem como possíveis expansões e ampliações nesta instalação;

XV - Capacidade Operacional: máximo volume mensal de Produtos que o Transportador pode movimentar em uma Instalação de Transporte entre Pontos de Recepção e de Entrega, consideradas as condições operacionais vigentes;

XVI - Capacidade Contratada: máximo volume mensal de Produtos que o Transportador obriga-se a movimentar para o Carregador entre Pontos de Recepção e de Entrega em uma Instalação de Transporte;

XVII - Capacidade Contratada Ociosa: diferença entre o somatório das Capacidades Contratadas e o volume mensal de Produtos efetivamente transportados ou programados para os mesmos em uma Instalação de Transporte;

XVIII- Preferência do Proprietário: volume mensal de Produtos, entre Pontos de Recepção e de Entrega, que é garantido ao Carregador Proprietário da Instalação de Transporte para a movimentação de seus próprios Produtos;

XIX - Capacidade Disponível: diferença entre a Capacidade Máxima e a soma da Preferência do Proprietário com o somatório das Capacidades Contratadas sob a forma de Transporte Firme e de contrato de serviço de transporte entre Transportadores Interconectados fora da referida preferência em uma Instalação de Transporte;

XX - Capacidade Disponível Operacional: diferença entre a Capacidade Operacional e a soma da Preferência do Proprietário com o somatório das Capacidades Contratadas sob a forma de Transporte Firme e de contrato de serviço de transporte entre Transportadores Interconectados fora da referida preferência em uma Instalação de Transporte;

XXI - Interconexão: conexão entre duas ou mais Instalações de Transporte, operadas por diferentes Transportadores.

XXII - Biocombustível: substância derivada de biomassa renovável que pode ser empregada diretamente ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil, tal como biodiesel, etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP.

XXIII - Transportador Interconectado: empresa ou consórcio de empresas que opera Instalações de Transporte e que tem sua infraestrutura de transporte dutoviário interconectada a infraestruturas de outros operadores a montante ou a jusante da sua.

XXIV - Carregamento: Uso do serviço de transporte de Produtos, contratado junto ao Transportador autorizado pela ANP.

Livre Acesso:

Art. 3º. O Transportador atenderá, de forma não discriminatória, Terceiros Interessados em Capacidade Disponível, Capacidade Disponível Operacional e Capacidade Contratada Ociosa, inclusive a de Carregadores Proprietários alocada na Preferência do Proprietário, nas Instalações de Transporte sob sua operação.

§ 1º. O Transportador interromperá os Contratos de Transporte Não Firme que utilizem Capacidade Disponível Operacional caso ocorra solicitação de um Terceiro Interessado em Transporte Firme e não haja Capacidade Disponível Operacional suficiente para atendê-lo.

§ 2º. Na hipótese de o atendimento depender da realização de investimentos pelo Terceiro Interessado, este deverá demonstrar sua capacidade de realizá-los, na forma do art. 13.

Art. 4º. O Transportador prestará o serviço de transporte, nos termos da Autorização de Operação concedida pela ANP, respeitando as seguintes obrigações específicas:

I - não comprar Produtos, exceto para uso próprio na operação da Instalação de Transporte ou para reposição a Carregadores por perdas ou contaminações ocorridas no transporte;

II - não vender Produtos, exceto no caso de falha de retirada dos mesmos pelos Carregadores ou Produtos fora de especificação após o transporte;

§ 1º. Os Transportadores somente poderão explorar aquelas atividades referidas no art. 56 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, além das atividades de Carregamento, estocagem de gás natural, construção e operação de terminais.

§ 2º. O exercício da atividade de Carregamento de que trata o § 1º do presente artigo restringe-se ao uso do serviço de transporte de Produtos prestado por Transportador Interconectado na forma estabelecida pelos Art. 31, 32 e 33 da presente Resolução.

Art. 5º. O Transportador manterá, em sua página na Internet, as seguintes informações, atualizadas e disponíveis a qualquer interessado, em língua portuguesa, referentes a cada uma das Instalações de Transporte sob sua operação, inclusive aquelas referentes a contratos de Interconexão:

I - Descrição da Instalação de Transporte;

II - Produtos transportáveis;

III - Capacidade Máxima;

IV - Capacidade Operacional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - Preferência do Proprietário e sua vigência, quando aplicável;

VI - Capacidade Disponível e Capacidade Disponível Operacional, para os próximos seis meses subsequentes;

VII - Capacidade Contratada Ociosa, para os dois meses subsequentes, de acordo com as regras estabelecidas no Art. 19;

VIII - Data de vencimento de cada contrato de Transporte Firme e a respectiva capacidade que será liberada;

IX - Termos e condições gerais do serviço de transporte, conforme indicado no Anexo I desta Resolução;

X - Condições contratuais de cada tipo de serviço;

XI - Serviços e Remunerações de referência discriminadas por produto e tipo de serviço;

XII - Previsão das movimentações, em base mensal, para os próximos 2 meses subsequentes, devendo esta informação ser atualizada de acordo com as regras de programação estabelecidas no Art. 19;

XIII - Histórico das movimentações, em base mensal, nos últimos três anos, por Produto, informando Pontos de Recepção e de Entrega;

XIV - Descrição das Interconexões de suas Instalações de Transporte com outras instalações, de propriedade de terceiros;

XV - Solicitações de Terceiros Interessados em Transporte Firme e Transporte Não Firme, em termos de volumes totais e individualizados, resguardado o sigilo sobre a razão social dos solicitantes.

Parágrafo único. O Transportador deverá manter link na página principal de seu sítio eletrônico para acesso às informações elencadas neste artigo, de modo a facilitar a avaliação das condições de acesso à infraestrutura por terceiros interessados.

Art. 6º. O Proprietário deverá permitir a conexão de suas Instalações de Transporte com outras instalações de propriedade de terceiros, respeitadas as normas de segurança e as condições operacionais adotadas pelo Transportador, conforme disposto no artigo 25 desta Resolução.

Art. 7º. O serviço de transporte de Produtos em uma Instalação de Transporte será formalizado por meio de contrato firmado entre o Transportador e o Carregador, inclusive o Carregador Proprietário, e tal contrato explicitará as Remunerações do serviço de transporte, bem como as de serviços complementares.

§ 1º. Tal como disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 4º da presente Resolução, poderá ser firmado contrato de serviço de transporte entre Transportadores Interconectados, estando a Capacidade Contratada limitada à Capacidade Operacional da Instalação de Transporte operada pela parte contratante.

§ 2º. A parte contratante de que trata o parágrafo anterior fica equiparada ao Carregador no que tange ao disposto na presente Resolução e no respectivo contrato de serviço de transporte.

Preferência do Proprietário:

Art. 8º. Fica assegurado ao Carregador Proprietário a movimentação de seus próprios Produtos através da utilização da Preferência do Proprietário.

Art. 9º. A Preferência do Proprietário será igual à Capacidade Operacional da Instalação de Transporte, até que esta complete 10 (dez) anos de operação efetiva.

Art. 10. O Transportador, que não for Transportador Proprietário, encaminhará à ANP, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término do período mencionado no artigo anterior, a proposta de Preferência do Proprietário de cada Instalação de Transporte, formulada pelo respectivo Carregador Proprietário, devidamente justificada, considerando o seguinte:

I - movimentações mensais médias do Carregador Proprietário observadas nos últimos 03 (três) anos;

II - necessidade de integração de refinarias e terminais do Carregador Proprietário;

III - efeitos sazonais sobre a movimentação de Produtos do Carregador Proprietário;

Parágrafo único. A ANP estabelecerá a Preferência do Proprietário, considerando a proposta apresentada pelo Transportador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da mesma.

Art. 11. À exceção do período dos 10 (dez) anos iniciais de operação de uma Instalação de Transporte, a ANP revisará a Preferência do Proprietário a cada 05 (cinco) anos, devendo o Transportador, que não for Transportador Proprietário, encaminhar à ANP, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término de cada um destes períodos, a proposta da nova Preferência do Proprietário formulada pelo respectivo Carregador Proprietário, devidamente justificada.

Parágrafo único. A revisão da Preferência do Proprietário será realizada de acordo com o procedimento definido no artigo anterior, consideradas as movimentações observadas nos 03 (três) anos anteriores à data de revisão desta preferência.

Art. 12. Quando um duto de transferência de Produtos vier a ser reclassificado pela ANP como de transporte, a Preferência do Proprietário será determinada de acordo com o procedimento descrito nos quatro artigos anteriores, observado o tempo de operação do duto.

Ampliação de Capacidade:

Art. 13. Ocorrendo uma solicitação de Transporte Firme por Terceiro Interessado, não havendo Capacidade Disponível suficiente para o atendimento e caso o Proprietário opte pela não realização dos investimentos necessários à ampliação da Capacidade Operacional até a Instalação de Transporte atingir sua Capacidade Máxima, este Proprietário fica obrigado a aceitar investimentos realizados pelo Terceiro Interessado para implementar a citada ampliação.

§ 1º. O valor e a forma dos investimentos, sua remuneração, que pode ser através da utilização de serviços de transporte, e as alterações das condições operacionais da Instalação de Transporte deverão ser negociadas entre o Proprietário, o Transportador e o Terceiro Interessado.

§ 2º. A propriedade das novas instalações para ampliação da Capacidade Operacional será do Proprietário da Instalação de Transporte, mesmo que os investimentos tenham sido realizados por Terceiro Interessado.

Alocação de Capacidade Disponível e Disponível Operacional:

Art. 14. Quando houver uma solicitação de Terceiro Interessado em Transporte Firme em uma Instalação de Transporte e a diferença, determinada entre a Capacidade Disponível e esta solicitação, for menor ou igual a 10 % (dez por cento) da Capacidade Máxima, o Transportador fica obrigado a divulgar no Diário Oficial da União - DOU, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da referida solicitação, e também em sua página na Internet por um período de 30 (trinta) dias contados da data de divulgação no DOU, que ocorreu uma solicitação que poderá levar a Instalação de Transporte a operar acima de 90% (noventa por cento) de sua Capacidade Máxima.

§ 1º. Durante o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação no DOU mencionada no caput deste artigo, qualquer outro Terceiro Interessado poderá solicitar ao Transportador Transporte Firme na mesma Instalação de Transporte, exceto o Carregador Proprietário, cujo prazo para solicitação é de 10 (dez) dias, contados da mesma data, devendo este também enviar cópia de sua solicitação à ANP neste mesmo prazo.

§ 2º. As informações contidas em todas as solicitações são consideradas confidenciais, não podendo o Transportador divulgá-las até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado no parágrafo anterior.

§ 3º. O Transportador elaborará sua proposta de alocação das solicitações de Transporte Firme de forma a otimizar a operação da Instalação de Transporte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o término do período de 30 (trinta) dias mencionado no § 1º deste artigo, publicando-a, com as devidas justificativas, no DOU até o final desse prazo de 15 (quinze) dias, e mantendo-a divulgada, inclusive com as justificativas, em sua página na Internet, por outros 15 (quinze) dias.

Art. 15. Quando houver uma solicitação de Terceiro Interessado em Transporte Firme em uma Instalação de Transporte e a diferença, determinada entre a Capacidade Disponível Operacional e esta solicitação, for menor ou igual a 10% (dez por cento) da Capacidade Operacional, o Transportador fica obrigado a divulgar no DOU, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da referida solicitação, e também em sua página na Internet por um período de 21 (vinte e um) dias contados da data de divulgação no DOU, que ocorreu uma solicitação que poderá levar a Instalação de Transporte a operar acima de 90% (noventa por cento) de sua Capacidade Operacional.

§ 1º. Durante o prazo de 21 (vinte e um) dias, contados da data da publicação no DOU mencionada no caput deste artigo, qualquer outro Terceiro Interessado poderá solicitar ao Transportador Transporte Firme na mesma Instalação de Transporte, exceto o Carregador Proprietário, cujo prazo para solicitação é de 7 (sete) dias, contados da mesma data, devendo este também enviar cópia de sua solicitação à ANP neste mesmo prazo.

§ 2º. As informações contidas em todas as solicitações são consideradas confidenciais, não podendo o Transportador divulgá-las até o final do prazo de 21 (vinte e um) dias mencionado no parágrafo anterior.

§ 3º. O Transportador elaborará sua proposta de alocação das solicitações de Transporte Firme de forma a otimizar a operação da Instalação de Transporte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o término do período de 21 (vinte e um) dias mencionado no § 1º deste artigo, publicando-a, com as devidas justificativas, no DOU até o final desse prazo de 15 (quinze) dias, e mantendo-a divulgada, inclusive com as justificativas, em sua página na Internet, por outros 15 (quinze) dias.

Art. 16. Qualquer solicitação de utilização de Capacidade Disponível Operacional advinda do vencimento de um contrato de transporte, somente poderá ser apresentada ao Transportador por Terceiros Interessados, inclusive pelo Carregador que possui tal contrato, no período compreendido entre 240 (duzentos e quarenta) e 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de vencimento do mesmo.

§ 1º. As informações contidas em todas as solicitações são consideradas confidenciais, não podendo o Transportador divulgá-las até o final do prazo mencionado no caput deste artigo.

§ 2º. O Transportador elaborará sua proposta de alocação das solicitações de transporte de forma a otimizar a operação da Instalação de Transporte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do final do período mencionado no caput deste artigo, publicando-a, com as devidas justificativas, no DOU até o final desse prazo de 30 (trinta) dias, e mantendo-a divulgada, inclusive com as justificativas, em sua página na Internet, por outros 30 (trinta) dias.

Art. 17. Qualquer Terceiro Interessado que se considerar prejudicado pela alocação proposta pelo Transportador, conforme previsto nos artigos 14, 15 e 16, poderá solicitar a intervenção da ANP, com as devidas justificativas, durante o período de divulgação da alocação proposta, enviando cópia da solicitação de intervenção da Agência ao Transportador.

Art. 18. Quando houver uma solicitação de um Terceiro Interessado em Transporte Firme e a diferença, determinada entre a Capacidade Disponível Operacional e esta solicitação, for maior que 10% (dez por cento) da Capacidade Operacional, o Transportador deverá atender o Terceiro Interessado ou justificar sua negativa ao mesmo, em no máximo 15 (quinze) dias, contados da data da apresentação da referida solicitação.

Alocação de Capacidade Ociosa:

Art. 19. Quando houver uma solicitação de um Terceiro Interessado em Transporte não Firme, o Transportador deverá responder à solicitação do Terceiro Interessado ou justificar sua negativa ao mesmo até o vigésimo dia do mês anterior para o qual foi feita a solicitação de transporte.

§ 1º. Deverá constar dos Termos e Condições Gerais de Serviço de Transporte (TCG) os prazos limites para solicitação de Transporte Firme e Não Firme, que não poderão ser inferiores a:

I - 30 dias antes do mês do efetivo transporte para os Carregadores com contrato firme apresentarem suas programações mensais de transporte;II - 23 dias antes do mês do efetivo transporte para os Transportadores apresentarem a programação preliminar que deverá contemplar as solicitações dos Carregadores com contrato firme;

III - 15 dias antes do mês do efetivo transporte para os Carregadores com contrato firme confirmarem suas programações;

IV - 15 dias antes do mês do efetivo transporte para os Carregadores interessados em Capacidade Ociosa apresentarem suas solicitações;

V - 5 dias antes do mês do efetivo transporte para os Transportadores divulgarem a programação contratada;

§ 2º. As solicitações encaminhadas após a divulgação da programação contratada serão tratadas pelos Transportadores de forma particular e individualizada, devendo os Carregadores serem comunicados sobre a possibilidade ou não de atendimento em até 7 dias após o recebimento do pedido.

Contratos:

Art. 20. Os prazos de vigência dos contratos de serviços de Transporte Firme, celebrados entre Transportador e Carregadores, estão limitados, no máximo:

I - à data da próxima revisão da Preferência do Proprietário, se o Carregador for Carregador Proprietário, e o contrato envolva capacidade alocada na referida preferência;

II - ao final do 10º (décimo) ano de operação da Instalação de Transporte, se o Transportador não for Transportador Proprietário;

III - ao final do 15º (décimo quinto) ano de operação da Instalação de Transporte, se o Transportador for Transportador Proprietário e o início de operação desta instalação for posterior à data de publicação da presente Resolução;

IV - até 10 (dez) anos, quando ocorrerem investimentos conforme previsto no artigo 13, devendo este prazo ser submetido à aprovação da ANP;

V - até 15 (quinze) anos, quando ocorrerem investimentos conforme previsto no artigo 26, desde que ocorram investimentos na forma do disposto no artigo 13, devendo este prazo ser submetido à aprovação da ANP;

VI - a 5 (cinco) anos, para os demais casos não previstos nos cinco incisos anteriores;

Art. 21. Os contratos de Transporte Firme deverão ser firmados no período de 30 (trinta) dias, a iniciar-se a partir:

I - do final do período de divulgação previsto no § 3º do art. 14, no § 3º do art. 15 ou no § 2º do art. 16, todos da presente Resolução, caso não existam controvérsias a respeito da alocação proposta pelo Transportador;

II - da data de confirmação do Transportador quanto ao atendimento de solicitação, conforme previsto no art. 18 da presente Resolução;

III - havendo controvérsias, da data de deliberação da ANP sobre as mesmas.

Art. 22. O Transportador remeterá à ANP extrato do contrato de transporte firmado com o Carregador, conforme indicado no Anexo II desta Resolução, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do referido contrato.

Parágrafo único. A ANP poderá, a seu critério, solicitar aos Transportadores a íntegra dos contratos de Transporte firmados.

Revenda de Capacidade:

Art. 23. No atendimento a Terceiros Interessados em Transporte Não Firme, não havendo Capacidade Disponível Operacional, o Transportador fará uso, prioritariamente, de Capacidade Contratada Ociosa de Carregadores cujos contratos possuam cláusulas de pagamento mínimo por reserva de capacidade e que estejam operando abaixo de tal reserva.

Parágrafo único. O Transportador repassará ao Carregador que se encontre na situação prevista no caput deste artigo, 90% (noventa por cento) da receita, descontados os tributos, decorrente da venda da diferença entre a citada reserva de capacidade e a movimentação efetiva do Carregador.

Art. 24. O Carregador poderá utilizar sua Capacidade Contratada para a movimentação, em seu próprio nome, de Produtos de terceiros, sendo mantidas suas obrigações e responsabilidades estabelecidas no contrato firmado com o Transportador.

Parágrafo único. É vedado ao Carregador Proprietário a utilização de sua Capacidade Contratada, alocada na Preferência do Proprietário, para a movimentação de Produtos de terceiros.

Contratos de Interconexão:

Art. 25. Quando ocorrer a interconexão de instalações, conforme disposto no artigo 6º, deverão ser respeitadas as especificações estabelecidas pela ANP para os Produtos transportados e os direitos dos Carregadores existentes, as normas de segurança existentes, inclusive o Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural - RTDT, aprovado pela Resolução ANP Nº 6, de 03 de fevereiro de 2011, ou norma superveniente, e as condições operacionais adotadas pelo Transportador já estabelecido.

Art. 26. No caso de haver Capacidade Operacional suficiente para o atendimento e caso o Transportador já estabelecido opte pela não realização dos investimentos necessários à Interconexão, este Transportador fica obrigado a aceitar investimentos realizados para implementar a citada Interconexão.

Parágrafo único. O valor e a forma dos investimentos, sua Remuneração, que pode ser através da utilização de serviços de transporte, e as alterações das condições operacionais da Instalação de Transporte já estabelecida deverão ser negociadas entre os Transportadores envolvidos na Interconexão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 27. Os contratos de Interconexão serão celebrados entre Transportadores Interconectados que operem diferentes Instalações de Transporte e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Localização da Interconexão, incluindo município e Unidade da Federação;

II - Instalações de Transporte envolvidas e seus respectivos operadores, devidamente autorizados pela ANP;

III - Produtos, suas especificações e características físico-químicas, cujo transporte envolverá a Interconexão;

IV - Capacidade Máxima e Capacidade Operacional das Instalações de Transporte envolvidas na Interconexão;

V - Matriz onde estejam definidas as responsabilidades referentes à operação das Instalações de Transporte;

VI - Condições Operacionais da Interconexão e das Instalações de Transporte envolvidas.

VII - Prazo máximo para que seja implantada a interligação.

Art. 28. Os contratos de Interconexão deverão ser encaminhados à ANP, para fins de registro, em até 15 (quinze) dias, contados a partir de sua data de celebração.

Art. 29. A duração dos contratos de Interconexão poderá ser indeterminada, uma vez que estes contratos não se confundem com aqueles que envolvem contratação de capacidade entre Transportadores Interconectados.

Remunerações:

Art. 30. As Remunerações praticadas pelo Transportador deverão:

I - refletir as modalidades de serviços de transporte, bem como seus prazos de duração;

II - considerar o Produto e os volumes a serem transportados;

III - considerar as distâncias existentes entre os Pontos de Recepção e de Entrega;

IV - considerar a qualidade relativa entre as modalidades de serviço oferecidas;

V - considerar a carga tributária vigente;

VI - não ser discriminatórias, não incorporar custos atribuíveis a outros Carregadores, nem incorporar subsídios;

VII - considerar os custos e de despesas para a prestação eficiente do serviço de transporte, incluído os custos de operação e manutenção e as despesas gerais e administrativas; e

VIII - considerar o investimento na prestação eficiente do serviço de transporte, assim como o justo e adequado retorno sobre o capital.

§ 1º. A ANP poderá solicitar ao Transportador a memória de cálculo das Remunerações propostas, ou mesmo já acordadas com Carregadores, com o objetivo de se proceder à verificação do atendimento dos critérios de Remuneração estabelecidos pelo presente artigo.

§ 2º. A ANP poderá fixar os valores das Remunerações propostas pelo Transportador, ou mesmo já acordadas entre Transportador e Carregador, caso receba reclamações, com as devidas justificativas, de Carregadores ou de Terceiros Interessados, ou considere tais valores incompatíveis com os de mercado.

Interconexão:

Art. 31. Tal como disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 4º da presente Resolução, poderá ser firmado contrato de serviço de transporte entre Transportadores Interconectados, estando a Capacidade Contratada objeto deste contrato limitada à Capacidade Operacional da Instalação de Transporte operada pela parte contratante.

§ 1º. as minutas de contratos de transporte envolvendo a reserva de capacidade entre Transportadores Interconectados deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da ANP, a qual deliberará sobre sua adequação no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua protocolização.

§ 2º. os contratos de transporte relativos às minutas referidas no § 1º do presente artigo, deverão ser protocolizados na ANP em até 15 (quinze) dias após sua assinatura.

§ 3º. o Transportador que contratar capacidade em dutos interconectados operados por outros Transportadores estará equiparado ao Carregador no que tange ao disposto na presente Resolução e no respectivo contrato de serviço de transporte.

§ 4º. A Capacidade Contratada mediante o contrato de transporte de que trata o caput deverá ser integralmente oferecida para terceiros interessados, não sendo aplicável, neste caso, qualquer alocação em Preferência do Proprietário.

§ 5º. Caberá a cada Transportador oferecer a Capacidade Ociosa na Instalação de Transporte sob sua operação.

Art. 32. A alocação de capacidade a um Transportador Interconectado deverá observar os mesmos critérios transparentes e não discriminatórios aplicados a outros Carregadores ou Terceiros interessados na utilização da Capacidade de Transporte.

Art. 33. Ambos os Transportadores envolvidos na Interconexão deverão observar o disposto nos Art. 3º a 7º, incluindo a publicidade das Capacidades Ociosas, Disponíveis e Contratadas, considerando:

I - suas instalações, individualmente, levando em conta a prestação de serviço de transporte apenas em sua própria infraestrutura;

II - suas instalações, interconectadas, levando em conta a prestação de serviço de transporte em mais de uma infraestrutura.

Art. 34. A Remuneração dos serviços deverá observar integralmente os critérios dispostos no Art. 30.

Disposições Gerais:

Art. 35. O Carregador e o Transportador serão responsáveis pela qualidade dos Produtos nos Pontos de Recepção e de Entrega, respectivamente.

§ 1º. O Transportador poderá fazer uso do princípio da fungibilidade, caso não estabelecido em contrário em contrato.

§ 2º. O Transportador deverá formular consulta à ANP antes de movimentar qualquer produto distinto daqueles elencados no Inciso I do Art. 2º desta Resolução.

Art. 36. O Transportador deverá tomar as providências cabíveis para a liberação das Instalações de Transporte sob sua operação no caso de não retirada de Produtos, por Carregadores no Ponto de Entrega, no prazo estabelecido em contrato.

Parágrafo único. O Transportador poderá dar qualquer destinação não vedada em lei a tais Produtos, devendo as receitas e custos decorrentes desta destinação serem negociados entre Transportador e Carregadores.

Art. 37. Na elaboração de seus demonstrativos contábeis, o Transportador deverá manter um centro de custo para cada Instalação de Transporte.

Disposições Transitórias:

Art. 38. Os extratos referentes aos contratos assinados anteriormente à data de publicação da presente Resolução que envolvam biocombustíveis serão remetidos pelo Transportador à ANP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da mesma data, os quais serão analisados pela Agência, considerando a Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, e a presente Resolução.

Art. 39. Os Transportadores terão o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação da presente Resolução, para apresentarem à ANP, disponibilizarem em suas páginas na Internet e publicarem no DOU, as propostas de Capacidade Máxima, Capacidade Operacional e Preferência do Proprietário, quando aplicável, para cada Instalação de Transporte de Biocombustíveis sob sua operação, informando também a Capacidade Contratada anteriormente à vigência desta Resolução.

Art. 40. Os interessados terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados do 45º (quadragésimo quinto) dia da data de publicação da presente Resolução, para se manifestarem à ANP quanto às informações prestadas pelos Transportadores, conforme previsto no artigo anterior.

Art. 41. A ANP terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do 60º (sexagésimo) dia da data de publicação da presente Resolução, para fixar a Preferência do Proprietário para cada Instalação de Transporte, quando aplicável.

Art. 42. Os Transportadores de Biocombustíveis terão o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do 105º (centésimo quinto) dia da data de publicação da presente Resolução, para disponibilizarem em suas respectivas páginas na Internet as informações previstas no art. 5º desta Resolução, no que couber.

Art. 43. Os Terceiros Interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do 120º (centésimo vigésimo) dia da data de publicação da presente Resolução, para apresentarem aos Transportadores suas solicitações de serviço de Transporte Firme.

Art. 44. Os Transportadores terão o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do 150º (centésimo qüinquagésimo) dia da data de publicação da presente Resolução, para publicarem no DOU as propostas de alocação de capacidade de transporte relativas às solicitações apresentadas pelos Terceiros Interessados, com as devidas justificativas, mantendo-as divulgadas em suas páginas na Internet por mais 15 (quinze) dias.

Art. 45. Qualquer Terceiro Interessado que se considerar prejudicado pela alocação proposta pelo Transportador terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do 165º (centésimo sexagésimo quinto) dia da data de publicação da presente Resolução, para solicitar a intervenção da ANP, com as devidas justificativas, enviando cópia da solicitação de intervenção da Agência ao Transportador.

Art. 46. A ANP terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do 180º (centésimo octogésimo) dia da data de publicação da presente Resolução, para deliberar sobre controvérsias originadas pelas solicitações de intervenção mencionadas no artigo anterior.

Art. 47. A ANP procederá a primeira revisão da Preferência do Proprietário das Instalações de Transporte de Biocombustível, quando cabível, após 03 (três) anos, contados da data de publicação da presente Resolução, conforme procedimentos estabelecidos em seus arts. 10 e 11.

Parágrafo único. Para Instalações de Transporte de petróleo e seus derivados ficam inalteradas as datas para a próxima revisão da Preferência do Proprietário já vigente ou avaliada quando da publicação da presente Resolução.

Disposições Finais:

Art. 48. A ANP deliberará sobre quaisquer controvérsias surgidas em relação ao disposto na presente Resolução, e trazidas à consideração da Agência por Proprietários, Transportadores, Carregadores ou Terceiros Interessados, garantindo o direito de defesa das partes.

Art. 49. As infrações ao disposto nesta Resolução serão puníveis de acordo com as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 50. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Ficam revogadas as disposições em contrário, bem como a Portaria ANP nº 115, de 05 de julho de 2000, publicada no DOU de 06 de julho de 2000.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO I

Condições gerais do serviço de transporte

Sistemática de programação, formação de bateladas e interfaces, e bateladas mínimas
Limites de especificações, segregações e variações na qualidade dos Produtos nos Pontos de Recepção e de Entrega
Obrigações dos Transportadores e dos Carregadores
Condições para disposição dos Produtos não retirados, total ou parcialmente, pelo Carregador no Ponto de Entrega
Medição, correção de volume e ajuste na entrega dos Produtos
Condições para solicitações e reclamações
Condições para o uso de instalações de armazenamento de Produtos e outros serviços complementares
Condições para alteração de Pontos de Recepção e de Entrega
Taxas, encargos e impostos incidentes
Seguros e garantias financeiras

ANEXO II

Informações que constarão do extrato de contrato de transporte

Identificação das partes
Tipo de serviço contratado - Transporte Firme/Não Firme
Descrição dos serviços
Produtos, volumes, bateladas, ciclos
Remuneração do serviço
Prazos de Vigência
Solução de controvérsias
Remunerações, obrigações de pagamento mínimo e multas
Condições de faturamento e pagamento
Remuneração do serviço

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos incisos I e XVIII, do art. 8º, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e com base na Resolução de Diretoria n° 1043, de 31 de outubro de 2012,

Considerando que compete à ANP implementar a política nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos, nos termos estabelecidos pelo artigo 8º, I, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto 1997;

Considerando que compete à ANP especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis, nos termos estabelecidos pelo artigo 8º, XVIII, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

Considerando a conveniência e oportunidade de estabelecer uniformidade de mercadização, padrões de qualidade e classificação para emulsões asfálticas, resolve:

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regulamentar as especificações das emulsões asfálticas para pavimentação e as emulsões asfálticas catiônicas modificadas por polímeros elastoméricos, consoante as disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 6/2012, parte integrante desta Resolução, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelo Distribuidor que comercializa o produto em todo o território nacional.

Seção I

Das Definições:

Art. 2º Para fins desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Certificado da Qualidade: documento da qualidade requerido do Distribuidor, o qual deve conter todas as informações e os resultados da análise das características das emulsões asfálticas, constantes no Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução, para fins de comercialização;

II - Consumidor final: pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza as emulsões asfálticas como destinatário final;

III - Distribuidor: empresa autorizada pela ANP a adquirir, armazenar, transportar, aditivar, industrializar, misturar, comercializar e exercer o controle da qualidade de asfalto e de emulsões asfálticas a serem utilizadas em serviços de pavimentação, bem como a prestar assistência técnica ao Consumidor Final;

IV - Emulsão asfáltica para pavimentação: produto constituído pela dispersão coloidal de uma fase asfáltica (cimento asfáltico) em uma fase aquosa por meio de um agente emulsificante, utilizada em serviços de pavimentação;

V - Emulsão asfáltica catiônica modificada por polímeros elastoméricos: emulsão asfáltica para pavimentação com agente emulsificante de caráter ácido, e adicionada de polímeros elastoméricos.

Seção II

Das Obrigações:

Art. 3º A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) referentes às operações de comercialização e de transferência das emulsões asfálticas realizadas pelo Distribuidor deverão ser acompanhados de uma cópia legível do Certificado da Qualidade atestando que o produto comercializado atende às especificações estabelecidas no Regulamento Técnico ANP nº 6/2012.

Parágrafo único: O Certificado da Qualidade deverá ter numeração sequencial anual e ser firmado pelo químico responsável pelas análises laboratoriais realizadas, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, inclusive no caso de cópia emitida eletronicamente.

Art. 4° É de responsabilidade do Distribuidor verificar a limpeza do caminhão tanque que receberá as emulsões asfálticas.

Art. 5° O Distribuidor deverá assegurar que as emulsões asfálticas não sejam submetidas a qualquer processo de aquecimento forçado durante o transporte e a descarga.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º O Distribuidor é responsável pela preservação das características das emulsões asfálticas, constantes no Certificado da Qualidade a cada carregamento, garantindo a qualidade certificada até o recebimento pelo Consumidor final.

Parágrafo único: O Certificado da Qualidade deverá ser entregue ao Consumidor final pelo Distribuidor.

Art. 7º O prazo de validade das emulsões asfálticas deverá ser estabelecido pelo Distribuidor e informado ao Consumidor Final no ato da comercialização.

Seção III

Das Disposições Finais:

Art. 8º O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei n° 9.847, de 26 de outubro de 1999, alterada pela Lei n° 11.097, de 13 de janeiro de 2005 e, no Decreto n° 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas a Resolução CNP nº 1, de 20 de fevereiro de 1973 e a Resolução ANP nº 32, de 14 de outubro de 2009.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO ANP N.º 6/2012

1. Objetivo

Este Regulamento Técnico aplica-se às emulsões asfálticas para pavimentação, comercializadas em todo o território nacional, e estabelece suas especificações.

2. Conceito básico

As emulsões asfálticas são classificadas com os seguintes códigos:

I - RR, RM, RC e RL: ruptura rápida, ruptura média, ruptura controlada e ruptura lenta, respectivamente;

II - EAI: emulsão asfáltica para serviço de imprimação;

III- LA e LAN: emulsões asfálticas de ruptura lenta catiônica e de carga neutra, respectivamente, para serviço de lama asfáltica;

IV- LARC: emulsão asfáltica catiônica de ruptura controlada para serviço de lama asfáltica.

Nas Tabelas de Especificações, as indicações numéricas 1 e 2, fazem referências aos diferentes teores de resíduo seco da emulsão, bem como as letras C e E, indicam que são de origem catiônica e modificadas por polímeros elastoméricos, respectivamente.

3. Normas aplicáveis

A determinação das características das emulsões asfálticas será realizada mediante o emprego de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou da American Society for Testing and Materials - ASTM ou International Slurry Surfacing Association - ISSA.

Os dados de incerteza, repetitividade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos relacionados neste Regulamento, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados neste Regulamento.

A análise do produto deverá ser realizada em uma amostra representativa do mesmo, obtida de acordo com a norma ABNT NBR 14883 - Petróleo e produtos de petróleo- Amostragem manual ou ASTM D4057 Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

As características constantes das Tabelas 1 e 2 devem ser determinadas de acordo com a publicação mais recente dos seguintes métodos de ensaio:

3.1 - Métodos da ABNT

A) Para a emulsão

MÉTODO	TÍTULO
NBR 6299	Emulsões asfálticas - Determinação do pH
NBR 6297	Emulsão asfáltica de ruptura lenta - Determinação da ruptura - Método da mistura com cimento
NBR 6300	Emulsões asfálticas - Determinação da resistência à água (adesividade)
NBR 6302	Emulsões asfálticas - Determinação da ruptura - Método de mistura com filler silício
NBR 6567	Emulsões asfálticas - Determinação da carga de partícula
NBR 6568	Emulsões asfálticas - Determinação do resíduo de destilação
NBR 6569	Emulsões asfálticas catiônicas - Determinação da desemulsibilidade
NBR 6570	Emulsões asfálticas - Determinação da sedimentação
NBR 14249	Emulsão asfáltica catiônica - Determinação expedida da resistência à água (adesividade) sobre agregados graúdos
NBR 14376	Emulsões asfálticas - Determinação do resíduo asfáltico por evaporação - método expedito
NBR14393	Emulsões asfálticas - Determinação da peneiração
NBR14491	Emulsões asfálticas - Determinação da viscosidade Saybolt Furol
NBR 14757	Microrrevestimentos e lamas asfálticas - Determinação da adesividade de misturas
NBR 14896	Emulsões asfálticas modificadas com polímero - Determinação do resíduo seco por evaporação

B) Para o resíduo da emulsão obtido pela NBR 14896

MÉTODO	TÍTULO
NBR 6293	Materiais betuminosos - Determinação da ductilidade
NBR 6560	Materiais betuminosos - Determinação do ponto de amolecimento - Método do anel e bola
NBR 6576	Materiais betuminosos - Determinação da penetração
NBR 14855	Materiais betuminosos - Determinação da solubilidade em tricloroetileno
NBR 15086	Materiais betuminosos - Determinação da recuperação elástica pelo dutilômetro
NBR 15184	Materiais betuminosos - Determinação da viscosidade em temperaturas elevadas usando um viscosímetro rotacional

3.2 - Métodos da ASTM

A) Para a emulsão

MÉTODO	TÍTULO
D 244	*Practices for Emulsified Asphalts*
D 6930	*Settlement and Storage Stability of Emulsified Asphalts*
D 6933	*Oversized Particles in Emulsified Asphalts (Sieve Test)*
D 6934	*Residue by Evaporation of Emulsified Asphalt*
D 6936	*Determining Demulsibility of Emulsified Asphalt*

B) Para o resíduo da emulsão obtido pela NBR 14896

MÉTODO	TÍTULO
D 5	*Penetration of Bituminous Materials*
D 36	*Softening Point of Bitumen (Ring and Ball Apparatus)*
D 113	*Bituminous materials - Determination of ductility*
D 2042	*Determination of solubility in trichloroethylene*
D 4402	*Viscosity Determination of Asphalt at Elevated Temperatures Using a Rotational Viscometer*
D 6084	*Elastic Recovery of Bituminous Material by Ductilometer*

3.3 - Métodos da ISSA

MÉTODO	TÍTULO
TB 114	*Wet Stripping Test for Cured Slurry Seal Mix*

Tabela 1 - Especificações das Emulsões Asfálticas para Pavimentação

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE									MÉTODO (1)	
		Ruptura Rápida		Ruptura Média		Ruptura Lenta				Ruptura Controlada	ABNT NBR	ASTM
		RR-1C	RR-2C	RM-1C	RM-2C	RL-1C	LA-1C	LAN	EAI	LARC		
Ensaio para a emulsão												
Viscosidade Saybolt Furol a 25 ºC, máx.	s	90	-	-	-	90	90	90	90	90	14491	D244
Viscosidade Saybolt Furol a 50 ºC	s	-	100 a 400	20 a 200	100 a 400	-	-	-	-	-	14491	D244
Sedimentação, máx.	% m/m	5	5	5	5	5	5	5	10	5	6570	D6930
Peneiração (0,84 mm), máx.	% m/m	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	14393	D6933
Resistência à água (cobertura), mín. (2)	%	80	80	80	80	80	-	-	-	-	14249	D244

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Adesividade em agregado miúdo, mín.	%	-	-	-	-	-	75	-	-	75	14757(3)	-
Carga da partícula	-	positiva	positiva	positiva	positiva	positiva	positiva	neutra	-	positiva	6567	D244
pH, máx.	-	-	-	-	-	6,5	-	6,5	8	6,5	6299	-
Destilação												
Solvente destilado	% v/v	-	-	0 a 12	0 a 12	-	-	-	0 a 15	-	6568	D244
Resíduo seco, mín.	% m/m	62	67	62	65	60	60	60	45	60	14376	D6934
Desemulsibilidade												
Mín.	% m/m	50	50	-	-	-	-	-	-	-	6569	D6936
Máx.		-	-	50	50	-	-	-	-	-		
Mistura com filer silício	%	-	-	-	-	máx. 2,0	1,2 a 2,0	-	-	mín. 2,0	6302	D244
Mistura com cimento	%	-	-	-	-	máx. 2,0	máx. 2,0	-	-	mín. 2,0	6297	D244
Ensaio para o resíduo da emulsão obtido pela NBR 14896												
Penetração a 25 ºC (100g e 5s)	mm	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	4,0 a 15,0	-	4,0 a 15,0	6576	D5
Teor de betume, mín.	%	97	97	97	97	97	97	97	97	97	14855	D2042
Ductilidade a 25 ºC, mín.	cm	40	40	40	40	40	40	40	40	40	6293	D113

(1) A equivalência das normas NBR, ASTM e ISSA é parcial, sendo que, preferencialmente, os ensaios devem ser realizados pelas normas NBR.
(2) Se não houver envio de amostra ou informação da natureza do agregado pelo consumidor final, o distribuidor deverá indicar a natureza do agregado usado no ensaio no Certificado da Qualidade.
(3) Para o ensaio da adesividade em agregado miúdo, a norma equivalente a NBR 14757 é a ISSA TB-114.

Tabela 2 - Especificações das Emulsões Asfálticas Catiônicas Modificadas por Polímeros Elastoméricos.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE					MÉTODO (1)	
		Ruptura Rápida		Ruptura Média	Ruptura Controlada	Ruptura Lenta	ABNT NBR	ASTM
		RR1C-E	RR2C-E	RM1C-E	RC1C-E	RL1C-E		
Ensaios para a emulsão								
Viscosidade Saybolt-Furol, a 50ºC	s	70 máx.	100-400	20-200	70 máx.	70 máx.	14491	D244
Sedimentação, máx.	% massa	5					6570	D6930
Peneiração 0,84 mm, máx.	% massa	0,1					14393	D6933
Resistência á água, mín. de cobertura (2)							6300	D244
Agregado seco	%	80						
Agregado úmido		80	80	60	60	60		
Carga de partícula	-	positiva					6567	D244
pH, máx.	-	-	-	-	6,5	6,5	6299	D244
Destilação - solvente destilado a 360ºC	% volume	0-3	0-3	0-12	0	0	6568	D244
Resíduo seco, mín.	% massa	62	67	62	62	60	14376	D6934
Desemulsibilidade mín.	% massa	50	50	-	-	-	6569	D6936
máx.		-	-	50	-	-		
Ensaios para o resíduo da emulsão obtido pela ABNT NBR 14896								
Penetração a 25ºC, 100g, 5s	0,1 mm	45-150					6576	D5
Ponto de amolecimento, mín.	ºC	50	55				6560	D36
Viscosidade Brookfield a 135ºC, SP21, 20RPM, mín.	cP	550	600				15184	D4402
Recuperação elástica a 25ºC, 20 cm, mín.	%	65	70				15086	D6084

(1) A equivalência das normas NBR e ASTM é parcial, sendo que, preferencialmente, os ensaios devem ser realizados pelas normas NBR.
(2) Se não houver envio de amostra ou informação da natureza do agregado pelo consumidor final, o distribuidor deverá indicar a natureza do agregado usado no ensaio no Certificado da Qualidade.

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 525, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP n.º 48610.012915/2010-96 e considerando as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A - TAG, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Ponto de Entrega Duque de Caxias interligado próximo ao km 38 do Gasoduto Japeri-Reduc, localizado na Avenida Djalma Dutra, s/nº - Pilar, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, com vazão máxima de 1.500.000 m3/dia.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Transportadora Associada de Gás S.A - TAG deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental da instalação relacionada na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 524, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O Superintendente Adjunto de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições, com base na Resolução nº 11 de 17/02/2011, nos demais regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.013145/2012-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam autorizadas as empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA), com sedes respectivamente na Rua Raulino Gonçalves, nº 200, loja 1 e 2, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-405 e na Av. Henrique Dodsworth, nº 133/1404, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.061-030, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob os números 03.770.522/0001-60 e 03.707.881-0001/73, a partir da data de publicação desta autorização, a realizar o Levantamento Geoquímico de fundo oceânico (tipo piston core), compreendido no polígono limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

PONTOS	LATITUDE	LONGITUDE
1	+02:37:26,000	-48:52:30,000
2	+02:22:26,000	-48:52:30,000
3	+02:22:26,000	-48:37:30,000
4	+02:07:26,000	-48:37:30,000
5	+02:07:26,000	-48:22:30,000
6	+01:52:26,000	-48:22:30,000
7	+01:52:26,000	-48:07:30,000
8	+01:22:26,000	-48:07:30,000
9	+01:22:26,000	-47:44:60,000
10	+01:07:26,000	-47:44:60,000
11	+01:07:27,000	-46:52:31,000
12	+00:52:29,000	-46:52:31,000
13	+00:52:26,000	-46:22:30,000
14	+00:59:56,000	-46:22:30,000
15	+00:59:56,000	-46:07:30,000
16	+01:29:58,000	-46:07:42,000
17	+01:30:00,000	-46:14:60,000
18	+01:44:56,000	-46:14:60,000
19	+01:44:56,000	-46:30:00,000
20	+02:00:00,000	-46:30:00,000
21	+02:00:00,000	-46:45:00,000
22	+02:15:00,000	-46:45:00,000
23	+02:14:56,000	-46:59:60,000
24	+02:37:34,000	-47:00:30,000
25	+02:37:26,000	-48:52:30,000

Datum: SAD69

Art. 2º As empresas mencionadas no Art 1º ficam obrigadas a entregar mensalmente à ANP-SDT, um relatório em língua portuguesa, elaborado de acordo com os elementos mínimos constantes do quadro abaixo, independentemente de outras obrigações contratuais assumidas com outras superintendências da ANP.

RELATÓRIO MENSAL DE PROGRESSO
Mês e Ano: _____
Tipo de trabalho:_____
Autorização ANP nº _____
1 - Produção no mês:
Número de amostras coletadas:_____
Número de amostras analisadas:_____
Tipos de analise:_____
2 - Principais ocorrências verificadas, especialmente as que interferiram ou causaram interrupções dos trabalhos:
3 - Local e data:
4 - Nome da Empresa/Nome e cargo do Representante que assina o relatório.

Art. 3º Os documentos a serem entregues à ANP pelas empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA) deverão observar os formatos indicados no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2012-ANP.

Art. 4º Esta Autorização limita-se, exclusivamente, à realização de levantamento Geoquímico na área determinada no Art. 1º acima e nos termos do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2012-ANP.

Art. 5º Antes do início das atividades, as empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA) deverão entregar à ANP cópias de todas as autorizações e licenças exigidas por órgãos federais, estaduais e municipais necessárias a regular execução dos trabalhos.

Art. 6º A presente autorização é válida pelo período de 30 meses a contar da publicação dessa Autorização no Diário Oficial da União, podendo vir a ser prorrogada mediante a anuência da justificativa encaminhada à ANP, com antecedência mínima de 30 dias do seu vencimento.

Art. 7º Em até 10 dias após o término desta Autorização, as empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA) deverão entregar à ANP a Notificação de Término do levantamento.

Art. 8º Esta Autorização está regulamentada pela Resolução ANP nº 11/2011, ficando as empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA) obrigadas a cumprir todos os itens nela constantes, adicionalmente aos estabelecidos no presente instrumento.

Art. 9º As empresas CP+ (CPMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA) e GSI Brasil (GEOCHEMICAL SOLUTIONS INTERNATIONAL BRASIL LTDA) ficam obrigadas a entregar à ANP-SDT todos os dados originais coletados, em meio digital, assim como um exemplar, impresso e digital, do produto final gerado pelo referido levantamento geoquímico.

Art. 10 A presente autorização entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2012

Nº 1.350 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 46, de 09 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011, aprova a RETIFICAÇÃO no Despacho nº 1165, de 11/10/2012, publicado no DOU nº 199, de 15/10/2012, Seção 1, pág. 60, substituindo-se, no texto a expressão: "Enxofre Total - ABNT NBR 14359" por "Enxofre Total - ABNT NBR 15867", e incluindo-se os ensaios Contaminação Total - ABNT NBR 15995, Sódio, Potássio, Cálcio, Magnésio e Fósforo - ABNT NBR 15553 e Corrosividade ao Cobre - ABNT NBR 14359.
Processo ANP: 48600.001798/2009-11

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, às 10 horas, no escritório-sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2012 no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar a Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado CLEBER MARQUES REIS, OAB/RJ 75.413. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Diretor-Presidente da Eletronorte, JOSIAS MATOS DE ARAUJO, representado pela Advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, OAB/DF 19.148, que agradeceu a presença dos acionistas. Compareceu, também, à Assembleia, o Presidente do Conselho Fiscal, JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA. Em seguida, verificando o "Livro de Presença", a Sra. Presidente constatou que estavam representados mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da Assembleia. Abrindo a sessão, para secretariar a reunião convidou a mim, AMAURI PIAZZA DE SOUZA, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRÁS) CNPJ 00357038/0001-16 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 31 de outubro de 2012, às 10 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Eletronorte. Brasília, 17 de outubro de 2012. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES. Presidente do Conselho de Administração". Terminada a leitura, a Sra. Presidente colocou em discussão e votação o assunto da Ordem do Dia, relativo à proposta aos Senhores Acionistas, que trata da Aquisição pela Eletrobrás da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Eletronorte, formalizada pela RD-0580/2012, de 10.10.2012, emitida pela Diretoria Executiva da Eletronorte, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração, por meio da DEL-0047/2012, de 17.10.2012, descrita como segue: "ASSUNTO: Venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Eletronorte. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0580/2012, de 10.10.2012, e a exposição feita pelo relator, DELIBEROU: 1. Aprovar o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, elaborado pela Consultoria Deloitte Tohmatsu Consultores Ltda., e o Laudo de Avaliação Contábil elaborado pela empresa Chronus Auditores Independentes S/S, com data base de 31.08.2012. 2. Aprovar a venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Eletronorte, nos termos da minuta do Contrato de Transferência de Ações Nominativas da Boa Vista Energia S.A., a ser firmado entre a Eletronorte e a Eletrobras, observando-se a seguinte condição: preço fixo: o valor da transferência das ações é de R$ 1,00 (um real), conforme o Laudo da Consultoria Deloitte Tohmatsu Consultores Ltda. e o Laudo Contábil emitido pela empresa Chronus Auditores Independentes S/S, com data base de 31.08.2012. "PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado os termos da Resolução de Diretoria Nº 0580/2012, de 10.10.2012, e do Conselho de Administração, por meio da Deliberação Nº 0047/2012, de 17.10.2012, manifesta-se no sentido de que seja submetida à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, a venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Eletronorte, nos termos da minuta do Contrato de Transferência de Ações Nominativas da Boa Vista Energia S.A., a ser firmado entre a Eletronorte e a Eletrobras, observando-se o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, elaborado pela Consultoria Deloitte Tohmatsu Consultores Ltda., e o Laudo de Avaliação Contábil, elaborado pela empresa Chronus Auditores Independentes S/S, com data base de 31.08.2012. Brasília - DF, 22 de outubro de 2012. (Ass.) ARLINDO SOARES CASTANHEIRA, JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA e RODRIGO SAMPAIO MARQUES." Pedindo a palavra, o advogado CLEBER MARQUES REIS, representante da Eletrobras, propôs pela aprovação do assunto em questão, em conformidade com o que lhe foi determinado pelo item 1 da Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-964/2012, de 25.10.2012, descrito como segue: "1. aprovar a compra da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.a., de titularidade da Eletronorte condicionando a aprovação, pela Aneel, do prazo de prorrogação referente à resolução de nº 3.461 de 17 de abril de 2012;". Retomando a palavra, a Sra. Presidente colocou o assunto em votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Registre-se que não houve manifestação dos acionistas minoritários para o exercício do direito de preferência. Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pela Sra. Presidente, por mim, Secretário, e pelos demais acionistas presentes, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. (Ass.) JOSIAS MATOS DE ARAUJO - p.p. TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. CLEBER MARQUES REIS e AMAURI PIAZZA DE SOUZA - Secretário da Assembleia.

Declaramos, na qualidade de Presidente, representante da Eletrobras, e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 127 a 128 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20120878585, em 08.11.2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 132/2012 - DF

DNPM nºs 834.700/1993 e 833.577/2007
Interessado: Thiago de Castro Sousa
Vale S/A.
Assunto: Procedimento de disponibilidade de área.

Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe Substituto quanto ao PARECER Nº 600/2011/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão,

REFORMO PARCIALMENTE a decisão proferida pelo então Chefe do 3º DS/DNPM/MG, às fls. 334, do processo DNPM nº 834.700/1993, para:

RECONSIDERAR o indeferimento liminar da proposta apresentada pela empresa Vale S/A. (à época, Companhia Vale do Rio Doce - CVRD) pela não apresentação do formulário eletrônico; (1804)

AFASTAR o indeferimento limiar da proposta apresentada por Thiago de Castro Sousa pela não apresentação da ficha-resumo, MANTENDO, contudo, o seu indeferimento por objetivar área diversa daquela colocada em disponibilidade e, por fim,

Considerando que fora assegurado ao Thiago de Castro Sousa, nos autos do processo DNPM nº 833.577/2007, o contraditório, ampla defesa e devido processo legal, quando da intimação formulada por intermédio do Ofício nº 287/DIRE-2011, constante de fls. 139, e, considerando, também, o não acolhimento da defesa por ele apresentada às fls. 208/2018, ANULO o Alvará de Pesquisa nº 7.513, de 18 de julho de 2008, publicado no D.O.U. de 29 de julho de 2008. (296)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Amplus Mineração Ltda - 858044/11 - Not.44/2012 - R$ 2.574,61, 858041/11 - Not.45/2012 - R$ 2.574,61
Braz Ferros Mineração Ltda Epp - 858011/04 - Not.39/2012 - R$ 5.577,45
Florestal Porto Grande Ind de Madeiras lt - 858176/08 - Not.41/2012 - R$ 5.380,96
r. Regio da Silva - 858112/08 - Not.43/2012 - R$ 5.380,96

RELAÇÃO Nº 61/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
c r Almeida s a Engenharia de Obras - 858066/05 - A.I. 74/12

RELAÇÃO Nº 62/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Florestal Porto Grande Ind de Madeiras lt - 858176/08 - Not.40/2012 - R$ 9.238,25
r. Regio da Silva - 858112/08 - Not.42/2012 - R$ 1.633,72

ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 464/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Lastra Mineração Ltda - 871529/11, 871530/11, 871531/11, 871532/11, 871533/11, 871534/11, 871535/11, 871536/11, 871537/11, 871538/11, 871539/11, 871540/11, 871541/11, 871542/11, 871543/11, 871544/11, 871545/11, 871546/11, 871547/11, 871548/11, 871549/11, 871550/11, 871551/11, 871552/11, 871553/11, 871554/11

RELAÇÃO Nº 467/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Aldenice Campos Andrade & Cia Ltda me - 872151/08
Avn Granitos da Bahia Ltda - 873889/07
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 874174/07, 874178/07, 874179/07, 874186/07, 874175/07
Celidalva Oliveira Jatoba - 874090/07
Construtora Cobra Galindez Ltda - 873968/07
Eun Joo Kim - 874647/08
Florisvaldo Tibúrcio Dos Santos - 874089/07
Hércules de Almeida Hemerly - 873612/07
José Brito de Jesus - 870459/08, 870460/08
Manoel Alves da Rocha - 874673/08
Mineração Motta Ltda-me - 873881/07
Sebastião Francisco de Jesus Silva - 874079/07
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 874809/07, 874862/07, 874982/07, 874981/07, 874830/07, 874872/07, 874831/07, 875047/07, 874843/07, 874853/07, 874846/07, 874855/07, 874851/07, 875174/07

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 400/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Adão Heleno Rodrigues - 861250/07, 861251/07, 861266/07, 860753/08, 861420/08, 861421/08
Adher Empreendimentos LTDA. - 861139/08, 862014/07, 862046/07, 862047/07, 862048/07, 862049/07, 862050/07, 862311/07
Alexandro Marques de Almeida - 860080/08, 860081/08, 860082/08, 860083/08, 860084/08, 860085/08, 860087/08, 861960/07, 861961/07
Cew Participações LTDA. me - 861325/07
Edith Sebastiana Sucher Vendramini - 860377/08
Ibrahim Rassi - 860200/09
Itamix Mineração Industrial Ltda - 861274/08, 861276/08, 860917/08
Pedro Roberto Rocha - 862135/08, 862136/08, 862137/08
Simon Pires de Abreu - 860898/07

RELAÇÃO Nº 401/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
ad Bras Mineradora Ltda - 860952/09, 860953/09
Adão Heleno Rodrigues - 860274/09, 860276/09, 860277/09, 860278/09, 860279/09, 860280/09
Admir Braz Souza Ferreira - 861442/09
Agenor Costa e Silva - 860052/10
Aguinaldo Nunes Lopes - 860091/10
Antonio Beraldo Alves - 860428/10
Arquilene Regina Mota de Sousa - 860154/10
Bruno Luiz Dos Santos Cobuccio - 861536/09
Delio Nunes de Jesus - 860628/09
Diego Alves Barbosa - 860322/10
Doilman Oliveira Barroso Junior - 860009/10, 860048/10
Itamix Mineração Industrial Ltda - 860173/10
João Paulo Costa Ponciano - 860388/09
João Ramos Botelho - 861706/09
Letilia de Miranda Pereira - 860593/10
Marcio Roberto Novato Pessoa - 860058/10
Minetto Minerais do Brasil Ltda - 860534/10
Nunes e Rosa Ltda - 860394/10
Quantum Mineração Ltda - 861465/09
Roberto Zanotto - 860082/10
Simon Pires de Abreu - 860257/10
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias s a - 860150/10
Veneranda Silva Barros - 860471/10
Walter Martins Júnior - 861625/09

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 402/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Adher Empreendimentos LTDA. - 861804/10, 861805/10
Adolfo Guilherme Dieter - 861247/10
Amando Teixeira da Cunha - 860699/10, 860960/10, 860961/10, 860962/10, 860963/10
Bruno Luiz Dos Santos Cobuccio - 861699/10, 861700/10
Caetano José de Almeida - 861405/10
Carlos Augusto Machado - 861396/10
Fortuna Mineração Ltda - 861372/10, 861250/10
Francisco de Paula da Silva - 861318/10
Geneal Mineração Ltda - 861584/10, 861585/10, 861600/10
Itamix Mineração Industrial Ltda - 861708/10
Mauro Nunes - 861621/10
Neila da Silva Oliveira - 861446/10
Otavio Hahn Murussi - 861533/10
Recursos Naturais Internacionais e Mineração e Participações Societárias LTDA. - 861704/10
Robson Antônio Guimarães - 861774/10, 861803/10, 861639/10, 861640/10
Sergio Silva Lima - 861807/10
Tijoleira Cedro Ltda - 861776/10, 861798/10
Titanio Goiás Mineração IND. e COM. Ltda - 861537/10, 861538/10
Wirley Alves de Mendonça - 861552/10

RELAÇÃO Nº 403/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Adher Empreendimentos LTDA. - 860034/11, 860035/11, 860036/11, 860037/11
Arquilene Regina Mota de Sousa - 860046/11
bs Areia e Cascalho Ltda - 860206/11, 860437/11
Cecin Sarkis Simão - 860263/11
Cooperativa Dos Garimpeiros Artesãos e Mineradores de Cristalina - 860229/11
Edgar Guimarães de Lima - 860011/11
Emmanoel Tenório Britto - 860486/11
Felipe Monaco Balakirev Resende - 860493/11, 860494/11, 860495/11, 860496/11
Geraldo Rosa Dos Santos - 860561/11
Letilia de Miranda Pereira - 860292/11, 860388/11
Marcio de Jesus Silva - 860149/11, 860130/11
Miguel Aparecido da Silva - 860028/11
Recursos Naturais Internacionais e Mineração e Participações Societárias LTDA. - 861811/10, 861812/10, 861813/10
Sergio Loureiro Valente - 860134/11, 860135/11
Tania Ribeiro de Oliveira - 860554/11
Thomaz Zuzarte Adorno Neto - 860421/11
Titanio Goiás Mineração IND. e COM. Ltda - 861844/10
Tony Hudson Bezerra Alves - 860145/11
Vailton Peixoto de Carvalho - 860051/11
Zim Participações e Investimentos Ltda - 860423/11, 860387/11

RELAÇÃO Nº 404/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
10 m Group Participações S.A. - 860643/11, 860644/11, 860645/11, 860646/11, 860647/11, 860648/11, 860649/11, 860650/11, 860652/11, 860653/11, 860654/11, 860655/11, 860656/11, 860657/11, 860658/11
Adher Empreendimentos LTDA. - 860665/11, 860667/11, 860668/11, 860669/11
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 860578/11, 860579/11, 860580/11, 860581/11
Paulo Sérgio de Souza Pinheiro - 860618/11, 860619/11
Wallasse Guedes Correia - 860640/11, 860641/11, 860642/11, 860651/11, 860659/11, 860660/11, 860661/11, 860662/11, 860663/11, 860664/11

RELAÇÃO Nº 405/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
ad Bras Mineradora Ltda - 862347/11, 862929/11
Adher Empreendimentos LTDA. - 860670/11, 860671/11, 860672/11, 860673/11, 860674/11, 860675/11
Alderico Gonçalves Ferreira - 862293/11, 862294/11
Edvair Alves de Oliveira - 862924/11
Emmanoel Tenório Britto - 862176/11
Geraldo Portugues de Assunção - 860126/12
Mauro Nunes - 860744/11
Mineração Rio Dezoito LTDA. - 862343/11
Planalto Goiás Minerais TRANSPORTES. - 860729/11
Sergio Serio - 862680/11
Sinval Nunes da Silva - 860716/11, 860717/11, 860718/11
Tijoleira Cedro Ltda - 860730/11, 860731/11, 862361/11
Wallasse Guedes Correia - 860676/11, 860677/11, 860678/11, 860679/11, 860680/11, 860681/11, 860682/11, 860683/11, 860684/11, 860685/11
Xixto Mineração Indústria e Comércio LTDA. - 862101/11

RELAÇÃO Nº 410/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Abiara Consultoria, Pesquisas, Mineração e Comercio Ltda - 860616/11
Anfari Agropecuária s a - 860723/11
Angela Maria Fernandes de Faria - 860490/11, 860491/11, 860492/11
Aparecido Francisco Pacheco - 860252/11
Eduardo Júnior de Souza - 860793/10
Ibrahim Rassi - 860611/11
Maria Das Graças Miotto - 860408/11
Mineração Goiás Velho Ltda - 860623/11, 860622/11, 860600/11, 860621/11, 860624/11
Ricardo Luiz de Morais Lobo - 860696/11
Scott Morrow Lindbergh - 861707/09
Sri Mineração Ltda me - 860455/08
Virlei Candido de Jesus - 860446/08

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 144/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Adailton Antonio da Silva - 866346/11
Adher Empreendimentos LTDA. - 866619/09, 866620/09, 866621/09, 866622/09, 866623/09, 866624/09, 866662/09, 866663/09, 866857/09, 866086/10, 866169/11, 866170/11, 866171/11, 866172/11, 866173/11, 866174/11, 866175/11, 866176/11, 866178/11, 866179/11, 866180/11, 866181/11, 866182/11, 866183/11, 866184/11, 866185/11, 866186/11, 866187/11, 866188/11, 866189/11, 866190/11, 866191/11, 866192/11, 866193/11, 866194/11, 866195/11, 866196/11, 866197/11, 866198/11, 866199/11, 866200/11, 866201/11, 866202/11, 866203/11, 866204/11, 866205/11, 866206/11, 866207/11, 866208/11, 866209/11, 866210/11, 866211/11, 866212/11, 866213/11, 866214/11, 866215/11, 866216/11, 866218/11
Agropecuária Dona Yvone Ltda - 866395/11
Antonio Lazaro Moreira - 867449/10
Arilto Afonso Marcondes da Silva - 867168/10
Belo Monte Mineracao - 867235/10, 867236/10, 867237/10, 867238/10, 867239/10, 867240/10, 867241/10, 867242/10, 867243/10, 867244/10, 867245/10, 867246/10, 867247/10, 867248/10, 867249/10, 867250/10, 867251/10, 867252/10, 867253/10, 867254/10, 867255/10, 867259/10, 867261/10, 867262/10, 867263/10, 867264/10, 867265/10, 867266/10, 867267/10, 867268/10, 867269/10, 867270/10, 867272/10, 867274/10
Cerâmica Serra Azul Ltda - 866258/11
Cilas Bernardes Rosa - 866022/11
Cooperativa de PROD. Comunitária de Artefatos de Pedra p Obras e CONST. Civis - 866137/11
Ecoplan Mineração Ltda - 867044/11
Geraldo Braz & Cia Ltda - 867287/10
Janderson Barbosa Chaves - 866845/09
João Broggi Júnior - 867463/10
Joaquim Inácio Ferreira - 866225/11
Jose Mura Junior - 866067/11, 866068/11
Leonice Bobi Contreiras me - 866903/11
Manoel Carlos Novaes - 866967/09
Manoel Rosa da Silva - 866977/08
Martinei de Freitas Franco - 867065/11, 867066/11, 867067/11, 867068/11
Mineração de Calcário do Vale Ltda - 866139/11
Mineradora Bravo Cavalo LTDA. - 866194/08, 866195/08, 866196/08, 867451/10, 867452/10, 867371/10, 867369/10
Osmar Alves de Matos - 867370/10
Pedro Augusto Mura - 867167/10
Pedro Pereira de Souza - 866134/11, 866135/11, 866136/11
Romão Ribeiro Flor - 866084/11, 866087/11
Rosana Chrystie Menezes Aigner - 867296/10
Sergio Natal de Almeida Claro - 866001/11
União Pesquisas Minerais Ltda - 866350/11, 866351/11, 866053/11, 866055/11, 866056/11, 866057/11, 866061/11, 866062/11, 866063/11, 866064/11, 866065/11, 866226/11, 866227/11, 866228/11, 866229/11, 866230/11, 866231/11, 866232/11, 866233/11, 866234/11, 866235/11, 866236/11, 866237/11, 866238/11, 866239/11, 866240/11
Valdir Antonio Grando - 867426/10
Vantage Brasil Mineração LTDA. - 866011/07
w a Mineradora Ltda - 866125/09
Wvs Industria e Comercio de Mineração Ltda - 866984/07

RELAÇÃO Nº 151/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Bemisa Brasil Exploração Mineral s a - 866062/08
Vantage Brasil Mineração LTDA. - 866010/07

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 691/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.560/2003-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-CANÁPOLIS/MG, ITUIUTABA/MG, MONTE ALEGRE DE MINAS/MG, PRATA/MG - Guia n° 179/2012 e 180/2012-12.000 m3 (117 ct) e 48.000 toneladas/ano-Cascalho Diamantífero (Diamante) e Areia- Validade:09/06/2013
832.820/2004-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA.-CARAÍ/MG, PONTO DOS VOLANTES/MG, PADRE PARAÍSO/MG - Guia n° 215/2012-3.240 toneladas/ano-Granito- Validade:AAF:19/06/2016 ou obtenção PL
830.770/2008-MINASILÍCIO GMA MINERADORA LTDA-JEQUITIBÁ/MG - Guia n° 229/2012 e 232/2012-30.000 toneladas/ano e 12.000 toneladas/ano-Silício (Quartzo) e Filito- Validade:30/03/2015
832.875/2009-BRITAGEM SAO LUCAS LTDA-UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 216/2012-30.000 toneladas/ano-Basalto-Validade:AAF:18/07/2016 ou obtenção PL
830.790/2010-AREAL LIDER LTDA - ME-CATAGUASES/MG - Guia n° 220/2012-48.000 toneladas/ano-Areia- Validade:AAF:19/07/2016 ou obtenção PL
833.327/2010-MAURITO LUIZ MAGALHÃES-PONTO DOS VOLANTES/MG - Guia n° 214/2012-33.000 toneladas/ano-Areia- Validade:do Alvará de Pesquisa 15/02/213
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.884/2001-SILVIO DE SOUZA FILHO-FI-RIBEIRÃO VERMELHO/MG - Guia n° 218/2012-33.600 toneladas/ano-Areia-Validade:AAF:01/02/16 ou obtenção da PL
830.205/2011-MINERAÇÃO NEVES E TRANSPORTES LTDA. ME-JOÃO PINHEIRO/MG, LAGOA GRANDE/MG - Guia n° 228/2012-48.000 toneladas/ano-Areia- Validade:31/07/2016

RELAÇÃO Nº 693/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
831.134/2009-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
835.002/2011-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.621/2011-EXTRAÇÃO DE AREIAS MAIA-OF. N°1884/12-DGTM
833.622/2011-EXTRAÇÃO DE AREIAS MAIA-OF. N°1885/12-DGTM
831.234/2012-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-OF. N°1955/12-DGTM
831.413/2012-BRUNO RAFAEL DE SOUSA-OF. N°1832/12-DGTM
831.534/2012-PRE MODADOS BELA VISTA LTDA-OF. N°1885/12-DGTM
831.535/2012-PRE MODADOS BELA VISTA LTDA-OF. N°1886/12-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.625/1995-JOSÉ DE ANCHIETA RESENDE ME-OF. N°1742/12-DGTM
833.255/1995-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°1810/12-DGTM
832.918/2004-STQB SÃO THOMÉ QUARTZITO BRASIL LTDA ME-OF. N°1719/12-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
836.684/1994-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-OF. N°1723/12-DGTM
833.255/1995-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°1811/12-DGTM
832.644/2003-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°1714/12-DGTM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.194/1996-JACINTO AUGUSTO PESSOA CANÇADO-OF. N°1877/12-DGTM
831.578/2001-MINERAÇÃO PEDRA FORTE LTDA.-OF. N°1642/12-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.195/1997-ALIANÇA PRIMO LTDA- Registro de Licença No.:1375/00 - Vencimento em 11/05/2032
832.021/1997-GILSAN EXRAÇÃO E COMERCIO LTDA ME- Registro de Licença No.:929/97 - Vencimento em 15/05/2013
831.197/1999-EDUARDO AUGUSTO NOGUEIRA ME-Registro de Licença No.:1772/01 - Vencimento em 25/04/2040

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

831.578/2001-MINERAÇÃO PEDRA FORTE LTDA.- Registro de Licença No.:1718/01 - Vencimento em Indeterminado

832.331/2002-MÁRIO VINÍCIUS LEMOS DE ALMEIDA 93216262634 ME- Registro de Licença No.:2078/03 - Vencimento em 31/12/2016

832.865/2002-AREAL LOBO LTDA - ME- Registro de Licença No.:2183/03 - Vencimento em 14/02/2014

831.523/2003-ELCIDIMAR DELGADO REIS - M.E. PORTO DE AREIA MONTE VERDE- Registro de Licença No.:2282/03 - Vencimento em 28/10/2018

831.524/2003-ELCIDIMAR DELGADO REIS - M.E. PORTO DE AREIA MONTE VERDE- Registro de Licença No.:2283/03 - Vencimento em 28/10/2018

832.467/2004-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA- Registro de Licença No.:2635/05 - Vencimento em 09/03/2013

830.647/2005-CITY CAR VEÍCULOS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença No.:3157/07 - Vencimento em 18/05/2017

830.985/2006-ANTÔNIO RODRIGUES FERREIRA- Registro de Licença No.:2932/06 - Vencimento em 03/03/2013

832.018/2006-ELVAS MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença No.:3220/07 - Vencimento em 01/03/2013

832.372/2006-ARACEZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- Registro de Licença No.:3099/07 - Vencimento em 01/05/2014

832.404/2006-MARCIO DE CARVALHO- Registro de Licença No.:3003/06 - Vencimento em 01/02/2013

834.143/2006-CERÂMICA REAL MINAS LTDA - EPP- Registro de Licença No.:3031/07 - Vencimento em 04/06/2013

830.155/2007-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP- Registro de Licença No.:3234/07 - Vencimento em 31/07/2013

830.242/2007-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP- Registro de Licença No.:3061/07 - Vencimento em 31/07/2013

832.215/2007-MINERAÇÃO COSTA DINIZ LTDA. - M.E.- Registro de Licença No.:3371/08 - Vencimento em 16/05/2032

832.887/2007-CERÂMICA DR. CLOVES LTDA- Registro de Licença No.:3195/07 - Vencimento em 01/03/2016

832.827/2008-NILTON MARQUES DE LIMA- Registro de Licença No.:3480/10 - Vencimento em 31/12/2012

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

830.224/2010-CERAMICA MODELO LTDA-Registro de Licença n°3866/12 de 16/10/12-Vencimento em 31/12/2013

830.225/2010-CERAMICA MODELO LTDA-Registro de Licença n°3867/12 de 16/10/12-Vencimento em 31/12/2013

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

831.484/2007-CAF SANTA BÁRBARA LTDA-OF. N°1882/12-DGTM

830.399/2008-AREIAS FERNATO LTDA.-OF. N°1881/12-DGTM

830.358/2009-TRIAGRO MINERADORA E EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA-OF. N°1880/12-DGTM

830.359/2009-TRIAGRO MINERADORA E EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA-OF. N°1878/12-DGTM

832.594/2009-CERÂMICA RAMOS PINTO-OF. N°1883/12-DGTM

830.487/2011-VOTORANTIM SIDERURGIA S.A-OF. N°1822/12-DGTM

830.559/2011-CARLOS ROBERTO HIPÓLITO DE OLIVEIRA ME-OF. N°1821/12-DGTM

830.770/2011-AREEIRA MOREIRA & MOREIRA LTDA.-OF. N°1820/12-DGTM

832.409/2011-OLIVEIRA & MARQUES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1876/12-DGTM

832.887/2011-JUAREZ ALVES DO NASCIMENTO-OF. N°1818/12-DGTM

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

830.779/2011-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere por Interferencia Total(1339)

834.303/2011-MAURICIO GOMES RODRIGUES

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA
Substituto

RELAÇÃO Nº 708/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)

832.743/2007-VALE S A- Publicado DOU de 13/10/11

832.744/2007-VALE S A- Publicado DOU de 13/10/11

Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)

834.139/2008-VICENTE PAULO DO COUTO - FI- Publicado DOU de 21/09/12- Alvará de Pesquisa n° 351/10

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)

831.315/1997-MINERAÇÃO RIO SANTO ANTÔNIO- DOU de 03/11/11

Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)

832.230/2000-BRAZMINCO LTDA- AI N°84/05-ARR/TAH

832.231/2000-BRAZMINCO LTDA- AI N°83/05-ARR/TAH

831.815/2002-ANTÔNIO LUIZ RODRIGUES PEREIRA-AI N°108/05-MG

Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)

830.795/2002-NIUTON DE ALMEIDA-AI N°1799/07-MG

830.251/2003-FERNANDO COLCERNIANI JUNIOR-AI N°1790/08-MG

831.746/2003-LEONARDO MARQUES DA SILVA-AI N°35/09-MG

831.842/2005-IBAR NORDESTE SA-AI N°2045/10-MG

832.664/2005-AIRTON NUNES DE MENDONÇA-AI N°288/11-MG

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito exigência(766)

831.951/1994-MINERAÇÃO GANDARELA LTDA-OF. N°735/05-MG-DOU de 23/01/2006

831.710/1997-INÉZIA AUGUSTO MOREIRA-OF. N°340/05-MG-DOU de 23/01/2006

832.484/2000-JOSÉ RIBEIRO DA SILVA - MICRO EMPRESA-OF. N°596/05-MG-DOU de 23/01/2006

Torna sem efeito despacho publicado(1417)

830.183/2007-CARLOS CORDEIRO DA ROCHA EPP-DOU de 06/08/2012

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

831.852/1998-MINERAÇÃO FAZENDA DOS BORGES LTDA - Publicado DOU de 01/09/03, Relação n° 311, Seção 1, pág. 74- Onde se lê:"...Reserva Medida:80.198.850 t ..." Leia-se:"...Reserva Medida:13.661.600 t..."

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)

830.850/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°275/08-MG

831.088/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°3218/07-MG

831.750/2003-LEONARDO MARQUES DA SILVA- AI N°39/09-MG

831.758/2003-LEONARDO MARQUES DA SILVA- AI N°315/09-MG

RELAÇÃO Nº 709/2012

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

834.605/1995-ALEXANDRE ESTRELA - CPF:248.200.596-53

834.606/1995-JOÃO LUCIO MELO LIMA - CPF:664.535.346-49

833.647/2006-Francisco de Assis Moura - CPF:364.235.996-53

832.762/2007-MÁRIO ANTÔNIO MONTEIRO GOMES - CPF:107.983.128-23

833.653/2007-Rocha Bahia Mineração Ltda - CNPJ:06.140.170/0001-58

834.697/2008-Elayne Cristina Alves Martins - CPF:081.453.846-05

300.474/2010-Mineração Tapicuru Ltda - CNPJ:04.231.699/0001-51

830.111/2010-Votorantim Metais Zinco S/A - CNPJ:42.416.651/0001-07

300.700/2011-Empresa de Mineração Lambari Mármores e Granitos Ltda - CNPJ:30.561.823/0001-57

Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)

830.175/2001-TOGNI MINERAÇÃO LTDA - CNPJ:19.677.996/0001-00

Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)

831.029/2003- Recurso interposto por Colymar Engenharia Ltda

Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)

834.605/1995-Galvani Participações e Investimentos S/A, Águia Metais Ltda e Terrativa Minerais S/A

834.606/1995-Galvani Participações e Invesrimentos S/A, Águia Metais Ltda e Terrativa Minerais S/A

832.076/2006-Falcon Metais Ltda - CNPJ:09.451.327/0001-54

832.955/2006-Falcon Metais Ltda - CNPJ:09.451.327/0001-54

833.104/2006-CERÂMICA CARMELO LTDA

Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)

833.104/2006-Cerâmica Montreal Ltda

Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)

830.175/2001-Construtora Toubes Ltda - EDITAL N° 434/06 - Publicado DOU de 11/12/06

RELAÇÃO Nº 714/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

832.354/2002-MINERAÇÃO ROCHA VERDE LTDA-LAJINHA/MG, MUTUM/MG - Guia n° 11/2011-3.180 toneladas-Granito (Rocha Ornamental)- Validade:27/12/2014

RELAÇÃO Nº 715/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

833.616/2006-AB MARTYN CONSTRUTORA LTDA- Alvará n°10561/10 - Cessionario:831.628/2012-CARDOSO AMARAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA- CPF ou CNPJ 15.245.955/0001-86

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

831.470/2002-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°8666/02

831.478/2002-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°7791/05

831.546/2002-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°1309/10

831.525/2004-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°11.367/09

832.891/2005-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°6695/06

832.892/2005-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°6066/09

833.087/2005-ALTAIR BORGES COSTA- Cessionário:EMPRESA DE MINERAÇÃO BORGES LTDA- CPF ou CNPJ 11.273.925/0001-22- Alvará n°10.123/06

830.949/2006-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°4144/07

832.111/2006-BHP BILLITON METAIS S.A.- Cessionário:BHP BILLITON BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.156.596/0001-63- Alvará n°159/07

831.231/2007-MIRIAM MARIA DAS GRAÇAS MACHADO DE AQUINO- Cessionário:ANA PAULA MACHADO DE AQUINO RABELLO ME- CPF ou CNPJ 02.452.739/0001-60- Alvará n°6162/07

830.453/2008-CLEUSA APARECIDA PINTO DAMASCENO ME- Cessionário:CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA- CPF ou CNPJ 04.402.984/0001-98- Alvará n°849/10

831.449/2009-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA- Cessionário:GRANITOS MINAS BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 05.555.546/0001-22- Alvará n°12682/09

832.629/2009-CARLOS RENATO MARCONDES- Cessionário:MORAIS E GOUVEIA LTDA- CPF ou CNPJ 12.453.336/0001-99- Alvará n°4079/11

830.167/2010-CONSTRUTORA ERVÁLIA LTDA- Cessionário:SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.238.787/0001-39- Alvará n°3054/10

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)

832.388/2007-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA- Autorização de Pesquisa - 13.065/2007

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

832.681/2001-JOSÉ ZUCCONI- Alvará n°4322/02 - Cessionário: COMERCIAL TRÊS MARIAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA- CNPJ 19.819.770/0001-99

830.195/2003-VÉRITAS MINERAÇÃO LTDA ME- Alvará n°4794/03 - Cessionário: SAL MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 15.783.338/0001-34

831.597/2005-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA.- Alvará n°10216/05 - Cessionário: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME- CNPJ 05.254.386/0001-81

CELSO LUIZ GARCIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 272/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não conhece relatório final de pesquisa. (2.56).
850.489/1986 - NORPEL PELOTIZAÇÃO DO NORTE S/A - Marabá/PA - Minério de Ouro.
850.409/1987 - NORPEL PELOTIZAÇÃO DO NORTE S/A - Marabá/PA - Minério de Ouro.

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 109/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
840.476/2010-ARNALDO DE SENA CARNEIRO
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
841.151/2011-PETRA SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENGENHARIA LTDA
841.152/2011-PETRA SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENGENHARIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
841.139/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1587/12
841.140/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1586/12
841.141/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1591/12
841.143/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1593/12
841.147/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1590/12
841.148/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1589/12
841.149/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1588/12
840.002/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1599/12
840.004/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1600/12
840.005/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1604/12
840.005/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1604/12
840.006/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1603/12
840.007/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1602/12
840.008/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1601/12
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.932/2011-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
840.157/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-CONDADO/PE, GOIANA/PE - Guia n° 011/2012-24.000m3-Areia- Validade:01/01/2013
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
840.412/2008-COPEM - EMPRESA DE PELOTIZAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- Área de 378,89 para 228,20-Calcário
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.184/2011-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA. -Alvará N°12235/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.169/2008-EUGÊNIO BISPO DOS SANTOS-Quartzo
840.397/2010-MARIO GUSTAVO ATAIDE LIMA-Granito para Brita
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
840.367/2009-Pedras Express Ltda-ME.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
840.258/2009-CONSTRUCENTER CONSTRUÇÕES,SERV. E PREMOLDADOS LTDA

RELAÇÃO Nº 119/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Antônio Artur Alves Couto - 840141/10
Augusto Cezar Filho - 840569/10
David Fernandes da Silva - 840394/10
Fabiano Farias Guedes Pinheiro - 840553/10
Geraldo Aurino de Lima - 840421/10
jc Lajes Ltda - 840007/11
Jose Josias Lucena Ferreira - 840057/11, 840411/10
l. Bernard Empreendimentos Ltda - 840444/10
Marco Antonio Ferraz Junior - 840561/10
Mineradora Campevi Ltda Epp - 840156/09
Sidney Diniz de Almeida - 840086/10, 840087/10
Usina Estreliana LTDA. -epp - 841096/11, 841097/11, 840147/12
Usina Salgado S.A. - 840502/10

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 177/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.106/2007-SEBASTIÃO EMILIO DO VALLE NETO-OF. N°2256/2012/DNPM/RJ-DFAM
890.093/2009-PARAHY MINERADORA LTDA-OF. N°2.428/2012/DNPM/RJ-DFAM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.029/2008-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-SAIBRO
890.150/2010-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-SAIBRO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.145/2008-FERNANDA THOME MOREIRA MARTINS
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.209/2009-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.-AI N°392/2012
890.347/2009-ARCO LCM CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°191/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.118/2003-PURYS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°2.249/2012/DNPM/RJ-DFAM
Nega provimento a defesa apresentada(810)
890.341/2000-ÁGUA MINERAL MARIQUITA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
890.120/1984-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE LIMPA LTDA-GRANITO (brita)
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.432/1989-ÁGUA MINERAL CASACATAÍ LTDA-FONTE: CASCATAÍ, MARCA CASCATAÍ PLUS E EMBALAGENS DE [Á|GUA MINERAL NA APRESENTAÇÃO 20L (sem gás)- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ
890.119/1998-COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL- Fonte Canaã, Marca Companhia de Bebidas Primo Schincariol Aprova os modelos das embalagens de água mineral nas apresentações 1,5 L (sem gás e com gás), 500 ml (sem gás e com gás) e 300 ml (sem gás e com gás).- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI N° 350/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
803.866/1975-DA PAZ MINERAÇÃO E INDÚSTRIA DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°2.202/2012/DNPM/RJ-DFAM
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-OF. N°2239/2012/DNPM/RJ-DFAM
890.194/1985-MINERAÇÃO CRISTAL ÁGUA DE SERRA LTDA-OF. N°2.401/2012/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.233/1997-AREAL SANTA HELENA DE ITAGUAÍ LTDA EPP-OF. N°2.402/2012/DNPM/RJ-DFAM
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI N°351/2012 E 352/2012
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI N°197/2011
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-OF. N°2240/2012/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
890.075/1978-INDÚSTRIA E COMÉRCIO APOLO LTDA.-OF. N°2.146/2012/DNPM/RJ-DFAM

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Substituto

RELAÇÃO Nº 191/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carlos Eduardo Pinto Lannes - 890295/08 - Not.269/2012 - R$ 2.922,94

RELAÇÃO Nº 192/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Maria Cristina Almeida Gonçalves - 890205/04 - Not.271/2012 - R$ 2.644,05

RELAÇÃO Nº 193/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Admilson Dos Santos da Trindade - 890149/10
Agro Pastoril Paracatu Ltda - 890051/12
Andresi Extração de Minerais Ltda - 890090/11
Antonio Pinto de Souza - 890964/11, 890965/11, 890966/11, 890967/11
Antônio Vicente de Souza - 890027/11
Areal São Pedro Ltda - 890099/11
Castro de sá Pedras Decorativas de Itaperuna Ltda - 890095/11, 890107/10, 890396/10
Cerâmica Santa Edwiges de Campos LTDA. - 890189/12
Eduardo Dargan Boechat - 890761/11
Enio Francisco de Souza - 890303/11
Ernesto Carlos Blanc-me - 890287/11
Herdade da Selada Agroindustria Ltda - 890813/11
Imagi Mineração LTDA.-ME. - 890045/09
Interconstro Impermeabilzações e Material de Cosntrução Civil Ltda me - 890850/11
Lfa Compra, Venda e Transporte de MAT. Reciclaveis e Não Reciclaveis Ltda - 890057/12
Luiz Carlos da Silva - 890786/11
Mariogran Comércio Importação & Exportação e Indústria LTDA. - 890767/11, 890769/11
Nilson Azevedo Gomes Filho - 890183/09
Pedras Decorativas Pamaro Ltda me - 890608/11
Roberto José Maciel Nogueira - 890374/09
Rodrigo Tanus - 890241/11
Ronaldo Calixto da Silva - 890023/11
Roseni Rodrigues Machado Mota - 890007/11
Wls Construtora Ltda me - 890751/10

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 112/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Josimar Vieira Pires - 886089/09 - A.I. 167/12

RELAÇÃO Nº 113/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
José de Oliveira - 886353/09

RELAÇÃO Nº 114/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
M.L.B. de Nogueira Mineração - 886299/09

RELAÇÃO Nº 115/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Carlos Tadeu Cassini - 886312/10 - Not.248/2012 - R$ 7.089,66
Cloves Borba Filho - 886352/05 - Not.246/2012 - R$ 22.392,37

RELAÇÃO Nº 116/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carlos Tadeu Cassini - 886312/10 - Not.249/2012 - R$ 4.918,72
Cloves Borba Filho - 886352/05 - Not.247/2012 - R$ 5.590,01

RELAÇÃO Nº 117/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Dilson a Ribeiro Cpf/cnpj :04.522.609/0001-81 - Processo minerário: 886163/00 - Processo de cobrança: 986858/12 Valor: R$.9.295,11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Titular: Termaza Terraplenagem Martins da Amazonia LTDA. Cpf/cnpj :04.923.959/0001-50 - Processo minerário: 886058/02 - Processo de cobrança: 986864/12 Valor: R$.19.354,26

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Carlos Fernandes Dos Santos - 884037/10

EUGÊNIO PACCELI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
821.365/2011-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.148/2012-PETRIMAZZA DO BRASIL LTDA EPP.-OF. N°1.520/2012/DTM/DNPM/SP.
820.166/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1.533/2012/DTM/DNPM/SP.
820.174/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1.532/2012/DTM/DNPM/SP.
820.175/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1.535/2012/DTM/DNPM/SP.
820.176/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1.536/2012/DTM/DNPM/SP.
820.196/2012-HACKEL MALUF-OF. N°1.530/2012/DTM/DNPM/SP.
820.197/2012-HACKEL MALUF-OF. N°1.529/2012/DTM/DNPM/SP.
Indefere pedido de reconsideração(181)
820.044/1995-HAMILTON GOMES DE OLIVEIRA
820.899/2009-DEPÓSITO SÃO DOMINGOS BARRA BONITA LTDA ME
Defere pedido de reconsideração(182)
821.286/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.
Nega provimento ao recurso interposto(187)
820.771/2010-SOCAL MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.071/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS- Alvará n°11.838/2009 - Cessionario:820.979/2012, 820.980/2012, 820.981/2012, 820.982/2012, 820.983/2012, 820.984/2012, 820.985/2012, 820.986/2012, 820.987/2012, 820.988/2012, 820.989/2012, 820.990/2012, 820.991/2012, 820.992/2012, 820.993/2012, 820.994/2012, 820.995/2012, 820.996/2012 e 821.059/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. ME- CPF ou CNPJ 14.470.273/0001-04.
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
820.943/2008-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.- OF. N° 1.519/2012/DTM/DNPM/SP.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.128/2010-HENRIQUE ZANQUETA MONTEIRO-OF. N°1.504/2012/DTM/DNPM/SP.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
821.011/2010-CONSTRUTORA SIMOSO LTDA.- Cessionário:DESTAQUE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- CPF ou CNPJ 60.229.366/0001-69- Alvará n°16.286/2011.
820.364/2011-MINERAÇÃO TREVO LTDA- Cessionário:HOLCIM (BRASIL) S.A.- CPF ou CNPJ 60.869.336/0001-17- Alvará n°2.608/2012.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.031/1985-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. N°1.518/2012/DTM/DNPM/SP.
820.451/2007-JOSÉ ROBERTO PELLA-OF. N°1.506/2012/DTM/DNPM/SP.
820.899/2008-LUIZ ANTONIO DINALLO-OF. N°1.505/2012/DTM/DNPM/SP.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.462/1988-PAULO NOGUEIRA JUNIOR- Alvará n°3.075/1991 - Cessionário: COMERCIAL E AGRÍCOLA COSMÓPOLIS LTDA.- CNPJ 44.729.898/0001-75.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.973/1975-EMPRESA DE MINERAÇÃO JOSÉ EMANOEL LTDA. ME-OF. N°1.494/12-DTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.535/1949-COMINGE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME-OF. N°1.473/2012/DTM/DNPM/SP.
802.915/1977-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°1.474/2012/DTM/DNPM/SP.
820.651/1980-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°1.475/2012/DTM/DNPM/SP.
820.077/1996-MONIER TÉGULA SOLUÇÕES PARA TELHADOS LTDA.-OF. N°1.477/2012/DTM/DNPM/SP.
820.681/1998-ROGERIA MARIA CIPOLLI ME-OF. N°1.476/2012/DTM/DNPM/SP.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.467/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2912/DTM/DNPM/SP.
820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP
820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.469/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.474/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.476/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.478/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.486/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1.527/2012/DTM/DNPM/SP.
820.042/2006-VIEL & CIA LTDA EPP-OF. N°1.478/2012/DTM/DNPM/SP.
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.192/1996-IRANI ROSA PINHEIRO BRIGANTI ME-Registro de Licença No.:1.895/1998 - Vencimento em 16/02/2015.
820.891/1997-RODOBARRO TRNSPORTE E ESCAVAÇÃO LTDA- Registro de Licença No.:2.001/1998 - Vencimento em 06/08/2017.
820.222/1998-PORTO DE AREIA IRMÃOS AGUIAR LTDA ME- Registro de Licença No.:2.032/1998 - Vencimento em 27/07/2022.
820.948/2000-PORTO DE AREIA MARÍLIA LTDA. ME-Registro de Licença No.:2.547/2001 - Vencimento em 20/09/2015.
820.216/2002-SOBRADINHO COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA ME- Registro de Licença No.:2.729/2002 - Vencimento em 02/09/2014.
820.469/2003-RICARTE ALFREDO GARCIA M.E.- Registro de Licença No.:3.024/2007 - Vencimento em 13/10/2015.
820.004/2007-CERÂMICA ITAPIRA LTDA EPP- Registro de Licença No.:3.013/2007 - Vencimento em 03/09/2016.
820.249/2011-VIEIRA & VIEIRA MINERAÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença No.:3.178/2011 - Vencimento em 31/12/2016.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.506/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.-Registro de Licença n°3.234/2012 de 01/10/2012-Vencimento em 14/05/2022.
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
820.170/2011-CERAMICA PALA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.455/2011-MINERAÇÃO DOGNANI LTDA ME-OF. N°1.531/2012/DTM/DNPM/SP.
820.930/2012-JAIR APARECIDO DE MORAES ME-OF. N°1.512/2012/DTM/DNPM/SP.
821.100/2012-ADARGAMITA MINERAÇÃO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°1.525/2012/DTM/DNPM/SP.
821.136/2012-PEPASA PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO SANTA ADÉLIA LTDA-OF. N°1.541/2012/DTM/DNPM/SP.
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
820.101/2007-GILMAR DOS SANTOS REIS-ME
820.697/2010-SOCIEDADE EXTRATIVA PILOTO LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
821.142/2000-PORTO DE AREIA BELO PEREIRA LTDA
821.143/2000-PORTO DE AREIA BELO PEREIRA LTDA
820.677/2001-PORTO DE AREIA BELO PEREIRA LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.512/1996-SILVA MINERAÇÃO LTDA

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 82/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
864.283/2012-TIBÉRIO GUERRA DE MEDEIROS
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.640/2011-ADEMAR DE FIGUEREDO
864.641/2011-ADEMAR DE FIGUEREDO
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.109/2009-CONSTRUTORA, MINERADORA E TRANSPORTADORA NORTE SUL LTDA -Alvará N°12.217/2009
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.085/2011-BENTO E COSTA LTDA-Registro de Licença n°012/2012 de 06/09/2012-Vencimento em Indeterminado
864.552/2011-CERÂMICA REALINO LTDA ME-Registro de Licença n°011/2012 de 01/10/2012-Vencimento em 14/06/2012
864.718/2011-CARLOS LUIZ ZORZI-Registro de Licença n°013/2012 de 11/09/2012-Vencimento em 19/09/2015
864.103/2012-JOSÉ DA SILVA FERNANDES-Registro de Licença n°014/2012 de 13/09/2012-Vencimento em Indeterminado
864.153/2012-ROGERIO MORAIS TEIXEIRA-Registro de Licença n°015/2012 de 18/09/2012-Vencimento em 13/09/2022
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
864.236/2011-LUCIO MARCIO MARTINS
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.274/2012-JP CONTRUÇÕES LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
864.082/2012-EDMILSON GOMEZ DE SOUZA
864.124/2012-CERÂMICA PINDORAMA LTDA
864.162/2012-AREIAS TOCANTINS LTDA
864.164/2012-REZENDE & RODRIGUES LTDA.
864.185/2012-INDUSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA MUNDIAL LTDA
864.186/2012-MARCELO NAGIB SABBAG
864.226/2012-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
864.463/2007-BUENO, BUENO & CIA LTDA- Registro de Licença No.:018/2007 - Vencimento em 14/07/2029

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 157, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º, e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.001777/2011-89, e considerando que:

o Despacho ANEEL nº 3.546, de 31 de agosto 2011, homologou o Projeto Básico Consolidado da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Galheiros I, com potência instalada de 12,0 MW; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 7,02 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Galheiros I, de titularidade da empresa Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., localizada no Rio Galheiros, Município de São Domingos, Estado de Goiás.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Galheiros I refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Galheiros I poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

PORTARIA Nº 158, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.001804/2012-11, e considerando que:

o Contrato de Concessão nº 007/1997-CEMIG, de 10 de julho de 1997, regulou a concessão de serviço de geração de energia para a Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Poquim, com potência instalada de 1,408 MW; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 0,41 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Poquim, de titularidade da empresa Cemig Geração e Transmissão S.A. - CEMIG GT, localizada no Rio Poquim, Município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Poquim refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Poquim poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria Nº 49/2008, de 30 de Dezembro de 2008, publicada no D.O.U. 01, de 2 de Janeiro de 2009, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS NOVO REMANSO, Município de Itacoatiara/AM, onde se lê: "... 18.056,0000 ha (dezoito mil e cinqüenta e seis hectares)" leia-se "16.169,0206 (dezesseis mil e cento e sessenta e nove hectares e dois ares e seis centiares)".

Na Portaria Nº 50/2008, de 30 de Dezembro de 2008, publicada no D.O.U. 01, de 2 de Janeiro de 2009, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS AMATARI, Município de Itacoatiara/AM, onde se lê: "... 3.862,6340 ha (três mil e oitocentos e sessenta e dois hectares e sessenta e três ares e quarenta centiares)" leia-se "5.900,8936 (cinco mil e novecentos hectares e oitenta e nove ares e trinta e seis centiares)".

Na Portaria Nº 51/2008, de 30 de Dezembro de 2008, publicada no D.O.U. 01, de 2 de Janeiro de 2009, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS COSTA DA CONCEIÇÃO, Município de Itacoatiara/AM, onde se lê: "... 20.974,6286 ha (vinte mil e novecentos e setenta e quatro hectares e sessenta e dois ares e oitenta e seis centiares)" leia-se "21.948,7762 (vinte e um mil e novecentos e quarenta e oito hectares e setenta e sete ares e sessenta e dois centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.002241/2004-01, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 134 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000179, de 23 de julho de 2004, relativo ao beneficiário Celso Silveira de Souza - Carteira de Identidade nº M-3.908.218 - SSP/MG e CPF nº 194.445.241-91.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 1.134, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1038/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004237/2009-35, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, CNPJ: 62.806.682/0001-81, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.135, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1074/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004242/2009-48, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Vila Vicentina de Ilicínea, CNPJ: 18.905.091/0001-70, com sede em Ilicínea/MG, pelo período de 24/12/2009 a 23/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.136, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1079/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.102743/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da AMARE - Associação Modelo de Amor e Respeito ao Excepcional, CNPJ: 69.116.135/0001-13, com sede em Santo André/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.137, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1127/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004183/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Era, CNPJ: 23.945.900/0001-07, com sede em Nova Era/MG, pelo período de 18/12/2009 a 17/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.138, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1257/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.104250/2009-11, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Casa do Paraplégico de Santos, CNPJ: 58.263.898/0001-70 com sede em Santos/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.139, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1283/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.113685/2009-48, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar Cristão de Adamantina, CNPJ: 43.007.467/0001-76, com sede em Adamantina/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.140, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1331/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.050099/2010-19, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Solidariedade França-Brasil, CNPJ: 29.258.530/0001-16, com sede no Rio de Janeiro/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.141, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 711/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077455/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Clube Infanto Juvenil de Orientação Profissional, CNPJ: 46.330.924/0001-57, com sede em Americana/SP, pelo período de 14/07/2009 a 13/07/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.142, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 826/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003492/2009-61, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Fraternidade e Assistência a Menores Aprendizes, CNPJ: 01.571.413/0001-99, com sede em Goiânia/GO, pelo período de 30/10/2009 a 29/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.143, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 856/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077102/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Núcleo Social Papa João XXIII, CNPJ: 77.280.006/0001-94, com sede em Maringá/PR, pelo período de 18/09/2009 a 17/09/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.144, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 865/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.051480/2009-61, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Fundação Assistencial Xuxa Meneghel, CNPJ: 31.420.425/0001-83, com sede no Rio de Janeiro/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.145, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 940/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003615/2009-63, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Patronato da Sagrada Família, CNPJ: 07.472.210/0001-21, com sede em Fortaleza/CE, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.146, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 961/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090031/2009-39, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí - COMBEMI, CNPJ 82.747.478/0001-44, com sede em Itajaí/SC, em razão do descumprimento dos artigos 3º, VI, 4º, parágrafo único, e 5º, §2º, do Decreto nº 2536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.147, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 985/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.091015/2009-63, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Instituição Nosso Lar, CNPJ: 43.765.056/0001-40, com sede em Araçatuba/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.148, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 998/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.091369/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar de Idosos São Vicente de Paulo de Pirajuí, CNPJ: 54.733.365/0001-54, com sede em Pirajuí/SP, pelo período de 19/12/2009 a 18/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.149, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1009/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004218/2009-17, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar Escola Rafael Maurício, CNPJ: 45.030.913/0001-99, com sede em Bauru/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.150, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1034/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090983/2009-52, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Florianópolis, CNPJ: 80.152.358/0001-79, com sede em Florianópolis/SC, pelo período de 21/11/2010 a 20/11/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.151, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1040/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090997/2009-76, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia, CNPJ: 01.240.688/0001-40, com sede em Goiânia/GO, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.152, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1083/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.102513/2009-49, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Centro de Estudos e Assistência à Família, CNPJ: 53.286.878/0001-00, com sede em São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.153, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1214/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.104529/2009-96, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Serviço de Obras Sociais, CNPJ: 48.344.188/0001-11, com sede em Guaíra/SP, pelo período de 08/12/2009 a 07/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.154, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1345/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.104701/2009-10, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 06.974.176/0001-20, com sede em Belo Horizonte/MG, pelo período de 22/03/2010 a 21/03/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.155, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1353/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.114171/2009-18, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar Maria Imaculada, CNPJ: 52.505.302/0001-15, com sede em Mococa/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.156, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1371/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076537/2009-35, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Comunitária e Beneficente Padre José Augusto Machado Moreira, CNPJ: 65.887.382/0001-62, com sede em São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.157, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1395/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003811/2010-71, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Cruzada do Menor, CNPJ: 33.709.171/0001-43, com sede no Rio de Janeiro/RJ, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 1.158, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 979/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090973/2009-17, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Sociedade Beneficente Evangélica de Ribeirão Preto - SOBERP, CNPJ: 54.923.115/0001-87, com sede em Ribeirão Preto/SP, pelo período de 16/12/2009 a 15/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 246, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001887/2008-11, de 16 de dezembro de 2008, resolvem:

Art.1º O Processo Produtivo Básico para o produto PAPEL PARA IMPRESSÃO OU OUTROS PROCESSOS GRÁFICOS, EXCETO PAPEL PARA FOTOGRAFIA, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 40, de 3 de fevereiro de 2009, passa a ser o seguinte:

I - fabricação do papel;

II - bobinamento do papel em rolos jumbo;

III - desbobinamento do papel;

IV - cortes longitudinal e/ou transversal do papel;

V - fabricação do núcleo interno de papelão, quando aplicável;

VI - colocação do núcleo interno de papelão, quando aplicável;

VII - rebobinamento do papel; e

VIII - colocação do batoque, quando aplicável.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas constantes dos incisos I, II e V, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto uma, que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º O Processo Produtivo Básico estabelecido pela presente Portaria Interministerial não alberga o produto papel fotográfico para fotografia, para o qual o processo produtivo básico é fixado por meio da Portaria Interministerial específica.

§ 4º Fica dispensada a realização das etapas constantes dos incisos I e II, quando a comercialização do produto for restrita a Amazônia Ocidental.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial n º 40, de 3 de fevereiro de 2009.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 248, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda., CNPJ/MF: 67.405.936/0001-73, conforme processo nº 52000.025823/2012-93, de 17 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Parágrafo único. A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, nos termos do Anexo VIII, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

II - Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 249, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Renault do Brasil S.A., CNPJ/MF: 00.913.443/0001-73, conforme processo nº 52000.024852/2012-38, de 5 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Parágrafo único. A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, nos termos do Anexo VIII, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

II - Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 615, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando que as análises realizadas pelo Inmetro, no âmbito do Programa de Análise de Produto, evidenciaram elevada incidência de não conformidades em escadas metálicas de uso não continuado, associado à aplicação doméstica;

Considerando o significativo impacto das escadas nas estatísticas de acidentes de consumo de produtos e a necessidade de zelar pela segurança doméstica visando à prevenção de acidentes;

Considerando a importância de as escadas metálicas, projetadas para uso não continuado, geralmente associado a atividades domésticas, comercializadas no país, apresentarem requisitos mínimos de segurança, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade para Escadas Metálicas Domésticas, disponibilizado no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que originou o regulamento ora aprovado foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 312, de 15 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, seção 01, página 85.

Art. 3º Cientificar que a forma, reconhecida pelo Inmetro, de demonstrar conformidade aos critérios estabelecidos neste Regulamento Técnico da Qualidade será definida por Portaria específica que aprovará os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Escadas Metálicas Domésticas.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 616, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Resolução Conmetro n.º 05, de 06 de maio de 2008, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de programa coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, publicado no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2008, seção 01, páginas 78 a 80;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2010, seção 01, página 161;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 361, de 06 de setembro de 2011, que aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produto - RGCP, publicada no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2011, seção 01, página 76;

Considerando que as análises realizadas pelo Inmetro, no âmbito do Programa de Análise de Produto, evidenciaram elevada incidência de não conformidades em escadas metálicas de uso não continuado, associado à aplicação doméstica;

Considerando o significativo impacto das escadas nas estatísticas de acidentes de consumo de produtos e a necessidade de zelar pela segurança doméstica visando à prevenção de acidentes;

Considerando a importância de as escadas metálicas, projetadas para uso não continuado, geralmente associado a atividades domésticas, comercializadas no país, apresentarem requisitos mínimos de segurança, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Escadas Metálicas Domésticas, disponibilizados no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que originou os requisitos ora aprovados foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 353, de 06 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2012, seção 01, página 163.

Art. 3º Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para Escadas Metálicas Domésticas, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

§ 1º Esses Requisitos se aplicam a escadas que sejam, ao mesmo tempo, feitas de metal ou ligas metálicas, de até 3 (três) metros de altura, portáteis e autossustentáveis com acesso unilateral, podendo ser com ou sem plataforma e com ou sem alça de apoio.

§ 2º Excluem-se desses Requisitos as escadas não metálicas, escadas maiores que 3 (três) metros de altura, as escadas auto-sustentáveis com acesso bilateral, escadas móveis, escadas de encosto, escadas de encosto multilance, escadas extensíveis, escadas multifunção, banquetas-escadas, banquetas industriais e hospitalares, bem como escadas para uso especial, como a de bombeiros ou piscina.

Art. 4º Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, as Escadas Metálicas Domésticas deverão ser fabricadas e importadas somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registradas no Inmetro.

Parágrafo único - A partir de 6 (seis) meses, contados do término do prazo estabelecido no caput, as Escadas Metálicas Domésticas deverão ser comercializadas, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registradas no Inmetro.

Art. 5º Determinar que a partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, as Escadas Metálicas Domésticas deverão ser comercializadas, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registradas no Inmetro.

Parágrafo único - A determinação contida no caput deste artigo não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 6º Determinar que a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, em todo o território nacional, estará a cargo do Inmetro e das entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Parágrafo Único: A fiscalização observará os prazos estabelecidos nos artigos 4º e 5º desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 60, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 52, de 24 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25 de julho de 2012, que homologou compromisso de preços, nos termos constantes do Anexo I da Resolução nº 52, de 2012, para amparar as importações brasileiras de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificados nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, fabricado pelas empresas COFCO Biochemical (Anhui) Co. Ltd., Anhui BBCA Maanshan Biochemical Co. Ltd., RZBC Co. Ltd., RZBC (Juxian) Co. Ltd., TTCA Co. Ltd. e Weifang Ensign Industry Co. Ltd. e exportado para o Brasil, diretamente ou via as trading companies RZBC Import & Export Co. Ltd., Natiprol Lianyungang Corporation e Wenda Co. Ltd. torna público que:

1. De acordo com o item C do Anexo I da Resolução CAMEX nº 52, de 2012, os preços de exportação CIF serão corrigidos trimestralmente com base na variação da média do preço nearby do açúcar nº 11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste, conforme fórmula de ajuste constante no parágrafo 10 do item C do Anexo I da Resolução CAMEX nº 52, de 2012.

2. Conforme determina o parágrafo 11 do item C do Anexo I da Resolução CAMEX nº 52, de 2012, primeiro ajuste será realizado em novembro e determinado pela variação da média de preços do açúcar do trimestre agosto-setembro-outubro em relação à média de preços do trimestre maio-junho-julho. A média do trimestre agosto-setembro-outubro de 2012 alcançou 20,60 US$ cents/lb (vinte centavos de dólares estadunidenses e sessenta décimos por libra peso), enquanto que a média do trimestre maio-junho-julho de 2012 chegou a 21,82 US$ cents/lb (vinte e um centavos de dólares estadunidenses e oitenta e dois décimos por libra peso).

3. Observada a fórmula de ajuste, chegou-se a um fator de correção de 0,977517, aplicado sobre o preço do compromisso de preço firmado.

4. Dessa maneira, deverão ser observados preços CIF não inferiores a US$ 1.564,03/t (mil, quinhentos e sessenta e quatro dólares estadunidenses e três centavos por tonelada) para mercadorias desembaraçadas ao amparo do compromisso.

5. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA LACERDA PRAZERES

CIRCULAR Nº 61, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001579/2012-73 e do Parecer nº 39, de 9 de novembro de 2012, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM, desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 51, de 23 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 14 de novembro de 2007, aplicado às importações de cadeados, comumente classificadas no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul -NCM, originárias da República Popular da China.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.3. Tendo em vista que, para fins de procedimentos de defesa comercial, a República Popular da China não é considerada um país de economia predominantemente de mercado, o valor normal foi determinado com base no valor normal do produto similar em um terceiro país de economia de mercado. O país de economia de mercado adotado foi a República Italiana atendendo ao previsto no art. 7º do Decreto nº 1.602, de 1995. Conforme o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo para resposta ao questionário, de 40 dias a contar da data de sua expedição, as partes poderão se manifestar a respeito e, caso não concordem com a metodologia utilizada, deverão apresentar nova metodologia, explicitando razões, justificativas e fundamentações, indicando, se for o caso, terceiro país de economia de mercado a ser utilizado com vistas à determinação do valor normal.

2. A análise da possibilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu a abertura da revisão considerou o período de julho de 2011 a junho de 2012. Este período será atualizado para outubro de 2011 a setembro de 2012, atendendo ao disposto no § 1º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995. Já o período de análise de possibilidade de continuação ou retomada do dano, que antecedeu a abertura da revisão, considerou o período de julho de 2007 a junho de 2012 e será atualizado para outubro de 2007 a setembro de 2012, nos termos do art. 25 do Decreto antes citado.

3. De acordo com o disposto no § 2º do art. 21 do Decreto nº 1.602, de 1995, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas no referido processo solicitem sua habilitação, com a respectiva indicação de representantes legais.

4. Na forma do que dispõe o art. 27 do Decreto nº 1.602, de 1995, à exceção do governo do país exportador, serão remetidos questionários às partes interessadas identificadas, que disporão de quarenta dias para restituí-los, contados a partir da data de sua expedição. As respostas aos questionários da revisão, apresentadas no prazo original de 40 (quarenta) dias, serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto no art. 34 do citado diploma legal.

5. De acordo com o previsto nos artigos 26 e 32 do Decreto nº 1.602, de 1995, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por escrito, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 31 do referido decreto deverão ser solicitadas até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta circular.

6. Caso uma parte interessada recuse o acesso às informações necessárias, não as faculte no prazo estabelecido ou impeça de forma significativa a revisão, poderão ser estabelecidas conclusões, positivas ou negativas, com base nos fatos disponíveis, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 66 do Decreto nº 1.602, de 1995.

7. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

8. Na forma do que dispõe o § 4º do art. 66 do Decreto nº 1.602, de 1995, se uma parte interessada fornecer parcialmente ou não fornecer a informação solicitada, o resultado poderá ser menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

9. Os documentos pertinentes à investigação de que trata esta Circular deverão ser escritos no idioma português, devendo os escritos em outro idioma vir aos autos do processo acompanhados de tradução feita por tradutor público, conforme o disposto no § 2º do art. 63 do referido decreto.

10. Todos os documentos referentes à presente investigação deverão indicar o produto, o número do Processo MDIC/SECEX 52272.001579/2012-73 e ser dirigidos ao seguinte endereço: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL - DECOM - Esplanada dos Ministérios - Bloco J, sala 103-B, CEP 70.053-900 - Brasília (DF), telefones: (0XX61) 2027-7770 e 2027-7693 - Fax: (0XX61) 2027-7445.

TATIANA LACERDA PRAZERES

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

Por intermédio da publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 6 de setembro de 1994, da Circular SECEX no 72, de 1o de setembro de 1994, foi iniciada investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de cadeados, exceto para bicicletas, originárias da República Popular da China, doravante também denominada RPC ou China, classificadas no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Uma vez comprovada a prática de dumping e o dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada com a aplicação de direito antidumping definitivo específico (US$/peça) às importações de cadeados, exceto para bicicletas, originárias da China, por intermédio da publicação, no D.O.U. de 29 de dezembro de 1995, da Portaria Interministerial MICT/MF no 24, de 28 de dezembro de 1995, conforme tabela a seguir.

Faixa	Direito Antidumping Definitivo
Acima de 15 até 22 mm	0,44
Acima de 22 até 27 mm	0,40
Acima de 27 até 31 mm	0,33
Acima de 31 até 34 mm	0,38
Acima de 34 até 37 mm	0,43
Acima de 37 até 39 mm	0,46
Acima de 39 até 42 mm	0,49
Acima de 42 até 47 mm	0,40
Acima de 47 até 52 mm	0,33
Acima de 52 até 62 mm	1,23
Acima de 62 mm	1,42

1.2. Da primeira revisão

Atendendo ao disposto na Circular SECEX no 10, de 10 de abril de 2000, publicada no D.O.U. de 12 de abril de 2000, as empresas Papaiz Indústria e Comércio Ltda. e Pado S.A. Ind. Com. e Importadora apresentaram, em 31 de outubro de 2000, petição de revisão para fins de prorrogação do prazo de vigência do direito antidumping aplicado por intermédio da mencionada Portaria Interministerial MICT/MF no 24, de 1995. A revisão foi iniciada por meio da publicação no D.O.U. de 20 de dezembro de 2000 da Circular SECEX no 50, de 18 de dezembro de 2000.

Por intermédio da publicação no D.O.U. de 21 de dezembro daquele ano da Portaria Interministerial MDIC/MF no 73, de 21 de dezembro de 2000, o direito antidumping foi mantido em vigor durante a revisão, consoante com o disposto no §4o do art. 57 do Decreto no 1.602, de 1995.

A revisão foi encerrada por meio da publicação no D.O.U. de 4 de dezembro de 2001 da Resolução CAMEX no 38, de 28 de novembro de 2001, com prorrogação do prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de cadeados, exceto para bicicletas, independentemente de seu tamanho, originárias da RPC, com alíquota ad valorem de 60,3%.

1.2. Da segunda revisão

Atendendo ao disposto na Circular SECEX nº 43, de 7 de junho de 2006, publicada no D.O.U. de 9 de junho de 2006, empresas Papaiz Indústria e Comércio Ltda. e Pado S.A. Ind. Com. e Importadora, em documento protocolizado no dia 4 de julho de 2006, manifestaram interesse na revisão para fins de prorrogação do direito antidumping, nos termos do que dispõe o §2º do art. 57 do Decreto no 1.602, de 1995, e da Circular SECEX supramencionada.

Por meio da Circular SECEX nº 80, de 29 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 30 de novembro de 2006, foi iniciada a revisão, com a manutenção do direito em vigor, nos termos do disposto no § 4º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, enquanto perdurasse a revisão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determinada a possibilidade da continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, caso o direito antidumping fosse extinto, a revisão do direito antidumping aplicado às importações de cadeado, exceto para bicicletas, motocicletas e notebooks, foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 51, de 23 de outubro de 2007, publicada no D.O.U. de 14 de novembro do mesmo ano, com a prorrogação dos direitos antidumping em vigor, na forma da alíquota específica de US$ 3,56/unidade.

2. DO PROCESSO ATUAL

2.1. Dos procedimentos prévios à abertura

Em 10 de novembro de 2011, foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX no55, de 8 de novembro de 2011, dando conhecimento público de que o direito antidumping aplicado às importações de cadeados, comumente classificadas no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, encerrar-se-ia em 14 de novembro de 2012.

2.1.1. Da manifestação de interesse e da petição

As empresas STAM Metalúrgica S.A (STAM), Papaiz Nordeste Indústria e Comércio LTDA (Papaiz), em documentos protocolizados nos dias 13 de junho de 2012, e Pado S.A. Industrial, Comercial e Importadora LTDA.(Pado), em documentos protocolizados em 14 de junho de 2012, manifestaram interesse na revisão para fins de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping, nos termos do disposto no §2o do art. 57 do Decreto no 1.602, de 1995, e na Circular SECEX supramencionada.

Em 15 de agosto de 2012, por meio de seus representantes legais, as empresas Papaiz e Pado, doravante denominadas peticionárias, protocolizaram no Departamento de Defesa Comercial - DECOM petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de cadeados exceto para bicicletas, motocicletas e notebooks, comumente classificados no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, , quando originárias da RPC, consoante o disposto no §1º do art. 57 do Decreto no 1.602, de 1995.

3. DO PRODUTO

O cadeado se caracteriza como uma trava/fechadura portátil, destacável, e cuja haste móvel (ou rígida articulada em forma de gancho, ou deslizante em forma de pino, ou flexível em forma de cabo, ou corrente) se introduz em duas argolas ou dois orifícios distintos fixos às partes que se quer unir ou fechar, ou entre partes e peças móveis que se queira imobilizar.

O dispositivo de fecho possui um mecanismo acionado por meio de chave, que introduzida em um cilindro ocasiona um movimento de giro, destravando o mecanismo e liberando a haste.

Mais detalhadamente tem-se o seguinte: no corpo do cadeado está alojado um cilindro, que possui um perfil específico em uma de suas extremidades, de modo a permitir que a chave entre. Este cilindro possui uma série de furos verticais, onde são inseridos os pinos que irão compor o segredo do cadeado. Estes pinos possuem vários comprimentos e são montados sobre a chave, acompanhando a profundidade dos sulcos existentes nesta, de forma que fiquem paralelos à superfície externa do cilindro (o chamado ponto de tesoura). Os pinos são arredondados, com o intuito de permitir que a chave deslize facilmente sobre eles. Sobre cada pino é montado um contra-pino e uma mola, de modo que quando o cadeado e o cilindro são montados, estes façam uma pressão sobre o pino segredo, impulsionando-o constantemente para baixo.

Sem uma chave no fechamento, as molas pressionam os contra-pinos, que impulsionam os pinos segredo para baixo, impedindo que o cilindro gire.

O ponto de encaixe entre o corpo do cadeado e o cilindro pode ser denominado como ponto de tesoura. Quando a chave não está introduzida no cilindro, os pinos ultrapassam aleatoriamente o ponto de tesoura, impedindo que o cilindro gire. Por outro lado, quando a chave correta é introduzida os pinos levantam e alinham-se exatamente no ponto de tesoura. Isto permite que o cilindro gire, abrindo, assim, o cadeado.

Quando a chave correta é introduzida, os saltos (sulcos) resultantes do denteamento da chave fazem com que os pinos do segredo alinhem-se com a borda do cilindro no ponto de tesoura.

Com os pinos alinhados na linha da tesoura, o cilindro pode girar livremente.

As peças fundamentais para a composição do produto são: o corpo (peça sede, responsável pelo alojamento de todos os demais componentes do cadeado); a haste (peça responsável pelo travamento e imobilização, ou seja, pela função de aplicação do cadeado); o cilindro (peça que recebe a chave e aloja os pinos segredo); a chave (peça que, introduzida no cilindro, provoca o movimento de giro ao identificar seu denteamento com o mesmo segredo caracterizado pelo posicionamento dos pinos); a lingüeta (peça acionada pelo cilindro e que possui a função de travar ou destravar a haste); os pinos (peças do mecanismo cuja composição em agrupamento, definida pelo denteamento da chave, caracteriza o segredo do cadeado); os contra-pinos (peças do mecanismo que travam os pinos e o conseqüente movimento do cilindro quando este está sem a chave); molas (peças do mecanismo que atuam sobre os contra-pinos); mola da lingüeta (peça que atua no sentido de ocasionar a propulsão na liberação da lingüeta); e mola da haste (peça que atua no sentido de ocasionar a propulsão para liberação da haste).

Sem uma chave no fechamento, as molas pressionam os contra-pinos, que impulsionam os pinos segredo para baixo, impedindo que o cilindro gire.

Os cadeados de metal comum são produzidos principalmente em latão. O latão é uma liga metálica nobre, de cor amarelada semelhante ao ouro, com alta resistência à oxidação e a intempéries, composta basicamente de cobre (60 a 70%) e zinco (40 a 30%). Ocasionalmente, pequenas quantidades de outros elementos, como Pb (Chumbo), Al (Alumínio), Sn (Estanho) ou As (Arsênio), são adicionadas para potencializar algumas das características da liga.

A alta resistência e ductilidade, aliado à beleza da tonalidade e a facilidade de acabamento tornam o latão o material preferido em todo o mundo para a fabricação de cadeados.

Além do latão, também são utilizados na produção de cadeados, com menor representatividade, zamac, bronze, alumínio, aço inoxidável, aço carbono ou ferro fundido. Embora apresentem pequenas diferenciações em termos de características inerentes dos materiais, os cadeados de todos os materiais utilizados são intercambiáveis entre si, servindo aos mesmos propósitos e utilizações.

Em alguns casos, são utilizadas resinas termoplásticas, especialmente o poliestireno, na confecção de capas protetoras e decorativas para os cadeados. Assim, os cadeados que às vezes são descritos como cadeados de plástico são, na verdade, cadeados de metal comum, com capa protetora de plástico. Nota-se, inclusive, que não se utilizam plásticos para a produção dos cadeados propriamente ditos, devido à sua falta de resistência, elemento fundamental para que o cadeado exerça suas funções.

O tamanho do cadeado é a principal referência de comercialização, adotada em todo o mundo. Fabricantes e comerciantes vinculam diretamente a largura à descrição do produto (por exemplo: Cr 30 - cadeado com 30 mm de largura; Cr 40 - cadeado com 40 mm de largura; - Cr 50 - cadeado com 50 mm de largura).

A largura de seu corpo é o que determina o tamanho do cadeado, dentro das características de cada modelo, pois as outras dimensões variam proporcionalmente à sua largura.

3.1. Do produto sujeito ao direito antidumping

De acordo com a Resolução CAMEX nº 51, de 23 de outubro de 2007, o produto sujeito ao direito antidumping é cadeado, usualmente classificado no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, exportado pela RPC para o Brasil.

Conforme art. 2º, da referida Resolução, foram excluídos da incidência do direito antidumping os cadeados para uso em bicicletas, motocicletas e notebooks, classificados no item 8301.10.00 da NCM.

§ 1º Considera-se cadeado para bicicletas aquele cujo bloqueio é realizado por cabo de aço ou corrente, incorporado ao corpo, em substituição à haste.

§ 2º Considera-se cadeado para motocicletas:

a) aquele cujo bloqueio é realizado por cabo de aço ou corrente, incorporado ao corpo em substituição à haste;

b) aquele com estrutura metálica tubular articulada reforçada, com ou sem cobertura plástica, com bloqueio por haste tipo "U", passante regulável ou fixa; e

c) aquele para freio a disco, com bloqueio por pino com acionamento manual.

§3º Considera-se cadeado para notebook aquele utilizado em computadores portáteis, CPU's e periféricos, com bloqueio por cabo de aço incorporado ao dispositivo de travamento.

Os cadeados importados apresentam as medidas (larguras) em tamanhos diversos, normalmente variando de 15 a 75 mm. As pequenas diferenças observadas com relação às medidas não impossibilitam a substituição de um pelo outro.

Os corpos, cilindros e chaves dos cadeados importados se apresentam não só em latão, como também em ferro ou aço.

Assim sendo, todos os tipos e modelos de cadeados inseridos na NCM 8301.10.00, com exceção dos excluídos, conforme art. 2º da Resolução CAMEX nº51, devem ser considerados de uso comum, com perfeita intercambialidade de funções e utilizações a que se presta genericamente o produto, ou seja: trancar; fechar ou impedir movimentação de objetos móveis ou semi-móveis.

3.2. Do processo produtivo

O processo produtivo dos cadeados é predominantemente seriado e contínuo, embora, paralelamente, utilize também o sistema misto, com uma pequena parcela recorrendo à produção sob encomenda com forma complementar à linha de produção corrente para os casos, por exemplo, de lotes com segredos do cliente, lotes mestrados, lotes com mesmo segredo, cadeados numerados, etc. Este fato, que não compromete a padronização da produção dos componentes, representa apenas uma operação adicional de segregação do lote na fase de montagem.

O processo produtivo de cadeados é tipicamente metalúrgico. As peticionárias fabricam cadeados cujos componentes são de latão (liga composta por cobre e zinco), à exceção da haste, que pode ser fabricada com aço inoxidável ou chumbaloy. Para formação dos pinos, contra-pinos, lingüetas, cilindros, corpos e chaves, o latão (em forma de fio, barra ou fita) é usinado e/ou estampado por máquinas que atendem à necessidade de conformação dos materiais, de acordo com o projeto técnico do produto.

Máquinas denominadas "transfers" ou "centros de usinagem" efetuam a furação dos cilindros, para acomodação dos pinos, contra-pinos, molas e lingüetas; e dos corpos, antes cortados e chanfrados. Para entrada da chave no cilindro, uma fenda é aberta em sentido longitudinal.

Para fabricação da haste, o aço é cortado, conforme tamanho estipulado. Em seguida é feita a dobra e a ranhura do componente. A haste passa então por uma operação de cementação (aplicação de carbono em sua superfície) que proporciona dureza externa, mantendo maleabilidade em seu interior; e ainda por um processo de galvanoplastia, onde são depositados em sua superfície níquel e cromo, com a finalidade de conceder resistência à corrosão e beleza ao produto.

Cabe ainda mencionar que as chaves, após processo de estampagem e usinagem, passam por uma máquina denominada denteadeira de chaves, a qual lhes confere os segredos. Desta máquina, as chaves já saem em dupla e com anel. Em seguida passam também pelo processo de galvanoplastia.

Com a produção de todos os componentes é realizado processo de montagem do produto. A chave, com segredo definido, é utilizada para a montagem do cilindro com pinos, contra-pinos e molas; conjunto este inserido no corpo do cadeado, juntamente com lingüetas, molas, anel de segurança e haste. Em seguida, tem-se o processo de acabamento, testes de funcionalidade e, finalmente, embalagem.

Existem basicamente duas formas de embalagem. Em uma, o cadeado é acondicionado individualmente em caixas de cartolina e posteriormente em caixas coletivas, em múltiplos que variam de 5 a 20 peças. Este é um processo predominantemente manual.

A outra forma é a embalagem de auto-serviço. Neste sistema, o produto é plastificado diretamente na cartela de papelão, impresso ou liso, ficando protegido e imobilizado em sua totalidade por plástico transparente. Neste processo, utilizam-se máquinas de termoformagem a vácuo ou seladoras, geralmente com características de processo semi-automático (com alimentação manual).

3.3 Usos e Aplicações do Produto

O cadeado é utilizado basicamente para fechar, trancar ou impedir a movimentação de objetos móveis ou semimóveis (portas, portões, veículos, etc), assim como impedir o acesso a equipamentos, objetos ou locais.

3.4. Do produto fabricado no Brasil

A Papaiz informou produzir cadeados de latão maciço, modelo convencional retangular, de fechamento com duplas travas retas, com bloqueio por haste de aço cromado, quimicamente endurecida, rígida, articulada em forma de gancho; com acionamento manual, por chaves planas de latão maciço ou chaves tetra, em modelos de alta segurança, com perfil extra largo.

O produto produzido pela Papaiz é o cadeado de latão maciço nos seguintes modelos e linhas: a) cadeados linha clássica standard - cadeado com haste normal; b) cadeados linha clássica em haste longa - cadeado com haste alongada para situações em que a haste normal não alcança a área de fechamento do objeto a ser protegido; c) cadeados tetra chave linha reforçada de alta segurança - cadeado de alta segurança produzida em latão maciço e seu sistema de chave com 4 (quatro) lados com mais de 40 milhões de combinações de segredo, dificultando a sua violação; d) cadeados linha acqualline com haste de aço inoxidável - cadeado altamente resistente à umidade e maresia, ideal para regiões litorâneas e embarcações. Sua haste em aço inox proporciona uma resistência altamente superior; e) cadeados linha com haste de latão - cadeados especialmente indicado para ambientes úmidos e corrosivos; f) cadeados linha color line - cadeado revestido com capa protegida de termoplástico com uma gama diversificada de cores; g) cadeado futebol clube - produzido em corpo de alumínio estrutural, haste de aço cementado e cromado, revestido por uma capa plástica; h) cadeados linha fashion - linha única e inovadora com estampas modernas e exclusivas, os cadeados podem também se usados como acessórios de moda; i) cadeados linha comics - com cores vivas e personagens em evidência, foi desenvolvida para atender o público infantil; e j) cadeados segredo - cadeado com design moderno dispensa o uso de chave e possui um prático sistema de gravação de segredo, onde você escolhe a combinação de números e troca sempre que precisar.

As formas de apresentação desses produtos são embalagens destinadas ao consumidor final, também podem ser classificadas em dois grupos distintos: embalagem para revenda e embalagem de auto serviço.

Usualmente os cadeados são embalados em caixas de papel cartão impresso, consolidadas em caixas coletivas, ou plastificado diretamente em cartela de papelão. Neste caso para a embalagem são utilizadas máquina de termoformagem à vácuo ou seladoras, geralmente em processo semi-automático.

O processo produtivo é classificado como metalúrgico, com a predominância de máquinas e equipamentos dedicados a cada dimensão de cadeado. O processo produtivo pode ser dividido, conforme as características dos materiais e modelos, nas seguintes fases: usinagem, processo mecânico onde a peça é o resultado de um processo de remoção de material; galvânica; montagem e embalagem.

A empresa Pado utiliza o latão como a matéria prima para a fabricação de cadeados.

O processo de fabricação de cadeados da PADO segue o mesmo fluxograma de produção de outros fabricantes de cadeados.

As etapas de fabricação são: injeção, fundição, prensagem, usinagem, conformação, Soldagem, tratamento térmico, tratamento superficial, montagem, inspeção, embalagem e estocagem.

As medidas (larguras) dos cadeados fabricados pela indústria doméstica variam entre 20 e 70 mm, sendo que as pequenas diferenças nas dimensões não impedem a substituição um pelo outro.

3.5 Da similaridade

Os cadeados originários da China e aqueles produzidos no Brasil, além de se apresentarem fisicamente iguais, no sentido de possuírem um corpo e uma haste, são fabricados com as mesmas matérias-primas, e se prestam a usos e aplicações comuns, concorrendo no mesmo mercado.

Desse modo, ratificando a conclusão alcançada por este Departamento ao tempo da investigação original e nas revisões anteriores, nos termos do § 1º do art. 5º do Decreto nº 1.602, de 1995, os cadeados fabricados no Brasil foram considerados similares àqueles objeto do direito antidumping.

3.6. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto em questão usualmente classifica-se no item 8301.10.00 da NCM.

As peticionárias alegaram que há importações de cadeados comuns declarados indevidamente como cadeados para bicicleta, cadeados para motocicletas, ou outros tipos de cadeados não sujeitos ao direito antidumping em vigor.

A alíquota do Imposto de Importação do item tarifário 8301.10.00 da NCM foi mantida em 16,0% no período de julho de 2007 a junho de 2012.

4. DA DEFINIÇÃO DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Para fins de análise da existência de inícios da possibilidade de continuação ou retomada do dano, considerou-se como indústria doméstica as linhas de produção de cadeados das empresas Papaiz Nordeste Indústria e Comércio Ltda. e Pado S.A. Industrial, Comercial e Importadora Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. DA ALEGADA CONTINUAÇÃO DA PRÁTICA DE DUMPING

De acordo com o art. 4º do Decreto no 1.602, de 1995, considera-se prática de Para efeito de análise dos elementos de prova de continuação ou retomada do dumping, foi considerado o período de julho de 2011 a junho de 2012.

5.1. Do Valor Normal

Uma vez que a República Popular da China, para fins de defesa comercial, não é considerada um país de economia predominantemente de mercado, as peticionárias sugeriram adotar, para fins de abertura de revisão, conforme previsto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 1.602, de 1995, o preço praticado em terceiro país de economia de mercado com vistas à apuração do valor normal.

Segundo as peticionárias, a utilização da Itália como terceiro país de economia de mercado com vistas à apuração do valor normal, se deve ao fato de aquele país ser um grande produtor e tradicional mercado consumidor de cadeados objeto de análise.

O valor normal foi apurado com base em faturas de venda no mercado italiano da empresa [CONFIDENCIAL] no período de análise de dumping (julho de 2011 a junho de 2012).

Os documentos apresentados informam os preços de alguns cadeados. Cabe destacar que o documento em questão apresenta os preços na condição de comércio ex-fábrica.

Para converter os valores em Euro para dólar estadunidenses foi utilizada a taxa de paridade média mensal encontrada no sítio do Banco Central do Brasil.

Valor Normal

Data da Fatura	Tamanho	Volume (unidade)	Valor em EURO	Preço Unitário EURO/Unidade	Valor em US$	Preço Unitário US$/Unidade
28/10/2011	30	360	1.012,56	3,31	1.634,4	4,54
28/10/2011	40	120	390,61	3,83	631,2	5,26
28/10/2011	50	30	142,04	5,57	229,5	7,65
28/10/2011	60	12	79,92	7,83	129	10,75
24/11/2011	25	24	72,88	3,37	109,68	4,57
24/11/2011	30	48	153,95	3,56	231,84	4,83
24/11/2011	40	12	44,54	4,12	67,08	5,59
24/11/2011	50	12	64,79	6,00	97,56	8,13
26/01/2012	30	6	19,85	3,31	25,62	4,27
26/01/2012	40	6	22,98	3,83	29,64	4,94
23/02/2012	30	12	42,23	3,70	58,8	4,90
23/02/2012	50	12	71,10	6,24	99	8,25
12/04/2012	30	36	133,36	3,70	175,68	4,88
12/04/2012	40	12	51,71	4,31	68,04	5,67
12/04/2012	50	6	37,42	6,24	49,26	8,21
12/04/2012	40	12	65,77	5,48	86,64	7,22
12/04/2012	70	6	60,86	10,14	80,1	13,35
12/04/2012	30	12	48,86	4,07	64,32	5,36
12/04/2012	50	6	59,81	9,97	78,72	13,12
12/04/2012	60	6	68,45	11,41	90,12	15,02
19/04/2012	50	6	38,22	6,37	50,34	8,39
Total		756	2.681,91		4.086,54	5,41

Assim, foi apurado o valor normal de US$ 5,41/unidade.

5.2. Do preço de exportação

De acordo com o caput do art. 8º do Decreto nº 1.602, de 1995, o preço de De acordo com o caput do art. 8º do Decreto nº 1.602, de 1995, o preço de exportação é o efetivamente pago ou a pagar pelo produto exportado ao Brasil, livre de impostos, descontos e reduções concedidas.

Uma vez que a descrição do produto com o tamanho do cadeado não foi informada em todas as Declarações de Importação o preço de exportação não foi obtido por tamanho de cadeado.

Para apurar o preço de exportação do produto objeto do direito antidumping dividiu-se o valor das operações de importação, em nível FOB, pela quantidade importada do produto, em unidades, ambos no período de análise dos indícios de continuação do dumping.

Preço FOB de Exportação da RPC

Valor US$ (FOB)	Quantidade (unidade)	Preço médio (US$/unidade)
321.151,00	124.476	2,58

5.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação. A margem relativa de dumping, por sua vez, é obtida por meio da razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. A tabela a seguir apresenta os dados encontrados na presente análise:

Comparação entre o Valor Normal e o Preço de Exportação

Valor Normal	Preço de Exportação	Margem de Dumping Absoluta	Margem de Dumping Relativa
5,41	2,58	2,83	109,69%

Considerou-se nesta etapa da análise a comparação do valor normal ex fabrica com o preço FOB de exportação, no entendimento que para levar esse preço à mesma condição em que se encontra o valor normal, disso decorria sua redução e, consequentemente, o aumento da margem de dumping apurada.

5.4 Da Conclusão sobre a Continuação/Retomada de Dumping

Verificou-se que no período analisado, julho de 2011 a junho de 2012, há indícios suficientes de que a República Popular da China continuou a praticar dumping em suas exportações de cadeados para o Brasil.

6. DO MERCADO BRASILEIRO

A análise dos indicadores de mercado e de desempenho da indústria doméstica abrangeu o período de julho de 2007 a junho de 2012, dividido da seguinte forma:

P1 - julho de 2007 a junho de 2008;
P2 - julho de 2008 a junho de 2009;
P3 - julho de 2009 a junho de 2010;
P4 - julho de 2010 a junho de 2011; e
P5 - julho de 2011 a junho de 2012.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de cadeados importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados detalhados das importações brasileiras relativos ao item 8301.10.00 da NCM. Cabe ressaltar que foi feita depuração desses dados estatísticos e excluídas as operações de importação de cadeados para uso em bicicletas, motocicletas e notebooks, classificados nesse item 8301.10.00 da NCM, conforme art. 2ºda Resolução CAMEX nº51, de 23 de outubro de 2007.

6.1.1. Do volume importado

Importações Brasileiras de Cadeados

em número índice

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	128	70	50	31
EUA	100	62	78	120	303
Malásia	100	189	271	273	219
México	100	62	89	156	185
Tailândia	100	-	-	100	99
Taipé Chinês	100	85	153	567	402
Demais origens	100	143	31	15	4
Total exclusive. China	100	144	162	267	213
Total	100	141	145	226	178

Observou-se que a China teve a sua participação nas importações brasileiras de cadeados, considerando os períodos de P1, P2, P3, P4 e P5, de 19,0%, 17,3%, 9,2%, 4,2% e 3,3%, respectivamente.

Ainda que de P1 para P2 tenha ocorrido elevação de 28,1% das importações brasileiras de cadeados originárias da China, nos demais períodos houve queda de 45,1% de P2 para P3, 29,4% de P3 para P4, e 37,7% de P4 para P5. Analisando os extremos do período, P1 e P5, constatou-se redução 69,1% no volume importado da RPC.

A Malásia e o Taipé Chinês responderam em P5, por 41,4% e 41,5%, respectivamente, do total importado.

O total das importações, exclusive a China, aumentou de P1 para P4 e diminui suas exportações de P4 para P5. Assim, de P1 para P2, o crescimento ficou em 43,6%, de P2 para P3, em 12,8%, de P3 para P4, 65,1%, de P3 para P4. No último período, de P4 para P5, a queda ficou em 20,4%. Mesmo com essa queda, em todo o período analisado, P1 e P5, o crescimento dessas exportações ficou em 112,8%.

As importações da indústria doméstica foram em P3, P4 e P5, todas originárias de Taipé Chinês.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações brasileiras de cadeados.

Do Valor das Importações

em número índice

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	145,74	68,24	185,55	83,61
EUA	100	76,32	140,96	106,67	155,36
Malásia	100	166,50	196,10	226,45	285,60
México	100	72,63	108,90	187,33	229,31
Tailândia	-	-	-	100	95,35
Taipé Chinês	100	141,57	260,10	1.042,15	933,69
Demais origens*	100	214,44	33,19	53,23	53,94
Total exclusive RPC	100	150,29	144,65	332,19	336,38
Total	100	149,49	131,22	306,41	291,95

Do Preço das Importações

em número índice

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	113,10	96,43	372,62	270,24
EUA	100	122,22	180,13	88,55	51,18
Malásia	100	88,89	72,22	83,33	129,63
México	100	116,58	122,59	120,40	123,86
Tailândia	-	-	-	100	96,51
Taipé Chinês	100	164,71	169,41	183,53	231,76
Demais origens	100	150,56	106,74	355,06	1.224,72
Total exclusive RPC	100	104,35	89,13	123,91	158,70
Total	100	103,23	92,47	136,56	163,44

Observou-se que o preço CIF médio ponderado da China variou em todo o período analisado: aumentou 13,1%, de P1 para P2, diminuiu 14,7%, de P2 para P3, voltou a crescer 286,4% de P3 para P4. De P4 para P5 houve queda do preço do produto objeto do direito antidumping de 27,5%. Mesmo com essa queda em P5, quando comparado a P1 verificou-se aumento de 170,2% do preço CIF das importações brasileiras de cadeados chineses.

Analisando-se os preços médios dos outros principais fornecedores estrangeiros, faz-se necessário registrar que a Malásia apresentou em todos os períodos preços inferiores aos da China. No que diz respeito ao Taipé Chinês, essa situação ocorreu em P4 e P5. Em P4 e P5 de todos os países individualmente analisados, somente o México apresentou preços superiores aos da China.

6.1.3. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir demonstra a relação entre as importações originárias da China e a produção nacional de ferros elétricos de passar, excluindo-se as importações da indústria doméstica peticionária, conforme metodologia explicada abaixo.

Ressalte-se que a fim de tornar comparáveis os dados da RFB, em quilograma, e da petição, em unidades, o DECOM utilizou o fator de conversão sugerido pelas peticionárias, a saber: 1,00 kg/peça de ferro de passar a seco e 1,30 kg/peça de ferro de passar a vapor. Para os produtos que não puderam ser identificados como sendo a seco ou a vapor, o equivalente a 0,17% das importações totais da China, foi utilizada a média dos fatores de conversão supramencionados - 1,15kg /peça.

Importações do Produto Objeto da Medida Antidumping e Produção Nacional

Em número índice

	Produção Nacional (A)	Importações do Produto Objeto da Medida Antidumping (B)	(B) / (A) %
P1	100	100	100
P2	104	128	127
P3	113	70	64
P4	114	50	45
P5	123	31	27

De acordo com a tabela anterior, com exceção de P1 para P2, observou-se que a relação entre as importações objeto do direito antidumping e a produção nacional de cadeados apresentou tendência de queda - alcançando seu menor patamar em P5, quando equivaleu a 0,3% da produção, fruto da queda dessas importações, uma vez que a produção nacional aumentou.

Assim, essa relação aumentou 0,3 pontos percentuais de P1 para P2 e diminuiu 0,7 p.p. de P2 para P3 e 0,2 p.p. de P3 para P4 e de P4 para P5.

6.2. Do consumo nacional aparente

Para fins de apuração do consumo nacional aparente (CNA), foram consideradas as vendas internas da indústria doméstica, as revendas de produto importado, as vendas internas dos outros produtores nacionais e as importações brasileiras de cadeados (excluídas as importações realizadas pela indústria doméstica), registradas nas estatísticas do Sistema DW.

No cálculo das vendas internas dos outros produtores foram utilizadas as informações de vendas internas da [CONFIDENCIAL], empresa que apoiou a petição, e da produção das outras produtoras nacionais estimada pelas peticionárias, considerando-se que toda a produção daquelas empresas foi vendida no período.

Consumo Nacional Aparente

Em número índice

Período	Vendas Internas Indústria Doméstica	Revenda de Produto Importado	Vendas Internas Outros Produtores*	Importações sob Análise	Demais Importações	Consumo Nacional Aparente
P1	100	100	100	100	100	100
P2	108	-	105	128	144	109
P3	117	-	110	70	162	116
P4	120	100	107	50	267	122
P5	131	524	111	31	213	127

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

Observou-se que o CNA cresceu em todo o período de análise (P1 a P5). De P1 para P2 o aumento alcançou 8,7%, de P2 para P3, 7,0%, de P3 para P4, 5,1% e de P4 para P5, 4,2%. Esses crescimentos sucessivos levaram a um aumento de 27,4%, de P1 para P5.

6.2.1. Da participação das importações no consumo nacional aparente

Participação das Importações no CNA

Em número índice

Período	Consumo Nacional Aparente (A)	Importações Sob Análise (B/A) %	Importações de Demais Países (C/A) %
P1	100	100	100
P2	100	27	134
P3	100	64	140
P4	100	45	221
P5	100	27	168

A participação das importações objeto do direito antidumping no CNA apresentou tendência de queda ao longo do período. Somente houve crescimento de P1 para P2, quando essa participação passou de 1,1% no primeiro período para 1,3% no segundo. Em P3 e P4 a participação das importações chinesas no CNA diminuiu 0,6 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente. De P4 para P5 essa participação diminuiu mais 0,2 p.p.

6.3. Da conclusão sobre as importações sob análise e o mercado brasileiro

Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

(i) as importações originárias da RPC, em unidade, caíram 69,1%, comparando-se P1 a P5 e 37,7% de P4 para P5.

(ii) de P4 para P5 houve queda do preço do produto objeto do direito antidumping de 27,5%. Mesmo com a queda em P5, quando comparado a P1 verificou-se aumento de 170,2% do preço CIF das importações brasileiras de cadeados chineses.

(iii) as importações sob análise diminuíram em 0,8 p.p. a participação em relação ao CNA de P1 para P5. De P4 para P5, essa participação também caiu em 0,2 p.p.

(iv) os demais países, por sua vez, aumentaram a participação no CNA, de P1, para P5 em 3,2 p.p.. No entanto, de P4 para P5, essa participação diminuiu 2,5 p.p.

(v) em P5 as importações do produto objeto da medida antidumping corresponderam a 1,1% da produção nacional. De P1 para P5, a relação entre as Importações do produto objeto da medida antidumping e a produção nacional diminuiu 0,8 p.p., enquanto que de P4 para P5 essa queda ficou em 0,2 p.p.

7. DA ALEGADA CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DANO À INDÚSTRIA DOMÉSTICA

7.1. Dos indicadores da indústria doméstica

A indústria doméstica foi definida como a linha de produção de cadeadosdas empresas Papaiz Nordeste Indústria e Comércio Ltda. e Pado S.A. Ind. Com. e Importadora. Dessa forma, os indicadores considerados neste Parecer refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

7.1.1. Da produção, da capacidade instalada e do grau de ocupação

A Papaiz em sua linha industrial de produção de cadeados conta com um conjunto de recursos em equipamentos especializados, totalmente dedicados à essa linha de produção.

Para definir sua capacidade instalada, essa empresa utilizou o método OPT (Optimized Production Tecnology), método de gestão de produção desenvolvido nos Estados Unidos no final dos anos 70,que determina a capacidade produtiva instalada de uma empresa a partir de seu gargalo de estrangulamento.

O gargalo na produção de cadeados na Papaizé a operação de usinagem interna do corpo do cadeado.

Essa operação é realizada por centros de usinagem denominados "Transfers", totalmente automatizados, em que a operação independe da ação direta de um operador, onde o corpo do cadeado recebe toda a sequência de usinagem interna, em uma sucessão de operações realizada por uma única máquina.

Considerou-se, portanto, como capacidade nominal, a produção de cadeados que pode ser obtida, com a utilização de todos os equipamentos disponíveis, durante dado intervalo de tempo, sem interrupções, ou seja, 24 horas por dia, em 365 dias por ano.

A capacidade efetiva da empresa, por sua vez, foi obtida utilizando-se o tempo disponível em regime normal de operação e aplicando-se sobre a capacidade nominal um fator de rendimento, referente a set-ups técnicos para troca de ferramentas, lubrificação, paradas programadas (manutenção preventiva e limpeza) e paradas não programadas (manutenção corretiva, absenteísmo, etc.).

Para tal, considerou-se um índice de eficiência de 80%, em um trabalho em regime de três turnos interruptos de 8 horas diárias, à razão de seis dias úteis por semana, excluídos os feriados.

Em relação à empresa Pado, sua capacidade instalada foi calculada em função do número de máquinas dedicadas à fabricação dos cadeados e do número de horas disponíveis.

A metodologia informada pela empresa para a capacidade efetiva foi de [CONFIDENCIAL] horas por dia, considerando-se [CONFIDENCIAL] dias por ano, chegando-se a [CONFIDENCIAL] horas por ano. Uma vez que a empresa tem como produzir [CONFIDENCIAL] unidades por hora em [CONFIDENCIAL] números de Linhas que fazem um total de [CONFIDENCIAL] unidades.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

Em número índice

Período	Capacidade Nominal	Capacidade efetiva	Produção	Grau de ocupação	
				Nominal (%)	Efetiva (%)
P1	100	100	100	100	100
P2	105	106	104	99	98
P3	109	110	114	105	104
P4	112	114	117	104	102
P5	115	118	130	113	110

A capacidade instalada efetiva da indústria doméstica aumentou ininterruptamente ao longo do período analisado: de P1 para P2, cresceu 5,9%; de P2 para P3, 3,9%; de P3 para P4, 3,4%; e, de P4 para P5, 3,4%. Dessa forma, considerando todo o período, ou seja, de P1 para P5, houve aumento na capacidade instalada efetiva de 17,7%. É importante observar que esse comportamento se mostrou compatível com a variação do consumo nacional aparente que, de P1 para P5, cresceu 27,4%.

Analisando-se os dados apresentados, constatou-se que a produção da indústria doméstica também cresceu ao longo de todo o período: de P1 para P2, aumentou 3,9%; de P2 para P3, 9,8%; de P3 para P4, 2,1%; e, de P4 para P5, 11,5%. Consequentemente, de P1 para P5, houve acréscimo de 29,9%.

O grau de utilização da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica diminuiu 0,9 p.p. de P1 para P2; aumentou 2,6 p.p. de P2 para P3; decresceu 0,6 p.p. de P3 para P4; e voltou a aumentar de P4 para P5: 3,7 p.p. Assim, considerando todo o período analisado, houve aumento de 4,8 p.p. no grau de utilização da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica de cadeados.

7.1.2. Do volume de vendas da Indústria Doméstica

A tabela a seguir informa o volume de vendas de cadeados pela indústria doméstica, de fabricação própria.

Vendas da Indústria Doméstica

Em número índice

Período	Vendas Totais	Vendas no Mercado Interno	Vendas no Mercado Externo
P1	100	100	100
P2	106	108	68
P3	114	117	60
P4	119	120	73
P5	129	131	90

As vendas de cadeados da indústria doméstica para o mercado interno aumentaram ao longo de todo o período analisado: 7,8% de P1 para P2, 8,3% de P2 para P3, 3,2% de P3 para P4 e 8,4% de P4 para P5. De P1 para P5, portanto, houve aumento de 30,6%.

As vendas para o mercado externo, por sua vez, oscilaram ao longo do período analisado:houve reduções de 31,7%, de P1 para P2, e de 12,4%, de P2 para P3, e aumentos de 21,4%, de P3 para P4, e de 23,4%, de P4 para P5. Considerando de P1 para P5, houve diminuição de 10,3% nas vendas de cadeados da indústria doméstica para o mercado externo.

Por fim, observou-se que o volume total de vendas de cadeados da indústria doméstica cresceu continuamente ao longo do período considerado. As variações foram as seguintes: 6,3% de P1 para P2, 7,7% de P2 para P3, 3,6% de P3 para P4 e 8,8% de P4 para P5. De P1 para P5, portanto, houve aumento de 29% no total de cadeados vendidos pela indústria doméstica.

Importa ressaltar a elevada participação das vendas internas no total vendido, do que decorreu que as vendas totais apresentaram a mesma tendência de comportamento das vendas internas.

7.1.3. Da participação das vendas da indústria doméstica no CNA

Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

Em número índice

Período	CNA	Vendas Internas	Participação (%)
P1	100	100	100
P2	109	108	99
P3	116	117	101
P4	121	120	100
P5	126	131	104

A participação das vendas internas da indústria doméstica no mercado brasileiro apresentou tendência de crescimento ao longo do período. Houve queda de 0,6 pontos percentuais (p.p.) de P1 para P2e 0,7 p.p. de P3 para P4. Em compensação, de P2 para P3 e P4 para P5 houve acréscimos de 1,1p.p. e 2,6p.p., respectivamente. Assim, de P1 para P5, houve aumento de 2,4p.p. na participação das vendas internas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

7.1.4. Do estoque

Estoque

Em número índice

Período	Estoque final
P1	100
P2	128
P3	131
P4	85
P5	145

O volume de estoque final de cadeados da indústria doméstica aumentou 28,1% de P1 para P2e 2% de P2 para P3. De P3 para P4, houve diminuição de 34,8% e, de P4 para P5, novo aumento: 70,8%. Dessa forma, considerando todo o período analisado, o estoque final de cadeados da indústria doméstica cresceu 45,7%.

A tabela a seguir mostra a relação entre o estoque final e a produção de cadeados da indústria doméstica.

Relação Estoque Final/Produção

Em número índice

Período	Estoque Final (A)	Produção (B)	Relação (A/B) (%)
P1	100	100	100
P2	128	104	118
P3	131	114	112
P4	85	117	71
P5	145	130	112

A tabela anterior revelou que a relação estoque final/produção aumentou 0,3 p.p. de P1 para P2. Em seguida, diminuiu 0,1 p.p. de P2 para P3e 0,7 p.p. de P3 para P4.De P4 para P5, voltou a aumentar: 0,7 p.p. Assim, de P1 para P5, essa relação aumentou 0,2 p.p.

7.1.5. Do faturamento líquido

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados, em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, o DECOM corrigiu os valores correntes com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais .

A tabela a seguir informa a evolução do faturamento líquido da indústria doméstica com as suas vendas de cadeados de fabricação própria no mercado interno. Ressalte-se que esse faturamento líquido já se encontra deduzido de tributos e despesa de frete.

Faturamento Líquido

Em número índice

Mercado Interno	
Período	Valor
P1	100
P2	104
P3	117
P4	114
P5	120

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O faturamento líquido da indústria doméstica com as suas vendas de cadeados de fabricação própria no mercado interno aumentou 4,3% de P1 para P2 e 12,5% de P2 para P3. De P3 para P4, houve decréscimo de 2,7%; e, de P4 para P5, novo aumento: 4,8%. Assim, de P1 para P5, observou-se que o faturamento líquido cresceu 19,7%.

7.1.6. Do preço médio

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica

Em número índice

Período	Faturamento Líquido (A)	Quantidade Vendida (unidade) (B)	Preço Unitário (A/B)
P1	100	100	100
P2	104	108	97
P3	117	117	101
P4	114	120	95
P5	120	131	92

O preço médio ponderado na condição ex fabrica de vendas da indústria doméstica no mercado interno, de P1 para P2, declinou 3,3%; de P2 para P3, aumentou 3,9%; de P3 para P4, diminuiu 5,7%; e, de P4 para P5, decresceu 3,3%. Considerando todo o período, portanto, houve queda de 8,3% do preço médio de venda no mercado interno.

7.1.7. Do custo de produção

A tabela a seguir apresenta o custo de produção de cadeados da indústria doméstica. Os valores foram corrigidos com base no IGP-DI da FGV

Evolução dos Custos

Em número índice

Item	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Matéria-prima	100	94	108	107	108
2 - Custo variável	100	103	124	124	120
3 - Mão de obra	100	109	146	136	137
4 - Custo fixo	100	120	131	108	81
5 - Custo de manufatura (1+2+3+4)	100	101	120	115	113
6 - Quantidadeproduzida (em unidade)	100	104	114	117	130
8 - Custo médio unitário (R$/unidade(5/6)	100	97	105	99	87

O custo médio de produção por unidade oscilou ao longo do período analisado. De P1 para P2, houve redução de 3,2%; de P2 para P3, acréscimo de 8,4%; de P3 para P4, diminuição de 5,8%; e, de P4 para P5, decréscimo de 11,9%. Dessa forma, considerando todo o período, o custo médio unitário decresceu 12,9%.

7.1.8. Da comparação entre o custo total e o preço médio

A relação custo/preço mostra a participação do custo médio unitário de produção no preço de venda da indústria doméstica no mercado interno ao longo do período analisado.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda

Em número índice

Período	Preço de Venda no Mercado Interno (A)	Custo de Produção (B)	(B/A) (%)
P1	100	100	[CONFIDENCIAL]
P2	97	97	[CONFIDENCIAL]
P3	101	105	[CONFIDENCIAL]
P4	95	99	[CONFIDENCIAL]
P5	92	87	[CONFIDENCIAL]

A participação do custo de produção no preço de venda aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Após manter-se constante de P3 para P4, essa participação diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Assim, considerando todo o período analisado, ou seja, de P1 para P5, a relação custo/preço reduziu [CONFIDENCIAL] p.p.

7.1.9 Da Evolução do Emprego e da Produtividade

A evolução do emprego e da produtividade da indústria doméstica está descrita nas tabelas a seguir.

Evolução do Emprego

Em número índice

Setor	P1	P2	P3	P4	P5
Produção	100	112	114	115	118
Administração	100	108	134	162	157
Vendas	100	177	165	151	167
Total	100	115	118	120	123

O emprego na produção aumentou continuamente ao longo do período analisado. As variações foram as seguintes: 12,1% de P1 para P2, 1,7% de P2 para P3, 1,1% de P3 para P4 e 2,1% de P4 para P5. Com isso, de P1 para P5, o emprego na produção cresceu 17,7%.

No que diz respeito ao emprego na administração, observou-se que houve crescimento até P4 e queda no período seguinte. De P1 para P2, cresceu 8,7%; de P2 para P3, 23,7%; e, de P3 para P4, 20,7%. De P4 para P5, houve redução de 3,3%. Com isso, de P1 para P5, o emprego na administração aumentou 57,1%.

Na área de vendas, o número de empregados oscilou ao longo do período considerado: aumentou 76% de P1 para P2; diminuiu 6,5% de P2 para P3 e 8,2% de P3 para P4; e voltou a crescer de P4 para P5: 9,9%. Assim, de P1 para P5, o emprego na área de vendas cresceu 66,1%.

Dessa forma, referindo-se ao número total de empregados da indústria doméstica, observou-se crescimento ao longo de todo o período analisado, nas seguintes variações: de P1 para P2, 14,7%; de P2 para P3, 2,7%; de P3 para P4, 2,2%; e, de P4 para P5, 2%. Assim, comparando P1 com P5, constatou-se que a indústria doméstica aumentou o números de empregados em 22,6%.

Produtividade por Empregado

Em número índice

Período	Produção	Empregados ligados à produção	Produção por empregado
P1	100	100	100
P2	104	112	93
P3	114	114	100
P4	117	115	101
P5	130	118	110

A produtividade por empregado ligado à produção diminuiu 7,3% de P1 para P2, aumentou 8% de P2 para P3, cresceu 1% de P3 para P4 e voltou a aumentar de P4 para P5: 9,2%. Com isso, de P1 para P5, a produção por empregado aumentou 10,4%.

A tabela a seguir informa a evolução da massa salarial da indústria doméstica ao longo do período analisado.

Massa Salarial

Em número índice

Setor	P1	P2	P3	P4	P5
Produção	100	120	165	121	129
Administração	100	216	465	306	406
Vendas	100	455	959	596	687
Total	100	137	210	148	165

A massa salarial dos empregados na linha de produção, em reais corrigidos, aumentou 20,3% de P1 para P2 e 37,1% no período subsequente (P2 para P3). De P3 para P4, houve redução de 26,6%. Com isso, com o novo crescimento de 6,7% de P4 para P5, ao se comparar P1 com P5, constatou-se aumento de 29,1%.

A massa salarial dos empregados no setor de administração, por sua vez, aumentou 116,4% de P1 para P2 e 115% de P2 para P3. De P3 para P4, houve redução de 34,3% e, de P4 para P5, voltou a crescer: 32,9%. Considerando todo o período analisado, essa massa salarial cresceu 306,4%.

Após aumentar 355% e 110,7%, de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente, a massa salarial no setor de vendas diminuiu 37,8% de P3 para P4. De P4 para P5, essa massa salarial voltou a crescer: 15,2%. Com isso, constatou-se que houve, de P1 para P5, aumento de 587% na massa salarial dos empregados da área de vendas.

Assim, a massa salarial total aumentou 36,9% de P1 para P2 e 53,1% de P2 para P3. De P3 para P4, essa massa salarial diminuiu 29,3% e, de P4 para P5, houve crescimento de 11,5%. Com isso, considerando todo o período analisado, constatou-se que a massa salarial total cresceu 65,2%.

7.1.10. Da Demonstração de Resultados e do Lucro

A Demonstração de Resultados apresentada a seguir foi obtida considerando-se as vendas no mercado interno da linha de produção de cadeados.

DRE - Vendas no Mercado Interno

Em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Faturamento Bruto	100	101	106	102	108
1.1 - IPI	100	77	0	-	-
2 - Receita Operacional Bruta (1 - 1.1)	100	104	117	113	120
3 - Deduções da Receita Bruta	100	104	106	104	112
3.1 - Tributos sobre Vendas	100	100	114	113	123
3.2 - Deduções e Abatimentos	100	105	99	75	80
3.3 - Devoluções	100	132	48	40	43
4 - Receita Operacional Líquida (2-3)	100	107	124	120	126
5 - Custo dos Produtos Vendidos	100	99	116	111	116
6 - Resultado Bruto (4-5)	100	117	133	135	150
7 - Despesas/Receitas Operacionais	100	130	155	129	152
7.1 - Despesas Gerais e Administrativas	100	118	146	116	121
7.2 - Despesas com Vendas	100	152	189	143	160
7.3 - Despesas Financeiras	100	226	128	148	196
7.5 - Outras Desp./Rec. Operacionais	100	-86	59	91	214
8 - Resultado Operacional (6-7)	100	-15.819	-26.047	7.996	-1.516

A receita operacional líquida aumentou até P3, diminuiu em P4 e cresceu em P5, sempre em relação ao período anterior. As variações foram as seguintes: de P1 para P2, acréscimo de 7,2% e de P2 para P3, de 15,9%; de P3 para P4, redução de 3,6%; e, de P4 para P5, crescimento de 5,5%. Com isso, considerando de P1 para P5, a receita operacional líquida se elevou em 26,4%.

O CPV apresentou a seguinte variação ao longo do período considerado: de P1 para P2, houve diminuição de 0,5%; de P2 para P3, aumento de 16,7%; de P3 para P4, o CPV caiu 4,8%; e, de P4 para P5, voltou a crescer: 4,9%. Considerando todo o período analisado, constatou-se que o CPV aumentou 15,9%.

O lucro bruto cresceu ao longo de todo o período analisado: de P1 para P2, aumentou 17%; de P2 para P3, 14%; de P3 para P4, 1,5%; e, de P4 para P5, 11%. Assim, o lucro bruto, de P1 para P5, aumentou 50,4%.

As despesas operacionais apresentaram as seguintes variações: de P1 para P2, houve aumento de 29,9% e, de P2 para P3, de 19,1%. De P3 para P4, essas despesas diminuíram 16,8%; e, de P4 para P5, voltaram a crescer: 17,7%. Com isso, as despesas operacionais, de P1 para P5, aumentaram 51,5%.

Dessa forma, o lucro operacional diminuiu de P1 para P2, tornando-se negativo em P2 e em P3. De P3 para P4, voltou a apresentar resultado positivo e, de P4 para P5, voltou a ser negativo. Portanto, considerando todo o período analisado, ou seja, de P1 para P5, observou-se que houve redução no lucro operacional, passando de um resultado positivo para um resultado negativo.

A tabela a seguir apresenta as margens de lucro auferidas pela indústria doméstica no período sob análise.

Margens de Lucro

Em número índice

Margem	P1	P2	P3	P4	P5
Bruta	100	109	107	113	119
Operacional	0	100	140	-45	7
Exclusive Resultado Financ.	100	107	-40	167	145

Observou-se que a margem bruta aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e voltou a crescer [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Assim, de P1 para P5, a margem bruta aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

Em se tratando da margem operacional, verificou-se que houve oscilação ao longo do período considerado. Depois do resultado positivo de [CONFIDENCIAL]% apresentado em P1, essa margem foi negativa em P2 e P3, positiva em P4 e novamente negativa em P5.

A margem operacional exclusive resultado financeiro, por sua vez, apresentou as seguintes variações ao longo do período considerado: aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, quando se tornou negativa. De P3 para P4, essa margem aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., tornando-se novamente positiva. De P4 para P5, houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. Com isso, considerando de P1 para P5, a margem operacional exclusive resultado financeiro cresceu [CONFIDENCIAL] p.p..

7.2. Da Comparação entre o Preço do Produto Objeto da Medida Antidumping e o Preço do Similar Nacional

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre o faturamento líquido de tributos e frete, em reais corrigidos, e a quantidade vendida no mercado interno no período analisado.

A fim de se comparar o preço dos cadeados importados da China com o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço do produto importado internado no mercado brasileiro.

Para o cálculo dos preços internados em reais do produto importado da China dividiu-se o total do somatório de cada operação diária em dólares, convertidos em reais, na condição CIF, ponderado pela quantidade total (em unidades), obtidos a partir dos dados detalhados de importação. A conversão foi feita com base na taxa de câmbio diária de venda obtida junto ao Banco Central do Brasil.

A esses preços, para cálculo do preço internado do produto analisado, foram adicionados: a) o Imposto de Importação (II) de 16%; b) o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% sobre o valor do frete internacional, quando marítimo; c) despesas de internação de 4%, apurada pelo Departamento na revisão anterior; e d) o valor do direito antidumping, calculado em P1 da seguinte forma: foi aplicada a alíquota ad valorem de 60,3% nas operações desembaraçadas de 1º de julho de 2007 a 22 de outubro de 2007. A partir desta data aplicou-se a alíquota específica atual, US$ 3,56 por unidade. A conversão para R$ de P1 a P5 foi feita utilizando-se a média da taxa de câmbio diária de cada período.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em seguida, os preços resultantes foram atualizados com base no IGP-DI, a fim de se obter valores em reais corrigidos.

Assim, na tabela a seguir estão relacionados o preço CIF dos cadeados importados da China internado no Brasil e o preço de venda da indústria doméstica, em moeda nacional corrigida, e a subcotação, no período de julho de 2007 a junho de 2012.

Composição do Preço CIF Internado

Em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF	100	125	88	293	208
Imposto de Importação (16%)	100	127	90	293	210
AFRMM (25%) sobre o frete	100	167	133	300	200
Despesas de Desembaraço (4%) sobre o CIF	100	117	83	283	200
Preço CIF Internado	100	126	89	294	209
Direito Antidumping	100	200	199	182	172
Preço CIF internado com direito antidumping	100	161	141	240	191

Comparação entre os preços do produto analisado internado no Brasil com direito antidumping e os da indústria doméstica

Em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
a. Preço Médio Ind. Doméstica	100	97	101	95	92
b. Preço CIF Internado com direito antidumping	100	161	141	240	191
c.Subcotação (a - b)	100	-131	-44	-418	-260

Constatou-se que o preço do produto CIF internado não se mostrou subcotado em relação ao da indústria doméstica de P2 a P5.

Uma vez que se trata da hipótese de revisão de final de período, ou seja, de verificar se há indícios de que ante a retirada do direito antidumping ocorrerá dano, procedeu-se à comparação do preço dos cadeados chineses CIF internado, sem computar o direito antidumping com a média dos preços de venda da indústria doméstica, líquido de tributos e ex fabrica.

Comparação entre os preços do produto analisado internado no Brasil sem direito antidumping e os da indústria doméstica.

Em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
a. Preço Médio Ind. Doméstica	100	97	101	95	92
b. Preço CIF Internado sem direito antidumping	100	126	89	294	209
c.Subcotação (a - b)	100	77	108	-42	11

Ao se comparar o preço do produto internado sem direito antidumping com o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno constatou-se que, ante a retirada do direito antidumping, somente em P4 não houve subcotação.

Observou-se, portanto, que há elementos indicando que na ausência do direito antidumping, muito provavelmente, as exportações de cadeados originárias da RPC ocorrerão a preços subcotados, em relação aos preços da indústria doméstica.

7.3. Do Potencial Exportador da RPC

De acordo com a peticionária, não se dispõe neste momento de informações relativas à capacidade instalada total de cadeados na China. A peticionária apresentou o volume de exportação de cadeados chineses para o mundo com base nas estatísticas oficiais da ONU e dados de capacidade instalada de algumas empresas produtoras chinesas:

Exportação China para o Mundo - NCM 8301.10.00

Em número índice

Período	US$ FOB	kg	Preço/kgg
2007	100	100	100
2008	108	93	116
2009	109	129	84
2010	145	157	92
2011	167	162	103

As capacidades produtivas de algumas produtoras chinesas estão resumidas a seguir:

Nome Empresas	Capacidade
[CONFIDENCIAL *	50 milhões de peças
[CONFIDENCIAL.**	10 milhões de peças
[CONFIDENCIAL.***	30 milhões de peças
Total das três empresas	80 milhões de peças

As peticionárias apresentaram dados apresentados são de apenas 3 empresas, tendo alegado que a China conta com mais de 150 produtores de cadeados. Ou seja, somente três empresas juntas teriam capacidade instalada 3 vezes maior que a produção brasileira.

7.4 .Da conclusão sobre a Probabilidade de Continuação ou Retomada do Dano à Indústria Doméstica

Da análise precedente dos indicadores da indústria doméstica e do mercado brasileiro de cadeados observou-se que:

(i) as vendas da indústria doméstica no mercado interno cresceram ao longo do período de análise: aumentaram 30,6% de P1 para P5e 8,4% de P4 para P5;

(ii) a produção da indústria doméstica aumentou 29,9% de P1 para P5, e 11,5%% de P4 para P5;

(iii) o grau de ocupação da capacidade instalada efetiva aumentou 10,2%, de P1 para P5, e 7,7% de P4 para P5;

(iv) o nível de estoque final da indústria doméstica cresceu 45,7% de P1 para P5, e 70,8% de P4 para P5;

(v) o faturamento líquido obtido com as vendas no mercado interno, em reais corrigidos, acumulou aumento de 19,7% de P1 para P5, e 4,8%, de P4 para P5;

(vi) o preço médio ponderado de vendas da indústria doméstica no mercado interno, em reais corrigidos, diminuiu 8,3% de P1 para P5, e 3,3%, de P4 para P5;.

(vii) o custo de produção de cadeado diminuiu de P1 para P5, 12,9% e de P4 para P5, 11,9%;

(viii) a relação custo /preço de venda no mercado interno diminuiu 2,9 p.p. de P1 para P5, e de 5,6 p.p. de P4 para P5;

(ix) a produtividade da mão de obra na produção cresceu 9,2%, de P1 para P5, e 10,4%, de P4 para P5;

(x) a margem bruta da indústria doméstica aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. A margem operacional depois do resultado nulo apresentado em P1, foi negativa em P2 e P3, positiva em P4 e novamente negativa em P5.

(xi) A margem operacional exclusive resultado financeiro, por sua vez, aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5, apesar da queda de [CONFIDENCIAL].p. de P4 para P5.

Em função do potencial exportador da RPC, não há como descartar a possibilidade de um volume significativo ser direcionado para o mercado consumidor brasileiro, ante a extinção do direito antidumping.

Além disso, não se pode deixar de notar que, caso o direito antidumping não estivesse em vigor, o preço de exportação da China, CIF internado, em moeda nacional corrigida, somente não teria sido subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em P4.

Diante do exposto, há indícios de que as exportações de cadeados para o Brasil a preços de dumping seriam realizadas em condições tais, que levariam à retomada de dano à indústria doméstica.

8. CONCLUSÃO

Consoante a análise precedente, há elementos de prova indicando que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Propõe-se, dessa forma, a abertura de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as exportações da RPC para o Brasil de cadeados, classificadas no item 8301.10.00 da NCM/SH, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do disposto no § 4º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, enquanto perdurar a revisão.

De forma a atender ao disposto no art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995, o período de investigação da retomada do dano abrangerá os meses de outubro de 2007 a setembro de 20012, e o período de investigação da retomada do dumping, os doze meses que compreendem o período de outubro de 2011 a setembro de 2012.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 419, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/08/2012, 04/09/2012, 02/10/2012 e 06/11/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, alterada pela Portaria nº 58 de 20 de março de 2012; pela Portaria nº 182 de 27 de outubro de 2011 e pela Portaria nº 237, de 28 de setembro de 2012, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/08/2012, 04/09/2012, 02/10/2012 e 06/11/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002799/2011-12
Proponente: Fundação Tide Azevedo Setubal
Título: Um Passe pra Arte
Registro:02SP029592008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.459.655/0001-71
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 491.293,01
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1892 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18064-5
Período de Captação: até 02/10/2013.
2 - Processo: 58701.001951/2012-21
Proponente: Confederação Brasileira de Basketball
Título: Basquete 3x3 Tour Nacional
Registro: 02RJ011152007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.265.884/0001-28
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.380.359,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47363-4
Período de Captação: até 15/01/2013.
3 - Processo: 58701.000808/2012-11
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA
Título: Projeto Olímpico de Saltos Ornamentais - Ano 3
Registro: 02RJ00942007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 777.712,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25152-6
Período de Captação: até 25/01/2013.
ANEXO II
1 - Processo: 58701.001431/2011-37
Proponente: Associação Esportiva Pé de Anjo
Título: Bola Cheia
Valor aprovado para captação: R$ 208.339,27
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0668 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27399-6
Período de Captação: até 30/05/2013.
2 - Processo: 58701.001492/2011-02
Proponente: Wally´s Rugby Jundiaí
Título: Wally´s Rugby Jundiaí
Valor aprovado para captação: R$ 497.224,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7045 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 5495-X
Período de Captação: até 03/03/2013.
3 - Processo: 58701.001860/2011-12
Proponente: Arte, Vida e Esporte Sob Medida
Título: Nicole de Souza de Tênis para Temporada 2012/2013
Valor aprovado para captação: R$ 369.759,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18216-8
Período de Captação: até 30/12/2013.
4 - Processo: 58701.004423/2010-61
Proponente: Arte, Vida e Esporte Sob Medida
Título: Rio - Cidade do Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 10.177.800,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17551-X
Período de Captação: até 30/12/2013.
5 - Processo: 58701.000570/2010-62
Proponente: Fundação Sócio Cultural Esportiva do Rio Grande
Título: Rio Grande Rumo às Olimpíadas de 2016
Valor aprovado para captação: R$ 7.969.298,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0084 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39940-X
Período de Captação: até 31/08/2013.

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.001840/2011-33

No Diário Oficial da União nº 197, de 10 de outubro de 2012, na Seção 1, página 51, que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 403/2012, ANEXO II, onde se lê: Período de Captação: da data de publicação até 30/09/2013, leia-se: Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 408, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Institui a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e

Considerando a importância do papel da mulher na promoção do desenvolvimento sustentável do País, e

Considerando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente e as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), para a promoção da igualdade de gênero e de empoderamento das mulheres (ONU Mulheres, 2012), resolve:

Art. 1º Instituir a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade com o objetivo de promover e desenvolver ações na dimensão do desenvolvimento sustentável no contexto do processo de fortalecimento e empoderamento da mulher brasileira.

Art. 2º A Rede será integrada por mulheres líderes da gestão executiva, de conselhos, ou tomadoras de decisão representantes de instituições, públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que reconhecidamente atuam com questões relativas à promoção de sociedades mais sustentáveis, e demais interessados, que possam formular e assumir os compromissos compatíveis com os objetivos e metas estabelecidos pela Rede.

Art. 3º A participação na Rede é voluntária e colaborativa, para troca de experiências e de informações, articulação de parcerias e sinergias entre projetos e ações, sendo considerada prestação de serviço relevante e não remunerado.

Art. 4º A Rede contará com uma estrutura de governança pelo período de um ano, a contar da data da publicação deste Instrumento, e será composta por um Conselho Estratégico, um Conselho Consultivo e uma Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. As normas de funcionamento da Rede serão definidas em regimento próprio.

Art. 5º O Conselho Estratégico atuará como instância superior de aconselhamento e decisão da Rede, e tem como missão principal identificar, propor e aprovar um modelo de governança definitivo para a Rede. Será composto por:

I - IZABELLA TEIXEIRA, Ministra de Estado do Meio Ambiente, que o presidirá;

II - CELINA CARPI, Membro do Conselho de Administração do Grupo Libra, que ocupará a Vice-Presidência do Conselho;

III - ANA TONI, Presidente do Conselho do Greenpeace;

IV - ANDREA ÁLVARES, Presidente da Divisão de Bebidas da Pepsico;

V - CONSUELO YATSUDA Moromizato Yoshida, Desembargadora Federal - Tribunal de Contas - 3ª Região SP;

VI - DANIELA DE FIORI, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos & Sustentabilidade do Wal Mart;

VII - IEDA NOVAIS, Diretora Relacionamentos da Empresa KPMG;

VIII - ISABEL FRANCO, Presidente da Divisão de Direito Internacional, New York State Bar Association, NYSBA;

IX - MARIANNE VONLACHMANN, Presidente da Global Transporte Oceânico;

X - MARISE BARROSO, Presidente Masisa Brasil;

XI - NILCÉIA FREIRE, Representante da Fundação Ford no Brasil;

XII - ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA, Presidente Executiva da ONG Movimento Rio Como Vamos; e

XIII - VÂNIA SOMAVILLA, Diretora Executiva de Recursos Humanos e Corporativos - Empresa Vale;

Art. 6º O Conselho Consultivo tem como principal missão orientar os Grupos de Trabalho e aprovar o Plano de Trabalho da Rede com base na "Plataforma 20", documento resultante da "Iniciativa Mulheres Rumo à RIO+20: A Sustentabilidade no Feminino". Será composto por:

I - ADRIANA MOREIRA, Especialista Ambiental Sênior - Banco Mundial no Brasil;

II - ANGÉLICA GOULART, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

III - CAMILA VALVERDE, Diretora de Sustentabilidade da Rede Wal Mart no Brasil;

IV - CHRISTIANNE URIOSTE, Diretora de Sustentabilidade para a América Latina da Dow;

V - CHRISTINA CARVALHO PINTO, Presidente e sócia proprietária do Grupo Full Jazz de Comunicação;

VI - CLÁUDIA LORENZO, Diretora de Negócios Sustentáveis, Coca-Cola do Brasil;

VII - DENISE HAMÚ, Coordenadora do PNUMA no Brasil;

VIII - ELIANE BELFORT, Diretora Titular do CORES-FIESP, Comitê de Responsabilidade Social e Vice-presidente do CONSOCIAL-IRS;

IX - ELISA PRADO, Diretora de Comunicação para as Américas Central e Sul da Tetra Pak;

X - GISLAINE ROSSETTI, Diretora de Relações Institucionais Regional da BASF;

XI - HELOISA OLIVEIRA, Administradora Executiva da Fundação ABRINQ;

XII - JULIANA NUNES, Diretora de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da UNILEVER;

XIII - LEDA A. S. BOGER, Diretora-Executiva do Instituto Consulado da Mulher;

XIV - LUCIA CHAYB, Diretora da Revista ECO21;

XV - LUCIANA HALL, Sócia Fundadora da VirtusBr Partners;

XVI -MARIA LUIZA PINTO, Diretora de Sustentabilidade do Santander;

XVII - MARINA GROSSI, Presidente Executiva do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável;

XVIII - REBECCA REICHAMANN Tavares, Representante da ONU Mulheres no Brasil;

XIX - ROBERTA KURUZU, Diretora Executiva da Associação Brasileira das Empresas de Vendas Diretas;

XX - SONIA FAVARETTO, Diretora de sustentabilidade da BMF&BOVESPA;

XXI - SUZANA KHAN, Subsecretária de Economia Verde da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro; e

XXII - THAIS CORRAL, Fundadora da Rede de Desenvolvimento Humano-REDEH.

Art. 7º A Secretaria-Executiva dos dois Conselhos será exercida pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, coordenada por seu titular.

Art. 8º Caberá à Secretaria-Executiva agendar as reuniões, preparar os subsídios necessários, bem como divulgar e promover as ações da Rede, em consonância com as orientações do Conselho Estratégico.

Art. 9º As representantes do Conselho Estratégico, do Conselho Consultivo e da Secretaria-Executiva terão mandato de um ano, renovável por igual período, mediante publicação de Portaria pela Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Art. 10. Eventuais despesas com diárias e passagens correrão por conta das instituições participantes, não acarretando ônus para o Ministério do Meio Ambiente. A origem bem como a forma de captação de recursos financeiros para execução de ações e projetos da Rede serão definidas pelo Conselho Estratégico.

Art. 11. As duas instâncias de aconselhamento se reunirão, pelo menos, duas vezes ao ano, ou quando necessário para deliberar assuntos de interesse da Rede.

Art. 12. A Rede manterá um portal na internet para divulgação das suas atividades e interação entre as participantes e instituições.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PORTARIA Nº 296, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, incisos III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 466ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2012, e tendo em vista o disposto na Resolução ANA nº 725, de 30 de setembro de 2012, resolveu:

Art. 1º Tornar público o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional referente ao ciclo compreendido entre 1º de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2012 por meio do endereço eletrônico:

http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/metasinstitucionais.aspx.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 679, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 468ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2012, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

Luiz Victor Santos de Moraes, rio Jaguarão, Município de Jaguarão/Rio Grande do Sul, irrigação.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 128, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN CEFLUSMME, no Município do Rio do Janeiro, no Estado do RJ.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto nº 7.515/2011, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN CEFLUSMME, criada através da Portaria IBAMA nº 104-N, de 29 de setembro de 1994, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.002224/2012-08; e

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Alterar o nome da RPPN CEFLUSMME para RPPN Céu do Mar;

Art. 2° - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar, localizada no Município de Rio do Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 3º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas à área da RPPN Céu do Mar sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da RPPN Céu do Mar, em versão impressa para consulta na sede da Unidade de Conservação no Município de Rio do Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 129, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Reserva Natural Brejo, no Município de Saloá, no Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto nº 7.515/2011, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Reserva Natural Brejo, criada através da Portaria IBAMA nº 90 de 07 de agosto de 2002, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo; Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.003939/2010-16; e

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Natural Brejo, localizada no Município de Saloá, no Estado do Pernambuco.

Parágrafo único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários a aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 3º - As condutas e atividades lesivas à área da RPPN Reserva Natural Brejo sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da RPPN Reserva Natural Brejo, em versão impressa para consulta na sede da Unidade de Conservação no Município de Saloá, no Estado do Pernambuco, na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 15 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídas as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, conforme determina a alínea "b" do inciso I do art. 11 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

II - critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

IV - práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

VII - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;

VIII - material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

IX - material permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;

X - inventário físico financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição, e o valor do bem; e

XI - compra compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 3º Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Art. 4º Os PLS devem ser elaborados pelo órgão ou entidade e sua delegação e aprovação será de responsabilidade do Secretário-Executivo do respectivo Ministério, ou cargo equivalente no caso das Autarquias, Fundações e empresas estatais dependentes.

§ 1º Os PLS poderão ser subdivididos, a critério de cada órgão ou entidade, em razão da complexidade de sua estrutura, sendo os resultados consolidados e apresentados pela autoridade referida no caput deste artigo.

§ 2º Na hipótese de o edifício ser ocupado por mais de um órgão ou entidade, cada PLS deverá conter as ações específicas e as compartilhadas que dependam de esforços conjuntos.

§ 3º Na hipótese de o órgão ou entidade não ser autorizado a realizar ações de adaptação no edifício que ocupa, tal impossibilidade deverá ser informada e justificada no PLS.

Seção II

Do Conteúdo

Art. 5º Os PLS deverão conter, no mínimo:

I - atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II - práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 6º Deverá ser constituída a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

§ 1º Os órgãos ou entidades poderão ratificar as comissões já instituídas no âmbito das iniciativas elencadas nos incisos do art. 11 para atender ao disposto no caput deste artigo.

§ 2º A Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável terá a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Art. 7º A elaboração e atualização do inventário de bens móveis deverão ser feitas em conformidade com a Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, ou normativo que a substituir.

Parágrafo único O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pelo órgão ou entidade no período de um ano, conforme Anexo I.

Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

I - material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II - energia elétrica;

III - água e esgoto;

IV - coleta seletiva;

V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII - deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Parágrafo único. As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços constantes no Anexo II poderão ser utilizadas como referência na elaboração dos PLS.

Art. 9º Os PLS deverão ser formalizados em processos e, para cada tema citado no art. 8º, deverão ser criados Planos de Ação com os seguintes tópicos:

I - objetivo do Plano de Ação;

II - detalhamento de implementação das ações;

III - unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis;

IV - metas a serem alcançadas para cada ação;

V - cronograma de implantação das ações; e

VI - previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

§ 1º Para os temas listados no art. 8º, os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados no Anexo III.

§ 2º Caso o órgão ou entidade inclua outros temas no PLS deverão ser definidos os respectivos indicadores, contendo: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração.

Art. 10. As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e nos planos de capacitação similares, no caso das empresas estatais dependentes.

Art. 11. As seguintes iniciativas poderão ser observadas na elaboração dos PLS:

I - Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;

II - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;

III - Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;

IV - Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;

V - Projeto Esplanada Sustentável - PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS; e

VI - Contratações Públicas Sustentáveis - CPS, coordenada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, na forma da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP.

Parágrafo único. Os Planos de Ação, ou instrumentos similares, das iniciativas elencadas neste artigo, poderão ser incorporados aos PLS dos órgãos ou entidades.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Os PLS deverão ser elaborados e publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:

I - consolidação dos resultados alcançados; e

II - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA

ANEXO I

Lista de Materiais de Consumo

Código[1]	Descrição do item	Quantidade	Unidade de medida	Valor Total R$[2]	Item Sustentável[3]

Obs.:
[1] Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT) para as unidades integrantes do SISG. Para as demais, utilizar código de material usualmente empregado.
[2] Somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 ano.
[3] Informar sim ou não.

ANEXO II

Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais

I - Materiais de Consumo
Papel
1. Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel; 2. Substituir o uso de documento impresso por documento digital; 3. Imprimir apenas se necessário; 4. Revisar os documentos antes de imprimir;
5. Controlar o consumo de papel para impressão e cópias; 6. Programar manutenção ou substituição das impressoras, em razão de eficiência; 7. Imprimir documentos no modo frente e verso; 8. Reaproveitar o papel impresso em apenas um lado, para a confecção de blocos de rascunho;
9. Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente; e 10. Realizar campanhas de sensibilização para redução do consumo de papel
Copos Descartáveis
1. Dar preferência para os copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem com vistas a minimizar impactos ambientais adversos; e 2. Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis.
Cartuchos para impressão 1. Dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner.
II - Energia Elétrica
1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; 2. Monitorar o consumo de energia; 3. Promover campanhas de conscientização;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Desligar luzes e monitores ao se ausentar do ambiente; 5. Fechar as portas e janelas quando ligar o ar condicionado; 6. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho - ventilação, iluminação natural; 7. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento;
8. Revisar o contrato visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do órgão ou entidade; 9. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar-condicionado mais modernos e eficientes, visando reduzir o consumo de energia;
10. Minimizar o consumo de energia reativa excedente e/ou demanda reativa excedente, visando reduzir a quantidade de reatores ou adquirindo um banco de capacitores; 11. Utilizar, quando possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; e 12. Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m² e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas "invertidas".
III - Água e esgoto
1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo; 2. Monitorar o uso da água; 3. Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água; 4. Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água;
5. Dar preferência a sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados; 6. Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva, poços artesianos; 7. Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins, de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano;
8. Dar preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes; e 9. Dar preferência à lavagem ecológica.
IV - Coleta Seletiva
1. Promover a implantação da coleta seletiva observada a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, ou outra legislação que a substituir; 2. Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados; e 3. Implantar a coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, ou outra legislação que a substituir.
V - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável. 2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados. 3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho; 4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho;
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e 6. Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.
VI - Compras e Contratações
1. Dar preferência, quando possível, à aquisição de bens reciclados ou recicláveis; 2. Dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso; 3. Incluir no contrato de reprografia a opção de impressão dos documentos em frente e verso;
4. Dar preferência, quando possível, à aquisição de papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio; 5. Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
6. Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços; 7. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
8. Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado; 9. Utilizar, quando possível, software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas (instant text messaging) ou para a transmissão de voz (Voice over Internet Protocol - VoIP);
10. Adotar, quando possível, uma rede de comunicações telefônicas, entre unidades de um mesmo órgão ou entidade; 11. Revisar normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando a racionalização em
relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos; 12. Revisar o contrato de telefonia fixa e móvel visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade; 13. Adotar segurança eletrônica, sempre que possível, nos pontos de acesso dos edifícios dos órgãos ou entidades, visando auxiliar a prestação do serviço de vigilância;
14. Revisar normas internas e os contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho; 15. Substituir, se possível, a segurança armada por desarmada, nos locais internos do órgão ou entidade; e 16. Fomentar compras compartilhadas.

ANEXO III

Sugestão de Indicadores

I - Materiais de Consumo		
Papel		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo mensal de papel branco (branqueado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	Mensal e anual
Consumo per capita de papel branco (branqueado) MMA	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco branqueado utilizadas / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com aquisição de papel branco (branqueado)	Valor (R$) gasto com a compra de papel branco (branqueado)	Mensal e anual
Copos Descartáveis		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	Mensal e anual
Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	Mensal e anual
Consumo per capita de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / total de servidores	Mensal e anual
Consumo per capita de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R$) gasto com a compra de copos descartáveis (200 ml + 50 ml)	Mensal e anual
II - Energia Elétrica		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	Mensal e anual
Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de kwh consumidos / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R$)	Mensal e anual
Gasto com energia per capita	Valor da fatura em reais (R$) / pessoal total	Mensal e anual
Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	Demanda registrada fora de ponta / Demanda contratada fora de ponta (¯%)	Mensal
Adequação do contrato de demanda (ponta)	Demanda registrada ponta / Demanda contratada ponta (¯%)	Mensal
Gasto com energia pela área	R$ / área total	Mensal e anual
III - Água e esgoto		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Volume de água utilizada	Quantidade de m3 de água	Mensal e anual
Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água/ total de servidores	Mensal e anual
Gasto com água	Valor da fatura em reais (R$)	Mensal e anual
Gasto com água per capita	Valor da fatura em reais (R$) / pessoal total	Mensal e anual
IV - Coleta Seletiva		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Destinação de papel para reciclagem	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de papelão para reciclagem	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de toner para reciclagem	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de plástico para reciclagem	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem	Mensal e anual
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de papel + Kg de papelão + Kg de plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	Mensal e anual
Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado	Mensal e anual
V - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	Anual
VI - Telefonia Fixa		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto por ramal/linha	R$ / nº ramais + nº linhas	Mensal e anual
VII - Telefonia Móvel		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto por linha	R$ / linhas	Mensal e anual
VIII - Vigilância		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Valor inicial do Posto	Valor total anual do contrato/ nº postos	Anual
Valor atual do Posto	Valor total anual de repactuação/ Valor total anual de assinatura	Anual
IX - Limpeza		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto de limpeza pela área	R$ / área interna	Anual
Grau de repactuação	Valor total anual de repactuação/ Valor total anual de assinatura	Anual

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 127, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, e a delegação de competência de que trata o art. 3º, inciso II, da Portaria MP nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I, II e III da Portaria MP nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
30000	Ministério da Justiça	6.000.000
TOTAL		6.000.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
30000	Ministério da Justiça	4.000.000
TOTAL		4.000.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
30000	Ministério da Justiça	2.000.000
TOTAL		2.000.000

Fontes: 145, 179, 182, 282, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 128, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 52, § 2 º , inciso III, alínea "a", da Lei n º 12.465, de 12 de agosto de 2011, e

Considerando a necessidade de a Controladoria-Geral da União atender a despesas com o custeio das ações de prevenção à corrupção e de promoção da transparência governamental, as quais não podem ser atendidas com recursos de contrapartida, e a existência de disponibilidade desses recursos consignados ao Projeto Observatório da Despesa Pública, financiado com recursos de doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em face da reprogramação do referido Projeto; e

Considerando a necessidade de o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada atender aos compromissos com a produção e apoio à realização de estudos e pesquisas socioeconômicos sobre os desafios para o desenvolvimento do País e suas soluções, até o final deste exercício, que, também, não podem ser atendidos com recursos de contrapartida, e a possibilidade de utilização de parte dos recursos da contrapartida nacional vinculada ao projeto "Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil - BID/IPEA", em face do atraso nas contratações de projetos previstas para o exercício corrente, resolve :

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, os identificadores de uso constantes da Lei n º 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no que concerne à Controladoria-Geral da União e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ambos vinculados à Presidência da República.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20125 - Controladoria-Geral da União
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							50.000
		ATIVIDADES							
04 124	2101 2B13	Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental							50.000
04 124	2101 2B13 0001	Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20225 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							384.000
		ATIVIDADES							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							384.000
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	3	2	90	0	100	384.000
TOTAL - FISCAL									384.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									384.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20125 - Controladoria-Geral da União
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							50.000
		ATIVIDADES							
04 124	2101 2B13	Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental							50.000
04 124	2101 2B13 0001	Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental - Nacional	F	3	2	90	5	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20225 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							384.000
		ATIVIDADES							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							384.000
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	3	2	90	2	100	384.000
TOTAL - FISCAL									384.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									384.000

PORTARIA Nº 129, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, alíneas "a" e "b", e § 1º, do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, e a delegação de competência de que trata o art. 3º, incisos I e II, da Portaria MP nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar e ajustar, respectivamente, os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, e o detalhamento contido no Anexo VI da Portaria MP nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC*
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
32000	Ministério de Minas e Energia	44.000.000
TOTAL		44.000.000

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC*
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	44.000.000
TOTAL		44.000.000

* Inclui recursos de todas as fontes.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 340, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem no art. 32 do Capítulo IV do Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005, em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei nº 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei nº 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, e no processo nº 04905.001009/2006-07, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União denominado Riacho Fundo II, constituído por área de 1.376.274,10 m², devidamente registrado sob a Matrícula nº 71.243, Livro nº 2, do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA, sob o RIP nº 9701 0101069-70.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º é de interesse do serviço público na medida em que será destinado à execução de projeto social de regularização urbanística e fundiária, nos termos do art. 5º, parágrafo único, Decreto-Lei nº 2.398, de 1987, com redação dada pelo art. 33, da Lei nº 9.636, de 1998, para fins de regularização fundiária de interesse social de ocupações já existentes, beneficiando aproximadamente 5.300 (cinco mil e trezentas) famílias.

Art. 3º A SPU/DF dará conhecimento do teor desta Portaria ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Governo do Distrito Federal.

Art. 4º Revoga-se a portaria nº 210, de 02 de agosto de 2007.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

PORTARIA Nº 341, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO ADJUNTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os autos do processo nº04905.004143/2012-08, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de provisão habitacional de interesse social, no âmbito do Programa "Minha Casa Minha Vida", o imóvel da União classificado como próprio nacional, denominado Edifício Getúlio Vargas, localizado à Rua do Rosário, s/n°, município de Vitória, Estado do Espírito Santo, com área de terreno total de 961,43 m², e área construída de 9.764,00 m², inscrito sob o RIP nº5705 00065.500-0, e devidamente registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis e Registro Torrens da 1ª Zona da Comarca de Vitória, sob a Matrícula nº 15.156, Livro 2BI.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as características e confrontações descritas às fls. 32 do processo em epígrafe.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à execução de projeto de provisão habitacional de interesse social, direcionado ao atendimento de famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida".

Art. 3º Considerando o interesse da CAIXA, na qualidade de Agente Gestor do Fundo de Arrendamento residencial - FAR e agente executor do Programa "Minha Casa Minha Vida", em receber o referido imóvel, fica o Município de Vitória autorizado a realizar chamamento público de empresas construtoras interessadas na execução de projeto de provisão habitacional de interesse social.

Artigo 4º Considerando que as empresas do setor da construção civil necessitam vistoriar o imóvel descrito no art. 1º, com o objetivo de apresentar à CAIXA detalhamento da proposta de construção, ficam as empresas solicitantes autorizadas a ter pleno acesso ao imóvel, desde que habilitadas na CAIXA.

Art. 5º A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição responsável e ao Município.

Art. 6° Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 42, 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à CASA DE ORAÇÃO MUNDIAL, inscrita sob CNPJ nº 06.219.408/0001-35, de área total da União com 2.500,00m², situada na Av. Otávio Man-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

gabeira, Praia de Pituaçu (em frente ao Circo Picolino), no município de Salvador, estado da Bahia, destinada à realização do evento religioso denominado "Celebração do Batismo Coletivo", que acontecerá no dia 17 de novembro de 2012, de acordo com os elementos constantes do Processo N° 04941.011063/2012-64.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 2.353,75(dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, 01 (uma) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ANTONIO ROCHA DIAS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 30, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, e Art. 14 e seus parágrafos do Decreto 3.725, de 11/01/2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título ONEROSO e precário, à D & E EMPREENDIMENTOS E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ 14.413.988/0001-25, da área de uso comum do povo, situada no início da Av.Beira Mar, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, para realização do evento "II Corrida do Batom", que totaliza uma área de 167,00m², de acordo com os elementos informativos constantes do Processo 04988.006361/2012-04.

Art. 2º A área de propriedade da União a ser utilizada fica sob a responsabilidade da D & E EMPREENDIMENTOS E EVENTOS LTDA, no período de 09/11/2011 a 12/11/2011, durante o qual a Permissionária se encarrega pela segurança, limpeza, manutenção, conservação do espaço citado, comprometendo-se a entregá-lo, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

Art. 3º Para fins de cobrança, pela União, foram recolhidas as taxas de R$ 300,00 (trezentos reais), referente aos custos administrativos da União, conforme previsto no Art. 14, parágrafo 6º, do Decreto nº 3.725/2001, e de R$1.010,65 (hum mil, dez reais e sessenta e cinco centavos), referente à retribuição por permissão de uso relativa à área utilizada para instalação dos equipamentos do evento, importância essa recolhida ao Tesouro Nacional, através de DARF, cuja cópia encontra-se anexada ao mencionado processo.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão, se obriga a Permissionária a afixar, no mínimo, 01 (uma) placa em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de placas da SPU, com a seguinte informação: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

JORGE LUIZ DE OLIVEIRA QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 17, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 3º inciso I da Portaria nº 200 de 29 de junho de 2010 da Senhora Secretária do Patrimônio da União, publicada no D.O.U de 30/06/2.010, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04921001127/2012-57, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargos, que faz o Município de Porto Murtinho/MS à União, com base na Lei nº 1486 de 19 de dezembro de 2011, de imóvel com área de 30,0504ha, denominado Fazenda Santa Cruz, parte da Transcrição nº 3.691 do CRI de Porto Murtinho/MS, RIP nº 9137.00163.500-4, localizado no Município de Porto Murtinho/MS, avaliado em R$ 45.075,60 (quarenta e cinco mil e setenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme Ficha de Informação de Valor- F.I.V constante à fl. 31 dos autos, com a seguinte descrição perimetral: ponto inicial marco MD01 localizado em comum com as terras da Fazenda Flor da Selva e Fazenda Santa Cruz parte remanescente.; partindo do marco MD01, com azimute verdadeiro de 94°53'59" e com distância de 413,23m, encontra-se o marco MD02; partindo do MD02, com azimute verdadeiro de 180°17'43" e com distância de 956,61m, encontra-se o marco MD03; o intervalo compreendido entre os marcos MD01 e MD03 confrontam-se com a parcela remanescente da fazenda Santa Crus; partindo do marco MD03, azimute verdadeiro de 271°16'32" e com distância de 30,99m, encontra-se o ponto P05, partindo do ponto P05, com azimute verdadeiro de 280°02'35" e com distância de 41,08m, encontra-se o P06; partindo do ponto P06, com azimute verdadeiro de 292°46'04" e com a distância de 45,18m, encontra-se o ponto P07, partindo do ponto P07, com azimute verdadeiro 307°14'57"e com distância de 53,27m, encontra-se o ponto P08; partindo do ponto P08, com azimute verdadeiro de 321°18'53"e com a distância de 42,32, encontra-se o P09, partindo do ponto P09, com azimute verdadeiro de 334°37'14" e com distância de 49,96m, encontra-se o P10; partindo doo P10, com azimute verdadeiro de 341°26'21" e com a distância 393,93m, encontra-se o P11, partindo do P11, com azimute verdadeiro de 337°26'53" e com a distância de 50,47m, encontra-se o P12; partindo do ponto P12, com azimute verdadeiro de 331°41'40" e com a distância de 40,86m, encontra-se o P13, partindo do ponto P13, com azimute verdadeiro de 325°31'26" e com distância de 17,97m, encontra-se o marco M1; o intervalo compreendido entre os marcos MD03 e M1 confrontam-se com a faixa de domínio da BR-267, início da presente descrição e confrontação formando um polígono irregular com área de 300.504,00m² (trezentos mil, quinhentos e quatro metros quadrados), e perímetro de 2.522,27m (dois mil, quinhentos e vinte e dois metros e vinte e sete centímetros), conforme Memorial Descritivo acostado as fls. 23 e 24 do processo em referência;

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria, será destinado ao Comando do Exército -9 ª Região Militar, para construção de estande de tiro para 2ª Companhia de Fronteira.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO SERGIO SOBRAL COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 75, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 39 do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012; no art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União; tendo em vista subdelegação de competência conferida pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e em consonância com o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04926.000014/2007-27, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, ao Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, do imóvel situado no lugar denominado "Sítio do Deolindo", naquele Município, com área de 46.412,31 m², adquirido por doação, conforme Escritura Pública do 2º Ofício daquela Comarca, datada de 20/12/1958, registrado sob a matrícula nº 11.924, às fls. 83 do Livro nº 3-L do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Diamantina, MG.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA Tipo 3, Academia de Saúde, Centro de Promoção a Saúde Sexual, CAPS III, CEO, SAMU, Usina de Asfalto, sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Reserva Natural no local.

Art. 3º O prazo dessa cessão será de vinte anos, contado da data da assinatura do contrato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 46, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 842, de 17 de outubro de 2011, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à Federação dos Cultos Afro-brasileiros no Estado da Paraíba, CNPJ nº 16.868.594/0001-97, de uma área de 900,00m² de uso comum do povo, localizado nas areias da praia de Tambaú e Cabo Branco, nas mediações do Busto de Tamandaré, na cidade de João Pessoa/PB, para realização do evento "Festa de Iemanjá". A presente autorização é válida para o período de 05 a 09 de dezembro de 2012, tudo em conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001784/2012-85, após o qual toda a área deverá estar totalmente livre.

Art. 2° A outorga da permissão de uso atribui à Federação dos Cultos Afro-brasileiros no Estado da Paraíba, além de outras obrigações como o zelo e responsabilidade pela área no período mencionado, o pagamento de R$ 1.550,49 (um mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos) à União pelo uso do bem público.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA DE MIRANDA PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 41, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005, de conformidade com o disposto na Portaria nº 200, de 29/07/2010, e Portaria nº 40, ambas da Secretária do Patrimônio da União, com fundamento no § 1º do art. 23 da Lei nº 9.636/98, e no inciso III do art. 103 do Decreto-lei nº 9.760/46, resolve, por este ato, AUTORIZAR a remição do aforamento e conseqüentemente a extinção do aforamento concedido a empresa Magister Administradora de Bens Ltda., pela alienação do domínio direto do imóvel caracterizado como lote de terreno nº 08, da quadra nº 04, da Planta Jardim Guabirotuba, em Curitiba/PR, pelo valor de R$ 63.789,10 (sessenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos), de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 10980.005687/85-27, visto não subsistir os motivos que determinaram a aplicação do regime enfitêutico.

Art.1º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTÔNIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 68, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à empresa RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 06.998.046/0001-28, das áreas de uso comum do povo com 2.000,00m² na Praia do Leme e no calçadão que a margeia, localizada à altura da Rua Anchieta, Município do Rio de Janeiro/ RJ, nos dias 30 e 31 de outubro de 2012, destinada à realização de filmagens de cenas do longa metragem provisoriamente intitulado "Mato Sem Cachorro", de acordo com os elementos constantes do Processo número 04967.018506/2012-50.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a afixar na área indicada no artigo 1º desta Portaria e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "RIO DE JANEIRO / RJ".

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 69, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Declarar regularizada, sob o regime da permissão de uso, a título oneroso e precário, a utilização pela empresa YESCOM SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.107/0001-31, dos terrenos de acrescidos de marinha com a área total de 6.113,25m² situados no Aterro do Flamengo, sendo: 5.040,00m² à altura da Praça Cuauhtémoque; e, 1.073,25m² à altura do "Monumento aos Pracinhas", Município do Rio de Janeiro/ RJ, no período e 03 a 05 de agosto de 2012, onde foram instaladas as estruturas que constituíram a base organizacional do evento esportivo "2ª Corrida e Caminhada Esperança - 2012", de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04967.012852/2012-24.

Art. 2° O valor devido à União, já recolhido ao Tesouro Nacional, em decorrência da presente permissão de uso foi de R$ 3.026,06 (três mil e vinte e seis reais e seis centavos).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de novembro de 2012

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:
Processo: 46212007179201283 Empresa: ROSANGELA DE SOUZA CONSTRUCAO - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMIL PEKOV DOBREV Passaporte: 363823473, Processo: 46094031209201266 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEN-PANG YU Passaporte: 210094901, Processo: 46094031207201277 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHENG-TE YANG Passaporte: 210891057, Processo: 46094031205201288 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIH-HAO HSU Passaporte: 213260246, Processo: 46094031210201291 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHEN-YANG HAN Passaporte: 305167420, Processo: 46094031208201211 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIAN-JING LIN Passaporte: 215457038, Processo: 46094031204201233 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIH-HUNG CHUNG Passaporte: 216662206, Processo: 46094031206201222 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUNG-HUNG CHIU Passaporte: 302017835, Processo: 46094031212201280 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIN-MEI FU Passaporte: G56749020, Processo: 46094031608201227 Empresa: SANTA PRODUCAO DE FILMES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS MIKAEL LINDAHL Passaporte: 82025556, Processo: 46094038406201214 Empresa: PROGISYS SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GÄETAN MARIE BAUDOUIN ODART DE RILLY D'OYSONVILLE Passaporte: 10CZ05235, Processo: 46094037538201211 Empresa: UTE PORTO DO ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD BALLARD Passaporte: 105015780, Processo: 46094037540201290 Empresa: UTE PORTO DO ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS-JOACHIM URSELMANN Passaporte: 182017273, Processo: 46094037539201265 Empresa: UTE PORTO DO ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC-HENDRIK REGINALD HERFRID HARO PRABUCKI Passaporte: 504308098, Processo: 46094034736201222 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: LADISLAV TUSKA Passaporte: 38811424, Processo: 46094034735201288 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MILAN DVORAK Passaporte: 39165358, Processo: 46094034694201220 Empresa: SINCOL SA INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS SANTOS SIMON Passaporte: BA257179, Processo: 46094037980201247 Empresa: BACCO TERRACOTTA TOSCANA CERAMICA LTDA ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBINO CARLO MOI Passaporte: YA3284431, Processo: 46094038163201214 Empresa: LUCKY UM COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTING XIE Passaporte: G56990970, Processo: 46094039568201261 Empresa: KUAILE DO BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KUAILE CAI Passaporte: G31397549.

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu por decurso de prazo os seguintes pedidos de autorização de trabalho:
Processo: 46094043490201107, Processo: 46094013922201228, Processo: 46094013148201255, Processo: 46094018363201242, Processo: 46094012002201292, Processo: 46094014063201294, Processo: 46303000170201222, Processo: 46217002987201212, Processo: 46094018098201201, Processo: 46094018858201271, Processo: 46094014597201211, Processo: 46094016581201242, Processo: 46094013941201254, Processo: 46094014740201274, Processo: 46094014086201207, Processo: 46094014466201233, Processo: 46208007282201292, Processo: 46205007158201257, Processo: 46204006232201228, Processo: 46094020325201250, Processo: 46318000795201225, Processo: 46094018364201297, Processo: 46094016659201229, Processo: 46205007892201216, Processo: 46094020349201217, Processo: 46094018083201234, Processo: 46202007201201212, Processo: 46094018479201281, Processo: 46094018480201214, Processo: 46094018180201227, Processo: 46318000913201203, Processo: 46094020976201240, Processo: 46094022488201277, Processo: 46880000121201236, Processo: 46094018474201259, Processo: 46094021085201219, Processo: 46094021745201253, Processo: 46094020112201228, Processo: 46207004668201252, Processo: 46207004664201274, Processo: 46207004669201205, Processo: 46207004665201219, Processo: 46207004666201263, Processo: 46207004670201221, Processo: 46207004667201216, Processo: 46207004702201299, Processo: 46094020296201226, Processo: 46215017867201221, Processo: 46094013795201267, Processo: 46094020988201274, Processo: 46094027868201206, Processo: 46094025124201249 Processo: 46094021987201247, Processo: 46094026207201255, Processo: 47827000111201216, Processo: 46318000839201217, Processo: 46094023084201209, Processo: 46094023085201245, Processo: 46094025555201213, Processo: 46094023121201271, Processo: 46094025875201265, Processo: 46094026276201269, Processo: 46094022537201271, Processo: 46094023009201230, Processo: 46094018867201262, Processo: 46094034043201230, Processo: 46094024013201215, Processo: 46094016577201284, Processo: 46222007093201231, Processo: 46094028380201298, Processo: 46094025131201241, Processo: 46212009259201273, Processo: 46205014454201212, Processo: 46094026665201294, Processo: 46094028334201299, Processo: 46224003436201279, Processo: 46215021225201227, Processo: 46094031206201222 Processo: 46212008754201265, Processo: 46094029249201248, Processo: 46370000083201271, Processo: 47758000089201267, Processo: 46094027733201232, Processo: 46094028211201258, Processo: 46094028382201287, Processo: 46212009212201218, Processo: 46200000875201206, Processo: 46607000034201218, Processo: 46094029815201211, Processo: 46094029972201227, Processo: 46094029971201282, Processo: 46094032447201299, Processo: 46094032450201211, Processo: 46215021881201220, Processo: 46094031772201234, Processo: 46094032448201233, Processo: 46094031783201214, Processo: 46094031777201267, Processo: 46094032275201253, Processo: 46222008890201236, Processo: 46094033633201245, Processo: 46222009450201204, Processo: 46094031194201236, Processo: 46094029828201291, Processo: 47758000094201270, Processo: 46094031815201281, Processo: 46607000018201225, Processo: 46607000020201202, Processo: 46094013794201212, Processo: 46094016580201206, Processo: 46094016564201213, Processo: 46094016102201298, Processo: 46094019214201209, Processo: 46094019213201256, Processo: 46094019381201241, Processo: 46094019217201234, Processo: 46094019221201201, Processo: 46094019382201296, Processo: 46094019201201221, Processo: 46094019220201258, Processo: 46094019215201245, Processo: 46094019218201289, Processo: 46094019212201210, Processo: 46094019219201223, Processo: 46094019386201274, Processo: 46094019216201290, Processo: 46094019383201231, Processo: 46094019387201219, Processo: 46094019208201243, Processo: 46094019385201220, Processo: 46094019207201207, Processo: 46094019206201254, Processo: 46094019210201212, Processo: 46094019211201267, Processo: 46094019200201287, Processo: 46094019209201298, Processo: 46094023134201240, Processo: 46094023133201203, Processo: 46094022932201254, Processo: 46094022931201218, Processo: 46094022929201231, Processo: 46094022930201265, Processo: 46094022927201241, Processo: 46094022928201296, Processo: 46094022926201205, Processo: 46094022924201216, Processo: 46094022925201252, Processo: 46094022922201219, Processo: 46094022923201263, Processo: 46094022917201214, Processo: 46094022921201274, Processo: 46094022920201220, Processo: 46094022918201251, Processo: 46094022919201203, Processo: 46094022914201272, Processo: 46094022915201217, Processo: 46094022916201261, Processo: 46094022910201294, Processo: 46094022912201283, Processo: 46094022913201228, Processo: 46094022902201248, Processo: 46094022903201292, Processo: 46094022908201215, Processo: 46094022909201260, Processo: 46094022911201239, Processo: 46094022904201237, Processo: 46094022905201281, Processo: 46094022906201226, Processo: 46094022907201271, Processo: 46094022893201295, Processo: 46094022888201282, Processo: 46094022894201230, Processo: 46094022895201284, Processo: 46094022896201229, Processo: 46094022897201273, Processo: 46094022898201218, Processo: 46094022899201262, Processo: 46094022900201259, Processo: 46094022901201201, Processo: 46094022892201241, Processo: 46094022891201204, Processo: 46094022890201251, Processo: 46094022889201227, Processo: 46094020739201289, Processo: 46094021075201275, Processo: 46094021076201210, Processo: 46607000024201282, Processo: 46607000022201293, Processo: 46607000019201270, Processo: 46607000023201238, Processo: 46094021448201216, Processo: 46094025577201275, Processo: 46607000021201249, Processo: 46094026496201292, Processo: 46094026534201215, Processo: 46094033648201211, Processo: 46094033651201227, Processo: 46094033649201258, Processo: 46094029787201232, Processo: 46094029153201280, Processo: 46094029390201241, Processo: 46094029590201201, Processo: 46094029586201235, Processo: 46094033650201282, Processo: 46094016813201262, Processo: 46094010396201244, Processo: 46094031033201242, Processo: 46094013731201266, Processo: 46094019280201271, Processo: 46094019281201215 Processo: 46094016810201229, Processo: 46217005390201211, Processo: 46094015616201226 Processo: 46259001903201229, Processo: 46210001426201258, Processo: 46094017593201294, Processo: 46220003857201230, Processo: 46094030065201221, Processo: 46094030066201275, Processo: 46094030912201257, Processo: 46223002006201240, Processo: 46094012719201234, Processo: 46094030303201206, Processo: 46207006907201217, Processo: 46094030650201221, Processo: 46094013157201246, Processo: 46094030903201266, Processo: 46094003610201214, Processo: 46094002494201216, Processo: 46204004562201289, Processo: 46094011444201211, Processo: 46094018749201254, Processo: 46094020641201221, Processo: 46205008543201211, Processo: 47758000049201215, Processo: 46220002682201243, Processo: 46222006361201206, Processo: 46220002626201217, Processo: 46094025765201201, Processo: 46094023210201217, Processo: 46094025033201211, Processo: 46202009793201207, Processo: 46202009722201204, Processo: 46217006375201291, Processo: 46094024239201216, Processo: 46094025559201293, Processo: 46094018857201227, Processo: 46094018860201241, Processo: 46094029200201295, Processo: 46094029201201230, Processo: 46204006927201218, Processo: 46094030199201241, Processo: 46220004678201210, Processo: 46094030783201205, Processo: 46201003435201292, Processo: 46205016517201267, Processo: 46205017073201287.

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nos 0519/2012 de 06/11/2012, 0520/2012 de 07/11/2012, 0537/2012 de 08/11/2012 e 0538/2012 de 09/11/2012, respectivamente:
Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:
Processo: 46094041026201259 Empresa: JOINVILLE BASQUETEBOL ASSOCIADOS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MILTON GARNER Passaporte: 499228392.
Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:
Processo: 46094013625201282 Empresa: UM TETO PARA MEU PAIS - BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL MALDONADO MARQUINEZ Passaporte: 06370026785, Processo: 46224001493201213 Empresa: C S N CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Albino de sá miranda Passaporte: J852021, Processo: 46094015622201283 Empresa: MDC13 RIO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN DAVID RIBAS Passaporte: 07AL51516, Processo: 46094011408201258 Empresa: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO GUIDO QUIROZ MOYA Passaporte: 5509206, Processo: 46094020616201248 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ANTONIO CERQUEIRO RODRIGUEZ Passaporte: AAE736375, Processo: 46094037586201217 Empresa: ABB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARKO TAPIO RAMSTEDT Passaporte: PH9505665, Processo: 46215019753201216 Empresa: CENTRO DE FORMACAO PROFISSIONAL ALZIRA DE ALELUIA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Noel Okounhola Passaporte: A00662209, Processo: 46094028739201227 Empresa: SEMYOUNGJIN HI-TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PALETES METALICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANWOO LEE Passaporte: M73053105, Processo: 46094028738201282 Empresa: SEMYOUNGJIN HI-TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PALETES METALICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONG HYUN KIM Passaporte: M16299277, Processo: 46094028737201238 Empresa: SEMYOUNGJIN HI-TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PALETES METALICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANGGYU CHOI Passaporte: M77839483, Processo: 46094028741201204 Empresa: SEMYOUNGJIN HI-TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PALETES METALICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAE-WOOK LEE Passaporte: M38632494, Processo: 46094028845201219 Empresa: FRANCESCHINI CAMPUS - SERVICOS DE APOIO DOCUMENTAL S/S LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miquel Pardina Villanueva Passaporte: BB893550, Processo: 46215021763201211 Empresa: NAPROSERVICE OFFSHORE ESTALEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER JOHANNES ALDUS Passaporte: NTL2949P2, Processo: 46094031211201235 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIAN-FENG ZHANG Passaporte: G50562166, Processo: 46222008289201243 Empresa: BOI BRANCO COMERCIAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE BOVINOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALI KHALIFE Passaporte: RL1921024, Processo: 46094030752201246 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENSUKE ITO Passaporte: TK7250000, Processo: 46094033822201218 Empresa: AMAZON VALLEY ACADEMY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Douglas Bruce Tader Passaporte: 482522253, Processo: 46094037666201264 Empresa: SODECIA DA BAHIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO CARLOS PENTEADO MARMELO Passaporte: L334165, Processo: 46094036945201219 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLA DANIELA ISLER MUCI Passaporte: 042819141, Processo: 46094039046201260 Empresa: SIMI BRASIL MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO CARLOS ROSA CORREIA Passaporte: G611449, Processo: 46094039524201231 Empresa: BLANCON DO BRASIL SERVICOS TECNICOS DE LIMPEZA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI MANUEL PINTO DE CARVALHO Passaporte: J777633, Processo: 46094037383201212 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELDER GUSTAVO VARANDAS AFONSO Passaporte: M094487, Processo: 46094037379201254 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LILIANA PATRÍCIA NOGUEIRA ALVES Passaporte: M106858, Processo: 46094038720201299 Empresa: CVN COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ALEJANDRO LORENZO ZUNIGA Passaporte: XDA617996, Processo: 46094038877201214 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDRA IVETHE VAZQUEZ ESCAMILLA Passaporte: G08288238, Processo: 46094038483201266 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICENTE MARINO ROIZ Passaporte: 047175950, Processo: 46094039078201265 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUMIO YOKOMICHI Passaporte: THO582836, Processo: 46094039769201269 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MOTOYA TAZAKI Passaporte: TK6020280, Processo: 46094038421201254 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Helder Jose Reis Santos Lima Passaporte: M294646, Processo: 46094035492201203 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEIL JAMES HALL Passaporte: 720111943, Processo: 46094038738201291 Empresa: SILA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Dia(s) Estrangeiro: GIANPIETRO DINISI Passaporte: YA2742648, Processo: 46094039808201228 Empresa: ERNST &

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO ANDRE BAPTISTA REIS VIEIRA Passaporte: H684813, Processo: 46094038614201213 Empresa: IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM JOSE DE LIMA CAMPOS FARIA Passaporte: M258033, Processo: 46094036298201237 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JITHIN JAMES Passaporte: H3589786, Processo: 46094036302201267 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIHIR PANKAJRAI DESAI Passaporte: H6392123, Processo: 46094036301201212 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SENTHIL KUMAR KADIRVELU Passaporte: J9406512, Processo: 46094036308201234 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VANI SHARMA Passaporte: J3777536, Processo: 46094036307201290 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LOKESH NARANG Passaporte: F9389611, Processo: 46094036306201245 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJESH CHENNA Passaporte: F2297251, Processo: 46094036305201209 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAURAV CHAKLADAR Passaporte: G0116551, Processo: 46094038396201217 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NORIYOSHI MORINAGA Passaporte: TH9897511, Processo: 46094037659201262 Empresa: ALCANTARA CYCLONE SPACE (EMPRESA BINACIONAL BRASILEIRA-UCRANIANA COM SEDE EM BRASILIA) Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KUTOVYI OLEKSANDR Passaporte: EA107722, Processo: 46094037660201297 Empresa: ALCANTARA CYCLONE SPACE (EMPRESA BINACIONAL BRASILEIRA-UCRANIANA COM SEDE EM BRASILIA) Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERHII TSARIK Passaporte: EP117412, Processo: 46094038308201279 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fernando Manuel Cruz Pereira Passaporte: L581055, Processo: 46094038141201246 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NANNE JOOST SLUIS Passaporte: NT4B63JF8, Processo: 46212012430201221 Empresa: LOJAS COPPEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HECTOR ISAO NINOMIYA CAZAREZ Passaporte: G03502859, Processo: 46094039102201266 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTEO PARMEGGIANI Passaporte: B752172, Processo: 46094038485201255 Empresa: LAGOA DA SERRA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FOKKE HARMEN TOLSMA Passaporte: BX44LDR61, Processo: 46094038179201219 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYOSUKE TSUBUKU Passaporte: TH3826160, Processo: 46094037364201296 Empresa: MEDIA MOTIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO VAIA Passaporte: E770174, Processo: 46094037303201229 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUI CHEN Passaporte: G55942321, Processo: 46094038198201245 Empresa: CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO PAULO BARREIRO SOARES Passaporte: J830413, Processo: 46094037853201248 Empresa: SARPEL BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER VIEITES PARDO Passaporte: AAG258449, Processo: 46094038976201204 Empresa: DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA CAROLINA HIDALGO VIEIRA Passaporte: 022260301, Processo: 46094038482201211 Empresa: BT COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE NAJERA FERNANDEZ Passaporte: BF172495, Processo: 46094038453201250 Empresa: COMPANHIA PROMOTORA UCI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREIA MARIA HENRIQUES PEREIRA DE ALMEIDA COSTA Passaporte: G765320, Processo: 46094038307201224 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pedro Miguel Pinto Marques Passaporte: L111325, Processo: 46094038870201201 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMOO NISHINO Passaporte: TK5205403, Processo: 46094038232201281 Empresa: SAAB INTERNACIONAL DO BRASIL REPRESENTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrew Keith Wilkinson Passaporte: 109692651, Processo: 46094038793201281 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN ESKE BRONNUM SCAVENIUS Passaporte: NR296H3C9, Processo: 46094038740201260 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATANU NATH Passaporte: H7809307, Processo: 46094037768201280 Empresa: GERMANISCHER LLOYD DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL JORGE DA COSTA Passaporte: 465132069, Processo: 46094037627201267 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO PEREZ RODRIGUEZ Passaporte: BF478025, Processo: 46094038535201202 Empresa: INTERTEK DO BRASIL INSPECOES LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JORGE ALBERTO CALDERON-GARCIA Passaporte: 464681064, Processo: 46094038565201219 Empresa: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO COMPIERCHIO Passaporte: YA3193367, Processo: 46094038156201212 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL THOMAS PLOUFF Passaporte: 482517905, Processo: 46094039758201289 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: TOSHIMITSU SATO Passaporte: TH0090489, Processo: 46094038484201219 Empresa: CHINA LAKE RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOJIANG DONG Passaporte: G59711304, Processo: 46094038267201211 Empresa: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JAMES EVANS Passaporte: 422109979, Processo: 46094038809201255 Empresa: BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE MIGUEL DO VALE FERNANDES Passaporte: H167479, Processo: 46094038249201239 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUOFENG LUO Passaporte: G61391459, Processo: 46094039809201272 Empresa: SYRAL DO BRASIL COMERCIO DE AMIDOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENOIT LEUPERT Passaporte: 03EC35724, Processo: 46094037998201249 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN ENRIQUE TRILLOS GOMEZ Passaporte: AN370762, Processo: 46094037997201202 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICIA MONSERRAT JARA GUZMAN Passaporte: G04212203, Processo: 46094038175201231 Empresa: BRASIL PLURAL CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZUBIN DANIEL MARTIN HUBNER Passaporte: 800690046, Processo: 46094038929201252 Empresa: TEMASEK BRASIL CONSULTORIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIAN HONG SIM Passaporte: S8407267B, Processo: 46094038503201207 Empresa: CAFEREDES, CONSTRUCOES, INSTALACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ALEXANDER NIÑO CASTAÑO Passaporte: AN437297, Processo: 46094039768201214 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: RAJASEKAR KALIYAPERUMAL Passaporte: H9988361, Processo: 46094038287201291 Empresa: HENKEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID AGUIRRE ORDONEZ Passaporte: G06474497, Processo: 46094038345201287 Empresa: AZUL BLUE COMERCIO DE ROUPAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MADELEINE DEL CARMEN DIAZ AGUILERA Passaporte: 055373746, Processo: 46094038297201227 Empresa: MAKSEN CONSULTING - CONSULTORIA, ENGENHARIA E SISTEMAS DE INFORMACAO, LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO RICARDO SUSTELO SANTOS DIAS Passaporte: M031406, Processo: 46094038294201293 Empresa: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKAHIRO FUJISAKI Passaporte: TK4501227, Processo: 46094039002201230 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL MARTIN DE BUSTAMANTE GONZALEZ Passaporte: AAE891558, Processo: 46094038587201271 Empresa: GLAMOUR COMERCIO DE CABELOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AJEET BHAGWANDAS JHAMNANI Passaporte: J3410891, Processo: 46094038810201280 Empresa: ENERGEST S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO FILIPE GONCALVES BUGARIM Passaporte: L623483, Processo: 46094038534201250 Empresa: EADS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANE RUIZ Y HINOJOSA Passaporte: 11CV05369, Processo: 46094039087201256 Empresa: KME AUTOMACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS JURGEN TATZEL Passaporte: CGWVLZWPH, Processo: 46094038524201214 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT WILLIAM MILLER Passaporte: 490449771, Processo: 46094038518201267 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERRI MELANIE WILLIS SHERLOCK Passaporte: A3383585, Processo: 46094039135201214 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HONGFEI ZHU Passaporte: G52579858, Processo: 46094038803201288 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH AARON RICHMAN Passaporte: 141613800, Processo: 46094038801201299 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN SIAW-LOONG SAM Passaporte: QD796061, Processo: 46094038805201277 Empresa: IGUASPORT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE OLIVIER SIMON Passaporte: 10AI37974, Processo: 46094038702201215 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVIA DEL ROCIO GRANDES VILLAMARIN Passaporte: 0501538664, Processo: 46094039014201264 Empresa: KEIPER TECNOLOGIA DE ASSENTOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL WERNER DREYER Passaporte: 220704129, Processo: 46094039109201288 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCA MURIAS DE MATOS Passaporte: L100695, Processo: 46094039112201200 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR RAFAEL PEREIRA LINARES Passaporte: BD188994, Processo: 46094039108201233 Empresa: INFORMATICA EL CORTE INGLES BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL LUIS FUNES MARTINEZ Passaporte: BC768532, Processo: 46094038989201275 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCOS ARMANDO SANABRIA RIVERA Passaporte: 303640426, Processo: 46094039258201247 Empresa: GOLDMAN SACHS DO BRASIL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luca Cipiccia Passaporte: YA4110018, Processo: 46094039187201282 Empresa: BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANIE FERNÁNDEZ BUCH Passaporte: NP3CD9810, Processo: 46094039132201272 Empresa: CASTROL BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENISE GARZA Passaporte: 460923517, Processo: 46094039510201218 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DR BORBE Passaporte: 536576124, Processo: 46094039440201206 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI DANIEL LOPES PÓ Passaporte: J805002, Processo: 46094039186201238 Empresa: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL DIEGO DE CRISTOBAL Passaporte: 24069391N, Processo: 46094037017201263 Empresa: SICK SOLUCAO EM SENSORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENEDIKT SEBASTIAN FRANK Passaporte: 671922307, Processo: 46094039511201262 Empresa: ARUP BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO LAZO ELIZONDO Passaporte: 099122776, Processo: 46094039514201204 Empresa: ALGECO SCOTSMAN PARTICIPACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN MONTEMAYOR MARISCAL Passaporte: G09282486, Processo: 46094039782201218 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO, INDUSTRIA, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA EOLICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO PEIRO LATORRE Passaporte: AAE857247, Processo: 46094039780201229 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO, INDUSTRIA, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA EOLICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO AGUAYO ALONSO Passaporte: BF232553.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094038296201282 Empresa: RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CANDICE LAETITIA MURIEL METTETAL Passaporte: 06AI22403, Processo: 46094040001201238 Empresa: RBS PARTICIPACOES S A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Albert Berenguer Vall-llobera Passaporte: AAF937874.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094037709201210 Empresa: VIDEOLAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Thibaut Charles Joseph Albert Pesnel Passaporte: 10AA57882, Processo: 46094031666201251 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL SOTTIMANO Passaporte: AA2214356, Processo: 46094032091201293 Empresa: GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO DONDI Passaporte: B 997681, Processo: 46094029595201226 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN BEVIS Passaporte: 540634223, Processo: 46094028861201201 Empresa: M GUARDA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JEFFREY MALESKO Passaporte: 452565415, Processo: 46094036905201269 Empresa: ULMA PREFABRICADOS EM MINERAL COMPOSITE IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS CALVO ALVAREZ Passaporte: AAA904573, Processo: 46094030614201267 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN GOLES ISIDOR Passaporte: XX3740212, Processo: 46094029880201247 Empresa: M GUARDA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRADLEY DAVID PURVIS Passaporte: 471238358, Processo: 46094029878201278 Empresa: M GUARDA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW EUGENE ROMER Passaporte: 212549211, Processo: 46094029879201212 Empresa: M GUARDA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY DEAN SCHRODI Passaporte: 488866240, Processo: 46094036902201225 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARNOLD MARTIN DULLER Passaporte: P6361330, Processo: 46094036901201281 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIO GRADISCHNIG Passaporte: P3439601, Processo: 46094036903201270 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARALD SCHWARZ Passaporte: P3268061, Processo: 46094036904201214 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT SURTMANN Passaporte: P3372445, Processo: 46094039458201208 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK RONALD LEBLANC SWEET Passaporte: QC112462, Processo: 46094037708201267 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Cédric Léon José Ghislain Daulne Passaporte: EI816348, Processo: 46094031668201240 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAETANO DOMENICO RAVIDA Passaporte: AA2514945, Processo: 46094033216201201 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD JAMES KELLY Passaporte: 215804052, Processo: 46094031664201261 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADELCHI VIDA Passaporte: YA0600780, Processo: 46094031665201214 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFREDO GENOVESE Passaporte: C606463, Processo: 46094031669201294 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIULIO DI CICCO Passaporte: YA0507657, Processo: 46094037508201212 Empresa: ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JAMES LEGGO Passaporte: M00007489, Processo: 46094040235201285 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: até 01/04/2013 Estrangeiro: Franciscus Antonius Zaalberg Passaporte: NP5H67490, Processo: 47758000099201201 Empresa: ALERT SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMATICA PARA A SAUDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Cátia Cristiana Marques PintO Passaporte: J728560, Processo: 46094036783201219 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEIV SVEINUNG RASMUSSEN Passaporte: 25056170, Processo: 46094038823201259 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARD WILLIAM PROCTOR Passaporte: 093210084, Processo: 46094033217201247 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN BERNARD JANSEN Passaporte: 208190454, Processo: 46094033752201206 Empresa: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGJIN WI Passaporte: M47555679, Processo: 46094033751201253 Empresa: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG SIK LEE Passaporte: M50561346, Processo: 46094039765201281 Empresa: ENGEVIX ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAPIO LAURI LAAKSO Passaporte: PW3630270, Processo: 46094039766201225 Empresa: ENGEVIX ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RISTO JUHANI VAURAMO Passaporte: PE6983799, Processo: 46094039767201270 Empresa: ENGEVIX ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAIMO ILMARI IMMONEN Passaporte: PY5586227, Processo: 46094037705201223 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN TRINIDAD DIAZ CORDERO Passaporte: G02226783, Processo: 46094035941201213 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS ANDREAS JAEGER Passaporte: C9VP5WTPR, Processo: 46094035942201250 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANFRED FIEDLER Passaporte: L0305614, Processo: 46094039855201271 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANIKANDAN DURAIRAJ Passaporte: Z1823684, Processo: 46094039853201282 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELANGOVAN APPADURAI Passaporte: G2888883, Processo: 46094039852201238 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tamilmulansari Abdul Kareem Passaporte: G1102046, Processo: 46094039854201227 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BEDEBER PISIAO PEPITO Passaporte: EB0222516, Processo: 46094035301201203 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIEN COUCHARD Passaporte: 08AD52583, Processo: 46094037056201261 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC STEVEN KOUDELKA Passaporte: 422081839, Processo: 46094039383201257 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRESTACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MUKUND BHASKAR PRABHUNE Passaporte: F8416451, Processo: 46094035900201219 Empresa: MARPOSS APARELHOS ELETRONICOS DE MEDICAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO COSTA Passaporte: YA0220730, Processo: 46094035899201222 Empresa: MARPOSS APARELHOS ELETRONICOS DE MEDICAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO BOLOGNESI Passaporte: B856443, Processo: 46094038018201225 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER GUNNAR ANDERSSON Passaporte: 84600495, Processo: 46094035815201251 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE MARCEL LOUIS BAUDEL Passaporte: 10AA18188, Processo: 46094040021201217 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO ANTONIO NAVARRO RUBIO Passaporte: AAF675911, Processo: 46094035491201251 Empresa: MAUVE CORPORATE SYSTEMS BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NEIL EDWARDS Passaporte: 209582891, Processo: 46094035634201224 Empresa: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC Prazo: até 31/08/2013 Estrangeiro: MIKAEL PETTERI HIRVI Passaporte: PY1668271, Processo: 46094035633201280 Empresa: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC Prazo: até 31/08/2013 Estrangeiro: JAANA SUSANNA HILTUNEN Passaporte: 16099877, Processo: 46094035876201218 Empresa: MAUVE CORPORATE SYSTEMS BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BOB WILLIAM LEAVELL III Passaporte: 104400505, Processo: 46094038821201260 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHNSON MARIYAFRANCIS Passaporte: H0479643, Processo: 46094039771201238 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEKYU HAN Passaporte: M57618525, Processo: 46094039770201293 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYEHYOUN LEE Passaporte: IC0994314, Processo: 46094039719201281 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YEONGSEOG KIM Passaporte: YP2111068, Processo: 46094039720201214 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGWOO LEE Passaporte: M38267997, Processo: 46094039721201251 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KWANGMOON CHOI Passaporte: M14412948, Processo: 46094039718201237 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNGYOON CHO Passaporte: GY0054798, Processo: 46094039723201240 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYUNGHEE CHO Passaporte: M51186915, Processo: 46094039772201282 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KWANGHYUN JEON Passaporte: M36719302, Processo: 46094039717201292 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SONGHWAN LIM Passaporte: M55803059, Processo: 46094036659201245 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL AFIF LABAKI Passaporte: 425533643, Processo: 46094037087201211 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN RICKARD WAGNER Passaporte: 82981534, Processo: 46094036658201209 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE PAPADELIAS Passaporte: E3051937, Processo: 46094039310201265 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN ANTONIO NOVELO SOLIS Passaporte: G07560044, Processo: 46094036908201201 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SACHIN SURESH PATIL Passaporte: F9707276, Processo: 46094036612201281 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALAIN JEAN ROGER VIDAL Passaporte: 05DK75037, Processo: 46094036406201271 Empresa: YAZAKI AUTOMOTIVE PRODUCTS DO BRASIL, SISTEMAS ELETRICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JOAQUIM FONSECA OLIVEIRA PINTO Passaporte: L210936, Processo: 46094036898201203 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIRK NEITHOFER Passaporte: C71T2R8PN, Processo: 46094036502201210 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rolf Eero Dyrnes Passaporte: 28312623, Processo: 46094036899201240 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DETLEF GUNTER SCHULZ Passaporte: C7MFTP1RK, Processo: 46094036900201236 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALTER ROLF JAHNKE Passaporte: C71N979NP, Processo: 46094036564201221 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATS TOMMY FJALL Passaporte: 82757471, Processo: 46094036565201276 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KLAS GORAN LINDQVIST Passaporte: 80810397, Processo: 46094037285201285 Empresa: EKA CHEMICALS DO BRASIL S A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Janne Petteri HaltamO Passaporte: PH8135827, Processo: 46094040383201208 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAMILO CERAFICA CAUDILLA Passaporte: EB5410912, Processo: 46094040192201238 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSIP BOZIC Passaporte: 003955195, Processo: 46094040191201293 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Iñigo Rebollo Campos Passaporte: XDA 062903, Processo: 46094040189201214 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS GARCIA SAINZ Passaporte: BC889151, Processo: 46094040190201249 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL PARRILLA GARCIA Passaporte: AAE890719, Processo: 46094040193201282 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANTIAGO GONZALEZ GONZALEZ Passaporte: XDA217569, Processo: 46094037195201294 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUANPIT PRAKMANON Passaporte: B629199, Processo: 46094037518201240 Empresa: DERRICK DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BARRY PAUL BRANCH Passaporte: 309025146, Processo: 46094037520201219 Empresa: DERRICK DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARREN MARK SCHOLES Passaporte: 099170504, Processo: 46094037799201231 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN GREGOREK Passaporte: 761082018, Processo: 46094039385201246 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS GONZALEZ PERALTA Passaporte: AAB813639, Processo: 46094037917201219 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JENS MORGAN HARBORN Passaporte: 81949753, Processo: 46094037918201255 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUHA ANTERO MIKKONEN Passaporte: PL1625882, Processo: 46094037919201208 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ESA ANTTI VIHAVAINEN Passaporte: PV8821850, Processo: 46094039668201298 Empresa: MACNOR SERVICOS MECANICOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: até 10/09/2013 Estrangeiro: HILARY CHUKWUDI NDUDI Passaporte: A02081077, Processo: 46094037874201263 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC ALAIN CLAUDE POCHARD Passaporte: 12CF96912, Processo: 46094038185201276 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: LESLIE FLOWER Passaporte: 505380963, Processo: 46094039551201212 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACEK TYMCZUK Passaporte: EA 0338905, Processo: 46094039552201259 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORDAN EDWARD MUNDAY Passaporte: 431542776, Processo: 46094038392201221 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: VINCENT LEE BROWN Passaporte: 458486266, Processo: 46094039722201203 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG HO KWON Passaporte: M87063902, Processo: 46094039774201271 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYOUNGHAN KIM Passaporte: M77911095, Processo: 46094040059201281 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN JACOB HOUDIJK Passaporte: NW06384C0, Processo: 46094038508201221 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-LOUP ALEXANDRE HOBENICH Passaporte: 12CL55746, Processo: 46094039038201213 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALVIN DWIGHT STURGEON Passaporte: QJ104729, Processo: 46094040209201257 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIGEL LESLIE SHORE Passaporte: 099107422, Processo: 46094040093201256 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AARON MICHAEL MC CLOUD Passaporte: 433675606, Processo: 46094039459201244 Empresa: EMERSON NETWORK POWER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHIWU HU Passaporte: G29589378, Processo: 46094039574201219 Empresa: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES EARL BOORMAN Passaporte: 470262734, Processo: 46094039576201216 Empresa: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN STEVEN TINGEY Passaporte: 217772865, Processo: 46094039388201280 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPH LEIPOLD Passaporte: C4FGX6406, Processo: 46094039408201212 Empresa: EKA CHEMICALS DO BRASIL S A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Alfonso Garcia Jimenez Passaporte: XDA455584, Processo: 46094039004201229 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: até 05/03/2013 Estrangeiro: AIMO AUKUSTI ALATALO Passaporte: PL5856084, Processo: 46094039178201291 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Felipe Leirós REIS Passaporte: L865296, Processo: 46094039177201247 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Manuel da Silva BRAGA Passaporte: M281687, Processo: 46094040100201210 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JASON COY BRAUD Passaporte: 467721094, Processo: 46094039133201217 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS EVELIO FLORES DUGARTE Passaporte: 023881576, Processo: 46094037021201221 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS ANDREAS EICHER Passaporte: CGYPNPT48, Processo: 46094039407201278 Empresa: EKA CHEMICALS DO BRASIL S A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Ricardo Antonio Gomez Passaporte: 85124511, Processo: 46094040092201210 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HEATHER JANE LANGILL COUSSON Passaporte: QJ508143, Processo: 46094039739201252 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBIN GREGORY SAMUEL Passaporte: BA002838, Processo: 46094039456201219 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRIYADARSHINI BELGAUMKAR Passaporte: F6297642, Processo: 46094039550201260 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUMBERTO ASUNCION VILLALBA ACEVEDO Passaporte: 66856, Processo: 46094039823201276 Empresa: EKA CHEMICALS DO BRASIL S A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Michael Alan Burke Passaporte: 113198017, Processo: 46094039732201231 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIM PETER HASTINGS Passaporte: 208453718, Processo: 46094039735201274 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL ANDREW LEONARD Passaporte: 801504936, Processo: 46094039461201213 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JAMES ANSTEE Passaporte: QE684831, Processo: 46094039462201268 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIK LOBENSTEINER Passaporte: CFZ8TTGCZ, Processo: 46094039749201298 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JOSE MARTINEZ IPUANA Passaporte: 062930714, Processo: 46094039746201254 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN RANDOLPH BRANNEN Passaporte: 437491793, Processo: 46094039731201296 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER JOSEPH GEORGE Passaporte: 513346338, Processo: 46094039730201241 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL JOHNSON Passaporte: 801089554, Processo: 46094036800201218 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JASON PATRICK CAREY Passaporte: WJ233273, Processo: 46094039734201220 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAN TERENCE SCOTT Passaporte: 099114943, Processo: 46094039729201217 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN CATHLES Passaporte: 801244024, Processo: 46094039736201219 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER PETER HASTINGS Passaporte: 304924012, Processo: 46094039387201235 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN PECINA Passaporte: 38647022, Processo: 46094039742201276 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHOOKIT SRIMAI Passaporte: Z496104, Processo: 46094039386201291 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS EICHNER Passaporte: CFCM9CCRY, Processo: 46094039800201261 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHIBIN ZHENG Passaporte: E03522839, Processo: 46094039799201275 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUCHAO WANG Passaporte: G60305118, Processo: 46094039384201200 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRES-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIKHIL LAXMIKANT VAGHELA Passaporte: J4275527, Processo: 46094039673201209 Empresa: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Aditi Dilip Shah Passaporte: 483230993, Processo: 46094039983201215 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL JIMENEZ CAPIN Passaporte: AAC398192, Processo: 46094039987201201 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STAALE MOBERGSLIEN OLSEN Passaporte: 21071112, Processo: 46094039689201211 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEWART ROSS PRASSER Passaporte: E3057932, Processo: 46094039968201277 Empresa: ALDELIA GERENCIAMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL BENOIT MARIE GERBÉ DE THORÉ Passaporte: 12AI23546, Processo: 46094039556201237 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONG JIANG Passaporte: G53219809, Processo: 46094039547201246 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL GRANT SPEYRER Passaporte: 406934031, Processo: 46094039549201235 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ATTA UR REHMAN Passaporte: AC1499863, Processo: 46094039548201291 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAKESH KUMAR JASWAL Passaporte: G8906406, Processo: 46094039694201216 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID SCOTT SWEDELIUS Passaporte: 047278343, Processo: 46094039882201244 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARI OSKARI KAKSONEN Passaporte: PT9221879, Processo: 46094039429201238 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRU ALIN ILIE Passaporte: 15301109, Processo: 46094039982201271 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANS KRISTIAN DAVIDSEN Passaporte: 20671222, Processo: 46094039430201262 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BERTHANGEL GONZALO ARRAZOLA MAGAÑA Passaporte: G02222364, Processo: 46094040382201255 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKU NAKAYAMA Passaporte: TH2274834. Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094031768201276 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD KLAAS ALBERTS Passaporte: BC676KJ09, Processo: 46094039791201217 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG LOUIS JONES Passaporte: 099062952, Processo: 46094035646201259 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN TODD STEWART Passaporte: 448029686, Processo: 46094037554201211 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CÉDRIC WULLIENS Passaporte: F2759296, Processo: 46094039379201299 Empresa: GEOGAS SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BARRY FRASER MACDONALD Passaporte: 652417924, Processo: 46094039376201255 Empresa: GEOGAS SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCIS BRIAN CLARKE Passaporte: 505380911, Processo: 46094039377201208 Empresa: GEOGAS SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGE ALEXANDER LAING Passaporte: 652851502, Processo: 46094039378201244 Empresa: GEOGAS SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN FORBES Passaporte: 801011860, Processo: 46094039789201230 Empresa: HERSHEY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CURTIS KEVIN SMITH Passaporte: 437296854, Processo: 46094039788201295 Empresa: HERSHEY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARGARET KIMIYO MATSUOKA Passaporte: 436011666, Processo: 46094039145201241 Empresa: BRASIL TERMINAL PORTUARIO S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHAO JIANJUN Passaporte: E01318188, Processo: 46094039146201296 Empresa: BRASIL TERMINAL PORTUARIO S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHOU JINGLIAN Passaporte: E01650872, Processo: 46094035886201253 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VASUDEVA GUNDA DIKSHITH Passaporte: J9295711, Processo: 46094039149201220 Empresa: TECON SALVADOR S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: NI XIAOYUN Passaporte: E02661703, Processo: 46094037776201226 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOOHAN BAE Passaporte: M74617406, Processo: 46094039790201264 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VENKATASALAM KULANDHAISAMY Passaporte: J4242485, Processo: 46094037616201287 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHEOLSOON PARK Passaporte: M05230855, Processo: 46094039464201257 Empresa: NOVOZYMES LATIN AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIANWANG FENG Passaporte: G40198153, Processo: 46094039976201213 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS EDWARD DRILL Passaporte: 447767913, Processo: 46094039975201279 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JOHN CROFOOT Passaporte: 105640623, Processo: 46094040154201285 Empresa: CLARO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIGBJORN KRISTIAN HAUGLAND Passaporte: 21145624, Processo: 46094039802201251 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jimmy Bernard Marcel Bonnaire Passaporte: 11CH59461, Processo: 46094039804201240 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Suwarman Passaporte: A3413508, Processo: 46094039803201203 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Suchin Janthama Passaporte: N796159, Processo: 46094039311201218 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART JOHN ANDERSON Passaporte: 504898002, Processo: 46094039312201254 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCIS RAPHAEL LACEY Passaporte: 472698804, Processo: 46094038741201212 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJAT MAINI Passaporte: Z2447793, Processo: 46094037024201265 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GAYLORD BENJAMIN ROBINSON Passaporte: 442497009, Processo: 46094038439201256 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUHYEON KIM Passaporte: M77958797, Processo: 46094039979201257 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID EUGENE MATTESON Passaporte: 468836211, Processo: 46094039858201213 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PERSON LUCIANO JOAQUIM VAVA Passaporte: N0711015, Processo: 46094038147201213 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN Á FLOEGHAMRI Passaporte: 101792339, Processo: 46094039980201281 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND EBERL Passaporte: P2963698, Processo: 46094039974201224 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT ROHRAUER Passaporte: P3344505, Processo: 46094039977201268 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAW DI KUDLA Passaporte: P6066004, Processo: 46094038858201298 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN ERIK ÅSESTRAND HJELSETH Passaporte: 27717585, Processo: 46094039822201221 Empresa: ALIMAK HEK DO BRASIL ELEVADORES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN SCOTT WALKER Passaporte: 135405554, Processo: 46094039179201236 Empresa: COSTA FORTUNA FUNDACOES E CONSTRUCOES LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LINO ANNISI PALMIERI Passaporte: WH927000, Processo: 46094039214201217 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE GUADALUPE REYNOSO CIRA Passaporte: G08999418, Processo: 46094038285201201 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL FABER Passaporte: C6430K687, Processo: 46094039609201210 Empresa: SHOWA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HITOSHI TANIGUCHI Passaporte: TH3399847, Processo: 46094038857201243 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN TERJE AAKRE Passaporte: 28181606, Processo: 46094039374201266 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICTOR MANUEL GOMEZ LOPEZ Passaporte: AE790324, Processo: 46094038662201201 Empresa: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHEIKH ISMAIL BIN MOHAMED ABU BAKAR Passaporte: E1178853H, Processo: 46094039520201253 Empresa: VSL BRASIL RECUPERACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS FILIPE AGAPITO OLIVEIRA Passaporte: G794414, Processo: 46094039715201201 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SERGIO REYES Passaporte: 466944350, Processo: 46094038853201265 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON FRANCIS MILLINGTON Passaporte: 456886297, Processo: 46094039610201244 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYOJI SAITO Passaporte: TG3860791, Processo: 46094039259201291 Empresa: IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Cornelis Pieter Bakker Passaporte: 047892045, Processo: 46094039955201206 Empresa: SYRAL DO BRASIL COMERCIO DE AMIDOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Maria del Carmen Zabaleta Farre Passaporte: AAB797835, Processo: 46094039592201209 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO MESCHIARI Passaporte: Y427171, Processo: 46094039466201246 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL GONCALVES Passaporte: 04A126595, Processo: 46094037023201211 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD IN Passaporte: 10CE40996, Processo: 46094039634201201 Empresa: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KLAUS DIETER OHLENDORF Passaporte: 508843138, Processo: 46094039981201226 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER JOSEPH DONAHUE Passaporte: 468802929, Processo: 46094039973201280 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TRONG HA DO Passaporte: 486362037, Processo: 46094039607201221 Empresa: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUHIRO SUGIURA Passaporte: TH2625703, Processo: 46094039589201287 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BO LENNART AHLBERG Passaporte: 81895573, Processo: 46094039526201221 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CIANO ENOCH Passaporte: 203591691, Processo: 46094039531201233 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIM JONSSON Passaporte: 203862653, Processo: 46094039530201299 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MOGENS LYNGVIG SOERENSEN Passaporte: 200013283, Processo: 46094039529201264 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER FRUERGAARD LARSEN Passaporte: 102535000, Processo: 46094036798201279 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL STOELTING Passaporte: C7M4YG64W, Processo: 46094039465201200 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOLFGANG GEORG BUEHLMAIER Passaporte: C8PCF49XM, Processo: 46094039525201286 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENNO NOERFJAND MIKKELSEN Passaporte: 200517425, Processo: 46094039203201237 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE SUZUKI Passaporte: MT0300291, Processo: 46094039528201210 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEIF MICHAEL PEDERSEN Passaporte: 203498276, Processo: 46094036799201213 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZOLTAN VARGA Passaporte: 429498361, Processo: 46094039467201291 Empresa: ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEPA MENDIETA ARREGUI Passaporte: BF532181, Processo: 46094039956201242 Empresa: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BURKHARD REUTER Passaporte: C7VKLRL6Y, Processo: 46094039438201229 Empresa: AXESS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHARIFFE GHONEIM Passaporte: 761327717, Processo: 46094039126201215 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YVES FRANCK RENE FROMENT Passaporte: 08AC68890, Processo: 46094039989201292 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Antonio Sola ArevalO Passaporte: AA343837, Processo: 46094039594201290 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOMINGO FRANCISCO PAEZ RUIZ DIAZ Passaporte: 3545087, Processo: 46094039997201239 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Pablo Jose Lopez Moreta Passaporte: BD346218, Processo: 46094039761201201 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONG CHEOL KIM Passaporte: M56420908, Processo: 46094039993201251 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David Morales MorenO Passaporte: AAB083657, Processo: 46094039593201245 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER MATTIAS RADSTROM Passaporte: 3545087, Processo: 46094039128201212 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICARDO DAVID VEGA CEDENO Passaporte: 1706225453, Processo: 46094039990201217 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Miguel Minguez OrtegO Passaporte: AAB106696, Processo: 46094039995201240 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Alfonso Lain Fernandez Passaporte: AAG4423042, Processo: 46094039184201249 Empresa: GMAC PRESTADORA DE SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VARUN SHEEL Passaporte: F9502052, Processo: 46094039188201227 Empresa: TEKNO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROOPESH RAJESH ARELLY Passaporte: G5309769, Processo: 46094039988201248 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andres Sanz Fernandez Passaporte: AAE146538, Processo: 46094039181201213 Empresa: TEKNO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BHUPESH MANGESH NAIK Passaporte: Z2333258, Processo: 46094039998201283 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Julian Nieto Elices Passaporte: AAE312546, Processo: 46094039996201294 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Fernando Garcia Lopez Passaporte: AAE146537, Processo: 46094039991201261 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Miguel Angel Delgado DomingO Passaporte: AAA662308, Processo: 46094039999201228 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Manuel Francisco Martin Pascual Passaporte: AAE259626, Processo: 46094039992201214 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Cesar Novalvos Gutierrez Passaporte: AE297909, Processo: 46094039519201229 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALVARO ANTONIO DURAN Passaporte: G06065172, Processo: 46094039518201284 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIUS CRISTIAN SANDU Passaporte: 11629299, Processo: 46094039517201230 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE NUVAIN GOMEZ JIMENEZ Passaporte: G08753884, Processo: 46094039516201295 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN-GHEORGHE ANDRIOAIEI Passaporte: 085675448, Processo: 46094039783201262 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL ANDREW GLESTI Passaporte: F3361842, Processo: 46094039554201248 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GOVERT VOLTMAN Passaporte: NVPKR2976, Processo: 46094040000201293 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

KLAUS KOK Passaporte: 203586893, Processo: 46094039857201261 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KHRISTOPHER MICHAEL SCARCLIFF Passaporte: 500717353, Processo: 46094039744201265 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART DUNCAN GILROY Passaporte: 761217614, Processo: 46094039946201215 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jasenko Vujasinovic Passaporte: 042472088, Processo: 46094039357201229 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Lowell Aaron Dickerson Passaporte: 304037369, Processo: 46094039358201273 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ALLEN KUBRICHT Passaporte: 501042362, Processo: 46094039359201218 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD SHAWN MALCOLM Passaporte: 492905523, Processo: 46094039360201242 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFON ADRELL BOSTICK Passaporte: 426182112, Processo: 46094039985201212 Empresa: GENOVA SISTEMA DE AUTOMACAO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES DALE MILLER Passaporte: 303427010, Processo: 46094039777201213 Empresa: GAM BRASIL - LOCACAO DE MAQUINARIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NUNO FILIPE MAIO DA SILVA VENTURA Passaporte: M132663, Processo: 46094039745201218 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN RAY RUBLE Passaporte: 472680309, Processo: 46094039670201267 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEONG JU LEE Passaporte: M61450257, Processo: 46094039711201215 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICENTE MOLINA CASCALES Passaporte: BE465107, Processo: 46094039578201205 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEMANTH LAKSHMAN RAO Passaporte: K2656986, Processo: 46094039577201252 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAIJU JOHN Passaporte: J8288541, Processo: 46094040043201279 Empresa: AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGES ROGER VADEAU Passaporte: 11DE18759, Processo: 46094039612201233 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SÖREN NILS OLOF BODIN Passaporte: 82097871, Processo: 46094039674201245 Empresa: IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Henry Lugay AlvaradO Passaporte: G08798476, Processo: 46094040009201202 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK BERNARD KEARNS Passaporte: 017553892, Processo: 46094039851201293 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOEL ESPINOZA VALENCIA Passaporte: G10360987, Processo: 46094039545201257 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAE MIHALCEA Passaporte: 13197565, Processo: 46094039546201200 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DUMITRU DANIEL CORNEA Passaporte: 050399580, Processo: 46094039597201223 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUI MIGUEL SANTOS DA SILVA ALBERTO Passaporte: M329998, Processo: 46094039596201289 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENRIK VAGTHOLM Passaporte: 202518237, Processo: 46094040006201261 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES JACKSON Passaporte: 436009118, Processo: 46094040005201216 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN JAMES BRESKI Passaporte: 429052790, Processo: 46094039883201299 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARI JUHANI PELTONEN Passaporte: PZ5745098, Processo: 46094039850201249 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MD MOZAT HOSSAIN Passaporte: AB4148257, Processo: 46094039847201225 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MD JAHIRUL ISLAM Passaporte: AC1145889, Processo: 46094039849201214 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAIMUN HADI ERWANTO Passaporte: U211799, Processo: 46094039428201293 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY GABRIEL BROCK Passaporte: 720049495, Processo: 46094039848201270 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASEP HENDRO Passaporte: A2439450, Processo: 46094039423201261 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN ERIC MAURICE MURPHY Passaporte: WJ271302, Processo: 46094039424201213 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CYRIL TRUMAN MCDONNELL Passaporte: 099114361, Processo: 46094039706201211 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETR KOCTAR Passaporte: 36136237, Processo: 46094039693201271 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL PHILLIP KELLHOFER Passaporte: 466156176, Processo: 46094039958201231 Empresa: STAR ONE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ryan Thomas Gould Passaporte: 482346447, Processo: 46094038852201211 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEREK HAROLD STEIN-LEAR Passaporte: 800167287.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094041350201277 Empresa: GUILHERME SALLES SANTIAGO PRODUCAO DE EVENTOS ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CASSIAN TURINAIWE STEWART-KASIMBA Passaporte: M6001167, Processo: 46094040319201219 Empresa: RBS PARTICIPACOES S A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALI SHIRAZINIA Passaporte: 493256868 Estrangeiro: TIMOTHY MARK PRICE Passaporte: 099253660, Processo: 46094041440201268 Empresa: ZOOCOM EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AALICS A BRONSON Passaporte: 427359351 Estrangeiro: AMANDY FERNANDEZ Passaporte: 469121509 Estrangeiro: ANDREW FRED STACKPOLE Passaporte: 450674525 Estrangeiro: ANGELA YVONNE AGUIRRE Passaporte: 483781442 Estrangeiro: BENJAMIN LOUIS MICHELSEN Passaporte: 490521170 Estrangeiro: CLARK DOUGLAS STEWART Passaporte: 469327314 Estrangeiro: CORY DILLON HINKS Passaporte: 478836713 Estrangeiro: DON BRANDON ATHERLEY Passaporte: 112904908 Estrangeiro: DOUGLAS ARTHUR WIMBISH Passaporte: 422071375 Estrangeiro: GLEN JOSEPH VALENCIA JR Passaporte: 305255744 Estrangeiro: JAMES AARON DAVIS Passaporte: 424139587 Estrangeiro: JAMES CHARLES HARRISON ROUSE Passaporte: 455332041 Estrangeiro: JESSICA GABRIELLE CHAMBLISS Passaporte: 481684236 Estrangeiro: JOHANNA LARACUENTE RIVERA Passaporte: 215346747 Estrangeiro: JOSHUA MICHAEL BOUMEL Passaporte: 442095072 Estrangeiro: JUAN CARLOS RIVERA Passaporte: 048293519 Estrangeiro: LAURYN NOELLE HILL Passaporte: 464650796 Estrangeiro: MAXWELL CHRISTOPHER DRUMMEY Passaporte: 104548636 Estrangeiro: MICHEL FERRE ECHERRI Passaporte: H071049 Estrangeiro: NECAT AKMAN Passaporte: 308846044 Estrangeiro: NICOLE ASIMOMITIS Passaporte: 488816536 Estrangeiro: OMARI SALIM STINES Passaporte: 444697167 Estrangeiro: PETER REYNOLDS FREEMAN Passaporte: 426604070 Estrangeiro: ROBERT JOSEPH FULLER Passaporte: 444421295 Estrangeiro: ROBERT WAYNE DAVIS Passaporte: 112787023 Estrangeiro: RUFUS CHRISTOPHER MC GRIER Passaporte: 432350911 Estrangeiro: TANIKKA JOSEPHINE NELSON MYERS Passaporte: 437237030 Estrangeiro: TARA LEIGH HARRISON Passaporte: 480401599 Estrangeiro: WILLIAM MIRANDA JR Passaporte: 468381709, Processo: 46094040951201262 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS PAUL Passaporte: C3HZY1HLM, Processo: 46094040950201218 Empresa: VITOR DOS REIS FALABELLA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIO FUSCO Passaporte: YA0697241, Processo: 46094040949201293 Empresa: VITOR DOS REIS FALABELLA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIMITRIOS VIOLITZIS Passaporte: AI4045601, Processo: 46094040948201249 Empresa: GV EVENTOS LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MAGDALENA ANNA CHOJNACKA Passaporte: 112854860, Processo: 46094040945201213 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 50 Dia(s) Estrangeiro: TREVOR ANDREW HOLT Passaporte: 107410500, Processo: 46094040879201273 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO CONSERVATORIO DE TATUI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FELIX KRIEGER Passaporte: C3JJ1JZH9, Processo: 46094040944201261 Empresa: THIAGO GUIMARAES TONIATTI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TOM COLIN CHARLES MCDONALD Passaporte: 801265256, Processo: 46094041706201272 Empresa: STRETTO EVENTOS E SERVICOS ARTISTICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DO SUNG LEE Passaporte: M84159462 Estrangeiro: EOKGEUN KIM Passaporte: M73045823 Estrangeiro: GUNWOO HYEUNG Passaporte: M66899658 Estrangeiro: HYEJIN YUN Passaporte: M56168255 Estrangeiro: IN HEE CHANG Passaporte: M91150101 Estrangeiro: JINWOO SONG Passaporte: KN0995786 Estrangeiro: JIYOUNG CHOO Passaporte: JR4034199 Estrangeiro: SOOHEE HAN Passaporte: CS0879476 Estrangeiro: SUHYUN PARK Passaporte: M61237969 Estrangeiro: TAEWAN KIM Passaporte: M17513866 Estrangeiro: YONG HEE KIM Passaporte: JR3808923 Estrangeiro: YONGJAE KIM Passaporte: M66620013, Processo: 46094040943201216 Empresa: VITOR DOS REIS FALABELLA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HENRIK TWARDZIK Passaporte: C1T172T16, Processo: 46094040947201202 Empresa: M3EW - PRODUTORA ARTISTICA LTDA EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: OLIVER KLEINE - WEISCHEDE Passaporte: 581602350, Processo: 46094040728201215 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON ALEXANDER SOLOWONIUK Passaporte: BA171390 Estrangeiro: BENJAMIN IAN KOWALEWICZ Passaporte: BA724795 Estrangeiro: CHRISTOPHER STEELE Passaporte: WM234346 Estrangeiro: DALLAS MICHAEL JOHN GREEN Passaporte: WJ752039 Estrangeiro: DANIEL JAMES MCKAY Passaporte: BA742405 Estrangeiro: EAMON DEREK DE FREITAS Passaporte: BA781554 Estrangeiro: GEORGE FREDERICK DOUGLAS PETTIT Passaporte: BA640317 Estrangeiro: GREGORY NEAL BYRNES Passaporte: BA374719 Estrangeiro: IAN MICHAEL D'SA Passaporte: BA171569 Estrangeiro: JONATHAN ERIC GALLANT Passaporte: BA780052 Estrangeiro: JORDAN MICHAEL HASTINGS Passaporte: WL704563 Estrangeiro: JUSTIN SCHELL Passaporte: WJ705951 Estrangeiro: KARL DANIEL BAREHAM Passaporte: 720026834 Estrangeiro: MATTHEW AARON STEINKE Passaporte: 077010476 Estrangeiro: PAUL ANTHONY GRENVILLE JACKSON Passaporte: 303675490 Estrangeiro: ROBERT GREGORY STRAKELE Passaporte: 427362033 Estrangeiro: STUART ANDREW SCHUSTER Passaporte: 480428710 Estrangeiro: TRICIA MARIA RICCIUTO Passaporte: WQ610454 Estrangeiro: WADE GORDON MACNEIL Passaporte: BA630051, Processo: 46094040946201250 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NICK LUDOVICUS MARIA PEETERS Passaporte: EI635075, Processo: 46094040922201209 Empresa: ASSOCIACAO RUARTE DE CULTURA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AURORA POVEDA MARTINEZ Passaporte: BE083826 Estrangeiro: DAVID ALEJANDRO ZUAZOLA ABARCA Passaporte: 130772978 Estrangeiro: INÊS ALARCON GONZALEZ Passaporte: BD574974, Processo: 46094041140201289 Empresa: CAIS.ART PROJETOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUSANA TRAVASSOS REIS Passaporte: J773108, Processo: 46094041782201288 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAN DAVID CARR Passaporte: 650656513 Estrangeiro: GARRY RONALD BLACKBURN Passaporte: 462024300 Estrangeiro: MARK BRYTHON WARD Passaporte: 093217305 Estrangeiro: NORMAN QUENTIN COOK Passaporte: 099078408 Estrangeiro: STEPHEN JOHN ABBISS Passaporte: 099192575 Estrangeiro: TIMOTHY FLEMING Passaporte: 099067253, Processo: 46094041781201233 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN BURGUENO Passaporte: M8672725, Processo: 46094041780201299 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RICARDO VASCONCELOS GRAMAXO DE SAMPAIO MAIA Passaporte: L510410, Processo: 46094041779201264 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SAM ROBIN CANNON Passaporte: 104346518, Processo: 46094041778201210 Empresa: IT'S MAGIC PRODUCOES E EVENTOS S/C LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW THOMAS MASURKA Passaporte: 482860445, Processo: 46094041438201299 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GARY DAVID BROWN Passaporte: 211830445, Processo: 46094041585201269 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA LYNN SCHNEIDER Passaporte: 453 450 154, Processo: 46094041783201222 Empresa: MARCOS ANDRADE YAMIN Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO BACCI Passaporte: YA3403727, Processo: 46094041784201277 Empresa: IT'S MAGIC PRODUCOES E EVENTOS S/C LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MIGUEL WILLIAM LEE CAMPBELL Passaporte: 464975837, Processo: 46094041511201222 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL PANORAMA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID GABRIËL KIERS Passaporte: NN3B72731 Estrangeiro: EMELIE ELSIE GERTRUD MARIA BERGBOHM Passaporte: 62120027 Estrangeiro: JAN JACOB CHRISTIAN FEDINGER Passaporte: C7CTKJHW9 Estrangeiro: JEFTA VAN DINTHER Passaporte: NMHJ5CKB7 Estrangeiro: THIAGO SILVA GRANATO Passaporte: R573627, Processo: 46094041370201248 Empresa: SCUBIDU PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ERIC RENE STARCZAN Passaporte: 08CX42697 Estrangeiro: FRANCK CHAINAIS Passaporte: 05TR72669 Estrangeiro: HERVE SALTERS Passaporte: 03KC01987 Estrangeiro: JEAN-PHILIPPE OLIVER PERNET Passaporte: 06AA86554 Estrangeiro: JESSIE CHATON Passaporte: 05HK17706 Estrangeiro: JORDAN DALRYMPLE Passaporte: 210736282 Estrangeiro: THOMAS MICHEL MILTEAU Passaporte: 10CZ20008 Estrangeiro: VÉRONIQUE LAUGARO CLEMOT Passaporte: 12AA40800, Processo: 46094041785201211 Empresa: CLUB ON SOUTH AMERICA EVENTOS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PAUL ANTHONY BIMSON Passaporte: 099080475, Processo: 46094041441201211 Empresa: ZOOCOM EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ARISTIDES JOSÉ PARIS Passaporte: G734316 Estrangeiro: MANUEL LEAL EMÍDIO COSTA Passaporte: M316937 Estrangeiro: MARIA DE LURDES ASSUNÇÃO PINA Passaporte: L096787 Estrangeiro: NUNO GONÇALO MARQUES BARROS Passaporte: H609286 Estrangeiro: PAULO JORGE GIL DIAS Passaporte: L745040 Estrangeiro: SANDRA MARTA AUGUSTO CAPEMBA Passaporte: N1280001 Estrangeiro: WEZA BERNARDINHO MARTINS LEMOS Passaporte: N1188853, Processo: 46094042317201264 Empresa: CARTA EDITORIAL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEAN SEBASTIEN GAGNON Passaporte: QC712974 Estrangeiro: JEFFREY NEALE Passaporte: 451819028 Estrangeiro: JOHN DAVID PADGETT Passaporte: 475467828 Estrangeiro: LORI DALE MONAHAN Passaporte: 443427303, Processo: 46094042431201294 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DALTON ANTHONY BROWNE Passaporte: A3378244 Estrangeiro: ERIC ARIEL RACHMANY Passaporte: 431635983 Estrangeiro: ERROL ALEXANDER CARTER Passaporte: A3175039 Estrangeiro: GARETH THOMAS JONES Passaporte: 707835423 Estrangeiro: HARRISON TODD STAFFORD Passaporte: 431515960 Estrangeiro: HOSSEIN ATTAR Passaporte: 488841255 Estrangeiro: KHRISTOPHER ALEXANDER ROYAL Passaporte: 445170270 Estrangeiro: LEROY CONSTANTINE WALLACE Passaporte: A2915794 Estrangeiro: LLOYD GEORGE DENTON Passaporte: A3385898 Estrangeiro: MARLEY DAVID WILLIAMS Passaporte: 481662066 Estrangeiro: ROURKE SPENCER CAREY Passaporte: 437810440 Estrangeiro: STEPHANIE JANE MORGAN Passaporte: 018065687 Estrangeiro: WESLEY DALLAS FINLEY Passaporte: 476379380, Processo: 46094042430201240 Empresa: GIGS PRODUCOES ARTISTICAS E ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER THOMAS SHIPTON Passaporte: 040661037 Estrangeiro: DAVID SAMUEL JONES Passaporte: 094628104 Estrangeiro: GARY JOHN JARMAN Passaporte: 040661035 Estrangeiro: GLYN ROBERTS Passaporte: 801019736 Estrangeiro: PAUL FYFE Passaporte: 099281310 Estrangeiro: ROSS ANTHONY JARMAN Passaporte: 720103290 Estrangeiro: RYAN JAMES JARMAN Passaporte: 800945914.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094037325201299 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Mês(es) Estrangeiro: ALAN BARQUILLA OÑATE Passaporte: EB3329151 Estrangeiro: ALE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

JANDRA CARDENAS MARTINEZ Passaporte: CC52764622 Estrangeiro: ALEX COLARINA REGINALDO Passaporte: EB3312360 Estrangeiro: ALWARSAMY THIRUVENKITA RAMANUJAM Passaporte: F4730118 Estrangeiro: AMIRUDDIN RUNGGANG Passaporte: T123357 Estrangeiro: ANDREW FERNANDES Passaporte: H9000722 Estrangeiro: BONIFACIO JR. GUEVARRA MARGACINIO Passaporte: EB2645331 Estrangeiro: BUALI Passaporte: R634327 Estrangeiro: CARLITO TUTOR QUIGAO Passaporte: XX1629185 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO ALVES CABRITA Passaporte: L505268 Estrangeiro: CECILIO JR. LABING ESPIRITU Passaporte: XX4662449 Estrangeiro: CLAUDIA MARITZA FLOREZ GUARNIZO Passaporte: CC52550336 Estrangeiro: DENNIS FLORENDO FABILA Passaporte: EB2764060 Estrangeiro: DHARMA WIBOWO Passaporte: A1306134 Estrangeiro: EDWARD ALMOJERA BAUTISTA Passaporte: EB5453811 Estrangeiro: EDWARD JAYSON MANAOG VITTO Passaporte: EB2959541 Estrangeiro: EDWIN VENOSA BISARES Passaporte: EB2691629 Estrangeiro: ELDON DALMIN HENRIQUEZ GILBERT Passaporte: C1462306 Estrangeiro: EMMANUEL BAUTISTA MALABANAN Passaporte: XX5638476 Estrangeiro: ERIKA DUEÑAS CAMPOS Passaporte: AM640735 Estrangeiro: ERWIN LAZARO PATERNO Passaporte: XX3669008 Estrangeiro: ESTANISLAO LUCINA CANAPI Passaporte: EB2469354 Estrangeiro: FAISYAL JABIR Passaporte: S311572 Estrangeiro: FRANCISCO MIRANDA Passaporte: J7760313 Estrangeiro: GONZALO ALONSO BARAÑAO TORRES Passaporte: 15.719.899-8 Estrangeiro: GORAN MILEUSNIC Passaporte: 058316860 Estrangeiro: HAMRAN JUS´AN Passaporte: U906476 Estrangeiro: HUBERT RAMIRO BARRETO Passaporte: J7758509 Estrangeiro: I GEDE YUSARIADA Passaporte: T064030 Estrangeiro: I KOMANG DUKUH Passaporte: W384000 Estrangeiro: I MADE RENES Passaporte: R978057 Estrangeiro: I NYOMAN AGUS MAHENDRA SURANA Passaporte: S457009 Estrangeiro: I PUTU PANCA PUTRA SANJAYA Passaporte: A1189447 Estrangeiro: I PUTU YUDI AMERTHA ARIMBAWA Passaporte: W110578 Estrangeiro: I WAYAN LATRA Passaporte: W111391 Estrangeiro: I WAYAN GUNAKSA Passaporte: S256458 Estrangeiro: I WAYAN WIANA Passaporte: S253347 Estrangeiro: IDA BAGUS GDE SURYA BUANA Passaporte: A0355551 Estrangeiro: IOANNIS VARVOUNIS Passaporte: AH3467811 Estrangeiro: JAIME MALANG GARCIA Passaporte: XX4161886 Estrangeiro: JERLITO ALENSOB MONDALO Passaporte: EB1345206 Estrangeiro: JESUS SALVADOR URBINA MUÑOZ Passaporte: 5755612 Estrangeiro: JOEL VILLANUEVA TABAFUNDA Passaporte: EB5539065 Estrangeiro: JOEY VIADOR Passaporte: EB5885560 Estrangeiro: JOHN JAIRO ZAMORA BEDOYA Passaporte: CC94396522 Estrangeiro: JOHN ROBIN MACABALI QUIOC Passaporte: EB3163211 Estrangeiro: JOHNSON DE JESUS LOPERA DAVILA Passaporte: CC16722650 Estrangeiro: JONATHAN FABRIZIO SALAS GUERRERO Passaporte: 16.547.152-0 Estrangeiro: JOSELITO BALINGIT GARCIA Passaporte: XX5233453 Estrangeiro: JOÃO AUGUSTO DO VALE FERREIRA Passaporte: G565790 Estrangeiro: JULIO ANDRES GAONA VILLAMIL Passaporte: CC79721086 Estrangeiro: KADEK SUARDIKAYASA Passaporte: R977561 Estrangeiro: LAZAR PEROTIC Passaporte: A0527116 Estrangeiro: LOREDANA ANGELINA MANCA UZARRALDE Passaporte: 27872383N Estrangeiro: LORENA ACEVEDO GONZALEZ Passaporte: 15.727.565-8 Estrangeiro: LUSBIA LORENA PARRA CARDONA Passaporte: AN362182 Estrangeiro: MANUEL JR. DE LEON LONDRES Passaporte: XX1148774 Estrangeiro: MARIA JOSE PEREZ MANRIQUEZ Passaporte: 14.453.737-8 Estrangeiro: MARK FRANCIS ESTAYO BUENAVISTA Passaporte: EB1081208 Estrangeiro: MARLYN PASAMBA PALILLO Passaporte: XX3924983 Estrangeiro: MIGUEL DAVID CARDENAS MAYORGA Passaporte: AN654123 Estrangeiro: MONSERRAT DE LOS ANGELES CELIS CAMACHO Passaporte: 8.871.617-5 Estrangeiro: MUHAMMAD ABRAR Passaporte: U020072 Estrangeiro: MUHAMMAD ADI PURWANA Passaporte: R939015 Estrangeiro: MUHAMMAD SYAHRIR Passaporte: V751239 Estrangeiro: MUKHTARI MARKI Passaporte: U306950 Estrangeiro: NEIL CABILI FRANCISCO Passaporte: EB1904988 Estrangeiro: NEPOMOSENO PARDITO ARGAMOSA Passaporte: XX2437530 Estrangeiro: NGAKAN NYOMAN WIBAWA PUTRA Passaporte: W110439 Estrangeiro: NI KOMANG AYU ARTAYANI Passaporte: A0489818 Estrangeiro: NIRWAN THALIBO Passaporte: A1451134 Estrangeiro: NOEL TRABALLO GARCIA Passaporte: XX3738208 Estrangeiro: OSCAR WILLY ESCOBAL RAMOS Passaporte: 5217747 Estrangeiro: PAPPU KUMAR SINGH Passaporte: F4622350 Estrangeiro: PERCY LOU GONZALES CABALLA Passaporte: XX4105510 Estrangeiro: PHILIP ABAD NAVALES Passaporte: XX3644473 Estrangeiro: RAMIR LAZARO ROSERO Passaporte: XX5204228 Estrangeiro: RAMON MANARAS BAUTISTA Passaporte: XX1904139 Estrangeiro: RAQUEL NICOLAS MANDAP Passaporte: EB4049331 Estrangeiro: RECHELLE JOY ANNIE ARCE LIM Passaporte: XX2186113 Estrangeiro: RENANTE BINASBAS RAGANAS Passaporte: XX1690793 Estrangeiro: REUBEN ABULENCIA PALISOC Passaporte: EB0513922 Estrangeiro: RICKY ASI ABLANEDA Passaporte: EB5736917 Estrangeiro: ROCIO ESMERALDA GARCIA BACILIO Passaporte: 5770460 Estrangeiro: RODRIGO ANDRES VERA ROJAS Passaporte: 15.018.839-3 Estrangeiro: ROLLY LOPEZ DE LEON Passaporte: EB4184413 Estrangeiro: ROMUALDO LUCKY PARILLA RONQUILLO Passaporte: XX2337469 Estrangeiro: RONALDO LABARGAN RIO Passaporte: XX3713643 Estrangeiro: SALEEM MOHAMMED Passaporte: G9917166 Estrangeiro: SHANKEE CRUZ VALIENTE Passaporte: XX2320300 Estrangeiro: SHERRY ANN LEE VILLASTIQUI Passaporte: EB5085388 Estrangeiro: SUBCHAN SUWANSYAH Passaporte: A3405660 Estrangeiro: SUTRISNO AMIJAYA Passaporte: A1603474 Estrangeiro: SYAFRUL ZAMZAM Passaporte: W601787 Estrangeiro: VALLURI RAMAKRISHNA RAJU Passaporte: Z139029 Estrangeiro: VENKATESAN NARAYANASAMY Passaporte: F3925980 Estrangeiro: VIRGIE JEAN ANNE LIM VALENZUELA Passaporte: XX1976095 Estrangeiro: WAHYUDDIN Passaporte: S735822 Estrangeiro: WILLY DE LA CRUZ PINEDA Passaporte: EB0535378 Estrangeiro: ZAINI Passaporte: T545729, Processo: 46094040112201244 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JENNY JACKELINNE MENJIVAR RIVERA Passaporte: B289029, Processo: 46094040678201276 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ACHMAD MEDANGSAH Passaporte: A3741743 Estrangeiro: AGATA LO CERTO Passaporte: AA4698825 Estrangeiro: AGUSTINUS DONNY RENDRA ARYANTO Passaporte: A028793 Estrangeiro: AKOS SOMOGYI Passaporte: BB5883585 Estrangeiro: ALBERTO SARRACINO Passaporte: AA2177647 Estrangeiro: ALESSANDRO CUSIMANO Passaporte: AA0419148 Estrangeiro: ALEXANDRA ESTEFANIA MURRUGARRA ORMEÑO Passaporte: 5596728 Estrangeiro: ALI FRIDHI Passaporte: W327206 Estrangeiro: AMRI BIN MUJONO Passaporte: T194277 Estrangeiro: AMROZI Passaporte: S737325 Estrangeiro: ANASTASIA ANTROPOVA Passaporte: 64N0958563 Estrangeiro: ANDREEA CLEANTE Passaporte: 050499983 Estrangeiro: ANDREI-VLAD MITREA Passaporte: 051087909 Estrangeiro: ANOOP JOHN Passaporte: G9407233 Estrangeiro: ANTONINO PALUMBO Passaporte: YA0906562 Estrangeiro: ANTONINO PANEBIANCO Passaporte: AA3491036 Estrangeiro: ANTONIO FERLITO Passaporte: YA0091640 Estrangeiro: ANTONIO FIORE Passaporte: YA3128353 Estrangeiro: ARI WIBOWO Passaporte: A1378177 Estrangeiro: ARNALDO JAVIER ORELLANA SARMIENTO Passaporte: C267118 Estrangeiro: ARTEM OVCHYNNIKOV Passaporte: AX621235 Estrangeiro: BERCELIO ENRIQUE LOPEZ ZAPATA Passaporte: CC73475672 Estrangeiro: BRYCE JULIAO COLACO Passaporte: H4342994 Estrangeiro: CARLO BINI Passaporte: A764512 Estrangeiro: CHIEM KIM NGA Passaporte: B5779437 Estrangeiro: COSMIN BUIA Passaporte: 050483301 Estrangeiro: CRELITH JESUS MACEDO GARCIA Passaporte: 5349916 Estrangeiro: DANIEL REVELLO Passaporte: G148276 Estrangeiro: DANIELE RACITI Passaporte: YA3480504 Estrangeiro: DARIO VITRANO Passaporte: AA3552087 Estrangeiro: DEDY HANDOKO Passaporte: A3110046 Estrangeiro: DEVENDRA DILIP GAWADE Passaporte: F2758905 Estrangeiro: DINESH VIJAYA RATHINAM Passaporte: G7452748 Estrangeiro: ENRICO GUIDO MASCIULLI Passaporte: AA4663019 Estrangeiro: ERIKA JOANKA GEORGE DUVAL Passaporte: SC6430791 Estrangeiro: FANY ISABEL CONTRERAS ALVINCO Passaporte: 5538591 Estrangeiro: FEDERICA COMIS Passaporte: AA3491941 Estrangeiro: FLOORDINA CORNELIA VAN OS Passaporte: NV1R92896 Estrangeiro: FRANCESCA BERTOLI Passaporte: YA0096799 Estrangeiro: FRANCESCO MUSUMECI Passaporte: A488079 Estrangeiro: FRANCIS XAVIER THOMAS FERNANDES Passaporte: H5792939 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER KAMISATO SANCHEZ Passaporte: 5472655 Estrangeiro: FRENSON FERNANDES Passaporte: K0629755 Estrangeiro: GABRIELE FAVALE Passaporte: AA3876964 Estrangeiro: GAFURI Passaporte: A1603067 Estrangeiro: GERELTUYA GANBOLD Passaporte: E0825782 Estrangeiro: GIANLUCA ALIOTTA Passaporte: AA1445752 Estrangeiro: GIORGIO ROSSI Passaporte: YA1993155 Estrangeiro: GIOVANNI AVON Passaporte: B480085 Estrangeiro: GIUSEPPE MAGRINI Passaporte: AA0119794 Estrangeiro: GIUSEPPE PALOMBELLA Passaporte: YA2823492 Estrangeiro: GIUSEPPE PENNA Passaporte: AA2875642 Estrangeiro: HOLIFAN HOLIS Passaporte: U265148 Estrangeiro: I GUSTI PUTU SUARTANA Passaporte: T973966 Estrangeiro: I NYOMAN DARMA SUPUTRA Passaporte: A2918984 Estrangeiro: I PUTU AGUS KRESNAWAN Passaporte: V843043 Estrangeiro: I PUTU MADIANTARA Passaporte: A3429421 Estrangeiro: I PUTU WIBAWA ARIANA Passaporte: A0489836 Estrangeiro: I WAYAN JONI ASTAWA Passaporte: W766454 Estrangeiro: ILIANA DIMITROVA ARYANTO Passaporte: 380552924 Estrangeiro: IRYNA OVCHYNNIKOVA Passaporte: EH724760 Estrangeiro: IVO D COSTA Passaporte: E6768401 Estrangeiro: IWANDI Passaporte: A2010420 Estrangeiro: JAYAKAR DAYAM Passaporte: G6428678 Estrangeiro: JIANZHONG LU Passaporte: G25557617 Estrangeiro: JOSE DARIO DEL VILLAR VIDAL Passaporte: SC6129356 Estrangeiro: JUSMAN Passaporte: T329385 Estrangeiro: KADEK ALIT SANJAYA Passaporte: A0489633 Estrangeiro: KARTHIKEYAN RAMASAMY Passaporte: H1878974 Estrangeiro: LINN-YIENG RITA ESPINOZA KOU Passaporte: 5619429 Estrangeiro: LUIS ALBERTO ALLAUCA ANGULO Passaporte: 5312635 Estrangeiro: LUIS JOSE SARMIENTO AGUILAR Passaporte: 4897551 Estrangeiro: MACZIL VERROCIO FERNANDES Passaporte: F2455383 Estrangeiro: MAICKOL BONARDI Passaporte: AA4383206 Estrangeiro: MAKVING COLACO Passaporte: H0883030 Estrangeiro: MANISH KUMAR Passaporte: A3370536 Estrangeiro: MARCELA SOFIA LEON PEREZ Passaporte: 5727384 Estrangeiro: MARCELLO LEANZA Passaporte: A488754 Estrangeiro: MARYLIA ANGELICA PORTAL ROMERO Passaporte: 5034788 Estrangeiro: MAURICIO CARBALLO MADRIZ Passaporte: E300579 Estrangeiro: MONICA VERRONE Passaporte: YA3144898 Estrangeiro: NANCY RIVERA OJEDA Passaporte: 5197551 Estrangeiro: NATHAN LUKE O BRIEN Passaporte: E3000803 Estrangeiro: NIKHIL NANDKUMAR KARULE Passaporte: G2538836 Estrangeiro: OKI SUPIYADI Passaporte: A2203948 Estrangeiro: OLEKSII TRUNOV Passaporte: EC196906 Estrangeiro: OSCAR MANUEL GUERRERO BATISTA Passaporte: SP0741595 Estrangeiro: PASQUALINA DI RAIMO Passaporte: AA4690700 Estrangeiro: PERPET SOCORRO FERNANDES Passaporte: H6844517 Estrangeiro: PLAMEN GEORGIEV GINCHEV Passaporte: 500802736 Estrangeiro: RICO INDRA Passaporte: U703956 Estrangeiro: RIO DAMAR NOERHADI Passaporte: W912243 Estrangeiro: ROBERT CHARLES HARMSWORTH Passaporte: 208830552 Estrangeiro: RONALD ESTEBAN BALTAZAR GONZALES Passaporte: 3064225 Estrangeiro: ROQUE FILIPE FURTADO Passaporte: F3289431 Estrangeiro: ROSHANI DHAWAN Passaporte: H7418483 Estrangeiro: RUPESH PRABHAKAR BHOIR Passaporte: F8899245, Processo: 46094040675201232 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIANA ARDILA PEÑALOZA Passaporte: CC 53164833 Estrangeiro: CARLOS HERNANDO PULIDO SANCHEZ Passaporte: CC80392969 Estrangeiro: EDWARD ANTHONY LAING ZALDIVAR Passaporte: C773231 Estrangeiro: I WAYAN SIARTA Passaporte: R583461, Processo: 46094040843201290 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDI WIJAYA Passaporte: S886518 Estrangeiro: DOMNIC MILTROY RODRIGUES Passaporte: J1113187 Estrangeiro: FABIO VERDONE Passaporte: YA0902524 Estrangeiro: FILIPPO RIATTI Passaporte: YA2365622 Estrangeiro: LORENZO SANTIAGO LEBRICON Passaporte: 31860104N Estrangeiro: PHAM HOANG MINH Passaporte: B2821860 Estrangeiro: PIER CAMILLO CINELLI Passaporte: YA2835062 Estrangeiro: RUSLAN SHESTAKOV Passaporte: 63N5515409 Estrangeiro: SALVATORE PARISI Passaporte: B471100 Estrangeiro: SARA D EUGENIO Passaporte: YA3346356 Estrangeiro: SERGIU POSTEUCA Passaporte: A3694011 Estrangeiro: STEFANO SARTORI Passaporte: YA0814231 Estrangeiro: TIFENN VERONIQUE GIBOIRE Passaporte: 10AD62690 Estrangeiro: TRAN THE ANH Passaporte: B2927466 Estrangeiro: UBIN FRANCIS CARVALHO Passaporte: H5504949 Estrangeiro: VALENTINA MANNARI Passaporte: AA2073557 Estrangeiro: VALERIO ANASTASIO Passaporte: C075251 Estrangeiro: VANESSA MILAGROS GARAY PIMENTEL Passaporte: 2791201 Estrangeiro: VENKATA NAGA RAJU VEERLA Passaporte: G3235103 Estrangeiro: VICTOR FERNANDO PINILLOS DIAZ Passaporte: 5190367 Estrangeiro: WAHYUDI Passaporte: U306343 Estrangeiro: WAHYUDIONO Passaporte: V213567 Estrangeiro: YAKOB PHUA Passaporte: W846491 Estrangeiro: YASHODA KRISHNA VADALI Passaporte: H2074521 Estrangeiro: YUNAWAN Passaporte: A0345543 Estrangeiro: YUS HADISYAM Passaporte: A1215591, Processo: 46094040841201209 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EDY JOSUE MONTEPEQUE CASTILLO Passaporte: 000322101 Estrangeiro: ELDOSE VATTAPARAMBIL VARGHESE Passaporte: H 7571019 Estrangeiro: ERIK JONATHAN MONTOYA MALDONADO Passaporte: C819993 Estrangeiro: GANDHIL GANAPATI NAIK Passaporte: G4459783 Estrangeiro: I GEDE SUARTIKA Passaporte: A 1012028 Estrangeiro: JIANZHUANG YE Passaporte: G25470034 Estrangeiro: NICOLAE POPA Passaporte: 12373912 Estrangeiro: PRASANTH PRABHAKARAN Passaporte: H6288632 Estrangeiro: SUDAN WARIK Passaporte: E9244177 Estrangeiro: VICENTE FURTADO Passaporte: J8895933 Estrangeiro: WENGUANG CHEN Passaporte: G54243191, Processo: 46094040842201245 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL GANI GANDASARI Passaporte: W602636 Estrangeiro: ABDURAHMAN TRI ROSYA Passaporte: S 611335 Estrangeiro: ABRAHAM PACHECO BARDALES Passaporte: C142917 Estrangeiro: AHMAD Passaporte: U 173776 Estrangeiro: CONRADO MARTINEZ MENDOZA Passaporte: C008993 Estrangeiro: I KETUT SUDIARTA Passaporte: U 329847 Estrangeiro: IOANNIS CHEIMONITIS Passaporte: AK0166087 Estrangeiro: ISLAMUDDIN Passaporte: A 2085034 Estrangeiro: JOSE ALBERTO GALLARDO GALEAS Passaporte: C079611 Estrangeiro: NIKOLAY GEORGIEV MIHAYLOV Passaporte: 380445945 Estrangeiro: PLAMEN YORDANOV PETROV Passaporte: 367874557 Estrangeiro: REUBEN ENRIQUE GLEESON Passaporte: PD1033942 Estrangeiro: SYAMSUDDIN NURE Passaporte: A 0068427 Estrangeiro: VICTOR MANUEL ARGUETA ESCOTO Passaporte: C506597 Estrangeiro: WALTER CACHO VALERIO Passaporte: C715494 Estrangeiro: WILLIAM FIGUEREDO CHAPARRO Passaporte: CC3242951, Processo: 46094040840201256 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALVIN LESLIE SMITH HOOKER Passaporte: CC 18008672 Estrangeiro: BAPTISTA DOMINGOS PEREIRA Passaporte: F 7342545 Estrangeiro: DEDDY BURMAN Passaporte: A 3582594 Estrangeiro: DHIRAJKUMAR GANESHKUMAR MISHRA Passaporte: G 3331981 Estrangeiro: DILIP BHADRICHA KANJI Passaporte: F 9618368 Estrangeiro: ELVIS JAVIER RIVAS RODRIGUEZ Passaporte: C143492 Estrangeiro: GEDE SANDIARTA Passaporte: S 799195 Estrangeiro: I GEDE PUTU MERTAYASA Passaporte: S457748 Estrangeiro: I NYOMAN SUDIANTARA Passaporte: A 0788713 Estrangeiro: I WAYAN SUMERTA Passaporte: S458212 Estrangeiro: I WAYAN WIDNYANA Passaporte: A 0356042 Estrangeiro: LAZILY PIRES Passaporte: G 4080832 Estrangeiro: MUCHLIS AWAN Passaporte: A 1053317 Estrangeiro: POLIHRON ALEKSANDROV YANEV Passaporte: 367856297 Estrangeiro: SOURABH VISWANATHAN NAIR Passaporte: F 0461792 Estrangeiro: TEA MAVRIC Passaporte: 059077487 Estrangeiro: UTTAM SHAM HALANKAR Passaporte: H 0454420, Processo: 46094041716201216 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS HAASE Passaporte: C3JWCK5Z7 Estrangeiro: ANJA KARSTEN Passaporte: C5L881FMW Estrangeiro: NADINE REGINA TREU Passaporte: CF5GHK7WH, Processo: 46094041717201252 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSANDAR POLIHRONOV YANEV Passaporte: .364887060 Estrangeiro: CLAUDIA VANESSA PEREZ RUIZ Passaporte: 2331193 Estrangeiro: DANIEL APETROAIEI Passaporte: 15331568 Estrangeiro: ENDAH PUJI ASTUTI Passaporte: .A 1017155 Estrangeiro: FRANKLIN ALBERTO ORELLANA GIRON Passaporte: C620589 Estrangeiro: I KETUT RATA Passaporte: .W 110754 Estrangeiro: I MADE ADIRIADI Passaporte: .A 0010235 Estrangeiro: SVETOSLAV VANEV IGNATOV Passaporte: 380583495 Estrangeiro: WAWAN KRISTANTO Passaporte: A 2022036, Processo: 46094041718201205 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DORU CONSTANTIN DANILA Passaporte: 15306917 Estrangeiro: MIHAELA ALEXANDRA CERNAT Passaporte: 15402934 Estrangeiro: TOMA VALENTIN GHEORGHE Passaporte: 13665469, Pro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cesso: 46094041719201241 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DARIO TOSO Passaporte: AA3103145 Estrangeiro: MANRICO GIAMPEDRONI Passaporte: YA2606745 Estrangeiro: MARTINA PETRALIA Passaporte: YA3542372.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094037942201294 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIRENDRA ANANDA REDDY Passaporte: M00003481, Processo: 46094029407201260 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAMANTIOS SIDERIDIS Passaporte: AH2103402, Processo: 46094033456201205 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUS KYNDE MADSEN Passaporte: 200825999, Processo: 46094033440201294 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEKSANDR BORYSEVYCH Passaporte: EK782095, Processo: 46094033459201231 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO JENSEN Passaporte: 202672518, Processo: 46094033674201231 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anil Balasaheb Shinde Passaporte: J6312100 Estrangeiro: Jothy Sivaraman Narayanan Passaporte: E6557440 Estrangeiro: Madanlal Harichand Sharma Passaporte: G2619610 Estrangeiro: Mohammad Ehtesham Passaporte: K1363740 Estrangeiro: Navin Kasbar Passaporte: J4158724, Processo: 46094035798201251 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRANAV CHADHA Passaporte: Z2097817, Processo: 46094035790201295 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASANTHAKUMAR MEENATCHI SUNDARAM Passaporte: J0614948, Processo: 46094036171201218 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MACARIO MATÉOS Passaporte: 12CC61229, Processo: 46094037244201299 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 29/03/2014 Estrangeiro: ANGEL MAZARATE HONA Passaporte: XX5510066 Estrangeiro: ANTONIO HALLEGADO MARCELO Passaporte: EB1505604 Estrangeiro: CANDIDO MADERA JAIM Passaporte: EB5570666 Estrangeiro: NELSON CACPAL LUZURIAGA Passaporte: XX3619445 Estrangeiro: PETER GENE AMI GOLINGO Passaporte: EB2823141 Estrangeiro: ROLANDO PUTONG PANTON Passaporte: XX5632755, Processo: 46094038753201239 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: ALEXANDER SAMSON BALANI Passaporte: XX0445408 Estrangeiro: ANDREW DURON ANDALES Passaporte: EB3844431 Estrangeiro: BERCEL RESMA GALEA Passaporte: XX3220737 Estrangeiro: CELSO MERCENE PAGLINAWAN Passaporte: XX5680674 Estrangeiro: CHRISTOPHER TESORO SABUERO Passaporte: XX2981680 Estrangeiro: CYRUS JOHN CAPUNDAG CALLEJO Passaporte: EB2789870 Estrangeiro: DOMINADOR CASERO ROMUALDO Passaporte: XX4993817 Estrangeiro: FELIX ANINO DARAMAN Passaporte: XX5677338 Estrangeiro: JAYRICK ANDALES GARCIA Passaporte: XX3440734, Processo: 46094036253201262 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/09/2013 Estrangeiro: DEIBYS ADAN CASTELLANO BARRIENTOS Passaporte: 051325668, Processo: 46094038761201285 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: ALFREDO AMBE TRINIDAD Passaporte: EB2752510 Estrangeiro: ARIEL IGNACIO CLARIN Passaporte: XX1803210 Estrangeiro: DAVID QUIÑONES TIABA Passaporte: EB0241159 Estrangeiro: DIONISIO ABUY OBNAMIA Passaporte: EB1010887 Estrangeiro: JEAN MARIE BUNDOC BISQUERA Passaporte: EB2873219 Estrangeiro: RUSELL DE GUZMAN ADAY Passaporte: XX3214123, Processo: 46094037243201244 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 29/03/2014 Estrangeiro: ALEXANDER PETRENKO Passaporte: 702126578, Processo: 46094036823201214 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO NEVES DA SILVA Passaporte: L934614, Processo: 46094036810201245 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: ÂNGELO MANUEL DOS SANTOS QUARESMA Passaporte: M251803, Processo: 46094036808201276 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 03/02/2013 Estrangeiro: HENRIK ALEXANDER VON SYDOW Passaporte: 201212883, Processo: 46094038652201268 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEOFFREY PETER BARRET Passaporte: 406543049, Processo: 46094037813201204 Empresa: SBM FRADE SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 18/06/2013 Estrangeiro: ROBERT KIM THOMAS Passaporte: 505194779, Processo: 46094038767201252 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: ARNAUD PAUL FRANÇOIS MARIE DUPRE DE BOULOIS Passaporte: 03EB32065 Estrangeiro: ASTRID MARIE ISABELLE DE LA MONNERAYE Passaporte: 10CE87873 Estrangeiro: AURÉLIEN FRANÇOIS OLIVIER LE DÉORÉ Passaporte: 03EC27099 Estrangeiro: BERTRAND LABARDE Passaporte: 02XC74159 Estrangeiro: BÉATRICE EMILIE THERESE LEGREE Passaporte: 08AR39988 Estrangeiro: CLAIRE MARIE ANTOINETTE BECHARD Passaporte: 05HK47921 Estrangeiro: CLAIRE MARIE- RENÉE ANDRÉE DUCHIER Passaporte: 05CP89367 Estrangeiro: CLAIRE ODILE SAMUEL Passaporte: 09PD21138 Estrangeiro: CÉDRIC EMILE CONSTANT GUILBERT Passaporte: 09PL01147 Estrangeiro: CÉDRIC SASKA PIERRE CHAVET Passaporte: 03RH32951, Processo: 46094038791201291 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOZEFUS GERARDUS PETRUS VERNOOIJ Passaporte: NW06L08C4, Processo: 46094038768201205 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: CLAIRE PAULINE JULIE VANDENHAUTE Passaporte: 10AP63646 Estrangeiro: DENIS MARC YANN MAURY Passaporte: 11CA70790 Estrangeiro: DIDIER MICHEL RIBON Passaporte: 10CE12138 Estrangeiro: EDOUARD GEORGES LEBLANC Passaporte: 08AF76920 Estrangeiro: ELISA ROYER Passaporte: 03KB00384 Estrangeiro: ERIC CLAUDE GEORGES VIAL Passaporte: 08CI90749 Estrangeiro: ERWAN CLAUDE PIERRE BEGOT Passaporte: 05TP16139 Estrangeiro: ETIENNE FRANÇOIS FRUNEAU Passaporte: 11CL20683 Estrangeiro: FABIEN ALBERT DANIEL COSSAVELLA Passaporte: 11AT91239 Estrangeiro: FABIEN RAZUREL Passaporte: 12AT62785, Processo: 46094038759201214 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: NICOLAS HERVÉ MARIE LEMONNIER Passaporte: 07BA58513 Estrangeiro: OLIVIER ANDRÉ PAUL FAUVEL Passaporte: 10CX94386 Estrangeiro: OLIVIER BENOIT DEZAEL Passaporte: 05CK48656 Estrangeiro: OLIVIER MANCEAU Passaporte: 10CH02408 Estrangeiro: OLIVIER TRISTAN-BENOIT VINCENT CYPRIEN COPPIN Passaporte: 09AL97394 Estrangeiro: PASCAL ALBERT RENÉ FINKELSTEIN Passaporte: 04EE39199 Estrangeiro: PATRICK JACQUES PIERRE DEFRANCE Passaporte: 09PT91184 Estrangeiro: PIERRE GEAN HERVÉ LASBLEIZ Passaporte: 07AV79030 Estrangeiro: PIERRE SYLVER LANGUEDOC Passaporte: 12CF59160, Processo: 46094037408201288 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL WAYNE HARVILLE Passaporte: 443611909, Processo: 46094037398201281 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ABIAN ACOPIO Passaporte: XX4756074, Processo: 46094038760201231 Empresa: CLARO S.A. Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: PIERRE YVES LE GUILLOU Passaporte: 10CH53133 Estrangeiro: PIERRE YVES MAURICE AUGUSTE MORIN Passaporte: 02XC49165 Estrangeiro: QUENTIN GUY ALEXANDRE ROCHER Passaporte: 10AI16386 Estrangeiro: RONAN FRÉDÉRIC FESSELIER Passaporte: 10CE79464 Estrangeiro: SERGE PHILIPPE ALBERT LIJOUR Passaporte: 04FI97000 Estrangeiro: STÉPHANE JEAN ROBERT TREMEL Passaporte: 04BI22232 Estrangeiro: STÉPHANE PHILIPPE CARLIER Passaporte: 07CP29466 Estrangeiro: SYLVAIN MICHEL PHILIPPE ALEXANDRE Passaporte: 10CZ06933 Estrangeiro: THOMAS PHILIPPE BETREMIEUX Passaporte: 07BA32623 Estrangeiro: VINCENT JEAN FERNAND PANARD Passaporte: 07AD43431, Processo: 46094037405201244 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMEO DEL MUNDO BAYOT Passaporte: EB2957030, Processo: 46094037397201236 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: CHRISTINA TZOUGANATOU Passaporte: AI4264013, Processo: 46094037401201266 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDDIE SANTOS ALBALOS Passaporte: XX3588131 Estrangeiro: FERDINAND CARPIO CASTILLO Passaporte: EB5491186, Processo: 46094037402201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2014 Estrangeiro: SERGEI BACHARNIKOV Passaporte: 718357224, Processo: 46094037399201225 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN DEOCAMPO PENALES Passaporte: EB2350539, Processo: 46094037404201208 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK BORROMEO VIAJE Passaporte: XX3638767, Processo: 46094037198201228 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: JOSE DANIEL GOMEZ JIMENEZ Passaporte: CC8715039, Processo: 46094037400201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHAIOS ANDRIOTIS Passaporte: AH3525537, Processo: 46094037396201291 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VOLODYMYR KALYUSHKO Passaporte: EM033569, Processo: 46094037406201299 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL TODD MEDLIN Passaporte: 500717515 Estrangeiro: MICHAEL ALLEN HULSEY Passaporte: 488987760 Estrangeiro: ROGER WILLIAM CAMPBELL Passaporte: 407743229, Processo: 46094038787201223 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRADEEP KUMAR Passaporte: Z2301072, Processo: 46094038789201212 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIK JAN KAPTEIN Passaporte: NTPBR8L93 Estrangeiro: JOHANNES GERARDUS ADRIANUS DEN BOEF Passaporte: NYJ4CH1L3, Processo: 46094038684201263 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAMIEN PATRICK MOSTYN Passaporte: PC0155930, Processo: 46094038360201225 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: SEZAI UZER Passaporte: U02925133, Processo: 46094038685201216 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SURYA PRAKASH RAO VUDDAGIRI Passaporte: G7911518, Processo: 46094038788201278 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORRIS ROBERT GREENHILL Passaporte: 464997941 Estrangeiro: TERRY MCCLEARY Passaporte: 402988436, Processo: 46094038790201247 Empresa: SBM OPERACOES LTDA. Prazo: até 29/07/2013 Estrangeiro: JANUSZ KAROL SZYSZKO Passaporte: EB8634693, Processo: 46094038651201213 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEMANT-KUMAR GOPALBHAI TANDEL Passaporte: H8162085, Processo: 46094038624201241 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESPER WITTHOEFT JOERGENSEN Passaporte: 204489064, Processo: 46094038184201221 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 31/12/2013 Estrangeiro: THOMAS PASCAL LAURENT DEVALLET Passaporte: 11AL07543, Processo: 46094038611201271 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Geert Amandus Annie Schoofs Passaporte: EI124086, Processo: 46094038817201200 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: até 10/08/2013 Estrangeiro: KONSTANTINOS GIOUVANTSIKLAR Passaporte: AH2998938, Processo: 46094038671201294 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORIO RONDINA LAMPAGO Passaporte: XX3546427 Estrangeiro: REX SINGO SACRAMENTO Passaporte: EB1357985, Processo: 46094038520201236 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: BERNARDO SIOS-E DADIOS Passaporte: EB4177838 Estrangeiro: JAMES CHRISTOPHER SPEARS Passaporte: WM136070 Estrangeiro: LUIS GERMAN CHAVEZ LA CRUZ Passaporte: 037573238, Processo: 46094038408201203 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN MONREAL GENOVIS Passaporte: EB2083879, Processo: 46094038664201292 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: GENNADIY TSURKANENKO Passaporte: EE945141 Estrangeiro: OLEKSANDR IALYNA Passaporte: EH520781, Processo: 46094038612201216 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zeljko Elez Passaporte: 036791000, Processo: 46094038786201289 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMIR PIRIYEV Passaporte: P3868766, Processo: 46094038682201274 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Trivikram Sahadev Mutyala Passaporte: Z2010364, Processo: 46094038677201261 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: EDWARD EMMANUEL MANUEL MARTINEZ Passaporte: EB5852496, Processo: 46094038683201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNULFO BAYAS DE LEON Passaporte: XX0200682 Estrangeiro: EDMUND JR UY SAÑO Passaporte: XX4542899 Estrangeiro: JEAN-PAUL CHARLES MARIE Passaporte: N0040039, Processo: 46094038676201217 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARNELO CATAQUEZ DIGNOS Passaporte: XX3207103, Processo: 46094038678201214 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EL HADJI RAWANE DIOP Passaporte: EI560248 Estrangeiro: HENRI MOENS Passaporte: EJ326642 Estrangeiro: LUKASZ POTYRA Passaporte: AT1716026 Estrangeiro: MARC ANEURIN CLEMENT Passaporte: TA711148 Estrangeiro: MOHAMED ALI BOUHOUCH Passaporte: EI086457 Estrangeiro: NOUREDDINE ALLOUL Passaporte: EJ451420 Estrangeiro: PETER OMER HERREBOUT Passaporte: EI132611 Estrangeiro: PIETER MARIANNE ROGIER VAN HAASTER Passaporte: EI006839 Estrangeiro: RUBEN MARIA HENDRIK MICHAËL DONNÉ Passaporte: EJ398925 Estrangeiro: YANN AUGUSTE GHISLAIN BERTHOLET Passaporte: EJ010491, Processo: 46094038515201223 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIHAI DIMANCESCU Passaporte: 12748114, Processo: 46094038681201220 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO VALEROSO Passaporte: EB3903988, Processo: 46094038519201210 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 01/04/2013 Estrangeiro: STUART DOUGLAS ROSE Passaporte: 099287276, Processo: 46094038511201245 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL SLAWOMIR SYDOR Passaporte: AT5276726 Estrangeiro: GLENN MERCADO PRODIGALIDAD Passaporte: XX5616943 Estrangeiro: REFRENDILLE LOU SITIAS DIARESCO Passaporte: XX0932210, Processo: 46094038679201251 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/03/2013 Estrangeiro: Nikolaos Koufogiannis Passaporte: AI1797212 Estrangeiro: Panagiotis Antonakos Passaporte: AH4297701, Processo: 46094038673201283 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergiy Chernyshev Passaporte: EC319704, Processo: 46094038675201272 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RADOSLAW SIERKOWSKI Passaporte: AP9322616, Processo: 46094038700201218 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: JOSE LUIS DIAZ Passaporte: 055362386, Processo: 46094038609201201 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN LARSEN Passaporte: 26164812, Processo: 46094038961201238 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG IAREMCHUK Passaporte: ET069373, Processo: 46094038710201253 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 10/08/2013 Estrangeiro: GUNNAR OEVREVOLL Passaporte: 29452943, Processo: 46094038960201293 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/09/2014 Estrangeiro: JERRON BRYAN PAQUINGAN TINAMISAN Passaporte: EB2228300, Processo: 46094038954201236 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR JR TORIO LOZANO Passaporte: XX5162515, Processo: 46094038704201204 Empresa: FUGRO GEOSOLUTIONS (BRASIL) SERVICOS DE LEVANTAMENTO LTDA. Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: MICHAEL WILLIAM DUMSDAY Passaporte: 099188549, Processo: 46094038959201269 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILFREDO JR MACLANG DUMLAO Passaporte: XX1539061, Processo: 46094038951201201 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXIS ZIETSMAN Passaporte: M00071030, Processo: 46094038957201270 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENEE MELLA JUANICO Passaporte: XX5468426, Processo: 46094038797201269 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 25/08/2013 Estrangeiro: JAN BERNARDUS VISSER Passaporte: NUKJ0F2R4, Processo: 46094038798201211 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro:

VENDA PROIBIDA

OLAF MARIJNISSEN Passaporte: NU6DPR398, Processo: 46094038898201230 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARVIERICH LOTA VILLANUEVA Passaporte: EB4448366, Processo: 46094038701201262 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: DAVID GERARDO GUTIERREZ CARDOZO Passaporte: 1784503, Processo: 46094039115201235 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: ELIOTT PAUL ANDRÉ BERTHELEY Passaporte: 09AD93425, Processo: 46094039476201281 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODEL GAMBOA DIVINAGRACIA Passaporte: XX4882428, Processo: 46094039297201244 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN AIRES FERNANDES Passaporte: H8321587.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094044708201132 Empresa: GEARBULK MARITIMA LTDA Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: ROBERT FRANCIS PARISH Passaporte: 459412601, Processo: 46094038930201287 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ENRIQUE CHACON ESPINO Passaporte: G01736347, Processo: 46094037157201231 Empresa: DANFOSS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CHRISTIAN MORRIS HEY Passaporte: 202416731, Processo: 46094038248201294 Empresa: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: LENA HEIDELBERG Passaporte: C2159H0JM, Processo: 46094038247201240 Empresa: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: REGINE MERDIAN Passaporte: C9M0LK06F, Processo: 46094038568201244 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ALEXANDER JUAN ROEMER Passaporte: C8RZFPJ5T, Processo: 46094038085201240 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: VERA MARLIES JÖRING Passaporte: C2G07G1TF, Processo: 46094038007201245 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: GONZALO DAMIAN FERREYRA Passaporte: 31154903N, Processo: 46094040125201213 Empresa: SERVCATER INTERNACIONAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KIRSTEN JULIA GRAHL Passaporte: CG6JZVWM5, Processo: 46094038093201296 Empresa: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGEY VARNAVSKIY Passaporte: 720463984, Processo: 46094037334201280 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIVIANA VALDES Passaporte: 21978223N, Processo: 46094037419201268 Empresa: INTER PARTNER ASSISTANCE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA 24 HORAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUKO KAWAUCHI Passaporte: TH9265307, Processo: 46094037144201262 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: CRISTIAN ANDRES UBILLA ROSALES Passaporte: 134418427, Processo: 46094040364201273 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SIBEL POLAT Passaporte: TR-N Nº761333, Processo: 46094037684201246 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: RAJA MOHAN Passaporte: J5818762, Processo: 46094037688201224 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: PRAVEEN KUMAR NAGARAJ Passaporte: G7875506, Processo: 46094037687201280 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MUTHURAJ ARUMUGAM Passaporte: G5507443, Processo: 46094037689201279 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MARUTHI RAM OBLA RAGHUNATHAN Passaporte: K4522330, Processo: 46094037220201230 Empresa: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOYANNA JILL WESCHE BLAKE Passaporte: 461578127, Processo: 46094037685201291 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MADHIVANAN MARI Passaporte: J7404249, Processo: 46094037485201238 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHELSEY ELIZABETH WROE Passaporte: 106422817, Processo: 46094037686201235 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ELANGOVAN THIYAGARAJAN Passaporte: J9417788, Processo: 46094037909201264 Empresa: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAXWELL AGYEMAN APPIAH Passaporte: GO339756, Processo: 46094038224201235 Empresa: HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TOMOYA SAITO Passaporte: TG 6.035.745, Processo: 46094038225201280 Empresa: HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MASAYOSHI WATANABE Passaporte: TK 7.077.214, Processo: 46094037967201298 Empresa: OLIVER WYMAN CONSULTORIA EM ESTRATEGIA DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Adrian Roy Trevor Murphy Passaporte: 509155542, Processo: 46094038158201201 Empresa: BASF SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELIUD MAGU MUTITU Passaporte: A054070, Processo: 46094037966201243 Empresa: OLIVER WYMAN CONSULTORIA EM ESTRATEGIA DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Vaz Beja Baptista Passaporte: J575813, Processo: 46094040124201279 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ANDREA MINCIONE Passaporte: F585249, Processo: 46094038529201247 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: CARL FREDRIK PERSSON Passaporte: 81691369, Processo: 46094038528201201 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MARCOS PEREZ VILLARROEL Passaporte: AAA627892, Processo: 46094040182201201 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: ADRIAN ALONSO SEPULVEDA SAENZ Passaporte: G01205814, Processo: 46094039784201215 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: JESUS ALBERTO CANTU BENAVIDES Passaporte: G10195486, Processo: 46094039785201251 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: RAFAEL HIGUERA MENESES Passaporte: G10208053, Processo: 46094038848201252 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANS-CHRISTIAN JESSEN Passaporte: CCZ889K35, Processo: 46094040184201291 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: REGINA CALLEJA BARROSO Passaporte: AAA419306, Processo: 46094039012201275 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN GHYSLAIN THIERRY CLAVEL Passaporte: 07AK36213, Processo: 46094040008201250 Empresa: SAP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jesus Vera CalvO Passaporte: RE002020942348, Processo: 46094040334201267 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LOPREZ LORITE Passaporte: AAG383691.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094024243201284 Empresa: ASSOCIACAO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kimberly Marie Jones Passaporte: 462041534.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094035436201261 Empresa: BANCO LUSO BRASILEIRO S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: HOMERO JOSÉ DE PINHO COUTINHO Passaporte: H191396, Processo: 46094035058201215 Empresa: TRELLEBORG DO BRASIL ADMINISTRACAO DE BENS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ERIK WEICHSELBAUMER Passaporte: 81860791, Processo: 46094038006201209 Empresa: OSG SULAMERICANA DE FERRAMENTAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHITAKA YOSHIZAKI Passaporte: TZ0498508, Processo: 46094038231201237 Empresa: SAAB INTERNACIONAL DO BRASIL REPRESENTACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Gilbert Ake Ingemar Albertsson Passaporte: 82455407, Processo: 46094038064201224 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHAO-KAI HUNG Passaporte: 212789886, Processo: 46094038005201256 Empresa: CHINA TABACO INTERNACIONAL DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHU CHUANYONG Passaporte: P01490782, Processo: 46094038004201210 Empresa: CHINA TABACO INTERNACIONAL DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MA XIANG Passaporte: P01491827, Processo: 46094038335201241 Empresa: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JUNFENG LI Passaporte: P01584914, Processo: 46094038336201296 Empresa: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YAOJIA MA Passaporte: PE0066420, Processo: 46094038337201231 Empresa: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JIANXIN WANG Passaporte: PE0025383, Processo: 46094038342201243 Empresa: RIBEIRAO PRETO TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: XINGLEI LI Passaporte: P01666326, Processo: 46094038338201285 Empresa: EXPANSION TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YANG LIU Passaporte: P00851430, Processo: 46094038344201232 Empresa: SERRA PARACATU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: BIN XIAO Passaporte: PE0066419, Processo: 46094038966201261 Empresa: SP TELECOMUNICACOES PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Santiago Javier Fernandez Valbuena Passaporte: AAE992712, Processo: 46094038718201210 Empresa: EXPANSION PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ ARNOLDO SICILIA HERNÁNDEZ Passaporte: AAE964868, Processo: 46094038343201298 Empresa: SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JIE LIU Passaporte: P01584916, Processo: 46094039971201291 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PER-OLOV SVEDLUND Passaporte: 82871337, Processo: 46094038716201221 Empresa: EXPANSION PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Jose Manuel Gari Sentmenat Passaporte: Q820697, Processo: 46094038334201205 Empresa: POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ZHENG SUN Passaporte: P01000007, Processo: 46094038333201252 Empresa: POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JINGFU SHANG Passaporte: PE0066421, Processo: 46094038879201211 Empresa: ARKADIN DO BRASIL SERVICOS DE CONFERENCIA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT ETIENNE THOMAS VALANTIN Passaporte: 11AP44201, Processo: 46094039208201260 Empresa: ANEST IWATA DO BRASIL COMERCIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUJI NOGUCHI Passaporte: TK7547225, Processo: 46094038571201268 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROTOSHI HAYASE Passaporte: TH4255479, Processo: 46094038570201213 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YU OKUDAIRA Passaporte: TH8164375, Processo: 46094038569201299 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHIAKI NAKAYAMA Passaporte: TH9158121, Processo: 46094038339201220 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KELLY GAMBLE HARTSHORN Passaporte: 483732753, Processo: 46094039611201299 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROAKI TAKAGI Passaporte: TH1577393, Processo: 46094038802201233 Empresa: ALLIANZ SEGUROS S/A Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: AGUSTIN DE LA CUERDA GARCIMARTIN Passaporte: AA225198, Processo: 46094039469201280 Empresa: SAGEM DEFESA E AERONAUTICA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: VALÉRIE MARIE SEBASTIANNE DULONG REDRON Passaporte: 06AA36234, Processo: 46094039437201284 Empresa: FRUMECAR DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DAVID TORNEL HURTADO Passaporte: AAC309180, Processo: 46094039470201212 Empresa: GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE EDUARDO BECERRA VALDÉS Passaporte: 8.395.459-0, Processo: 46094039751201267 Empresa: POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FENG ZUO Passaporte: P01584915, Processo: 46094039776201261 Empresa: AMCOR RIGID PLASTICS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RUBEN ENRIQUE MELARA ESCOBAR Passaporte: 000614131.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094039154201232 Empresa: FIB - FOMENTO INTERNACIONAL BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALFREDO MIGUEL FERREIRA DE VIEIRA MACHADO Passaporte: L905406, Processo: 46094038916201283 Empresa: VIVAREAL PUBLICIDADE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BRIAN MICHAEL REQUARTH Passaporte: 443898497.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46217003450201261 Empresa: LAND BANK BRAZIL EMPREENDIMENTO E INCORPORACAO LTDA EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEWMATIE SONIA VERASAMY Passaporte: WB648485, Processo: 46094007374201205 Empresa: BARRINVESTE- INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NUNO MIGUEL MENGAS MARTINS Passaporte: H561866, Processo: 46094007375201241 Empresa: BARRINVESTE- INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FAUSTO MENGAS MARTINS Passaporte: L949910, Processo: 46094031603201202 Empresa: LAKE INVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CESAR PAULO DE CARVALHO GOMES Passaporte: J605863, Processo: 46094005385201242 Empresa: BRISA DO MAR HOTELARIA E TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Sabine Schwarzer Passaporte: C5RO471PF, Processo: 46094005384201206 Empresa: BRISA DO MAR HOTELARIA E TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Florian Gottfried Schwarzer Passaporte: C5R03MM5L, Processo: 46224001260201211 Empresa: DOMUS EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Karina Valimamade Gulamo Ali Passaporte: L115252, Processo: 46094015953201213 Empresa: CONSTRUTORA BARCELONA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALFREDO PUENTE GALAN Passaporte: AE602548, Processo: 46094020129201285 Empresa: YANNSAN PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YANN HERVÉ FESTAL Passaporte: 10CI 27912, Processo: 46094022355201209 Empresa: COWLEY MINERACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILLIAM PARKYN HOME JEFFCOCK Passaporte: 093225465, Processo: 46224003831201251 Empresa: PFBRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: pedro alexandre torres fernandes britO Passaporte: G528750, Processo: 46094034967201236 Empresa: CONSTRUTORA MITO LTDA ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAURIZIO MICHIELIN Passaporte: AA2076513, Processo: 46094031780201281 Empresa: TAI EQUIPAMENTOS EXPORTACAO, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHIJIAN LU Passaporte: G50256530, Processo: 46094034966201291 Empresa: CONSTRUTORA MITO LTDA ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO TOMASI Passaporte: B 482035, Processo: 46094030764201271 Empresa: VILLAS GAIA INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TONNY MARCELINO DOMINGUES QUINTAS Passaporte: H254274, Processo: 46094035107201210 Empresa: LOBELIXBRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ALDO FERRAUTO Passaporte: Y444647, Processo: 46094033205201212 Empresa: CODE SANTA TEREZINHA EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE - 3LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AZIM MAHAMADE SADRUDIN CASSAM JAMAL Passaporte: L611296, Processo: 46094034546201213 Empresa: FARANDOLE BAR E RESTAURANTE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEVERINE COUVIGNOU Passaporte: 11AY94367, Processo: 46094036089201293 Empresa: INTERNACIONAL FRANCHISING LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAULO JORGE DE OLIVEIRA MARQUES ALEXANDRE Passaporte: J652384, Processo: 46094035489201281 Empresa: SOTEPLUS EQUIPAMENTOS TECNICOS E SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Antonio José de Passos da Silva Pires Passaporte: L984180, Processo: 46205017350201251 Empresa: POUSADA VENTO DE JERI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA RUSSO Passaporte: F578712, Processo: 46205017351201204 Empresa: POUSADA VENTO DE JERI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SILVIA MARACCI Passaporte: YA0243219, Processo: 46094037521201263 Empresa: IBEI - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS INTERCULTURAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHN WESLEY HALL JR Passaporte: 483761998, Processo: 46094038804201222 Empresa: CREMA ITALIANA COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA. - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FABIO LAMPUGNANI Passaporte: AA5905543, Processo: 46205018918201251 Empresa: LVH - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUÍS ALBERTO LOPES DA SILVA Passaporte: H268410, Processo: 46205018919201204 Empresa: LVH - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VIRGÍLIO DA COSTA SILVA Passaporte: G879850.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o despacho publicado no DOU nº. 135 de 13/07/2011, seção 1 p.143, referente ao estrangeiro: MIN LIANG, passaporte: G45498861, Processo 46094.004646/2011-26, empresa: UNIVERSO VERDE AGONEGÓCIO LTDA.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: KIYOSHI IMAGAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SCHINCARIOL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.. Processo: 46094.032716/2012-17, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041900/2011-77.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Vice - Presidente e Membro de Conselho de Administração na SCHINCARIOL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.. Processo: 46094.032713/2012-83, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro MASAKAZU HANIHARA a exercer concomitantemente o cargo de Vice - Presidente do Conselho de Administração na ETH BIOENERGIA S.A. Processo: 46094.033626/2012-43, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.011415/2012-50.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro MASAKAZU HANIHARA a exercer concomitantemente o cargo de Vive - Presidente do Conselho de Administração na ETH INVESTIMENTOS S/A. Processo: 46094.033625/2012-07, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.011415/2012-50.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 34, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SE nº 561, de 27 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto no Artigo 52, parágrafo 2º, Inciso II da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e considerando a necessidade de adequar o orçamento aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 - LOA/2012 às programações do Ministério do Trabalho e Emprego, resolve:

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, as alterações de modalidades de aplicações da Unidade Orçamentária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO SOARES SALGADO

ANEXO

Unidade Orçamentária: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
R$ 1,00

Código	Descrição	Fonte	Modalidade	Acréscimo	Redução
11.333.2071.4725.0026	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs) - No Estado de Pernambuco	100	3.3.50		150.000
			3.3.30	150.000	
11.333.2071.4725.0060	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs) - Goiana - PE	100	3.3.40		1.000.000
			3.3.30	1.000.000	
TOTAL				1.150.000	1.150.000

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 132, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo , no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 473 de 24 de julho de 2008, publicada no DOU do dia 25/07/2008, resolve:

Tornar sem efeito a publicação da Portaria nº 130, de 06/11/2012, publicada no D.O.U. n° 218 de 12/11/2012, Seção 2.

ENÉSIO PAIVA SOARES

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Constitui e estabelece a composição do Grupo de Trabalho "Pro Cabotagem", incumbido de elaborar e consolidar propostas para o programa de desenvolvimento à cabotagem no Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 87, parágrafo único, I e IV da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem:

Art. 1º Fica constituído o Grupo de Trabalho incumbido de elaborar e consolidar propostas voltadas à estruturação de um programa de desenvolvimento à cabotagem no Brasil.

Parágrafo único. O programa de desenvolvimento à cabotagem será submetido à aprovação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes - CONIT, conforme competências definidas pelo Decreto nº 6.550, de 27 de agosto de 2008.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério dos Transportes;

II - dois representantes da Secretaria de Portos da Presidência da República;

III - dois representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres;

IV - dois representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e

V - dois representantes da Empresa de Planejamento e Logística S. A. - EPL.

§ 1º As atividades do Grupo de Trabalho serão coordenadas por um representante do Ministério dos Transportes, tendo como suplente um representante da Secretaria de Portos da Presidência da República, a serem indicados pelos respectivos órgãos.

§ 2º Poderão integrar, ainda, o referido Grupo de Trabalho, na qualidade de consultores externos, profissionais de reconhecida competência e experiência comprovada, de órgãos da administração pública ou de entidades privadas, a serem convidados pelo grupo.

§ 3º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º O Grupo de Trabalho, sem prejuízo de outras providências que resultarem necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, deverá:

I - propor objetivos, metas e o plano de trabalho do programa "Pró Cabotagem", a fim de promover a navegação de cabotagem e subsidiar as propostas que busquem a melhor operacionalização da intermodalidade, observando as diretrizes de planejamento e as políticas públicas para o setor;

II - apresentar soluções que permitam eliminar os entraves para o desenvolvimento da navegação de cabotagem no país, os quais deverão ser identificados através de estudos que considerem, dentre outras, as seguintes diretrizes:

a)as pesquisas já realizadas no setor;

b)as melhores práticas empregadas no país e no exterior;

c)os aspectos institucionais, fiscais, operacionais e tecnológicos;

d)os serviços e a infraestrutura existentes;

e)as políticas públicas para o setor;

f)as cadeias logísticas; e

g)as externalidades existentes.

III - propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com a indicação de estudos que demonstrem a integração da rede de transportes, a ampliação da infraestrutura, a adequação da legislação, a melhoria da operação e incentivo fiscal, visando estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil;

IV - identificar, relacionar e viabilizar, junto aos respectivos órgãos, as potenciais fontes de recursos para o desenvolvimento das ações propostas pelo programa "Pro Cabotagem";

V - propor o plano de ação para a implementação e acompanhamento da execução das ações propostas pelo programa "Pro Cabotagem"; e

VI - definir a metodologia de monitoramento dos resultados, bem como a readequação das ações implementadas.

Art. 4º As despesas decorrentes das atividades do grupo de trabalho serão custeadas pela respectiva entidade à qual o servidor se vincula.

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá o prazo de dezoito meses para a apresentação de relatório referente à realização das atividades descritas no artigo 3º.

Parágrafo único. As propostas deverão ser apresentadas ao Ministro de Estado dos Transportes e ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos e, se aprovadas, submetidas ao CONIT.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS
Ministro de Estado dos Transportes

JOSÉ LEÔNIDAS CRISTINO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República

PORTARIA Nº 254, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera percentuais do quantitativo de cargos por classe das carreiras de que trata o art. 1º da Lei nº 11.171, de 2005, e divulga o quantitativo de vagas disponíveis para fins de promoção dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutra de Transportes - DNIT.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 1º e 3º do art. 14 da Portaria MT nº 240, de 18 de outubro de 2012, e o constante do processo nº 50.000.042290/2012-89, resolve:

Art. 1º Alterar o percentual do quantitativo dos cargos por classe das carreiras do DNIT de que trata o art. 1º da lei 11.171, de 2005, ficando distribuído da seguinte forma:

I - sessenta por cento do total de cargos de cada carreira na Classe A;

II - trinta e cinco por cento do total de cargos de cada carreira na Classe B; e

III - cinco por cento do total de cargos de cada carreira na Classe Especial.

Art. 2º Divulgar o quantitativo de vagas disponíveis para fins de promoção dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, ocupantes de cargos das carreiras de que trata o art. 1º da Lei 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Art. 3º O quantitativo de vagas por cargo e classe de cada carreira, destinadas à promoção de que trata o art. 2º desta Portaria, observará o quadro a seguir:

Cargo	Classe	Vagas Disponíveis
Analista em Infraestrutura de Transportes	ESPECIAL	36
	B	138
Analista Administrativo	ESPECIAL	19
	B	62
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes	ESPECIAL	70
	B	395
Técnico Administrativo	ESPECIAL	9
	B	43

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SECRETARIA-GERAL
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE PORTO VELHO

DESPACHOS DO CHEFE
Em 10 de novembro de 2012

Nº 18 - O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE PORTO VELHO, da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50307.001132/2012-24, instaurado em 22 de maio de 2012, de acordo com a Ordem de Serviço nº 000031/2012-UARPV, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 3.000,00, (três mil reais) à empresa Roberto Dorner - Rodonave Navegações, por cometimento das infrações previstas no art. 23, incisos XIX, e XXV, da norma aprovada pela Resolução n° 1274/ANTAQ. Dessa forma, encaminho o processo em epígrafe para as medidas administrativas cabíveis.

Nº 19 - O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE PORTO VELHO, da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apu-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

rados no Relatório Final, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50307.001133/2012-79, instaurado em 01 de junho de 2012, de acordo com a Ordem de Serviço nº 000032/2012-UARPV, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 3.000,00, (três mil reais) à empresa Amazônia Navegações Ltda. por cometimento das infrações previstas no art. 23, incisos XIX, e XXV, da norma aprovada pela Resolução n° 1274/ANTAQ. Dessa forma, encaminho o processo em epígrafe para as medidas administrativas cabíveis.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RETIFICAÇÃO

No § 9º da Resolução nº 3.906, de 3.10.12, publicada no DOU de 11.10.12, Seção 1, pág. 76, onde se lê: "...junto à Secretaria da Diretoria Colegiada..."; leia-se: "...junto ao Gabinete da Diretoria..."

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE CARGAS

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Nº 317 - O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos nº 50500.060846/2012-88 e 50500.015955/2011-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a MRS Logística S.A. a implantar um desvio ferroviário de acesso à um terminal intermodal com 4 linhas, em paralelo à linha principal entre o km 16 e o km 19 e fazer a adequação do gabarito vertical do túnel de Conceiçãozinha para a passagem de vagões Double-Stack, no município de Cubatão/SP.

Parágrafo Único: Os valores autorizados para as referidas obras ficam limitados ao valor de R$ 7.706.795,63 (sete milhões setecentos e seis mil setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos), cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Art. 2º A ANTT poderá reavaliar o valor autorizado, constante do parágrafo único do Art. 1º, caso a Concessionária apresente as informações detalhadas dos valores despendidos na implantação dos AMV's.

Art. 3º O início e o término da obra deve ser comunicado à ANTT/SUCAR e o projeto "as built" deverá ser encaminhado à ANTT para ser anexado ao processo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 318 - O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos nº 50500.079437/2012-55, nº 50500.079351/2012-22 e nº 50500.079431/2012-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a Autopista Planalto Sul S.A. a implantar 03 reforços e 03 alargamentos nos viadutos sobre os km's ferroviários 002+800, km 151+200 e no km 207+800 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, nos município de Santa Cecília/SC e Mafra/SC.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão:

- Da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por parte da concessionária do profissional responsável pela fiscalização da obra, ART do profissional responsável pela execução da obra e ART do profissional responsável pelo projeto da obra, por parte dos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Acatar o regime de gratuidade para a ocupação da faixa de domínio, em razão do caráter de interesse público da obra.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 319 - O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, Resolução ANTT nº 2.695/08 e no que consta do Processo nº 50500.104050/2012-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a Petrobrás Distribuidora S/A a realizar a Construção de Ramal ferroviário em área subconcedida pela VALEC à Ferrovia Norte Sul, para ligação ao terminal Ferroviário de distribuição de combustíveis, Km 722+504, em Porto Nacional/TO.

Art. 2º As obras serão realizadas em caráter não oneroso tendo em vista o interesse público e o ganho do transporte ferroviário com o projeto, bem como em razão da incorporação dos investimentos ao patrimônio público a serem realizados pela interessada ao término do contrato de concessão.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A Subconcessionária deverá informar à ANTT o início e conclusão das obras.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

PAUTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012

Dia: 20/11/2012
Hora: 9 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - Setor de Administração Federal Sul Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 10ª Sessão Ordinária (23/10/2012) e da 7ª Sessão Extraordinária (24/10/2012).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de vista no dia 28/02/2012

2) Processo: 0.00.000.001003/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jayme Arcadio Hasskist
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer a reforma da decisão do Senhor Secretário-Geral do MPF nos autos do processo de nº MPF/PGR nº 1.00.000.008508/2009-47, que indeferiu pedido de pagamento relativo ao exercício de cargo de assessor da Corregedoria Nacional, código CC-4, referente ao período de 23 de agosto de 2007 a 21 de junho de 2009,
observado o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei 11.967/09, com a opção da percepção de 65% do valor integral, inclusive de todas as demais vantagens legais.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães (em substituição ao ex-Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Almino Afonso

Pedidos de vista no dia 18/04/2012

3) Processo: 0.00.000.000040/2011-12 (Pedido de Providências)
Requerente: Fernando Zardini Antonio - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fabiano Silveira
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

4) Processo: 0.00.000.000752/2011-31 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o procedimento a ser adotado nos casos de exoneração de servidores e membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de vista no dia 15/05/2012

5) Processo: 0.00.000.001726/2011-21 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer o controle de edital do concurso para preenchimento de cargos de servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que não especifica como será feito o reconhecimento de candidatos inscritos para concorrer a vagas reservadas aos negros e índios, conforme Decreto Estadual nº 43007/2011.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Fabiano Silveira

Pedido de vista no dia 29/05/2012

6) Processo: 0.00.000.000488/2012-17 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jeferson Coelho
Cons. Claudia Chagas

Pedido de vista no dia 26/06/2012

7) Processo: 0.00.000.000139/2012-03 (Pedido de Avocação)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Pedido de avocação do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 15/2011 em tramitação na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Pedidos de vista no dia 27/06/2012

8) Processo: 0.00.000.001438/2009-51 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerentes: Jorge Alves de Souza
Pedro Américo da Silveira
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas nas representações PR/AM nº1.13.000.000511/2002-98 e 1.13.000.000.297/2001-99.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

9) Processo: 0.00.000.000461/2011-43 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Denes Ferreira Mendes - Juiz de Direito
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Visa apurar denúncia de ausência sistemática de Promotores às audiências do Juizado Especial de Nepomuceno/MG, bem como ausência de membro do Parquet em expediente semanal naquela Comarca.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

10) Processo: 0.00.000.000899/2011-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Lidiane Soares Saija
Advogado: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS 79.818

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade de Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Almino Afonso

11) Processo: 0.00.000.001398/2011-62 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001378/2011-91)
Requerentes: Procuradores Regionais do Trabalho: Andrea Ehlke, Egle Rezek, José Valdir Machado, Laura Martins Maia de Andrade, Marisa Marcondes Monteiro, Paulo Cesar de Moraes Gomes e Sandra Borges de Medeiros;
Procuradores do Trabalho: Daniel Augusto Gaiotto, Lídia Mendes Gonçalves e Maria Beatriz Almeida Brandt.
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer a sustação de ato da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, que visa à implementação de rodízio compulsório entre as Coordenadorias de 1º e 2º graus, com retirada compulsória dos procedimentos e ações judiciais distribuídos livremente aos Procuradores e ainda não finalizados.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Alessandro Tramujas
Cons. Jeferson Coelho

12) Processo: 0.00.000.001611/2011-36 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Disciplinar nº 004/2010, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Jarbas Soares Júnior

13) Processo: 0.00.000.000233/2012-54 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Odon Dantas Pinto
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a prorrogação, por mais dois anos, do 6º Concurso Público destinado ao provimento de Analista e Técnico dos quadros do Ministério Público da União, bem como o impedimento de realização de novo certame para o preenchimento das referidas vagas. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas

14) Processo: 0.00.000.000468/2012-46 (Arguição de Suspeição e Impedimento)
Requerente: Ubirajara Indio do Brasil Ferreira de Araujo
Requerido: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Assunto: Arguição de suspeição da Conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas para integrar o julgamento do Pedido de Providências nº 0.00.000.000043/2011-56.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Paraná
Vista: Cons. Almino Afonso

15) Processo: 0.00.000.000485/2012-83 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Tito Souza do Amaral
Assunto: Proposta de Resolução que aprova nova redação para o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Distrito Federal
Vista: Plenário

Pedidos de vista no dia 24/07/2012

16) Processo: 0.00.000.000861/2011-59 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luis Carlos Cordova Burigo - Procurador do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa à apuração de aparente irregularidade em formação de listas tríplices em concurso de promoção por merecimento ao cargo de Procurador Regional do Trabalho e, ainda, à suspensão imediata de nomeações decorrentes das referidas listas tríplices. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Paraná
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

17) Processo: 0.00.000.000157/2012-87 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apensos: Processos CNMP nºs 0.00.000.000202/2012-01 e 0.00.000.000397/2012-81)
Requerentes: Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador-Geral do Trabalho
Roberto Monteiro Gurgel Santos - Procurador-Geral da República
Interessados: Ives Gandra da Silva Martins Filho, André Cremonesi, João de Deus Gomes de Souza e Fausto Lustosa Neto
Advogado: Ronaldo Ferreira Tolentino - OAB/DF 17384
Assunto: Requer providências no sentido de que seja uniformizado, neste Conselho Nacional, o entendimento acerca da data inicial da prescrição quinquenal para requerimento de conversão em pecúnia dos dias de licença-prêmio não usufruídos, com manifestação, inclusive, sobre o pagamento determinado em procedimentos já julgados por este Colegiado.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Pedidos de vista no dia 28/08/2012

18) Processo: 0.00.000.000178/2012-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500
Roberto Baptista - OAB/DF nº 3.212
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer o controle administrativo dos atos do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro referentes à contratação direta de empresa particular para ministrar cursos de autoproteção a determinado grupo de membros do Parquet na cidade de Orlando, Estado da Flórida, EUA.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

19) Processo: 0.00.000.000628/2012-57 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerentes: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado - Promotora de Justiça/GO
Fernando Aurvalle da Silva Krebs - Promotor de Justiça/GO
Marlene Nunes Freitas Bueno - Promotora de Justiça/GO
Villis Marra Gomes - Promotora de Justiça/GO
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500; Luciana Moura Alvarenga Simini - OAB/DF nº 1.878-A; Roberto Baptista - OAB/DF nº 3.212; Juliana Moura Alvarena Diláscio - OAB/DF nº 20.522
Assunto: Requer a suspensão do ato de avocação do procedimento preparatório n° 201200248432, avocado pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício do Estado de Goiás, com base no disposto no art. 29, inciso VIII, da Lei 8.625/93, que supostamente violou a independência funcional de membro daquele *Parquet*. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Goiás
Vista: Cons. Alessandro Tramujas
Cons. Mario Bonsaglia

Pedidos de vista no dia 25/09/2012

20) Processo: 0.00.000.000913/2011-97 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apensos: Processos CNMP nºs 0.00.000.000963/2011-74, 0.00.000.000964/2011-19, 0.00.000.000972/2011-65, 0.00.000.001036/2011-71 e 0.00.000.001179/2011-83)
Requerentes: Loiva Garcia Bock, Alexandre da Silva Pautz, Cesar da Cunha Krebs, Simone de Azambuja Corsetti, Tatiana Isabel Backes, Laura Emília Nunes, Andréia Parizoto, Leila Denise Bottega Ruschel, Magda Susel Kanrath, Helena Maria Campos Corleta, Naura da Silva Linder, Aline Maria Nunes Dias, Ana Paula Pinheiro Sartori, Cristine Bammann Kuhn, Danielle de Mello Berbgigier e Sandra Teresinha Bassani Nicolay
Advogado: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS nº 79.818
Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - SIMPE/RS
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao não cumprimento de decisão deste CNMP exarada no Procedimento nº 0.00.000.000344/2011-80 no que diz respeito a designação de Assistente de Procuradoria para o cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Taís Ferraz

21) Processo: 0.00.000.001575/2011-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Francisco de Jesus Lima - Promotor de Justiça
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Piauí
Vista: Cons. Taís Ferraz

Pedidos de vista no dia 26/09/2012

22) Processo: 0.00.000.000446/2011-03 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requeridos: Ministério Público da União e dos Estados
Assunto: Requer a verificação do pagamento de verbas indenizatórias em relação a auxílio moradia aos membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Tito Amaral

23) Processo: 0.00.000.000732/2011-61 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Advogado: Roger de Mello Ottano - OAB/TO nº 4155
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Disciplinar para aplicar pena de suspensão por 60 (sessenta) dias em face de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fabiano Silveira

24) Processo: 0.00.000.000678/2012-34 (Arguição de Suspeição e Impedimento)
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Subprocurador-Geral da República
Requerido: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Arguição de suspeição do Conselheiro Almino Afonso na relatoria do Recurso Interno nº 0.00.000.001493/2011-66.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

25) Processo: 0.00.000.000743/2012-21 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apensos: Processos CNMP nº 0.00.000.000745/2012-11 e 0.00.000.000880/2012-66)
Requerente: Raulison Rozas
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a nomeação para o cargo de Analista Administrativo do Ministério Público da União no Estado do Rio de Janeiro, pois alega que o Concurso de Remoção gerou vagas que não foram preenchidas na última nomeação dos candidatos aprovados no 6º Concurso do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Mario Bonsaglia

26) Processo: 0.00.000.000764/2012-47 (Pedido de Providências) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000981/2012-37)
Requerente: Ariane de Queiroz Diógenes
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a suspensão do prazo de validade do VI Concurso Público do Ministério Público da União até o integral cumprimento da decisão proferida por este Conselho nos autos nº 0.00.000.001384/2010-68, bem como nomeação dos aprovados neste concurso que estão no cadastro de reserva do Estado do Rio Grande do Norte. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Jeferson Coelho
Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Jarbas Soares Júnior

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pedido de vista no dia 24/10/2012

27) Processo: 0.00.000.000781/2011-01 (Sindicância)
Requerente: Paulo Roberto Guedes Fonseca
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Sindicância instaurada para apurar eventual responsabilidade disciplinar de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de fatos ocorridos durante diligência realizada no Condomínio Residencial Planície do Araguaia.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Incluído na pauta da 4ª Sessão Extraordinária (26/04/2011)

28) Processo: 0.00.000.001071/2009-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a fiscalização das aposentadorias concedidas aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, após a edição da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 9ª Sessão Ordinária (20/09/2011)

29) Processo: 0.00.000.000131/2011-58 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Beatriz Leal de Oliveira
Advogados: Handerson S. Murtha - OAB/RJ 85.117
José Murta Ribeiro Neto - OAB/RJ 102.138
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, aplicando pena de suspensão.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (18/10/2011)

30) Processo: 0.00.000.000077/2008-45 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Apuração do item intitulado "Pagamento de gratificações de produtividade a servidores do MP/AM", constante do acórdão proferido nos autos do processo CNMP 0.00.000.000019/2007-31.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

31) Processo: 0.00.000.000499/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

32) Processo: 0.00.000.000902/2010-26 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público Federal, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

33) Processo: 0.00.000.000971/2011-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Vladimir Barros Arras - Procurador da República
Assunto: Recurso Interno em Processo CNMP nº 0.00.002.000325/2010-52, que trata de pagamento de diferença de remuneração de membro auxiliar do órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 11ª Sessão Ordinária (29/11/2011)

34) Processo: 0.00.000.001400/2009-89 (Sindicância)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Sindicância instaurada para apurar suposta falta funcional decorrente da inércia na apuração dos fatos constantes no Procedimento Preliminar nº 249.06, instaurado em 06.11.2006.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

35) Processo: 0.00.000.001427/2009-71 (Reclamação Disciplinar)
Requerente: Maria Regina Alves Amâncio
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Reclamação Disciplinar que visa apurar suposta violação aos deveres funcionais previstos na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Amazonas

36) Processo: 0.00.000.000296/2011-20 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

37) Processo: 0.00.000.000712/2011-90 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Antônio Dassié Diana - Procurador da República
Assunto: Recurso Interno interposto no procedimento administrativo CNMP nº 0.00.002.000076/2011-86, referente a requerimento de pagamento de diferença de subsídio correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da República.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

38) Processo: 0.00.000.001012/2011-12 (Pedido de Providências)
Requerente: Geraldo Henrique Alves
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG, visando ao atendimento necessário à população.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Minas Gerais

Incluído na pauta da 12ª Sessão Ordinária (13/12/2011)

39) Processo: 0.00.000.000551/2011-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Eleonora Bordini Coca - Procuradora do Trabalho
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Marcelo Peccinin - OAB/SP 256.122
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: São Paulo

Incluídos na pauta da 1ª Sessão Ordinária (31/01/2012)

40) Processo: 0.00.000.000038/2010-62 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público Militar, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

41) Processo: 0.00.000.002319/2010-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça
Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta - Promotor de Justiça
Elida de Freitas Rezende - Promotora de Justiça
Heleno Rosa Portes - Promotor de Justiça
Magali Albanesi Amaral - Promotora de Justiça
Reyvani Jabour Ribeiro - Promotora de Justiça
Simone Maria Azzi Azevedo Chinelato - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a sustação imediata dos efeitos da Resolução PGJ nº 72/2010, da Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Minas Gerais

Incluídos na pauta da 2ª Sessão Ordinária (28/02/2012)

42) Processo: 0.00.000.002178/2010-75 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Marcelino Sales
Advogado: Ricardo Ponzetto - OAB/SP nº 126.245 (Ponzetto Advogados Associados - OAB/SP nº 8.860)
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: São Paulo

43) Processo: 0.00.000.000649/2011-91 (Pedido de Avocação)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Requer avocação da Sindicância instaurada a partir da Portaria nº 9, de 19 de julho de 2010, em trâmite no Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

44) Processo: 0.00.000.001271/2011-43 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Alessandro de Oliveira Souza Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer providências em relação à cobrança ilegal, por parte do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de taxa para emissão de certidão de informação.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio de Janeiro

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (20/03/2012)

45) Processo: 0.00.000.001437/2011-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Elaine Taborda de Avila - Promotora de Justiça
Advogado: André Mendonça Luz - OAB/SP nº 139.116
Recorrido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: São Paulo

Incluído na pauta da 4ª Sessão Ordinária (17/04/2012)

46) Processo: 0.00.000.001360/2011-90 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho - Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle administrativo do ato de composição das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal feito pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, a fim de que seja cumprido o art. 60 da LC 75/93 e os arts. 3º e 5º da Resolução 20/96 do CSMPF, para que as referidas vagas sejam oferecidas com prioridade a membros integrantes do último grau de carreira.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/05/2012)

47) Processo: 0.00.000.001209/2009-37 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Conectas Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 2.358/09 - CGMP
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: São Paulo

48) Processo: 0.00.000.001547/2010-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

49) Processo: 0.00.000.002139/2010-78 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Enyldo Carvalhinho Filho
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em concluir os Procedimentos Especiais nºs 024.09.012484-3 e 024.09.014705-9, bem como o Inquérito Civil nº 39091.2009.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Espírito Santo

50) Processo: 0.00.000.000992/2011-36 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Carlos Paixão de Oliveira - Promotor de Justiça
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Requer a anulação de decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, em relação à promoção de membro ao cargo de Procurador de Justiça sem observância de critérios normativos, bem como solicita promoção do requerente ao cargo em questão.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Roraima

51) Processo: 0.00.000.001150/2011-00 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Allan Kardec Carlos Dias
Interessada: Valma Leite da Cunha - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais quanto a denúncias envolvendo a Fundação Comunitária Tricordiana de Educação e a Universidade Vale do Rio Verde em Três Corações/MG.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Minas Gerais

52) Processo: 0.00.000.001218/2011-42 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Vivianne Maria Freitas Melo Monteiro de Menezes - Promotora de Justiça
Advogados: Alysson Henrique de Souza Vasconcellos - OAB/PE nº 22.043
César André Pereira da Silva - OAB/PE nº 19.825
Euvânia Maria Cruz Muñoz - OAB/PE nº 22.157
Requeridos: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Ministério Público Eleitoral do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer a desconstituição de ato administrativo, aparentemente irregular, do Ministério Público e Ministério Público Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco no que concerne à indicação de membros do Parquet estadual para zonas eleitorais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Pernambuco

53) Processo: 0.00.000.001650/2011-33 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a suspensão do XXXII Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por conta de possível incompatibilidade de um número considerável de questões com o disposto no art. 17, inciso I, §1°, da Resolução n° 14 do Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio de Janeiro

54) Processo: 0.00.000.000208/2012-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: José Eduardo Carvalho Araújo - Promotor de Justiça
Joselisse Nunes de Carvalho Costa - Promotora de Justiça
Rodrigo Roppi de Oliveira - Promotor de Justiça
Sávio Eduardo Nunes de Carvalho - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a suspensão dos Editais para provimento das Promotorias de Justiça/PI (n° 035/12, 036/12, 037/12 e 038/12) criadas pala Lei Complementar Estadual/PI n° 160/2010, que criou 11 Promotorias de Justiça de entrância final, bem como a publicação de qualquer edital de promoção/remoção.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Piauí

Incluído na pauta da 4ª Sessão Extraordinária (29/05/2012)

55) Processo: 0.00.000.001606/2011-23 (Recurso Interno) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000198/2010-10)
Recorrente: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto em face de decisão monocrática do Corregedor Nacional do Ministério Público, que determinou o arquivamento do pedido de revisão do processo disciplinar nº 139384/2010, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (26/06/2012)

56) Processo: 0.00.000.001554/2010-12 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

57) Processo: 0.00.000.001935/2010-93 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luis Fernando Milla Sass
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009, especificamente em divergências notadas quanto à indenização de recesso não fruído.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Paraná

58) Processo: 0.00.000.000318/2011-51 (Sindicância)
Requerente: Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Assunto: Sindicância instaurada para apurar faltas funcionais imputadas a membro do Ministério Público Militar, consistentes na irregular interrupção de férias, com ausência de retorno às funções e descumprimento do dever de residência no local em que exerce suas atribuições.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

59) Processo: 0.00.000.001045/2011-62 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Edson da Silva de Carvalho
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo em relação a denúncias de improbidade administrativa e crimes praticados na Subprefeitura de Campo Limpo/SP e na Prefeitura de São Paulo/SP.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: São Paulo

60) Processo: 0.00.000.001371/2011-70 (Sindicância)
Requerente: Miguel Luís Gnigler - Promotor de Justiça
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Sindicância instaurada para apurar imputação de arquivamento sumário de ações penais e ações por ato de improbidade administrativa propostas contra diversas autoridades e personalidades do Município de Joaçaba/SC, em dissonância com o interesse público.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Santa Catarina

61) Processo: 0.00.000.000214/2012-28 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - AMPERN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Visa à alteração parcial do artigo 31 da Resolução nº 001/2007 do Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, de modo a ser completamente afastada a obrigação de ser declarado o motivo ensejador de afastamento, quando se der por motivo de foro íntimo, de membro que se declarar suspeito, nas hipóteses previstas na legislação processual. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio Grande do Norte

62) Processo: 0.00.000.000237/2012-32 (Pedido de Providências)
Requerentes: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - ANMPDFT
Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM
Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR
Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT
Marcelo Weitzel Rabello de Souza - Presidente da ANMPM
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT
Assunto: Requer a análise de viabilização da possibilidade de fracionamento das férias dos membros do Ministério Público da União, a pedido do interessado e no interesse da Administração, em períodos não-inferiores a sete dias.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

63) Processo: 0.00.000.000316/2012-43 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: José Francisco de Oliveira Teixeira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Interessados: Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá
Luiza Maria do Couto Dias de Carvalho
Glória de Fátima Nascimento Cavalcante
Assunto: Requer o acompanhamento do Processo 3003495/2011, tramitando no Ministério Público do Estado do Amapá, o qual trata de denúncia de nepotismo cruzado envolvendo membro do Tribunal de Contas e membro da Unidade Ministerial daquele Estado.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Amapá

64) Processo: 0.00.000.000328/2012-78 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

65) Processo: 0.00.000.000400/2012-67 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Guilherme Vieira de Castro - Promotor de Justiça
João Paulo Pedrosa Barbosa - Promotor de Justiça
Oscar Ricardo de Andrade Nóbrega - Promotor de Justiça
Vanessa Cavalcanti de Araújo - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à anulação de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco quanto à aparente ilegalidade na publicação de editais de promoção de membros do Parquet. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Pernambuco

66) Processo: 0.00.000.000405/2012-90 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Fuad Chafic Abi Faraj
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades cometidas pelo Conselho Superior do Ministério Público do Paraná no julgamento do concurso para provimento do cargo de 10º Promotor de Justiça da Comarca de Maringá. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Paraná

Incluídos na pauta 7ª Sessão Ordinária (24/07/2012)

67) Processo: 0.00.000.002297/2010-28 (Recurso Interno)
Recorrente: Edelvan Romano Rosa
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio de Janeiro

68) Processo: 0.00.000.000098/2011-66 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando Alcântara de Figueiredo
Recorrido: Membro do Ministério Público Militar
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Militar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

69) Processo: 0.00.000.001085/2011-12 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer suspensão e desconstituição de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que atribui a tutela dos direitos de habitação e urbanismo à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Pernambuco

70) Processo: 0.00.000.001197/2011-65 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça
Heleno Rosa Portes - Promotor de Justiça
Márcio Gomes de Souza - Procurador de Justiça
Mário Konichi Higuchi Júnior - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Visa à suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de concessão de licença, a membro do Parquet, para trabalhar em empresa privada. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Minas Gerais

71) Processo: 0.00.000.001280/2011-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Ilva Facio Netto Lasmar
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento do pedido de Revisão de Processo Disciplinar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Minas Gerais

72) Processo: 0.00.000.000457/2012-66 (Recurso Interno) (Apensos: Processos CNMP nº 0.00.000.000496/2012-63 e 0.00.000.000497/2012-16)
Recorrente: Tuska do Val Fernandes
Recorrido: Ministério Público Federal
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Distrito Federal

73) Processo: 0.00.000.000551/2012-15 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 14/2006, para dispor sobre a constituição de Comissões Revisoras no âmbito dos concursos públicos realizados pelo Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 8ª Sessão Ordinária (28/08/2012)

74) Processo: 0.00.000.001395/2009-12 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Demilson Antônio Ribeiro Monteiro
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Disciplinar que impugna decisão proferida pela Corregedoria Geral do MP/RJ, em procedimento instaurado para apurar eventual responsabilidade disciplinar de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quando de sua atuação na seara eleitoral da Comarca de Cachoeiras do Macacu/RJ.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Rio de Janeiro

75) Processo: 0.00.000.001034/2010-00 (Sindicância)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Sindicância instaurada para apurar supostas irregularidades em processos licitatórios referentes à aquisição de prédio anexo e reformas da sede e anexos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

76) Processo: 0.00.000.001868/2010-15 (Sindicância)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Sindicância instaurada para apurar eventual responsabilidade disciplinar de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quando de sua atuação na seara eleitoral da Comarca de Cachoeiras do Macacu/RJ.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

77) Processo: 0.00.000.000535/2011-41 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maurício Vicente Silvério
Advogado: Benedito Hilário de Melo - OAB/AC nº 2058
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

78) Processo: 0.00.000.000997/2011-69 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Elia Blanca Mendonça de Pinto Braga
Interessados: Breno Wohl Bruno
Francisca Ferreira Freire
Gustavo Wagner Silva Santos
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Militar/RJ devido à requisição irregular de militares das forças armadas para prover cargo de Técnico de Apoio Especializado em Transporte e Segurança, em detrimento de nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio de Janeiro

79) Processo: 0.00.000.000118/2012-80 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001522/2011-90)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Alega descumprimento da Resolução CNMP nº 37/2009 pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, tendo em vista suposta ocupação de cargos por parte de parentes de membros e servidores do órgão.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Paraíba

80) Processo: 0.00.000.000152/2012-54 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luiz Ivan Cunha Oliveira
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Federal quanto ao indeferimento de pleito relativo ao pagamento retroativo de Adicional de Atividade Penosa a servidor do órgão.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Acre

81) Processo: 0.00.000.000227/2012-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - SIMPE/RS
Interessado: Alberto Freire Ledur - Presidente do SIMPE/RS
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Rio Grande do Sul

82) Processo: 0.00.000.000231/2012-65 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul - SIMPE/RS
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio Grande do Sul

83) Processo: 0.00.000.000686/2012-81 (Pedido de Avocação)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Pedido de Avocação do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 009/2011, que tramita perante a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Distrito Federal

84) Processo: 0.00.000.000718/2012-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Pernambuco

Incluídos na pauta da 9ª Sessão Ordinária (25/09/2012)

85) Processo: 0.00.000.000891/2010-84 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

86) Processo: 0.00.000.000899/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

87) Processo: 0.00.000.000903/2010-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público Militar, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

88) Processo: 0.00.000.001541/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

89) Processo: 0.00.000.001548/2010-57 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público Militar.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

90) Processo: 0.00.000.001550/2010-26 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Roraima.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

91) Processo: 0.00.000.000080/2011-64 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas
Antiógenes Marques de Lira - Corregedor-Geral Substituto
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Visa à revisão de decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas em processo de concessão de aposentadoria compulsória por invalidez requerida por Promotor de Justiça.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Alagoas

92) Processo: 0.00.000.000870/2011-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Aderbal Cavalcante Neto
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Sindicância instaurada contra membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Paraíba

93) Processo: 0.00.000.001440/2011-45 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Emília Rodrigues Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo em apurar denúncia de crime supostamente cometido por policiais militares em Arujá-Grande/SP e o excesso de prazo para conclusão do Inquérito Policial de nº 408/2000.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: São Paulo

94) Processo: 0.00.000.000105/2012-19 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Daniel Necchi Nogueira
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alega irregularidades no âmbito do Ministério Público Federal quanto à utilização de Técnicos Administrativos em funções na área de Comunicação Social, em detrimento da nomeação de Analistas aprovados em concurso para o referido cargo.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Distrito Federal

95) Processo: 0.00.000.000198/2012-73 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Eduardo Henrique Borba Lessa - Promotor de Justiça
Advogados: Alysson Henrique de Souza Vasconcelos - OAB/PE n° 22.043
César André Pereira da Silva - OAB/PE n° 19.825
Cleyson Pereira de Lima - OAB/PE n° 22.119
Euvânia Maria Cruz Muñoz - OAB/PE n° 22.157
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer, junto ao Ministério Público do Estado do Pernambuco, a autorização de pagamento de indenização em razão do exercício cumulativo do cargo de Promotor de Justiça de 3ª entrância com as funções desempenhadas em mutirão carcerário promovido naquele Estado, conforme art. 61, inciso V, da Lei Complementar Estadual n° 12/94. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Pernambuco

96) Processo: 0.00.000.000244/2012-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Antonio Marcos da Silva de Jesus - Procurador do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa ao controle de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará quanto a indeferimento de pedido, por membro do *Parquet*, para que fossem convertidas em pecúnia férias não gozadas em razão de interesse do serviço, em caráter indenizatório.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Ceará

97) Processo: 0.00.000.000245/2012-89 (Recurso Interno)
Recorrente: Albanira Lobato Bemerguy
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Pará

98) Processo: 0.00.000.000377/2012-19 (Pedido de Providências)
Requerente: Manoel Rodrigues
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessadas: Fátima Maria Sousa Arôso Mendes - Promotora de Justiça
Norimar Gomes Nascimento Campos - Promotora de Justiça
Assunto: Requer providências quanto ao expediente do Ministério Público Eleitoral na Comarca de Santa Inês/MA, que supostamente se encontra fechado e sem identificação de plantão.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Maranhão

99) Processo: 0.00.000.000441/2012-53 (Recurso Interno)
Recorrente: Marco Aurélio Flores Carone
Advogado: André Jorge Costa Ferreira - OAB/MG n° 133.310
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Minas Gerais

100) Processo: 0.00.000.000459/2012-55 (Recurso Interno)
Recorrente: Gustavo Barbosa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Rio de Janeiro

101) Processo: 0.00.000.000500/2012-93 (Recurso Interno)
Recorrente: Maurício Vicente Silvério
Advogado: Benedito Hilário de Melo - OAB/AC nº 2058
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que não conheceu Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: São Paulo

102) Processo: 0.00.000.000599/2012-23 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer o controle de possíveis irregularidades em relação às nomeações de não concursados para cargos em comissão e requisitados de outros Orgãos, em detrimento dos candidatos aprovados no VI Concurso do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Paraná

103) Processo: 0.00.000.000659/2012-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sebastião Santana de Souza
Advogados: Aracéli Alves Rodrigues - OAB/DF nº 21.203
Jean Paulo Ruzzarin - OAB/DF nº 21.006
Rudi Meira Cassel - OAB/DF nº 22.256 e OAB/RJ nº 170.271
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Visa ao controle de ato administrativo do Ministério Público da União quanto ao indeferimento de pedido de remoção requerido por servidor da Procuradoria da República no Município de Dourados/MS, para acompanhamento de cônjuge.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Mato Grosso do Sul

104) Processo: 0.00.000.000714/2012-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Assunto: Recurso Interno interposto contra ato da Corregedoria Nacional que acolheu sugestão da Comissão de Sindicância nos autos CNMP nº 0.00.000.001371/2011-70, para determinar a instauração de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Santa Catarina

105) Processo: 0.00.000.000770/2012-02 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Fernando Henrique Berbert Fontes
Advogados: Ana Lúcia Berbert de Castro Fontes - OAB/BA nº 4.458
Adriano Carvalho Ahringsmann - OAB/BA nº 16.335
Miguel Calmon Dantas - OAB/BA nº 19.260
Raimundo Fernando Fontes Santos - OAB/BA nº 3.656
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer a revisão do resultado da prova oral do 25º Concurso Público para provimento do cargo de Procurador da República, bem como liminarmente reserva de vaga na classe inicial da carreira de Procurador da República. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Rondônia

106) Processo: 0.00.000.000837/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Antônio Lira Barbosa
Roberto Sousa de Oliveira Pacheco
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar a legalidade de procedimento adotado pela Procuradoria do Trabalho em Boa Vista, ao manter servidores cedidos pela Prefeitura Municipal para desempenhar funções de Técnico Administrativo Apoio Especializado Segurança, com prejuízo dos candidatos aprovados no VI Concurso Público do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Roraima

107) Processo: 0.00.000.000858/2012-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Aurélio Cardoso dos Santos
Advogados: Cicero Antonio Favaretto - OAB/SC nº 28.059
Vinícius Loss - OAB/SC nº 29.025
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer que seja revista decisão da Procuradoria Geral de Justiça de Santa Catarina, que indeferiu pedido de indenização pela conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia, em desacordo com a decisão deste Colegiado nos autos do Procedimento nº 0.00.000.000652/2006-48.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Santa Catarina

108) Processo: 0.00.000.000881/2012-19 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de Analista Processual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pois alega inconstitucionalidade e ilegalidade na criação dos cargos comissionados de Assessoramento de Procuradoria. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Rio de Janeiro

Processos desta sessão (20/11/2012)

109) Processo: 0.00.000.000558/2010-75 (Sindicância)
Requerente: Carlos Pires Soares Neto
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Sindicância instaurada com o escopo de apurar suposta falta funcional decorrente da constatação de um acúmulo excessivo de processos em poder da Promotora de Justiça sindicada, por tempo injustificável, aguardando manifestação.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

110) Processo: 0.00.000.001558/2010-92 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle de Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

111) Processo: 0.00.000.001795/2010-53 (Pedido de Providências)
Requerente: Sindipúblicos - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo
Interessado: Gerson Correia de Jesus - Presidente do Sindipúblicos
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa à apuração de denúncia veiculada em publicação jornalística acerca de irregularidades na contratação de empresa terceirizada no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Espírito Santo

112) Processo: 0.00.000.002381/2010-41 (Recurso Interno)
Recorrente: Frederico Bôa-Viagem Rabello
Recorrido: Ministério Público Federal - PRR/5ª Região
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Pernambuco

113) Processo: 0.00.000.000438/2011-59 (Recurso Interno)
Recorrente: Florismar de Paula Sandoval
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Tocantins

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

114) Processo: 0.00.000.000779/2011-24 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal

115) Processo: 0.00.000.001065/2011-33 (Processo Disciplinar Avocado) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001427/2010-13)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar nº 311021 contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

116) Processo: 0.00.000.001191/2011-98 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Milton Marcolino dos Santos Júnior - Promotor de Justiça
Advogados: Alexandre Iunes Machado - OAB/GO n° 17.275
Bruno Oliveira R. Guimarães - OAB/GO n° 26.891
Carlos Magno Correia de Sá - OAB/GO n° 29.437
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Requer que seja anulada a Portaria n° 009/2010, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás, e, consequentemente, todos os atos da Sindicância n° 2010.000000.1391 a ela posteriores.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Goiás

117) Processo: 0.00.000.001466/2011-93 (Sindicância)
Requerentes: Azarias Almeida e outros
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Sindicância instaurada para apurar suposta infração por membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo aos deveres funcionais dispostos no art. 117, V e VII , da Lei Complementar nº 95/1997.
Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Espírito Santo

118) Processo: 0.00.000.000215/2012-72 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Processo Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal

119) Processo: 0.00.000.000256/2012-69 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcelo José da Costa Petry - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer a reforma da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em relação à promoção por merecimento de Promotor de Justiça, referente ao Edital nº 16/2012. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Rio Grande do Sul

120) Processo: 0.00.000.000369/2012-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Recorridos: Servidores do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra servidores do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Amazonas

121) Processo: 0.00.000.000443/2012-42 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Antônio Nilo Rayol Lobo Segundo - Procurador da República
Claytton Ricardo de Jesus Santos - Procurador da República
Tadeu Ribeiro de Vianna Bandeira - Juiz de Direito
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa ao controle de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará quanto à negativa de pagamentos de valores pertinentes a adicional por tempo de serviço (ATS), pleiteados por membros do *Parquet*.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Ceará

122) Processo: 0.00.000.000456/2012-11 (Pedido de Providências)
Interessado: Haroldo Silva da Fonseca - Juiz de Direito
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Estado do Pará, em relação à ausência de Promotor de Justiça e inexistência de plantão na Unidade Ministerial da Comarca de Redenção/PA.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Pará

123) Processo: 0.00.000.000490/2012-96 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jairo José de Alencar Santos
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a suspensão do 52° concurso público para provimento do cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a anulação das questões n° 22, 28, 63, 67 e 69. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Pernambuco

124) Processo: 0.00.000.000503/2012-27 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: João Cleverton de Melo Santos
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a verificação de irregularidades quanto ao exercício da segurança dos diversos ramos do Ministério Público da União, em especial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por servidores requisitados e terceirizados, prejudicando a nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União para o cargo de Técnico de Apoio Especializado em Segurança.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal

125) Processo: 0.00.000.000548/2012-00 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gerson Floriano Zibe
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades nos diversos ramos do Ministério Público da União acerca do exercício de funções privativas de servidores de carreira por funcionários terceirizados, prejudicando a nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

126) Processo: 0.00.000.000554/2012-59 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ithiel Victor Araujo Portela
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Requer vista e interposição de recurso nas provas do 14° concurso público para o cargo de Promotor de Justiça do Estado da Paraíba, a fim de que possa ser verificado quais foram os critérios utilizados para as pontuações, bem como que seja possibilitado ao requerente participar da terceira fase do certame (prova oral) até que se efetuem as revisões pleiteadas. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Paraíba

127) Processo: 0.00.000.000579/2012-52 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gildner Marcel Vieira
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a verificação de irregularidades quanto ao exercício da segurança em todas as unidades do Ministério Público da União no Estado de São Paulo por servidores requisitados e terceirizados, prejudicando a nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União para o cargo de Técnico de Apoio Especializado em Segurança.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: São Paulo

128) Processo: 0.00.000.000633/2012-60 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001070/2011-46)
Requerentes: José Pereira de Faria
Lúcia de Medeiros Dantas
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o cumprimento, pela Procuradoria Geral da República, dos termos da decisão exarada no PCA/CNMP n° 0.00.000.001070/2011-46.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

129) Processo: 0.00.000.000637/2012-48 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000638/2012-92)
Requerente: Joana Sarmento de Matos - Juíza de Direito Substituta
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar a ausência frequente de membros do Ministério Público do Estado de Roraima para acompanhamento de audiência no Tribunal de Justiça da Comarca de Boa Vista.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Roraima

130) Processo: 0.00.000.000660/2012-32 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: José Wilson Sales Júnior - Procurador de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle em face da decisão exarada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Ceará, nos autos do Processo n° 7011/2012-3, o qual afronta a Lei Complementar n° 72/2008 e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Ceará

131) Processo: 0.00.000.000666/2012-18 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Airton Pedro Marin Filho - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Disciplinar Administrativo nº 2010001120000999, do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rondônia

132) Processo: 0.00.000.000672/2012-67 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Edgardy Anderson Luz Gomes
Advogado: Vitamá Pereira Luz Gomes - OAB/TO n° 43-B
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Tocantins em dar andamento à Representação protocolada sob o n° 0059113, em tramitação naquela Unidade Ministerial.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Tocantins

133) Processo: 0.00.000.000709/2012-57 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Telmo Bernardes
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Requer a sustação do edital n° 01/2012 para realização de concurso público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Roraima, o qual supostamente viola diversos princípios constitucionais. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Roraima

134) Processo: 0.00.000.000717/2012-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gizele Regina Miranda dos Santos
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a substituição, nos diversos ramos do Ministério Público da União, de funcionários terceirizados e requisitados que exercem funções privativas de servidores de carreira, os quais prejudicam a nomeação de candidatos aprovados no VI concurso
do Ministério Público da União, bem como a intervenção deste Conselho Nacional na aprovação de créditos suplementares, a fim de que ocorra a nomeação dos candidatos do referido concurso.
Relator(a): Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

135) Processo: 0.00.000.000728/2012-83 (Pedido de Providências)
Requerente: Marcelo Malvezzi
Advogados: Eduardo Mahon - OAB/MT n.º 6363 e OAB/DF n.º 23.800-A
Selma Paes - OAB/SP n.º 183.956
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Requer o deferimento de medida liminar para determinar que o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso forneça vista e cópia do procedimento 23-024/2012 e que o procedimento seja suspenso até o cumprimento da medida, bem como seja analisada a conduta do Corregedor-Geral. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Mato Grosso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

136) Processo: 0.00.000.000733/2012-96 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500
Roberto Baptista - OAB/DF nº 3.212
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a suspensão da eficácia do Projeto de Lei formulado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o qual atribui competências institucionais próprias de Promotores de Justiça a Procuradores de Justiça. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Rio de Janeiro

137) Processo: 0.00.000.000801/2012-17 (Pedido de Providências)
Requerente: José Antonio Dias Leite - Procurador de Justiça
Assunto: Requer providências para impugnação de trecho do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de São Paulo e aprovado pelo Plenário deste Conselho Nacional, em vista de equívoco na interpretação de fato atribuído à sua responsabilidade pela Corregedoria Nacional provocado por erro na alimentação do sistema processual daquela Unidade.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: São Paulo

138) Processo: 0.00.000.000857/2012-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Ferreira Medeiros
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Requer a suspensão do concurso público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, regido pelo Edital n° 001/2012/MP-MT, bem como a anulação das provas discursivas, em razão da possibilidade de identificação dos candidatos pelo examinadores durante a correção de tais provas. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Mato Grosso

139) Processo: 0.00.000.000861/2012-30 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Andréa de Almeida Machado - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer a suspensão dos editais de promoção por antiguidade n° 106/2012 e 109/2012, editados pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a anulação das decisões do Conselho Superior do Ministério Público daquele Estado, que entenderam prejudicados os julgamentos dos referidos editais por falta de habilitados aptos. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio Grande do Sul

140) Processo: 0.00.000.000878/2012-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Vitor Moreira da Fonsêca - Promotor de Justiça
Recorrido: Procuradoria Regional Eleitoral - Ministério Público Federal no Estado do Amazonas
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que indeferiu pedido de liminar em Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Amazonas

141) Processo: 0.00.000.000918/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Adriana Silva Ladeira
Requerido: Procuradoria Geral da República
Assunto: Visa apurar a legalidade da Portaria nº 342/2012, da Procuradoria Geral da República, que, com base em decisão exarada no PCA/CNMP nº 0.00.000.001070/2011-46, exonerou retroativamente a requerente de função comissionada, com exigência de restituição dos valores anteriormente recebidos. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

142) Processo: 0.00.000.000927/2012-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Edson Bezerra Matos
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa à desconstituição do Ato Normativo nº 742/2012, que instituiu o Auxílio Alimentação para os membros do *Parquet* de São Paulo, e do Ato nº 38/2012, que fixou o valor daquele benefício, ambos do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, com suspensão imediata dos seus efeitos. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: São Paulo

143) Processo: 0.00.000.000942/2012-30 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Terceira Turma de Recursos de Chapecó - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a apuração da legalidade do Termo de Convênio n° 09/2006, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado de Segurança Pública da referida Unidade da Federação.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Santa Catarina

144) Processo: 0.00.000.000948/2012-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcius Cruz da Ponte Souza
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer a revisão de ato administrativo da Comissão do 13º Concurso para o cargo de Procurador do Trabalho, que indeferiu a inscrição definitiva do requerente e o excluiu do certame, sob o fundamento de não comprovação do efetivo exercício de atividade jurídica até a data daquela inscrição, estando sua vaga reservada judicialmente.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Ceará

145) Processo: 0.00.000.000952/2012-75 (Pedido de Providências)
Requerente: Fábio Roberto Caruso de Carvalho - Juiz de Direito
Assunto: Requer que este Conselho determine que os membros do Ministério Público abstenham-se de requerer degravação em observância ao art. 405, §2º, do Código de Processo Penal, que prevê o registro dos depoimentos por meio de audiovisual, sem a necessidade de transcrição.
Relator(a): Cons. Tito Souza do Amaral
Origem: Minas Gerais

146) Processo: 0.00.000.000954/2012-64 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Cleide Ramos Reis - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a declaração de nulidade do art. 1º, VII e VIII, da Resolução nº 66/2007, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, bem como seja fixado entendimento, dentre outras providências, de inaplicabilidade de vedação absoluta de pedidos de licença para aperfeiçoamento funcional durante o período eleitoral.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Bahia

147) Processo: 0.00.000.000978/2012-13 (Recurso Interno)
Recorrente: Maurício Pessanha da Silva
Recorrido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Rio de Janeiro

148) Processo: 0.00.000.000985/2012-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer que este Conselho determine ao Ministério Público do Estado do Ceará que cumpra o artigo 19 da Lei Estadual nº 14.043/2007, no tocante ao Concurso de Remoção daquele Ministério Público. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Ceará

149) Processo: 0.00.000.000992/2012-17 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Fábio Paulo da Costa Latorraca - Promotor de Justiça
Thiago Scarpellini Vieira - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Requer a determinação deste Conselho ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso que, quando da análise dos pedidos de promoção/remoção de seus membros, seja observada a ordem de classificação no concurso público e não o critério de tempo de serviço público, conforme tem sido praticado. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Mato Grosso

150) Processo: 0.00.000.001011/2012-59 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apensos: Processos CNMP nºs 0.00.000.001020/2012-40, 0.00.000.001034/2012-63, 0.00.000.001037/2012-05 e 0.00.000.001038/2012-41)
Requerente: Paulo Sérgio Ferreira Filho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer a concessão de medida liminar determinando a participação do requerente na prova oral do 26º Concurso Público para Procurador da República, bem como deferimento da inscrição definitiva. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Distrito Federal

151) Processo: 0.00.000.001030/2012-85 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: José Anderson Cordeiro
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público Federal no Estado do Paraná em dar andamento ao protocolo nº 125.000.001030/2012-51 e ainda não agendar prazo para atendimento presencial.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Paraná

152) Processo: 0.00.000.001058/2012-12 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Francisco Romério Pinheiro Landim - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer que este Conselho determine ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará que implemente a gratificação pecuniária de adicional por tempo de serviço (anuênios), até o percentual máximo de 16%, os quais se encontravam supostamente incorporados ao patrimônio do requerente. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Ceará

153) Processo: 0.00.000.001060/2012-91 (Proposta de Resolução)
Proponentes: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Cons. Taís Schilling Ferraz
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.
Relator(a): Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
Origem: Distrito Federal

154) Processo: 0.00.000.001148/2012-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Mônica Fajardo dos Reis
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos do ato de nomeação ou, caso já tenha sido levado a efeito, do ato de posse de candidata ao cargo de Técnico Administrativo do Ministério Público da União em vaga existente na cidade de Juiz de Fora/MG, o qual preteriu a nomeação de candidata melhor classificada. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
Origem: Minas Gerais

155) Processo: 0.00.000.001169/2012-29 (Recurso Interno)
Recorrente: Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador da República
Recorrido: Ministério Público Federal
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que indeferiu pedido de liminar em Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Mato Grosso do Sul

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PLENÁRIO

DECISÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO: PCA nº 0.00.000.001214/2012-45
RELATOR:Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Sócrates de Souza - Procurador de Justiça/ES
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Espírito Santo

DECISÃO LIMINAR

(…) Desde logo, verifica-se que a medida liminar visa à "suspensão dos efeitos da decisão" prolatada pelo Conselho Superior do MP/ES.

Ora, tal decisão teve por efeito impedir o desconto de determinados valores dos contracheques da requerida. Conceder a liminar significaria determinar, em caráter provisório e imediato, a efetivação desses descontos, o que não encontra amparo em um juízo de cognição sumária, sob o aspecto do periculum in mora. A questão há de ser resolvida no mérito, em caráter definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar. (...)

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO: PCA nº 0.00.000.001150/2012-82
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Alisson de Sousa Dias
REQUERIDO:Ministério Público do Estado de Minas Gerais

DECISÃO LIMINAR

(…)Adentrar o mérito administrativo, e proceder ao reexame dos critérios de correção resultaria numa flagrante destituição da autonomia da douta Comissão de Concurso.

(CNMP, PCA nº 0.00.000.001082/2010-90, Relator Conselheiro Achiles de Jesus Siquara Filho, v.u., julgado em 20/07/2010, publicado no DOU em 26/07/2010). Isto posto, num juízo de cognição sumária próprio desta fase, não vislumbro a presença do fumus boni iuris, o que impede a concessão da medida acautelatória pleiteada. Indefiro a liminar. Intime-se o requerente pelo endereço eletrônico informado a fls. 13.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

DECISÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 2012

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000805/2012-03
Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
Requerente: Raimundo Gomes Damasceno Bascom
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima

(…)Desta feita, considerando que a representação, objeto da pretensão da requerente, está em regular tramitação no Ministério Público Estadual, entendo que o presente procedimento administrativo perdeu seu objeto, haja vista a inexistência de inércia por parte dos membros do Parquet do Estado de Roraima.

Diante do exposto, julgo extinto, sem resolução do mérito, por perda do objeto, a presente representação por inércia ou excesso de prazo, nos termos do artigo 46, inciso X, alíneas "b", do Regimento Interno. Determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processamento de Feitos, o seu arquivamento.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

DECISÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.000118/2012-80 e apenso
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Sigiloso
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Paraíba

D E C I S Ã O

(…)Ante o exposto, por constatar que o Ministério Público do Estado da Paraíba vem cumprindo, até o presente momento, os ditames da Resolução nº 37/2009 deste Conselho, determino o arquivamento dos presentes autos e de seu apenso (PCA nº 1522/2011-90), com fulcro no art. 46, X, "b", segunda parte, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Intime-se.

TITO AMARAL
Relator

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.001327/2012-41
RELATOR: CONSELHEIRO ADILSON GURGEL DE CASTRO
REQUERENTE: FÂNIA HELENA OLIVEIRA DE AMORIM
ADVOGADO: JOSÉ FÁBIO MARQUES DIAS JÚNIOR (OAB/MT Nº 6.398)
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO LIMINAR

(…) Ante o exposto, nos termos do art. 46, IX do RICNMP, defiro parcialmente a liminar pleiteada para suspender o andamento do incidente de insanidade registrado sob a numeração 66.024/2012, até a apreciação dos fatos pela conselheira relatora deste procedimento. Contudo, verificando que o prazo da licença para tratamento de saúde da requerente expirou-se, em 12.11.12, determino, em atendimento ao comando contido no §2 do art. 160 da LC 416/2010, que seja realizada uma inspeção por junta médica oficial da Secretaria de Administração do Estado do Mato Grosso, a fim de avaliar se a requerente deve voltar ao serviço, prorrogar a licença ou obter aposentadoria compulsória, ratificando, ainda, se for o caso, o laudo firmado pelo Dr. Mário Toshio Ishitani, que concedeu à autora licença para tratamento de saúde durante o período de 14.10.12 a 12.11.12.Tendo em vista o disposto no art. 110, caput, do RICNMP, notifique-se o Corregedor-Geral do MP/MT, encaminhando-se-lhe cópia da inicial e dos documentos que a instruem, assim como da presente decisão, ficando assinalado o prazo de 15 (quinze) dias para que preste as informações que entender cabíveis.

Publique-se edital a fim de que sejam notificados os terceiros não identificados, nos termos do artigo 110, parágrafo único, do RI/CNMP.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001776/2011-16
RECLAMANTE: ROBERVAL COSTA GOMES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: (…)

Ante todo o exposto, resta reconhecer como satisfatória a atuação da Corregedoria de origem, confirmando-se que os reclamados não incorreram em falta disciplinar, e convenceram, considerando-se o conjunto probatório nos autos, atuação isenta, para a qual devem ter assegurada a independência funcional, razão pela qual opino pelo arquivamento desta Reclamação Disciplinar, com base no art. 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

S.M.J.

Brasília, 27 de setembro de 2012
MARILDA HELENA DOS SANTOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 511/522, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se e registre-se.

Brasília-DF, 2 de outubro de 2012.
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 8 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001597/2011-71
RECLAMANTE: RONALDO FERNANDES ROBERTO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: (…)

Tenho que a questão demanda investigação mais acurada, razão por que proponho a instauração de sindicância, nos termos do art. 75 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, haja vista a insuficiência da atuação do órgão correicional de origem quanto ao aspecto supracitado.

Quanto à eventual prescrição, registra-se que, embora os fatos que deveriam ter sido objeto de investigação pelo Ministério Público remontem ao ano de 2009, ao menos é o que indicam os autos, o cenário é bastante nebuloso para se traçar prematuramente um marco, sobretudo porque o caso, em princípio, versa sobre falta de natureza permanente (art. 228, §2º, "b", da LC nº 11/96).

Brasília-DF, 28 de setembro de 2012
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o parecer de fls. 617/620.

Tendo em vista o que estabelece o art. 75 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino a abertura de sindicância com o fim de apurar o objeto da Reclamação Disciplinar nº 1579/2011-71.

Cientifique-se o Requerente, o Requerido, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia e o Plenário.

Após, providencie-se a designação, por meio de portaria, da Comissão Sindicante de membros do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, observado o disposto no parágrafo único do art. 77 do RICNMP.

Publique-se e, registre-se e cumpra-se.

Brasília-DF, 8 de outubro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 9 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000205/2012-37
RECLAMANTE: LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: (…)

Pelas razões ora declinadas e mormente porque a questão tangencia a independência funcional, impõe-se o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2012
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 266/267, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro nos artigos 130-A, § 2º, da CF e 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se e registre-se.

Brasília-DF, 9 de outubro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001479/2011-62
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: (…)

Ante o exposto, propõe-se o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 4 de outubro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 372/375, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados.

Publique-s e registre-se.

Brasília-DF, 11 de outubro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001230/2011-57
RECLAMANTE: ALEXANDRE CESAR COSTA VIANNA E OUTRO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (…)

Em face de toda matéria exposta, nestas condições, resta confirmar como satisfatória a atuação da Corregedoria originalmente competente, razão pela qual opino pelo arquivamento desta Reclamação Disciplinar, com base no art. 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

S.M.J.

Brasília, 16 de outubro de 2012
MARILDA HELENA DOS SANTOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acolho a manifestação de fls. 255/263, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, aos reclamantes e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se e registre-se.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000150/2012-65
RECLAMANTE: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: (…)

Ante o exposto, não se vislumbra omissão, inércia ou insuficiência da atuação do órgão disciplinar local, razão pela qual, razão pela qual propõe-se o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do CNMP.

Brasília, 3 de outubro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 794/803-verso, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se e registre-se.

Brasília-DF, 22 de outubro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 706, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a Portaria PGR/MPU n° 652, de 9/12/2008, que dispõe sobre as férias dos servidores do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20/05/1993, e tendo em vista as disposições da Lei n° 8.112, de 11/12/1990, resolve:

Art. 1° A Portaria PGR/MPU n° 652, de 9/12/2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° ….....

§ 8° A acumulação de férias por necessidade do serviço será autorizada pelo Secretário-Geral, Diretor-Geral ou Chefe da respectiva unidade dos ramos do Ministério Público da União, mediante justificativa da chefia imediata, apresentada até o final do exercício a que se referirem as férias.

….....

§ 10 É dever da chefia imediata propiciar meios para que o servidor usufrua as férias dentro do exercício a que se referem, de modo que as férias correspondentes a cada exercício, integrais ou a última etapa, no caso de parcelamento, devam ter início até o dia 31 de dezembro.

….....

Art. 7º As férias dos servidores cedidos ao Ministério Público da União observarão as normas estabelecidas:

I - nesta Portaria, quando se tratar de cessão com ônus; e

II - pelo órgão ou entidade de origem, quando se tratar de cessão sem ônus.

Art. 8º ….....

§ 2º A alteração de período de férias com efeitos financeiros, por interesse do servidor, implicará a devolução das vantagens pecuniárias já recebidas, salvo na hipótese de fruição dentro do mesmo mês; nos demais casos, a alteração poderá ocorrer em qualquer data anterior ao período pré-estabelecido de férias, mediante anuência da respectiva chefia imediata.

Art. 9° O gozo das férias poderá ser interrompido pela Administração por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço.

§ 1º Fica delegada competência ao Secretário-Geral, Diretor-Geral e Chefes das respectivas unidades do Ministério Público da União para, observadas as disposições do caput, autorizarem a interrupção de férias.

§ 2° O pedido de interrupção por necessidade do serviço, quando houver, deverá ser formalizado pela chefia imediata do servidor, que descreverá detalhadamente a causa determinante.

§ 3° Na hipótese prevista neste artigo não haverá o recolhimento das importâncias pagas a título de férias.

§ 4° O saldo de férias interrompidas deverá ser usufruído de uma só vez antes da fruição de novas férias.

Art. 10. ….....

§ 1° O pedido de suspensão de férias por necessidade de serviço, quando já produzidos os efeitos financeiros, deverá ser formalizado pela chefia imediata do servidor, que descreverá detalhadamente a causa determinante.

§ 2° Havendo coincidência das férias marcadas com qualquer afastamento previsto neste artigo, fica autorizada a sua suspensão total ou parcial, devendo ocorrer sua fruição total dentro do mesmo exercício.

§ 3° Havendo impossibilidade de observância do disposto no § 2º, a fruição das férias deverá iniciar-se imediatamente após o término do afastamento, assegurando-se a extensão da fruição, se for o caso, até o ano seguinte.

§ 4° Na hipótese prevista neste artigo não haverá o recolhimento das importâncias eventualmente pagas a título de férias, exceto a pedido do servidor, exclusivamente no caso da suspensão total das férias.

….....

Art. 11. O pagamento das vantagens pecuniárias decorrentes das férias será efetuado na folha de pagamento do mês anterior ao do seu início, desde que marcadas até o terceiro dia útil do mês anterior ao da fruição, podendo o servidor optar pelo adiantamento:

….....

II - do adiantamento da remuneração proporcional à quantidade de dias a serem usufruídos, deduzidos os descontos compulsórios previstos em lei, desde que o servidor disponha de rendimento líquido suficiente para a devolução do adiantamento nos meses subsequentes ao início da fruição de férias, excluindo-se do cálculo o valor dos benefícios.

….....

§ 5º O disposto no caput não se aplica às férias iniciadas no mês de janeiro, cujas vantagens pecuniárias serão pagas até o dia dez daquele mês.

§ 6º O percebimento da remuneração de férias, quando não observado o prazo estabelecido no caput, ocorrerá na folha de pagamento em que for possível a sua inclusão.

Art. 12. ….....

§ 2º O disposto no caput aplica-se às exonerações de cargos em comissão e dispensas de funções de confiança.

§ 3º No pagamento da indenização de férias deverá ser observado o limite máximo de acumulação de dois anos.

….....

Art. 15-A. O servidor que completar o primeiro período aquisitivo de férias a partir de 1° de outubro poderá usufruí-lo durante o primeiro semestre do exercício seguinte, observando-se para o segundo período de férias a regra do art. 1°, §§ 4° e 10." (NR)Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

PORTARIA Nº 707, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20/5/1993, e tendo em vista o que consta do art. 7° da Lei n° 9.527, de 10/12/1997, resolve:

Art. 1° Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, adquirido na forma da Lei n° 8.112, de 11/12/1990, até 15/10/1996, o servidor do Ministério Público da União - MPU terá direito a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade.

§ 1° Para fins do disposto nesta Portaria, cada mês de licença corresponderá a trinta dias, perfazendo um saldo total de noventa dias para cada quinquênio reconhecido.

§ 2° O reconhecimento do direito à licença prevista no caput independe de requerimento do interessado, desde que possua quinquênio ininterrupto integralizado, computando tempo de efetivo exercício no MPU e o tempo de serviço público averbado nos assentamentos funcionais.

§ 3° Não será concedida licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo :

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão; e

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) licença para tratar de interesses particulares;

c) afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro, sem remuneração; e

d) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

§ 4° As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença, na proporção de um mês para cada falta.

Art. 2° O gozo da licença-prêmio deverá ser requerido, preferencialmente, por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias do início do gozo, indicando o período de fruição, que será de no mínimo sete e no máximo sessenta dias, bem como o quinquênio a que se refere.

Parágrafo único. Os pedidos de fruição fora dos limites especificados no caput serão decididos a critério do Secretário-Geral ou Diretor-Geral do respectivo ramo do MPU, levando-se em consideração a excepcionalidade de cada caso.

Art. 3° A suspensão ou interrupção da licença-prêmio poderá ocorrer por necessidade do serviço, assim reconhecida pela autoridade competente ou, excepcionalmente, por impossibilidade material.

§ 1° Ocorrerá a suspensão quando, tendo sido deferido o afastamento para o gozo da licença-prêmio, este não se iniciar em decorrência de um dos motivos constantes do caput.

§ 2° A interrupção tem lugar quando, iniciado o afastamento para o gozo da licença-prêmio, sobrevier um dos motivos constantes do caput que impeçam a sua continuidade.

Art. 4° Na concessão da licença-prêmio deverá ser observada a ordem cronológica dos respectivos quinquênios.

Art. 5° Os períodos de licença-prêmio computados em dobro para efeitos de abono de permanência não poderão ser usufruídos ou levados em conta para qualquer outro fim, salvo no caso de retratação, com o respectivo recolhimento da contribuição previdenciária, desde que o benefício tenha sido concedido anteriormente a 1º/10/2007, data da decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que autorizou a conversão de licença-prêmio não usufruída em pecúnia.

Art. 6° Durante o período da licença não será devida a retribuição pelo exercício de função de confiança ou cargo em comissão, nem será admissível o pagamento de diárias.

Art. 7° Compete ao Secretário-Geral do MPU dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

PORTARIA Nº 34, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 , inciso III, da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 6º, inciso VII, "b", c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n. 1.10.000.000259/2012-09, instaurado por meio do despacho de fl. 02, teve seu prazo expirado sem que tenham sido encerradas as diligências necessárias para conclusão dos fatos apurados;

CONSIDERANDO que o objeto do Procedimento Administrativo é apurar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo na área de reserva legal do Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde;

CONSIDERANDO que, de acordo com a representação formulada pela Associação de Produtores Rurais PDS Nova Baixa Verde (fl. 03), posseiros estariam derrubando árvores para criação de gado e dividindo os lotes com a finalidade de vender a terceiros;

CONSIDERANDO que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encaminhou ofícios ao Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) indagando acerca da possibilidade de se materializar novamente a área de reserva legal do PDS Nova Baixa Verde (fls. 58/61) e solicitando que fosse realizada fiscalização para identificar e punir pessoas que estariam promovendo derrubada de árvores e retirada de madeira (fl. 67);

CONSIDERANDO que, por meio do Ofício n.º 243/2012-PR/AC/EHAA (fl. 30), requisitou-se ao Presidente do IMAC que fornecesse as respostas dadas aos ofícios enviados pelo INCRA;

CONSIDERANDO que o Ofício n.º 243/2012-PR/AC/EHAA encontra-se pendente de resposta;

Resolve,

CONVERTER o citado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com o fito de "Apurar possíveis irregularidades na área de reserva legal do Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde".

Diante do exposto,

DETERMINA:

1. Autue-se este procedimento na forma de Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se a presente conversão à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Reiterem-se os termos do Ofício n.º 243/2012-PR/AC/EHAA.

4. Após, voltem os autos conclusos para providências.

EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA AGUIAR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 156, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil Público e a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b");

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLVE converter a presente Peça de Informação nº 1.13.000.001373/2012-36 em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para apurar possíveis irregularidades na gestão dos recursos destinados à saúde pública no município de Boa Vista dos Ramos.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - oficiado o Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional Norte 1B para que preste informações específicas referentes aos itens 3 e 5 da representação de fls. 02/03 (conforme anexo).

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

SÉRGIO VALLADÃO FERRAZ

PORTARIA Nº 160, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b");

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando a necessidade de delimitar o presente feito em decorrência da emissão do Parecer n. 1448E/2012 - DIAFI/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE, onde as contas do Programa PDDE/ano 2009 restaram aprovadas (fls.47/65);

RESOLVE aditar a Portaria inicial para alterar o objeto do presente Inquérito Civil Público para, sob sua presidência, apurar possíveis irregularidades na utilização das verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola repassadas à Escola Estadual Instituto de Educação do Amazonas no ano de 2010.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - seja oficiado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - para que informe se a SEDUC/AM sanou as irregularidades constatadas ou devolveu os recursos impugnados no valor total de R$ 154.079,11, conforme consignado no Ofício n. 1604/2012-DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE e na Informação n. 1222/2012 - DIAFI/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE (fls. 42/44 e 81/82). Após, conclusos.

SÉRGIO VALLADÃO FERRAZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 27, DE 5 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como Inquérito Civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar possíveis danos decorrentes de infiltrações em um dos arcos da Ladeira da Conceição, que liga a cidade alta à cidade baixa no Município de Salvador/BA.

Determino a realização das seguintes diligências: a) Reitere-se o ofício constante à fl. 06 dos autos; b) Certificar através de contato telefônico com a EMBASA (fl. 12) se o relatório fotográfico de inspeção referido no ofício nº 162/12-PJ-MP (fl. 12) foi encaminhado juntamente com o referido ofício, considerando que a documentação juntada aos autos através dos anexos I a XII faz referência à Concorrência Pública nº 26/2008, que possui como objeto as Obras de ampliação do SES de Salvador - Bacias de Trobogi, Cambunas e Águas Claras e execução dos serviços de assistência social para implementação do Projeto de trabalho Técnico Social no município de Salvador/BA.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. (Desnecessário a comunicação - Ofício Circular nº 5003/2012-4ª CCR)

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 64, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Acompanha a situação das escolas municipais existentes na Comunidade Quilombola de Jetimana

Como diligência investigatória inicial, determina a expedição de ofício à antropóloga Sheila Brasileiro, solicitando a realização de vistoria nas escolas municipais Boa Vista e Maria Quitéria, a fim de verificar:

a) se as escolas estão localizadas dentro da comunidade quilombola;

b) se as escolas atendem apenas as crianças da comunidade;

c) a quantidade de alunos, de professores e quais são, especificamente, as demandas existentes.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 86, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

Determina a instauração de Inquérito Civil no âmbito da PR-BA. Ref.: Protocolo PR-BA-00041090/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado nos artigos 6°, VII, alínea "a" e "c" da Lei Complementar nº 75/93 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal de 1988, e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, e:

a) Considerando o Ofício Circular nº 81/2012/PFDC/MPF, de 16 de outubro de 2012, que, referindo ao fato de que "o País ainda não alcançou a meta 'redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna' do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento"; sugere a instauração de procedimento, propondo as diligências pertinentes à atuação do Ministério da Saúde;

b) Considerando o teor do Boletim do Programa do Litígio Internacional, onde consta decisão paradigmática sobre direitos humanos das mulheres relacionados à mortalidade materna no Brasil, referente ao caso "Alyne da Silva Pimentel Teixeira";

c) Considerando a legitimidade do Ministério Público para atuar na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127), entre os quais se insere o direito à saúde (art. 196), assim como a sua função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de relevância pública aos direitos assegurados" na Constituição, "promovendo as medidas necessárias a sua garantia" (art. 129, II, todos da Constituição Federal);

d) Considerando a competência da Justiça Federal e a atribuição do Ministério Público Federal para os pleitos em face do Ministério da Saúde e da possibilidade de responsabilização do Brasil em face da violação dos direitos humanos relacionados à saúde da mulher;

Resolve INSTAURAR Inquérito Civil, nos termos do art. 4º, II, da Resolução CSMPF nº 87, de 06/04/2010, com o seguinte objeto: "apurar as responsabilidades do Ministério da Saúde em relação ao cumprimento da 'meta 'redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna' do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento', no âmbito da jurisdição da Seção Judiciária do Estado da Bahia", determinando as seguintes providências:

1) Encaminhe-se cópia do Ofício Circular nº 81/2012/PFDC/MPF a todas as PRM do Estado da Bahia, para fins de conhecimento e adoção das providências que se entendam necessárias no âmbito de cada Subseção Judiciária.

2) Oficie-se à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, para solicitar as informações relacionadas no item 2 a 4 das diligências sugeridas do Ofício Circular nº 81/2012/PFDC/MPF.

3) Após, encaminhem-se os autos para a Assessoria deste Gabinete para fins de realização da pesquisa sugerida no item 1 do Ofício Circular nº 81/2012/PFDC/MPF.

Com as respostas ou esgotados os prazos estabelecidos, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 98, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando o previsto no art. 129, I, da Constituição Federal de 1988;

c) considerando que as peças de informação n° 1.14.003.000090/2012-18 foram instauradas com o escopo de apurar a possível prática do crime previsto no art. 1º, III, da Lei nº 8.137/90, pelos responsáveis legais da Loja insinuante, filial de Barreiras\BA;

d) considerando que o Ministério Público é parte legítima para promover investigações com o fulcro de elucidar a autoria e materialidade de infrações penais;

f) considerando a constituição do crédito tributário é requisito de tipicidade dos crimes tributários previstos no art. 1º da lei nº 8.137/90;

g) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração das Peças de informação em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER AS PRESENTES PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 1.14.003.000090/2012-18 em PROCEDIMENTO INVETIGATÓRIO CRIMINAL, determinando, de imediato, o seguinte:

1. O sobrestamento do feito no Setor Jurídico desta Procuradoria da República, até a chegada da resposta ao Of. Nº 1.131/2012/PRMBR/JRTA, bem como que se pesquise acerca da chegada do AR (Aviso de Recebimento) do referido ofício nesta Procuradoria;

2. Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 99, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação busca apurar a notícia de que o Hospital Municipal José Bastos, em São Félix do Coribe, não permite que as parturientes sejam acompanhadas durante o pré-parto, parto e pós-parto;

CONSIDERANDO que a permissão de um acompanhante, junto à paturiente, e por esta indicado, é direito assegurado no art. 19-J, da Lei nº 11.108/2005;

CONSIDERANDO que apesar de duas vezes oficiado (fls. 12 e 17), o Diretor do Hospital Municipal José Bastos, quedou-se inerte, omitindo dados requisitados pelo Parquet, indispensáveis à propositura de ação civil pública;

CONSIDERANDO que a conduta do Diretor do Hospital Municipal José Bastos se amolda ao tipo previsto no art. 10, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER o processo administrativo Nº 1.14.003.000048/2012-99 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Oficie-se a Secretaria Municipal de Saúde de São Félix do Coribe\BA para requisitar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, informações específicas e pormenorizadas acerca da impossibilidade de atendimento no quanto previsto no art. 19-J da Lei nº 11.108/2005, no Hospital Municipal José Bastos. Conste-se no ofícios as advertências de praxe - (Enviem-se, em anexo, cópia dos documentos de fls. 03 e 18);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Oficie-se a Prefeitura de São Félix do Coribe\BA para para que tenha ciência dos termos dos documentos de fls. 03 e 18, bem como para requisitar o envio, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, do termo de posse (e, eventual, exoneração) dos servidores que ocuparam o cargo de diretor do Hospital Municipal José Bastos no período compreendido entre junho de 2012 e outubro de 2012, com indicação do nome, profissão, número de inscrição no CPF, RG e endereço (Enviem-se, em anexo, cópia dos documentos de fls. 03 e 18);

c) Proceda-se contato telefônico com a representante (telefone às fls. 03), para solicitar informações acerca do cumprimento (ou não) da Lei nº 11.108/2005, ou seja, se o Hospital Municipal José Bastos permitiu o acompanhamento de uma pessoa indicada pela parturiente, durante o pré-parto, parto e pós-parto. Após o contato, certifique-se nos autos o quanto declarado pela representante;

d) Oficie-se a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde para solicitar o envio, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, de planilha contendo o total de remessas feitas pelo respectivo ministério, descriminadas por programa, durante os exercícios de 2009 a 2012, destinadas ao Município de São Félix do Coribe\BA, ante a informação da Secretaria Municipal de Saúde de que, por ter um hospital de pequeno porte (Hospital Municipal José Bastos), não tem condições de cumprir a Lei nº 11.108/05. (Enviem-se, em anexo, cópia dos documentos de fls. 03 e 18);

e) Oficie-se a Secretaria Estadual de Saúde para solicitar o envio, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, de planilha contendo o total de remessas feitas pelo respectivo órgão, descriminadas por programa (se houver), durante os exercícios de 2009 a 2012, destinadas ao Município de São Félix do Coribe\BA, ante a informação da Secretaria Municipal de Saúde de que, por ter um hospital de pequeno porte (Hospital Municipal José Bastos), não tem condições de cumprir a Lei nº 11.108/05. (Enviem-se, em anexo, cópia dos documentos de fls. 03 e 18);

f) Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF..

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 103, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando o previsto no art. 129, I, da Constituição Federal de 1988;

c) considerando que as peças de informação n° 1.14.003.000082/2012-63 foram instauradas com o escopo de apurar a possível prática do crime de desobediência pelo representante do município de Catolândia\BA;

d) considerando que o Ministério Público é parte legítima para promover investigações com o fulcro de elucidar a autoria e materialidade de infrações penais;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração das Peças de informação em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER AS PRESENTES PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 1.14.003.000082/2012-63 em PROCEDIMENTO INVETIGATÓRIO CRIMINAL, determinando, de imediato, o seguinte:

1. Retifique-se na capa dos autos o nome do representado - ao invés de Município de Baianópolis, inclua-se como representado o Município de Catolândia;

2. Tendo em vista que o alcaide de Catolândia já foi oficiado pela segunda vez e que ainda não respondeu o quanto requisitado pelo MPF, movimente-se os autos para o Setor Jurídico até a chegada da resposta ou, se esta não for enviada, aguarde-se o transcurso do prazo, calculado com base na data da entrega do ofício, auferível pelo AR;

3. Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando o previsto no art. 129, I, da Constituição Federal de 1988;

c) considerando que a presente peça de informação de n° 1.00.000.013320/2012-16 foi instaurada com o escopo de apurar possível crime de redução à condições análoga à de escravo, noticiado a partir do resultado de ações fiscais efetuadas pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do TEM, em Formosa do Rio Preto\BA;

d) considerando que o Ministério Público é parte legítima para promover investigações com o fulcro de elucidar a autoria e materialidade de infrações penais;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração da PI em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER A PRESENTE PI Nº 1.00.000.013320/2012-16 em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, determinando, de imediato, o seguinte:

1. Junte-se aos autos, o conteúdo do CD-ROM, que instrui o presente procedimento, correspondente ao Relatório de Fiscalização da Fazenda Olho Mágico I, realizada no período de 01º/05/2012 a 11/05/2012, procedendo a impressão do relatório emitido pela equipe. Após, imediatamente, conclusos.

2.Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 105, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que as presentes peças de informação n° 1.14.003.000210/2012-79 foram instauradas com o escopo de apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores municipais, sem concurso público, ocorridas em Canápolis\BA, no exercício de 2012;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando que o Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de eventuais ações de responsabilização por ato de improbidade administrativa, bem como ações civis pública com o fulcro de tutelar a efetiva e regular prestação de serviços públicos da forma que melhor atenda aos interesses públicos;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração das presentes Peças de informação, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER AS PRESENTES PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 1.14.003.000210/2012-79 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1. Oficie-se a 25ª Inspetoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia para solicitar o envio, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, de eventuais recomendações dadas pela i.Corte de Contas ao Município de Canápolis\BA, quanto a possibilidade de ultrapassar o limite com pessoal, bem como por conta de contratações desnecessários, conforme a manifestação do prefeito daquela municipalidade, que deve seguir em anexo;

2. Oficie-se a representante para tomar ciência da manifestação do município acerca da informação por ela prestada, bem como para, se desejar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, oferecer a sua versão dos fatos. Enviar, em anexo, cópia da manifestação do município;

3. Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 107, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que é função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

d) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.0000084/2012-52 foi instaurado com a finalidade de exigir o cumprimento dos direitos assegurados aos ndígenas da etnia Potiguara, residentes no povoado de Passagem, em Muquém do São Francisco\BA;

e) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.0000084/2012-52 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Proceda-se contato telefônico com o Setor de Antropologia da PR\BA, acerca do cumprimento do quanto determinado no ofício de fls. 18;

2) Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 108, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que é função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

d) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.0000085/2012-05 foi instaurado com a finalidade de exigir o cumprimento dos direitos assegurados aos ndígenas da etnia Tapuia, residentes no povoado de Passagem, em Muquém do São Francisco\BA;

e) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.0000085/2012-05 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Proceda-se contato telefônico com o Setor de Antropologia da PR\BA, acerca do cumprimento do quanto determinado no ofício de fls. 18;

2) Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 109, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo busca apurar a notícia de eventual omissão do INCRA no Projeto de Assentamento Dom Ricardo, localizada na zona rural entre os municípios de Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

RESOLVE o signatário CONVERTER o processo administrativo Nº 1.14.003.000196/2011-22 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) remetam-se os autos ao Setor Jurídico desta Procuradoria até a chegada da resposta ao expediente de fls. 28;

b) Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 115, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o procedimento investigatório criminal destinado a apuração e responsabilização criminal dos responsáveis por intermédio da ação penal cabível;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da Lei;

CONSIDERANDO que a representação criminal em tela destina-se à apuração de possíveis crime de desobediência, previsto no art. 330, do CP, pelo suposto não cumprimento do embargo determinado no âmbito de fiscalização empreendida pelo IBAMA;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 77, de 14/09/2004 do Conselho Superior do Ministério Público Federal que disciplinam o procedimento de instauração do Procedimento de Investigação Criminal;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração das peças de informação em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

RESOLVE o signatário CONVERTER as presentes PI Nº 1.14.003.000155/2011-36 em PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Oficie-se a Junta Comercial do Estado de São Paulo para solicitar o envio, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, de cópia autenticada do ato constitutivo, e demais alterações posteriores, da sociedade empresária CALIX SANTANA AGRÍCOLA LTDA. (CNPJ/MF nº 08.745.067/0001-67);

b) Oficie-se a CALIX SANTANA AGRÍCOLA LTDA. (endereço às fls. 37) para que informe, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, o(s) nome (s) e a qualificação(s) do responsável(is) pelas operações da sociedade, nos anos de 2010, 2011 e 2012, nas Fazendas Santana I, Santana II e Santana III, todas no município de Correntina\BA;

c) Oficie-se a Gerência Executiva do IBAMA em Barreiras para solicitar o envio de cópia, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, dos AIs nº 477737-D, 477734-D e 477671-D e TEIs nº 348324-C e 348321-C;

d) Junte-se aos autos jurisprudência atualizada, especialmente do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, versando a competência para o crime de desobediência a embargos do IBAMA ou outros órgãos federais fiscalizadores, quando a conduta atacada não atingir bens, direitos e interesses da União;

e) Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 119, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que as presentes peças de informação n° 1.14.003.000034/2012-75 foi instaurado com o escopo de apurar supostas irregularidas na aplicação de verbas federais repassadas pelo Município de Santa Maria da Vitória\BA, na gestão do ex-prefeito Nery Batista Pereira Filho, para a execução do Convênio nº 1207/98;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando que o Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de eventuais ações de responsabilização por ato de improbidade administrativa, bem como ações civis pública com o fulcro de tutelar a efetiva e regular prestação de serviços públicos da forma que melhor atenda aos interesses públicos;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração das presentes Peças de informação, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

g) considerando que o mandato do ex-gestor representado se findou no ano de 2000, estando prescrita a respectiva pretensão de responsabilização por ato de improbidade administrativa;

h) considerando que a responsabilização criminal, nos termos do Decreto-lei nº 201/67, ainda é possível;

i) considerando que tramita no Posto da Polícia Federal em Barreiras o inquérito policial nº 2006.33.03.000036-6 (apensado a este o inquérito nº 2006.33.03.000204-4), destinado a apurar a suposta autoria e materialidade das condutas perpetradas pelo ex-gestor;

Resolve o signatário CONVERTER O PRESENTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.14.003.000034/2012-75 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1. Oficie-se o Posto da Polícia Federal em Barreiras para solicitar o envio, o mais breve possível, do inquérito policial nº 2006.33.03.000036-6, assim como do inquérito policial nº 2006.33.03.000204-4, apensado ao primeiro apuratório;

2. Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando o previsto no art. 129, I, da Constituição Federal de 1988;

c) considerando que a presente peça de informação de n° 1.14.003.000217/2012-91 foi instaurada com o escopo de apurar possível crime de desobediência (art. 330 do CP), por parte de representantes legais da Clínica Santa Mônica que se omitiram de cumpiri decisão exarada pelo eg. Juízo Trabalhista de Barreiras\BA;

d) considerando que o Ministério Público é parte legítima para promover investigações com o fulcro de elucidar a autoria e materialidade de infrações penais;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração da PI em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER A PRESENTE PI Nº 1.14.003.000217/2012-91 em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, determinando, de imediato, o seguinte:

1. Junte-se aos autos a certidão de contato telefônico com preposto da Clínica Santa Mônica;

2. Oficie-se a Vara do Trabalho de Barreiras\BA para solicitar o envio, o mais breve possível, de cópia dos ofícios nº 248/2009, 89/2010 e 170/2011, todos referentes à Reclamação Trabalhista nº 00803.2009.661.05.00.2 e à requisitação deste eg. Juízo Especializado da ficha médica cirúrgica do Reclamante, Sr. Adepaulo Souza Barbosa, à Clínica Santa Mônica. Enviar, em anexo, cópia de fls. 04;

3. Oficie-se a Clínica Santa Mônica, na pessoa da Sra. Alane Almeida Quirino Linares, para requisitar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a apresentação de justificativa, por escrito, quanto ao não cumprimento do determinado pela eg. Vara do Trabalho de Barreiras, no que tange ao encaminhamento da ficha médica cirúrgica de Adepaulo Souza Barbosa, CPF nº 943.788.001-87, atendido neste estabelecimento em 25.03.2008, às 20:00, pelo Dr. Jued Canut Filho (CREMEB - 10027), bem como informe, no mesmo prazo quem eram os gestores da referida clínica nos anos de 2009 e 2010. Faça constar as advertências de praxe. Em anexo, encaminhar cópia de fls. 03/04;

4. Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 60, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo n° 1.15.002.000310/2011-97.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal; arts. 6º a 8ª da Lei Complementar n.º 75/93, e na Resolução nº 77/2004 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e:

Considerando que se trata originalmente de Procedimento Administrativo instaurado a partir de representação do Município de Baixio/CE, em face da ex-Prefeita Municipal, Glória Isabel Pires Ferreira, em decorrência de irregularidades na execução do Convênio nº 129/2009-SESAN, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R$ 113.150,00, para implantação de feira comunitária em referido município.

Aduz a representação que, apesar da liberação dos recursos em tela, o atual Prefeito não localizou em estoque nenhum dos supostos materiais que teriam sido adquiridos, nem comprovante do recebimento de tal mercadoria.

Considerando que os fatos relatados consistem em irregularidades na aplicação de recursos públicos federais, que podem configurar, em tese, atos de improbidade administrativa e outras eventuais ilicitudes;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e que, entre suas funções, destaca-se a promoção de inquérito civil e de ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da CF/88);

Considerando, ainda, que já transcorreu o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do Procedimento Administrativo, sem que as informação e documentos coletados fossem suficientes para formar um juízo razoável de convicção sobre irregularidade apurada, fazendo-se necessária a continuação da colheita de material probatório/instrutório, determino a conversão do presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 4º; e art. 5º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a devida remessa ao órgão competente desta Procuradoria para autuação do presente como tal.

Ficam designados como secretários para atuarem no feito, em conjunto ou individualmente, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, os servidores Ângela Maria Alves de Oliveira Cartaxo e Carlos Eduardo Carvalho Arrais, e, nas suas faltas, os servidores Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva e David Melo Teixeira Sousa.

Comunique-se, no prazo máximo de dez dias, a instauração deste Inquérito Civil Público à 5ª CCR/MPF, consoante o disposto no art. 6º, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Após, remeta-se cópia desta portaria para publicação no Diário Oficial e no portal eletrônico do MPF, nos termos do art. 5º, VI, combinado com art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução supra referida.

Após a autuação acima mencionada, para instrução do inquérito, determino:

a) O encaminhamento do expediente de fl. 106, por fax, certificando-se nos autos o dia e a pessoa que o recebeu;

b) O aguardo de resposta à solicitação de complementação de quebra de sigilo bancário (fls. 93/98).

RAFAEL RIBEIRO RAYOL

PORTARIA Nº 238, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000752/2012-34, cujo objeto trata da necessidade de se investigar a aplicação dos recursos públicos repassados pelo FNDE ao Município de Palmácia/CE, inerente ao programa de governo - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, exercício 2007.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

MARCELO MESQUITA MONTE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 436, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b)a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.16.000.001169/2012-11 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. FRANQUEAMENTO AUTORIZADO DE CARTAS - FAC. Relatório de Auditoria nº 24 de 2011. Supostas irregularidades verificadas em fraudes na administração e gerenciamento do Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), serviços que representariam 40% (quarenta por cento) de toda a receita dos Correios.

INTERESSADO: ANÔNIMO

ENVOLVIDO: A APURAR

Determina:

1. a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

2. que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

MICHELE RANGEL DE BARROS V. BASTOS
Procuradora da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 84, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

Transições Municipais - Pleito Eleitoral 2012 - Atuação Preventiva.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, na condição de Procurador dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75, de 20 de Maio de 1993, considerando que:

1) Muitos municípios sob a área de atuação desta PRM, em virtude das recentes eleições, elegeram novos Prefeitos, renovando grande parte do plantel político local;

2) Se pretende aproximar essas novas lideranças do Ministério Público Federal, estabelecendo reuniões com o fito de se esclarecer as atribuições institucionais da nossa entidade, bem como tratar assuntos sensíveis, problemas que acabam por ser recorrentes em diversas administrações, a exemplo da obrigação de prestar contas, gestão da saúde, programas da saúde da família, saneamento básico, contratação de pessoal da saúde, etc;

3) Dentro da defesa do regime democrático que nos atribui a Carta Magna, o Ministério Público tem grande papel de transformação da realidade social e que uma atuação preventiva é maneira eficaz de se concretizar os valores mais nobre que se pretende defender.

Resolve instaurar procedimento administrativo civil, determinando o registro e autuação, pela ementa, afeto à 5ª CCR e DETERMINAR, desde já, a seguinte diligência: Expedição de recomendação com orientações acerca da necessidade de prestação de contas de todos os convênios e programas federais, uma vez que a data da sucessão se aproxima.

Quanto aos demais temas, após a assunção dos cargos, novas tratativas serão iniciadas, com possíveis reuniões.

Conforme Instrução de Serviço nº 0001/2012, de 19 de abril de 2012, designo como secretário do presente procedimento o servidor MARCELO DANTAS ROCHA, matrícula 13.834-7.

Com a finalidade de conferir maior organização documental, cada município deverá ter um anexo próprio, onde serão acostadas as informações relativas aos referidos entes federados.

Ao cartório para, autuação, registro e providências de praxe.

THIAGO HENRIQUE VIEGAS LINS

PORTARIA Nº 97, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições plenas deste 1º Ofício Criminal e Cível, firmadas por distribuição automática via Sistema Único;

CONSIDERANDO a existência do inquérito civil público nº 1.17.001.000105/2011-67, que tem por objeto "apurar irregularidades praticadas pela Secretaria de Saúde de Mimoso do Sul quanto ao cumprimento dos convênios 1616/2006 e 685/2008, celebrados com o Ministério da Saúde";

CONSIDERANDO que o objeto dos aludidos convênios não se relaciona entre si, de modo a justificar a apuração em conjunto, bem como que o desmembramento daqueles autos facilitará a investigação dos fatos;

Resolve:

INSTAURAR, nos termos do art. 4º, II, da Res. CSMPF Nº 87/2010, INQUÉRITO CIVIL, para apurar eventuais atos de improbidade administrativa envolvendo o objeto do Convênio Nº 685/2008, celebrado entre o Município de Mimoso do Sul/ES e o Ministério da Saúde.DESIGNAR a servidora Karilena Charra Ramos, técnico administrativo, matrícula nº 21276, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Criminal e Cível da PRM/CIT/ES;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente ao SJUR, para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto do feito, destacado nesta Portaria em itálico; interessados: Município de Mimoso do Sul (representado);

2. promova-se a publicação da Portaria, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2010;

3. junte-se cópia da presente Portaria aos autos do ICP nº 1.17.001.000105/2011-67, de onde deverão ser extraídas cópias do volume principal e desentranhado o Anexo II para a formação do presente;

4. retifique-se o objeto daquele ICP para: "apurar irregularidades praticadas pela Secretaria de Saúde de Mimoso do Sul quanto ao cumprimento do convênio 1616/2006, celebrado com o Ministério da Saúde", diante do presente desmembramento.

CIÊNCIA à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de email acompanhado desta Portaria em formato digital.

Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar das requisições que venham a ser expedidas neste feito, atendendo-se assim, e mudando o que tem que ser mudado, à determinação do art. 9º, §9º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010.

ALEXANDRE SENRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 2, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000052/2012-15, que visa a apurar eventuais irregularidades nas obras públicas de construção de quadra poliesportiva, no município de Itapeva/SP;

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.34.016.000052/2012-15, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000052/2012-15, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 132, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que os fatos narrados na representação anexa indicam supostas irregularidades na contratação da gestora do Condomínio Residencial Parque dos Coqueiros, Imobiliária Neves Condomínios, pela Caixa Econômica Federal, agente executora do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), bem como na escolha dos arrendatários em descumprimento aos requisitos exigidos pelo Programa;

CONSIDERANDO que o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é um programa do Ministério das Cidades operacionalizado pela CAIXA e financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR);

CONSIDERANDO que a Caixa Econômica Federal, como agente gestor do PAR, é responsável pela alocação dos recursos e expedição dos atos necessários à operacionalização do programa;

CONSIDERANDO que cabe à prefeitura indicar os candidatos ao arrendamento, mas é a CAIXA quem os seleciona e também escolhe uma empresa administradora do ramo da administração imobiliária para cuidar dos contratos com os arrendatários, os imóveis e condomínios, se for o caso, no âmbito do PAR;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar supostas irregularidades na contratação da gestora do Condomínio Residencial Parque dos Coqueiros, Imobiliária Neves Condomínios, pela Caixa Econômica Federal, agente executora do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), bem como na escolha dos arrendatários em descumprimento aos requisitos exigidos pelo Programa".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação trimestral da presente instauração, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Campo Grande-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: Programas Governamentais

2. Oficie-se à CEF solicitando sejam prestadas informações acerca da representação que denuncia supostas irregularidades no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), envolvendo o Condomínio Residencial Parque dos Coqueiros e Imobiliária Neves Condomínios, bem como seja encaminhada toda documentação pertinente à contratação da referida empresa administradora.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 133, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que os fatos narrados na representação anexa indicam supostas irregularidades na Unidade Armazenadora Campo Grande da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, consistentes em desvios de grãos, resíduos e cestas básicas oriundos do Programa Fome Zero destinados ao INCRA;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar supostas irregularidades na Unidade Armazenadora Campo Grande da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, consistentes em desvios de grãos, resíduos e cestas básicas oriundos do Programa Fome Zero destinados ao INCRA".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação trimestral da presente instauração, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Campo Grande-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: Bens públicos

2. Oficie-se à CONAB neste estado solicitando informações acerca dos fatos tratados na representação, consistentes nos desvios de grãos, resíduos e cestas básicas oriundos do Programa Fome Zero destinados ao INCRA, bem como sejam prestadas as seguintes informações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) indicação das funções, cargos e data de início de exercício na Unidade Armazenadora Campo Grande da CONAB das pessoas a seguir mencionadas: José Carlos Barros, José Edson de Souza, Sebastião Cardeal, Aguinaldo Moraes Dias, Maria Aparecida e Gilson;

b) Relação de servidores do INCRA responsáveis pela solicitação de cestas básicas à CONAB, as quais devem ser destinadas aos assentamentos;

c) Relação nonimal dos funcionários terceirizados que trabalham na referida Unidade desde o ano de 2011;

d) Indicação da relação de produtos apreendidos pela Receita Federal e encaminhados à CONAB e sua destinação, com comprovação documental;

3. Oficie-se ao INCRA solicitando informações acerca dos fatos tratados na representação, inclusive informando a periodicidade, quantidade e setor responsável e servidores públicos com atribuição pela realização do pedido de cestas básicas à CONAB.

4. Oficie-se à Receita Federal solicitando informações acerca dos fatos tratados na inicial, inclusive informando a respeito de remessa de produtos apreendidos à CONAB, sua periodicidade e se existe mecanismo de controle sobre o destino dos referidos bens depois de encaminhados à CONAB.

JOANA BARREIRO BATISTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 41, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2012

Autos nº: 1.22.011.000141/2012-22.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando que o presente procedimento foi instaurado com base em documentos encaminhados pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Diamantina narrando possíveis atos de improbidade administrativa cometidos por servidores da UFVJM;

g) considerando que por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, §§ 1º, e 5º, o procedimento administrativo serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução; sendo que, no presente caso, é necessário o aprofundamento das investigações;

h) considerando a possibilidade de que tenha havido atos de improbidade administrativa;

i) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" e XIV, "f", todos da LC 75/93 e o art. 11, I e II da Lei 8429/92, além dos elementos de convicção constantes dos autos, que indicam a necessidade de apuração de eventual improbidade administrativa;

Resolve converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se a publicação e ciência à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos da nova sistemática do sistema Único.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) oficie-se à UFVJM para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe se, quando da recusa ao TRE/MG da prorrogação da cessão da servidora Sheyla Aparecida Dantas Araújo, foi proposta a cessão de outro servidor com atribuições semelhantes ou apenas foi refutada a cessão de qualquer servidor da UFVJM, encaminhando os documentos que comprovem a atitude tomada pela UFVJM.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

Acautele-se os autos por 60 dias.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 173, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000554/2012-89, instauradas para analisar denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alenquer de supostas irregularidades praticadas pela Empresa LINHAS DE MACAPÁ, responsável pela implantação do projeto Luz para Todos do Governo Federal.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração de inquérito civil, vez que pode ter havido má aplicação de verba pública federal;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - Oficie-se à sociedade Empresária LINHAS DE MACAPÁ, bem como ao município de Alenquer para prestar esclarecimentos acerca dos fatos, no prazo de 10 (dez) dias.

Iv - Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 174, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000570/2012-71, instauradas para analisar Ofício PR/PA/GAB 10/Nº7663/2012 cujo teor volta-se à questionamento aos cartórios acerca do cumprimento da comunicação de óbitos por parte destes ao INSS.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - Contactar a assessoria do Procurador da República Daniel César Azeredo Avelino e pedir para que enviem versão digital do ofício mencionado (fl. 02) e principais manifestações do MPF no ICP nº 1.23.000.001449/2006-39, especificamente no que tange aos problemas dos cartórios.

Iv - Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 175, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000532/2012-19, instauradas para analisar representação formulada contra a AITA E ASMIPRUT que teriam excluído a APRUSANTA da COOMFLONA por conta de interpretação da lei 12.678, solicitamdo, também, o pronunciamento deste MPF em relação a interpretação da lei.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - Oficie-se o chefe da FLONA Tapajós, bem como o representante legal da Cooperativa Mista da FLONA Tapajós - COOMFLONA, para que se manifestem acerca dos fatos, no prazo de 10 (dez) dias.

Iv - Após, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos para análise.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 262, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000537/2012-47 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Inquérito Civil Nº MPPR-0153.11.000140-8, da Promotoria de Justiça da Comarca de Uraí-PR, com notícias sobre eventuais irregularidades na aplicação de recursos oriundos de convênios firmados entre o Município de Uraí e os Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

JACOB & SILVA JACOB LTDA - ME e Município de Uraí.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Paraná.

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PORTARIA Nº 273, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição República;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo, a saber, a verificação da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no âmbito do Estado do Paraná;

d) considerando que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.003455/2011-13 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Converta-se o procedimento administrativo suso referido em Inquérito Civil Público.

Autue-se a presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias.

Determino, ainda, o prosseguimento das diligências adotadas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PORTARIA Nº 274, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição República;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo, a saber, a implementação de medidas para dar publicidade dos resultados e das metas anuais do índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB, nas escolas públicas do Estado do Paraná;

d) considerando que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.003209/2011-61 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Converta-se o procedimento administrativo suso referido em Inquérito Civil Público.

Autue-se a presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias.

Determino, ainda, o prosseguimento das diligências adotadas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PORTARIA Nº 275, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição República;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo, a saber, apurar eventuais irregularidades na liberação do programa federal de financiamento estudantil por instituição privada de ensino superior;

d) considerando que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.002578/2011-37 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Converta-se o procedimento administrativo suso referido em Inquérito Civil Público.

Autue-se a presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias.

Determino, ainda, o prosseguimento das diligências adotadas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PORTARIA Nº 276, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição República;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo, a saber, a averiguação de eventuais irregularidades na oferta do curso de graduação em Gestão e Empreendedorismo pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral;

d) considerando que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.003256/2011-13 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Converta-se o procedimento administrativo suso referido em Inquérito Civil Público.

Autue-se a presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias.

Determino, ainda, o prosseguimento das diligências adotadas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PORTARIA Nº 277, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição República;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo, a saber, eventuais irregularidades cometidas por servidor da Universidade Federal do Paraná;

d) considerando que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.000239/2012-05 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Converta-se o procedimento administrativo suso referido em Inquérito Civil Público.

Autue-se a presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias.

Determino, ainda, a expedição de ofício à requerente, com cópia de folhas 158-163, para ciência, bem como para que se manifeste acerca do parecer emitido pela Procuradoria Federal especializada junto à Universalidade Federal do Paraná e informe se foi instada a apresentar à comissão sindicante a gravação que possui.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 209, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceituam o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o procedimento administrativo nº 1.26.000.000695/2012-18 foi instaurado, a partir de representação formulada pela Sra. Lindacy Alves Andrea Gnaccarini, com o escopo de praticar as diligências necessárias para atender ao pedido formulado pela representante, em ação de alimentos proposta em desfavor do cidadão italiano Antônio Andrea Gnaccarini, residente na Itália, em razão das informações prestadas pelo Ministério do Interior - Departamento para Liberdade Civil e Imigração da República Italiana, por meio do Protocolo Nr. 40.1.22 Brasile, o qual indica a necessidade de apresentação de cópia de sentença em favor da requerente, para se dar prosseguimento aos trâmites de análise do pedido de cooperação internacional para fins de concessão de pensão alimentícia;

Considerando que os elementos existentes nos autos apontam a necessidade de aprofundar a instrução;

Resolve converter o procedimento administrativo nº 1.26.000.000695/2012-18 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com este procedimento administrativo, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "praticar as diligências necessárias para atender ao pedido formulado pela representante, na Ação de Alimentos 0000449-34.2005.8.17.0001, proposta em desfavor do cidadão italiano Antônio Andrea Gnaccarini, residente na Itália, em razão das informações prestadas pelo Ministério do Interior - Departamento para Liberdade Civil e Imigração da República Italiana, por meio do Protocolo Nr. 40.1.22 Brasile, o qual indica a necessidade de apresentação de cópia de sentença em favor da requerente, para se dar prosseguimento aos trâmites de análise do pedido de cooperação internacional para fins de concessão de pensão alimentícia";

2. Remessa de cópia da presente portaria à PFDC/MPF, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF).

Como providência instrutória, determina-se a reiteração de ofício destinado à 8ª Vara de Família e Registro Civil de Recife/PE (fl. 251).

A fim de serem observadas as regras do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e do art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve-se realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil - cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO

PORTARIA Nº 233, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Ref.: Autos MPF/PRPE n. 1.26.000.000604/2012-36.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar n. 75/93); e II - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar n. 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF n. 87/2006);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF n. 106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando a necessidade de prosseguir apurando as notícias de possível irregularidade praticada pela operadora de telefonia móvel Claro S/A., ao oferecer serviço de internet banda larga 3G com qualidade inferior à apresentada em propaganda comercial;

Resolve DETERMINAR:

I. A conversão do Procedimento Administrativo MPF/PRPE n. 1.26.000.000902/2012-26 em Inquérito Civil (área temática "Consumidor e Ordem Econômica") tendo por objeto "apurar notícia de possível irregularidade praticada pela operadora de telefonia móvel Claro S/A., ao oferecer serviço de internet banda larga 3G com qualidade inferior à apresentada em propaganda comercial".

II. A autuação da presente portaria em conjunto com o procedimento em referência, bem como a remessa de cópia deste ato para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

III. A comunicação do presente ato à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF n. 87/2006;

IV. A remessa de novo ofício a ANATEL.

MABEL SEIXAS MENGE
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 50, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), na forma da Resolução 87/06 do CSMPF, e considerando:

a) o ofício encaminhado pelo Procurador da República Edson Abdon (PR-RJ) sugerindo a adoção, nesta PR-RN, de medidas contra os portos "em face de eventual omissão no cumprimento das ações sanitárias de prevenção e de controle em fatores de risco potenciais, relativas aos resíduos sólidos", "considerando a necessidade de se estabelecer em todos os portos do país Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS";

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000509/2009-62 com o seguinte objeto: Saúde. Vigilância sanitária. Necessidade de aprovação e efetiva execução, pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Registre-se. Autue-se. Comunique-se à 1.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no sistema Único e no site da PR-RN.

JOSÉ SOARES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 447, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Instaura o Inquérito Civil nº 1.29.000.000818/2012-09.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da Constituição Federal; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o teor da Representação que deu origem ao presente expediente, na qual é relatada a precariedade do edifício que abriga a sede da Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre (Edifício Cristaleira), que não contaria com sistema de prevenção contra incêndios, entre outras irregularidades;

CONSIDERANDO a informação provida pelo Corpo de Bombeiros no sentido de que o Edifício Cristaleira não conta com Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI), já tendo sido advertido em duas ocasiões para que regularize sua situação;

CONSIDERANDO que a elaboração do PPCI do Edifício Cristaleira está a cargo da Superintendência Sul do INSS, que não prestou as informações requisitadas;

Converte o Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL com o seguinte objeto: ausência de PPCI no edifício sede da Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre (Edifício Cristaleira)

Aguarde-se resposta ao ofício expedido.

ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 448, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, titular do 2º Ofício Cível desta PR/RS, no exercício de suas atribuições institucionais previstas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 75/93 e;

considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93);

considerando que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93);

considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor (art. 6º, VII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75/93);

considerando o teor do Termo de Declarações (fl. 04), lavrado em 07.05.12, dando conta que o Sr. Leonilso Bellini, indígena kaingang, relatou dificuldades que vem enfrentando para garantir a frequência da filha Shayoá Vitória Kafei Gomes Bellini, com 2 anos de idade, na creche comunitária Jesus O Bom Pastor, conveniada com a SMED/PMPA;

considerando que os termos dos ofícios remetidos pela Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre, Sra. Cleci Maria Jurach (fls. 14/15), mormente para informar que "Secretaria Municipal de Educação, por intermédio de sua assessoria pedagógica, orienta todas as escolas de educação infantil que não deve haver impedimento quanto à entrada de crianças nas instituição, mesmo que a família não apresente o comprovante de atendimento médico que justifique o atraso no horário de ingresso dos pais da citada criança, Sr. Josué da Silva e Sra. Loirice Jacinto, se encontram com dificuldades financeiras para custear as despesas do filho com alimentação e medicamentos;

considerando que, com vista à resolução extrajudicial desse conflito, restou aprazada reunião nesta Procuradoria da República, reputando-se medida producente e potencialmente satisfatória para o encontro de ideias e unificação de procedimentos administrativos, entre o representante, Sr. Leonilso Bellini; a Coordenadora da Creche Comunitária Jesus O Bom Pastor, Sra. Marilene Silva de Almeida; e pessoa designada pela SMED para representá-la no ato;

considerando a necessidade de se converter o Procedimento Administrativo nº 0965/2012-71 em Inquérito Civil Público, tendo em vista os ditames do art. 4º, § 4º, da Resolução do CSMPF nº 87, de 03.08.06.

Resolve:

Nos termos da referida Resolução instaurar Inquérito Civil Público, com o seguinte objeto: "Alegadas dificuldades em garantir a frequência de criança indígena em creche comunitária".

DETERMINA:

I. Reautue-se e registre-se o Procedimento Administrativo nº 0965/2012-71 na categoria de Inquérito Civil Público, comunicando-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II. Em face de compromissos inadiáveis, remarco a reunião para o dia 27/11/2012, às 13h30;

III. Comunique-se, nos termos do despacho das fls. 16/17.

JÚLIO CARLOS SCHWONKE DE CASTRO JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 177, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os elementos de convicção já acostados às Peças de Informação nº 1.32.000.000555/2012-34;

Determina o seguinte:

1. Autue-se o expediente acima mencionado como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Possível prática de ato de improbidade administrativa por servidora pública federal, consistente na realização de acordo judicial pelo INSS manifestamente ilegal para a concessão de aposentadoria por idade rural no Processo nº 2007.42.00.908552-8".

2. Registre-se e publique-se, com as anotações de praxe, comunicando-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Oficie-se à Gerência do Instituto Nacional do Seguro Social em Roraima (INSS/RR), requisitando-se que informe todos os pagamentos realizados à Sra. Antônia Rodrigues da Silva, CPF nº 004.897.282-78, a título de aposentadoria por idade rural em decorrência de acordo judicial (provavelmente NB nº 41/144.929.327-8), bem como a atualização monetária de tais valores até a presente data.

4. Com a resposta, façam-se os autos conclusos.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 178, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os elementos de convicção já acostados às Peças de Informação nº 1.32.000.000557/2012-23;

Determina o seguinte:

1. Autue-se o expediente acima mencionado como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Possível prática de ato de improbidade administrativa por servidora pública federal, consistente na realização de acordo judicial pelo INSS possivelmente de manifesta ilegalidade para a concessão de aposentadoria por idade rural no Processo nº 2008.42.00.900895-1".

2. Registre-se e publique-se, com as anotações de praxe, comunicando-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Oficie-se à Gerência do Instituto Nacional do Seguro Social em Roraima (INSS/RR), requisitando-se que informe todos os pagamentos realizados à Sra. Aldeonora Martins de Souza Cruz, CPF nº 998.797.863-00, a título de aposentadoria por idade rural em decorrência de acordo judicial (provavelmente NB nº 41/144.929.854-8), bem como a atualização monetária de tais valores até a presente data.

4. Com a resposta, façam-se os autos conclusos.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 179, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os elementos de convicção já acostados às Peças de Informação nº 1.32.000.000556/2012-89;

Determina o seguinte:

1. Autue-se o expediente acima mencionado como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Possível prática de ato de improbidade administrativa por servidora pública federal, consistente na realização de acordo judicial pelo INSS - possivelmente de manifesta ilegalidade - para a concessão de aposentadoria por idade rural no Processo nº 2007.42.00.908926-1".

2. Registre-se e publique-se, com as anotações de praxe, comunicando-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Oficie-se à Gerência do Instituto Nacional do Seguro Social em Roraima (INSS/RR), requisitando-se que informe todos os pagamentos realizados à Sra. Antônia Maria de Jesus Sousa, CPF nº 376.196.672-53, a título de aposentadoria por idade rural em decorrência de acordo judicial (provavelmente NB nº 41/144.929.070-9), bem como a atualização monetária de tais valores até a presente data.

4. Com a resposta, façam-se os autos conclusos.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 180, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os elementos de convicção já acostados às Peças de Informação nº 1.32.000.000628/2012-98;

Determina o seguinte:

1. Autue-se o expediente acima mencionado como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Ocultação de informações e violação ao princípio da publicidade da Administração sobre possível Convênio firmado entre a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - EMHUR e a Caixa Econômica Federal - CEF, cujo objetivo seria a contratação de profissionais para o desenvolvimento de projetos de oficinas a serem ministradas aos moradores do Conjunto Habitacional Cruviana";

2. Registre-se e publique-se, com as anotações de praxe, comunicando-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Cumpram-se as diligências iniciais, que seguem no Despacho em separado.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 21, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO as irregularidades, referentes ao Município de Bandeirante/SC, noticiadas no relatório de fiscalização - 34ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos da CGU, encaminhado à PRM/São Miguel do Oeste-SC e protocolizado sob o nº 1.33.012.000246/2012-98, relativas aos programas "Brasil Escolarizado" do Ministério da Educação; "Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos", "Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros" e "Serviços Urbanos de Água e Esgoto" do Ministério da Saúde; e "Erradicação do Trabalho Infantil" e "Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família" do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio e/ou sistemas eletrônicos, autuá-la, juntamente com os documentos anexos, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Representante: Controladoria-Geral da União.

Objeto da investigação: Apurar irregularidades noticiadas no relatório de fiscalização - 34ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos da CGU, relativas ao município de Bandeirante/SC.

Como providência inicial, determino que seja oficiado: 1) à Prefeitura Municipal de Bandeirante/SC, solicitando esclarecimentos acerca de cada um dos apontamentos do relatório da CGU, bem como as medidas adotadas para sanar essas irregularidades; 2) aos respectivos Ministérios, solicitando informações acerca da existência de procedimento instaurado para averiguar as irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização, bem como, no caso de constatação de malversação de verbas públicas, o envio de toda e qualquer documentação hábil a instruir eventual ação penal ou de improbidade administrativa.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, o servidor Paulo Henrique Correa de Moura.

Sem prejuízo, acaso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um (01) ano, venham os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

Ciência desta portaria à 5ª CCR e aos representantes.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO a denúncia encaminhada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha/SC, relativa a supostas irregularidades na aquisição de equipamentos para a Escola Estadual João XXIII, realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio e/ou sistemas eletrônicos, autuá-la, juntamente com os documentos anexos, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Representante: Ledacir Salete Gheno Schäfer.

Objeto da investigação: Apurar possíveis irregularidades na aquisição de equipamentos para as escolas municipais desta região, realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, o servidor Paulo Henrique Correa de Moura.

Sem prejuízo, caso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um (01) ano, venham os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

Ciência desta portaria à 5ª CCR e aos representantes.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 72, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93, e pela Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e, ainda,

Considerando que, dentre as funções institucionais do Ministério Público, está a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do art. 129, inciso III, da Constituição da República;

Considerando que a 1ª Vara do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário da Subseção Judiciária de Criciúma/SC aplicou multa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por conta do descumprimento de ordem judicial, no Processo nº 5003825-14.2012.404.7204;

Considerando que a referida multa foi calculada em R$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) e implica em evidente dano ao patrimônio do INSS;

Considerando que a omissão no cumprimento da ordem judicial, com a consequente aplicação de multa, pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.429/92;

Considerando a necessidade de apurar as responsabilidades pela incidência da referida multa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar as responsabilidades pelo descumprimento de ordem judicial, que deu causa à aplicação de multa ao INSS, no Processo nº 5003825-14.2012.404.7204.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) autue-se e registre-se inquérito civil, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO - INQUÉRITO CIVIL - INSS - Descumprimento de ordem judicial - aplicação de multa - responsabilidade dos servidores";

b) juntem-se os documentos a anexos, extraídos do processo eletrônico;

c) comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

d) publique-se, na forma do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

e) oficie-se à Gerente-Executiva do INSS, com cópia desta portaria, requisitando que informe em detalhes, qual foi o trâmite interno para cumprimento da ordem judicial proferida no Processo nº 5003825-14.2012.404.7204, que determinava a apresentação de Justificação Administrativa, para análise do tempo de serviço rural do Benefício nº 150.662.577-8, cujo titular é Niltomar Maximiano. Deverá indicar, com precisão, os setores e servidores responsáveis pelo cumprimento da referida ordem judicial.

DARLAN AIRTON DIAS

PORTARIA Nº 174, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o recebimento de representação anônima noticiando que o Procurador Federal Zélio Junkes acumula a remuneração de tal cargo com proventos decorrentes da aposentadoria no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual de Santa Catarina;

b) considerando a necessidade de verificar a legalidade de tal acumulação, em face do que dispõem o artigo 37, §10 da CR/88 e o artigo 11 da EC 20/1998;

c) considerando a necessidade de apurar também se o valor total da remuneração paga obedece ao teto constitucional de remuneração dos agentes públicos, nos termos dos artigos 37, XI e 40, § 11, ambos da CR/88; do artigo 17 do ADCT; bem como do artigo 9º da EC 43/2004;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000515/2012-45 para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, como diligências iniciais:

1 - a expedição de ofício à Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União requisitando: (I) informação acerca da data de ingresso do Procurador Federal Zélio Junkes nos quadros da AGU; (II) cópia da declaração referida no art. 13, § 5º da Lei 8.112/90; (III) informação acerca de eventual "abate-teto" feito pela Administração Pública Federal no subsídio do Procurador Federal Zélio Junkes. Encaminhe-se cópia das telas extraídas do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina;

2 - a expedição de ofício à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina requisitando informação acerca de eventual "abate-teto" feito pela Administração Pública Estadual nos proventos de Zélio Junkes referentes ao cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, bem como informação acerca do valor que a Administração Estadual aplica como teto estadual para a remuneração de Auditores Fiscais da Receita Estadual (apontando os atos normativos que justificam a aplicação de tal valor). Encaminhe-se cópia das telas extraídas do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal;

3 - a expedição de ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal para que informe o valor do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como os atos normativos que fixam tal valor.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 407, DE 8 DE OUTUBRO DE 2012

Cidadania. Educação. Ensino Público. Atividades e viagens de estudantes que impliquem em custeio pela família. exclusão e discriminação de estudantes hipossuficientes. colégio de aplicação da UFSC.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar a exclusão e discriminação de estudantes hipossuficientes no Colégio de Aplicação da UFSC, diante de atividades e viagens que impliquem em custeio pela família.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) expeça-se ofício ao Diretor do Colégio de Aplicação da UFSC, para solicitar esclarecimentos acerca dos fatos e a adoção de medidas que impeçam qualquer forma de exclusão e desigualdade entre os alunos nas atividades escolares, sejam internas ou externas.

e) após, à AJUR para análise.

MAURÍCIO PESSUTTO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 2, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000052/2012-15, que visa a apurar eventuais irregularidades nas obras públicas de construção de quadra poliesportiva, no município de Itapeva/SP;

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.34.016.000052/2012-15, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000052/2012-15, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 3, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000050/2012-26, que visa a apurar eventuais irregularidades no funcionamento dos mamógrafos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos municípios de Itapeva/SP, Capão Bonito/SP e Itararé/SP;

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.34.016.000050/2012-26, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.34.016.000050/2012-26, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

Resolve instaurar Inquérito Civil Público a partir de cópias extraídas do Inquérito Civil Público n. 1.34.028.000086/2011-90, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar eventuais irregularidades cometidas no "Programa Farmácia Popular" por farmácia da região de Bragança Paulista, no âmbito desta Procuradoria da República.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito deste ato, para conhecimento e publicação.

RICARDO NAKAHIRA

PORTARIA Nº 37, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Peças de informação n.º 1.34.015.000124/2010-72. REQUERENTE: Ministério Público Federal. REQUERIDO: Município de Adolfo/SP. Convolação em inquérito civil público. Inquérito Civil Público nº __/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República em São José do Rio preto/SP, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigos 5º e 6.º, VII, e Resolução CNMP n°23/2007, artigo 2°, e:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e em especial para a preservação e proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO o ofício nº 071/2010 do IBAMA dando conta de possíveis irregularidades em Área de Preservação Permanente - APP;

CONSIDERANDO ser necessária a adoção de providências destinadas à tutela das mencionadas áreas de preservação permanente essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico local;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos objeto de análise nas presentes peças de informação;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste procedimento aos termos da Resolução CNMP nº 23/2007 e Rotina de Serviços nº 01/2009 - DITC, haja vista estar tramitando segundo Resolução CSMPF nº 87/2006;

RESOLVE o signatário CONVOLAR, nos termos do disposto no artigo 2°, inciso III, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, o PA n° 1.34.015.000124/2010-72 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, destarte, o seguinte:

1) registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com as Peças de Informação n° 1.34.015.000124/2010-72 e os documentos que as acompanham;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) registre-se que o objeto do ICP é "investigar possíveis irregularidades em Área de Preservação Permanente no município de Adolfo/SP";

3) expeça-se ofício ao município de Adolfo para que, no prazo de 30 (trinta dias), apresente projeto de recuperação ambiental suplementar, com as adequações propostas no Parecer PRSP/MPF nº 117/2012, em especial nos itens "a" e "b", das Considerações Técnicas (Capítulo 6);

Comunique-se à E. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente.

Cumpra-se.

Após, voltem conclusos.

SVAMER ADRIANO CORDEIRO

PORTARIA Nº 42, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e com base no que consta do Procedimento Preparatório n° 1.34.018.000137/2012-83, retifica a Portaria nº 37, de 20 de setembro de 2012, de modo que conste como objeto, a apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao município de Ubatuba, exercício de 2009, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação - FNDE para implementação do Programa Nacional de Merenda Escolar - PNME.

Para tanto, determino o acautelamento dos autos na Subcoordenadoria Jurídica por 90 (noventa) dias.

ANGELO AUGUSTO COSTA

PORTARIA Nº 58, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o ICP 1.34.004.200080/2010-16 foi instaurado para apurar o valor ambiental da Fazenda Remonta (Coudelaria de Campinas), bem objeto de contrato de promessa de permuta entre a União e a Fundação Habitacional do Exercito;

Considerando que o referido contrato de Promessa de Permuta tem a intenção de transmitir à Fundação Habitacional do Exercito, em troca de construções realizadas pela referida Fundação em benefício do Exército, concluídas em 2007, a área da Fazenda Remonta;

Considerando que o referido contrato ainda não se aperfeiçoou, eis que a permuta não foi realizada efetivamente, encontrando-se atualmente suspenso por determinação judicial em Ação Civil Pública ajuizada por esta unidade ministerial, em razão do valor ambiental do imóvel;

Considerando que, durante as apurações, além da questão ambiental, surgiram questões relativas à proteção do patrimônio público, em razão da possibilidade de que o valor dos imóveis construídos para a União, pela Fundação Habitacional do Exército, não seja equivalente ao valor da Fazenda Remonta.

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL (5ªCCR) com a finalidade de investigar a possibilidade de lesão ao patrimônio público federal decorrente do Contrato de Promessa de Permuta celebrado entre a União e a Fundação Habitacional do Exército, relativo à Fazenda Remonta.

Para instrução do feito, determino:

a) A distribuição do ICP ao 5º Ofício desta PRM, tendo em vista sua conexão com o ICP 1.34.004.200080/2010-16;

b) seja desmembrado o anexo II, do ICP 1.34.004.200080/2010-16, que passará a compor o volume I dos autos do ICP que ora se instaura, fazendo-se as devidas alterações de registro e capa e reautuando-se as folhas que se encontram soltas;

c) seja oficiada a Secretaria do Patrimônio da União em São Paulo, com cópia de fls. 55-57, requisitando-lhe que, no prazo de 90 (noventa) dias, elabore laudo atualizado de avaliação do imóvel.

Designo como corresponsável pelo procedimento: APROC2.

Após, os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

EDILSON VITORELLI DINIZ LIMA

PORTARIA Nº 260, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde a borda da calha de seu leito regular, em faixa marginal cuja largura mínima varia de acordo com a largura do curso d'água, sendo que, no rio Paraná, a área de preservação permanente a ser respeitada deve ser de 500 metros de largura;

CONSIDERANDO que a área ocupada pelas várzeas do rio Paraná é protegida pelo Decreto Estadual nº 39.473, de 7 de novembro de 1994, especificamente pelo seu artigo 2º, uma vez que o seu solo não é compatível com seu aproveitamento técnico econômico, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 052/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000173/2010-94), instaurado a partir do Inquérito Civil nº 065/02, do Ministério Público Estadual, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente em local situado no lote 117, eventualmente ocupado pelo porto de areia, no bairro Beira-Rio, município de Rosana/SP.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, como a definição da atual utilização do imóvel, bem como se as construções existentes estão ou não autorizadas a permanecer no local, em decorrência da Licença de Operação a Título Precário nº 12000353, expedida em 25 de setembro de 2012;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com vistas à tomada das medidas adequadas.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal e proprietários da empresa Vieira e Vieira Mineração Ltda-EPP.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Resolução CONAMA nº 303/2002 - Procedimento Preparatório instaurado a partir do do recebimento de oficio do Ministério Público do Estado de São Paulo, que encaminha o inquérito civil nº 065/02, para apurar existência de construções irregulares em área de preservação permanente em local situado no lote 117, anteriormente conhecido como "Lanchonete do Darci" e atualmente ocupado pelo porto de areia, no bairro Beira-Rio, município de Rosana/SP.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. aguarde-se por 90 (noventa) dias a resposta do ofício nº 1087/2012, com a identificação da atual utilização dos imóveis, bem como quanto à existência de autorização para que permaneçam no local, após tornem conclusos.

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 261, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde a borda da calha de seu leito regular, em faixa marginal cuja largura mínima varia de acordo com a largura do curso d'água, sendo que, no rio Paraná, a área de preservação permanente a ser respeitada deve ser de 500 metros de largura;

CONSIDERANDO que a área ocupada pelas várzeas do rio Paraná é protegida pelo Decreto Estadual nº 39.473, de 7 de novembro de 1994, especificamente pelo seu artigo 2º, uma vez que o seu solo não é compatível com seu aproveitamento técnico econômico, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 027/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000148/2010-19), instaurado a partir do Inquérito Civil nº 062/02, do Ministério Público Estadual, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, situada nos lotes 114 (Bar Toca da Raposa) e 115 (residência localizada atrás do bar), no bairro Beira-Rio, município de Rosana/SP.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, como a identificação de todos os responsáveis pelo imóvel;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com vistas à tomada das medidas adequadas.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal e proprietários dos imóveis localizados nos lotes 114 (Bar Toca da Raposa) e 115 (residência localizada atrás do bar).

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Resolução CONAMA nº 303/2002 - Procedimento Preparatório instaurado a partir do do recebimento de oficio do Ministério Público do Estado de São Paulo, que encaminha o inquérito civil nº 062/02, para apurar existência de construções irregulares em área de preservação permanente em local situado nos lotes 114 (Bar Toca da Raposa) e 115 (residência localizada atrás do bar), no bairro Beira-Rio, município de Rosana/SP.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. aguarde-se por 90 (noventa) dias a resposta dos ofícios nº 1089/2012, 1090/2012 e 1091/2012, com a identificação de todos os responsáveis pelo empreendimento, após tornem conclusos.

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 343, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que houve o decurso do prazo previsto no artigo 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2007 do CNMP;

CONSIDERANDO que há necessidade de esclarecimentos pela Caixa Econômica Federal sobre informações solicitadas anteriormente, bem como a complementação das referidas informações, acerca de problemas e regularização de obras no empreendimento Residencial Vila Portugal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para dar continuidade ao objeto do presente feito:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003491/2011-68 (art. 5o, inciso III, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. Expeça-se novo ofício à Caixa Econômica Federal, reiterando os termos do ofício de fls.29/30, consignado o fato de que o primeiro ofício expedido que ora se reitera data de 23/04/2012, sem que tenham sido encaminhadas as informações, solicitando urgência no fornecimento das informações e consignando o prazo de 15 (quinze) dias para sua apresentação, contados a partir da data de recebimento do ofício.

PAULO TAUBEMBLATT

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA 164ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Início: 14h25.

Presidência: Luís Antônio Camargo de Melo, presentes os Senhores Conselheiros, José Alves Pereira Filho, Heloisa Maria Moraes Rego Pires (Vice-Presidente), Otavio Brito Lopes, Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Eduardo Antunes Parmeggiani (Conselheiro Secretário) e Ronaldo Curado Fleury e o Corregedor-Geral do MPT José Neto da Silva. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Vera Regina Della Pozza Reis (licença-prêmio) e Lucinea Alves Ocampos (licença-prêmio). Presente o Presidente da ANPT, o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

Ordem do dia.

01 - Homologação dos resultados do 17º Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho (art. 98, inciso XXI, da LC 75/93).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, na forma do art. 98, inciso XXI, da LC nº 75/93, opinar favoravelmente à homologação do resultado final do 17º concurso público para o provimento de Cargos de Procurador do Trabalho. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 164ª Sessão Extraordinária, 09.11.2012.

02 - Fixação de vagas e respectivas lotações referente ao 17º concurso público (37 aprovados) para o cargo de Procurador do Trabalho (art. 194, § 1º, LC 75/93).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho preliminarmente decidiu, à unanimidade, pelo não conhecimento do pedido subscrito pelos membros da PTM de São José dos Campos/SP. Ainda em sede preliminar decidiu o Conselho Superior, por maioria, considerar o atual quantitativo de 48 (quarenta e oito) cargos vagos de Procurador do Trabalho, para fixar as 37 vagas oriundas do 17º Concurso, vencidos os Conselheiros José Alves Pereira Filho, Heloísa Maria Moraes Rego Pires e Otavio Brito Lopes que consideravam o total de 51 cargos vagos, neles incluídos três cargos de Procurador Regional do Trabalho. Em seguida, decidiu o Colegiado, na forma do art. 194, § 1º, da LC nº 75/93 e considerando o quantitativo de trinta e sete aprovados no 17º concurso, à unanimidade, com divergência de fundamentação dos Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, fixar o número de vagas e lotação no âmbito de cada Procuradoria Regional do Trabalho (Sede e PTM(S)), na forma que segue: PRT da 1ª Região-RJ, total de três vagas, sendo duas vagas para a SEDE-RIO DE JANEIRO, uma vaga para a PTM de NOVA IGUAÇU; PRT da 2ª Região - SP, total de seis vagas, sendo cinco vagas para a SEDE-SÃO PAULO e uma vaga para a PTM de GUARULHOS; PRT da 3ª Região - MG, total de cinco vagas, sendo uma vaga para CORONEL FABRICIANO, uma vaga para a PTM de VARGINHA, uma vaga para a PTM de MONTES CLAROS, uma vaga para a PTM de GOVERNADOR VALADARES e uma vaga para a PTM de UBERLÂNDIA; PRT da 4ª Região - RS, total de três vagas, sendo duas vagas para a SEDE-PORTO ALEGRE e uma vaga para PTM SANTA CRUZ DO SUL; PRT da 5ª Região - BA, total de duas vagas, sendo ambas para a SEDE-SALVADOR; PRT da 6ª Região - PE, uma vaga no total, sendo a mesma para a SEDE-RECIFE; PRT da 8ª Região - PA/AP, total de duas vagas, sendo uma vaga para a PTM de SANTARÉM e uma vaga para a PTM de MARABÁ; PRT da 9ª Região - PR, total de duas vagas, sendo uma vaga para a SEDE-CURITIBA e uma vaga para a PTM de PATO BRANCO; PRT da 10ª Região - DF-TO, total de duas vagas, sendo ambas para a SEDE-BRASÍLIA; PRT da 11ª Região - AM/RR, total de duas vagas, sendo ambas para a SEDE-MANAUS; PRT da 12ª Região - SC, total de duas vagas, sendo uma vaga para a PTM de JOINVILLE e uma vaga para a PTM de LAGES; PRT da 14ª Região - RO-AC, total de uma vaga, sendo a mesma para SEDE-PORTO VELHO; PRT da 15ª Região - CAMPINAS, total de quatro vagas, sendo todas para a SEDE-CAMPINAS; PRT da 17ª Região - ES, uma vaga no total, sendo a mesma para a PTM de SÃO MATEUS; PRT da 18ª Região - GO, uma vaga no total, sendo a mesma para a PTM de LUZIÂNIA. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 164ª Sessão Extraordinária, 09.11.2012.

Término: 17h26.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Secretário do Conselho

EXTRATO DA 168ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Início: 9h25

Presidência: Luís Antônio Camargo de Melo. Presentes os Conselheiros: José Alves Pereira Filho, Heloisa Maria Moraes Rego Pires (Vice-Presidente), Otavio Brito Lopes, Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Eduardo Antunes Parmeggiani (Conselheiro Secretário) e Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos (licença-prêmio), Vera Regina Della Pozza Reis (licença-prêmio) e o Corregedor-Geral do MPT José Neto da Silva (Correição Ordinária na PRT da 12ª Região /SC). Presente o Presidente da ANPT, o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

Deliberações:

01 - Aprovação da ata da 167ª Sessão Ordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho aprovou, à unanimidade, a ata da 167ª Sessão Ordinária, com correções apontadas pelos Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Ronaldo Curado Fleury e pelo Conselheiro Secretário a pedido da Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

02 - Extrapauta: Proposta da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos quanto à forma de divulgação dos salários dos Membros e Servidores do MPT.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, apreciando proposta da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos decidiu, por maioria, pela divulgação dos salários dos Membros e Servidores pelo número de matrícula, vencidos os Conselheiros Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas e Luís Antônio Camargo de Melo (Presidente), que votaram pela manutenção da divulgação pelo nome. A ANPT manifestou-se favoravelmente à proposta. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

03 - Processo CSMPT nº 08130.002787/2012
Interessada: Corregedoria do MPT
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar
Advogado: Daniel Carlos Mariz Santos - OAB/CE nº 14.623
Advogado: Rafael Santos de Barros e Silva - OAB/DF nº 28.377
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos
Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, pelo acolhimento da súmula de acusação e instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do Procurador do Trabalho Ricardo de Araújo Cozer, nos termos do voto da Conselheira Relatora, vencidos os Conselheiros Heloisa Maria Moraes Rego Pires, Otavio Brito Lopes e Ronaldo Curado Fleury. Em seguida, o Conselho Superior, em razão da deliberação tomada não ter alcançado o quórum qualificado de 2/3 exigido pelo § 2º, do artigo 98, da LC 75/93, decidiu pelo arquivamento do inquérito administrativo disciplinar. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. Fez sustentação oral, pelo indiciado, o Advogado Rafael Santos de Barros e Silva - OAB/DF nº 28.377. A ANPT manifestou-se pelo indiciado. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

Sessão suspensa às 12h e reiniciada às 13h50.

04 - Ad referendum do CSMPT - Portaria CSMPT nº 11, de 11/11/2012, que redesignou, pelo prazo de 30 dias, Comissão do Processo Administrativo Disciplinar CSMPT nº 08130.002818/2011, composta pelos Procuradores do Trabalho CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES (Presidente), JOÃO BATISTA BERTHIER LEITE SOARES (Membro), SÉRGIO FAVILLA DE MENDONÇA (Membro) e VALÉRIA SÁ CARVALHO DA SILVA CORREA (Suplente), para prosseguir na apuração dos fatos relatados no Inquérito Administrativo nº 08130.002818/2011.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria CSMPT nº 11, de 11/11/2012, do Presidente do CSMPT, que redesignou a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar CSMPT nº 08130.002818/2011, composta pelos Procuradores do Trabalho Cynthia Maria Simões Lopes (Presidente), João Batista Berthier Leite Soares (Membro), Sérgio Favilla de Mendonça (Membro) e Valéria Sá Carvalho da Silva Correa (Suplente), para prosseguir na apuração, no prazo de 30 dias, dos fatos relatados no Inquérito Administrativo nº 08130.002818/2011. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

05 - Processo CSMPT nº 08130.000855/2012
Interessada: Corregedoria do MPT
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar
Advogado: José Carlos Tavares de Moraes Sarmento, OAB/RJ nº 80.183
Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria e nos termos do voto do Conselheiro Relator, declarar a prescrição e, em consequência, determinar o arquivamento do Inquérito Administrativo Disciplinar instaurado contra a Procuradora do Trabalho Isabela Gameiro da Silva Terzi, vencidos os Conselheiros Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas e Luís Antônio Camargo de Melo (Presidente). Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. Fez sustentação oral, pela indiciada, o Advogado José Carlos Tavares de Moraes Sarmento, OAB/RJ nº 80.183. A ANPT manifestou-se pela indiciada. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

06 - Extrapauta: Requerimento de afastamento para participar do Curso de Controle de Constitucionalidade das Leis, promovido pelo Consejo General del Poder Judicial da Espanha, em Cadiz/Espanha.

Interessado: Ricardo José Macedo de Brito Pereira - Procurador Regional do Trabalho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, por maioria, opinou favoravelmente à concessão do afastamento do Procurador Regional do Trabalho Ricardo José Macedo de Brito Pereira para participar do Curso de Controle de Constitucionalidade das Leis, promovido pelo Consejo General del Poder Judicial da Espanha, no período de 10 a 14/12/2012, acrescido de dois dias anteriores e posteriores para deslocamento, em Cadiz/Espanha, vencida a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

07 - Processo CSMPT nº 08130.000385/2012.
Interessada: Corregedoria do MPT.
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar
Advogado: Marcelo Peccinin, OAB/SP nº 256.122.
Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.
Revisor: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria e nos termos do voto do Conselheiro Redator designado Eduardo Antunes Parmeggiani, pela conversão do feito em diligência, nos moldes do artigo 251, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, determinando-se o retorno dos autos à Comissão de Inquérito, pelo prazo de 20 dias, a fim de que prossiga com a instrução do Inquérito Administrativo, e pelo encaminhamento de cópias de peças dos autos à Corregedoria do MPT para abertura de novo Inquérito Administrativo Disciplinar em relação à mesma Indiciada, vencidos os Conselheiros Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas (Relator) e Luís Antônio Camargo de Melo (Presidente). Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

08 - Processo CSMPT nº 08130.004991/2011 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - (Apenso: Processo CSMPT nº 08130.001426/2012. Requerente: ANPT. Assunto: Requerimento de alteração da Resolução CSMPT nº 17/1996, que dispõe sobre o Regimento da Corregedoria do MPT).

Embargante: José Neto da Silva - Corregedor-Geral do MPT.

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão do CSMPT que aprovou e editou a Resolução CSMPT nº 107, de 27.08.2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria do MPT.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

09 - Processo CSMPT nº 08130.004344/2012
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (antiguidade - 1ª vaga).
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu indicar, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, para ocupar a 1ª vaga, decorrente da aposentaria do Procurador Regional do Trabalho Luiz Felipe Spezi, efetivada pela Portaria nº 337, de 20.07.2012, publicada no DOU de 24.07.2012, a ser provida pelo critério de antiguidade, a Procuradora do Trabalho JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

10 - Processo CSMPT nº 08130.004345/2012
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (merecimento - 2ª vaga).
Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu elaborar, por maioria e nos termos do voto do Conselheiro Relator, com vistas ao preenchimento da 2ª vaga, decorrente da vacância deixada pelo falecimento do Procurador Regional do Trabalho Morse Sarmento Pereira de Lira Neto, conforme Portaria nº 384, de 13.08.2012, publicada no DOU de 15.08.2012, a ser provida pelo critério de merecimento, a seguinte Lista Tríplice composta pelos Procuradores do Trabalho: 1º lugar: FÁBIO LEAL CARDOSO, que

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

recebeu 8 votos para o 1º lugar na lista; 2º lugar: JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA DE FREITAS FILHO, que recebeu 7 votos para o 2º lugar na lista, vencido o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani, que votou no Procurador do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira; 3º lugar: RITA MOITTA PINTO DA COSTA, que recebeu 7 votos para o 3º lugar na lista, vencido o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani que votou na Procuradora do Trabalho Maria Cristina Sanchez Gomes Ferreira. O Procurador do Trabalho FÁBIO LEAL CARDOSO figura, pela terceira vez consecutiva, em lista tríplice elaborada pelo CSMPT. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

11 - Processo CSMPT nº 08130.004641/2012 - (Apenso: Processo CSMPT nº 08130.004939/2012. Interessado: MPT. Assunto: Manifestações de recusa a promoção ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho).

Interessado: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador-Geral Trabalho (antiguidade).

Relator: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu indicar, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, para ocupar a vaga, decorrente da aposentaria do Subprocurador-Geral do Trabalho Jaime Antônio Cimenti, efetivada pela Portaria nº 447, de 14.09.2012, publicada no DOU de 17.09.2012, a ser provida pelo critério de antiguidade, o Procurador Regional do Trabalho MANOEL ORLANDO DE MELO GOULART. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

12 - Consulta do Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani a respeito da participação dos Gerentes de Projetos nas forças tarefas das Coordenadorias Nacionais.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, respondendo consulta do Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani a respeito da participação dos Gerentes de Projetos nas forças tarefas das Coordenadorias Nacionais decidiu, por maioria, pela possibilidade da imediata apreciação do tema, vencido o Conselheiro Ronaldo Curado Fleury que entendeu pela necessidade de formalização de processo. Em seguida, decidiu o Conselho Superior, por unanimidade, que a participação dos Gerentes de Projetos de Coordenadorias Nacionais em forças tarefas, em obediência à Resolução CSMPT nº 86/2009, submete-se à estrita observância da ordem das listas de inscrições de participantes. Em seu voto convergente, o Conselheiro Ronaldo Curado Fleury apresentou ressalva de fundamentação. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis e, momentânea e justificadamente, o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

13 - Processo CSMPT nº 08130.006221/2010

Interessado: Estanislau Tallon Bózi - Procurador do Trabalho

Assunto: Recurso contra decisão proferida pela Procuradora-Chefe da PRT da 17ª Região.

Relator: Conselheiro Otavio Brito Lopes.

Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo não conhecimento do recurso, por perda do objeto, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis e, momentânea e justificadamente, o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

14 - Processo CSMPT nº 08130.003010/2012

Interessado: Otavio Brito Lopes - Subprocurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Pedido para atuar junto à PRT da 10ª Região nos procedimentos da Orientação Jurisprudencial nº 130, da SDI-2 do TST.

Relator: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Revisor: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela extinção do processo, por perda do objeto, nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Conselheiro Otavio Brito Lopes declarou-se impedido de participar do julgamento. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis e, momentânea e justificadamente, o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 168ª Sessão Ordinária, 06.11.12.

Sessão encerrada às 18h53.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Secretário do Conselho

PROCURADORIAS REGIONAIS
20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 668, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação 180.2011 instaurada em razão de denúncia anônima, tendo como objeto irregularidades referentes à Duração do Trabalho e Pagamentos Respectivos;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Sales Material de Construção Ltda., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 180.2011;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.6/7.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 672, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor do Procedimento Preparatório 000409.2011.20.000/1, bem como do despacho proferido no mesmo à fl. 24.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sobre os temas:

07. Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

07.06. Outros temas previstos nas demais áreas temáticas (incluir obrigatoriamente o código do tema complementar) Temas Complementares:

01.01.02. - Atividades e Operações Insalubres

01.01.03. - Atividades e Operações Penosas.

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face do MATHEUS LANG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Idell Alan da Cruz Santos, matrícula 6005841-2, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

GUSTAVO LUÍS TEIXEIRA DAS CHAGAS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DO PROCURADOR-GERAL

PROTOCOLO 1515/2012/PGJM
CORREIÇÃO PARCIAL IN IPM 178-16.2011.7.01.0301
3ª AUDITORIA DA 1ª CJM
EMENTA. CORREIÇÃO PARCIAL. ARQUIVAMENTO DE IPM. AUSÊNCIA DE ERROR IN PROCEDENDO.

1. Correição Parcial requerida pelo Juiz-Auditor Corregedor contra decisão de arquivamento de Inquérito Policial Militar instaurado para apurar recebimento indevido de proventos de pensionista do Exército após seu falecimento.

2. Ausência de dolo e valor do prejuízo inferior ao montante de alçada para a cobrança de dívidas com a União como fundamentos do pedido ministerial de arquivamento da inquisa.

3. Ausência de error in procedendo, a desautorizar o cabimento da medida correicional e, por conseguinte, o revolvimento do mérito da decisão questionada.

4. Manutenção do arquivamento pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e remessa dos autos à origem para baixa definitiva.

Brasília-DF, 9 de novembro 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Altera a Resolução nº 62/CSMPM que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Militar.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, na forma prevista no artigo 131, inciso I, letra a, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º O caput e o § 1º do art. 3º da Resolução nº 62/CSMPM, de 10 de maio de 2010, passa a vigorar com as seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Superior do Ministério Público Militar reunir-se-á, ordinariamente, às 10 horas da segunda terça-feira de cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, ou por proposta da maioria absoluta de seus Conselheiros.

§ 1º Se a data marcada para a sessão ordinária recair em feriado, será esta adiada para a terça-feira imediatamente subsequente."

Artigo 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar/Presidente

MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Vice-Presidente do CSMPM/Conselheiro

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

ROBERTO COUTINHO
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar/Conselheira

HERMÍNIA CÉLIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar/Conselheira

JORGE LUIZ DODARO
Corregedor-Geral do Ministério Público Militar/Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Altera a Resolução nº 46/CSMPM que estabelece normas para a distribuição dos feitos no 2º Grau do Ministério Público Militar.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, na forma prevista no artigo 131, inciso I, letra d, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º O inciso IV do art. 5º da Resolução nº 46/CSMPM, de 11 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguinte redação:

"Art. 5º.....

IV - Os Membros titulares da CCR e os suplentes, no exercício da titularidade, nos feitos sem fixação de prazo e nos Processos de Correição Parcial decorrentes de Representação do Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, destinados a desarquivar inquérito."

Artigo 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar/Presidente

MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Vice-Presidente do CSMPM/Conselheiro

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

ROBERTO COUTINHO
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar/Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar/Conselheira

HERMÍNIA CÉLIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar/Conselheira

JORGE LUIZ DODARO
Corregedor-Geral do Ministério Público Militar/Conselheiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO N° 251, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a Resolução-TCU nº 202, de 6 de junho de 2007, que dispõe sobre o concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências constitucionais, legais e regimentais, considerando os estudos e pareceres constantes do TC-012.698/2012-1, resolve:

Art. 1º A Seção V do Capítulo I da Resolução-TCU nº 202, de 6 de junho de 2007, passa a vigorar acrescida do art. 14-A:

"14-A. A taxa de inscrição é recolhida ao Tesouro Nacional, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança), consignada ao TCU."

Art. 2º Fica revogado o art. 24 da Resolução-TCU nº 202, de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 299, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 54 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, no artigo 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e na Portaria nº 4/SOF/MP, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social do Supremo Tribunal Federal crédito suplementar no valor global de R$ 10.085.000,00 (dez milhões e oitenta e cinco mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. AYRES BRITTO

ANEXOS

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.640.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.640.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	9.640.000
	0565	Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal							445.000
		ATIVIDADES							
02 301	0565 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							445.000
02 301	0565 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	445.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.085.000
TOTAL - GERAL									10.085.000

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal							10.085.000
		ATIVIDADES							
02 365	0565 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							72.000
02 365	0565 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	72.000
02 331	0565 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							296.000
02 331	0565 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	296.000
02 306	0565 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							77.000
02 306	0565 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	77.000
02 131	0565 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							3.400.000
02 131	0565 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.400.000
02 061	0565 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	F	4	2	90	0	100	2.000.000
									6.240.000
02 061	0565 6359 0001	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Nacional							6.240.000
			F	3	2	90	0	100	3.000.000
			F	4	2	90	0	100	3.240.000
TOTAL - FISCAL									10.085.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.085.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 210, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012(*)

Dispõe sobre a alteração de localização de varas federais na 5ª Região, cuja instalação foi aprovada pela Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, e atualiza os respectivos anexos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CF-PPN-2012/00130, na sessão realizada em 22 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o local de instalação de varas federais, para o ano de 2013, originalmente destinadas a Caruaru - PE, Garanhuns - PE e Estância - SE, para duas varas em Cabo de Santo Agostinho - PE e uma em Lagarto - SE.

Art. 2º Alterar o local de instalação de varas federais, para o ano de 2014, originalmente destinadas a Limoeiro do Norte - CE, Sobral - CE, Mossoró - RN e Itabaiana - SE, para duas varas em Maracanaú - CE, uma em Ceará-Mirim - RN e uma em Propriá - SE.

Art. 3º Atualizar os Anexos I e II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO I

Localização das Varas Federais criadas pela Lei n. 12.011/2009, por seção e subseção judiciária.

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
1ª Região	Distrito Federal	Brasília	1	
	Acre	Cruzeiro do Sul	1	
	Amapá	Laranjal do Jari*	1	
		Oiapoque*	1	
	Amazonas	Manaus	2	
		Tefé	1	
	Bahia	Salvador	1	
		Alagoinhas	1	
		Bom Jesus da Lapa	1	
		Feira de Santana	2	
		Irecê	1	
		Itabuna	1	
		Teixeira de Freitas	1	
		Vitória da Conquista	1	
	Goiás	Goiânia	2	
		Anápolis	1	
		Itumbiara	1	
		Jataí	1	
		Formosa	1	
		Uruaçu	1	
	Mato Grosso	Cuiabá	3	
		Cáceres	1	
		Barra do Garças	1	
		Diamantino	1	
		Juína	1	
		Sinop	1	
	Maranhão	São Luís	6	
		Balsas	1	
		Bacabal	1	
		Imperatriz	1	
	Minas Gerais	Belo Horizonte	3	
		Contagem	3	
		Governador Valadares	1	
		Ipatinga	1	
		Ituiutaba	1	
		Janaúba	1	
		Juiz de Fora	2	
		Manhuaçu	1	
		Montes Claros	2	
		Muriaé	1	
		Paracatu	1	
		Patos de Minas	1	
		Ponte Nova	1	
		Poços de Caldas	1	
		Pouso Alegre	1	
		Teófilo Otoni	1	
		Uberaba	2	
		Uberlândia	2	
		Unaí	1	
		Varginha	1	
		Viçosa	1	
	Pará	Belém	4	
		Itaituba	1	
		Marabá	1	
		Paragominas	1	
		Redenção	1	
		Santarém	1	
		Tucuruí	1	
	Piauí	Teresina	2	
		Corrente	1	
		Floriano	1	
		Parnaíba	1	
		São Raimundo Nonato	1	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Rondônia	Porto Velho	2	
		Guajará Mirim*	1	
		Ji-Paraná	1	
		Vilhena	1	
	Roraima	Boa Vista	1	
	Tocantins	Palmas	1	
		Araguaína	1	
		Gurupi	1	
Total			94	41%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
2ª Região	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	14	
		São Pedro da Aldeia	1	
		Campos dos Goytacazes	1	
		Duque de Caxias	2	
		Itaboraí	1	
		Nova Iguaçu	2	
		São Gonçalo	2	
		São João de Merití	1	
	Espiríto Santo	Serra	1	
Total			25	11%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
3ª Região	São Paulo	São Paulo	5	
		Americana	1	
		Araraquara	1	
		Avaré	1	
		Bauru	1	
		Barretos	1	
		Botucatu	1	
		Bragança Paulista	1	
		Campinas	2	
		Caraguatatuba	1	
		Catanduva	1	
		Cruzeiro	1	
		Itapeva	1	
		Jaú	1	
		Jundiaí	1	
		Lins	1	
		Mauá	1	
		Mogi das Cruzes	1	
		Osasco	2	
		Ourinhos	1	
		Piracicaba	2	
		Presidente Prudente	2	
		Ribeirão Preto	1	
		Santo André	1	
		Santos	1	
		Sorocaba	2	
		São Bernardo do Campo	1	
		São José dos Campos	1	
		São João da boa Vista	1	
		São Vicente	1	
		Taubaté	2	
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã*	1	
		Dourados	1	
Total			43	19%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
4ª Região	Rio G. do Sul	Porto Alegre	2	
		Canoas	1	
		Capão da Canoa	1	
		Carazinho	1	
		Erechim	1	
		Gravataí	1	
		Palmeira das Missões	1	
	Paraná	Curitiba	2	
		Apucarana	1	
		Campo Mourão	1	
		Foz do Iguaçu	2	
		Guaíra*	1	
		Ponta Grossa	1	
	Santa Catarina	Criciúma	1	
		Itajaí	1	
		Joaçaba	1	
		Joinville	1	
Total			20	9%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
5ª Região	Ceará	Fortaleza	6	
		Itapipoca	1	
		Juazeiro do Norte	2	
		Limoeiro do Norte	1	
		Maracanaú	2	
		Sobral	2	
	Rio G. do Norte	Natal	1	
		Açu	1	
		Mossoró	2	
		Ceará-Mirim	1	
		Pau dos Ferros	1	
	Paraíba	João Pessoa	2	
		Guarabira	1	
		Monteiro	1	
		Patos	1	
		Sousa	1	
	Pernambuco	Recife	4	
		Arcoverde	1	
		Jaboatão dos Guararapes	2	
		Cabo de Santo Agostinho	2	
		Caruaru	3	
		Garanhuns	1	
		Serra Talhada	1	
	Alagoas	Maceió	3	
		Arapiraca	2	
		Santana do Ipanema	1	
	Sergipe	Lagarto	1	
		Propriá	1	
Total			48	21%
Total Geral			230	100%

Nota:
Municípios em região de fronteira
Legenda:
Municípios na cor Azul não possuem a presença da Justiça Federal

ANEXO II
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2010

Região	Municípios
1ª Região	1. Araguaína/TO
	2. Bacabal/MA
	3. Belém/PA
	4. Belo Horizonte/MG
	5. Brasília/DF
	6. Cuiabá/MT
	7. Diamantino/MT
	8. Guajará Mirim/RO
	9. Manaus/AM
	10. Paracatu/MG
	11. Parnaíba/PI
	12. Formosa/GO
	13. Porto Velho/RO
	14. São Luís/MA
	15. São Luís/MA
	16. Teófilo Otoni/MG
	17. Teresina/PI
	18. Unaí/MG
	19. Uruaçu /GO
2ª Região	1. Duque de Caxias/RJ
	2. Nova Iguaçu/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. São Gonçalo/RJ
	5. Serra/ES
3ª Região	1. Barretos/SP
	2. Itapeva/SP
	3. Mauá/SP
	4. Osasco/SP
	5. Osasco/SP
	6. Piracicaba/SP
	7. Presidente Prudente/SP
	8. São Paulo/SP
	9. Taubaté/SP
4ª Região	1. Canoas/RS
	2. Guaíra/PR
	3. Itajaí/SC
5ª Região	1. Caruaru/PE
	2. Fortaleza/CE
	3. Fortaleza/CE
	4. Fortaleza/CE
	5. Juazeiro do Norte/CE
	6. Monteiro/PB
	7. Mossoró/RN
	8. Recife/PE
	9. Recife/PE
	10. Sobral/CE

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2011

Região	Municípios
1ª Região	1. Barra do Garças/MT
	2. Contagem/MG
	3. Contagem/MG
	4. Feira de Santana/BA
	5. Goiânia/GO
	6. Gurupi/TO
	7. Ipatinga/MG
	8. Irecê/BA
	9. Jataí/GO
	10. Laranjal do Jari/AP
	11. Manhuaçu/MG
	12. Marabá/PA
	13. Montes Claros/MG
	14. Muriaé/MG
	15. Oiapoque/AP
	16. Redenção/PA
	17. São Luís/MA
	18. Teixeira de Freitas/BA
	19. Uberlândia/MG
2ª Região	1. Duque de Caxias/RJ
	2. Itaboraí/RJ
	3. Nova Iguaçu/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. Rio de Janeiro/RJ
3ª Região	1. Americana/SP
	2. Campinas/SP
	3. Dourados/MS
	4. Jundiaí/SP
	5. Lins/SP
	6. Mogi das Cruzes/SP
	7. Ponta Porã/MS
	8. Santo André/SP
	9. São Vicente/SP
4ª Região	1. Capão da Canoa/RS
	2. Foz do Iguaçu/PR
	3. Gravataí/RS
	4. Porto Alegre/RS
5ª Região	1. Açu/RN
	2. Arcoverde/PE
	3. Caruaru/PE
	4. Guarabira/PB
	5. Itapipoca/CE
	6. Jaboatão dos Guararapes/PE
	7. Jaboatão dos Guararapes /PE
	8. Maceió/AL
	9. Pau dos Ferros/RN

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2012

Região	Municípios
1ª Região	1. Alagoinhas/BA
	2. Belém/PA
	3. Belo Horizonte/MG
	4. Floriano/PI
	5. Goiânia/GO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

	6. Imperatriz/MA
	7. Itumbiara/GO
	8. Juiz de Fora/MG
	9. Ji-Paraná/RO
	10. Manaus/AM
	11. Paragominas/PA
	12. Ponte Nova/MG
	13. Pouso Alegre/MG
	14. Santarém/PA
	15. Sinop/MT
	16. Tefé/AM
	17. Tucuruí /PA
	18. Viçosa/MG
	19. Vitória da Conquista/BA
2ª Região	1. São Pedro da Aldeia/RJ
	2. Campos dos Goytacazes/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. São João do Merití/RJ
3ª Região	1. Araraquara/SP
	2. Bauru/SP
	3. Botucatu/SP
	4. Caraguatatuba/SP
	5. Catanduva/SP
	6. Ourinhos/SP
	7. Santos/SP
	8. São Paulo/SP
	9. Sorocaba/SP
4ª Região	1. Carazinho/RS
	2. Foz do Iguaçu/PR
	3. Criciúma/SC
5ª Região	1. Arapiraca/AL
	2. Fortaleza/CE
	3. Garanhuns/PE
	4. João Pessoa/PB
	5. Juazeiro do Norte/CE
	6. Limoeiro do Norte/CE
	7. Mossoró/RN
	8. Natal/RN
	9. Patos/PB
	10. Santana do Ipanema/AL
Região	Municípios
1ª Região	1. Balsas/MA
	2. Belém/PA
	3. Bom Jesus da Lapa/BA
	4. Contagem/MG
	5. Cáceres/MT
	6. Corrente/PI
	7. Cuiabá/MT
	8. Cruzeiro do Sul/AC
	9. Itaituba/PA
	10. Ituiutaba/MG
	11. Janaúba/MG
	12. Juína/MT
	13. Montes Claros/MG
	14. Palmas/TO
	15. Patos de Minas/MG
	16. São Luís/MA
	17. Teresina/PI
	18. Uberaba/MG
	19. Vilhena/RO
2ª Região	1. Rio de Janeiro/RJ
	2. Rio de Janeiro/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. São Gonçalo/RJ
3ª Região	1. Bragança Paulista/SP
	2. Jaú/SP
	3. Piracicaba/SP
	4. São Bernardo do Campo/SP
	5. São João da Boa Vista/SP
	6. São José dos Campos/SP
	7. São Paulo/SP
	8. Taubaté/SP
4ª Região	1. Curitiba/PR
	2. Erechim/RS
	3. Joinville/SC
	4. Palmeira das Missões/RS
	5. Ponta Grossa/PR
5ª Região	1. Arapiraca/AL
	2. Cabo de Santo Agostinho/PE
	3. Cabo de Santo Agostinho/PE
	4. Lagarto/SE
	5. Maceió/AL
	6. Maceió/AL
	7. Recife/PE
	8. Sobral/CE
	9. Sousa/PB
Região	Municípios
1ª Região	1. Anápolis/GO
	2. Belém/PA
	3. Belo Horizonte/MG
	4. Boa Vista/RR
	5. Cuiabá/MT
	6. Feira de Santana/BA
	7. Governador Valadares/MG
	8. Itabuna/BA
	9. Juiz de Fora/MG
	10. Porto Velho/RO
	11. Poços de Caldas/MG
	12. São Luis/MA
	13. São Luis/MA
	14. São Raimundo Nonato/PI
	15. Salvador/BA
	16. Uberaba/MG
	17. Uberlândia/MG
	18. Varginha/MG
2ª Região	1. Rio de Janeiro/RJ
	2. Rio de Janeiro/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. Rio de Janeiro/RJ
3ª Região	1. Avaré/SP
	2. Campinas/SP
	3. Cruzeiro/SP
	4. Presidente Prudente/SP
	5. Ribeirão Preto/SP
	6. São Paulo/SP
	7. São Paulo/SP
	8. Sorocaba/SP
4ª Região	1. Apucarana/PR
	2. Campo Mourão/PR
	3. Curitiba/PR
	4. Joaçaba/SC
	5. Porto Alegre/RS
5ª Região	1. Caruaru/PE
	2. Fortaleza/CE
	3. Fortaleza/CE
	4. Propriá/SE
	5. João Pessoa/PB
	6. Maracanaú/CE
	7. Maracanaú/CE
	8. Ceará-Mirim/RN
	9. Recife/PE
	10. Serra Talhada/PE

(*) Republicada por ter saído no DOU de 6/11/2012, Seção 1, página 89, com incorreção no original.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 32, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012
(Publicado no DOU nº 219, de 13-11-2012)

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I (*)
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.000.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.000.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	100	633.505
			F	3	2	90	0	127	1.366.495
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I (*)
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.000.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.000.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I (*) Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							300.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							300.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I (*) Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							700.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							700.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I (*) Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							700.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							700.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I (*) Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							700.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							700.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II (*) Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.400.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.400.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							5.400.000
			F	3	2	90	0	100	1.633.505
			F	3	2	90	0	127	1.366.495
			F	4	2	90	0	100	2.400.000
TOTAL - FISCAL									5.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.400.000

(*) Publicados nesta data por terem sido omitidos no DOU nº 219, de 13-11-2012, Seção 1, página 228.

ATO Nº 392, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 500.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

A VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando os termos do art. 54 da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012, assim como as disposições contidas na Portaria n.º 4 da Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, de 30 de janeiro de 2012, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5, de 5 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, crédito suplementar, tipo 457 com compensação, no valor global de R$ 500.000,00, para atender à programação constante do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							500.000
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							500.000
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							500.000
			S	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							500.000
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							500.000
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							500.000
			S	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 427, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Fixa os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CFA aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 392, de 3 de dezembro de 2010,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, alínea "a", da Lei nº 4.769/1965; e no art. 2º da Lei nº 11.000/2004; no art. 40, alínea "a", do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967; e na Lei Nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; e a

DECISÃO do Plenário em sua 15ª reunião, realizada em 03 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Fixar os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração.

§ 1º O pagamento das anuidades deverá ser efetuado até o dia 31 de março de cada ano.

§ 2º As anuidades pagas após 31 de março de cada ano serão acrescidas de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º O profissional que requerer cancelamento ou licença de registro deverá pagar os duodécimos da anuidade até a data do requerimento, com os devidos acréscimos legais.

Art. 2º O CRA poderá conceder desconto de até 30% (trinta por cento) para pagamento da anuidade em cota única, efetuado até 31 de março de cada ano.

Art. 3º Os valores das anuidades, taxas e multas devidos por pessoa física são:

I - ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS - PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO	REGISTRO (R$)
Administrador	294,00
Profissional em determinada Área da Administração	
Tecnólogo	200,00

II - TAXAS	VALOR (R$)
a) Registro Profissional	25,00
b) Carteira de Identidade Profissional	25,00
c) Substituição de Carteira ou Expedição de 2ªvia	25,00
d) Cancelamento de Registro Profissional .	103,00
e) Licença de Registro Profissional .	103,00
f) Transferência de Registro Profissional	25,00
g) RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) .	25,00
h) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica) .	25,00
i) Certidões (de Regularidade,RCA,Acervo Técnico e outras)	25,00
j) Visto em Documentos expedidos por outros CRAs	25,00
k) Remessa e Retorno (Processo em grau de recurso)	119,00

III - MULTAS	VALOR (R$)
a) Exercício ilegal da profissão:	
a.1) Falta de Registro Profissional no CRA	707,00
a.2) Não graduado em Administração	2,357,00
a.3) Falta de pagamento da anuidade devida ao CRA .	472,00
b) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização	2.357,00

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "j" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º Os serviços relacionados no inciso II deste artigo, exceto o previsto na alínea "d", poderão ser obtidos se o profissional estiver em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA.

§ 3º Fica terminantemente proibida a inclusão de cobrança no boleto da anuidade, que deverá se destinar exclusivamente para o recebimento da anuidade.

Art. 4º Os recém-formados que se registrarem no respectivo CRA em até 60 (sessenta) dias após a colação de grau, a critério do Plenário do CRA, poderão ter a isenção da primeira anuidade.

Parágrafo único. Os Bacharéis em Administração e os graduados em cursos tecnológicos que colarem grau nos meses de novembro e dezembro e providenciarem o registro profissional junto ao CRA em um dos citados meses, ficarão isentos, respectivamente, do pagamento de 2/12 (dois doze avos) ou de 1/12 (um doze avos) da anuidade do ano em curso, bem como do pagamento integral da anuidade do ano subsequente, de acordo com os critérios do Plenário de cada CRA.

Art. 5º Quando do primeiro registro, os profissionais de Administração que não se enquadrarem no artigo anterior, recolherão apenas as parcelas correspondentes aos duodécimos vincendos da anuidade do exercício.

Art. 6º Fica facultado ao CRA da jurisdição do profissional registrado comprovadamente carente, realizar o parcelamento da anuidade do exercício, sem desconto, desde que o prazo de pagamento não ultrapasse o exercício financeiro.

§ 1º Ao profissional que não apresentar condições de atender ao disposto no caput deste artigo, será concedida isenção, mediante aprovação pelo Plenário do CRA.

§ 2º Será considerado profissional carente ou hipossuficiente, aquele que atender ao disposto no Artigo 1º da Resolução Normativa CFA nº 360/2008.

Art. 7º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por pessoa jurídica são:

I - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	REGISTRO PRINCIPAL	REGISTRO SECUNDÁRIO
CAPITAL SOCIAL	R$	R$
a) Até R$ 50.000,00	403,00	201,00
b) De R$ 50.000,01 até R$ 200.000,00	557,00	279,00
c) De R$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	771,00	386,00
d) R$ 500.000,01 até R$ 1.000.000,00	1.067,00	533,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) R$ 1.000.000,01 até R$ 2.000.000,00	1.476,00	738,00
f) R$ 2.000.000,01 até R$ 10.000.000,00	2.041,00	1.021,00
g) Acima de R$ 10.000.000,01	2.824,00	1.412,00
h) Empresa Júnior, SEBRAE-UF	403,00	201,00

II - TAXAS	VALOR (R$)
a) Registro de Pessoa Jurídica	78,00
b) Cancelamento de Registro de Pessoa Jurídica	103,00
c) Certidões	78,00
d) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica)	78,00
e) Visto em Documentos fornecidos por outros CRAs (valor por doc)	25,00
f) Remessa e Retorno (processo em grau de recurso)	119,00

III - MULTAS	VALOR (R$)
a) Falta de registro de pessoa jurídica no CRA	2.824,00
b) Conivência com o exercício ilegal da profissão de Administrador.....	2.357,00
c) Falta do Administrador Responsável Técnico	1.412,00
d) Pela falta de pagamento da anuidade ao CRA, de acordo com as seguintes classes de capital social:	403,00
d1) até R$ 50.000,00	557,00
d2) deR$ 50.000,01 até R$ 200.000,00	771,00
d3) deR$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	
d4) deR$ 500.000,01 até R$ 1.000.000,00	1.067,00
d5) deR$ 1.000.000,01 até R$ 2.000.000,00	1.476,00
d6) deR$ 2.000.000,01 até R$ 10.000.000,00	2.041,00
d7) acima de R$ 10.000.0000,01	2.824,00
e) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização.	2.357,07

§ 1 º O valor da taxa prevista na alínea "e" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º No caso de a pessoa jurídica não possuir capital social e nos casos de empresas sem fins lucrativos, as mesmas recolherão a anuidade com base na faixa de capital de até R$ 50.000,00 (R$ 403,00).

§ 3º Será cobrada anuidade complementar à pessoa jurídica, sempre que houver atualização do seu capital social.

§ 4º Qualquer um dos serviços relacionados no inciso II deste artigo somente poderá ser requerido por pessoa jurídica que esteja em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA, entendido como em dia, inclusive, o parcelamento de débitos em andamento.

§ 5º As Organizações de Capital Social até R$ 5.000,00, as entidades sem fins lucrativos e as que não possuem Capital, terão desconto de 30%, se o pagamento da anuidade for efetuado até 31 de janeiro do exercício financeiro; 20% de desconto se efetuado até 28 de fevereiro e 10% se efetuado até 31 de março.

Art. 8º As filiais ou representações de pessoas jurídicas localizadas na jurisdição do CRA de sua sede, com capital destacado no quadro constante do inciso I do art. 7º, pagarão anuidade correspondente a esse capital.

Art. 9º Quando do primeiro registro, a Pessoa Jurídica recolherá apenas os duodécimos vincendos da anuidade do exercício.

Art. 10 As filiais ou representações de pessoas jurídicas, instaladas em jurisdição de outro CRA que não o de sua sede, pagarão anuidade referente ao Registro Secundário, conforme estabelecido no inciso I do artigo 7º, desta Resolução Normativa.

Art. 11 Nos casos de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após a primeira, o valor da multa corresponderá ao dobro da antecedente.

Art. 12 As certidões expedidas pelos CRAs terão os seguintes prazos de validade:

I - Certidão de RCA (Registro de Comprovação de Aptidão): 6 (seis) meses;

II - Certidão de AT (Acervo Técnico): 6 (seis) meses;

III - Demais certidões: até 31 de dezembro do exercício de sua expedição.

Art. 13 O descumprimento desta Resolução Normativa, no seu todo ou em parte, implicará em responsabilidade pessoal e pecuniária do infrator, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Ética dos Profissionais de Administração e na legislação vigente.

Art. 14 Esta Resolução Normativa entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa CFA nº 415, de 18 de novembro de 2011.

SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

17448. Recurso Administrativo nº 1590/2012. Nº. Originário: 50/2012. Recorrente: E SILVA PEREIRA-ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide a 1ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17448, consoante acórdãos:

17449. Recurso Administrativo nº 1629/2012. Nº. Originário: 406/2012. Recorrente: EDIMAR P. LIMA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17450. Recurso Administrativo nº 1640/2012. Nº. Originário: 369/2012. Recorrente: VERAS & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17451. Recurso Administrativo nº 1641/2012. Nº. Originário: 368/2012. Recorrente: DROGARIA POPULAR LTDA. Recorrido: CRF/RR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17452. Recurso Administrativo nº 1661/2012. Nº. Originário: 77541/2012. Recorrente: HOSPITAL SÃO ROQUE LTDA-EPP. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17453. Recurso Administrativo nº 1663/2012. Nº. Originário: 77201/2012. Recorrente: FARMÁCIA DROGARIA NISSEI LTDA FILIAL 23. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17454. Recurso Administrativo nº 1664/2012. Nº. Originário: 76797/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA FILIAL 108. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17455. Recurso Administrativo nº 1665/2012. Nº. Originário: 77454/2012. Recorrente: FARMACIA E PERFUMARIA EDEGARD BASSO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17456. Recurso Administrativo nº 1674/2012. Nº. Originário: 1600/2010. Recorrente: FARMÁCIA DERMACO LTDA-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17457. Recurso Administrativo nº 1675/2012. Nº. Originário: 760/2011. Recorrente: GABRIELLE FREITAS PRATES & CIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17458. Recurso Administrativo nº 1679/2012. Nº. Originário: 484/2010. Recorrente: S TOQUE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17459. Recurso Administrativo nº 1680/2012. Nº. Originário: 635/2011. Recorrente: DROGARIA PINHALENSE LTDA ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17460. Recurso Administrativo nº 1681/2012. Nº. Originário: 12/2011. Recorrente: SANDRA HELENA DA SILVA MACIEL. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17461. Recurso Administrativo nº 1682/2012. Nº. Originário: 179/2011. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17462. Recurso Administrativo nº 1683/2012. Nº. Originário: 216/2011. Recorrente: DROGARIA CAPILE LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17463. Recurso Administrativo nº 1831/2012. Nº. Originário: 6043/2011. Recorrente: DROGARIA E FARMÁCIA JOINVILLENSE LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17464. Recurso Administrativo nº 1832/2012. Nº. Originário: 5989/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17465. Recurso Administrativo nº 1833/2012. Nº. Originário: 6225/2012. Recorrente: ORGANIZAÇÕES ANDREATTA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17466. Recurso Administrativo nº 1834/2012. Nº. Originário: 6507/2012. Recorrente: CARDOSO SANTOS LTDA-EPP FILIAL 1. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17467. Recurso Administrativo nº 1835/2012. Nº. Originário: 6302/2012. Recorrente: DIMEOESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS OESTE. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

17468. Recurso Administrativo nº 759/2012. Nº. Originário: 1647/2011. Recorrente: DROGARIAS MENDONÇA LTDA ME. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17469. Recurso Administrativo nº 761/2012. Nº. Originário: 1149/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE-FP PUERICULTURA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17470. Recurso Administrativo nº 763/2012. Nº. Originário: 1413/2011. Recorrente: LEANDRO SANT ANNA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17471. Recurso Administrativo nº 767/2012. Nº. Originário: 354/2011. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL BH SHOPPING. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17472. Recurso Administrativo nº 769/2012. Nº. Originário: 274/2012. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL PEDRO II. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17473. Recurso Administrativo nº 770/2012. Nº. Originário: 273/2011. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL SÃO LUCAS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17474. Recurso Administrativo nº 771/2012. Nº. Originário: 272/2011. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL TUPIS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17475. Recurso Administrativo nº 772/2012. Nº. Originário: 271/2012. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL TERESA CRISTINA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17476. Recurso Administrativo nº 773/2012. Nº. Originário: 301/2011. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL SÃO BENEDITO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17477. Recurso Administrativo nº 774/2012. Nº. Originário: 267/2011. Recorrente: DROG. ARAÚJO S/A - FILIAL OURO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17478. Recurso Administrativo nº 1075/2012. Nº. Originário: 2838/2010. Recorrente: FARMÁCIA RÁPIDA DE PILARES LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17479. Recurso Administrativo nº 1076/2012. Nº. Originário: 1411/2009. Recorrente: MUNICÍPIO DE MACAÉ(SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE). Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17480. Recurso Administrativo nº 1078/2012. Nº. Originário: 312/2010. Recorrente: FARMÁCIA DIET & ETC LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17481. Recurso Administrativo nº 1079/2012. Nº. Originário: 1657/2010. Recorrente: DROGARIA NOVA SARAPUÍ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17482. Recurso Administrativo nº 1083/2012. Nº. Originário: 2925/2010. Recorrente: DROGARIA FARMA BELLE LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17483. Recurso Administrativo nº 1084/2012. Nº. Originário: 1343/2010. Recorrente: FARMÁCIA POPULAR DE CABO FRIO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17484. Recurso Administrativo nº 1085/2012. Nº. Originário: 1426/2010. Recorrente: POLIPODIO FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17485. Recurso Administrativo nº 1086/2012. Nº. Originário: 1721/2010. Recorrente: MEDICAL TRADE MARICA C. M. H LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17486. Recurso Administrativo nº 1087/2012. Nº. Originário: 2848/2010. Recorrente: FARMÁCIA NOVO ESTADO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17487. Recurso Administrativo nº 2072/2012. Nº. Originário: 21032/2012. Recorrente: L.M. FARMA LTDA ME. Recorrido: CRF/ES. Relatora: Conselheira Federal Suplente EDNILZA GUEDES CORRÊA PEREIRA.

17488. Recurso Administrativo nº 1836/2012. Nº. Originário: 6284/2012. Recorrente: FARMÁCIA BARROS E MIGUEL LTDA ME - FILIAL. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17489. Recurso Administrativo nº 1840/2012. Nº. Originário: 6443/2012. Recorrente: GILBERTO SPEZIA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17490. Recurso Administrativo nº 1841/2012. Nº. Originário: 5956/2011. Recorrente: DUTRA COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA-EPP. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17491. Recurso Administrativo nº 1843/2012. Nº. Originário: 16541/54/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17492. Recurso Administrativo nº 1846/2012. Nº. Originário: 27689/57/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17493. Recurso Administrativo nº 2092/2012. Nº. Originário: 153/2011. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17494. Recurso Administrativo nº 2093/2012. Nº. Originário: 189/2011. Recorrente: G & S AGUIAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17495. Recurso Administrativo nº 2094/2012. Nº. Originário: 932/2010. Recorrente: DROGARIA CAPILÉ LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17496. Recurso Administrativo nº 2095/2012. Nº. Originário: 618/2011. Recorrente: CARMEN LÚCIA FEIJÓ DE MATOS. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17497. Recurso Administrativo nº 2120/2012. Nº. Originário: 125/2012. Recorrente: FARMÁCIA FORTALEZA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17498. Recurso Administrativo nº 2121/2012. Nº. Originário: 123/2012. Recorrente: FARMÁCIA CABRALZINHO LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17499. Recurso Administrativo nº 2122/2012. Nº. Originário: 120/2012. Recorrente: E MENEZES DA SILVA ME. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17500. Recurso Administrativo nº 2174/2012. Nº. Originário: 214/2011. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17501. Recurso Administrativo nº 2175/2012. Nº. Originário: 223/2011. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17502. Recurso Administrativo nº 2177/2012. Nº. Originário: 213/2011. Recorrente: FORMIGA & CARDOSO LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

17503. Recurso Administrativo nº 1335/2012. Nº. Originário: 21037/2012. Recorrente: DROGARIA LEMOS LTDA-ME. Recorrido: CRF/ES. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17504. Recurso Administrativo nº 1337/2012. Nº. Originário: 20956/2011. Recorrente: CLÍNICA DE REPOUSO SANTA ISABEL. Recorrido: CRF/ES. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17505. Recurso Administrativo nº 1837/2012. Nº. Originário: 6380/2012. Recorrente: FARMÁCIA XANDELFARMA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17506. Recurso Administrativo nº 1838/2012. Nº. Originário: 6339/2012. Recorrente: FARMÁCIA BARROS E MIGUEL LTDA ME - FILIAL. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17507. Recurso Administrativo nº 1861/2012. Nº. Originário: 75/2012. Recorrente: J.V.Q. DE OLIVEIRA Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17508. Recurso Administrativo nº 1862/2012. Nº. Originário: 73/2012. Recorrente: R. VENÂNCIO RODRIGUES e A.M. FEITOSA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17509. Recurso Administrativo nº 1863/2012. Nº. Originário: 74/2012. Recorrente: GEZIEL PINHEIRO MEIRELES-ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17510. Recurso Administrativo nº 2060/2012. Nº. Originário: 1321/2010. Recorrente: ESTADO DA PARAÍBA(HOSP. ESTADUAL DE SOLÂNEA). Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17511. Recurso Administrativo nº 2061/2012. Nº. Originário: 71/2012. Recorrente: SOUZA NAVARRO & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17512. Recurso Administrativo nº 2089/2012. Nº. Originário: 176/2011. Recorrente: PLETTES & CORREA DROGARIAS LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17513. Recurso Administrativo nº 2090/2012. Nº. Originário: 504/2011. Recorrente: CATIUCIA FIGUIREDO GORIS MADRUGA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17514. Recurso Administrativo nº 2091/2012. Nº. Originário: 430/2011. Recorrente: FARMÁCIA DERMACO LTDA-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17515. Recurso Administrativo nº 2118/2012. Nº. Originário: 133/2012. Recorrente: DEUZIMAR & CIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17516. Recurso Administrativo nº 2119/2012. Nº. Originário: 130/2012. Recorrente: PONTUAL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17518. Recurso Administrativo nº 2127/2012. Nº. Originário: 114/2012. Recorrente: J.M.S LTDA ME(FILIAL II). Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17519. Recurso Administrativo nº 2128/2012. Nº. Originário: 454/2010. Recorrente: PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. Recorrido: CRF/MT. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

17520. Recurso Administrativo nº 1357/2012. Nº. Originário: 2298/2011. Recorrente: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17521. Recurso Administrativo nº 1358/2012. Nº. Originário: 2291/2011. Recorrente: MACEDO & CARNEIRO LTDA-ME. Recorrido: CRF/PA. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17522. Recurso Administrativo nº 1558/2012. Nº. Originário: 6108/2011. Recorrente: DROGARIA ATUAL LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17523. Recurso Administrativo nº 1559/2012. Nº. Originário: 6094/2011. Recorrente: BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17524. Recurso Administrativo nº 1847/2012. Nº. Originário: 20966/30/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17525. Recurso Administrativo nº 1848/2012. Nº. Originário: 20626/55/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17526. Recurso Administrativo nº 1849/2012. Nº. Originário: 40458/53/2012. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17527. Recurso Administrativo nº 1850/2012. Nº. Originário: 53638/56/2012. Recorrente: RADS DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17528. Recurso Administrativo nº 1944/2012. Nº. Originário: 584/2011. Recorrente: NILZA BEZERA LEAL-ME. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17529. Recurso Administrativo nº 1945/2012. Nº. Originário: 614/2011. Recorrente: KATIANE SAMARA GONÇALVES FELINTO. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17530. Recurso Administrativo nº 1982/2012. Nº. Originário: 547/2010. Recorrente: JORGE RODRIGUES & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17531. Recurso Administrativo nº 1983/2012. Nº. Originário: 299/2010. Recorrente: EDNA PEREIRA DE LIMA ROCHA. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17532. Recurso Administrativo nº 1984/2012. Nº. Originário: 552/2010. Recorrente: SERGIO PAULO DA SILVA. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17533. Recurso Administrativo nº 2123/2012. Nº. Originário: 119/2012. Recorrente: R Q DOS SANTOS CARVALHO ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17534. Recurso Administrativo nº 2124/2012. Nº. Originário: 118/2012. Recorrente: J NAURO DA SILVA-EPP. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17535. Recurso Administrativo nº 2125/2012. Nº. Originário: 115/2012. Recorrente: DEUZIMAR & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17536. Recurso Administrativo nº 2178/2012. Nº. Originário: 679/2011. Recorrente: FRAGA MELO DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17537. Recurso Administrativo nº 2179/2012. Nº. Originário: 575/2011. Recorrente: TRANSPORTES COLETIVOS TURIJUI LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

17538. Recurso Administrativo nº 1366/2012. Nº. Originário: 2288/2011. Recorrente: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17539. Recurso Administrativo nº 1379/2012. Nº. Originário: 2301/2011. Recorrente: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17540. Recurso Administrativo nº 1430/2012. Nº. Originário: 2480/2012. Recorrente: S.C. ANDRADE-ME. Recorrido: CRF/PA. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17541. Recurso Administrativo nº 1431/2012. Nº. Originário: 2477/2012. Recorrente: MP CIRQUEIRA PEREIRA DO NASCIMENTO. Recorrido: CRF/PA. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17542. Recurso Administrativo nº 1432/2012. Nº. Originário: 2482/2012. Recorrente: DM BORGES COMÉRCIO-ME. Recorrido: CRF/PA. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17543. Recurso Administrativo nº 1435/2012. Nº. Originário: 207/2011. Recorrente: MATEUS MENEGAT-ME. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17544. Recurso Administrativo nº 1436/2012. Nº. Originário: 203/2011. Recorrente: CARMEN L DE OLIVEIRA DE ALMEIDA. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17545. Recurso Administrativo nº 1440/2012. Nº. Originário: 44/2011. Recorrente: HERCIONE DA SILVA ME. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17546. Recurso Administrativo nº 1442/2012. Nº. Originário: 01/2011. Recorrente: J C CAVALHEIROS E CIA LTDA. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17547. Recurso Administrativo nº 1444/2012. Nº. Originário: 255/2011. Recorrente: VIAÇÃO XAVANTE LTDA. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17548. Recurso Administrativo nº 1560/2012. Nº. Originário: 5454/2011. Recorrente: H B ALBUQUERQUE & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17549. Recurso Administrativo nº 1562/2012. Nº. Originário: 6138/2011. Recorrente: DROGARIA ATUAL LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17550. Recurso Administrativo nº 1858/2012. Nº. Originário: 77/2012. Recorrente: HARLEY QUEIROZ DOS SANTOS CARVALHO. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17551. Recurso Administrativo nº 1859/2012. Nº. Originário: 94/2012. Recorrente: D OLIVEIRA - EPP. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17552. Recurso Administrativo nº 1860/2012. Nº. Originário: 76/2012. Recorrente: DEUZIMAR & CIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17553. Recurso Administrativo nº 1978/2012. Nº. Originário: 514/2010. Recorrente: ANTONIO GERALDO DA SILVA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17554. Recurso Administrativo nº 1981/2012. Nº. Originário: 541/2010. Recorrente: JJF - FARMÁCIA POPULAR LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal Suplente. OSNEI OKUMOTO.

17555. Recurso Administrativo nº 305/2012. Nº. Originário: 4339/2009. Recorrente: PLAGIL MEDICAMENTOS PORTO NOVO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 2ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide a 2ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17555, consoante acórdãos:

17556. Recurso Administrativo nº 306/2012. Nº. Originário: 1179/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17557. Recurso Administrativo nº 307/2012. Nº. Originário: 1977/2010. Recorrente: FARMÁCIA BARRA SQUARE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17558. Recurso Administrativo nº 324/2012. Nº. Originário: 887/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17559. Recurso Administrativo nº 339/2012. Nº. Originário: 3649/2009. Recorrente: DROGARIA DIAS FERREIRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17560. Recurso Administrativo nº 340/2012. Nº. Originário: 3136/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17561. Recurso Administrativo nº 341/2012. Nº. Originário: 3218/2009. Recorrente: JOSÉ GERALDO BARBOSA MACHADO. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17562. Recurso Administrativo nº 343/2012. Nº. Originário: 4250/2009. Recorrente: INBEL - INST. NEFROLÓGICO BELFORD ROXO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17563. Recurso Administrativo nº 758/2012. Nº. Originário: 288/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL JD AMÉRICA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17564. Recurso Administrativo nº 762/2012. Nº. Originário: 285/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SHOPING BELVEDERE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17565. Recurso Administrativo nº 764/2012. Nº. Originário: 349/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PADRE EUSTÁQUIO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17566. Recurso Administrativo nº 765/2012. Nº. Originário: 361/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL JOÃO CÉSAR. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17567. Recurso Administrativo nº 766/2012. Nº. Originário: 360/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL WAL MART. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17568. Recurso Administrativo nº 768/2012. Nº. Originário: 275/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL NIQUELINA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17569. Recurso Administrativo nº 822/2012. Nº. Originário: 358/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL RAJA DRIVE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17570. Recurso Administrativo nº 823/2012. Nº. Originário: 348/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL TREVO NOVA LIMA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17571. Recurso Administrativo nº 824/2012. Nº. Originário: 347/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL TIRADENTES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17572. Recurso Administrativo nº 825/2012. Nº. Originário: 346/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL LIFE CENTER. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17573. Recurso Administrativo nº 826/2012. Nº. Originário: 304/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BETÂNIA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17574. Recurso Administrativo nº 827/2012. Nº. Originário: 305/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL MANIPULAÇÃO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17575. Recurso Administrativo nº 828/2012. Nº. Originário: 352/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL POSTO FLAMINGO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17576. Recurso Administrativo nº 835/2012. Nº. Originário: 316/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CASSÃO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17577. Recurso Administrativo nº 837/2012. Nº. Originário: 359/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BELVEDERE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17578. Recurso Administrativo nº 838/2012. Nº. Originário: 340/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PÇA DA BANDEIRA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17579. Recurso Administrativo nº 843/2012. Nº. Originário: 350/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL POSTO CARDEAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17580. Recurso Administrativo nº 844/2012. Nº. Originário: 338/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BURITIS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17581. Recurso Administrativo nº 909/2012. Nº. Originário: 1065/2011. Recorrente: LABORATÓRIO AMARAL LTDA - FILIAL BELO ORIENTE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17582. Recurso Administrativo nº 1186/2012. Nº. Originário: 2813/2010. Recorrente: RIO TERUMED COM. DE MAT. CIRURGICO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17583. Recurso Administrativo nº 1232/2012. Nº. Originário: 7904/2011. Recorrente: UNIMED REGIONAL DE CRATEUS-CO-OP. DE TRABALHO MÉDICO. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17584. Recurso Administrativo nº 1233/2012. Nº. Originário: 7945/2011. Recorrente: RAMALHO E CIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17585. Recurso Administrativo nº 1234/2012. Nº. Originário: 8503/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE PENTECOSTE. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17586. Recurso Administrativo nº 1266/2012. Nº. Originário: 5299/2011. Recorrente: DROGARIA LUAR LTDA-ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17587. Recurso Administrativo nº 1267/2012. Nº. Originário: 6027/2011. Recorrente: ELENA PEDRON ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17588. Recurso Administrativo nº 1701/2012. Nº. Originário: 642/2010. Recorrente: FARMAPAT MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17589. Recurso Administrativo nº 1704/2012. Nº. Originário: 667/2010. Recorrente: DROGARIA ANDARAI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17590. Recurso Administrativo nº 1705/2012. Nº. Originário: 673/2010. Recorrente: FARMÁCIA ANGUI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17591. Recurso Administrativo nº 1706/2012. Nº. Originário: 689/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17592. Recurso Administrativo nº 1707/2012. Nº. Originário: 695/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17593. Recurso Administrativo nº 1708/2012. Nº. Originário: 782/2010. Recorrente: FARMÁCIA POPULAR DA ZONA OESTE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17594. Recurso Administrativo nº 1709/2012. Nº. Originário: 795/2010. Recorrente: DROGARIAS JOAMELIA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17595. Recurso Administrativo nº 1710/2012. Nº. Originário: 594/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17596. Recurso Administrativo nº 1743/2012. Nº. Originário: 111/2010. Recorrente: DROGARIAS COUTINHO DE MERITI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17597. Recurso Administrativo nº 1744/2012. Nº. Originário: 145/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17598. Recurso Administrativo nº 2083/2012. Nº. Originário: 1121/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17599. Recurso Administrativo nº 2087/2012. Nº. Originário: 1225/2010. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17600. Recurso Administrativo nº 2088/2012. Nº. Originário: 1223/2010. Recorrente: DROGARIA MEGIATI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17601. Recurso Administrativo nº 2237/2012. Nº. Originário: 109/2012. Recorrente: DROGARIAS ESPERANÇA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17602. Recurso Administrativo nº 2241/2012. Nº. Originário: 107/2012. Recorrente: A A DE J S BARBOSA-ME. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17603. Recurso Administrativo nº 2244/2012. Nº. Originário: 106/2012. Recorrente: VENANCIO E VENANCIO LTDA ME. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

17604. Recurso Administrativo nº 308/2012. Nº. Originário: 902/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17605. Recurso Administrativo nº 309/2012. Nº. Originário: 1028/2010. Recorrente: MASOLCEIR DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17606. Recurso Administrativo nº 310/2012. Nº. Originário: 976/2010. Recorrente: DROGARIA GAROTA DO CATETE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17607. Recurso Administrativo nº 311/2012. Nº. Originário: 1033/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17608. Recurso Administrativo nº 345/2012. Nº. Originário: 4479/2009. Recorrente: DROGARIA FORMOSA DE CAMPOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17609. Recurso Administrativo nº 529/2012. Nº. Originário: 3743/2009. Recorrente: FARMÁCIA ALDA DE MAGÉ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17610. Recurso Administrativo nº 775/2012. Nº. Originário: 266/2012. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PONTO VERDE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17611. Recurso Administrativo nº 776/2012. Nº. Originário: 281/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SILVIANO BRANDÃO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17612. Recurso Administrativo nº 7772012. Nº. Originário: 282/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CENTENÁRIO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17613. Recurso Administrativo nº 778/2012. Nº. Originário: 283/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL VISCONDE DE IBITURUNA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17614. Recurso Administrativo nº 779/2012. Nº. Originário: 303/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BANDEIRANTES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17615. Recurso Administrativo nº 780/2012. Nº. Originário: 268/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CORAÇÃO EUCARÍSTICO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17616. Recurso Administrativo nº 781/2012. Nº. Originário: 333/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL OURO PRETO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17617. Recurso Administrativo nº 782/2012. Nº. Originário: 335/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL ANDRADAS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17618. Recurso Administrativo nº 783/2012. Nº. Originário: 336/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL ANTÔNIO CARLOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17619. Recurso Administrativo nº 784/2012. Nº. Originário: 323/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CARREFOUR. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17620. Recurso Administrativo nº 785/2012. Nº. Originário: 331/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SION. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17621. Recurso Administrativo nº 786/2012. Nº. Originário: 330/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL AMÉRICO VESPÚCIO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17622. Recurso Administrativo nº 787/2012. Nº. Originário: 278/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL ALÍPIO DE MELO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17624. Recurso Administrativo nº 788/2012. Nº. Originário: 298/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SÃO CAMILO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17625. Recurso Administrativo nº 789/2012. Nº. Originário: 300/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL EXCELSIOR. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17626. Recurso Administrativo nº 790/2012. Nº. Originário: 299/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL NEVES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17627. Recurso Administrativo nº 904/2012. Nº. Originário: 074/2010. Recorrente: DROGARIA NATAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17628. Recurso Administrativo nº 1093/2012. Nº. Originário: 4526/2009. Recorrente: DROGARIA ATRATIVA DE QUINTINO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17629. Recurso Administrativo nº 1094/2012. Nº. Originário: 1193/2010. Recorrente: DROGARIA MAIS POPULAR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17630. Recurso Administrativo nº 1099/2012. Nº. Originário: 1445/2010. Recorrente: FARMÁCIA VIP LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17631. Recurso Administrativo nº 1100/2012. Nº. Originário: 1241/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17632. Recurso Administrativo nº 1101/2012. Nº. Originário: 289/2010. Recorrente: MUNICÍPIO DE PIRAI. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17633. Recurso Administrativo nº 1103/2012. Nº. Originário: 2368/2008. Recorrente: D P E 2002 FARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17634. Recurso Administrativo nº 1104/2012. Nº. Originário: 1058/2010. Recorrente. FARMÁCIA DIET & ETC LTDA ME Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17635. Recurso Administrativo nº 1236/2012. Nº. Originário: 8502/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE PENTECOSTE. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17636. Recurso Administrativo nº 1237/2012. Nº. Originário: 8694/2011. Recorrente. VALDENISE PONTES DA COSTA-ME Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17637. Recurso Administrativo nº 1238/2012. Nº. Originário: 8749/2012. Recorrente. FARMÁCIA DO TABALHADOR DO BRASIL CEARÁ LTDA. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17638. Recurso Administrativo nº 1239/2012. Nº. Originário: 8360/2011. Recorrente. ISIS YARA FARIA SOUZA. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17639. Recurso Administrativo nº 1712/2012. Nº. Originário: 2389/2008. Recorrente. DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17640. Recurso Administrativo nº 1713/2012. Nº. Originário: 1458/2009. Recorrente. FARMÁCIA CENTRALPAX LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17641. Recurso Administrativo nº 1714/2012. Nº. Originário: 1869/2009. Recorrente. FORMATIVA - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17642. Recurso Administrativo nº 1715/2012. Nº. Originário: 1861/2009. Recorrente. A M SIMÃO DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17643. Recurso Administrativo nº 1716/2012. Nº. Originário: 4137/2009. Recorrente. DROGARIA SANTA CLARA DE RESENDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17644. Recurso Administrativo nº 1718/2012. Nº. Originário: 2964/2009. Recorrente. R C LOBO FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17645. Recurso Administrativo nº 1719/2012. Nº. Originário: 1858/2009. Recorrente. DROGARIA LAPLANCE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17646. Recurso Administrativo nº 1720/2012. Nº. Originário: 3633/2009. Recorrente. NOVA DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17647. Recurso Administrativo nº 1721/2012. Nº. Originário: 3749/2009. Recorrente. DROGARIA CASA DO REMÉDIO LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17648. Recurso Administrativo nº 1722/2012. Nº. Originário: 3665/2009. Recorrente. INMETRO - INTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17649. Recurso Administrativo nº 1723/2012. Nº. Originário: 3683/2009. Recorrente. DROGARIA MARIS E BARROS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17650. Recurso Administrativo nº 1724/2012. Nº. Originário: 4414/2009. Recorrente. LABORATÓRIOS MÉDICOS DR. SÉRGIO FRANCO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17651. Recurso Administrativo nº 1725/2012. Nº. Originário: 4460/2009. Recorrente. FARMÁCIA NOSSA SRA. APARECIDA DO CACHAMBI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17652. Recurso Administrativo nº 1726/2012. Nº. Originário: 290/2009. Recorrente. DROGARIA SETE DE ABRIL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17653. Recurso Administrativo nº 1727/2012. Nº. Originário: 852/2009. Recorrente. DROGARIA VENCESLAU PEREIRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

17654. Recurso Administrativo nº 312/2012. Nº. Originário: 4189/2009. Recorrente. FARMÁCIA DUAS ESTRELAS LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17655. Recurso Administrativo nº 313/2012. Nº. Originário: 4214/2009. Recorrente. MED COLD CAPE - DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17656. Recurso Administrativo nº 314/2012. Nº. Originário: 515/2010. Recorrente. FARMÁCIA TOSTES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17657. Recurso Administrativo nº 315/2012. Nº. Originário: 1078/2009. Recorrente. FARMÁCIA DROGA POPULAR DO MALLET LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17658. Recurso Administrativo nº 791/2012. Nº. Originário: 302/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PRADO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17659. Recurso Administrativo nº 792/2012. Nº. Originário: 269/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SÃO BENTO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17660. Recurso Administrativo nº 793/2012. Nº. Originário: 270/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL ESTORIL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17661. Recurso Administrativo nº 794/2012. Nº. Originário: 297/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL JACUÍ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17662. Recurso Administrativo nº 795/2012. Nº. Originário: 296/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL LEITURA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17663. Recurso Administrativo nº 796/2012. Nº. Originário: 284/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL GIL DINIZ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17664. Recurso Administrativo nº 797/2012. Nº. Originário: 847/2010. Recorrente. MUNICÍPIO DE BETIM - FP DOM BOSCO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17665. Recurso Administrativo nº 798/2012. Nº. Originário: 345/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL STOP CENTER. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17666. Recurso Administrativo nº 799/2012. Nº. Originário: 506/2011. Recorrente. MUNICÍPIO DE BETIM - FP CRISTOVINA C.G. SOUZA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17667. Recurso Administrativo nº 800/2012. Nº. Originário: 826/2010. Recorrente. MUNICÍPIO DE BETIM - FP CITROLANDIA II. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17668. Recurso Administrativo nº 816/2012. Nº. Originário: 343/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL LOURDES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17669. Recurso Administrativo nº 817/2012. Nº. Originário: 342/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PERRELA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17670. Recurso Administrativo nº 818/2012. Nº. Originário: 344/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SHOPPING NORTE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17671. Recurso Administrativo nº 819/2012. Nº. Originário: 355/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PONTEIO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17672. Recurso Administrativo nº 820/2012. Nº. Originário: 356/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CONTORNO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17673. Recurso Administrativo nº 821/2012. Nº. Originário: 357/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BETIM. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17674. Recurso Administrativo nº 836/2012. Nº. Originário: 317/2011. Recorrente. DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PLANALTO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17675. Recurso Administrativo nº 1246/2012. Nº. Originário: 1303/2008. Recorrente. LANG & LIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17676. Recurso Administrativo nº 1256/2012. Nº. Originário: 4545/2010. Recorrente. JOAREZ DA SILVA-ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17677. Recurso Administrativo nº 1257/2012. Nº. Originário: 5489/2011. Recorrente. FARMÁCIA RODOCENTRO UM LTDA EPP. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17678. Recurso Administrativo nº 1260/2012. Nº. Originário: 5205/2011. Recorrente. KIELING & KIELING FARMÁCIA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17679. Recurso Administrativo nº 1262/2012. Nº. Originário: 5224/2011. Recorrente. ELEMENTAR DROGARIAS LTDA EPP. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17680. Recurso Administrativo nº 1264/2012. Nº. Originário: 4964/2011. Recorrente. JOAREZ DA SILVA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17681. Recurso Administrativo nº 1696/2012. Nº. Originário: 576/2010. Recorrente. FARMALIDER DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17682. Recurso Administrativo nº 1697/2012. Nº. Originário: 574/2010. Recorrente. DROGARIA PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17683. Recurso Administrativo nº 1698/2012. Nº. Originário: 561/2010. Recorrente. DROGARIA RAINHA DE CAMPOS ELISEOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17684. Recurso Administrativo nº 1699/2012. Nº. Originário: 598/2010. Recorrente. R.T. LUZ PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17685. Recurso Administrativo nº 1700/2012. Nº. Originário: 645/2010. Recorrente. CHARLES B BRITO ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17686. Recurso Administrativo nº 1728/2012. Nº. Originário: 596/2010. Recorrente. DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17687. Recurso Administrativo nº 1729/2012. Nº. Originário: 1156/2012. Recorrente. DROGARIA PRINCIPAL SANTA AMÉLIA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17688. Recurso Administrativo nº 1730/2012. Nº. Originário: 2921/2010. Recorrente. DROGARIA DROGANEW DO BONFIM LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17689. Recurso Administrativo nº 1731/2012. Nº. Originário: 2934/2010. Recorrente. J CANUTO SOARES PERFUMARIA E FARMÁCIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17690. Recurso Administrativo nº 1739/2012. Nº. Originário: 3023/2010. Recorrente. FARMÁCIA MBGM LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17691. Recurso Administrativo nº 1740/2012. Nº. Originário: 4465/2009. Recorrente. INFANT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17692. Recurso Administrativo nº 1741/2012. Nº. Originário: 4501/2009. Recorrente. FARMÁCIA ANGUI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17693. Recurso Administrativo nº 1742/2012. Nº. Originário: 59/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17694. Recurso Administrativo nº 1751/2012. Nº. Originário: 1470/2010. Recorrente: P. S. R. DA SILVA PERFUMARIA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17695. Recurso Administrativo nº 1752/2012. Nº. Originário: 2240/2010. Recorrente: CLINEF - CLÍNICA DE NEFROLOGIA SANTA TEREZA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17696. Recurso Administrativo nº 1753/2012. Nº. Originário: 2353/2010. Recorrente: FARMÁCIA NESIL LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17697. Recurso Administrativo nº 1754/2012. Nº. Originário: 2445/2010. Recorrente: DROGARIA NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17698. Recurso Administrativo nº 1769/2012. Nº. Originário: 3009/2009. Recorrente: DROGARIA RÁPIDA VISCONDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17699. Recurso Administrativo nº 1770/2012. Nº. Originário: 715/2010. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA L.P. SILVESTRE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17700. Recurso Administrativo nº 2086/2012. Nº. Originário: 1233/2010. Recorrente: DROGARIA DIAS DE VIGÁRIO GERAL LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17701. Recurso Administrativo nº 2229/2012. Nº. Originário: 113/2012. Recorrente: FARMÁCIA FORTALEZA E CIA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17702. Recurso Administrativo nº 2232/2012. Nº. Originário: 112/2012. Recorrente: PONTUAL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17703. Recurso Administrativo nº 2249/2012. Nº. Originário: 104/2012. Recorrente: J NAURO DA SILVA - EPP (FARM.FORTALEZA). Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal GEDAYAS MEDEIROS PEDRO.

17704. Recurso Administrativo nº 325/2012. Nº. Originário: 4681/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17705. Recurso Administrativo nº 326/2012. Nº. Originário: 3973/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17706. Recurso Administrativo nº 327/2012. Nº. Originário: 1125/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17707. Recurso Administrativo nº 862/2012. Nº. Originário: 449/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE BETIM - PC UBS WILSON DE O. ANTUNES. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17708. Recurso Administrativo nº 865/2012. Nº. Originário: 353/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL VIA BRASIL. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17709. Recurso Administrativo nº 867/2012. Nº. Originário: 341/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SERRA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17710. Recurso Administrativo nº 903/2012. Nº. Originário: 1059/2011. Recorrente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACHADO - LAC Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17711. Recurso Administrativo nº 905/2012. Nº. Originário: 377/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL ESPÍRITO SANTO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17712. Recurso Administrativo nº 906/2012. Nº. Originário: 399/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL MC DONALD'S. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17713. Recurso Administrativo nº 907/2012. Nº. Originário: 816/2011. Recorrente: MÔNICA MARIA COURA e CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17714. Recurso Administrativo nº 908/2012. Nº. Originário: 664/2011. Recorrente: DROGARIA CARVALHO & DUTRA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17715. Recurso Administrativo nº 910/2012. Nº. Originário: 120/2011. Recorrente: DROGARIA DROGAMAIS DE FRUTAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17716. Recurso Administrativo nº 911/2012. Nº. Originário: 187/2011. Recorrente: BOTICA DA SERRA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17717. Recurso Administrativo nº 912/2012. Nº. Originário: 223/2010. Recorrente: DROGARIA SOUZA & PAULA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17718. Recurso Administrativo nº 913/2012. Nº. Originário: 1228/2011. Recorrente: SODRÉ MIGUEL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17719. Recurso Administrativo nº 914/2012. Nº. Originário: 166/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE BETIM - FP PETROVALE. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17720. Recurso Administrativo nº 1175/2012. Nº. Originário: 539/2010. Recorrente: FARMÁCIA ANA MICAELA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17721. Recurso Administrativo nº 1176/2012. Nº. Originário: 400/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17722. Recurso Administrativo nº 1177/2012. Nº. Originário: 3332/2009. Recorrente: FARMÁCIA NOVO ESTADO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17723. Recurso Administrativo nº 1178/2012. Nº. Originário: 2890/2010. Recorrente: N. R. DA SILVA VIEIRA FARMÁCIA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17724. Recurso Administrativo nº 1179/2012. Nº. Originário: 3014/2010. Recorrente: L. MIRANDA CHERENE Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17725. Recurso Administrativo nº 1180/2012. Nº. Originário: 3106/2010. Recorrente: DROGARIA CENTRAL DA PRAÇA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17726. Recurso Administrativo nº 1181/2012. Nº. Originário: 3215/2010. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA BACCARO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17727. Recurso Administrativo nº 1182/2012. Nº. Originário: 3180/2010. Recorrente: DROGARIA VIDA E PAZ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17728. Recurso Administrativo nº 1184/2012. Nº. Originário: 2612/2010. Recorrente: DROGARIA VITÓRIA DA MUDA LTDA EPP. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17729. Recurso Administrativo nº 1185/2012. Nº. Originário: 1760/2010. Recorrente: CLINICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17730. Recurso Administrativo nº 1187/2012. Nº. Originário: 3225/2010. Recorrente: DROGARIA REALVITA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17731. Recurso Administrativo nº 1188/2012. Nº. Originário: 2066/2009. Recorrente: EXTRACTO VITAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17732. Recurso Administrativo nº 1190/2012. Nº. Originário: 3086/2010. Recorrente: DROGARIA FARMÁCIA BELLE LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17733. Recurso Administrativo nº 1191/2012. Nº. Originário: 3600/2009. Recorrente: CASA SAÚDE GRAJAU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17734. Recurso Administrativo nº 1736/2012. Nº. Originário: 1898/2010. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17735. Recurso Administrativo nº 1137/2012. Nº. Originário: 224/2011. Recorrente: FARMÁCIA CAMPO BELO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17736. Recurso Administrativo nº 1138/2012. Nº. Originário: 220/2010. Recorrente: FARMÁCIA RARE FARMA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17737. Recurso Administrativo nº 1747/2012. Nº. Originário: 341/2010. Recorrente: FARMÁCIA UNITAS DE DUQUE DE CAXIAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17738. Recurso Administrativo nº 1748/2012. Nº. Originário: 350/2010. Recorrente: DROGARIA GLOBO DE BARRA DO PIRAI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17739. Recurso Administrativo nº 1749/2012. Nº. Originário: 437/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17740. Recurso Administrativo nº 1750/2012. Nº. Originário: 1077/2010. Recorrente: DROGARIA DROGAMAR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17741. Recurso Administrativo nº 1760/2012. Nº. Originário: 2841/2010. Recorrente: FARMÁCIA BRAGANÇA DE JACAREÍ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17742. Recurso Administrativo nº 1764/2012. Nº. Originário: 2889/2010. Recorrente: FARMÁCIA BRAGANÇA DE JACAREÍ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17743. Recurso Administrativo nº 1767/2012. Nº. Originário: 2327/2009. Recorrente: FA & A DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17744. Recurso Administrativo nº 1768/2012. Nº. Originário: 3055/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17745. Recurso Administrativo nº 1778/2012. Nº. Originário: 1068/2009. Recorrente: DROGARIA ESTRELA VENDA DAS PEDRAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17746. Recurso Administrativo nº 1779/2012. Nº. Originário: 1076/2009. Recorrente: FARMÁCIA ATUAL DE REALENGO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17747. Recurso Administrativo nº 1780/2012. Nº. Originário: 1312/2009. Recorrente: FARMÁCIA SÃO TARCISIO DE SEPETIBA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17748. Recurso Administrativo nº 1781/2012. Nº. Originário: 2172/2009. Recorrente: J G CALÇADO FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17749. Recurso Adminjstrativo nº 2084/2012. Nº. Originário: 1103/2010. Recorrente: FARMÁCIA NOVA REALEZA FRIBURGO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17750. Recurso Administrativo nº 2085/2012. Nº. Originário: 1253/2010. Recorrente: FARMÁCIA RENOFAR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17751. Recurso Administrativo nº 1183/2012. Nº. Originário: 3187/2010. Recorrente: DROGARIA BOA FORMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

17752. Recurso Administrativo nº 536/2012. Nº. Originário: 3464/2009. Recorrente: DROGARIA LA FRAGRANCE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 3ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide a 3ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17752, consoante acórdãos:

17753. Recurso Administrativo nº 538/2012. Nº. Originário: 113/2009. Recorrente: LABORATÓRIO SIMÕES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17754. Recurso Administrativo nº 583/2012. Nº. Originário: 3736/2009. Recorrente: FARMÁCIA VITAL BRASIL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17755. Recurso Administrativo nº 1126/2012. Nº. Originário: 1052/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP FÁTIMA I. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17756. Recurso Administrativo nº 1127/2012. Nº. Originário: 334/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SANTO AGOSTINHO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17757. Recurso Administrativo nº 1128/2012. Nº. Originário: 322/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL SAVASSI. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17758. Recurso Administrativo nº 1129/2012. Nº. Originário: 320/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PARANÁ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17759. Recurso Administrativo nº 1130/2012. Nº. Originário: 321/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL AVENIDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17760. Recurso Administrativo nº 1134/2012. Nº. Originário: 324/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PRUDENTE DE MORAIS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17761. Recurso Administrativo nº 1195/2012. Nº. Originário: 4425/2009. Recorrente: FARMA LINE MEDICAMENTOS 7 LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17762. Recurso Administrativo nº 1197/2012. Nº. Originário: 30/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17763. Recurso Administrativo nº 1198/2012. Nº. Originário: 195/2009. Recorrente: PEREIRA & FREITAS FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17764. Recurso Administrativo nº 1199/2012. Nº. Originário: 2974/2009. Recorrente: PIRATA'S DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17765. Recurso Administrativo nº 1208/2012. Nº. Originário: 2883/2010. Recorrente: FARMA LUFARMA DO APOLO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17766. Recurso Administrativo nº 1427/2012. Nº. Originário: 1468/2010. Recorrente: SERVAL PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17767. Recurso Administrativo nº 1428/2012. Nº. Originário: 1883/2010. Recorrente: FARMÁCIA VIVIAN LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17768. Recurso Administrativo nº 1429/2012. Nº. Originário: 380/2010. Recorrente: DROGARIA CONFIANÇA DE BANGU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17769. Recurso Administrativo nº 1437/2012. Nº. Originário: 130/2010. Recorrente: FARMÁCIA FERNANDA PEREIRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17517. Recurso Administrativo nº 1439/2012. Nº. Originário: 67/2010. Recorrente: UNIÃO FARMA DE AUSTIN LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17770. Recurso Administrativo nº 1441/2012. Nº. Originário: 124/2010. Recorrente: M P LIMA FARMÁCIA E PEFUMARIA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17771. Recurso Administrativo nº 1443/2012. Nº. Originário: 1643/2010. Recorrente: CARVAS MATERIAL CIRURGICO E DENTAL LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17772. Recurso Administrativo nº 1445/2012. Nº. Originário: 1865/2010. Recorrente: FARMÁCIA SANTA MARIA DA PRAÇA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17773. Recurso Administrativo nº 1870/2012. Nº. Originário: 72/2012. Recorrente: DROGASA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17774. Recurso Administrativo nº 1871/2012. Nº. Originário: 1846/2011. Recorrente: SCARLAT FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17775. Recurso Administrativo nº 1872/2012. Nº. Originário: 1859/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO - FP PASSA QUATRO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17776. Recurso Administrativo nº 1896/2012. Nº. Originário: 77505/2011. Recorrente: B SEKULA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17777. Recurso Administrativo nº 1447/2012. Nº. Originário: 1506/2010. Recorrente: M C DE SENA ROCHA DROGARIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17778. Recurso Administrativo nº 1806/2012. Nº. Originário: 3265/2009. Recorrente: FARMÁCIA MACKENZIE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17779. Recurso Administrativo nº 1807/2012. Nº. Originário: 3777/2009. Recorrente: DROGARIA CEFAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17780. Recurso Administrativo nº 1808/2012. Nº. Originário: 3466/2009. Recorrente: M R DA COSTA DROGARIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17781. Recurso Administrativo nº 1809/2012. Nº. Originário: 330/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

17782. Recurso Administrativo nº 545/2012. Nº. Originário: 4105/2009. Recorrente: FARMÁCIA SAVE DO IRAJÁ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17783. Recurso Administrativo nº 590/2012. Nº. Originário: 1756/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17784. Recurso Administrativo nº 829/2012. Nº. Originário: 315/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - MATRIZ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17785. Recurso Administrativo nº 831/2012. Nº. Originário: 314/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL LAGOA SANTA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17786. Recurso Administrativo nº 1204/2012. Nº. Originário: 1110/2010. Recorrente: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17787. Recurso Administrativo nº 1205/2012. Nº. Originário: 952/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17788. Recurso Administrativo nº 1206/2012. Nº. Originário: 3922/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17789. Recurso Administrativo nº 1209/2012. Nº. Originário: 579/2010. Recorrente: NOVA DROGA SÃO JOSÉ BELFORD ROXO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17790. Recurso Administrativo nº 1210/2012. Nº. Originário: 4520/2009. Recorrente: FARMÁCIA BARRA SQUARE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17791. Recurso Administrativo nº 1211/2012. Nº. Originário: 3087/2010. Recorrente: FARMÁCIA M SIMAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17792. Recurso Administrativo nº 1212/2012. Nº. Originário: 3242/2010. Recorrente: FARMÁCIA PATRÍCIO LUPATE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17793. Recurso Administrativo nº 1213/2012. Nº. Originário: 3040/2010. Recorrente: FARMÁCIA SÃO BORJA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17794. Recurso Administrativo nº 1214/2012. Nº. Originário: 3034/2010. Recorrente: DROGARIA JCMG LTDA EPP. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17795. Recurso Administrativo nº 1450/2012. Nº. Originário: 2339/2010. Recorrente: DROGARIA PRINCESA DE GUADALUPE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17796. Recurso Administrativo nº 1451/2012. Nº. Originário: 947/2010. Recorrente: J CANUTO SOARES PERFUMARIA E FARMÁCIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17797. Recurso Administrativo nº 1453/2012. Nº. Originário: 2573/2010. Recorrente: DROGARIA ALVES MARONNA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17798. Recurso Administrativo nº 1458/2012. Nº. Originário: 224/2010. Recorrente: MDC DE SÁ FARMÁCIA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17799. Recurso Administrativo nº 1462/2012. Nº. Originário: 838/2010. Recorrente: P DE OLIVEIRA SANTOS DROGARIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17800. Recurso Administrativo nº 1465/2012. Nº. Originário: 1402/2010. Recorrente: PAULO ROBERTO DA FONSECA FARMÁCIA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17801. Recurso Administrativo nº 1489/2012. Nº. Originário: 2722/2010. Recorrente: R G FARMA MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17802. Recurso Administrativo nº 1492/2012. Nº. Originário: 184/2010. Recorrente: DROGARIA DROGASNET LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17803. Recurso Administrativo nº 1497/2012. Nº. Originário: 2367/2010. Recorrente: DROGARIA CENTRAL EDSON PASSOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17804. Recurso Administrativo nº 1502/2012. Nº. Originário: 2/2012. Recorrente: RM BRITO - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17805. Recurso Administrativo nº 1578/2012. Nº. Originário: 76/2012. Recorrente: FARMÁCIA JACUIPENSE LTDA. Recorrido: CRF/BA. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17806. Recurso Administrativo nº 1787/2012. Nº. Originário: 4660/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17807. Recurso Administrativo nº 1786/2012. Nº. Originário: 4670/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17808. Recurso Administrativo nº 1788/2012. Nº. Originário: 4655/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17809. Recurso Administrativo nº 1789/2012. Nº. Originário: 4643/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17810. Recurso Administrativo nº 1810/2012. Nº. Originário: 313/2010. Recorrente: DROGARIA SUDOESTE LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17811. Recurso Administrativo nº 1873/2012. Nº. Originário: 1769/2011. Recorrente: EMBRAMED LTDA - MATRIZ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17812. Recurso Administrativo nº 1874/2012. Nº. Originário: 1758/2011. Recorrente: DROGARIA E FARMÁCIA AMERICANA SÃO LOURENÇO LTDA - FILIAL D. PEDRO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17813. Recurso Administrativo nº 1875/2012. Nº. Originário: 1553/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17814. Recurso Administrativo nº 1876/2012. Nº. Originário: 1730/2011. Recorrente: LABORATÓRIO RASPANTE LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

17815. Recurso Administrativo nº 273/2012. Nº. Originário: 2355/2010. Recorrente: DROGARIZA DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17816. Recurso Administrativo nº 274/2012. Nº. Originário: 4666/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17817. Recurso Administrativo nº 275/2012. Nº. Originário: 4637/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17818. Recurso Administrativo nº 276/2012. Nº. Originário: 172/2009. Recorrente: DROGARIA HELP DE TERESÓPOLIS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17819. Recurso Administrativo nº 548/2012. Nº. Originário: 2867/2009. Recorrente: DROGARIA CENTRAL DE GOYTACAZES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17820. Recurso Administrativo nº 550/2012. Nº. Originário: 2283/2009. Recorrente: DROGARIA MEDICINAL DE CAMPOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17821. Recurso Administrativo nº 552/2012. Nº. Originário: 1749/2009. Recorrente: FARMÁCIA FLOR DA TAQUARA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17822. Recurso Administrativo nº 555/2012. Nº. Originário: 4241/2009. Recorrente: DROGARIAS ATUAL DA COSTA VERDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17823. Recurso Administrativo nº 589/2012. Nº. Originário: 4395/2009. Recorrente: FARMÁCIA NEW LIFE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17824. Recurso Administrativo nº 601/2012. Nº. Originário: 2454/2009. Recorrente: DROGARIAS ATUAL DA COSTA VERDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17825. Recurso Administrativo nº 834/2012. Nº. Originário: 319/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL IBATÉ. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17826. Recurso Administrativo nº 1157/2012. Nº. Originário: 4652/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17827. Recurso Administrativo nº 1158/2012. Nº. Originário: 1220/2010. Recorrente: DROGARIA BOA VIDA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17828. Recurso Administrativo nº 1499/2012. Nº. Originário: 259/2010. Recorrente: V. A. MOREIRA DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17829. Recurso Administrativo nº 1500/2012. Nº. Originário: 925/2010. Recorrente: FARMÁCIA VALPARAÍSO DE CABO FRIO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17830. Recurso Administrativo nº 1504/2012. Nº. Originário: 11/2012. Recorrente: J VALDENES DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17831. Recurso Administrativo nº 1505/2012. Nº. Originário: 12/2012. Recorrente: J VALDENES DE OLIVEIRA(FILIAL II). Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17832. Recurso Administrativo nº 1506/2012. Nº. Originário: 15/2012. Recorrente: A MAIA COSTA - ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17833. Recurso Administrativo nº 1507/2012. Nº. Originário: 16/2012. Recorrente: R Q DOS SANTOS CARVALHO-ME Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17834. Recurso Administrativo nº 1508/2012. Nº. Originário: 17/2012. Recorrente: FARMÁCIA POPULAR LTDA-EPP. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17835. Recurso Administrativo nº 1790/2012. Nº. Originário: 4632/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17836. Recurso Administrativo nº 1791/2012. Nº. Originário: 533/2010. Recorrente: FARMÁCIA ESTRELA FELIZ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17837. Recurso Administrativo nº 1792/2012. Nº. Originário: 4634/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17838. Recurso Administrativo nº 1793/2012. Nº. Originário: 4686/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17839. Recurso Administrativo nº 1812/2012. Nº. Originário: 517/2010. Recorrente: DROGARIA PIRAÍ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17623. Recurso Administrativo nº 1815/2012. Nº. Originário: 456/2010. Recorrente: CAXI DROGAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17840. Recurso Administrativo nº 1817/2012. Nº. Originário: 187/2010. Recorrente: FARMÁCIA SENSAÇÃO DE JACAREPAGUÁ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17841. Recurso Administrativo nº 1878/2012. Nº. Originário: 1677/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE SALINAS - FP FLORESTA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17842. Recurso Administrativo nº 1879/2012. Nº. Originário: 1676/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE SALINAS - FP VILA CANAÃ. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17843. Recurso Administrativo nº 1880/2012. Nº. Originário: 1555/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - FP SANTA RITA DE CÁSSIA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17844. Recurso Administrativo nº 1881/2012. Nº. Originário: 1552/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - FP SANTA LUZIA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

17845. Recurso Administrativo nº 280/2012. Nº. Originário: 2985/2009. Recorrente: DROGARIA GAMBOA LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17846. Recurso Administrativo nº 284/2012. Nº. Originário: 235/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17847. Recurso Administrativo nº 285/2012. Nº. Originário: 1470/2009. Recorrente: DROGARIA MUNDIDROGAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17848. Recurso Administrativo nº 286/2012. Nº. Originário: 4636/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17849. Recurso Administrativo nº 573/2012. Nº. Originário: 3710/2009. Recorrente: DROGARIA MATTOS JR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17850. Recurso Administrativo nº 574/2012. Nº. Originário: 3999/2009. Recorrente: FARMÁCIA ORIENTAL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17851. Recurso Administrativo nº 606/2012. Nº. Originário: 4516/2009. Recorrente: DROGARIA MARIS E BARROS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17852. Recurso Administrativo nº 607/2012. Nº. Originário: 3478/2009. Recorrente: DROGARIA REAL DE MACAÉ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17853. Recurso Administrativo nº 608/2012. Nº. Originário: 2215/2009. Recorrente: FARMÁCIA VITAL BRASIL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17854. Recurso Administrativo nº 609/2012. Nº. Originário: 2711/2009. Recorrente: DROGARIA VINTE E OITO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17855. Recurso Administrativo nº 832/2012. Nº. Originário: 318/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL MERCADO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17856. Recurso Administrativo nº 833/2012. Nº. Originário: 351/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL DIAMOND MALL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17857. Recurso Administrativo nº 1131/2012. Nº. Originário: 1049/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP ÁRVORE GRANDE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17858. Recurso Administrativo nº 1132/2012. Nº. Originário: 1438/2011. Recorrente: LIMA E SILVA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17859. Recurso Administrativo nº 1202/2012. Nº. Originário: 2994/2010. Recorrente: NOVO MILÊNIO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17860. Recurso Administrativo nº 1203/2012. Nº. Originário: 2930/2010. Recorrente: ALEMAR DAS DROGAS LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17861. Recurso Administrativo nº 1473/2012. Nº. Originário: 72443/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA-FL 29. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17862. Recurso Administrativo nº 1503/2012. Nº. Originário: 10/2012. Recorrente: J M S LTDA-ME FL II. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17863. Recurso Administrativo nº 1798/2012. Nº. Originário: 4589/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17864. Recurso Administrativo nº 1799/2012. Nº. Originário: 4413/2009. Recorrente: LABORATÓRIOS MÉDICOS DR. SÉRGIO FRANCO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17865. Recurso Administrativo nº 1800/2012. Nº. Originário: 4258/2009. Recorrente: RENALFORD HOSPITAL DE CLÍNICA MÉDICA E NEFROLOGIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17866. Recurso Administrativo nº 1801/2012. Nº. Originário: 3899/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17867. Recurso Administrativo nº 1823/2012. Nº. Originário: 97/2012. Recorrente: R VENANCIO RODRIGUES E A M FEITOSA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17868. Recurso Administrativo nº 1824/2012. Nº. Originário: 77543/2012. Recorrente: FAMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA FL 02. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17869. Recurso Administrativo nº 1825/2012. Nº. Originário: 74165/2012. Recorrente: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17870. Recurso Administrativo nº 1886/2012. Nº. Originário: 322/2012. Recorrente: I & S DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17871. Recurso Administrativo nº 1887/2012. Nº. Originário: 1922/2011. Recorrente: K M RIGUEIRA E CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17872. Recurso Administrativo nº 1888/2012. Nº. Originário: 50/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA ALÉM PARAÍBA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17873. Recurso Administrativo nº 1889/2012. Nº. Originário: 1865/2011. Recorrente: DENTAL INOVA EQUIPAMENTOS E MATERIAS MÉDICOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17874. Recurso Administrativo nº 1933/2012. Nº. Originário: 376/2012. Recorrente: DROGARIA PONTUAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17875. Recurso Administrativo nº 1934/2012. Nº. Originário: 167/2012. Recorrente: COMÉRCIO OLIMED DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17876. Recurso Administrativo nº 1935/2012. Nº. Originário: 160/2012. Recorrente: DROGAFONE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17877. Recurso Administrativo nº 1946/2012. Nº. Originário: 379/2012. Recorrente: DROGARIA SANTA CLARA DE CAMBUI LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

17878. Recurso Administrativo nº 277/2012. Nº. Originário: 4684/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17879. Recurso Administrativo nº 278/2012. Nº. Originário: 2641/2010. Recorrente: DROGARIA NOBRE DE BELFORD ROXO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17880. Recurso Administrativo nº 279/2012. Nº. Originário: 4675/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17881. Recurso Administrativo nº 281/2012. Nº. Originário: 2885/2010. Recorrente: DROGARIA TABORARI LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17882. Recurso Administrativo nº 602/2012. Nº. Originário: 1851/2009. Recorrente: DROGARIA NOVA ANGRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17883. Recurso Administrativo nº 603/2012. Nº. Originário: 1127/2009. Recorrente: DROGARIA DO CANAL DE CABO FRIO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17884. Recurso Administrativo nº 604/2012. Nº. Originário: 3122/2009. Recorrente: FARMÁCIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE LUCAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17885. Recurso Administrativo nº 1200/2012. Nº. Originário: 4629/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17886. Recurso Administrativo nº 1415/2012. Nº. Originário: 2009/2010. Recorrente: FARMÁCIA NOVO ESTADO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17887. Recurso Administrativo nº 1421/2012. Nº. Originário: 271/2010. Recorrente: MUNICÍPIO DE CASSIMIRO DE ABREU. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17888. Recurso Administrativo nº 1448/2012. Nº. Originário: 969/2010. Recorrente: FARMÁCIA BRAGA E RODRIGUES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17889. Recurso Administrativo nº 1449/2012. Nº. Originário: 2193/2010. Recorrente: DROGARIA MATEUS E EMANUELLE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17890. Recurso Administrativo nº 1782/2012. Nº. Originário: 104/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17891. Recurso Administrativo nº 1783/2012. Nº. Originário: 4671/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17892. Recurso Administrativo nº 1784/2012. Nº. Originário: 53/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17893. Recurso Administrativo nº 1785/2012. Nº. Originário: 18/2010. Recorrente: WAC PHARMA FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17894. Recurso Administrativo nº 1794/2012. Nº. Originário: 383/2011. Recorrente: FARMÁCIA MARANATA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17895. Recurso Administrativo nº 1795/2012. Nº. Originário: 4640/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17896. Recurso Administrativo nº 1796/2012. Nº. Originário: 361/2010. Recorrente: FARMÁCIA JADEZANDA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17897. Recurso Administrativo nº 1787/2012. Nº. Originário: 4631/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17898. Recurso Administrativo nº 1818/2012. Nº. Originário: 94/2010. Recorrente: FARMÁCIA FARMAVIDA DO PACHECO LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17899. Recurso Administrativo nº 1819/2012. Nº. Originário: 157/2010. Recorrente: M & E 2008 FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17900. Recurso Administrativo nº 1820/2012. Nº. Originário: 98/2012. Recorrente: C L HONOSTORIO-ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17901. Recurso Administrativo nº 1882/2012. Nº. Originário: 1584/2011. Recorrente: DROGARIA ITAMBÉ LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17902. Recurso Administrativo nº 1883/2012. Nº. Originário: 824/2011. Recorrente: JOUBERT RODRIGUES DA COSTA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17903. Recurso Administrativo nº 1884/2012. Nº. Originário: 1918/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE MOEDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17904. Recurso Administrativo nº 1885/2012. Nº. Originário: 1807/2011. Recorrente: DROGARIA DOSE CERTA DE MURIAÉ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17905. Recurso Administrativo nº 1894/2012. Nº. Originário: 40/2012. Recorrente: FABRÍCIO JÚNIOR DE MEDEIROS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17906. Recurso Administrativo nº 1929/2012. Nº. Originário: 1539/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE INHAPIM - FP SANTO ANTÔNIO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17907. Recurso Administrativo nº 1930/2012. Nº. Originário: 427/2012. Recorrente: NUNES & VITAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17908. Recurso Administrativo nº 1931/2012. Nº. Originário: 173/2012. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA J.J. NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

17909. Recurso Administrativo nº 1828/2012. Nº. Originário: 76427/2011. Recorrente: FARMÁCIA DO EDINHO LTDA-FL 01. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17910. Recurso Administrativo nº 1829/2012. Nº. Originário: 75789/2011. Recorrente: VANIA M DOS SANTOS CONRADO-ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17911. Recurso Administrativo nº 1830/2012. Nº. Originário: 76945/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17912. Recurso Administrativo nº 1890/2012. Nº. Originário: 347/2012. Recorrente: MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17913. Recurso Administrativo nº 1891/2012. Nº. Originário: 244/2012. Recorrente: MUNICÍPIO DE BARBACENA-FP VILELA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17914. Recurso Administrativo nº 1892/2012. Nº. Originário: 1551/2011. Recorrente: COMERCIAL OLIMED DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17915. Recurso Administrativo nº 1893/2012. Nº. Originário: 1590/2011. Recorrente: G.S.T. ALBANO & CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17916. Recurso Administrativo nº 1947/2012. Nº. Originário: 1774/2011. Recorrente: DROGARIA CAMPOS & GONÇALVES LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17917. Recurso Administrativo nº 1949/2012. Nº. Originário: 1768/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - FP CAMPINHO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17918. Recurso Administrativo nº 1950/2012. Nº. Originário: 995/2011. Recorrente: CORRÊA & MEDEIROS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

18107. Recurso Administrativo nº 1816/2012. Nº. Originário: 208/2010. Recorrente: DROGARIA TECM 238 LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

18108. Recurso Administrativo nº 560/2012. Nº. Originário: 1842/2009. Recorrente: DROGARIA DROGAMISS DE ANGRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

18109. Recurso Administrativo nº 1932/2012. Nº. Originário: 1289/2011. Recorrente: LUIZ ANTÔNIO LAMBERT. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

18110. Recurso Administrativo nº 1804/2012. Nº. Originário: 439/2010. Recorrente: DROGARIA TRADICIONAL SANTÍSSIMO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

18111. Recurso Administrativo nº 1805/2012. Nº. Originário: 387/2010. Recorrente: R J BARBOZA VIANNA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

18112. Recurso Administrativo nº 1827/2012. Nº. Originário: 75988/2011. Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO RICO. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

17919. Recurso Administrativo nº 919/2012. Nº. Originário: 136/2011. Recorrente: DROGA NAVES COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 4ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide a 4ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17919, consoante acórdãos:

17920. Recurso Administrativo nº 920/2012. Nº. Originário: 705/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ALVARENGA - FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17921. Recurso Administrativo nº 922/2012. Nº. Originário: 464/2011. Recorrente: DROGÃO DROGACENTER LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17922. Recurso Administrativo nº 923/2012. Nº. Originário: 261/2010. Recorrente: MAKKER COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17923. Recurso Administrativo nº 925/2012. Nº. Originário: 472/2011. Recorrente: DROGARIA FLORAMAR LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17924. Recurso Administrativo nº 926/2012. Nº. Originário: 487/2011. Recorrente: EDUARDA OLIVEIRA BARBOSA BENFICA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17925. Recurso Administrativo nº 928/2012. Nº. Originário: 863/2011. Recorrente: DROGARIA PONTUAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17926. Recurso Administrativo nº 934/2012. Nº. Originário: 693/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE IPATINGA - FP NOVA ESPERANÇA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17927. Recurso Administrativo nº 1587/2012. Nº. Originário: 8933/2012. Recorrente: EDMILSON COELHO PEREIRA. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17928. Recurso Administrativo nº 1951/2012. Nº. Originário: 1848/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE BARBACENA - UAPS PINHEIRO GROSSO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17929. Recurso Administrativo nº 1952/2012. Nº. Originário: 254/2012. Recorrente: EUGÊNIA ALVES DE OLIVEIRA GARCEZ. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17930. Recurso Administrativo nº 1953/2012. Nº. Originário: 250/2012. Recorrente: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BADARÓLAC. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17931. Recurso Administrativo nº 1970/2012. Nº. Originário: 2394/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17932. Recurso Administrativo nº 1971/2012. Nº. Originário: 2525/2010. Recorrente: DROGARIA REAL DA VILA DA PENHA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17933. Recurso Administrativo nº 1972/2012. Nº. Originário: 1600/2010. Recorrente: DROGARIA LAGUNA DE SÃO PEDRO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17934. Recurso Administrativo nº 1973/2012. Nº. Originário: 1403/2010. Recorrente: CONMEDH CONVÊNIOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17935. Recurso Administrativo nº 2053/2012. Nº. Originário: 1036/2010. Recorrente: CAMPINA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17936. Recurso Administrativo nº 2142/2012. Nº. Originário: 3191/2010. Recorrente: SOCIEDADE FARMACÊUTICA RAMOS TIJUCA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17937. Recurso Administrativo nº 2144/2012. Nº. Originário: 3182/2010. Recorrente: FARMÁCIA ESTRADA DA BARRA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17938. Recurso Administrativo nº 2146/2012. Nº. Originário: 3178/2010. Recorrente: DROGARIA ESTRELA DE ADRIANOPOLIS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17939. Recurso Administrativo nº 2311/2012. Nº. Originário: 151/2011. Recorrente: JCJ DE MEDEIROS. Recorrido: CRF/MS. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17940. Recurso Administrativo nº 2054/2012. Nº. Originário: 595/2010. Recorrente: GOMES &AGUIAR LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.

17941. Recurso Administrativo nº 291/2012. Nº. Originário: 816/2010. Recorrente: M LUSIA DA FONSECA MEDICAMENTOS ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17942. Recurso Administrativo nº 292/2012. Nº. Originário: 891/2010. Recorrente: DROGARIA DROGA III LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17943. Recurso Administrativo nº 1107/2012. Nº. Originário: 633/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17944. Recurso Administrativo nº 1109/2012. Nº. Originário: 520/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17945. Recurso Administrativo nº 1111/2012. Nº. Originário: 494/2009. Recorrente: DROGARIA NOVO LEBLON LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17946. Recurso Administrativo nº 1113/2012. Nº. Originário: 475/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17947. Recurso Administrativo nº 1143/2012. Nº. Originário: 2886/2010. Recorrente: DROGARIA PAULINO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17948. Recurso Administrativo nº 1144/2012. Nº. Originário: 3056/2010. Recorrente: FARMÁCIA 2000 DE TRIBOBÓ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17949. Recurso Administrativo nº 1145/2012. Nº. Originário: 3129/2010. Recorrente: DROGARIA ATRAÇÃO DE NILÓPOLIS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17950. Recurso Administrativo nº 1146/2012. Nº. Originário: 1937/2010. Recorrente: H C S DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17951. Recurso Administrativo nº 1147/2012. Nº. Originário: 3013/2010. Recorrente: FARMÁCIA DROGAREX LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17952. Recurso Administrativo nº 1148/2012. Nº. Originário: 2238/2010. Recorrente: DIAGNÓSTICA RIO PRODUTOS E SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17953. Recurso Administrativo nº 1149/2012. Nº. Originário: 2983/2010. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA COSTA E SILVA DE TERESÓPOLIS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17954. Recurso Administrativo nº 1150/2012. Nº. Originário: 1051/2010. Recorrente: DROGARIA FARMA BELLE LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17955. Recurso Administrativo nº 1151/2012. Nº. Originário: 2345/2010. Recorrente: FARMAPRE FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17956. Recurso Administrativo nº 1152/2012. Nº. Originário: 2391/2010. Recorrente: CLÍNICA CIRÚRGICA SANTA BÁRBARA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17957. Recurso Administrativo nº 1153/2012. Nº. Originário: 4083/2009. Recorrente: FARMÁCIA DROGA POPULAR DO MALLET LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17958. Recurso Administrativo nº 1154/2012. Nº. Originário: 658/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17959. Recurso Administrativo nº 1155/2012. Nº. Originário: 1565/2010. Recorrente: FARMÁCIA RÁPIDA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17960. Recurso Administrativo nº 1577/2012. Nº. Originário: 06/2012. Recorrente: LABORATÓRIO AUXÍLIO DIAGNÓSTICO. Recorrido: CRF/BA. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17961. Recurso Administrativo nº 1954/2012. Nº. Originário: 433/2012. Recorrente: DROGARIA AMARAL LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17962. Recurso Administrativo nº 1955/2012. Nº. Originário: 434/2012. Recorrente: GOUBERY CANEDO SILVA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17963. Recurso Administrativo nº 1956/2012. Nº. Originário: 43/2012. Recorrente: MARIETA ALVES PASSOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17964. Recurso Administrativo nº 1957/2012. Nº. Originário: 318/2012. Recorrente: MUNICÍPIO DE BETIM-LAC UAI GUANABARA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17965. Recurso Administrativo nº 1974/2012. Nº. Originário: 1284/2010. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA KAMILY VITÓRIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17966. Recurso Administrativo nº 1975/2012. Nº. Originário: 3143/2010. Recorrente: DROGARIA TRIBO DE JUDÁ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17967. Recurso Administrativo nº 1977/2012. Nº. Originário: 2532/2010. Recorrente: MUNICÍPIO DE RIO CLARO. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17968. Recurso Administrativo nº 2055/2012. Nº. Originário: 705/2010. Recorrente: FARMÁCIA SANTA SOFIA LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17969. Recurso Administrativo nº 2057/2012. Nº. Originário: 195/2010. Recorrente: JOSÉ FRAZÃO & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17970. Recurso Administrativo nº 2058/2012. Nº. Originário: 727/2010. Recorrente: MUNICÍPIO DE GADO BRAVO. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

17971. Recurso Administrativo nº 293/2012. Nº. Originário: 2859/2010. Recorrente: DROGARIA WESTFARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17975. Recurso Administrativo nº 294/2012. Nº. Originário: 306/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17976. Recurso Administrativo nº 295/2012. Nº. Originário: 326/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17977. Recurso Administrativo nº 296/2012. Nº. Originário: 4651/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17978. Recurso Administrativo nº 1613/2012. Nº. Originário: 1684/2010. Recorrente: JAQUELINE SCHNEIDER-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17979. Recurso Administrativo nº 1614/2012. Nº. Originário: 1710/2010. Recorrente: MELOS & SOUZA FARMÁCIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17980. Recurso Administrativo nº 1617/2012. Nº. Originário: 1487/2011. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17981. Recurso Administrativo nº 1621/2012. Nº. Originário: 2698/2012. Recorrente: LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17982. Recurso Administrativo nº 1622/2012. Nº. Originário: 2687/2012. Recorrente: LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17983. Recurso Administrativo nº 1623/2012. Nº. Originário: 6271/2012. Recorrente: FARMÁCIA OURO BRANCO LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17984. Recurso Administrativo nº 1624/2012. Nº. Originário: 5969/2011. Recorrente: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17985. Recurso Administrativo nº 1625/2012. Nº. Originário: 6013/2011. Recorrente: ANTONINHO SPEZIA & CIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17986. Recurso Administrativo nº 1631/2012. Nº. Originário: 1599/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - FP DT SÃO BENTO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17987. Recurso Administrativo nº 1632/2012. Nº. Originário: 137/2012. Recorrente: DRUMOND RESENDE LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17988. Recurso Administrativo nº 1958/2012. Nº. Originário: 224/2012. Recorrente: DROGA MAX DE GUAPÉ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17989. Recurso Administrativo nº 1959/2012. Nº. Originário: 1778/2011. Recorrente: PLENA DROGARIA E COMÉRCIO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17990. Recurso Administrativo nº 1960/2012. Nº. Originário: 1773/2011. Recorrente: ADRIANO DE PAULA NEVES. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17991. Recurso Administrativo nº 1961/2012. Nº. Originário: 1545/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA NUNES & VITAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17992. Recurso Administrativo nº 2002/2012. Nº. Originário: 2140/2010. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA RV LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17993. Recurso Administrativo nº 2003/2012. Nº. Originário: 2145/2010. Recorrente: DROGARIA BETEL DA PRAÇA SECA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17994. Recurso Administrativo nº 2004/2012. Nº. Originário: 2209/2010. Recorrente: FARMÁCIA SÃO SEBASTIÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17995. Recurso Administrativo nº 2005/2012. Nº. Originário: 2228/2010. Recorrente: FARMÁCIA MAIPAUL DE REALENGO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17996. Recurso Administrativo nº 2059/2012. Nº. Originário: 953/2010. Recorrente: FARMÁCIA DO POVO LTDA. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

17997. Recurso Administrativo nº 297/2012. Nº. Originário: 4645/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

17998. Recurso Administrativo nº 299/2012. Nº. Originário: 2505/2010. Recorrente: VENERÁVEL E ARQUIEPISCOPAL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMO. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

17999. Recurso Administrativo nº 329/2012. Nº. Originário: 2122/2009. Recorrente: IN LINE MEDICAL DO BRASIL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18000. Recurso Administrativo nº 1046/2012. Nº. Originário: 1051/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP DOS AFONSOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18001. Recurso Administrativo nº 1050/2012. Nº. Originário: 894/2011. Recorrente: SÉRGIO FAVILLA FILHO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18002. Recurso Administrativo nº 1052/2012. Nº. Originário: 148/2010. Recorrente: DROGARIA VALLE REIS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18003. Recurso Administrativo nº 1055/2012. Nº. Originário: 870/2011. Recorrente: DROGARIA NOVA DE JUIZ DE FORA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18004. Recurso Administrativo nº 1059/2012. Nº. Originário: 187/2011. Recorrente: DROGARIA BORGES E ÁVILA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18005. Recurso Administrativo nº 1060/2012. Nº. Originário: 583/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA ETEL VIDA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18006. Recurso Administrativo nº 1061/2012. Nº. Originário: 1424/2011. Recorrente: DROGARIA OZANAN LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18007. Recurso Administrativo nº 1062/2012. Nº. Originário: 811/2011. Recorrente: DROGARIA ANDRADE E ASSIS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18008. Recurso Administrativo nº 1063/2012. Nº. Originário: 1498/2011. Recorrente: SILVIA ELENA GONTIJO DE ALMEIDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18009. Recurso Administrativo nº 1064/2012. Nº. Originário: 276/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PORTUGAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18010. Recurso Administrativo nº 1633/2012. Nº. Originário: 61/2011. Recorrente: F.F COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18011. Recurso Administrativo nº 1634/2012. Nº. Originário: 214/2011. Recorrente: ÀVILA E BORGES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18012. Recurso Administrativo nº 1635/2012. Nº. Originário: 165/2011. Recorrente: JOSÉ GONÇALVES DOMINGUES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18013. Recurso Administrativo nº 1636/2012. Nº. Originário: 101/2009. Recorrente: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS - FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18014. Recurso Administrativo nº 1637/2012. Nº. Originário: 134/2011. Recorrente: DROGARIA LIMA E SILVA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18015. Recurso Administrativo nº 1650/2012. Nº. Originário: 1550/2011. Recorrente: DROGARIA BAUFARMA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18016. Recurso Administrativo nº 1652/2012. Nº. Originário: 1718/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE CALDAS - FP LARANJEIRAS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18017. Recurso Administrativo nº 1653/2012. Nº. Originário: 1344/2011. Recorrente: DROGARIAS MENDONÇA LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18018. Recurso Administrativo nº 1654/2012. Nº. Originário: 1399/2011. Recorrente: PATOLOGIA CLÍNICA SÃO MARCOS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18019. Recurso Administrativo nº 1655/2012. Nº. Originário: 1382/2011. Recorrente: DROGARIA ANDRADE E ASSIS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18020. Recurso Administrativo nº 1656/2012. Nº. Originário: 1389/2011. Recorrente: PLENA DROGARIA E COMÉRCIO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18021. Recurso Administrativo nº 1657/2012. Nº. Originário: 1787/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE CALDAS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18022. Recurso Administrativo nº 1658/2012. Nº. Originário: 1719/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE CALDAS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18023. Recurso Administrativo nº 1660/2012. Nº. Originário: 178/2010. Recorrente: MUNICÍPIO DE ITACAMBIRA-FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18024. Recurso Administrativo nº 1963/2012. Nº. Originário: 2557/2010. Recorrente: G.M.R FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18025. Recurso Administrativo nº 1964/2012. Nº. Originário: 2563/2010. Recorrente: DROGARIA CEFAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18026. Recurso Administrativo nº 1965/2012. Nº. Originário: 2593/2010. Recorrente: JR GOMES DROGARIAS ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18027. Recurso Administrativo nº 2006/2012. Nº. Originário: 2313/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18028. Recurso Administrativo nº 2007/2012. Nº. Originário: 2318/2010. Recorrente: FARMÁCIA MAIPAUL DE REALENGO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18029. Recurso Administrativo nº 2008/2012. Nº. Originário: 1481/2010. Recorrente: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS GOITACAZES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18030. Recurso Administrativo nº 2009/2012. Nº. Originário: 1589/2010. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA DA VILA SÃO JOÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18031. Recurso Administrativo nº 332/2012. Nº. Originário: 4690/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18032. Recurso Administrativo nº 333/2012. Nº. Originário: 4583/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18033. Recurso Administrativo nº 335/2012. Nº. Originário: 3761/2009. Recorrente: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18034. Recurso Administrativo nº 336/2012. Nº. Originário: 908/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18035. Recurso Administrativo nº 1067/2012. Nº. Originário: 1434/2011. Recorrente: HOSPITAL COMUNITÁRIO DE LARANJAL - FH. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18036. Recurso Administrativo nº 1069/2012. Nº. Originário: 290/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PADRE PEDRO PINTO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18037. Recurso Administrativo nº 1071/2012. Nº. Originário: 292/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL PORTAL. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18038. Recurso Administrativo nº 1074/2012. Nº. Originário: 289/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL CENTRO BETIM. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18039. Recurso Administrativo nº 1077/2012. Nº. Originário: 326/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL BARREIRO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18040. Recurso Administrativo nº 1080/2012. Nº. Originário: 1055/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP SÃO JOÃO 03. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18041. Recurso Administrativo nº 1081/2012. Nº. Originário: 1054/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP CERVO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18042. Recurso Administrativo nº 1118/2012. Nº. Originário: 1053/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP SÃO CRISTOVÃO. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18043. Recurso Administrativo nº 1119/2012. Nº. Originário: 1050/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - FP SÃO JOÃO 01. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18044. Recurso Administrativo nº 1120/2012. Nº. Originário: 1211/2011. Recorrente: DROGARIA ROÇAS NOVAS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18045. Recurso Administrativo nº 1121/2012. Nº. Originário: 882/2011. Recorrente: RICARDO MATUCK PIRES DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18046. Recurso Administrativo nº 1124/2012. Nº. Originário: 1127/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - FP AVENIDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18047. Recurso Administrativo nº 1125/2012. Nº. Originário: 327/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FL VENDA NOVA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18048. Recurso Administrativo nº 1662/2012. Nº. Originário: 75981/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18049. Recurso Administrativo nº 1666/2012. Nº. Originário: 76717/2011. Recorrente: FARMÁCIA A ITHALIKHA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18050. Recurso Administrativo nº 1667/2012. Nº. Originário: 77002/2012. Recorrente: PERETTI E FERREIRA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18051. Recurso Administrativo nº 1668/2012. Nº. Originário: 77145/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA LMP LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18052. Recurso Administrativo nº 1669/2012. Nº. Originário: 77205/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA FL 115. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18053. Recurso Administrativo nº 1670/2012. Nº. Originário: 77121/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA FL 50. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18054. Recurso Administrativo nº 1671/2012. Nº. Originário: 76407/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA FL 29. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18055. Recurso Administrativo nº 1672/2012. Nº. Originário: 1649/2010. Recorrente: DROGARIA CAPILÉ LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18056. Recurso Administrativo nº 1673/2012. Nº. Originário: 1062/2010. Recorrente: DERMAPHAR DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18057. Recurso Administrativo nº 1676/2012. Nº. Originário: 786/2010. Recorrente: FARMÁCIA GOMES & MACEDO LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18058. Recurso Administrativo nº 1967/2012. Nº. Originário: 2720/2010. Recorrente: CLÍNICA TRAUMATO ORTOPÉDICA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18059. Recurso Administrativo nº 1968/2012. Nº. Originário: 2780/2010. Recorrente: ALEX BIANQUE DROGARIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18060. Recurso Administrativo nº 1969/2012. Nº. Originário: 2358/2010. Recorrente: FARMÁCIA LEANDRA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18061. Recurso Administrativo nº 2010/2012. Nº. Originário: 1676/2010. Recorrente: F C DA SILVA ARÁUJO - POSTO DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18113. Recurso Administrativo nº 1117/2012. Nº. Originário: 2627/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

18114. Recurso Administrativo nº 1136/2012. Nº. Originário: 2002/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

18115. Recurso Administrativo nº 1137/2012. Nº. Originário: 497/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

18116. Recurso Administrativo nº 1066/2012. Nº. Originário: 291/2011. Recorrente: DROGARIA ARAÚJO S/A - FILIAL VILLA SOLEIL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal Suplente ARTAGNAN CÍCERO COSTA.

18062. Processo Administrativo nº 1293/2012. Nº Originário: 1300/2010. Recorrente: DAILSON JAIRO ALVES MENEZES ME. Recorrido: CRF/PE. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA. Ementa: Regulamento é a norma jurídica de caráter geral, editada pela autoridade administrativa. Ausência de procedimentos administrativos, necessários à validação de atos. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pela NULIDADE ABSOLUTA E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, ante a inobservância dos procedimentos ditados pela Resolução 258/94; 293/96 e 501/2009 com suas ulteriores modificações, nos termos do voto do Relator e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante da Ata da Sessão, deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide a 1ª; Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 18062, consoante acórdão:

18063. Recurso Administrativo nº 1295/2012. Nº Originário: 993/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE SERTANIA. Recorrido: CRF/PE. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

18064. Recurso Administrativo nº 1297/2012. Nº Originário: 478/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE RECIFE. Recorrido: CRF/PE. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

18065. Recurso Administrativo nº 1298/2012. Nº Originário: 474/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE RECIFE. Recorrido: CRF/PE. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

18066. Recurso Administrativo nº 1288/2012. Nº. Originário: 1260/2011. Recorrente: MARIA LOPES MACHADO-ME. Recorrido: CRF/PE. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

18067. Recurso Administrativo nº 1291/2012. Nº. Originário: 1527/2012. Recorrente: IPUBI MEDICAMENTOS LTDA-ME. Recorrido: CRF/PE. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

18068. Recurso Administrativo nº 1299/2012. Nº. Originário: 1365/2011. Recorrente: CAMARAGIBE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/PE. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.

18069. Processo Administrativo nº 2176/2012. Nº Originário: 463/2011. Recorrente: DROGARIA CAPILÉ LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA. Ementa: Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Recurso não conhecido, por intempestividade. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, nos termos do voto do Relator e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decidem as Câmaras Técnicas nºs 1, 3 e 4 do Conselho Federal de Farmácia proferirem, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 18069, consoante acórdãos:

18070. Recurso Administrativo nº 1839/2012. Nº. Originário: 6355/2012. Recorrente: E. CARBONI & CIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

18071. Recurso Administrativo nº 2111/2012. Nº. Originário: 6531/2012. Recorrente: FARMÁCIA MODERNA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.

18072. Recurso Administrativo nº 2110/2012. Nº. Originário: 6449/2012. Recorrente: DROGARIA 25 DE JULHO LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal Suplente OSNEI OKUMOTO.

18073. Recurso Administrativo nº 1133/2012. Nº. Originário: 1549/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ALFENAS - CAPS FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

18074. Recurso Administrativo nº 1897/2012. Nº. Originário: 76876/2011. Recorrente: ADAME E ADAME LTDA-ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

18075. Recurso Administrativo nº 1811/2012. Nº. Originário: 245/2010. Recorrente: J R DA SILVA FARMÁCIA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

18076. Recurso Administrativo nº 1814/2012. Nº. Originário: 463/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

18077. Recurso Administrativo nº 1822/2012. Nº. Originário: 95/2012. Recorrente: IDEAL FARMA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.

18078. Recurso Administrativo nº 1821/2012. Nº. Originário: 82/2012. Recorrente: F C M DE OLIVEIRA-ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal Suplente MARGARETE AKEMI KISHI.

18079. Recurso Administrativo nº 1813/2012. Nº. Originário: 464/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

18080. Recurso Administrativo nº 915/2012. Nº. Originário: 130/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE BETIM - UAI GUANABARA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

18081. Recurso Administrativo nº 933/2012. Nº. Originário: 644/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE CAIANA - LAC. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18082. Recurso Administrativo nº 935/2012. Nº. Originário: 10/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE MARMELÓPOLIS FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

18083. Recurso Administrativo nº 936/2012. Nº. Originário: 1559/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE ALFENAS - FP APARECIDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

18084. Recurso Administrativo nº 1976/2012. Nº. Originário: 2606/2010. Recorrente: CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

18085. Recurso Administrativo nº 1615/2012. Nº. Originário: 29/2011. Recorrente: DROGARIA CAPILÉ LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

18086. Recurso Administrativo nº 1618/2012. Nº. Originário: 1368/2010. Recorrente: MILTON DIAS DOS SANTOS & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

18087. Recurso Administrativo nº 1620/2012. Nº. Originário: 2443/2012. Recorrente: ROCHA E VEIGA LTDA. Recorrido: CRF/PA. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

18088. Recurso Administrativo nº 1044/2012. Nº. Originário: 1379/2011. Recorrente: DROGARIA LARA & BOTEGA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18089. Recurso Administrativo nº 1048/2012. Nº. Originário: 60/2011. Recorrente: DROGARIA UNIVERSITÁRIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18090. Recurso Administrativo nº 1051/2012. Nº. Originário: 15/2011. Recorrente: GONÇALVES E CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18091. Recurso Administrativo nº 1053/2012. Nº. Originário: 454/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE BETIM - LAC HOSPITAL JARDIM TERESÓPOLIS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18092. Recurso Administrativo nº 1082/2012. Nº. Originário: 96/2011. Recorrente: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS HIPERTENSOS DE UBERABA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18093. Recurso Administrativo nº 1122/2012. Nº. Originário: 418/2011. Recorrente: DROGARIA FARMA CHÁ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18094. Recurso Administrativo nº 1123/2012. Nº. Originário: 1000/2011. Recorrente: COUTO COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO LTDA ME FL 4(LAB. SANTA CECÍLIA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18095. Recurso Administrativo nº 1966/2012. Nº. Originário: 2570/2010. Recorrente: DROGARIA ANGRAJUR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.

18096. Processo Administrativo nº 1985/2012. Nº Originário: 912/2010. Recorrente: ELIOSMAR MELO DAS NEVES-ME. Recorrido: CRF/PB. Relatora: Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA. Ementa: Recurso Administrativo. Comprovada a comunicação tempestiva da ausência apresentada. Recurso conhecido e provido. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, reformando-se integralmente a decisão do CRF recorrido, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados decidem as Câmaras Técnicas nºs 1, 2, 3 e 4 do Conselho Federal de Farmácia, proferirem por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 18096 consoante acórdãos:

18097. Recurso Administrativo nº 902/2012. Nº. Originário: 588/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA SEARA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

18119. Recurso Administrativo nº 1869/2012. Nº. Originário: 44/2012. Recorrente: DROGARIA CRESCENTE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.

18098. Recurso Administrativo nº 1207/2012. Nº. Originário: 3047/2010. Recorrente: FARMÁCIA COELHO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

18099. Recurso Administrativo nº 1948/2012. Nº. Originário: 383/2012. Recorrente: ADRIANO DE PAULA NEVES. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal Suplente ANNA PAULA DE BORBA BATSCHAUER.

18100. Recurso Administrativo nº 2312/2012. Nº. Originário: 333/2012. Recorrente: ESTEVES & FERNANDES LTDA ME. Recorrido: CRF/MS. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

18101. Recurso Administrativo nº 2056/2012. Nº. Originário: 1096/2010. Recorrente: JOSÉ ELIAS GOMES DA SILVA. Recorrido: CRF/PB. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.

18102. Recurso Administrativo nº 1057/2012. Nº. Originário: 88/2011. Recorrente: DROGAMINAS LTDA - UBERLÂNDIA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18103. Recurso Administrativo nº 1659/2012. Nº. Originário: 1422/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA GRASIELLA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

18104. Processo Administrativo nº 1854/2012. Nº Originário: 104/2012. Recorrente: CARLOS AMERICO MELLIN E CIA LTDA. Recorrido: CRF/MT. Relator: Conselheiro Federal Suplente OSNEI OKUMOTO. Ementa: Recurso Administrativo. Violação ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Multa aplicada em patamar superior. Necessidade de redução, face a ausência de comprovação de reincidência. Recurso conhecido e provido parcialmente. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO, reformando-se a decisão do CRF recorrido, reduzindo a multa aplicada para 3(três) salários mínimos, nos termos do voto do Relator e da decisão da Câmara Técnica n.º 1, que faz parte integrante deste julgado.

No processo abaixo relacionado, decide a Câmara Técnica nº 2, do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 18104, consoante acórdãos:

18105. Recurso Administrativo nº 2245/2012. Nº. Originário: 105/2012. Recorrente: FARMÁCIA POPULAR LTDA-EPP. Recorrido: CRF/AP. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.

18106. Processo Administrativo nº 2109/2012. Nº Originário: 6375/2012. Recorrente: DROGARIA ATUAL LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal Suplente OSNEI OKUMOTO. Ementa: Recurso Administrativo. Violação ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Existência de sentença favorável da 1.ª Vara Federal, que declarou nulidade do auto de infração e termo de visita. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pela SUSPENSÃO DO PROCESSO por 1(um) ano, contados da publicação deste acórdão com retorno dos autos ao CRF/SC e findo o prazo seja avaliado pelo CRF, a pertinência da necessidade ou não do prosseguimento do feito, nos termos do voto do Relator e da decisão da Câmara Técnica n.º 1, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Processo Administrativo nº 3975/2010 - Tomada de Contas Especial (TCE). Requerente (Embargado): CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Requerido (Embargante): CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CRF/RS (advogados Fábio Matias Barela - OAB/RS nº 73.735, Márcio Alminhana Airoldi - OAB/RS nº 75.171 e Rosanie Rodrigues Rivero - OAB/RS nº 40.889). Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA DE LACERDA. Interessados: Juliano Sofia da Rocha, CPF: 646.694.240-68; Flávio Mário Cauduro, CPF: 453.007.470-68; Daniele Cristine Nyland Jost, CPF: 450.747.800-63; Carmen Pilla, CPF: 192.224.160-15; Giovana Ranquetat Fernandes, CPF: 746.289.090-91 (advogados André Wagner da Silva - OAB/RS nº 70.013 e Marcos Roberto de Lima Aguirre - OAB/RS nº 65.330); Eduardo Ligabue, CPF: 715.530.960-53 e Luiz Arno Lauer, CPF nº 112113930-20. Ementa: Tomada de Contas Especial (TCE). Embargos de declaração opostos. Valor apurado referente à quota parte após a devida conciliação, resultando no montante corrigido de R$ 864.129,63 (oitocentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), ao invés de R$ 1.105.887,85 (um milhão cento e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos). Pelo conhecimento e provimento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO CRF/RS, DETERMINANDO COMO VALOR APURADO REFERENTE À DIFERENÇA DE QUOTA PARTE, O MONTANTE DE R$ 864.129,63 (OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL CENTO E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS), nos termos do voto do Relator e da decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Processo Eleitoral nº 1011/2011. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CRF/RO. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RO, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Liminar deferida em parte nos autos da Ação nº 14242-32.2011.4.01.4100, em trâmite na Seção Judiciária Federal de Porto Velho/RO, determinando nova eleição para Conselheiros Regionais do CRF/RO, ratificando a anteriormente realizada para Diretoria do CRF/RO. Pela homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, declarando como eleitos para o mandato complementar (28/09/12 a 31/12/15) para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ANTÔNIO DE PAULA FREITAS JÚNIOR, NELSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR, EDUARDO REZENDE HONDA (Titulares) e DELMAN CAVALCANTE SALDANHA (Suplente); e para Diretoria (mandato 2012/2013), os farmacêuticos: ANA MARIA PONTES CALDAS (Presidente), JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR (Vice-Presidente), MARCIA DE LOURDES MACIEL (Secretária-Geral) e ACILON ALMEIDA MENESES FILHO (Tesoureiro); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 421, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

"Dispõe sobre os procedimentos de inscrição em Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal e dá outras providências."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/81 e o Decreto nº 87.218/82; Considerando a Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional; Considerando o Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências; Considerando a Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências; Considerando a Lei nº 12.514/2011, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral; Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de inscrição dos débitos em Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal no Sistema dos Conselhos de Fonoaudiologia; Considerando as sugestões dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando o decidido pelo Plenário do CFFa durante a 1ª reunião da 126ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 25 de outubro de 2012, R E S O L V E: Art. 1º. As anuidades, taxas, emolumentos e multas previstos e fixados na Lei nº 6.965/81, no Decreto Nº 87.218/82 e nas Resoluções do CFFa serão cobrados por meio de processo administrativo fiscal. Art. 2º. O processo administrativo fiscal será organizado sob a forma de autos e terão suas folhas rubricadas e numeradas por agente credenciado do Conselho Regional de Fonoaudiologia, atribuindo-se a cada processo um número de ordem. Parágrafo único - Havendo multiplicidade de processos ativos em face do mesmo profissional, os autos deverão ser apensados. Art. 3º. Os termos processuais deverão conter somente o indispensável à realização de sua finalidade, não sendo admissíveis espaços em branco, entrelinhas e rasuras, exceto quando devidamente justificadas. § 1º - Os termos processuais serão digitados e impressos e, quando manuscritos, grafados em letra legível. § 2º - Os termos de juntada e outros semelhantes serão lançados por despacho ou certidão nos autos, com data, assinatura e identificação do agente credenciado do Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 4º. Os autos não poderão ser retirados da sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia ou do local onde esteja em curso o processo, sendo assegurado à parte e/ou seu representante legal com procuração nos autos a obtenção de certidões e cópias, mediante o ressarcimento do respectivo custo. Art. 5º. O processo administrativo fiscal tem início com a Notificação de Lançamento, que deverá ser encaminhada ao fonoaudiólogo pela via postal, com Aviso de Recebimento. § 1º -. A Notificação de Lançamento deverá conter: I. o número do processo administrativo; II. a qualificação do notificado; III. o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação; IV. a disposição legal infringida, se for o caso; V. a assinatura do servidor do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 2º - A Notificação de Lançamento deverá ser expedida, no mês seguinte ao vencimento das anuidades, taxas, emolumentos e multas do ano em exercício, não implicando tal previsão em renuncia ao prazo decadencial. § 3º - Se o Aviso de Recebimento for negativo, será procedida a Notificação de Lançamento por Edital, publicado no Diário Oficial da União e/ou fixado na sede do Conselho credor e nas suas delegacias, quando houver. Art. 6º. Ocorrendo o recolhimento do credito tributário, o Setor Financeiro emitirá Certidão Financeira, declarando a remissão da dívida, e o processo será encaminhado ao Diretor Tesoureiro, que determinará o arquivamento. Art. 7º. Havendo impugnação ao lançamento, o pedido será analisado e julgado pelo Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 1º - No caso de impugnação parcial, a parte incontroversa será processada em autos apartados para imediata cobrança, consignando está circunstância no processo original. Art. 8º. Caso o devedor não se manifeste, o Setor Financeiro certificará o decurso do prazo e encaminhará o processo ao Diretor Tesoureiro. § 1º - Recebido os autos o Diretor Tesoureiro declarará a revelia e permanecerá com o processo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para a cobrança amigável. § 2º - Transcorrido o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido pago o débito, o Diretor Tesoureiro declarará o sujeito passivo devedor remisso e determinará sua inscrição na Dívida Ativa. § 3º - O vencimento das multas decorrentes de Processos Administrativos de Fiscalização - PAF, e de Processos Éticos se dará após o transito em julgado da decisão. Art. 9º. A Dívida Ativa dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia abrangerá: I. O valor originário do débito; II. Juros de mora; III. Demais encargos legais. Art. 10. A Dívida Ativa será apurada e inscrita pelo Setor de Cobrança, auxiliado pelo Setor de Cadastro, cabendo ao Setor de Contabilidade a conferência e o registro contábil pertinente. Art. 11. A inscrição do débito no Livro de Registro da Dívida Ativa, mediante o preenchimento do Termo de Inscrição da Dívida Ativa, deverá ser procedida sem emendas, rasuras ou entrelinhas e, ainda, poderá ser elaborada por processo manual, mecânico ou eletrônico, numerado e rubricado, folha a folha, pelo Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 12. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa deverá conter: I. o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro;II. a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; III. a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundamentado; IV. a data em que foi inscrita; V. o número do processo administrativo de que se originar o crédito; VI. a indicação do livro e da folha da inscrição. Art. 13. Após a lavratura do Termo de Inscrição da Dívida Ativa, será expedida, no prazo de 15 (quinze) dias, a Certidão de Dívida Ativa, que conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição correspondente e será autenticada pelo Diretor Tesoureiro do Conselho Regional. Parágrafo Único. A Certidão de Dívida Ativa também poderá ser preparada e numerada por processo manual, mecânico ou eletrônico.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 14. Após a expedição da Certidão de Dívida Ativa, poderá ser feita nova cobrança administrativa, mediante Notificação ao responsável pelo débito, pela via postal, com Aviso de Recebimento, dando ciência da sua inscrição em Dívida Ativa e concedendo prazo de 30 (trinta) dias para a quitação ou parcelamento do débito, contados da data de recebimento da mesma. Art. 15. Permanecendo a inadimplência, será efetuada a cobrança judicial, por meio de execução fiscal, pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia. Parágrafo Único. Para o ajuizamento da execução fiscal serão necessários os seguintes documentos: a) Procuração ao advogado subscritor da petição inicial; b) Lei Nº 6.965/81, Decreto Nº 87.218/82, Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e Ata de Eleição e Termo de Posse da Diretoria; c) Certidão da Dívida Ativa; d) Comprovante de quitação das custas judiciais. Art. 16. O ajuizamento da execução fiscal não impede a celebração de acordo, pela via extrajudicial, para pagamento da dívida objeto da referida ação, devendo o Conselho Regional de Fonoaudiologia comunicar o ato ao Juízo, requerendo a suspensão ou a extinção do processo, conforme o caso. Art. 17. À Inscrição do Débito em Dívida Ativa somente será dado baixa após a quitação total da dívida que a originou, sendo que, caso ocorra parcelamento da dívida, a mesma deverá ser averbada à margem do Termo de Inscrição da Dívida Ativa. Parágrafo Único. O Conselho Regional de Fonoaudiologia somente expedirá Certidão Negativa de Débito, Certificado de Regularidade e/ou qualquer outro documento após a quitação ou parcelamento da dívida existente. Art. 18. O Conselho Regional de Fonoaudiologia poderá remeter o nome do devedor ao Cadastro de Inadimplentes escolhido e/ou contratado para este fim específico. Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CFFa. Art. 20. Revogar as disposições em contrário. Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BIANCA ARRUDA MANCHESTER DE QUEIROGA
Presidente do Conselho

CHARLESTON TEIXEIRA PALMEIRA
Diretor Secretário

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

Dispõe sobre a anuidade de Pessoa Física e Pessoa Jurídica para o exercício de 2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.197/2010,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.514/2011,

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 1º da Lei Federal nº 6.994/1982

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 235/2012,

CONSIDERANDO a deliberação pelo Plenário do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, em sua 149ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º - O valor da anuidade de pessoa física para o exercício de 2013 será de R$447,14 (quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), com data de vencimento em 31 de maio de 2013.

§ 1º - O pagamento com desconto poderá ser efetuado nos prazos abaixo citados, nos seguintes valores:

Pagamento com desconto até 31/01/2013	Pagamento com desconto até 28/02/2013	Pagamento com desconto até 31/03/2013	Pagamento com desconto até 30/04/2013	Pagamento sem desconto até 31/05/2013	08 parcelas - vencimentos de 28/02/2013 à 30/09/2013
Desc. 51,20%	Desc. 40%	Desc. 30%	Desc. 20%	Sem desconto	Sem desconto
R$ 218,20	R$ 268,28	R$ 313,00	R$ 357,71	R$ 447,14	R$ 55,89

I - até 31 de janeiro de 2013, com 51,20% de desconto, totalizando o valor de R$218,20 (duzentos e dezoito reais e vinte centavos), em parcela única;

II - até 28 de fevereiro de 2013, com 40% de desconto, totalizando o valor de R$268,28 (duzentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) em parcela única;

III - até 31 de março de 2013, com 30% de desconto, totalizando o valor de R$313,00 (trezentos e treze reais), em parcela única;

IV - até 30 de abril de 2013, com 20% de desconto, totalizando o valor de R$357,71 (trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos) em parcela única;

V - até 31 de maio de 2013, sem desconto, totalizando o valor de R$447,14 (quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos) em parcela única ou em até 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem desconto, sem juros e sem multa, no valor de R$55,89 (cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) cada parcela, vencíveis em 28/02/2013, 31/03/2013, 30/04//2013, 31/05/2013, 30/06/2013, 31/07/2013, 31/08/2013 e 30/09/2013,

§ 2º - Caso o parcelamento seja concedido a partir de 01 de março de 2013, o valor de referência será de R$447,14 (quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), podendo ser parcelado em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que nas parcelas a vencer em datas posteriores a 31/05/2013 incidirão multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º - Salvo disposição em contrário, terão direito a 60% (sessenta por cento) de desconto sobre o valor previsto no art. 1º, caput, desta Resolução, os formandos que efetuarem o registro no CREF4/SP em até 60 (sessenta) dias após a respectiva colação de grau, desde que esta tenha ocorrido no período compreendido entre a publicação desta Resolução e o dia 31 de dezembro de 2013, para pagamento da anuidade numa única parcela. Caso o registro seja realizado em 2013, será considerado o valor da anuidade proporcional ao período restante do ano.

§ 4º - Perderá o direito ao benefício estabelecido no parágrafo anterior, o profissional que não efetuar o pagamento da respectiva anuidade em obediência à data de vencimento estabelecida pelo CREF4/SP.

§ 5º - Está dispensado do pagamento da anuidade do exercício de 2013 o Profissional de Educação Física quite financeiramente com o CREF4/SP que, até 31/05/2013, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, tenha, concomitantemente, no mínimo, 05 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 2º - O profissional registrado no CREF4/SP que, comprovadamente, não estiver exercendo a profissão e esteja quite com suas obrigações junto ao Sistema CONFEF/CREFs, ficará isento do pagamento da anuidade de 2013, se requerer e protocolar, até 31/03/2013, o seu pedido de baixa do registro junto ao Conselho, através de formulário próprio disponibilizado pelo CREF4/SP, bem como mediante a devolução da respectiva Cédula de Identidade Profissional.

Parágrafo único - Ao profissional registrado no CREF4/SP que requerer e protocolar o seu pedido de baixa do registro após 31/03/2013, será devido o valor da anuidade de 2013 proporcional ao relativo período em que o registro permaneceu ativo, incidindo multa e juros cabíveis.

Art. 3º - O profissional registrado no CREF4/SP, quite com suas obrigações estatutárias junto ao Conselho, poderá, a qualquer tempo, solicitar sua transferência para CREF de outro Estado, obedecidas as normas estabelecidas pelo CONFEF.

Art. 4º - O valor da anuidade da pessoa jurídica para o exercício de 2013 será devido por unidade, seja ela matriz, sucursal ou filial, nos seguintes valores:

I - Instituições com até 03 Profissionais de Educação Física: R$447,14

II - Instituições com 04 a 08 Profissionais de Educação Física: R$484,92

III - Instituições com 09 a 15 Profissionais de Educação Física: R$529,00

IV - Instituições com 16 a 30 Profissionais de Educação Física: R$661,25

V - Instituições com 31 a 50 Profissionais de Educação Física: R$825,00

VI - Instituições com 51 ou mais Profissionais de Educação Física: R$1.105,04.

§ 1º À pessoa jurídica será concedido desconto de 51,20% (cinquenta e um vírgula vinte por cento) sobre os valores de anuidade estabelecidos nos incisos do caput deste artigo, desde que paga em parcela única até 31/01/2013, desconto de 40% (quarenta por cento), desde que paga em parcela única até 28/02/2013, desconto de 30% (trinta por cento), desde que paga em parcela única até 31/03/2013 e desconto de 20% (vinte por cento), desde que paga em parcela única até 30/04/2013, conforme a tabela abaixo:

Instituições	Pagamento com desconto até 31/01/2013	Pagamento com desconto até 28/02/2013	Pagamento com desconto até 31/03/2013	Pagamento com desconto até 30/04/2013	Pagamento sem desconto até 31/05/2013	08 parcelas - vencimentos de 28/02/2013 à 30/09/2013
Nº de Profissionais de Educação Física	Desc. 51,20%	Desc. 40%	Desc. 30%	Desc. 20%	Sem Desconto	Sem Desconto
Até 03	R$ 218,20	R$ 268,28	R$ 313,00	R$ 357,71	R$ 447,14	R$ 55,89
De 04 a 08	R$ 236,64	R$ 290,95	R$ 339,44	R$ 387,94	R$ 484,92	R$ 60,62
De 09 a 15	R$ 258,15	R$ 317,40	R$ 370,30	R$ 423,20	R$ 529,00	R$ 66,13
De 16 a 30	R$ 322,69	R$ 396,75	R$ 462,88	R$ 529,00	R$ 661,25	R$ 82,66
De 31 a 50	R$ 402,60	R$ 495,00	R$ 577,50	R$ 660,00	R$ 825,00	R$ 103,13
De 51 ou mais	R$ 539,26	R$ 663,02	R$ 773,53	R$ 884,03	R$ 1.105,04	R$ 138,13

§ 2º O pagamento da anuidade da pessoa jurídica poderá ser efetuado em até 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem desconto, sem juros e sem multa, com primeiro vencimento em 28 de fevereiro de 2013.

§ 3º - Caso o parcelamento seja concedido a partir de 01 de março de 2013, o pagamento poderá ser feito em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que nas parcelas a vencer em datas posteriores a 31/05/2013 incidirão multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 5º - A inadimplência do pagamento da anuidade, seja à vista ou parcelada, da pessoa física ou jurídica, acarretará o acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito vencido, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, incluindo o mês do pagamento, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ressalvadas as cobranças do § 3º do art. 1º e § 3º do art. 4º desta resolução.

Art. 6º - Quando da inscrição do registro de pessoa física ou jurídica, será devido o valor da anuidade proporcional ao período restante do respectivo exercício, ficando ressalvados eventuais casos de descontos previstos nesta resolução.

Art. 7º - Fica o CREF4/SP autorizado a proceder à inclusão das anuidades e outros encargos não quitados, na forma da Lei Federal nº. 10.522/02, no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, sem prejuízo de promover a cobrança administrativa e judicial através da dívida ativa.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIO DELMANTO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 1.816, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN-RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a previsão constante no artigo 36, inciso XX, do Regimento Interno do COREN-RJ. Considerando

a) o alto índice de inadimplência dos profissionais de enfermagem inscritos no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro;

b) a necessidade de arrecadação fiscal caracterizada pela contribuição social, que constitui a receita preponderante do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, conforme os artigos 15 e 16 da Lei 5905, de 12 de julho de 1973;

c) que a Decisão COREN-RJ nº 1770/2011 estabelecia o dia 31 de dezembro de 2011 como prazo final para a concessão dos descontos adotados pelo Programa de Recuperação Fiscal.

d) que a Decisão COREN-RJ nº 1787/2012, homologada pela Decisão COFEN 0002/2012 prorrogou o prazo final para a concessão dos descontos adotados pelo REFIS para 31 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º. Alterar o artigo 7º da Decisão COREN-RJ nº 1770/2011, homologada pela Decisão COFEN 0209/2011, que já tinha sido alterado pela Decisão COREN-RJ 1787/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 7º. O Programa de Recuperação Fiscal do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro terá validade até 31 de dezembro de 2013".

Art. 2º. Esta Decisão foi aprovada na 429ª ROP do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN-RJ.

Art. 3º. Esta Decisão entra em vigor após a sua homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Homologada pela Decisão COFEN 0218/2012.

PEDRO DE JESUS SILVA
Presidente do Conselho

NÁDIA MATTOS RAMALHO
1ª Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

ACÓRDÃOS

PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.001990-2/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Comissão Nacional de Estudos Constitucionais. Assunto: Proposta de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face da Resolução RES-PGJ n. 002/2012 do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que concede a seus membros (promotores e procuradores de justiça) auxílio-alimentação. Relator: Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). EMENTA N. 046/2012/COP: Proposição. Resolução RES-PGJ n. 0002/2012. Auxílio-alimentação. Vantagem conferida aos membros do Ministério Público do Estado do Pernambuco por resolução. Violação a regra dos arts. 37, caput e 128, § 5º da Constituição Federal e do princípio da legalidade. Ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Acórdão: Vistos, discutidos e relatados os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 17 de setembro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Manoel Bonfim Furtado Correia, Relator. PROPOSIÇÃO N. 2008.19.03795-01/COP (SGD: 49.0000.2012.008642-8). Origem: Jurista Fábio Konder Comparato. Assunto: Código de Ética da Magistratura. Proposta de inclusão de preceitos. Recomendação aos magistrados de que se abstenham de dar entrevistas aos órgãos de comunicação de massa. Proibição de divulgar publicamente fatos relativos à sua vida privada. Relator: Conselheiro Federal Miguel Eduardo Britto Aragão (SE). EMENTA N. 047/2012/COP: Recomendação. Magistrados. Vida privada. Abstenção de dar entrevistas aos órgãos de comunicação de massa. Arts. 13 e 37 do Código de Ética da Magistratura. Rejeição da proposta. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de outubro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Miguel Eduardo Britto Aragão, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2011.000668-2/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Processo n. 2010.18.08840-01/Comissão Nacional de Estudos Constitucionais. Assunto: Proposta de ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face do art. 79, XXXIII, da Lei Orgânica do Município de Recife, bem como do art. 1º da Lei municipal n. 17.490/2008. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA N. 048/2012/COP: Lei Orgânica do Município de Recife (art. 79, XXXIII). Lei Municipal n. 17.490/2008 (art. 1º). Servidores públicos. Percentuais de reajuste. Cargos comissionados. Funções Gratificadas. Vinculação ou equiparação. Art. 37, XIII, da Constituição da República. Ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental. Supremo Tribunal Federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de outubro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2011.002723-1/COP. Origem: Processo n. SC-11580/10 - Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Comissão Nacional de Relações Internacionais. Assunto: Limites éticos da cooperação e associação entre sociedades de consultores estrangeiros e sociedades brasileiras de advogados. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). EMENTA N. 049/2012/COP: A associação entre sociedades de consultores em direito estrangeiro e sociedades de advogados nacionais somente pode acontecer se houver respeito ao Provimento 91/2000. Por isso, só pode acontecer em caráter eventual e não pode alcançar matéria de direito brasileiro, seja em consultoria, seja em procuratório judicial. Todas as associações que contrariarem esse limite estão sujeitas à regência do Estatuto da Advocacia e da OAB, de seu Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina, dos Regimentos Internos das Seccionais, das Resoluções e dos Provimentos, que atingirão tanto os advogados regularmente inscritos na OAB, individualmente ou através de sociedades de advogados, como os consultores estrangeiros ou sociedades de consultores estrangeiros inscritos na OAB. Aqueles que não estiverem registrados na OAB serão objeto de ações específicas pelo exercício indevido da profissão. Toda a publicidade dos consultores e sociedades de consultores estrangeiros, bem assim de eventuais associações entre eles e sociedades de advogados, está sujeita a todas as regras gerais que disciplinam a matéria, mais especificamente o Provimento 94/2000. Não se pode, por vias transversas, facultar às firmas estrangeiras exercer a advocacia no território nacional em matéria de direito brasileiro, especialmente através de simuladas associações, competindo à OAB adotar as medidas necessárias a coibir tais situações. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, com a delegação, à Diretoria do Conselho Federal, da iniciativa do encaminhamento de recomendação dirigida aos Conselhos Seccionais no sentido da concessão de prazo às sociedades de advogados, oportunizando-lhes, se entenderem conveniente, na via administrativa, a correção de situações e as adequações devidas. Brasília, 22 de outubro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Marcelo Cintra Zarif, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.003658-0/COP. Origem: Proposição n. 49.0000.2011.001520-7/COP (Desmembramento). Memo n. 07/2012-GOC/COP. Assunto: Análise do Projeto de Lei n. 1710/2007. Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 050/2012/COP: Projeto de Lei n. 1710/2007. Código Penal. Lei de Execução Penal. Substituição da pena privativa de liberdade. Sanções alternativas. Violência ou grave ameaça. Direito público subjetivo do acusado. Rejeição parcial e aprovação de dispositivos da iniciativa parlamentar em estudo. Proposta de alteração do art. 44, § 2º, da Lei Penal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de outubro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.007703-1/COP. Origem: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). Assunto: Supremo Tribunal Federal. Mensalão. Julgamento. Manifestação do Conselho Federal da OAB. Relator: Conselheiro Federal Walter de Agra Junior (PB). EMENTA N. 051/2012/COP: Proposição. Julgamento do "Mensalão". Pressão popular, política e midiática. Liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Garantias constitucionais. Livre exercício do direito. Precedentes. Reafirmação das lutas pelas garantias constitucionais e pela independência do Supremo Tribunal Federal. Desnecessidade de manifestação específica do Conselho Federal da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de outubro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Walter de Agra Júnior, Relator. DESAGRAVO PÚBLICO N. 2009.31.06241-01/COP (SGD: 49.0000.2012.008517-0). Origem: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia. Assunto: Procedimento de Controle Administrativo no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Expedição de Portaria que restringe prerrogativas dos advogados em ambiente carcerário. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA N. 052/2012/COP. Excesso de linguagem. Magistrado. Procedimento de Controle Administrativo. Conselho Nacional de Justiça. Restrição de prerrogativas dos advogados em ambiente carcerário. Ofensas relacionadas ao exercício da advocacia. Desagravo público. Aprovação. Representação ao Conselho Nacional de Justiça. Recomendação de ajuizamento de ação de danos morais coletivos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de novembro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Roberto Lauria, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.000595-2/COP. Origem: Procurador da Fazenda Nacional Anildo Fabio de Araújo. Comissão Nacional de Estudos Constitucionais. Assunto: Proposta de ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em face do artigo 42, inciso V, da Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN). STF. Proposta de edição de Provimento. Elaboração de anteprojeto de lei complementar e de lei ordinária. Magistrado. Aposentadoria compulsória. Servidor público. Demissão. Inscrição nos quadros e exercício de cargos de direção na OAB. Relator Originário: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). Redistribuído: Conselheira Federal Elke Mendes Cunha Freire (RN). EMENTA N. 053/2012/COP. I - Da ausência de Descumprimento de Preceito Fundamental e da consequente ausência de cabimento de manejo de ADPF. LOMAN, art. 42, inciso V: Previsão decorrente de preceito fundamental. Separação dos poderes de vitaliciedade (magistratura). Inteligência do art. 95, I, da CF. Igualdade e moralidade: observância dos princípios constitucionais. Proposição que não se acata. II - Proposta de provimento. Vedação de inscrições nos quadros da OAB: circunstâncias previamente apontadas. Princípio da legalidade e opção pela solução caso a caso, no âmbito das seccionais. Conceito de idoneidade: fluidez ou indeterminação que se propõe pertinente. III - Sugestão de aprofundamento dos estudos relacionados ao tema: direito comparado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, em conhecer da proposição e não lhe acatar, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante da decisão. Brasília, 12 de novembro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Elke Mendes Cunha Freire, Relatora. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.009403-3/COP. Origem: Presidência do Conselho Federal da OAB. Assunto: Proposta de Emenda à Constituição n. 209/2012. Requisitos de admissibilidade ao Recurso Especial. STJ. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA N. 054/2012/COP: Proposta de Emenda Constitucional instituindo o incidente de Repercussão Geral no Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça. Manifestação contrária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em virtude da restrição que isso importaria no acesso ao STJ, renegando, mesmo, a razão histórica determinante da criação desse Tribunal Superior pela Constituição de 1988. Amplitude que devem ter, em tese, os recursos de natureza extraordinária para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, dado o seu fim precípuo, que é o de manter a unidade do direito federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de novembro de 2012. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator.

Brasília, 13 de novembro de 2012.
OPHIR CAVALCANTE JUNIOR
Presidente

2ª CÂMARA
1ª TURMA

ACÓRDÃO

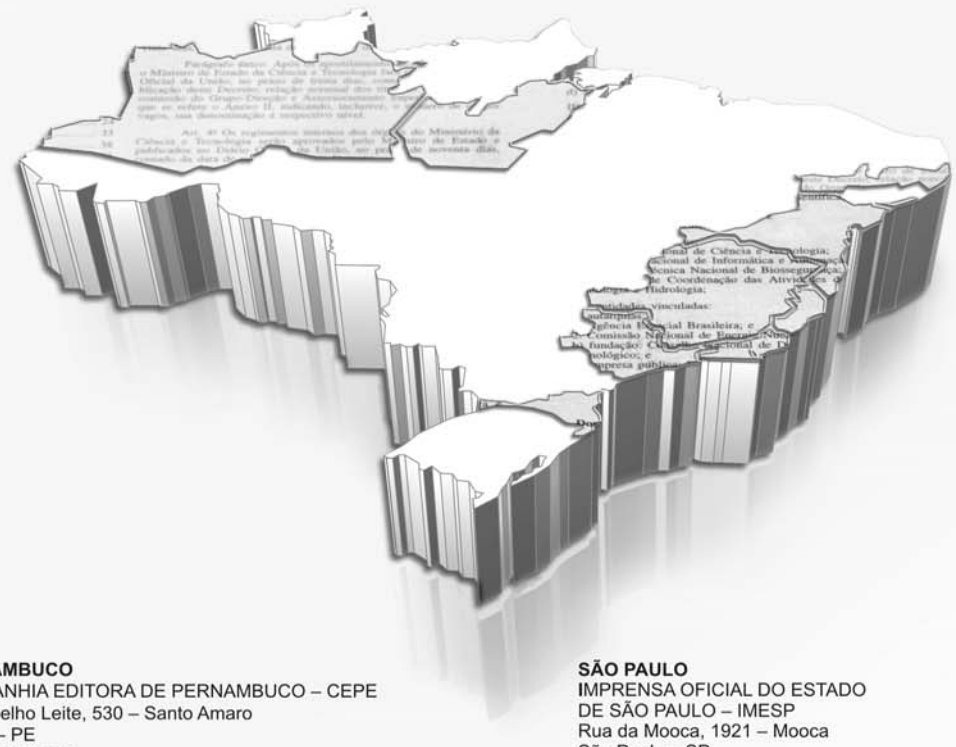
RECURSO 49.0000.2012.005070-4/SCA-PTU. Recte.: P.H.E.B.Ltda. (Advs.: Silvana Benincasa de Campos OAB/SP 54224, Márcio de Souza Polto OAB/SP 144384, Ricardo Quass Duarte OAB/SP 195873 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.R.P. (Advs.: Maria Lucia Dutra Rodrigues Pereira OAB/SP 89882, Angela Jah Jah de O. Ramos OAB/SP 219683 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 123/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal - Pedido de revisão - Recurso da Parte - Suspensão - Prestação de contas - Ação Judicial - Prorrogação da pena afastada - Cumprimento da pena. Havendo discussão judicial acerca das contas, a suspensão fixada tendo por pressuposto a sua falta, deve ser mantida, afastando-se a prorrogação até a prestação de contas, conforme precedentes desta Câmara, compreendendo subsistir apenas o locupletamento ou prejuízo causado à parte, que optou pela via judicial da solução da controvérsia, de onde ficará dependente a procedência ou improcedência da pretensão. Pena de suspensão de 30 dias já cumprida impõe a baixa da restrição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente julgado. Brasília, 13 de novembro de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator.

Brasília, 13 de novembro de 2012.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores.
Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

150 anos imprimindo cidadania

Desde 1º de outubro de 1862, o Diário Oficial da União assegura o cumprimento do princípio da publicidade, indispensável à Administração Pública e à sociedade.

Editado, impresso e distribuído pela Imprensa Nacional, o DOU promove a transparência e, assim, favorece a construção da cidadania. É o instrumento de acesso universal e validação dos atos administrativos do Estado e de instituições privadas.



Separata Especial

Plano Viver sem Limite



Encontra-se disponível para venda, a separata especial contendo o conjunto de medidas que compõem o **Plano Viver sem Limite**, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência. Com a publicação, a Imprensa Nacional busca difundir as normas que regem esta importante política pública, com portabilidade, tendo em conta seu valor para a promoção da inclusão social de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

IMPRENSA NACIONAL 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012111400168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.